

**A COLONIZAÇÃO
DO SUDOESTE ANGOLANO
DO DESERTO DO NAMIBE
AO PLANALTO DA HUÍLA
1849-1900**

JOSÉ MANUEL DE AZEVEDO

TESIS DOCTORAL

DIRECTOR:
D. JOSÉ MANUEL
SANTOS PÉREZ

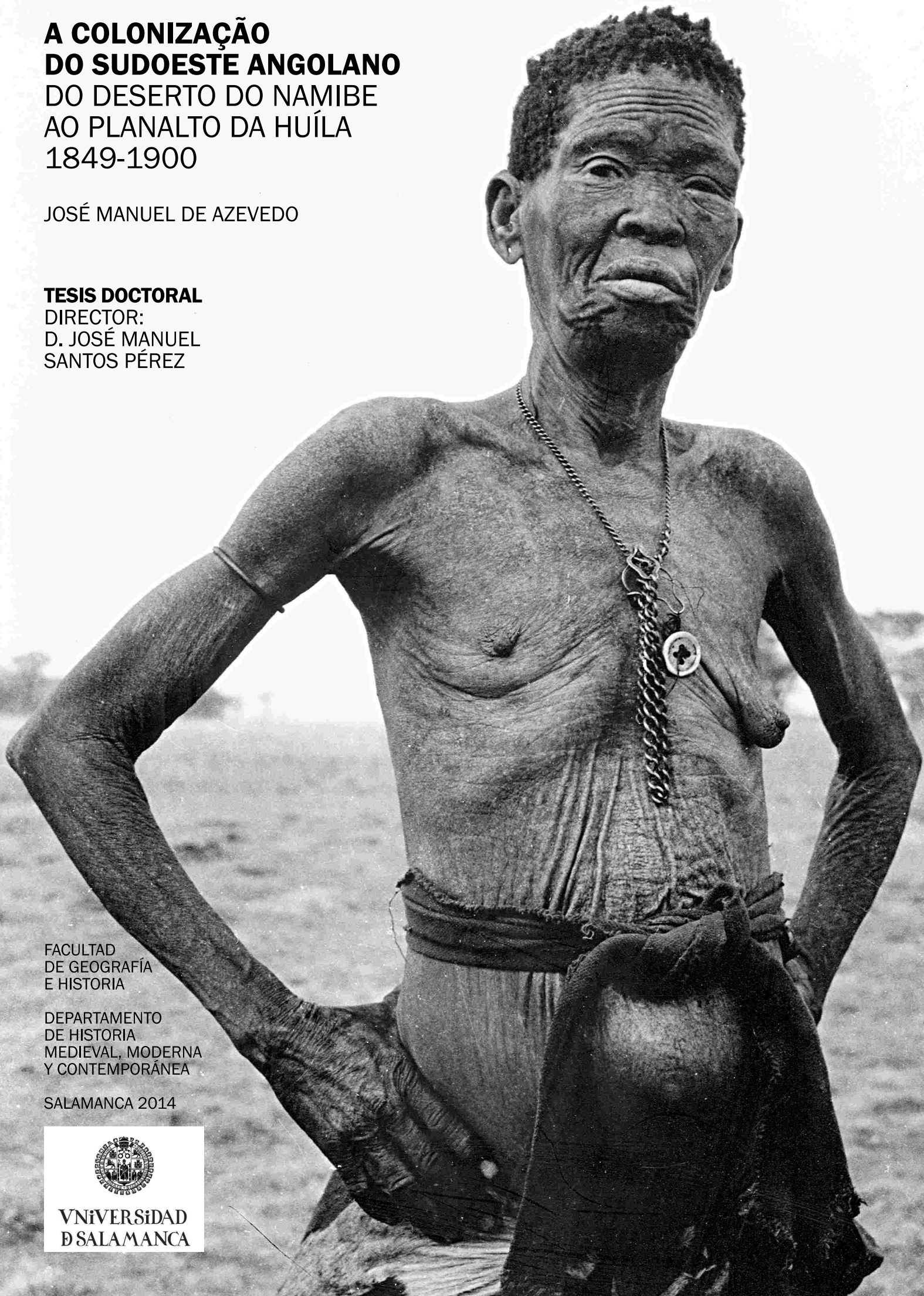
FACULTAD
DE GEOGRAFÍA
E HISTORIA

DEPARTAMENTO
DE HISTORIA
MEDIEVAL, MODERNA
Y CONTEMPORÁNEA

SALAMANCA 2014



**VNiVERSIDAD
D SALAMANCA**



José Manuel de Azevedo

A COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE ANGOLANO
Do deserto do Namibe ao planalto da Huíla
1849-1900

TESE DE DOUTORAMENTO
Fundamentos de la Investigación Histórica

Direcção: Profesor D. José Manuel Santos Pérez

Facultad de Geografía e Historia

Universidad de Salamanca

2014

Tese de Doutoramento elaborada por José Manuel de Azevedo, dirigida por D. José Manuel Santos Pérez, apresentada no Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, da Universidade de Salamanca

O Director

O Doutorando

D. José Manuel Santos Pérez

José Manuel de Azevedo

Salamanca, Março de 2014

“Fiebre de mis adentros: las ciudades y la gente, desprendidos de la memoria, navegan hacia mí: tierra donde nací, hijos que hice, hombres y mujeres que me aumentaron el alma.”

(Eduardo Galeano – *Días y noches de amor y de guerra*)

RESUMO:

Partindo-se do triângulo geopolítico definido pelo Brasil, Angola e Portugal, procedemos à análise exaustiva da colonização do sudoeste de Angola, particularmente da região do Namibe (Mossamedes) e da Huíla (Lubango), por grupos humanos oriundos de Pernambuco (nordeste do Brasil) e da ilha da Madeira, respectivamente, tendo em atenção os fluxos escravagistas e as diversas interações que se desenvolveram em torno desses movimentos migratórios e do seu contributo para a ocupação portuguesa do sul de Angola, durante o século XIX, mais rigorosamente.

PALAVRAS CHAVE: Pioneirismo; Emigração; Subsistência; Escravidão; Economia.

RESUME :

En partant du triangle géopolitique défini par le Brésil, l'Angola et le Portugal, nous avons procédé à l'analyse détaillée de la colonisation du sud-ouest de l'Angola, en particulier de la région du Namibe (Moçâmedes) et de Huíla (Lubango), faite par des groupes humains originaires de Pernambuco (nord-est brésilien) et de l'île de *Madeira*. Nous avons pris en attention les flux esclavagistes et les différentes interactions qui se sont développées autour de ce mouvement migrateur et de sa contribution à l'occupation portugaise du sud de l'Angola, surtout pendant le siècle XIX.

MOTS-CLE : Pionnier; Emmigration; Subsistance; Esclavage; Economie.

ABSTRACT:

Departing from the geopolitical triangle defined by Brazil, Angola and Portugal, we analysed in detail the colonization of Southeast Angola, especially in Namibe (Mossamedes) region and Huíla (Lubango) region. We focussed on groups of people from Pernambuco (Northeast of Brazil) and Madeira's island, attending to the slavery flows and the various interactions which developed around the migratory movement as well as its contribution for the portuguese occupation of South Angola during the 19th century specially.

KEY WORDS: Pioneer movement; emigration; subsistence; slavery; economy.

Observações prévias:

1 - A Língua utilizada no presente trabalho é o Português (anterior ao contestado acordo ortográfico que, em Portugal, entrou em vigor em 2011). Evitei assim o uso do “k”, do “w”, e do “y”, que não faziam parte do alfabeto português, embora sejam de uso corrente no português escrito em Angola. Nas transcrições, respeitei a grafia dos textos originais.

Relativamente à toponímia, utilizei os nomes de vilas, cidades e regiões tal como são hoje em dia conhecidas em Angola, com os nomes da época colonial entre parêntesis, no caso de haver dualidade. Contudo, em determinadas situações, nomeadamente no caso do nome de rios e de antigos reinos, usei as designações do tempo colonial, como Cuanza (em vez de Kwanza) ou Congo (em vez de Kongo). Mas, como a divisão administrativa colonial não sofreu alterações significativas depois da Independência, o trabalho ficou bastante simplificado. O problema foi encontrar alguns nomes referidos na documentação colonial e que deixaram de existir nos mapas, como é o caso de Xindimba e Andara. Situação análoga ocorre com o topónimo “Moçâmedes” que surge invariavelmente grafado “Mossamedes”, por ser a grafia utilizada oficialmente até finais do século XIX. Mais tarde passou a escrever-se “Moçâmedes”, forma que persistiu até 1975, quando por sua vez a cidade e o distrito passaram a designar-se apenas por Namibe. O mesmo não acontece com as designações Lubango e Sá da Bandeira, em que optei pela primeira, dado que durante o período em que a cidade passou a designar-se por Sá da Bandeira, persistiu sempre o Concelho do Lubango.

Nos termos técnicos, designações científicas, locuções latinas, nomes de embarcações e nomes grafados em língua estrangeira ou em umbundo e kimbundo (os dois troncos linguísticos existentes em Angola) usei a terminologia internacional corrente, em itálico. Não foi possível aceder a nenhum atlas pormenorizado e credível da República Popular de Angola, pelo que continuei a guiar-me pela rigorosa Carta de Angola à escala de 1:500 000 publicada pelos Serviços Geográficos e Cadastrais de Angola, antes da Independência, ocorrida a 11 de Novembro de 1975.

2 - Nem sempre foi fácil analisar os factos ocorridos e perceber as razões concretas da sua ocorrência. Na maioria das situações limitei-me a descrever os acontecimentos sem avançar com quaisquer considerações sobre a sua génese ou justificação, uma vez que muitos elementos se entrecruzam no tempo e na teia de situações extraordinariamente complexas e multifacetadas.

No que concerne à cronologia, segui um encadeamento cronológico centrado nos momentos mais marcantes da colonização do sudoeste angolano, com particular incidência sobre as colónias destinadas a Mossamedes, Humpata e Lubango, mas tendo em atenção, naturalmente, as diversas movimentações, que determinaram novos povoamentos. Em todos os casos estudados não deixei de caracterizar a situação de partida, mas tendo também em atenção as condições já existentes nas regiões limítrofes, de modo a contextualizar mais rigorosamente as acções colonizadoras, os medos e as complicações que existiam anteriormente e as que entretanto foram surgindo, quer no tempo e no espaço inicial da colonização, quer durante a consolidação da presença colonial.

3 - No corpo do texto utilizei a fonte Franklin Gothic Book, considerada de legibilidade absoluta por especialistas em ergonomia da informação, ocupando um espaço gráfico muito semelhante à fonte Times New Roman (diferença inferior a 1%).

4 - Algumas siglas, susceptíveis (pela sua semelhança) de causarem embaraços, foram pontualmente utilizadas no corpo do trabalho, como por exemplo:

- AGU – *Agência Geral do Ultramar*;
- AGC – *Agência Geral das Colónias*;
- AA – *Arquivos de Angola*.
- AHU – *Arquivo Histórico Ultramarino*
- SGL – *Sociedade de Geografia de Lisboa*
- IICA – *Instituto de Investigação Científica de Angola*
- SIU – *Sistema Internacional de Unidades*
- ANTT – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*

5 - Quanto às referências bibliográficas e transcrições, adoptei as regras preconizadas na NORMA portuguesa (NP 405) do IBL (e aplicações subsequentes), homologada no Diário da República, III Série, nº 128, de 03-06-1994, a qual está harmonizada com a ISO 690 (1987) – Documentation – Références bibliographiques – Contenu, forme et structure (normalização internacional).

6 - Para facilitar a localização de documentos referenciados nas notas de rodapé, optei por utilizar o acrónimo *Op. cit.* apenas quando a descrição da obra figura na página que está a ser lida, de modo a permitir uma análise facultativa mais rápida e mais confortável. As notas de rodapé estão seriadas em função dos capítulos, igualmente por motivos de simplificação da leitura.

INTRODUÇÃO

a) – Motivação e justificação do estudo

O presente trabalho incide sobre uma época importante da ocupação portuguesa do sudoeste angolano, e que não tem merecido muita atenção no âmbito da investigação histórica. Trata-se de uma abordagem evolutiva das primeiras colónias oficialmente instaladas no Namibe (Mossamedes) e no Planalto da Huíla, feita a partir de um olhar que simultaneamente envolve o binómio terra/homem e a moldagem político/social que se foi desenhando, alicerçada numa ocupação marcadamente conflituosa e beligerante. Estas duas temáticas desenvolvem-se paralelamente, de modo a proporcionar uma perspectiva global dos passos, receios e retrocessos que acabaram por conciliar interesses e posicionamentos bastante diferenciados, que à partida pareciam antagónicos e votados ao fracasso. Quanto ao período de estudo escolhido, quis concentrar-me na segunda metade do século XIX, talvez o mais incerto e mais multifacetado no quadro da colonização portuguesa do sul de Angola.

Embora exista no presente trabalho algo que tem a ver com os acidentes da vida, o meu propósito não foi de fazer um estudo prosopográfico. Tentei apresentar os colonos como um conjunto de pessoas preocupadas com a sua subsistência, dependendo mais da produção directa de bens de consumo, do que gente preocupada em legar testemunhos para a posteridade. Os colonos de Mossamedes, da Humpata ou do Lubango não deixaram documentos escritos do seu quotidiano nem produziram relatórios detalhados sobre as condições reais da sua existência, quase sempre resumida a uma lápide final de eterna saudade; como é o caso de Maria Índia, exemplar investigação da antropóloga Cristiana Bastos, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, cujo trabalho escrito apresento no Apêndice Documental (Anexo 1.11.). Muitos deles, na verdade, mal sabiam ler e escrever. De resto, essa função cabia aos governantes, quase sempre mais interessados em serem protagonistas da História, do que efectivos parceiros de atormentados percursos.

Em função deste isolamento no terreno, os colonos foram obrigados a desenvolver estratégias que lhes garantissem condições mínimas de sobrevivência e de segurança, para si e para as suas famílias, normalmente numerosas, num meio envolvente desconfiado e suspicaz, incomunicável e pouco hospitaleiro, ou até particularmente

hostil, em que os recursos da Natureza surgiam como uma espécie de “mundo entreaberto”, a descobrir e a dominar, tantas vezes por assimilação de práticas seculares, transmitidas pelas populações que já habitavam nos territórios que foram ocupados pelos colonizadores europeus.

Talvez por isso, não restou muito tempo para a História. Tal como acontecia com o pobre campesinato da Ilha da Madeira durante o século XIX (que nem sequer se apercebeu da independência do Brasil, da sucessão dos monarcas portugueses ou da passagem de Napoleão pelo Funchal a caminho do exílio na ilha de Santa Helena), também no sul de Angola, durante a segunda metade do século XIX, os colonos estiveram praticamente à margem da Conferência de Berlim e do sonho do “Mapa cor-de-rosa”, das movimentações de ingleses e alemães ou, mais internamente, da sucessão de governadores gerais naquela Província. O papel histórico desempenhado pelos colonos centra-se na especificidade do seu trabalho rural e na sua adaptação ao meio, razão pela qual enveredei pela análise de alguns aspectos materiais que eram fulcrais para a sua sustentação, essencialmente baseada na produção agrícola.

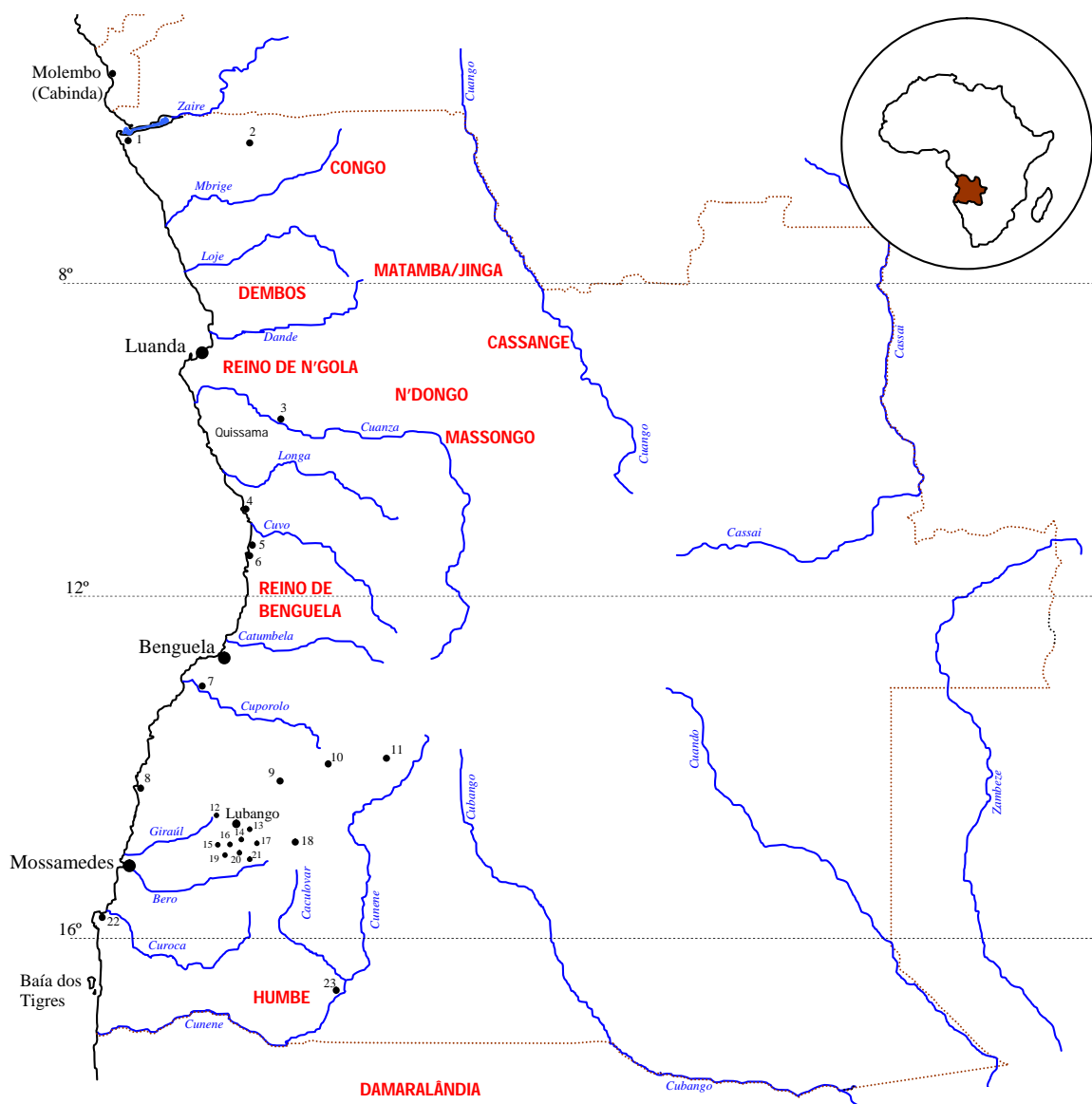
Este projecto, concebido em Salamanca em 2006, resulta de um “sobressalto”, inspirado pelo Professor D. José Manuel Santos Pérez, quando descrevia um caso prático de trabalho, realizado na cidade de Santiago, na Guatemala¹. Afinal, concluí, passara-se o mesmo no esquecido continente africano. Contudo, ali, silenciosamente, a História foi passando à *história*, cilindrada pelos dinâmicos processos nacionalista e independentista do século XX, por notícias empolgantes de novos tempos e pelo inexorável desaparecimento de fontes orais, sem espaço temporal para se proceder ao estudo devidamente ponderado e ao registo integrado de um passado recente que, infelizmente, se vai transformando em pó de arquivo. E foi então que decidi “revisitar” as minhas raízes, de modo a perceber (entre algumas indefinições de identidade), o sentido de alguns laços sociológicos ou a relação factual de certos percursos históricos cada vez mais nebulosos ou até perdidos no tempo passado.

Assim, num impulso de curiosidade apaixonada, regressei espiritualmente aos locais históricos por onde também passei e que assinalo no mapa geral que a seguir se apresenta, desde *Mbanza Congo* (S. Salvador) a Luanda, Benguela e Namibe (Mossamedes), ou de Capangombe ao Lubango, Humbe e Namacunde, escalando a

¹ SANTOS PÉREZ, José Manuel – *Elites, Poder Local y Régimen Colonial: El Cabildo y los regidores de Santiago de Guatemala (1700-1787)*. Cádiz: Servicios de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1999.

pé e/ou de burro a íngreme portela do Bruco, entre tantos outros pontos marcantes situados no vastíssimo território do sudoeste angolano.

Mapa I – Principais referências geográficas de Angola até meados do século XIX.



- | | | |
|-------------------------------|---------------------------|---|
| 1- Songo ou Soyo (Sazaire) | 9- Quilengues | 17- Huíla (Alba Nova) |
| 2- Mbanza-Congo (S. Salvador) | 10- Caluquembe | 18- Quipungo |
| 3- Massangano | 11- Caconda | 19- Bumbo |
| 4- Benguela Velha | 12- Bibala (Vila Arriaga) | 20- Tchivinguiro |
| 5- Sumbi | 13- Chibia | 21- Jau |
| 6- Quicombo | 14- Humpata | 22- Tombua (P ^{to.} Alexandre) |
| 7- Dombe Grande | 15- Capangombe | 23- Humbe |
| 8- Lucira | 16- Bruco | Fronteira actual |

FONTE: Mapa de *Bourguignon d'Anville* (1732) (Mota, 1964); Mapa de Pinheiro Furtado (1790) (Mota, 1964); Mapa etnográfico de Ferreira Diniz (1918). Dados coligidos e grafados por José de Azevedo e Jaime Gomes.

E, finalmente, revisitei os locais por onde passaram ou de onde partiram os primeiros povoadores brancos do sul de Angola, de Recife a Olinda, da ilha da Madeira aos Açores e ao Algarve, passando pelo entreposto escravagista da Ribeira Grande (Cidade Velha), no arquipélago de Cabo Verde.

Era o fascínio da geografia a impor as suas normas, as “viagens” a exigirem explicação, porque tudo isso precisava de um espaço lógico de percepção. Foram estudadas dezenas de obras bibliográficas, consultados inúmeros documentos oficiais e alguns registos paroquiais, foram vistos e anotados vários artigos sem título, insertos em jornais e publicações há muito desaparecidos. E enquanto se instalava uma sensação de impotência quanto à possibilidade de se consultar, em tempo útil, a enorme quantidade de documentos e informações disponíveis, mais se afirmava a convicção do nosso profundo desconhecimento a respeito do nosso passado recente.

Não ignoro que há sempre uma componente pessoal na análise de qualquer facto que se relacione com o desenvolvimento social de uma população que integrámos, em determinado momento da nossa vida. E que, por isso, existirá neste projecto uma vertente humana imediata e directa que se relaciona com o trabalho de campo que por vezes foi indispensável realizar. Na verdade, muitos dos locais e passagens mencionadas ao longo do trabalho foram “vividos” durante mais de trinta anos e “reflectidos” durante outros 30 anos de distanciamento. Sei que sem o contributo de muitas experiências e de muitas informações absorvidas de angolanos (amigos, colegas de curso e/ou de trabalho, alguns cujo nome já nem consigo recordar), pouco ou nada teria aprendido sobre o relacionamento social entre angolanos e portugueses. Esses contactos fizeram-me compreender como um estudo socio-económico pode despertar diversos “pruridos” de natureza social e política. Julgo que aprendi a ver os dois lados do problema. Tudo depende da maneira como se olha para as evidências e da predisposição de se reajustar a perspectiva (em termos comparativos) em função daquilo que posteriormente vamos lendo e aprendendo. No entanto, tenho plena consciência de que, ao longo das muitas páginas deste trabalho se encontrarão ainda passagens em que poderá subsistir alguma parcialidade, consequência dos muitos anos passados em Angola ou em Portugal e que não posso simplesmente apagar. Vivi em Angola quase metade da minha vida, nomeadamente a adolescência, um período que deixa sempre marcas indeléveis em todos nós. Mas não creio que as questões vividas na primeira pessoa, depois de maduramente reflectidas e reapreciadas, possam constituir um óbice à objectividade e à equidistância. Desde que se mantenha o rigor na abordagem, não se corre o risco de se faltar à verdade e essa é a autodisciplina que procuro. De resto, como dizia Victor Hugo, é necessário que “não apliquemos a chama onde a luz basta”.

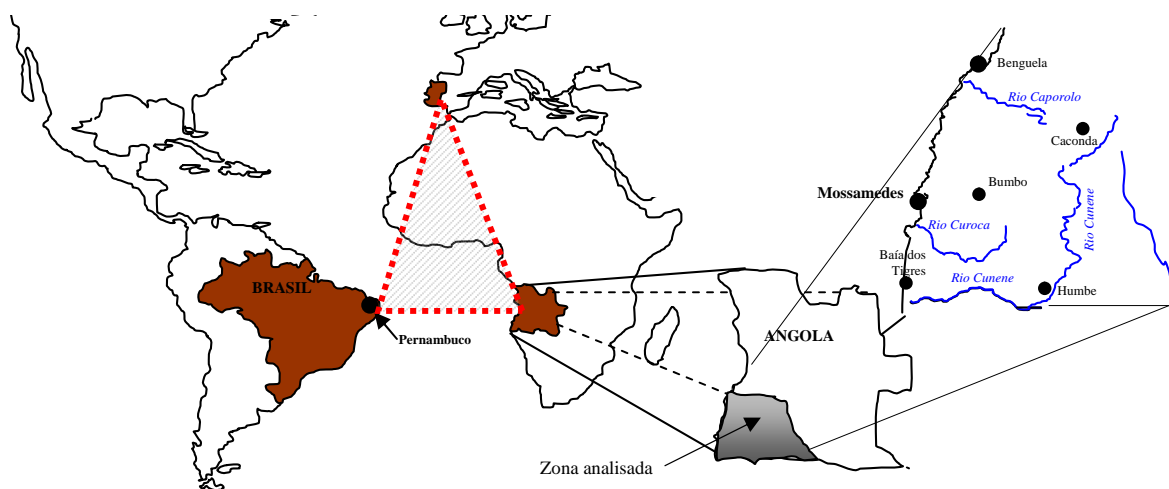
b) - Objecto e problema

O presente trabalho pretende estudar, numa perspectiva sequencial, o movimento colonizador do sudoeste angolano, aqui circunscrito pela polígono que vai de Benguela a Caconda (limite norte), até ao paralelo 16° 38' sul, desde a foz do Cunene ao curso do rio Cubango (limite sul oriental), tendo o Atlântico Sul como "átrio" de diversos fluxos migratórios, nomeadamente, as colónias oriundas do Brasil (1849-1850) e da Ilha da Madeira (1884-1885).

Do ponto de vista cronológico, pretendo centralizar-me, mais rigorosamente, entre 1849, ano em que se iniciou a colonização do sul de Angola por duas colónias constituídas em Pernambuco e destinadas ao povoamento do Namibe (Mossamedes); e o final do século XIX, quando se abriram novas perspectivas às duas colónias instaladas no sudoeste angolano (Namibe e Lubango), decorrentes de negociações secretas entre os governos de Inglaterra e de Portugal (Tratado de *Windsor*), tendo em vista a defesa das colónias portuguesas pela Inglaterra. Ficava assim sem efeito o preocupante tratado efectuado em 1888, alusivo à divisão de Angola entre a Inglaterra e a Alemanha. As campanhas coloniais recuperaram então um novo e decisivo alento.

A delimitação destes parâmetros nucleares não significa, no entanto, que se omitam alguns acontecimentos considerados relevantes, a jusante e a montante. Consequentemente, serão analisadas as migrações internas, as dificuldades das primeiras viagens exploratórias na zona em análise e a sua demorada ocupação, a instalação de fortes, de feitorias e de missões pelos portugueses, enfim, as interacções que se estabeleceram no triângulo geopolítico e económico constituído por Angola, Brasil e Portugal, desde o século XVII a meados do século XIX.

Mapa II – Triângulo geopolítico colonial em análise



FONTE: ALBURQUEQUE, Luís de – *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 501, 3 vol. Concepção e grafismo de José de Azevedo e Jaime Gomes.

Relativamente ao período da “descoberta”, iniciada por Diogo Cão em 1482, não haverá muitos factos a assinalar, dado o abandono a que o sudoeste angolano esteve votado até à intensificação do tráfico de escravos para o Brasil, no século XVII, que nos dois séculos seguintes viria a experimentar um notável surto de progressivo desenvolvimento em diversas áreas de produção, quase sempre dependentes da mão-de-obra africana. No entanto, a avidez lucrativa dessa época está muito bem documentada, não só pela disputa territorial entre portugueses, holandeses franceses e ingleses, como pelas frequentes “visitas” de navios portugueses e de corsários de muitos outros países ao litoral sul de Angola, que geraram uma enorme quantidade de documentos oficiais, de inestimável valor. Há, também, uma vasta bibliografia produzida pela crescente consciencialização abolicionista, materializada na intervenção de diversas nações (França, Inglaterra, Portugal, Brasil, Espanha), no sentido de se pôr cobro ao sistema esclavagista. Mas, por se tratar de matéria suficientemente divulgada, considereei toda essa documentação de interesse não primordial para o período relativamente nebuloso e complexo que pretendia estudar.

Assim, do espaço físico em análise, farei, em primeiro lugar, uma breve resenha sobre as razões que determinaram o incipiente povoamento português do sul de Angola, até ao século XIX, referindo, com algum detalhe, as primeiras viagens exploratórias realizadas no sudoeste angolano em finais do século XVIII e relacionando-as com as comunidades indígenas que habitavam aquele imenso espaço telúrico. São precedentes indissociáveis da acção colonizadora que se lhes seguiu, constituindo matéria susceptível de clarificar, sem excesso de contextualização histórica, as condições básicas que estiveram na origem de tudo o que aqui se vai relatar.

A partir do século XIX, com a adesão de Portugal aos dois grandes princípios do direito internacional, consignados no Congresso de Viena de 1815 (a liberdade de navegação dos rios e a abolição do tráfico de escravos), abriu-se um novo ciclo activo, caracterizado por uma apressada dinâmica tendente ao conhecimento e ocupação efectiva de centros considerados estratégicos do ponto de vista geográfico, militar e comercial, pela criação de feitorias, fixação das primeiras colónias minimamente organizadas e, conseqüentemente, pelo relacionamento entre colonos e colonizados. Descobrir os nexos de ligação entre cada uma dessas vertentes e de todas elas na rede global de relações que a partir de então se estabeleceram (com especial destaque para as colónias de emigrantes deslocadas de Pernambuco para o Namibe, e para a colónia madeirense que chegou ao Lubango em 1885), eis o enfoque integrador em que procurarei situar-me.

c) – Sobre as fontes e o estado da questão

Em geral, as fontes de estudo da História de Angola (documentação escrita) circunscrevem-se a documentos produzidos depois da chegada dos portugueses à foz do Zaire, em 1482. As mais antigas (que se encontram no Arquivo Geral da Marinha)² são igualmente preciosas, na medida em que nos descrevem os processos de contactos entre duas culturas. Contudo, devemos ter em conta que estes textos reflectem essencialmente as perspectivas portuguesas e cristãs da época em que foram escritos, pelo que será necessário uma constante depuração dos factos, de modo a obter-se alguma objectividade na sua interpretação histórica.

Por outro lado, interessa desde já distinguir entre fontes primárias e fontes secundárias aqui utilizadas: enquanto as primárias se referem a trabalhos escritos durante a época (ou pouco tempo depois) em que o objecto de estudo aconteceu, as secundárias são as que estudam as fontes primárias sobre uma determinada temática, uma acção que ocorre depois do tempo em que o acontecimento ou facto se verificou. Nesta circunstância, as fontes secundárias constituem geralmente estudos *a posteriori*, que englobam a descrição, análise e explicação de fontes primárias.

Também no que se reporta a bibliografia colonial portuguesa sobre Angola, a documentação é igualmente imensa. Mas necessita de ser filtrada de formulações e preconceitos, de modo a discernir, independentemente das interpretações dadas pelos seus autores, onde está a equidistância que permite usar com propriedade o conceito de História. É neste quadro contextual que assumem particular importância para o estudo da História de Angola as descrições e as memórias, os relatórios, os diários, as autobiografias (e mesmo as biografias), os relatos de viagens, as pautas aduaneiras e a correspondência privada e oficial.

Para além de diversas fontes do acervo documental do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)³, do Arquivo Geral da Marinha (acima mencionado), e da Biblioteca Nacional de Lisboa, a documentação de enquadramento mais assiduamente consultada na elaboração do presente trabalho foi a seguinte:

- *Percursos da Modernidade em Angola*; de Isabel Castro Henriques;
- *Escravidura: Conceitos: A empresa de saque*; de José Capela;
- *História da África Negra*; de Joseph Ki-Zerbo;

² Secção Administrativa Central da Marinha (Majoria General da Armada), onde se encontra um inventário dactilografado de 2352 itens (773 Lv, 1729-1962). Proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), também se encontra no Arquivo Geral da Marinha a documentação atribuída à Direcção Geral da Marinha (368 Lv, 1761-1872), ao Comando Geral da Armada (728 Lv, 1700-1884) e a um conjunto de navios (1234 Lv, 1750-1897).

³ O Arquivo Histórico Ultramarino sucedeu ao Arquivo Histórico Colonial criado em 06/09/1931. O acervo documental está organizado em dois conjuntos: um que reúne a documentação mais antiga (até 1883) e outro mais recente (1º e 2ª secção). Na 2ª secção encontra-se a documentação relativa à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1834-1910).

- *Etnografia do Sudoeste de Angola*; de Carlos Estermann;
- *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*, de Luiz Felipe de Alencastro;
- *Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e Litoral do Sul de Angola*, de Alfredo de Albuquerque Felner;
- *As Campanhas Coloniais de Portugal: 1844-1941*, de René Pélissier;
- *Angola. Datas e Factos*, de Roberto Correia;
- *Boletins do Governo Geral da Província de Angola, também designados por Boletins Oficiais ou simplesmente BO*.

Quanto à tradição oral e fontes orais, são relativamente preciosos os resultados conseguidos. Uma dezena de fontes orais que ainda consegui contactar são testemunhos notáveis de pessoas com cerca de 80 anos ou mais, nascidas em Angola, que me relataram factos que se reportam aos seus avós, colonos oriundos da Ilha da Madeira ou do Havai. Providenciaram respostas detalhadas às questões que lhes foram colocadas, mas todos esses testemunhos deixaram a sensação de que a terra é algo que só se encontra quando se perde, porque enquanto estamos lá, estamos perto demais, e não nos apercebemos do que se passa.

Das lendas, contos, adivinhas, tradições, festas e jogos (que podem ajudar a interpretar factos e personagens históricas), utilizei amiúde as rigorosas observações efectuadas pelo padre *Carlos Estermann*, eminente etnógrafo que viveu mais de 40 anos entre as comunidades africanas do sul de Angola, com a grande vantagem de dominar perfeitamente uma série de dialectos locais⁴.

Mas, ao contrário do que acontece com a nova historiografia colonial de raiz espanhola ou anglo-saxónica, a história da colonização portuguesa (com excepção para a guerra colonial e consequente descolonização) raramente tende para a interdisciplinaridade e para a integração pluralista de vertentes económicas, sociais e políticas. Até 1974, o “Estado Novo” apenas permitia análises do sistema baseadas no “discurso oficial”, pelo que os desvios dessa norma, admitidos no último quartel do século XX, não lograram por enquanto fazer escola, particularmente no âmbito das mentalidades. O debate sobre a colonização portuguesa ainda é muito emotivo, o que retira lucidez à análise de causas, efeitos e consequências da acção colonizadora, não subsistindo margem para balancear o que foi escrito e o que faltou escrever.

⁴ Nascido na Alsácia (França), é considerado o maior etnólogo de Angola. Consagrou a sua vida aos povos e culturas do Sudoeste de Angola. Foi nomeado para trabalhar em Angola em 8 de Julho de 1923, tendo chegado a Luanda a 12 de Janeiro de 1924.

Nestas circunstâncias, constatei que apesar de haver uma considerável produção literária de cariz eminentemente saudosista e nacionalista (ou mesmo reaccionário), especialmente centrada na descolonização (1975), também eram bastante raros e precários os estudos generalistas portugueses relacionados com a ocupação do sudoeste angolano durante os séculos XVIII e XIX, facto que à partida inviabilizava qualquer estudo comparativo entre as diversas colonizações.

Mas, curiosamente, tão numerosos e ricos de informação geral eram os documentos existentes, como eram escassos os trabalhos de articulação multidisciplinar alusivos aos primórdios da colonização do sudoeste angolano, nomeadamente no que se reporta à percepção do papel que a região do Namibe (Mossamedes) terá tido na posterior colonização de todo o sul de Angola.

Foi por esse motivo que decidi começar por tentar perceber a colonização do Namibe (Mossamedes), antes de partir para o estudo da colonização do planalto interior do sudoeste angolano, essencialmente protagonizado por colonos madeirenses. Exactamente porque na vastidão dos territórios africanos dominados pelos portugueses, a região do Namibe nunca foi reconhecida como fulcro de qualquer acção globalizante, facto que me parece não corresponder à verdade, na medida em que o Namibe terá tido um papel fulcral na posterior ocupação de todo o sudoeste angolano e também do planalto central de Angola. A sua importância não se circunscreve ao facto de ter sido, no século XIX, o único centro económico angolano “construtor” da sua auto-suficiência, mas também por se ter convertido numa plataforma estável de apoio logístico a outros movimentos migratórios, na medida em que beneficiava de uma pequena rede de ligações externas e internas. Por isso, ao estudarmos a região do Namibe, não temos dúvidas de que estamos a analisar um espectro de acção muito mais envolvente, que se relaciona, directa e indirectamente, com todo o espaço adjacente deste centro de irradiação colonial, verdadeiramente determinante, pioneiro e consistente.

Para a colonização do Planalto da Huíla não foi possível, contudo, adoptar um globalismo descritivo que cobrisse razoavelmente os três tempos – social, político e internacional – que influenciaram o processo de ocupação do sudoeste angolano iniciado na segunda metade do século XIX. Mais do que do que o visível e inquietante conflito interno entre europeus, angolanos e bóeres, evidenciam-se fraccionamentos inultrapassáveis no quadro dos interesses internacionais em presença, que obrigaram a um tratamento em separado desses três tempos de acção (capítulos 8, 9 e 10), sob pena de se tornar demasiado complexa ou ininteligível a interpretação conjunta da intrincada rede de acontecimentos e factos ocorridos.

d) – Considerações metodológicas

Do ponto de vista estritamente organizacional e metodológico, optei por delimitar dois blocos significantes (1ª Parte e 2ª Parte) que constituem o plano nuclear do trabalho, embora integrando-os numa “lógica global”, em conformidade com a seguinte esquematização:

1ª Parte – A colonização do Namibe (Mossamedes), com cinco capítulos:

Capítulo 1 - Antecedentes da colonização do sul de Angola:

Primeira abordagem, bastante sintética e densa, sobre alguns factos que antecederam a colonização do sul de Angola, centrada nas redes demográficas já existentes e nos nexos explicativos de certas interacções que se estabeleceram entre a África, a Europa e a América, até finais do século XVIII.

Capítulo 2 - Consolidação da ocupação do sul de Angola:

Fase preparatória das grandes opções políticas e económicas, que ocorre durante a primeira metade do século XIX, quando Portugal, afastado da fabulosa “mina” brasileira, tentou apressadamente ocupar o sul de Angola, território desconhecido que abandonara quase completamente, durante três séculos.

Capítulo 3 – As primeiras acções concretas

Fase organizacional da ocupação efectiva do sudoeste angolano, que decorreu desde a aprovação pelo Governo Português da instalação no Namibe (Mossamedes) de uma colónia agrícola constituída por um contingente de colonos portugueses saídos do Brasil em 1849, a que se seguiu uma segunda colónia em 1850, gesta laboriosa e decidida (ou “mandada fora”?) que fizeram surgir importantes centros de produção agrícola, comercial e industrial no Namibe (Mossamedes), *Tombua* (Porto Alexandre), Angra das Areias (Baía dos Tigres), Bumbo, Lucira, entre outros.

Capítulo 4 – Os primeiros resultados práticos

Período de desenvolvimento integrado do litoral do sudoeste angolano e consolidação de uma plataforma irradiante que serviria mais tarde para projectar a expansão e a ocupação de todo o sul de Angola, nomeadamente do planalto interior da Huíla por colonos oriundos da ilha da Madeira.

Capítulo 5 – Desenvolvimento do Namibe (Mossamedes): plataforma irradiante

Período de consolidação interna e estabilização da povoação do Namibe (Mossamedes), através da instalação de infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento e à expansão territorial, passando pelo enquadramento das relações interpessoais desenvolvidas entre colonizadores e colonizados.

2ª Parte – A colonização do Planalto da Huíla, com outros cinco capítulos:

Capítulo 6 – A expansão para o interior: sul e leste

Insegurança no sul de Angola: apogeu e queda de Binga. A “Revolta dos Dembos”. Reatamento do desígnio colonial e colonização da Humpata pelos bóeres vindos do Transval. Novas missões exploratórias.

Capítulo 7 – Instalação da Colónia Agrícola Sá da Bandeira

Contexto socio-económico de partida. Início da ocupação: madeirenses na Humpata e viagem da 1ª colónia destinada ao Lubango. O local e os primeiros trabalhos. Chegada da 2ª colónia madeirense ao Lubango. Desenvolvimento inicial.

Capítulo 8 – Consolidação das colónias do Planalto da Huíla

Os equipamentos agrícolas básicos. O ciclo do pão e os transportes. Povoamento da Chibia e a evolução do Lubango e da Chibia. Distanciamento das populações locais. Legislação interna.

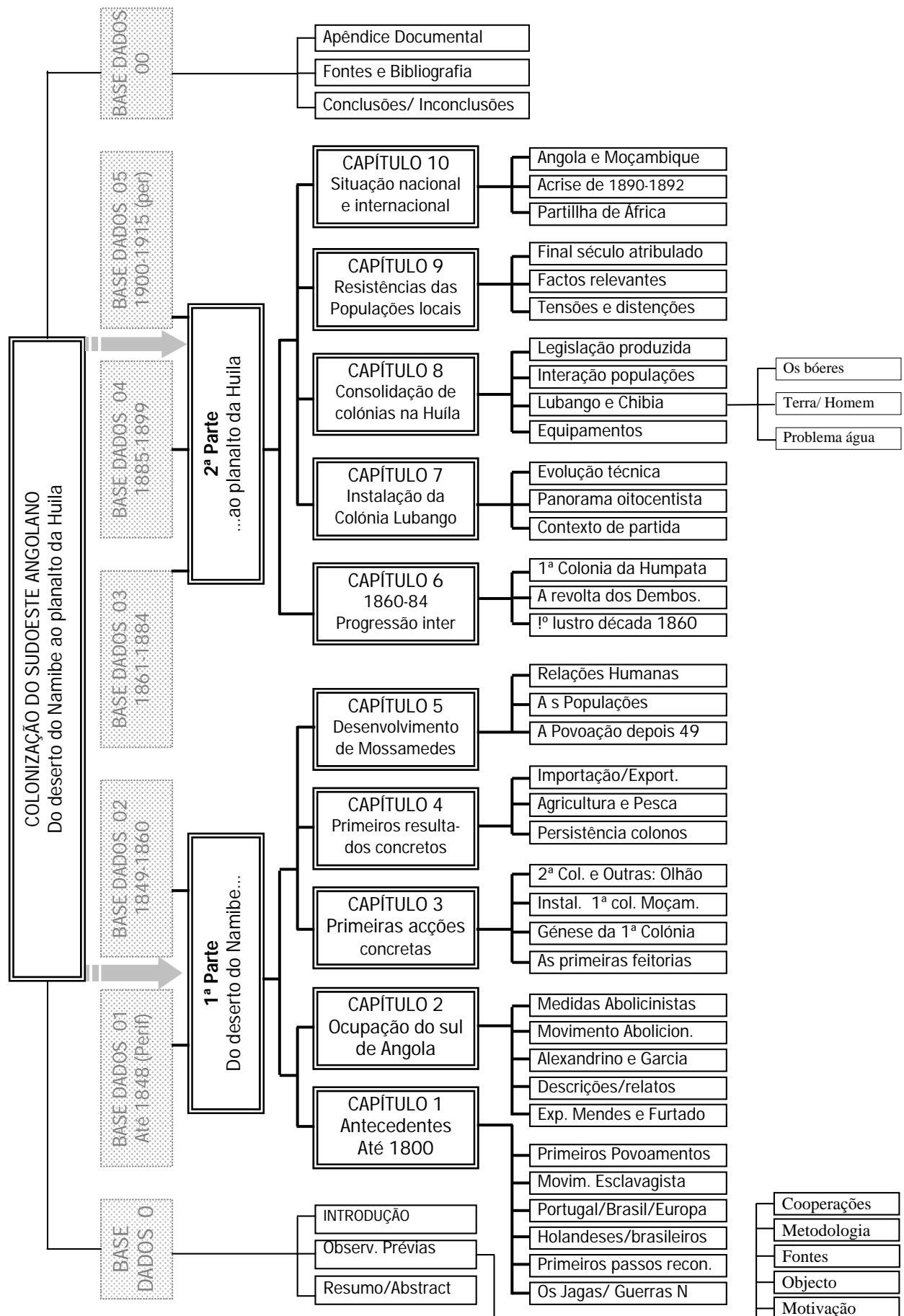
Capítulo 9 – Resistência das populações locais à colonização

Alargamento da presença colonial: as missões. Revoltas no Humbe. O temerário *Ndunduma* e viagens de Paiva Couceiro. Do “terrorismo” de Padrel à “resistência” dos angolenses. A Colónia Penal do Moxico. Retirada do Humbe e suas repercussões. Um novo “Código do Trabalho”.

Capítulo 10 – Envolvimento político e económico internacional

A partilha europeia de África e a delimitação de fronteiras. Contestação do Mapa cor-de-rosa. Inglaterra, Alemanha e Portugal na consolidação de posições de ocupação. O Chire e o Ultimato inglês. Indefinição em Angola e Moçambique.

Figura 1 - Organigrama geral do trabalho



e) – Agradecimentos

Finalmente, resta-me expressar diversos agradecimentos. Em primeiro lugar ao Professor da Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Salamanca, D. José Manuel Santos Pérez, meu orientador científico, pelas suas sugestões de revisão e reorganização temática e pelos valiosos ensinamentos que me transmitiu ao longo de oito anos de trabalho de investigação, em que muito aprendi de novo. Também gostaria de expressar a minha gratidão ao Professor D. José Carlos Rueda Fernández, cuja disponibilidade constituiu uma extraordinária mais-valia para a organização metodológica e informatizada dos múltiplos dados que fui coligindo. Ainda no âmbito das relações académicas, torno mais uma vez pública a minha gratidão aos professores da fase curricular: D. Manuel Redero San Román, D. José Luis Martín Martín, D^a. Izaskun Álvarez Cuartero, cujas formulações de planeamento geral, modelo conceptual e metodologia consultiva, procurei seguir e aplicar; assim como ao Professor D. Guillermo Mira Delli-Zotti, que me fez reflectir sobre a alma interactiva de um mundo ibero-americano em permanente viagem, mau grado a geografia e o Oceano Atlântico... E estou grato ao Professor D. Javier Lorenzo Pinar, por me ter proporcionado "a inesquecível lição de Zamora", em 10 de Março de 2006.

À professora Teresa Cordeiro, companheira de percurso, devo, desde os primeiros passos desta "aventura", o aprofundamento da sensibilidade para alguns aspectos da investigação histórica, bem como a recolha de excelentes indicações bibliográficas sobre estudos já realizados, nacionais e estrangeiros, sempre oportunos e plenos de interesse. Depois foi a amizade e o convívio salutar, a facilitar a nossa permanente troca de impressões.

Ao professor Jaime Gomes também agradeço, desde os tempos em que iniciámos os primeiros esboços cartográficos, a sua disponibilidade e os ensinamentos sobre inúmeras técnicas gráficas que muito me auxiliaram. A sua experiência em informática, levaram-me a refazer e a recuperar elementos geográficos e cadastrais que, à partida, me pareciam insusceptíveis de qualquer tratamento.

Pelos elementos de pormenor proporcionados pelo Professor de História do Brasil, Luiz Felipe de Alencastro e pela Investigadora da Fundação Joaquim Nabuco (Recife), Semira Adler Vainsencher, é-lhes devido o meu reconhecimento. Pelas rigorosas informações alusivas à História e à Cultura angolanas, recolhidas pelas investigadoras especializadas em matérias angolanas, Doutora Isabel Castro Henriques e Doutora Cristiana Bastos, que igualmente me proporcionaram informações muito úteis nos planos antropológico filosófico e sociológico, o meus agradecimentos.

No âmbito das fontes orais, cada vez mais escassas, não quero deixar de mencionar, entre outras, muitas delas apenas pontuais, os nomes de três colaboradores com “memória de elefante”, com mais de oitenta anos, todos eles netos de colonos madeirenses e que com eles conviveram: Maria da Paz Figueiredo Martins, Samuel Matias Lopes e Óscar Gil Soares de Azevedo. E a “assessoria” permanente de outra neta de colonos, Otelinda Maria de Azevedo, que coordenou, incondicionalmente, a interacção entre múltiplas fontes de informação oral e que recolheu na Biblioteca Nacional de Lisboa alguns escritos que era necessário consultar. Obrigado, a todos.

E também agradeço os apoios pontuais e preciosos dados por:

Yolanda López Bermejo (USAL)
 Eduarda Braz Pires (Moçâmedes; Doc.)
 Paulo Jorge Figueiredo Martins (Mapas Angola)
 Maria da Glória Azevedo Rodrigues (Lubango; Doc.)
 Anabela Rodrigues (E.S.V. Doc. Histórica)
 José Correia (Angola; Doc.)
 Carlos Manuel Figueiredo Martins (Lubango; Doc.)
 Victor Manuel Rodrigues dos Santos (Lubango; Doc.)
 Fernando Martins Alves (Madeira; Doc.)
 Rui Figueiredo Martins (Cabo Verde; Doc.)
 António José Granjo (Lubango; Doc.)
 José Manuel Martins Teixeira (Angola; Doc.)
 Ângela Carvalhas (E.S.V. Revisões)

Por último (os últimos são sempre os primeiros) agradeço a incondicional e paciente ajuda dos meus familiares mais próximos, afectos e ternuras que não me atrevo a adjectivar: à **Regina**, Rita, Pancho, Joana, Bernardo, devo a compreensão, o incentivo e a energia para tudo aquilo que vou conseguindo realizar⁵.

⁵ Aos 4 netos não agradeço nada porque me desconcentram e porque às vezes são demasiado “interactivos”... Mas também me aumentam a alma.

I PARTE

Colonização do Namibe (Mossamedes)

Capítulo 1 – Antecedentes da colonização do sul de Angola

1.1. – Movimentações iniciais: os Jagas e o tráfico de escravos em Angola

O primeiro acto concreto da colonização do sul de Angola ocorreu em 1785, ano em que foi constituída uma junta incumbida de proceder à exploração do Sudoeste angolano. Mas, para contextualizar este procedimento é necessário recuar até 1568 (ano em que o governo do Reino foi entregue a D. Sebastião), quando algumas hordas guerreiras vindas de Leste invadiram e conquistaram o reino do Congo (*Mbanza Congo*)¹, considerado o primeiro território angolano onde os portugueses conseguiram manter (1482-1506) um relacionamento amigável com povos africanos. Referimo-nos, mais rigorosamente, à movimentação dos povos Bangalas², igualmente designados por Jagas³, que diversos cronistas afirmam ter avançado, no início do século XVII, até às margens do rio Cunene (fronteira actual do sul de Angola), aonde fundaram o “estado” de *Humbi-onene* (Grande-Humbe), acabando por aí se deterem, vivendo em boa vizinhança com os povos de além-Cunene (actual Namíbia)⁴.

Não era a primeira vez que as longas “andanças” dos Jagas e dos portugueses se entrecruzavam: na sequência da conquista de *Mbanza Congo*, os Jagas tinham-se aliado aos povos nortenhos de *Dongo* e *Matamba*, de modo a suster o avanço dos portugueses que, em 1575, sob as ordens do capitão donatário Paulo Dias de Novais⁵ e com capitais espanhóis⁶, se instalavam na cobiçada e minúscula ilha de Luanda⁷.

¹ Ver Mapa I.

² Grafado "Imbangalas", pelo marinheiro escocês *Andrew Battel*; e "Chimbagali", no livro do capuchinho Cavazzi. Vide CAVAZZI, [da Montecucolo], Gio António – *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola (1687)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, 2 vol.

³ O vocábulo "Jaga" ou *Yaca*, é completamente desconhecido na terminologia étnica do sul de Angola. O equivalente *nhaneca* do verbo *oku-yaca*, de que *Childs* faz derivar o termo "Jaga", é *oku-yaca* e tem o sentido de "picar ou atingir com uma flecha". Vide ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste de Angola: Os Povos Não-Bantos e o Grupo Étnico dos Ambós*. 2ª ed. corrigida. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960, vol. I, p. 30.

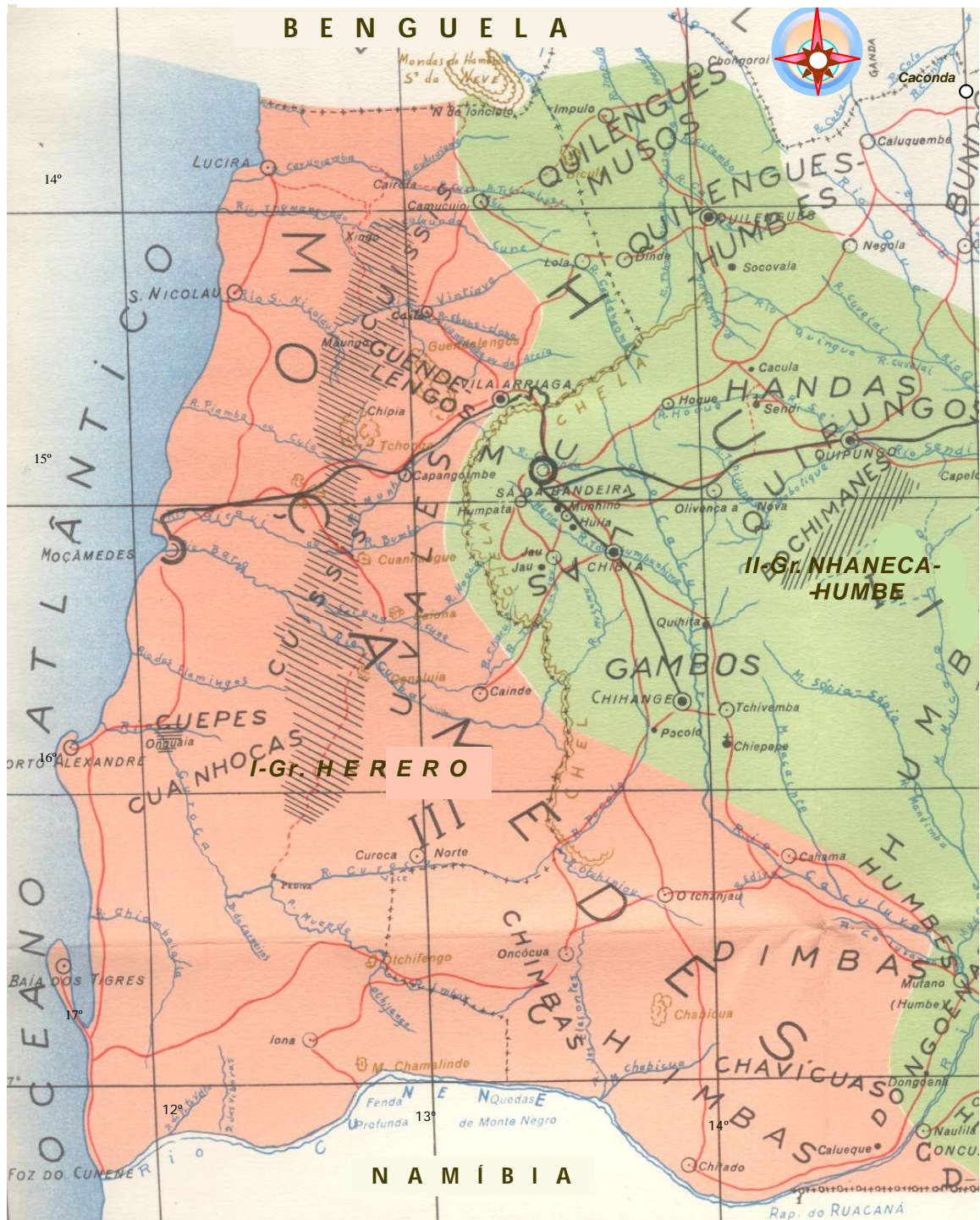
⁴ Ver esboço etnográfico apresentado no Mapa III (página seguinte).

⁵ Paulo Dias de Novais fora nomeado em 1571.

⁶ Os capitais espanhóis foram obtidos em Madrid por Jerónimo Castanho. Vide AA (*Arquivos de Angola*) 1934-1944, 2ª série, nº 1, vol. I.

⁷ Local onde era recolhido o “zimbo”, pequena concha que servia de moeda no reino de *Mbanza-Congo*. Segundo o historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro, conchas muito semelhantes ao “zimbo” da Ilha de Luanda, foram posteriormente encontradas em Salvador da Baía, facto que viria a causar grandes perturbações no reino de *Mbanza Congo*.

Mapa III – Esboço etnográfico (parcial) do sudoeste angolano



Legenda: Grupo Herero Grupo Nanheca-humbe Povos não Bantos

FONTE: ESTERMANN, Carlos – *Etnografia do Sudoeste de Angola: Os Povos Bantos e o grupo étnico dos Ambos*. 2ª ed. corrigida, Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960. Adaptação de José de Azevedo e Jaime Gomes.

As boas relações entre os portugueses e o reino do Congo, então constituído pelas terras de *Mani Vunda*⁸, *Mani Mbatu*⁹ y *Mani Soyo*¹⁰, haviam-se deteriorado de forma irreversível, pelo que era necessário encontrar novas formas de interacção¹¹.

Nessa época, o reino de Angola (*N'gola*), centralizado em Luanda, abrangia apenas as terras designadas por *N'dongo* e penetrava até ao reino de *Cassanje*: E, mais a sul, mencionava-se vagamente o mal conhecido reino de Benguela, que mais tarde passaria a ser designado por "Província de Benguela"¹². Esta difusa divisão administrativa, foi também comprovada pelo marinheiro escocês *Andrew Battel*, aprisionado pelos Jagas até 1602, que refere nas suas memórias ter encontrado um *quilombo*¹³ de Jagas, próximo da foz do rio Cuvo¹⁴. *Battel* garantia existir em enorme quantidade de ouro entre os Jagas, proveniente de um rio que corria a sul da Baía das Vacas (mais tarde Benguela), que julgamos tratar-se do rio Cunene¹⁵.

Ora, foi a partir da circulação dos escritos de *Andrew Battel*, onde se aludia ao ouro de Monomopata, que se acentuou o interesse pelo centro/sul de Angola. Contudo, independentemente deste fruste conhecimento territorial, parece-nos mais relevante relembrar que nessa altura - e sobretudo depois da união ibérica, sob o ceptro de Filipe II de Espanha¹⁶, o poderio bélico dos portugueses (tendo em conta a desigualdade de armamento) seria incontestavelmente superior ao poderio dos guerreiros Jagas. E que estes, por sua vez, teriam maior potencial que os diversos povos que foram subjugando na sua descida vitoriosa até ao Cunene. *R. Avelot*, citado por *Carlos Estermann*, diz a este propósito o seguinte:

"Podemos conjecturar que o reino de Mataman, na bacia do Cunene, é aniquilado no fim do século XVI sob os assaltos dados pelos Jagas. É de facto nesta época que os Cimbembas¹⁷ ou Dâmaras¹⁸ expulsos do seu país

⁸ Chefe do *Kongo (Mbanza-Congo)*, conforme mapa simplificado de *Deslile* (1708). Ver Mapa I.

⁹ Chefe da *Matamba* (norte de Malange e Lunda), segundo mapa de *Deslile* (1708). Ver Mapa I.

¹⁰ Chefe do *Massogno* (ou *Songo*), de acordo com mapa etnográfico de Ferreira Diniz, 1918. Ver Mapa I.

¹¹ A conquista, a ferro e fogo, tornar-se-ia na opção preferencial. Luís Mendes de Vasconcelos, nomeado governador de Angola em 1616, avassalou com guerras, todas as terras ao seu alcance, submetendo ao domínio da Coroa 109 sobas. Poucos anos depois, o número de sobas subjugados duplicaria. CAPELA, José – *Escravidão: Conceitos: A empresa de Saque*. Porto: Afrontamento, 1978, p. 85-86.

¹² Ver Mapa I. A capital da "Província de Benguela" foi teoricamente criada em 1617, por Cerveira Pereira, sendo que a fundação da cidade apenas ocorreria, formalmente, em 1647.

¹³ *Quilombo* - No idioma Banto quer dizer "campo de iniciação" ou simplesmente "acampamento". No Brasil, quilombos foram os espaços de liberdade fundados pela terra adentro pelos escravos fugitivos, como o reino livre de Palmares, que durou mais de um século e que resistiu a mais de trinta expedições militares dos exércitos da Holanda e de Portugal. No Rio da Prata, quilombo significa bordel, caos, desordem, degradação.

¹⁴ O rio Cuvo nasce no planalto central de Angola e desagua a sul de Porto Amboim, também conhecido por Benguela-a-Velha. Ver mapa I.

¹⁵ Acreditava-se que subindo o Cunene se alcançaria o Zambeze.

¹⁶ Na transição do século XVI para o século XVII a Espanha detinha o maior império de sempre.

¹⁷ Também grafado "Chimbembas", pelo mesmo autor. Carlos Estermann adopta a designação de "Chimbas".

pelos invasores vindos do norte, passam o Cunene para irem refugiar-se no Kaoko, donde mais tarde saíram os Vaherero¹⁹. Os conquistadores [...] formaram dois novos reinos, o de Huila e o de Lu-nkhumbi, este último governado pelo Humbi-inene, título autenticamente Jaga [...] O reino do "Grande Humbe" compreendia então toda a bacia do Alto Cunene até à sua confluência com o Caculovar. A Huila, Muila ou Hila, mais a poente, ocupava os planaltos entre o Cunene e o oceano"²⁰.

Tratando-se de uma mera conjectura, de resto assumida por *R. Avelot*, são no entanto afirmações que *Carlos Estermann* - profundo conhecedor da região em causa - apenas corrigiu parcial e pontualmente, no que concerne aos limites geográficos, sem contudo contestar o essencial, isto é, o movimento descendente dos temíveis guerreiros Jagas.

Por outro lado, nos alvares do século XVII, o tráfico de escravos na costa angolana, a sul de Luanda, adquirira relevância e consistência. No "*Archivo Pittoresco*" podemos ler, sobre a Baía de Mossamedes, conhecida nas cartas antigas por "Angra do Negro" e que se localiza relativamente próximo do limite sul de Angola, o seguinte:

"Já no século XVII, a Angra era muito visitada de navios portugueses, e ainda mais por corsários estrangeiros: uns e outros, porém, somente a procuravam, ou para refrescar e fazer aguada, ou por ser ponto azado às especulações de escravatura"²¹.

Ora, em termos de equilíbrio funcional entre as colónias portuguesas, esta simples asserção à escravatura, parece articular-se perfeitamente com o conhecimento que os portugueses detinham, desde o século XVI, sobre a apreciável riqueza demográfica de Angola²², em contraste com o Brasil, onde afinal haveria bastante ouro e pedrarias,

¹⁸ Tribo tipo do sudoeste africano, que habitava a Damaralândia; chamados *Damas* pelos seus vizinhos do sul, (os Hotentotes), em cuja língua o termo *dama* significa "negros".

¹⁹ *Vaherero* - O mesmo que Herero; grupo étnico constituído pelos Dimbas, Chimbas, Chavícuas, Hocavonas, Cuvales, Cuanhocas e Guendelengos, a quem o Padre *Carlos Estermann* dedicou o 3º volume da obra *Etnografia do Sudoeste de Angola*. Habitavam o sul de Angola (Cahama, Otchinjau, Chitado, até ao sul do rio Cunene; desde a *Bibala* (mais tarde Vila Arriaga), situada a noroeste (no escarpado da cordilheira da Chela), até ao limite natural da faixa semi-desértica do Namibe, onde habitavam os Cuisses. Ver Mapa III.

²⁰ AVELOT, R. -Les grands mouvements des Peuples en Afrique - Jaga et Zimba - Bulletin de Géographie historique descriptive, année 1912. Apud ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste de Angola: Grupo Étnico Nhaneca-Humbe*. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva, 1958, vol. II, p. 29.

²¹ P - *Archivo Pittoresco*, vol. 4º, p. 160.

²² No manuscrito de Domingos de Abreu e Brito (1590-1591), pode ler-se, a propósito do "Reyno Danguolla": "[...] pella terra ser fertelissima em grade abundância, & muito pouoada, em tanto que se afirma ser a mais pouoada do mundo." Vide FELNER, Alfredo de Albuquerque - *Um inquérito à Vida Administrativa e Económica de Angola e do Brasil em Fins do século XVI, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa: pelo licenciado Domingos de Abreu e Brito*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 6.

mas, arrelhadoramente, uma densidade demográfica pouco significativa. E também já se aceitava (à data do deslumbramento com as riquezas brasileiras) que os índios do Brasil eram menos submissos e pouco amigos do trabalho, ao contrário dos naturais de Angola, considerados menos agressivos e muito mais esforçados²³. Não é de estranhar, portanto, que a sobreposição destas duas vertentes circunstanciais tenha espoletado o desígnio de se aproveitar o potencial demográfico existente em Angola²⁴, aplicando-o na exploração das minas e no desenvolvimento agrícola do Brasil, que no dealbar do século XVII já produziria cerca de dois milhões de arrobas de açúcar por ano²⁵! E, conseqüentemente, o comércio de escravos com destino ao Brasil passou então a ser a principal motivação dos navios negreiros que singravam as costas angolanas, fazendo florescer feitorias costeiras (intermediárias), que angariavam a desejada "mercadoria", constituída em regra por prisioneiros angolenses capturados nas lutas entre tribos locais, muitas vezes instigadas, interessadamente, pelos portugueses, tal como é descrito por José Capela.

“O desejo, a ânsia insofrida da conquista, na gente que acompanhava Paulo Dias, o que, aliás, era da época, levavam a provocar os indígenas à rebelião, com o fim de fazerem presas de guerra, que de contrário só poderiam obter pelos processos normais de permuta”²⁶.

De parte a parte, portanto, havia cumplicidades que desde cedo converteram a colonização num indesmentível acto de força. De força interessada, que nada tinha a ver com a proclamada cristianização. Decerto que houve excepções: cientistas, missionários, técnicos, políticos, humanistas que fizeram a diferença. Mas nada que fosse suficiente para alterar a imagem indelével de exploração violenta e desenfreada transmitida pelas diversas colonizações.

²³ Como é sabido, “Na Terra de Vera Cruz, os Jesuítas conseguiram preservar a liberdade do indígena”. Vide GARCIA, Resendo Sampaio – *Dicionário de História de Portugal*. (Dir. Joel Serrão). Lisboa: 1975, p. 425. Por outro lado, D. Sebastião já tinha condenado (Lei de 20 de Março de 1570), os modos ilícitos de cativar os índios brasileiros. “Dois dos mais resolutos defensores dos índios, o dominicano Las Casas e o jesuíta luso-brasílico António Vieira, no século XVII, propõem às suas respectivas Coroas o recurso ao trato negreiro a fim de que o escravo africano libertasse os índios da servidão imposta pelos moradores.” ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. 4ª ed. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 37.

²⁴ Subscrito, mais tarde, por Oliveira Martins.

²⁵ ROCHA PINTO, Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1987, p. 87.

²⁶ CAPELA, José – *Escravidura: Conceitos: A empresa de Saque*. Porto: Afrontamento, 1978, p. 86.

1.2. – Primeiros passos pelo interior angolano: influência da Espanha e da Holanda

O primeiro ponto de apoio português a sul de Benguela-a-Velha (Porto Amboim)²⁷, foi a ocupação da região de Benguela, em Maio de 1617, por Cerveira Pereira, governador interino da capitania de Angola. Este governante começou por mandar construir um forte na chamada “Baía das Vacas”, para no ano seguinte entrar em combate com os indígenas “maquimbes” (Chimbas?). Relata o governador vitorioso, que capturaram “mil cabeças e gado e outras tantas ovelhas e carneiros”²⁸, declaração comprovativa de que os habitantes da região eram essencialmente criadores de gado bovino e ovino. E que igualmente evidencia a nova tendência dos portugueses para saquear, impunemente e pela força das armas, os rebanhos das populações autóctones²⁹.

Uma década depois (1627-1628), na sequência da teórica fundação de Benguela, o sucessor de Cerveira Pereira, capitão-mor Lopo Soares Lasso, organizou uma expedição que se deslocou às cabeceiras do Cunene, estabelecendo os primeiros contactos com a região da Huíla, descrita como “província cheia de montanhas, cujos habitantes dos cumes cultivam a terra e desfrutam de um clima ameno”³⁰. E transcorridos outros dez anos (1638), Soares Lasso foi até Caconda, a mais de 200 km do litoral, aonde estabeleceu algumas relações comerciais com as populações autóctones. No ano seguinte, de acordo com o mapa anexo ao livro *Angola*³¹, de Alfredo de Albuquerque Felner, a Huíla foi novamente visitada, a partir de Benguela. Seguiu-se um hiato de mais de vinte anos que, curiosamente, coincidiu com o período que se seguiu à restauração da independência portuguesa.

Assim, a 22 de Agosto de 1641, imprevistamente, Luanda foi surpreendida pelo aparecimento de uma esquadra holandesa composta por 18 naus de alto bordo, tripulada por 2000 militares, a qual tinha sido organizada em Pernambuco pelo alemão/holandês *Maurits van Nassau*³², que chefiava no Brasil, a Companhia das

²⁷ Ocupada pelos portugueses em 1584. Ver Mapa I.

²⁸ DELGADO, Ralph - *O Reino de Benguela*. [S.l.:s.n.], 1941, p. 30-32.

²⁹ Contrariamente ao que acontecera em *Mbanza-Congo*, no século XVI.

³⁰ Esta descrição encontra-se no mapa que acompanha a obra de *Abbeville*, datado de 1656. *Abbeville* localiza correctamente a foz do rio Cunene, indicação que, 135 anos depois (em 1790), seria vagamente referida por Pinheiro Furtado. Vide ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste de Angola: Grupo étnico Nhaneca-Humbe*. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva, 1958, p. 26.

³¹ FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos (vol. III 1856-1893)*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940.

³² *Johan Maurits van Nassau-Siegen*, militar, entusiástico e culto administrador colonial holandês, nomeado governador das possessões holandesas no Brasil, chegou ao Recife em 1637. Regressou à Europa em 1644. Sobre o perfil de *Johan Maurits*, vide ISRAEL, I. Jonathan – El Brasil y la Política holandesa en el Nuevo Mundo (1618-1648). In *Acuarela de Brasil, 500 Años Después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*, II Colóquio Internacional de Historia de América. ed. Traducción y revisión de textos a cargo de J. Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999. O historiador Luiz Felipe de Alencastro, denominou *van Nassau-Siegen*, por “príncipe escravagista”.

Índias Ocidentais³³. As tropas holandesas, auxiliadas por gente de *Mbanza Congo*, do Congo e da lendária Rainha *Matamba* (Jinga), foram suficientes para tomar a cidade aos mal a(r)mados portugueses que lá andavam, absolutamente esquecidos pelos ainda inseguros intervenientes na restauração da independência portuguesa, ocorrida em Dezembro de 1640³⁴. E, senhores da cidade de Luanda, os holandeses enviaram uma força para sul, que se apossou de Benguela, em Dezembro de 1641³⁵. E porque se sabe que quando Portugal se sublevou contra o domínio espanhol uma das prioridades de D. João IV foi conseguir a paz com o principal inimigo do rei espanhol, não deixa de ser estranha esta investida holandesa contra uma possessão portuguesa. Até porque o novo rei de Portugal se apressara a firmar uma trégua com os Estados Gerais das Províncias Unidas (Haia, 1641), onde se reconhecia o domínio holandês no nordeste do Brasil, a par de outras concessões suplementares. Parecia então que o Brasil holandês estaria para florescer e durar. A produção açucareira, que entre 1630 e 1633 se reduzira consideravelmente, tinha reentrado num ciclo de crescimento sustentado, pelo que se previa um futuro promissor.

Ora, essa mesma dinâmica não se verificava em Angola, nos anos seguintes à reconquista da soberania portuguesa, pois a situação dos “moradores” portugueses tornava-se cada vez mais insustentável. E por isso, em 1644, deslocaram-se a Lisboa os militares António Teixeira de Mendonça e Domingos Lopes de Siqueira, para exporem ao Conselho Ultramarino a dramática situação em que se encontravam aqueles portugueses, tendo o Conselho deliberado o envio, a curto prazo, de 200 homens. E que se empreendesse uma expedição militar de socorro, da qual se encarregou Salvador Correia de Sá e Benevides³⁶, que em 1643 fora nomeado general das frotas do Brasil e, no ano seguinte, membro do Conselho Ultramarino.

³³ O objectivo dos holandeses era a apropriação de todo o Atlântico Sul, de Pernambuco a Luanda. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, o tráfico negreiro também passou a ser importante para os holandeses, até porque detinham diversas possessões no Brasil. Na opinião de Caetano Gonçalves (governador-geral de Angola no século XX), a invasão de Angola pelos holandeses “visou menos a ocupação militar do território do que o mero tráfico da escravatura, para angariamento dos braços necessários à agricultura sul-americana [...] não haveria propriamente uma reconquista porque não houvera ocupação estrangeira”. GONÇALVES, Caetano – *Figuras e Factos da História de Marinha e Ultramar*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1949, p. 11.

³⁴ A cidade foi tomada pelos holandeses em 24 de Agosto de 1641. Era governador, Pedro César de Meneses, que reuniu em conselho com os oficiais, o qual decidiu, em face da desproporção de forças, retirar para Massangano, um presídio do interior, situado nas margens do rio Cuanza, a cerca de 140 km de Luanda. De resto, Luanda seiscentista era desde o início do século, uma povoação sem grande importância comercial. Concedida em 1571, como capitania hereditária, a Paulo Dias de Novais, neto de Bartolomeu Dias, foi elevada à categoria de cidade, em 1605. Ver mapa I.

³⁵ Durante a governação filipina, muitas colónias portuguesas tinham sido ocupadas por outros reinos da Europa (como foi o caso dos holandeses no Brasil), facto que naturalmente dificultava o reconhecimento formal da recém restaurada independência de Portugal, pelos reinos europeus ocupantes.

³⁶ Nascido no Rio de Janeiro, em 1594, distinguiu-se nas guerras contra os índios e na tomada da praça da Baía.

Teixeira de Mendonça e Lopes de Siqueira seguiram então para o Brasil, onde lhes foram fornecidas duas naus e um barco, com 260 homens, que zarparam da Baía³⁷, em 08 de Fevereiro de 1645. Chegados à costa angolana, desembarcaram em Quicombo³⁸, onde contactaram com vassalos do soba *Zamba*, amigo dos portugueses e senhor da província de *Sumbi* (Novo Redondo), tendo então adoecido mais de 200 soldados³⁹. Lopes de Siqueira, com dois capitães e vinte soldados, seguiu para o interior (a sul do rio Cuvo ou Queve), ocupado pelo jaga *Muniquiangombe*, para onde seriam depois transportados os doentes, numa operação que se prolongou por mais de um mês⁴⁰. Com o auxílio dos vassalos de *Zamba*, foi então construída uma ponte sobre o rio Cuvo ou Queve, sendo necessário repelir os Jagas da margem norte, que se opunham ao avanço para norte de 107 soldados portugueses e 8000 homens do soba *Zamba*, comandados por Lopes de Siqueira e por *Muniquiangombe*, respectivamente. Reagrupando-se os Jagas, esperaram pacientemente pelos portugueses nas terras de *Indecuta* (entre os rios Cuvo e Longa), onde dizimaram a expedição, no dia 19 de Junho de 1645. Ali morreram em combate 103 portugueses, entre os quais Lopes de Siqueira, bem como *Muniquiangombe* e um número indeterminado de vassalos do soba *Zamba*.

Face a tantas dificuldades, só em 1680 (40 anos depois da restauração da independência e muito depois de os holandeses terem sido expulsos de Angola) é que terá sido dado o primeiro passo concreto, no que respeita à fixação de europeus no interior sul de Angola, com a construção de um fortim em Caconda (zona onde se supunha existirem grandes jazidas de cobre). Entretanto tinham passado 42 anos sobre a primeira digressão a Caconda, sem qualquer progressão digna de nota.

Mais a norte, no entanto, progredia-se mais rapidamente para o interior profundo: catorze anos antes (1662-1664), o capuchinho *Cavazzi*⁴¹ contactara com os Jagas ou Bangalas da Missão de Santa Maria da Matamba e com a rainha Jinga (também referenciada por *Nzinga e Nzingha*), a célebre D. Ana de Sousa⁴².

³⁷ A Baía tinha sido conquistada pelos holandeses em 1642. Vide ROCHA PINTO, Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1987, p. 89.

³⁸ Ver Mapa I.

³⁹ Tudo leva a crer que se tratava de paludismo ou malária, uma doença que já era temível no século XII, conforme nos relata MAALOUF, Amin – *Les Croisades vues par les Arabes*. Paris: Brodart et Taupin, 2007, p. 247.

⁴⁰ *Muniquiangombe* havia sido expulso por outros jagas que habitavam na margem norte do rio Cuvo.

⁴¹ João António Cavazzi de Montecuccolo, no seu livro *Istoria Descrivione de' tre regni: Congo, Matamba e Angola*. Bolonha, 1687, diz ter visitado a província de “Scella” (Chela), fazendo a descrição daquela região. Uma tradução do livro de Cavazzi foi publicada em 1965, em Lisboa, pela J.I. do Ultramar. Ver Bibliografia.

⁴² Vide AZEVEDO, J. M. Jinga Mbandi d’ – *Rainha Matamba, 1583-1663*. Braga: Of. Gráfica Augusto Costa, 1949.

1.3. – Reacção dos portugueses em Angola e no Brasil

Salvador Correia partiu para o Brasil em Dezembro de 1644, como general da frota do Brasil, estando incumbido de organizar a expedição de socorro a Angola⁴³. Chegado ao Brasil, contactou logo com o governador cessante do Rio de Janeiro, Francisco Souto-Maior⁴⁴, que entretanto havia sido nomeado governador de Angola (em substituição de Pedro César de Meneses), encarregando-o da dita expedição, requerida pelo Conselho Ultramarino de Lisboa, do qual era membro.

A partida de Souto-Maior para Angola ocorreu em 08 de Maio de 1645. A armada, constituída por 300 homens, fundeou na Enseada do Negro (Baía de Mossamedes) a 10 de Julho de 1645, donde seguiu para norte (evitando Benguela, em poder dos holandeses), até chegar a Quicombo, onde ainda se encontrava um barco da expedição anterior. A 26 de Julho, Souto-Maior recolheu os 153 portugueses que restavam da falhada expedição de 260 homens, comandados por Teixeira de Mendonça e Lopes de Siqueira⁴⁵, dando-se início à construção de uma povoação destinada a servir de base de operações. Mas, sendo urgente estabelecer contacto com Pedro César de Meneses (refugiado em Massangano), Souto-Maior deslocou a armada de Quicombo (04 de Outubro), fundeando, quatro dias depois, na baía de Suto (próxima da foz do rio Cuanza), onde desembarcou tropas e armamento. E a 16 de Outubro, Pedro César de Meneses desceu até à Barra do Cuanza, encontrando-se com Souto-Maior que, a partir de 25 de Outubro de 1645 assumiu o governo de Angola, partindo para o posto de Massangano⁴⁶. Foi porém acometido de doença, morrendo em Massangano em 19 de Maio de 1646, não chegando a cumprir sete meses de governo.

Perante este impasse, não se alterando, em concreto, a precária situação em que se encontravam os portugueses em Angola, D. João IV, ouvido novamente o Conselho Ultramarino, propôs que fosse organizada uma nova expedição, que definitivamente libertasse Angola da ocupação holandesa. E, uma vez mais, Salvador Correia (nomeado governador de Angola em Setembro de 1647) desembarcou no Brasil, em 23 de

⁴³ Limitamo-nos a reproduzir, em linhas gerais, algumas passagens menos divulgadas da reconquista de Angola. A historiadora Isabel Castro Henriques considera os olhares sobre a história de Angola de Oliveira Cardonega e de Elias Alexandre da Silva Corrêa, estão organizados em função de um eixo central baseado nas intervenções e nas reacções portuguesas, caracterizando-se por uma ocultação contínua dos africanos. Concordamos plenamente.

⁴⁴ Grafia utilizada por Isabel Castro Henriques, em detrimento de Sotto Mayor, utilizada por outros autores.

⁴⁵ Uma descrição detalhada destes acontecimentos, poderá ser obtida através da consulta de um documento com o título: “Relação da Viagem que fizerão o capitão mor António Teixeira de Mendonça e o sargento mor Domingos Lopes de Siqueira, indo da Bahia em socorro a Angola”. *Arquivos de Angola*, 2.ª série, nº 376, vol. I, p. 135-144.

⁴⁶ Mas, como os holandeses também controlavam a Barra do Cuanza, impedindo aos portugueses a passagem fluvial para Massangano, Souto-Maior decidiu, em Março de 1646, quebrar um tratado de tréguas, estabelecido entre o seu antecessor e os holandeses.

Janeiro de 1648, onde conseguiu organizar uma esquadra apetrechada e aprovisionada à custa de uma quotização lançada aos moradores do Rio de Janeiro, composta por um total de quinze navios e cerca de 1400 homens, muitos dos quais estavam já habituados a climas tropicais. Rumando para Angola, chegou ao Quicombo em 26 de Julho de 1648, sendo surpreendido a 1 de Agosto por um violento temporal que causou a perda da nau *Capitania*, com mais de 300 homens da sua tripulação. Levantou ferro no dia 06 de Agosto, chegando a Luanda a 11 de Agosto.

Os holandeses foram "convidados" a renderem-se. Porém, como tentassem resistir, travaram-se duas contendas, que terminaram com a rendição dos holandeses em 18 de Agosto. Assinada a capitulação (21 de Agosto), os 900 ocupantes foram então expulsos, passando Luanda a ser designada por "S. Paulo da Assunção de Luanda"⁴⁷. E, aniquilada a resistência dos holandeses, todos os reis indígenas que os tinham apoiado, foram severamente castigados. Assim se punha um ponto final à dominação holandesa, que durante a primeira metade do século XVII constituía o inimigo principal e uma séria ameaça económica para a Monarquia hispano-portuguesa⁴⁸.

Em 1654 os holandeses capitularam no Recife, o último reduto de defesa dos ocupantes neerlandeses, que então detinham uma considerável produção de açúcar. Fixando-se nas terras virgens das Antilhas, aí desenvolveram ricas culturas de cana sacarina, vindo a provocar uma grave crise (1670-1675) no mercado europeu de açúcar, em concorrência aberta com a produção açucareira do Brasil, que entrará em declínio a partir de 1675⁴⁹.

A paz com a Holanda só foi assinada em 1661 (o Tratado foi ratificado em 1662), nas seguintes condições: indemnização de 4 milhões de cruzados à Companhia das Índias, a pagar em 16 anos, em dinheiro, açúcar, sal ou tabaco; restituição às Províncias Unidas de toda a artilharia que se encontrava no Brasil com as armas do Estado ou da Companhia; liberdade de comércio para os holandeses não só no Brasil, mas em todas as outras possessões portuguesas, com todas as franquias e vantagens;

⁴⁷ Esta façanha colocou Salvador Correia entre os homens ilustres da História de Portugal. Foi, no entanto, vítima de intrigas e condenado a dez anos de degredo em África. Conseguiu ficar em Portugal, em prisão domiciliária, sendo mais tarde reintegrado, por D. Pedro II, no Conselho Ultramarino. Sobre a vida de Salvador Correia de Sá e Benevides, vide VALLADARES, Rafael – Brasil: de la Unión de Coronas a la Crisis de Sacramento, 1580-1680. In *Acuarela de Brasil, 500 Años Después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*, II Colóquio Internacional de Historia de América. ed. Traducción y revisión de textos a cargo de J. Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999, p. 23-36.

⁴⁸ Para melhor se entenderem as linhas de força das diversas conquistas e ocupações operadas durante o período de 1580-1640, vide ISRAEL, I. Jonathan [et al.]. – El Brasil y la Política holandesa en el Nuevo Mundo (1618-1648). In *Acuarela de Brasil, 500 Años Después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*, II Colóquio Internacional de Historia de América. ed. traducción y revisión de textos a cargo de J. Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999, p. 12-14.

⁴⁹ Vide ROCHA PINTO Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1987, p. 101-108.

renúncia de Portugal aos seus direitos sobre Ceilão, Ilhas Molucas, Malaca e outras terras de que a Holanda se apoderara até à data do Tratado. Em troca, a Holanda renunciaria às suas pretensões sobre as províncias do Brasil, que ocupara durante alguns anos⁵⁰.

1.4. – Articulação entre Portugal, o Brasil e a Europa

Em Portugal, por outro lado e um pouco mais tarde, D. Afonso VI (hemiplégico e intelectualmente limitado) era obrigado a abdicar do trono e também da mulher, Maria Francisca Isabel de Sabóia (1667 e 1668)⁵¹, tudo a favor do seu irmão, D. Pedro II, que, instigado pela Inglaterra, se envolverá mais tarde na Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1713). A troca da exportação de vinho para Inglaterra, Portugal aceitou a entrada de lanifícios ingleses e permitiu o avanço da influência inglesa na Índia (Tratado de *Methuen*)⁵². Em contrapartida, no reinado de D. Pedro II progrediu a ocupação do interior do Brasil, embora provocando grandes rupturas na vida económica e social portuguesa. Não só pela repercussão que a guerra entre Portugal e a Espanha tinha na América Latina, mas também por se verificar, embaraçadamente, que as elevadas quantidades de açúcar provenientes do Brasil e reexportadas para a Europa, eram notoriamente insuficientes para cobrir as importações de um país voltado para o mar, que descurara a sua produção interna⁵³.

No final do século XVII e início do século XVIII, Portugal “descobriu” no Brasil um enorme potencial de ouro e diamantes, facto que alterou todos os esquemas vigentes e subverteu completamente a ‘ordem’ social existente⁵⁴. E a assinatura do tratado de *Utreque*, que pôs fim à Guerra de Sucessão de Espanha, foi visto internamente como um acontecimento muito positivo, na medida em que os portugueses podiam agora centrar a sua atenção no Brasil, onde viam reconhecido o direito de domínio e posse

⁵⁰ ROCHA PINTO Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1987, p. 98.

⁵¹ A independência de Portugal só foi reconhecida pela Espanha a 13 de Fevereiro de 1668, por um Tratado de paz ratificado no mês seguinte.

⁵² No reinado seguinte (D. José I), tornar-se-ia necessária a tomada de medidas, visando a protecção das indústrias portuguesas de lanifícios.

⁵³ “Desde 1580 – o açúcar brasileiro assume o primeiro lugar no Império português. Os engenhos da América portuguesa já fabricavam nessa época cerca de 350 mil arrobas, ao passo que os da Madeira e S. Tomé, em declínio, produzem respectivamente 40 mil e 20 mil arrobas anuais de açúcar. [...] Iniciada com base no trabalho compulsório indígena, a expansão açucareira brasileira será pouco tributária do africano e do comércio negreiro.” ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. 4ª ed. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 33.

⁵⁴ “Em 1706, o governador do Brasil, D. Rodrigo da Costa, previa a ruína total da colónia, facto que atribuía exclusivamente à carência de escravos.” CAPELA, José – *Escravidão: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 159.

das duas margens do rio Amazonas⁵⁵. D. João V, que ascendera ao poder em 1706, passou então a preocupar-se, em primeiro lugar, com a defesa do Brasil e das suas rotas marítimas, que lhe pagavam o fausto e as extravagâncias. As minas de ouro e de pedras preciosas deram origem a um povoamento acelerado e anárquico do interior brasileiro⁵⁶, induzindo, conseqüentemente, a uma demarcação mais rigorosa das respectivas fronteiras; até porque começava a generalizar-se a ideia de que o simples facto de se "descobrir" um território, não garantia a sua posse pelo país descobridor (Tordesilhas era letra morta), sendo necessário proceder-se à sua ocupação efectiva. Sobre a euforia dessa época, diz o historiador Rocha Pinto:

“Não há nada que nos possa dar uma ligeira ideia do alvoroço geral que produziu a notícia da descoberta das grandes jazidas de ouro no interior. Espalhada a notícia por todo o Brasil e no reino, as migrações em massa tornar-se-ão espantosas: das cidades, das vilas, dos recôncavos, ao fundo dos sertões, acorrerão brancos, pardos, negros, índios”⁵⁷

Era o princípio do fim da produção açucareira, da corrida intercolonial a mais braços escravos, da “guerra das Emboadas” (que opunha bandeirantes paulistas e descobridores vindos do reino), da guerra entre os senhores de engenho (que se intitulavam filhos dos restauradores de Pernambuco) e os homens de comércio, na sua maioria portugueses do reino⁵⁸. Orlando da Rocha Pinto refere-se à “Babel” instalada, nos seguintes termos:

“Nas regiões auríferas, anteriormente desabitadas e incultas, agora invadidas, faltam os géneros indispensáveis para o trabalho e para a vida, penúria que a posse de ouro não remediava. Fomes e privações de toda a espécie, tornava a vida particularmente difícil”⁵⁹.

⁵⁵ O Tratado de Utreque foi celebrado em 26 de Março de 1714 e viria a confirmar a hegemonia da Inglaterra. A 13 de Julho do mesmo ano, pelo tratado de paz e amizade, foi estipulado o monopólio do tráfico a favor da Inglaterra. Vide CAPELA, José – *Escravidão: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 159.

⁵⁶ A descoberta de ouro e diamantes, e um menor risco, em comparação com África, canalizavam para o Brasil todas as atenções dos emigrantes. Eis como Jaime Cortesão descreveu a crise provocada pela descoberta de ouro no Brasil: “a mineração representou uma profundíssima revolução na vida da colónia. Num curto espaço de anos, Minas Gerais torna-se no centro económico do Brasil, e este a mais rica de todas as colónias europeias da América”. CORTESÃO, Jaime – *O Ultramar Português depois da Restauração*. Lisboa: 1971, p. 218-219.

⁵⁷ ROCHA PINTO Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1987, p. 111.

⁵⁸ A chamada “guerra dos Mascates” iniciou-se em 1710 e durou até ao ano de 1714.

⁵⁹ ROCHA PINTO Orlando da – *Op. cit.*, p. 114.

E, nesta dilemática, surgiram duas novas preocupações, de certo modo antagónicas: por um lado, havia todo o interesse no povoamento das terras desconhecidas do interior brasileiro⁶⁰, na medida em que Portugal florescia à custa da riqueza vinda do Brasil; por outro lado, o preocupante despovoamento do reino e o descalabro na sua produção interna, faziam a Coroa depender quase exclusivamente das taxas aduaneiras (o “quinto” do ouro) e, indirectamente, do tráfico de escravos⁶¹.

Em 1750, morreu D. João V e subiu ao trono D. José I, que nomeou seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, instaurador de uma política impositiva e centralista. Prosseguiram as diligências no sentido de reorganizar e disciplinar os interesses reais sobre o ouro, instituindo-se a Casa dos Quintos em Cuiabá e em Vila Boa (Goiás), ou recuperando para a Coroa os poderes concedidos aos primeiros donatários, uma vez que estava esgotada a fórmula de ocupação subsistente. Foi assinado o Tratado de Madrid (1753), que reconhecia o domínio espanhol sobre a Colónia de Sacramento, em troca da cedência a Portugal de sete missões jesuítas na margem oriental do rio Uruguai, assim se desenhando a silhueta geográfica do actual Brasil. Mas, em consequência do terramoto de 1755, dos elevados custos da reconstrução de Lisboa e do envolvimento português na Guerra dos Sete Anos, sobreveio um período de profunda crise económica, especialmente agravada pela derrocada das grandes companhias monopolistas brasileiras, com os armazéns em Lisboa pejados de açúcar brasileiro, que mesmo ao preço de menos de 1.000 réis a arroba, não encontrava compradores⁶². Ora, foram estes factos que determinam a adopção de diversas medidas regeneradoras e o desenvolvimento de estratégias de fomento comercial, industrial e de defesa nacional: aumentou-se significativamente o número de navios da marinha de guerra e da marinha mercante⁶³, construíram-se fábricas, melhoraram-se as vias de comunicação. Em 1759 foram expulsos os jesuítas e foi abolida a Companhia de Jesus, detentora de muitos imóveis urbanos, canaviais e fazendas pecuárias de valor estimado em cerca de 1.000 contos, acontecimento que teria repercussões no sector do ensino e da presença de Portugal no ultramar⁶⁴.

⁶⁰ Nos locais de mineração surgiram povoações como Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté, Congonhas, São João do Rei, Tiradentes, etc.

⁶¹ Em África não existia outro negócio de vulto e no Brasil não havia produção sem o trabalho dos escravos.

⁶² Vide ROCHA PINTO, Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1987, p. 134-137.

⁶³ Com reflexos no tráfico de escravos. Segundo Andrade Corvo, “de meados do século XVIII até princípios do século XIX, de Benguela e de Luanda, em 44 anos, embarcaram 642.000 escravos, ou seja 14.000 a 15.000 por ano.” CAPELA, José – *Escravidão: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 169.

⁶⁴ As dificuldades da Companhia de Jesus começaram em 1756, quando foi promulgado um Diploma que abolia definitivamente a escravidão de índios e vedando aos padres a administração temporal dos índios. Os jesuítas resistiram às leis da abolição apelando para o facto de haver escravos legitimamente adquiridos.

D. José I morreu em 1777, sucedendo-lhe D. Maria I, sua filha primogénita que, atenta à situação do ultramar português, enviou missões científicas a Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique⁶⁵. A morte do marido e do príncipe herdeiro, em 1786 e 1788, respectivamente, bem como a revolução francesa de 1789, abalaram a sua saúde mental, pelo que D. João VI assumiu a regência do reino, a partir de 1799⁶⁶.

D. João VI começou por apoiar a Espanha, na guerra com a França (Campanha do Rossilhão (1793-1794). Mas, poucos anos depois, a Espanha declarou guerra a Portugal, a chamada Guerra das Laranjas (1801). E, como “um mal nunca vem só”, aconteceram neste conturbado reinado as devastadoras invasões francesas, que obrigaram a Corte a fugir para o Brasil⁶⁷, enquanto se acentuavam as pilhagens dos ingleses, que dominavam vários sectores produtivos do país⁶⁸.

A culminar o descalabro, a França e a Espanha assinaram (1807) o Tratado de *Fontainebleu*, estabelecendo a divisão de Portugal em dois reinos: o Reino da Lusitânia e o Reino dos Algarves, que seriam governados pela Rainha da Etrúria e por um ministro de Carlos IV, respectivamente, assim se “riscando do mapa”, teoricamente, a existência do Reino de Portugal.

1.5. – Escravatura no final do século XVIII: papel da Inglaterra da França e do Brasil

Só a escravatura podia fornecer os braços necessários ao desenvolvimento e exploração dos recursos naturais existentes nos domínios ultramarinos das nações coloniais. Consequentemente, o movimento abolicionista, que dava os primeiros passos no sentido da restituição da dignidade a todos os seres humanos, passava por grandes dificuldades para fazer alterar um *status quo* que, até finais do século XVIII, aceitava reconhecer estas “transacções mercantis”, porque eram altamente lucrativas. “No século XVIII, dizia-se que o custo de um negro equivalia a uma arma de Birmingham. E esta cidade estava, então, a exportar uma média anual de 100.000 a 150.000 armas”⁶⁹.

⁶⁵ A fase final do reinado de D. José I (entre 1770 e 1777), caracterizara-se pela tentativa de fomento industrial ultramarino, tendo em vista a minimização dos prejuízos e problemas financeiros inerentes à falência dos monopólios brasileiros. Sobre esta temática, *vide* REGO, Pe. António da Silva – *O Ultramar Português no Século XIX: 1834-1920*. Lisboa: AGU, 1969, p. 22-24.

⁶⁶ A influência da Revolução Francesa foi de facto notável: para além de ter gerado um Napoleão sedento de conquistas, rapidamente espalhou pela Europa os ideais liberais que a enformavam.

⁶⁷ Na carta de D. João VI a justificar a sua fuga para o Brasil, pode ler-se: “Vejo que pelo interior do meu Reino, marcham tropas do Imperador da França e Rei de Itália [...] tenho resolvido [...] passar com a Rainha [...] para os Estados da América e estabelecer-me na cidade do Rio de Janeiro até à paz geral.”

⁶⁸ O manifesto de *Junot* aos habitantes do Reino de Portugal contém o seguinte aviso, objectivamente intencional: “Um exército francês vai entrar no vosso território [...] para vos tirar do domínio inglês [...]”.

⁶⁹ CAPELA, José – *Escravatura: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2º ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 89.

Apesar disso, no reinado de D. José (1750-1777) foram decretadas algumas medidas para combater o tráfico de escravos, sendo que uma delas concedia a liberdade a todos os escravos que entrassem no país⁷⁰. O problema é que deixando de ser escravos, teriam de ser remunerados. E assim deixavam de ter interesse. Quanto aos índios do Brasil eram “teoricamente” declarados livres, disposição que contribuía para uma maior procura de escravos africanos⁷¹. E, pelo alvará de 19 de Setembro de 1761, foi declarada a liberdade dos escravos desembarcados no reino, isto porque o rei, pragmático, entendia que:

“...fazendo nos Meus Domínios Ultramarinos uma sensível falta para a cultura das Terras e das Minas, só vêm a este continente ocupar os lugares dos moços de servir, que ficando sem cómodo, se entregam à ociosidade”⁷².

Em 1772, a justiça britânica estabeleceu o princípio de que “todo o escravo se torna livre quando pisa o solo de Inglaterra”⁷³, mantendo todavia inalterado o sistema esclavagista que vigorava nos territórios coloniais. “Em 1714, havia 59.000 escravos nas colónias britânicas. Em 1754, já eram 298.000. E em 1790 a população escrava elevava-se a 697.897 almas, contribuindo para este aumento espectacular os nascimentos entretanto verificados”⁷⁴.

Em 1794, foi a vez da França declarar a abolição da escravatura em todas as suas colónias, “conferindo a todos os negros a qualidade de cidadãos franceses, com todos os direitos assegurados pela Constituição”. Tal disposição, bastante imponderada na sua abrangência em relação aos interesses instalados, não pôde manter-se, como veremos, mais detalhadamente, no capítulo seguinte.

Mas o que verdadeiramente estava em causa, era a manifesta impossibilidade de fazer convergir caminhos e interesses absolutamente antagónicos: por um lado, não sobravam braços para explorar a crescente riqueza oferecida pelas colónias, por outro

⁷⁰ Desde 1759 até 1803, os registos coloniais dão saídos de Angola para o Brasil 642.000 negros, o que corresponde a 14.000-15.000/ano. Vide ROCHA PINTO, Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1987.

⁷¹ Segundo Luiz Felipe de Alencastro, chegaram então ao Rio de Janeiro 250 000 escravos provenientes de Moçambique. A partir de 1760, Moçambique passou a depender do Rio de Janeiro.

⁷² Como é evidente, não se pretendia abolir o tráfico de escravos (contrariamente ao que afirmariam mais tarde Sá da Bandeira e Cunha Leal), mas apenas proibir a entrada de mais escravos em Portugal, reenca-minhando o tráfico para o Brasil. Vide CAPELA, José – *Escravatura: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2º ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 162-163.

⁷³ CAPELA, José – *Op. cit.*, p. 154.

⁷⁴ Contudo, em 1782 e segundo Alden Dauril, a população escrava do Brasil cifrava-se em 1.500.000 pessoas, isto é, cerca de metade da população total, estimada em 3.055.000 habitantes. Vide DAURIL, Alden – “The population of Brasil in the late eighteenth century: a preliminary survey”. *The hispanic american historical review*, may, 1963, vol. XLIII, nº 2.

lado criavam-se obstáculos ao “progresso”! Por isso mesmo, o sinuoso caminho para a extinção da escravatura foi lento e difícil, sobretudo num tempo em que as colónias eram consideradas parte inalienável e adquirida do património das mais importantes nações que, obviamente, se opunham a quaisquer alterações que não contemplassem a globalidade dos interesses materiais que estavam em jogo.

Exemplo lapidar dessa interminável disputa, foi dado pelo Brasil, onde a descoberta de ouro, em Minas Gerais, desencadeara a procura de mais e melhores escravos, que os portugueses compravam na Costa da Mina, então na posse dos holandeses⁷⁵. Mas, na transição do século XVIII para o século XIX, não era apenas o ouro que precisava de gente, como demonstram as tabelas que a seguir se inserem, pelas quais se poderá avaliar o surto de desenvolvimento, experimentado por outros sectores da produção.

Assim, enquanto prosseguia em Angola um incipiente e difícil reconhecimento territorial, o Brasil começava a afirmar-se como centro de atracção de populações e de produção agro-pecuária, dados que de certa forma terão repercussões na futura colonização do sudoeste angolano. Contando com mais de dois milhões de indivíduos (2.300.000 em 1798, segundo Correia Serra), dos quais 800.000 seriam brancos, o Brasil exportou em 1794 produtos no valor global de 4.258.840\$470 réis, distribuídos conforme consta no seguinte quadro de ordenação:

<i>Produtos</i>	Valor (em réis)
Açúcar branco	1.747.005\$720
Algodão	801.876\$760
Tabaco	437.531.\$200
Açúcar mascavado	410.349\$593
Arroz	250.689\$230
Cacau	156.124\$500
Couros secos	102.062\$016
Couros salgados	62.849\$759
Vaquetas	48.911\$130
Meios de sola	33.043\$500
Atanados	21.976\$716
Café	19.913\$205
Aguardente	12.866\$759
TOTAL	4.258.823\$470

⁷⁵ CAPELA, José - *Escravatura: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 151.

Em 1800, a população ascendia a três milhões de indivíduos⁷⁶, encontrando-se a laborar 806 engenhos de açúcar em toda a região norte e 324 na região sul. O valor dos produtos exportados triplicara, cifrando-se em 12. 584.505\$139 réis, conforme o quadro que a seguir se apresenta:

<i>Produtos</i>	Valor (em réis)
Algodão	3.342.010\$712
Açúcar branco	2.174.812\$200
Açúcar mascavado	668.745\$036
Couros secos	807.116\$895
Arroz	368.323\$904
Tabaco	339.347\$200
Cacau	381.081\$660
Café	204.876\$000
Vaquetas	149.047\$760
Couros salgados	91.933\$500
Meios de sola	75.313\$810
Aguardente	70.354\$500
Atanados	54.772\$736
TOTAL	12. 584.505\$139

Pela análise comparativa dos dois quadros, referentes a 1794 e 1800, verifica-se que no último lustro do século XVIII a produção de algodão teve um crescimento espectacular (+417%), suplantando largamente a produção global de açúcar (branco e mascavado), correspondente a 26% do total das exportações e passando a ocupar o primeiro lugar na tabela geral das exportações de produtos agro-pecuários.

Significativas foram igualmente as subidas dos produtos de origem animal, como os couros secos (+791%) e as vaquetas, (+304%), bem como do cacau (+244%) e do café (+102%). Note-se, no entanto, que mesmo o açúcar branco registou uma subida considerável durante o último quinquénio do século XVIII, traduzida numa quase duplicação da produção.

Por outro lado foi notória a quebra na produção de tabaco, único item em que os valores decresceram.

⁷⁶ Em conformidade com os cálculos do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, membro da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Era filho de um oficial alemão contratado pelo Governo do Brasil, no início do século XIX.

Em 1802 o valor total das exportações brasileiras começou a decrescer, cifrando-se em apenas 10.353.244\$931 réis. O algodão sofreu uma quebra de 9%, enquanto o açúcar branco cresceu cerca de 9%, evolução positiva que foi acompanhada pela produção de aguardente, em detrimento da produção de açúcar mascavado. Mas a quebra mais drástica verificou-se na exportação de couros salgados, que passou de um valor superior a 807 contos de réis, para cerca de 248 contos de réis.

1.6. – Primeiros povoamentos a sul de Benguela: Alba Nova e o soba da Huíla

Foi durante os mandatos de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho⁷⁷, em Angola (1764-1772), de Sebastião José de Carvalho e Melo, em Portugal (1750-1777) e de D. Luís de Almeida Portugal Soares de Mascarenhas, no Brasil (1769- 1778), que o governador de Angola chamou a atenção para a importância do povoamento dos planaltos de Benguela e da Huíla, e para o abandono desolador a que estava votado o litoral a sul de Benguela⁷⁸, bem como para o facto de se agravar o despovoamento de Angola, em consequência da saída de milhares de escravos⁷⁹. Sousa Coutinho defendia um desenvolvimento sustentado, que passava pela instituição de bases para o incremento da exploração mineira, da agricultura e da siderurgia, bem como pela inventariação e organização dos habitantes sertanejos (os funantes)⁸⁰, que percorriam o irregular polígono definido pelo litoral angolano e a margem direita do Alto Cunene (oeste e este), e pelos rios Cuvo e Baixo Cunene, a norte e a sul, respectivamente⁸¹.

⁷⁷ D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, hábil administrador, de espírito progressista, quis transformar Angola em algo mais do que simples fornecedora de mão-de-obra escrava para o Brasil, batendo-se pelo desenvolvimento económico e social da colónia de Angola. Mas, o projecto, era demasiado ambicioso: reconhecendo a sua impotência relativamente aos interesses instituídos, escreveria: “Abusos velhos não se arrancam com força repentina”. Vide BARRETO, J. Mimoso – Descoberta do Zaire por Diogo Cão: Sousa Coutinho, Percursor da Abolição da Escravatura, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Jan-Jun, de 1984, p. 75. Por outro lado, o Marquês de Pombal, mais preocupado (a partir de 1770) com a derrocada económica das companhias monopolistas brasileiras, não proporcionou a Sousa Coutinho os meios e os recursos humanos por ele solicitados. Vide NOGUEIRA, Jofre Amaral - *Angola na Época Pombalina: O Governo de Sousa Coutinho*. Lisboa: [s.n.], 1960.

⁷⁸ Um "Bando" (documento) sobre *feiras que devem haver nos certoens de Benguela e Caconda*, foi publicado em 23 de Setembro de 1768.

⁷⁹ Até final do século XVIII, Angola pouco mais produzia do que o fornecimento de escravos, sobretudo destinados ao Brasil. Sousa Coutinho foi considerado “um homem útil mesmo para os povos africanos”, como reconhece o GRUPO de Trabalho, História e Etnologia do Centro de Estudos Angolanos, na “comprometida” *História de Angola*, editada pelo MPLA, p. 109, a qual foi mais tarde reeditada pelas edições Afrontamento, do Porto. Por se tratar de uma obra partidária, não foi incluída na Bibliografia.

⁸⁰ A acção desenvolvida pelos "funantes", “pombeiros” e “moçambares”, que percorriam África com o intuito de comerciar (inclusive escravos), foi fundamental para o conhecimento do terreno, na medida em que fixaram rotas de comunicação, estabeleceram contactos e relações de entendimento com as autoridades africanas (sobas e régulos), aprenderam dialectos e prestaram valiosas informações de carácter geográfico, hidrográfico, climático, agronómico, orográfico e dos recursos naturais, em geral.

⁸¹ Ver Mapa I.

Pretendia organizar a actividade comercial, agrícola e industrial da região, pelo que ordenou ao capitão-mor de Benguela, o seguinte:

"[...] Ihe fassa em primeiro Lugar formar huma Lista de todos os Habitantes conhecidos que existem no mesmo Certão, e depois escolher os melhores, e mais capazes de unir, e Reger Povos, até agora tão discordes, e separados [...] aquelles que parecem convenientes a formar huma Povoação, e Feira no Logar [...] e julgar que hé mais sadio, mais fertil, e mais proprio para o Commercio, com as circunstancias porem de que não poderá formarse Povoação, ou Vara de Juiz, com menos de vinte Brancos e a que as primeiras serão Levantadas nas Provincias de Huila, Quipungu, Bejé, Cutatu, Galamgue Grande, Ivagando, Benguela a velha e Gunza Cabolo" ⁸².

E, passado um ano, em finais de 1769, Sousa Coutinho considerou reunidas as condições para "levantar" uma povoação na Huíla (foram então libertados fundos destinados a Alba Nova), onde existia número suficiente de brancos e mestiços [naquela época entendia-se por "brancos", o grupo constituído por brancos de mar em fora (os europeus), brancos da terra (os mestiços) e os pretos calçados]⁸³, a qual viria a ser designada por Alba Nova⁸⁴. Nesse mesmo ano de 1769, foram ainda criadas as povoações de Salvaterra de Magos (Quilengues)⁸⁵ e de Caconda-a-Nova, esta mais a norte, próxima do rio Cuporolo⁸⁶.

O primeiro capitão-mor de Alba Nova (Huíla), foi António Rodrigues Algarve, ao qual sucedeu em 1789 (20 anos depois) o capitão-mor António Rodrigues Jardim⁸⁷, que no ano seguinte, passou o testemunho a Francisco Inácio de Mira. Em 1794, por razões que continuam por desvendar, a povoação de Alba Nova foi abandonada. Reocupada mais tarde, permanecerá relativamente instável, ao sabor de lutas tribais e da tendência dispersiva das permutas locais, até à chegada dos primeiros emigrantes portugueses vindos do Brasil, de alunos da Casa Pia de Lisboa, e de alemães. Apesar

⁸² Livros de Registo de Angola, vol. I (6) Mar. 1936.

⁸³ Vide NOGUEIRA, Jofre Amaral - *Angola na Época Pombalina: O Governo de Sousa Coutinho*. Lisboa, 1960, p. 113-114. Sobre estas divisões étnicas ver também HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 469-488.

⁸⁴ Não sabemos se esta designação encerra alguma simbologia de inspiração semântica.

⁸⁵ Designada Salvaterra de Magos pelos portugueses e *tyilombo* pelos indígenas, derivaria para Chiombo, e depois para Chilengue ou Quilengues. Situa-se a meia distância entre Benguela e Alba Nova. O nome gentílico de Quilengues era *tyilombo tyoviholo* (o acampamento dos *ovi-holo*), sem dúvida por ali se terem encontrado muitas destas frondosas árvores. *Omu-holo* é um *figus*, semelhante à mulemba. Vide ESTER-MANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste de Angola: Grupo Étnico Nhaneca-Humbe*. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva, 1958, vol. II, p. 35.

⁸⁶ Quase um século depois da construção do fortim de Caconda-a-Velha, ocorrida em 1680.

⁸⁷ DELGADO, Ralph – *Ao Sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela*. Lisboa: [s.n.], 1944, vol. II, p. 13.

da tentativa de fixação de colonos agricultores não ter resultado, o governo persistiu com a colonização de Mossamedes, Humpata, Lubango, Chibia e outras povoações mais pequenas, que acabaram por singrar⁸⁸, já na segunda metade do século XIX.

Não se pense, porém, que a região da Huíla, antes de 1769, estaria desocupada ou sem qualquer administração⁸⁹. Haveria, sim, um certo entendimento entre os sertanejos que percorriam aquela vasta região e as autoridades locais instaladas naquele planalto do sul de Angola desde finais do século XVI. Naquela época, era soba da Huila, *Kanina* (ou Gongga), que estendia a sua jurisdição e domínio até ao sopé da Serra da Chela⁹⁰, onde habitavam os Cuvaes, etnia do grupo Herero, e até ao Humbe (reino de *Humbi-onene* ou Grande Humbe), que compreendia a bacia do Alto Cunene, até à confluência com o rio *Okaku-luvala* (Caculuvar), região em que se estabelecera o grupo étnico Nhaneca-humbe⁹¹, que diversos cronistas afirmam ser proveniente de um grupo invasor de Jagas que, nos finais do século XVI, avançaram "até às margens do Cunene, aonde fundaram um grande estado chamado *Humbi-onene*", mais tarde dividido pelos sobados de segunda ordem de Jau, Quihita e Pocolo. Os Nhanecas ocupavam as áreas da Huíla, Humpata e parte do Hoque, integravam a população do Jau e da zona norte da vasta área da *Tchibemba* (Gambos), bem como do Pocolo⁹². A parte sul e sudoeste da Huila, encontrava-se parcialmente invadida por Dimbas, tribo pertencente ao grupo étnico dos Hereros⁹³. Quanto ao Humbe, refere o eminente etnógrafo *Carlos Estermann*:

"[...] estende-se a sudeste do posto da Cahama, ao longo do rio Caculuvar, até à confluência deste com o rio Cunene. [...] Depois, seguindo para o norte, ocupa a parte baixa da mulola do Mucope e uma larga faixa ao longo do Cunene, embora afastada dos terrenos marginais inundáveis [...] A norte do Quiteve entramos na área do posto do Mulondo, que se estende até ao sul de Capelongo. As gentes estabelecidas à volta deste último posto são de fixação relativamente recente"⁹⁴.

⁸⁸ Ver Mapa I. Sobre esta matéria, vide ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 49-58.

⁸⁹ Ver Mapa I.

⁹⁰ Esta vasta formação "ctónica" atinge o seu ponto mais elevado no planalto do Bimbe, perto da Humpata, com 2300 metros de altitude, descaindo gradualmente até ao vale do Cunene, e, abruptamente, para a zona semidesértica do Namibe. Vide ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste Angola: Grupo Étnico Nhaneca-Humbe*. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva, 1958, vol. II, p. 15.

⁹¹ O Grupo Nhaneca-humbe era composto (no século XX) por dez tribos. Vide ESTERMANN, Carlos – *Op. cit.*, p. 13 e 20.

⁹² Ver Mapa I.

⁹³ Vide ESTERMANN, Carlos – *Op. cit.*, p. 21. Ver também mapa III.

⁹⁴ *Idem, ibidem*.

A completar a linha limite norte do planalto ocupado pelos Nhanecas, restará mencionar a Handa do Chibungo (Quipungo)⁹⁵, habitada por um grupo de pessoas oriundas da Handa de Cauvi (Evale), que teriam emigrado para a região (então despovoada) que se localiza a norte de Quipungo. A ombala (ou embala) destes povoadores situava-se nas proximidades de *Capunda-ca-Vilongo* (que os portugueses resolveram "rebaptizar" no século XX de Olivença-a-Nova), confinando com a área tribal dos Muilas, com os quais partilharam língua e costumes. De resto, é sabido que em 1787, o soba da Huíla, *Kanina*, dominava não somente os *Ba-nyaneca* que ocupavam o planalto (que resultam da fusão dos conquistadores, os Jagas *Ka-nyika*, vindos do norte, com os Chimbembas), mas também todas as tribos do litoral, até à terra dos Hotentotes. Conseguiu mesmo subjugar alguns grupos mais setentrionais deste povo⁹⁶.

Inflectindo para oeste (litoral), na descida da Serra da Chela, a primeira tribo que se encontra na transição entre a costa e o planalto é a dos *Tyilenge-humbi*, invasores emigrados do Humbe, que possuíam duas grandes ombalas: uma situada no Lucondo e outra em Bonga. E dizemos invasores, porque o território estaria há muito tempo ocupado por povos oriundos do Dombe Grande, os Quilengues Musos (*Ova-tyilenge-lenge*), que significa "os Quilengues autênticos", que ocupavam a área do Impulo.

Não foi possível apurar o número total da população Nhaneca-Humbe que ocupava a região da Huíla nos finais do século XVIII. Mas, considerando que este grupo étnico representaria cerca de metade da população que, em 1940, ascendia a um total de 425.000 pessoas, poderá estimar-se que a densidade demográfica média da Huíla não excederia os dois habitantes por quilómetro quadrado, incluindo áreas que os mapas assinalam como "matas despovoadas"⁹⁷.

⁹⁵ Durante o reinado de *Kauvi* (Evale ou *Ehanda Iya Kauvi*), uma fracção importante da população resolveu abandonar a terra natal e emigrar para a região despovoada, situada a norte e oeste de Quipungo. Este deslocamento operou-se sob a chefia de Chibungo, que terá sido o primeiro soba da terra novamente ocupada, à qual deu o nome de "Handa do Chibungo" (*Ehanda Iya Tyimbungu*), mais conhecida por "Handa do Quipungo". Vide ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste Angola: Grupo Étnico Nhaneca-Humbe*. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva, 1958, vol. II, p. 22. Ver também Mapa III.

⁹⁶ Sobre estas movimentações vide AVELOT, R. - *Les Grandes Mouvements des Peuples en Afrique - Jaga et Zimba*. *Bulletin de Géographie historique et descriptive*, année 1912. Consultar igualmente ESTERMANN, Carlos - *Op. cit.*, p. 29.

⁹⁷ ESTERMANN, Carlos - *Op. cit.*, p. 21-24.

Capítulo 2 - Consolidação da ocupação do sul de Angola

2.1. – Expedições a sul de Benguela: Gregório Mendes e Pinheiro Furtado

As primeiras iniciativas de ocupação do litoral a sul de Benguela¹, foram assumidas pelo governador de Angola José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1784-1790), o barão de Mossamedes², que retomou as ideias de Sousa Coutinho, constituindo em Benguela, no ano de 1785, uma junta dirigida pelo engenheiro-cartógrafo tenente-coronel Pinheiro Furtado, que por sua vez incumbiu o tenente José Valente de organizar duas expedições para sul: uma por terra, comandada por um abastado morador de Benguela, Gregório José Mendes; e outra por mar, que seria chefiada pelo próprio Pinheiro Furtado.

Gregório José Mendes, mau grado o diminuto apoio militar concedido pelo governo, conseguiu reunir um grupo de mil e trinta homens, que foi descrito como "um poder de negros", que caminhará durante trinta e quatro dias por terras áridas, até chegar à Angra do Negro (mais tarde Mossamedes) no dia 03 de Agosto de 1785, onde o explorador decidiu descansar, encantado com o clima, a riqueza do mar e a abundantíssima água doce, de excelente peixe³. Pelo caminho, tendo-se esgotado as provisões, Gregório Mendes organizou um destacamento de 120 armas de fogo, "para captura de gados que suprissem o sustento durante o resto da marcha". O gado, adquirido pela força das armas, ou, na expressão depreciativa de Gregório Mendes "capturado aos selvagens", elevou-se a 500 bois e 2000 carneiros⁴, o que por si só demonstra a impunidade com que se actuava sobre a propriedade alheia, para não falarmos na "desculpa" com os outros sertanejos que por ali "havam passado".

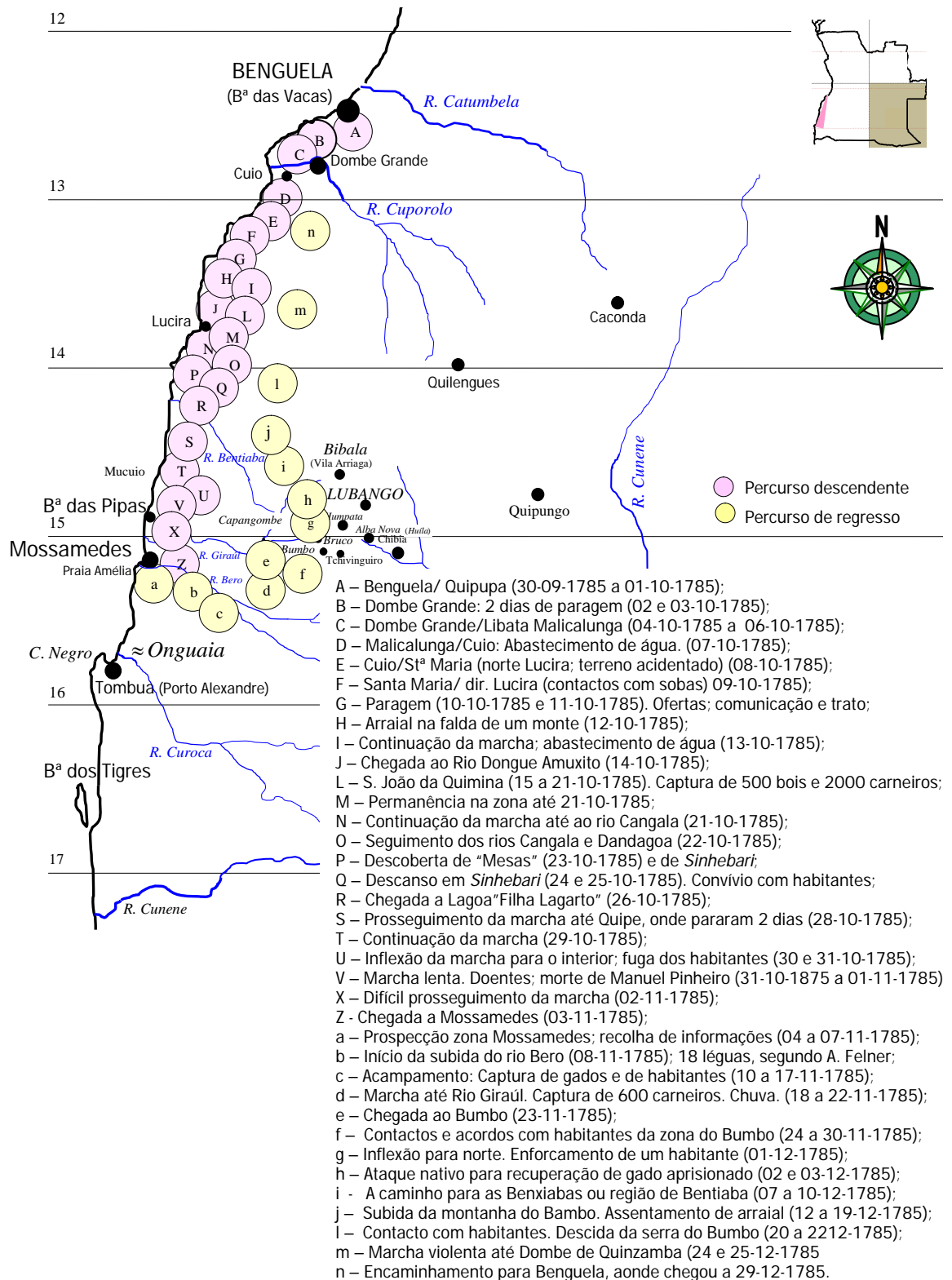
¹ Zona que se sabia assediada por comerciantes franceses, mas bastante mal conhecida pelos portugueses até final do século XVIII. Curiosamente, toda a costa a sul de Luanda tinha especial importância para a navegação, dado que os navios saídos do Brasil e de Portugal navegavam no Atlântico até atingirem 20° a 25° de Latitude sul, ou seja, próximo do Trópico de Capricórnio (que passa por S. Paulo e por *Walvis Bay*), para alcançarem os ventos de oeste que os levava à costa africana, a qual atingiam perto do Cabo Negro.

² Moçâmedes era e é o nome de uma freguesia do Concelho de Vouzela, Distrito de Viseu, Portugal. Em conversa com o historiador Luiz Felipe de Alencastro, soubemos que próximo da cidade de Goiás, no Estado brasileiro de Goiás, também existe um município e cidade com a designação de Mossamedes, onde também foi governador José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho – barão de Mossamedes – antes da sua nomeação para governador-geral de Angola.

³ DELGADO, Ralph - *Ao Sul do Cuanza Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela*. Lisboa: [s.n.], 1944, documento nº 3, vol II, p. 561.

⁴ TORRES, Mendonça Manuel Júlio de – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência Geral do Ultramar, 1974, p. 42-47.

Mapa IV – Viagem por terra de Gregório Mendes (1785)



FORNE: FURTADO, Luís Cândido Pinheiro; MENDES, Gregório José – *Mapa de uma parte da costa ocidental de África [...] no ano de 1786.* [s.l.]. Junta de Investigações do Ultramar, [s.d.]. Roteiro elaborado por José de Azevedo e Jaime Gomes.

No dia 08 de Novembro (trinta e sete dias depois) a caravana iniciou a penetração para o interior do território, seguindo o leito do rio Bero, então conhecido por rio das Mortes, daí flectindo para norte até ao rio Giraúl (*Ondyila hulo*). Avançando depois para interior até alcançar as terras do Bumbo (a sul de Capangombe), chegou à região nascente do rio Bentiaba, no sopé da Serra da Chela, povoada por agricultores⁵. Prosseguindo mais para o interior sul, Gregório Mendes contactou com povos Cuvaes e Chimbás⁶, etnias do grupo etno-linguístico Herero⁷. Sobre estes contactos com os habitantes de um morro situado perto do Bumbo, assinalou Gregório Mendes no seu relatório:

"Deixei vestido o grupo de habitantes que regia o monte sem lhe fazer hostilidade alguma, com promettimentos de praticar ele em diante boa correspondência com os portugueses. Até agora sempre estes gentios foram rebeldes, porque os que aqui haviam passado, tinham ido para destruílos e tomar-lhes os seus gados que possuíam em número infinito"⁸.

Deste pequeno excerto, ressaltam duas evidências: que não era a primeira vez que estes nativos eram visitados por estrangeiros, de cujas intenções desconfiavam; e que se tratava de gente dedicada à pastorícia, utilizando um dialecto acessível a Gregório José Mendes, residente em Benguela, facto que poderá vir ao encontro da teoria (consentida por *Estermann*) de que o percurso dos Hereros teria passado por Benguela e Dombe⁹. E, para relevar a importância da viagem exploratória de Gregório José Mendes, veja-se a opinião expressa por *Walckenaer*, autor da *Histoire Général des Voyages*:

"A viagem de Mendes, posto que ocupe somente um pequeno número de páginas, enriqueceu mais a geografia do que um grande número de outras, cujos relatos enchem volumes inteiros, pois facultou aos geógrafos os meios de poderem traçar as feições principais de uma região aonde não tinham ainda chegado os nossos conhecimentos e de enriquecerem os nossos mapas com um grande número de dados"¹⁰.

⁵ Ver esboço etnográfico (Mapa III). Consultar igualmente DIAS, Gastão de Sousa - *Pioneiros de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971, p. 53.

⁶ Ver Mapa III.

⁷ Os Hereros ocupam em Angola, desde o início do século XVII, a planície entre o mar e a Serra da Chela (a oriente), desde o rio S. Nicolau (norte), até ao rio Cunene (sul). Vide ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste Angolano*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1961, vol. III, p. 28 e 29.

⁸ Apud ESTERMANN, Carlos - *Op. cit.*, vol. III, p. 25.

⁹ Dombe é uma região situada à volta da embocadura do rio Coporolo, ou Cupololo. Ver Mapa I.

¹⁰ WALCKENAER, Athanase Charles - *Histoire Général des Voyages*. Paris: Ed. Author, 1828, Tomo XV, p. 53.

Quanto à viagem de Pinheiro Furtado, sabe-se que se deteve algum tempo na Angra do Negro, à qual deu o nome de Mossamedes, em honra ao governador-geral, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, barão de Mossamedes. No seu relatório referiu que os negros encontrados na baía não tinham local fixo e que eram, na sua maior parte, pastores vagabundos, sem qualquer agricultura; e que, possuindo grandes rebanhos de excelentes carneiros, mudavam frequentemente de região, em busca de pastagens. Descobriu que na "ponta do fundo"¹¹ da falésia da Angra do Negro (Mossamedes, hoje em dia Namibe), existiam inscrições que Pinheiro Furtado copiou, as quais levaram a concluir que a costa sul, até à foz do rio Cunene, tinha sido frequentada por navios portugueses interessados no tráfico de escravos¹², durante os séculos XVII e XVIII, não havendo, contudo, vestígios de ocupação.

2.2. - Mossamedes: as descrições de Luz Soriano e de Baptiste Douville

A ocupação e a posse pelos portugueses dos territórios a sul de Benguela, relativamente mal consolidadas após as digressões exploratórias de Gregório Mendes e de Pinheiro Furtado, não mereciam visível contestação por parte das outras nações europeias. Mas despertavam, pelas suas supostas riquezas, velados conflitos de interesses entre portugueses e elementos não portugueses que desejavam ocupar aquele mesmo espaço territorial. A comprovar este facto está a carta dirigida pelo viajante francês *Jean Baptiste Douville* ao ministro francês, sobre uma sua viagem a Angola, em 1827, onde foram minuciosamente descritos o porto e o sertão de Angra do Negro (Mossamedes), e onde se solicitava a fundação (naquele mesmo porto) de um presídio para degredados¹³. Entre outras coisas, dizia *Douville* naquela memória:

“haver ali água doce,[...] serem risonhas as margens do rio,[...] serem pacíficos os povos dos sertões limítrofes,[...] ter observado que a temperatura da costa, pelas duas horas da tarde de um dia de Dezembro de 1827, era de 23 a 24 graus Reaumur, achando igualmente que, a dez léguas, sobre um monte elevado, a temperatura era de 19 graus, no momento em que o termómetro marcava 22 sobre a costa”¹⁴.

¹¹ Designada, apropriadamente, por Torre do Tombo, evocando a conhecida instituição, fundada em 1378.

¹² Sobre os africanos que entravam no Brasil, no século XVII e sobre as franquias de exportação concedidas aos jesuítas e à Junta das Missões, vide ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. 4ª ed. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 35 e 36.

¹³ Conforme descrição de SORIANO, Simão José da Luz - *Revelações da Minha Vida. e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*. Porto: A. Leite Guimarães, 1891.

¹⁴ DOCUMENTO nº 13 da Viagem de João Baptista Douville a Angola, 4º vol. A escala de *Reaumur* vai de 0º a 80º, pelo que se deverá adicionar 20% para se obter uma relação directa com a escala *Celcius*.

A “atrevida” ideia de *Douville* relativa à fundação de um presídio para degredados no porto de Angra do Negro (Mossamedes), evidencia uma presença portuguesa muito pouco visível nos territórios a sul de Benguela. E vem demonstrar a necessidade de os portugueses fomentarem uma urgente rede de ocupação do sul de Angola, sob pena de outras nações virem a ocupar aquele espaço. A prioridade da descoberta já não garantia a efectiva posse daqueles territórios, mau grado a invocação de direitos históricos adquiridos que, na época em causa, continuavam a ser pura e simplesmente ignorados, até porque a situação política e económica em Portugal também não permitia qualquer acção de protecção devidamente planificada desses pretensos direitos¹⁵. E tanto assim era, que nas *Instruções* enviadas em Dezembro de 1838 pelo então ministro do Ultramar, Sá da Bandeira, ao governador-geral de Angola, destacam-se as seguintes preocupações:

“Nestes tempos em que as nações marítimas e poderosas se têm introduzido em alguns dos domínios portugueses africanos, sob falsos pretextos, é preciso que tenhamos todo o cuidado em assegurar o que nos pertence. É este um dos motivos que determinaram Sua Majestade a recomendar ao governador geral que tenha em atenção os portos que há ao Sul de Benguela, entre eles o de Mossamedes, onde desagua o rio das Mortes, ou Bero. Diz-se que é navegável¹⁶, que o porto é muito bom, e que tem terras altas, que devem ser sadias¹⁷, e em que se podem cultivar cereais. Convém ter ali um presídio, ainda que pequeno no princípio, para que se veja flutuar a bandeira portuguesa, e abrir-se depois comunicações com o presídio de Caconda”¹⁸.

Nessas mesmas *Instruções*, o ministro Sá da Bandeira chamava a atenção para a necessidade de se evitar o “tráfico da escravatura”, proibindo-se igualmente aos

¹⁵ No reino de Portugal, nada corria bem. Em 06 de Julho de 1846, o “General Comandante das forças populares do Minho e Trás-os-Montes”, o padre Casimiro José Vieira, enviou uma carta à rainha D. Maria da Glória, em que se podia ler: “Desde que Vossa Real Majestade subiu ao trono [02 de Maio de 1826], todo o povo lusitano tem gemido na mais cruel escravidão [...] Sobrecarregado de tributos, como nunca desde sua origem, tem visto reunir todos os seus cabedais nas casas dos empregados públicos. Desesperado finalmente pela fome e carência de dinheiro resolveu-se a morrer, ou a sacudir o pesado e tirânico jugo que tanto o tem afligido. [...] Porém, infeliz povo! Acha-se como até agora enganado [...] Triste posição, e triste como nunca, é a do povo lusitano, outrora tão feliz. Desventurosos portugueses!” FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes, Documentos e Textos de História*. Porto: Edições ASA, 1980, p. 137.

¹⁶ Informação que não corresponde à verdade, pois o Rio Bero não é navegável.

¹⁷ Ao contrário de Benguela que continuava a ser considerada terra maligna, sendo conhecida por “cemitério de brancos”. Em Agosto de 1837, o governador de Benguela estipulou a multa de 100 mil réis a quem não queimasse ervas aromáticas durante 1 mês, para afastar “as malignidades do clima”. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol, p. 7 e 10.

¹⁸ A segurança era bastante precária. Em Outubro de 1838 foram criadas as companhias móveis da Catumbela e do Dombe Pequeno, na tentativa de controlar as revoltas que surgiam em diversos pontos do interior e as “guerras do Nano”, que assaltando o comércio e as caravanas, roubando escravos, gados e fazendas, mantinham em constante perigo as populações. CORREIA Roberto – *Op. cit.*, p. 8-9.

comandantes, aos capitães-mores e aos regentes, o fornecimento de carregadores aos feirantes, medida controversa que causaria grandes descontentamentos e resistências. Por Portaria de 31 de Janeiro de 1839, foi também proibido o recrutamento obrigatório de carregadores para particulares, trabalho que deveria ser feito apenas por animais de carga. O serviço para o Estado passaria a ser remunerado. Para tal, foi proposta a importação de cavalos, a efectuar por D^a. Ana Joaquina dos Santos Silva, que em contrapartida oferecia o serviço dos seus navios *Maria Segunda* e *Conceição Maria*, para transporte das madeiras destinadas às cavaliças¹⁹.

2.3. - Explorações de Pedro Alexandrino e de Francisco Garcia

Só em 1839 é que os portugueses deram continuidade à exploração dos territórios ainda mal conhecidos do sudoeste de Angola, reduzindo à vassalagem os povos que habitavam aquela vasta região e tentando assegurar, através da ocupação militar (concluída em 1840), os direitos de soberania daquelas cobiçadas regiões. Tinham passado 54 anos (mais de meio século...) sobre as explorações de Gregório José Mendes e do engenheiro-cartógrafo Pinheiro Furtado e tudo iria recomeçar *ab initio*, com as novas digressões exploratórias de Pedro Alexandrino e de Francisco Garcia. Dois acontecimentos de vulto haviam impedido, no decurso daqueles anos, o prosseguimento das explorações realizadas no século anterior. Em primeiro lugar, as convulsões determinadas pelas lutas civis em Portugal e que conduziram ao triunfo do Liberalismo²⁰, embora sem qualquer conotação colonial²¹. E, em segundo lugar, a resistência evidenciada por todos os que se sentiam prejudicados pelas correntes favoráveis à abolição da escravatura – essa sim, com forte incidência colonial – os quais se opunham, empenhadamente, a qualquer mudança. Acresce que a difícil conjuntura socio-económica e política em que Portugal se encontrava há muito mergulhado favorecia o desrespeito absoluto pelas leis do reino e o inevitável êxodo

¹⁹ D. Ana Joaquina dos Santos Silva era uma ex-escrava africana, viúva de um rico comerciante. Tinha muito poder e prestígio, subalternizando os governadores-gerais e afirmando que era ela quem mandava em Angola. Intitulara-se “Baronesa do Bungo”, onde tinha a sua “Casa Grande”, um belo edifício colonial de dois andares, que ainda existia no último quartel do século XX, na Baixa de Luanda.

²⁰ A guerra civil terminou em 1834 com a Convenção de Évora Monte. O Decreto de 10 de Dezembro, firmado em 1836 pelo triunvirato da Revolução de Setembro (Sá da Bandeira, Passos Manuel e Vieira de Castro), proibia a exportação de escravos, bem como a sua importação por mar. E o Governo Português só então teria espaço de manobra para poder dedicar alguma atenção à situação de abandono em que se encontravam as suas colónias.

²¹ Em Portugal, as revoluções liberais nunca tiveram orientação colonial. Motivadas para a resolução de problemas sociais e económicos, aos revolucionários importavam fundamentalmente aspectos internos do país. SANTA-RITA, José Gonçalo – *O Estado das Colónias em 1820: segundo os relatórios apresentados às Cortes de 1821*. Lisboa: Tipografia Luís Marques, Lda, 1944, p. 16.

para o Brasil dos únicos produtores de bens de consumo, os trabalhadores sem terras que aspiravam melhorar as suas condições de vida²². Mouzinho da Silveira (ministro e secretário de estado dos Negócios da Fazenda), no *Relatório* datado de 13 de Agosto de 1832, proponente do Decreto sobre os forais e bens da Coroa, traçou um quadro duro e medieval sobre a injustiça e impunidade que imperava em Portugal:

“Todas as vilezas, que podem ser cometidas, e todos os meios, que podem ser empregados sem o menos respeito da Religião, da moral e da fidelidade, que exclusivamente diziam ter aos soberanos, foram empregados; nem Presença de V.M.I., estendendo-lhes a mão generosa, excitou remorsos em almas corrompidas pela sordidez. [...]

Reconheço a transcendência de um Decreto, que não pode deixar de deslocar alguns interesses; mas renunciar a ele, é renunciar à Carta, e a uma Câmara de Pares independente; e por outra parte tudo quanto o Decreto pode fazer de males está feito em maior escala por nossos inimigos. Não puderam eles invadir a propriedade particular, enforçar, prender, banir milhares de Cidadãos, sem outra culpa mais do que a oposição aos seus crimes? Não matam? Não exterminam? [...]

Fundado portanto nestes princípios e na informação do longo desejo dos Povos, já manifestado em mil oitocentos e vinte²³, e mesmo antes desse ano, sobretudo no quadro de horror, que oferece um Cidadão laborioso, quando cheio de fadigas de um ano inteiro vê levantar sua colheita a mil agentes da avidez do Clero e dos Donatários, e fica reduzido ao miserável resto, que a avidez deixa à mendicidade laboriosa, para fazer à porta dos Claustros, e das cocheiras alardo daquelas esmolas com que se alimentam nas Cidades os filhos mendicantes daqueles mesmos trabalhadores, que sem forais, e Dízimos fariam deles Cidadãos industriosos, e de bons costumes: fundado finalmente no quadro, em que se mostra como no Porto há gente edificando, e outrem recebendo vinte e cinco por cento da venda da edificação; proponho a V.M.I. um Decreto de uma transcendência superiores terras Forais, ao de trinta de Julho deste ano, que extinguiu os Dízimos”²⁴.

²² No século XIX, a Inglaterra encontrava-se numa fase de redução tarifária, facto que criava problemas a todos os níveis. “Era um tempo muito complicado”, conforme caracterização do professor Luiz Felipe de Alencastro no Seminário “Nuevas Tendencias en la Historiografía Contemporánea Brasileña”, realizado na Facultad de Geografía e Historia da USAL, em Maio de 2007.

²³ A revolução de 1820 restabeleceu em Lisboa o governo do Reino, fazendo nascer a esperança de que o abandono e decadência resultantes das invasões francesas iam encontrar pronto e fácil remédio.

²⁴ FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes, Documentos e Textos de História*. 2ª ed. Porto: Edições ASA, 1983, p. 160-165.

2.3.1. – Reconhecimento da costa, por Pedro Alexandrino da Cunha

Foi no ano de 1839 que o governo de Angola mandou executar a exploração da Baía de Mossamedes. O *Relatório* de Pedro Alexandrino da Cunha afirma que a corveta *Isabel Maria* partiu de Luanda no dia 09 de Agosto de 1839, em direcção a Benguela²⁵, onde fundeou a 24 de Agosto, aí recebendo como intérpretes dois soldados e dois negros da tribo dos Mundombes²⁶. Largou de Benguela no primeiro dia de Setembro e, após viagem muito atribulada chegou ao Cabo Negro²⁷, vinte e dois dias depois, seguindo para o Porto do Pinda (mais tarde Porto Alexandre), situado a cerca de oito milhas a sul e onde se encontrará em 24 de Setembro. No respectivo *Relatório*, classificou de excelente ancoradouro o Porto do Pinda, um dado náutico que teria uma certa importância na época em causa, mas que seria desvalorizado no futuro próximo.

Descrevendo o litoral, referiu Pedro Alexandrino que se tratava de um deserto de areia solta, sem vegetação e sem água doce, que apenas existia em algumas lagoas a cerca de cinco milhas para noroeste e por onde, no tempo das chuvas, corria um rio²⁸. Próximo, referiu Pedro Alexandrino, localiza-se uma povoação a que os “gentios” chamam Coroca²⁹. Acrescenta o explorador que durante o tempo que ali permaneceu (21 dias), contactou com os respectivos habitantes, que achou muito pacíficos e tratáveis, mas extremamente pobres de gados e géneros. Embora Pedro Alexandrino alvitre que estes “habitantes do Curoca” eram da etnia “mondombe”, tal designação parece não se articular com a menção feita anteriormente por Duarte Pacheco Pereira, o primeiro cronista português a referir-se aos habitantes da foz do rio “Coroco”, a qual transcrevemos:

²⁵ CUNHA, Pedro Alexandrino da – “Relatório do ocorrido na comissão da corveta Isabel Maria á Costa do sul das possessões portuguezas na Costa Occidental d’Africa em Agosto de 1839”. Lisboa: Annaes Marítimos e Coloniaes, Parte não official, nº 12, 5ª série, 1845, p. 459 e seguintes. O *Relatório*, datado de 20 de Janeiro de 1840, foi também publicado no nº 4, 6ª série de 1886, do *Boletim da Sociedade de Geografia*.

²⁶ O geólogo inglês *Joachim Monteiro*, afirmou: “os nativos de Benguela pertencem à tribo chamada dos Mundombes”. E acrescentou: “os habitantes em volta de Mossamedes são Mundombes como os de Benguela”. MONTEIRO, Joachim Jonh - *Angola and the Congo River*. Londres: 1875, p. 222.

²⁷ Pensamos que se trata da “Angra do Negro” e não do Cabo Negro. Um lapso estranho, uma vez que na corveta se encontraria António Joaquim Guimarães Júnior, que fora autorizado a abrir um estabelecimento naquela zona.

²⁸ Não indicou qualquer denominação. Pelo conhecimento que temos da região e pelas distâncias indicadas no *Relatório*, estamos convictos que se trata do rio Curoca, cuja foz se localiza a norte da antiga manga das areias (Porto Alexandre), actualmente Tombua. Efectivamente, nos meses de Janeiro a Abril, o rio Curoca sujeita-se a cheias e desbordamentos que inundam todo o meandro na zona de *Onguaia*, que dista cerca de 12 km do mar (30 km por estrada). Sobre esta matéria consultar o notável estudo de pormenor efectuado pelo reconhecido etnógrafo português Manuel Viegas Guerreiro, sob o título *Vida Humana no Deserto do Namibe*, com trabalho de campo efectuado sob a égide do Instituto de Investigação Científica de Angola. Vide GUERREIRO, Manuel Viegas – *Povo, Povos e Culturas: Portugal – Angola – Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 223-261.

²⁹ Efectivamente, o rio Curoca desagua nas proximidades de Tombua (Porto Alexandre, até 1975), facto que vem reforçar as deduções feitas na nota anterior.

“Além da angra das aldeas³⁰ hé hachada huma enseada que teera duas leguoas em largura na boca que se chama ha mangua das areas e esta se estende por dentro pella terra sinco ou seis leguoas & na mesma boca e daly por dentro tem dose e quinze brasas de fundo e esta he deserta & nenhum aruoredo tem por que tudo he area e dentro nesta mangua ha muita pescaria e em certos tempos do anno veem aquy do certão alguns negros a pescar os quaes fazem casas com costas de baleas cobertas com seba do mar e em sima lançam area & aly passam sua triste uida”³¹.

Ora, se a “mangua das areas” era desértica e se estes homens vinham do sertão “em certos tempos do ano” para pescar, depreende-se que residiam habitualmente noutras paragens. E como os únicos pontos onde havia água potável se situavam no vale do Curoca, deduziu o Padre *Carlos Estermann* que estes pescadores deveriam ser cuissis da beira-mar³². Mas, sendo assim, a barreira linguística teria sido incontornável para Pedro Alexandrino, facto que de certo modo vem justificar a forma bastante vaga como se referiu aos contactos estabelecidos, baseados na observação directa, como por exemplo:

“pôde conhecer os seus habitantes, que julgou serem mondombes. [...] Não têm armas de fogo, usando apenas de arco, frecha e azagaia; possuem, junto às lagoas, “arimos”, onde cultivam milho, feijão e abóbora; dão grande apreço a panos de lã ou baetas, enxadas, missanga azul grossa e ferro, e vestem-se com simples peles de carneiro ou de bezerro que habilmente amaciam”³³.

Pedro Alexandrino acabaria por aconselhar a fundação de uma feitoria naquele porto do Pinda, indicando a localização que lhe parecia mais aconselhável: a ponta sul do areal, a 15° 47' de Latitude sul e 11° 48' de Longitude a este de Greenwich.

O explorador seguirá depois para a Baía dos Tigres³⁴, aonde chegará no primeiro dia do mês de Novembro e aí permanecendo apenas dois dias.

³⁰ “A angra das Aldeias é a actual baía de Moçâmedes e a mangua das areas é a de Porto Alexandre”. ESTERMANN, Carlos – *Etnografia do Sudoeste de Angola: Os Povos não-bantos e o grupo étnico dos Ambos*, 2ª ed. corrigida. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960, vol. I, p. 63.

³¹ PACHECO PEREIRA, Duarte – *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

³² ESTERMANN, Carlos – *Op. cit.*, p. 63.

³³ CUNHA, Pedro Alexandrino da – “Relatório do ocorrido na comissão da corveta Isabel Maria á Costa do Sul das possessões portuguesas na Costa Occidental d’Africa em Agosto de 1839”. Lisboa: Annaes Marítimos e Coloniaes (parte não official), nº 12, 5ª série, 1845, p. 459 e seguintes.

³⁴ O nome de Baía dos Tigres advém do “curioso espectáculo que ali nos oferecem as areias quando o vento as move em desenhos caprichosos, o que, com efeitos de luz e sombra, visto à distância, dá a ideia duma colossal pele de tigre estendida ao longo da formosa baía...”. QUINTINHA, Julião - *África Misteriosa*. [S.l.;s.n.], 1934, p. 360.

Na sua descrição, Pedro Alexandrino apontou a Baía dos Tigres como um grande porto formado por uma península de areia, baixa e estreita, que igualmente considerou um bom ancoradouro. Acrescentou que nesse porto, completamente deserto, não distinguiu o mais leve indício da existência humana, mas que notou muitos vestígios de animais ferozes.

Recuando para norte até à “Angra das Aldeas” (Baía de Mossamedes), aonde fundeou no dia 04 de Novembro, Pedro Alexandrino trocou impressões com um emissário do tenente Garcia, o qual serviu de intérprete e medianeiro entre o explorador e as populações locais³⁵. Torna-se evidente que a partir de então o explorador passou a fazer uma descrição mais concreta e mais rigorosa da realidade circundante: descobriu que existia ali uma pequena povoação que os habitantes denominavam *Mossungo Bitoto*, a qual foi descrita no *Relatório* de forma bastante minuciosa, na medida em que apresentou o povo do *Mossungo* como detentores de “bastante gado bovino”, acrescentando que eram os povos dos “Cubais”, essencialmente pastores e que habitavam próximo da “Baía”, os mais ricos de gado, cujo número era incalculável³⁶. Referiu que na dita “Baía” desembocava um rio “a que o gentio dá o nome de Bero, que, tendo um curso muito caudaloso no tempo das chuvas, se apresenta completamente seco na época da estiagem, durante a qual só se encontra água procedendo-se a escavações no álveo”. Diz também que os terrenos banhados pelo rio Bero são susceptíveis de cultura³⁷ e que na praia, a cem passos do mar, há uma nascente de boa água, muito embora o “gentio” a procure em cacimbas que abre no álveo do rio³⁸. Trata-se de uma descrição objectiva e realista (a interlocução e mediação do agente enviado pelo tenente Garcia deverá ter sido fundamental), extremamente importante do ponto de vista agrícola e que só poderia ter sido obtida, na circunstância, através de informações prestadas pelos residentes.

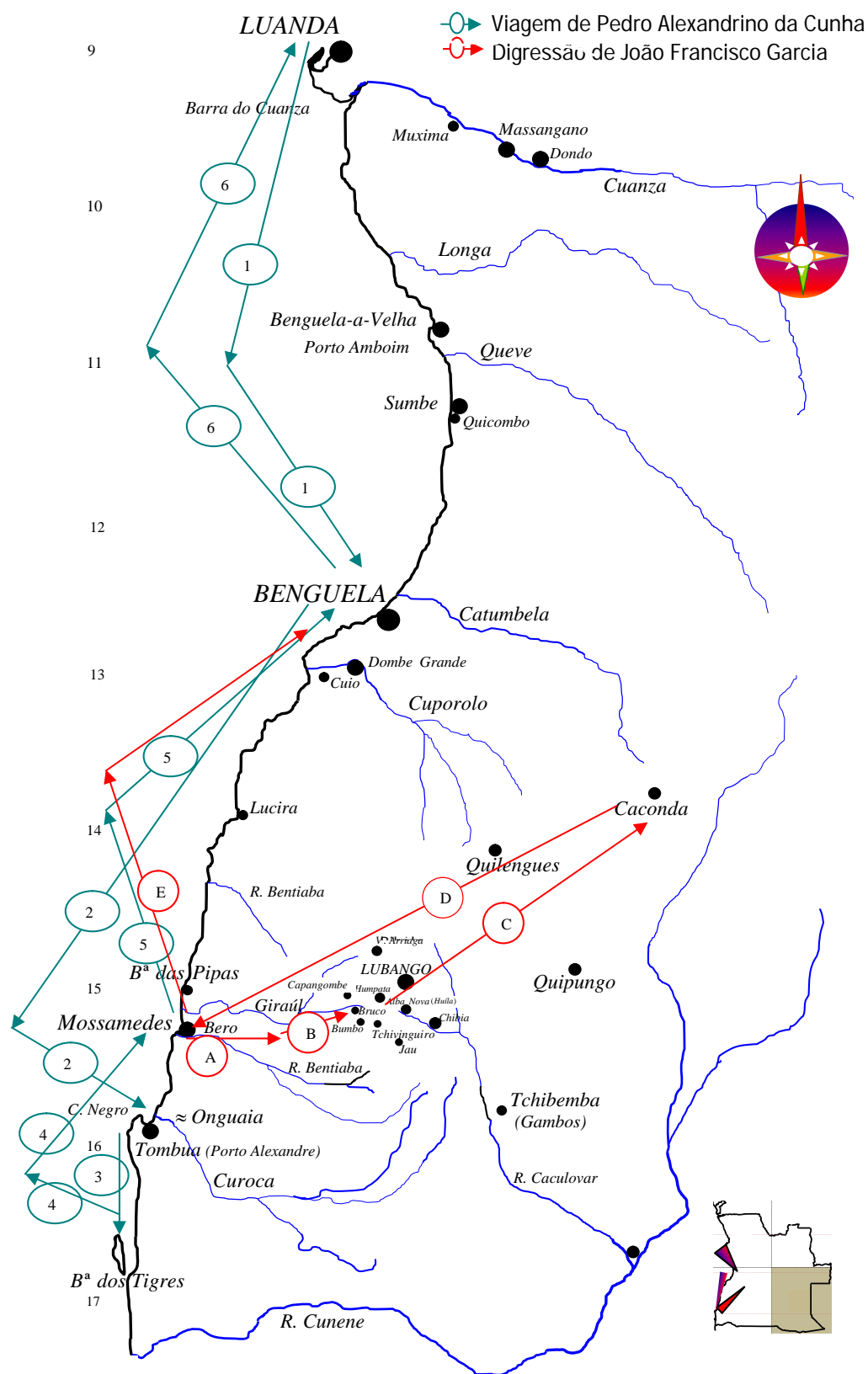
³⁵ João Francisco Garcia (tenente de artilharia) foi o primeiro comandante do Presídio e Estabelecimento de Mossamedes, no início da década de 40 do século XIX. Já com o posto de major, foi novamente nomeado comandante, no final da mesma década. PORTARIA de 05 de Janeiro de 1849, publicada no BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 172 (1849-01-13). A publicação do “Boletim do Governo Geral da Província de Angola”, foi iniciado em 13 de Setembro de 1845. O primeiro número tinha apenas duas páginas.

³⁶ E introduz um dado que viria a ser tema recorrente de discussão entre os colonizadores do sul de Angola: a resistência destes povos em transaccionar as suas cabeças de gado. Diz Pedro Alexandrino: “Têm repugnância de os vender em grandes quantidades porque entre eles a importância e consideração do indivíduo são avaliadas pelo número de rezes de que desfrutam a posse”. Possuir gado era sinal de importância social.

³⁷ O sertanejo João Francisco Garcia, que conhecia bem a região, assegurava que os terrenos aluvionais do rio Bero podiam ser cultivados durante a estação seca, não carecendo as culturas de outras chuvas para além das que faziam engrossar o caudal do rio na época das chuvas, o que corresponde à verdade, em geral. Note-se que o rio Bero secava completamente, durante a estação seca.

³⁸ *Cacimba* - Em Angola designa “poço que recebe a água pluvial, filtrada por terrenos circunjacentes, e da qual se servem as povoações”. No norte do Brasil chama-se cacimba a “escavação feita no solo das vargens ou no leito seco dos rios temporários, da qual os sertanejos tiram água para usos domésticos.” FIGUEIREDO, Cândido – DICIONÁRIO da Língua Portuguesa, 14ª ed. Lisboa.

Mapa V – Viagens exploratórias de Pedro Alexandrino da Cunha e de João F. Garcia (1839)



FONTE: *Relatórios de viagem*, publicados nos *Annaes Marítimos e Coloniaes* nº 12, 5^a série, 1845; e nº 6, 1844, respectivamente. Roteiro elaborado por José de Azevedo e Jaime Gomes.

Pedro Alexandrino da Cunha, ainda acrescentou que para o lado da Ponta Norte existiam lagoas de água salgada, produtoras de excelente sal e que o arvoredo estava coberto de urzela³⁹ de superior qualidade; mas que os nativos, para colherem o líquen com menos trabalho, “derrubam sem dó as mais belas árvores”.

Sobre os recursos ictiológicos (outra informação que terá repercussões futuras), escreveu Pedro Alexandrino:

“[...] os homens da corveta passaram a pescar, diariamente, de manhã, durante duas horas, de dez a quinze arrobas de peixe, [...] entre os quais avultava o pargo⁴⁰.”

Finalmente, Pedro Alexandrino determinou a posição geográfica da “Baía”: 15° 10’ de Latitude sul, e Longitude de 12° 5’ a este de Greenwich.

2.3.2. – Viagem terrestre de João Francisco Garcia e a ocupação militar

João Francisco Garcia partiu da “Angra das Aldeas” (depois Mossamedes), no dia 04 de Setembro de 1839, com destino ao presídio de Caconda⁴¹. Começou por avançar pelas margens do rio Bero⁴², onde disse ter contactado com indivíduos da etnia “mucubal”, que lhe teriam pedido protecção contra inimigos de outras etnias. João Garcia teria então aconselhado o soba fugitivo a ir abrigar-se junto da “Baía”, onde seria bem recebido pelo comandante do brigue *Audaz*, que estava fundeado no porto, passando-lhe para o efeito um “ofício” que deveria ser entregue ao comandante do brigue. No mencionado “ofício”, João Garcia instava o comandante a “animar e instruir na religião” aqueles fugitivos.

Prosseguindo a viagem, disse ter encontrado ao cabo de cinco dias um soba de nome Quiatória, que se fazia acompanhar por seis homens e por todo o gado que possuía. Declarou-lhe o soba que vinha fugido das “guerras do Jau” e que se dirigia à “Baía”, onde tencionava fixar-se, ideia que João Francisco Garcia recebeu com muito

³⁹ A urzela (*Rocella tinctoria*) é um líquen do qual se extrai a orcina, um corante azul-violáceo, empregado em tinturaria. A orcina (*difnol de tolueno*) existe em diversos líquenes.

⁴⁰ CUNHA, Pedro Alexandrino da – “Relatório do ocorrido na comissão da corveta Isabel Maria á Costa do Sul das possessões portuguezas na Costa Occidental d’Africa em Agosto de 1839”. Lisboa: Annaes Marítimos e Coloniaes (parte não official), nº 12, 5ª série, 1845, p. 459 e seguintes.

⁴¹ GARCIA, João Francisco – “Jornada pelo sertão de Benguella a Mossamedes em 1839”. Lisboa: Panorama, nº 113, 1844, p. 64 e seguintes; e nº 114, p. 70-71.

⁴² Reforçando a descrição de Pedro Alexandrino da Cunha, afirma: “Este rio [Bero], é, no tempo das chuvas, de tal maneira engrossado que o terreno por onde passam as suas águas pode ser cultivado, durante o resto do ano, sem dependência de novas chuvas”. TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência Geral do Ultramar, 1974, p. 79.

agrado, incentivando-a. E trocaram presentes: o soba brindou o tenente Garcia com um magnífico boi, oferta a que o chefe da expedição retribuiu com a oferta de fazendas, missangas e aguardente.

Chegado ao Bumbo, região habitada por populações de etnia “mucubal” que se dedicavam à pastorícia, à caça de elefantes e ao cultivo de milho e feijão nas húmidas e férteis margens do rio, João Garcia avançou até atingir o sopé da imponente Serra da Chela, onde novamente encontrou populações que se dedicavam à agricultura, ou, mais rigorosamente, à policultura de subsistência. Ultrapassou a Serra da Chela e chegou a Caconda⁴³, sem resistências das populações encontradas no percurso, aproveitando o ensejo para firmar pactos de amizade com os sobas avistados.

De regresso ao ponto de partida (Angra das Aldeas ou Mossamedes), encontrou-se com Pedro Alexandrino, no dia 17 de Novembro de 1839, reforçando-se a partir de então a relação de confiança entre Pedro Alexandrino e o soba do *Mossungo Bitoto* e estabelecendo-se um pacto de amizade e de cooperação com o soba *Loquengo*, que pedia a protecção de Portugal contra as prepotências de outros sobas⁴⁴. Pedro Alexandrino acabaria por conduzir o soba *Loquengo* à corveta *Isabel Maria*, estacionada no porto, onde o soba foi declarado vassalo de Sua Majestade o Rei de Portugal e baptizado com o nome de Giraúl, pela respectiva guarnição, que o presenteou com uma capa vermelha, uma cadeira, um galo, uma galinha e um casal de leitões! Notável: transcorridos mais de trezentos anos, repetiam-se os processos de sedução utilizados pelos portugueses na colonização do continente americano!

E, no dia 06 de Dezembro de 1839, o tenente João Garcia e a sua comitiva partiram finalmente para Benguela, a bordo da corveta *Isabel Maria*, seguindo pouco depois para Luanda. As *Instruções* que tinham sido enviadas em 1838 por Sá da Bandeira (ministro do Ultramar) ao governador-geral António de Noronha tinham sido cumpridas quase na íntegra, num prazo extraordinariamente curto, difícil de superar, mesmo nos dias de hoje...

Mas, para um cabal cumprimento das *Instruções* enviadas por Sá da Bandeira, restava dar início ao levantamento de um “estabelecimento” na zona que Pinheiro Furtado designara por Mossamedes. Assim, o novo governador-geral, Manuel Eleutério Malheiros⁴⁵, determinou, em Fevereiro de 1840, que fosse construído um forte na

⁴³ Em Dezembro de 1838 havia no Planalto Central apenas 14 brancos. Na zona de Caconda, no entanto, havia cerca de 3000 mestiços e bastantes “pretos calçados”. O povoamento avançava com a “prata da casa”... Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol, p. 9.

⁴⁴ O soba *Loquengo* teria sido salvo pelo tenente João Garcia das garras de um outro soba (o do Jau), onde se achava prisioneiro por supostos crimes de feitiçaria.

⁴⁵ Ao efémero governo de António Manuel de Noronha (10 meses), sucedeu o governo de Eleutério Malheiros. Foi governador-geral de 23-11-1839 a ?-04-1842. Vide HENRIQUES, Isabel Castro – *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, p. 711.

“Baía”, o qual seria depois convertido em presídio, de modo a afirmar-se a posse e ocupação portuguesa sobre a “Baía” e territórios confinantes⁴⁶. Nesse mesmo ano (Agosto) foram abertos na Ponta Negra (ou Ponta do Penedo) os alicerces do forte, sendo nomeado regente do dito “estabelecimento”, o sertanejo João Francisco Garcia, que regressara àquela base na corveta *Isabel Maria*, com vinte e seis praças e duas peças de artilharia.

O forte, que mais tarde passaria a denominar-se Presídio e Estabelecimento de Mossamedes, “simbolizaria”, finalmente, a ocupação militar da zona litoral do território a sul de Benguela⁴⁷. À semelhança do que acontecia nos restantes presídios da Província, o chefe do “estabelecimento” tinha o tratamento de “comandante”. E através do ofício nº 249 de 12 de Julho de 1841, o governador-geral da Província de Angola comunicaria ao ministro do Ultramar que tinha tomado a deliberação de denominar o forte que se estava a construir por “Forte de S. Fernando”, deliberação que foi aprovada por Portaria Ministerial de 31 de Agosto do mesmo ano⁴⁸.

Mas como uma efectiva ocupação militar de um tão vasto território não poderia basear-se na simples presença de 27 militares e 2 peças de artilharia, foi novamente Pedro Alexandrino da Cunha, na sua inteligente perspectiva de ocupação integrada, que se movimentou no sentido de estabelecer um pacto de amizade e de comércio com os conhecidos sobas *Mossungo* e *Giraúl*, que governavam as populações nativas do litoral daquela região. O termo a que foi reduzido o pacto então firmado tem a data de 13 de Agosto de 1840 e foi lavrado na “barraca” do Comandante do Estabelecimento provisoriamente armada perto dos alicerces do forte⁴⁹. Em síntese, declarava o seguinte:

Que, “os comandantes da corveta (Pedro Alexandrino da Cunha) e do Presídio (João Francisco Garcia) devidamente credenciados pelo Governador Geral de Angola, tinham sido mandatados para abrir comércio com os mencionados sobas do Mossungo e do Giraúl e para construir um forte, a fim de os defender das correrias que amiudadas vezes sofrem dos habitantes do sertão, ao que eles (tendo-se feito perceber pelos intérpretes Joaquim José Maria, marinheiro da corveta e Mariano da Costa Lemos, auxiliar do

⁴⁶ Nesse mesmo mês de Fevereiro foi fundada a 1ª feitoria, por António Joaquim Guimarães Júnior e Jácome Filipe Torres. Ao longo do ano, outros colonos instalar-se-iam igualmente na região de Mossamedes, em especial, alguns bóeres agricultores, vindos da Damaralândia.

⁴⁷ Na legislação publicada em 1840 não se encontra qualquer diploma alusivo à criação do Presídio e Estabelecimento de Mossamedes. Para além do termo de um pacto de amizade e de comércio firmado em 1840 com os sobas locais, apenas se reencontra a denominação de “Estabelecimento” (à localidade onde foi construído o forte), no ofício enviado pelo governador de Benguela em 15 de Outubro de 1845, referido no BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 7 (1845-10-25).

⁴⁸ BOLETIM do Conselho Ultramarino, *Legislação Novíssima*, p. 194, vol. 1º.

⁴⁹ O termo “Estabelecimento” foi utilizado aqui pela primeira vez, oficialmente.

comandante do presídio), anuíram com a maior satisfação, mostrando, pelo seu accionado, estarem resolvidos até a coadjuvar os portugueses em tudo quanto estivesse ao seu alcance, para mais prontamente se formar o estabelecimento”⁵⁰.

O documento foi assinado pelo comandante da corveta e pelo comandante do Presídio, Pedro Alexandrino e João Garcia, respectivamente; pelo imediato da corveta, o segundo tenente José António da Silva Eloy e pelo comissário Marcelino de Sá; pelo intérprete Mariano da Costa Lemos, auxiliar do comandante do Presídio; e por João António de Mesquita Cardoso, que serviu de escrivão. Por não saberem assinar, firmaram-no com os seus respectivos sinais o intérprete Joaquim José Maria e os sobas do *Mossungo* e do Giraúl.

Em 1842, o Estabelecimento de Mossamedes foi visitado pelo governador-geral de Angola, José Xavier Bressane Leite⁵¹, que sucedera a Eleutério Malheiros. O forte pouco passava dos alicerces, continuando o comandante do presídio a residir na “barraca” levantada em 1840 na Ponta Negra, para moradia do chefe da localidade. Admite-se que a conclusão da obra, em pedra solta, tenha ocorrido em 1844, ano em que o governador-geral foi autorizado a organizar uma guarnição para o forte, a qual foi denominada Companhia de Mossamedes, em conformidade com as designações utilizadas nos outros presídios da Província. Nomeados os oficiais necessários, reforçada a artilharia e apetrechado o forte com os objectos julgados indispensáveis, a Companhia de Mossamedes receberia, em Setembro de 1845, o reforço de quarenta degredados, que chegaram a Mossamedes na charrua *Princesa Real*⁵². E em Fevereiro de 1846, seria estabelecido um tratado de paz entre o governo português e o representante do soba do Bumbo.

Um acontecimento digno de registo (por estar relacionado com o abolicionismo) foi a queima, em Dezembro de 1842, de um grande número de pipas que se encontravam armazenadas numa pequena baía a norte de Mossamedes e a sul do Mucuio, e

⁵⁰ Publicado no Jornal, «Mossamedes». (8 Mar. 1882).

⁵¹ Foi governador-geral de Maio de 1842 a 10-07-1843, data da sua morte, em Luanda. Foi então designado um Governo de Conselho Geral, presidido pelo juiz Silva Guardado, incluindo o mestiço Joaquim Carvalho de Menezes, com desagrado de alguns sectores políticos. Silva Guardado mostrou-se no entanto incapaz de colaborar com a Estação Naval na repressão aos traficantes de escravos, nomeadamente contra os brasileiros, pelo que terminará a governação oito meses depois, em Março de 1844, data da posse de Lourenço Germack Possolo. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 23.

⁵² A 7 de Fevereiro de 1821 chegou a Luanda a fragata *Vénus* proveniente do Rio de Janeiro com 201 degredados. Em 18 de Setembro de 1845 embarcaram no *Princesa Real* 140 degredados, sendo 40 para a Companhia de Mossamedes, 40 para Caconda e 60 para Luanda. Os degredados faziam-se acompanhar pelas suas famílias, como se depreende do *Ofício* n.º 97 do Governo-Geral, datado de 14 de Janeiro de 1846, que ordenava ao Comandante do presídio, António Oliveira, que “participasse as quantidades exactas dos mantimentos recebidos para os degredados [...] abonando às mulheres ração igual à dos maridos e aos menores meia ração”. Suplemento do BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n.º 21 (1846-02-04).

que se destinavam ao tráfico negreiro⁵³. De acordo com as disposições emanadas do Decreto de 10 de Dezembro de 1836, eram considerados objectos indiciadores do tráfico de escravos “uma quantidade extraordinária de pipas ou barris” ou “uma quantidade de água em pipas ou tanques, maior do que a necessária para o consumo da equipagem dum navio mercante”. Agindo em conformidade, a Estação Naval Portuguesa⁵⁴ mandou queimar as referidas pipas⁵⁵.

2.4. - Movimento abolicionista europeu: o Congresso de Viena de 1815

Depois da “conquista” e do posicionamento estratégico, as colónias necessitavam - para a conveniente exploração dos seus recursos naturais - do trabalho braçal estável que somente a escravatura estava em condições de fornecer⁵⁶. Este facto incontornável levou as nações colonizadoras a uma organização interna essencialmente baseada no trabalho escravo. Mas como a escravidão contrariava o sentimento humanista (que paralelamente ia ganhando consistência e espaço de reflexão⁵⁷), instalava-se uma preocupação subliminar: não estava garantida a continuidade *ad vitam aeternam* do processo esclavagista, temendo-se que a sua eventual abolição pusesse em causa o desenvolvimento sustentado dos territórios colonizados⁵⁸.

⁵³ Em Dezembro desse mesmo ano de 1842 deu-se o naufrágio da escuna *Amélia* (da Marinha de Guerra Portuguesa) num baixo situado a sul de Mossamedes, que passou a ser conhecido por Baixo Amélia; e a praia que lhe fica adjunta passou a ser conhecida por Praia Amélia, designação que persistiu durante o século XX.

⁵⁴ A Estação Naval Portuguesa era comandada por Pedro Alexandrino da Cunha, que, em 1843, esteve em litígio com o juiz Silva Guardado, presidente de um efémero Conselho do Governo de Angola. Os conflitos de poder prolongar-se-iam até 31 de Maio de 1845, data do Decreto de exoneração do Governador Lourenço Possolo e da indicação de Pedro Alexandrino como seu sucessor. Em virtude de Pedro Alexandrino se encontrar ausente no sul de Angola, Possolo manteve-se no cargo até 06-09-1845. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 23.

⁵⁵ Decorria o ano de 1842 e diversas medidas foram tomadas no sentido de penalizar os barcos negreiros. E a pequena baía passou a ser designada por Baía das Pipas, nome que ainda hoje é utilizado.

⁵⁶ Surpreendente, é saber-se que em Angola, algumas disposições régias anteriores a 1796, já dificultavam a utilização de trabalhadores negros, sem obrigação remuneratória; e que, em 1796, uma Ordem Régia foi ainda mais longe, proibindo o trabalho forçado dos negros residentes no distrito de Benguela. Mas foram meras excepções pontuais, semelhantes às medidas internas adoptadas durante o governo de Sousa Coutinho em Angola (1764-1772), com o objectivo de travar os abusos cometidos por dizimeiros, frades, juizes, comerciantes, degredados, pretos calçados e feiticeiros, que tornavam atroz a situação dos africanos mais desfavorecidos. *Vide* BARRETO, J. Mimoso – *Descoberta do Zaire por Diogo Cão: Sousa Coutinho, precursor da abolição da escravatura*. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa (1984), p. 71-74.

⁵⁷ O primeiro manifesto contra a desgraçada sorte dos indivíduos negros aconteceu em França, em 1794, na sequência da Revolução Francesa de 1789, abolindo-se então a escravatura em todas as colónias da França e “conferindo a todos os negros a qualidade de cidadãos franceses, com todos os direitos assegurados pela Constituição”. Mas, uma medida tão radical, não tinha condições de sustentabilidade para além do seu efémero idealismo. E, por isso, oito anos depois, em 1802, Napoleão Bonaparte restabeleceu a escravatura nas colónias, a qual só viria a ser definitivamente abolida em 1848, ou seja, quase meio século depois.

⁵⁸ A propósito do surto de desenvolvimento verificado em Minas Gerais, o historiador Luiz Felipe de Alencastro, fez a seguinte síntese: “Minas estava inventando o Brasil”.

Entretanto (no início do século XIX), fundava-se na Inglaterra a Sociedade dos Amigos dos Negros, dinamizada pelo estadista e filantropo *William Wilberforce*. Uma associação que a breve trecho se transformaria em “cavalo de Tróia” relativamente à abolição da escravatura e que de certa forma iria induzir o Parlamento inglês, em 1807, a dar um primeiro passo contra a escravidão, através da votação de um Projecto-Lei favorável à extinção da escravatura colonial⁵⁹. Mas quando em 1812, o governo inglês se outorgou a condição de protector e aliado das “nações desgraçadas e oprimidas”, logo se presentiu que a posição dos ingleses enformava de uma expressão mais panfletária do que substancial. E, na verdade, só em 1834 é que as leis aprovadas passaram de meras declarações de intenções à possível aplicação prática, pois só então o parlamento inglês aprovou a soma de vinte milhões de libras para indemnizar os possuidores de escravos. Daqui se depreende, que de 1807 a 1834, os ingleses estariam muitíssimo mais preocupados em proteger os seus interesses de expansão comercial, do que com as belas palavras de alguns dos seus humanistas⁶⁰. No entanto, é de reconhecer que foram estes acontecimentos de natureza política os “despertadores” de tomadas de posição ideológicas que viriam a perturbar o funcionamento do movimento esclavagista que, como é sabido, se desenvolveu sobretudo no Brasil e na América do Norte, onde os traficantes, os proprietários, os encarregados de “usinas” de produção de açúcar, os agrários, os comerciantes e mesmo as mais altas esferas administrativas, nomeadamente em Portugal e no Brasil, não podiam aceitar de bom grado os projectos britânicos, susceptíveis de pôr em causa a continuidade do desenvolvimento de economias profundamente relacionadas com a mão-de-obra esclavagista⁶¹. O Brasil independente era um país dependente das galeras abarrotadas de angolanos, que não vislumbrava qualquer outra saída para sustentar a sua crescente importância, caso se verificasse o colapso do trabalho escravo. Segundo Manuel da Silva Rebelo, de 1808 a 1830, “Angola não passou de feitoria do Brasil, para onde remetia tudo o que pudesse contribuir para o progresso daquela zona sul-americana, em prejuízo e total

⁵⁹ Facto relativamente inconsequente, do ponto de vista prático, dado que “Os ingleses atingiram o auge do tráfico no decorrer do século XVIII e mantiveram a supremacia do mesmo até à sua extinção”. CAPELA, José – *Escravatura: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 155-157.

⁶⁰ “Se nos reportarmos ao lucro neste género de negócio vemos [...] tratar-se de algo extraordinário: 100% nada tinha de excepcional e uma viagem podia muito bem saldar-se com um lucro de 300%.” CAPELA, José – *Op. cit.*, p. 157.

⁶¹ Quando, no decurso da guerra civil (1832-1834), coube a Mouzinho da Silveira erguer a armadura jurídica do Estado liberal, o problema económico era crucial: as sua principal preocupação centrava-se na independência do Brasil (1822) que, aos olhos do estadista, fora “um acontecimento ainda mais fértil em consequências do que foi a descoberta”, pois “é sabido que Portugal precisa de realizar no trabalho os meios de vida que tinha nas colonias”, e erguê-la “ao estado de civilização em que as outras se achavam.” FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes, Documentos e Textos de História*. 2ª ed. Porto: Edições ASA, 1983, p. 158.

desprezo do próprio desenvolvimento e bem-estar interno”⁶². E o historiador Luiz Felipe de Alencastro demonstra que a economia brasileira “importou” mão-de-obra durante mais de 400 anos, ou seja, até ao século XX, inclusive, e que a ideia original do Brasil como país, é indissociável do tráfico de escravos de Angola para o Brasil⁶³.

Contudo, paulatinamente, em Portugal, a ideia abolicionista ia amadurecendo e conquistando um certo espaço de reflexão. Na carta de ratificação do tratado com a Inglaterra, outorgada em Viena, no dia 22 de Janeiro de 1815, Portugal comprometeu-se, enfim, com as outras potências europeias, a abolir – gradualmente - o tráfico de escravos. A partir de então, seria proibida aos vassallos da Coroa portuguesa a compra de escravos, em qualquer parte de África, a norte do Equador⁶⁴. E no dia 08 de Fevereiro de 1816, Portugal aderiu, igualmente, aos dois grandes princípios de Direito Internacional consagrados no Congresso de Viena: a liberdade de navegação dos rios e a abolição do tráfico de escravos⁶⁵.

O processo abolicionista, como já se referiu, foi lento e gradual: assinado o Tratado de Viena, a Grã-Bretanha dedicou-se mais rigorosamente à perseguição de navios negreiros (designada por “Corso”), estabelecendo cruzeiros para capturar as embarcações que se entregavam ao tráfico⁶⁶. Em Portugal, a passividade (ou indiferença) em relação ao compromisso formalmente assumido em Viena, tornava-se evidente: só em 1836⁶⁷ terminada a guerra civil, surgiu a primeira disposição política oficial, com o Visconde de Sá da Bandeira, humanista e combatente pelos Liberais vitoriosos, a fazer aprovar um primeiro Decreto⁶⁸ que idealmente “ensaiava” abolir a escravatura, através da aplicação de um conjunto de medidas que o Governo Setembrista classificou de:

⁶² REBELO, Manuel dos Anjos da Silva – *Relações entre Angola e Brasil (1808-1830)* Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 129.

⁶³ Sobre esta delicada matéria, vide ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. 4ª ed. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁴ Como o tráfico de escravos ocorria no hemisfério sul, entre Angola e o Brasil, nomeadamente, estamos perante uma das conhecidas subtilezas dos portugueses: alterar para ficar tudo na mesma... De resto, nada de substancial mudara, desde o século XVII, quando o Conselho da Fazenda considerou que Angola constituía o “nervo das fábricas do Brasil”, cuja renda representava a “substância principal desta Coroa”. Sobre esta matéria vide ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *Op. cit.*, p. 40 e 41.

⁶⁵ Contraditoriamente, de 1817 a 1819, a média anual de escravos embarcados de Benguela e Luanda viria a subir para 22.000, contra os 15.000 registados no início do século XIX. Ver CAPELA, José – *Escravatura: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 161.

⁶⁶ Sobre algumas cumplicidades visivelmente proteccionistas dos velados interesses das nações europeias, vide REGO, Pe. António da Silva – *O Ultramar Português no Século XIX: 1834-1920*. Lisboa: AGU, 1969, p. 5-8.

⁶⁷ Vinte anos depois de Portugal ter assumido, em Viena, o compromisso de abolir a escravatura.

⁶⁸ Decreto de 10-12-1836, assinado pelo ainda visconde de Sá da Bandeira (Bernardo de Sá Nogueira), por António Manuel Lopes Vieira de Castro e por Manuel da Silva Passos. Este Decreto foi mandado aplicar pelo novo governador de Angola, Pedro Alexandrino da Cunha, em Setembro de 1845, isto é, com 9 anos de atraso... CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 38.

“[...] leis justas, humanas e políticas, que são indispensáveis para que a civilização daqueles indígenas possa ser promovida e realizada, bem como para que as forças produtivas dos nossos domínios ultramarinos possam ter o desenvolvimento de que são susceptíveis”⁶⁹.

Tratava-se, no fundo, de deliberações de simples convicção de alguns políticos bem intencionados⁷⁰, mas sem a mínima possibilidade de aplicação prática naquela época, pela simples razão de que a administração pública e também os colonos as recusavam liminarmente⁷¹. Serviam, no entanto, como advertência (tardia) de que as regras tenderiam a mudar a médio prazo, podendo assim ser entendida como aviso ou prenúncio de uma ruptura anunciada, uma espécie de etapa preparatória das mentalidades para um novo paradigma⁷², susceptível de se repercutir directamente no quotidiano das colónias, tal como enunciavam os seus promotores⁷³:

“Para avaliarmos o que são os domínios portugueses ultramarinos, não devemos considerar somente o que actualmente são, mas sim aquilo de que são susceptíveis. O estado em que se acham é devido não só ao mau governo que tem tido a metrópole, mas a esta ter prestado a sua atenção quase exclusivamente ao Brasil. Os naturais de África foram tomados e transportados para além do Atlântico para tornarem rico um imenso País cujos habitantes se recusavam à civilização”⁷⁴.

Um pouco mais tarde, em 20 de Dezembro de 1841, o Tratado de Londres sobre a proibição do comércio de escravos (em que se salientou *Lord Palmerston*), envolveu a

⁶⁹ FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes documentos e Textos de História*. Porto: Edições Asa, 1980, p. 178.

⁷⁰ Sobre o Decreto de 1836, a historiadora Isabel Castro Henriques salienta que na estratégia do marquês de Sá da Bandeira “contavam muito a necessidade de evitar todo e qualquer conflito com a Grã-Bretanha”. HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto de Cooperação Portuguesa. 1997, p. 130.

⁷¹ Segundo José Capela, a lei de Dezembro de 1836 “não baniu nem acabou com coisa nenhuma”, como de resto é demonstrado abundantemente no seu livro sobre a escravatura. Para uma abordagem mais pormenorizada vide CAPELA, José – *Escravatura: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978, p. 162-165. Após assinatura de novo Tratado (03-07-1842), ratificado por Carta Régia de 29-07-1842, o tráfico de escravos escapava-se por portos menos controlados que o de Luanda, como Ambriz, Mossamedes, etc. Em Setembro de 1845 foi aprisionado o navio inglês *Lady Sale*, no Ambriz, o que provocou um conflito na Comissão Mista Luso-Britânica, que funcionava em Luanda. Em Outubro desse mesmo ano foi aprisionado pela vigilância portuguesa um outro barco inglês que andava no tráfico de escravos, tendo então os ingleses protestado contra a soberania de Portugal na zona angolana do Ambriz. Mais do que episódios pontuais, julgamos que já estaria em causa a relação de forças entre as duas potências coloniais. Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 38-40.

⁷² Sobre esta matéria vide ALEXANDRE, Valentim - *Origens do colonialismo português moderno (1822-1851)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

⁷³ Que, curiosamente, não se inibem de considerar “incivilizáveis” os nativos brasileiros.

⁷⁴ FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Op. cit.*, *Fontes* p. 179.

Grã-Bretanha, a França⁷⁵, a Áustria a Prússia e a Rússia. E em 03-07-1842, Portugal e a Inglaterra assinaram um novo Tratado, ratificado pela Carta Régia de 29-07-1842, ao qual se fará referência, mais detalhadamente, a seguir.

A Espanha aboliu a escravatura nas ilhas de Cuba e Porto Rico em 1847; e os Estados Unidos só o fizeram no final de quatro anos de guerra separatista, em 1865, após a vitória dos Estados do Norte, adeptos da emancipação, sobre os Estados do Sul, partidários do trabalho escravo. E o Brasil, finalmente, aboliria a escravatura em 1888, por Decreto de 13 de Maio, da regente imperial, a princesa Isabel⁷⁶.

2.4.1. – Medidas abolicionistas em Portugal e no Brasil: Tratado Anglo-Português

Como era esperável em matéria tão controversa, instituíram-se dois campos de convicções inconciliáveis: o campo dos que queriam manter o *status quo* vigente (a maioria); e uma parte da burguesia portuguesa (a que não tinha interesses materiais em jogo), que defendia o sentido de justiça da medida abolicionista. Os primeiros apresentavam argumentos por vezes bastante complexos⁷⁷, como por exemplo: que a manutenção dos colonos de Angola dependia do tráfico de escravos feito por comerciantes burgueses, que “aguentavam”, materialmente, os ditos colonos; e que a administração portuguesa de Angola só poderia ser estável se estivesse garantida a estabilidade desses colonos⁷⁸. Mas, a propósito da inutilidade aparente da posição assumida por Sá da Bandeira, afirma Isabel Castro Henriques:

“Não parece muito correcto afirmar que as medidas de Sá da Bandeira não passaram de letra morta, tendo ficado sem efeito nem eco: Nós diremos, mais simplesmente, que o decreto redigido por Sá da Bandeira é o antepassado normal do decreto do conselheiro brasileiro Euzébio Queirós - de resto nascido em Angola - que, em 1850 proibiu o desembarque dos escravos africanos nas costas e nos portos brasileiros”⁷⁹

Poderemos portanto inferir que a medida preconizada em 1850 pelo brasileiro (nascido em Angola), Euzébio Queirós, era de muito maior eficácia do que a bem

⁷⁵ Em 1842 a França recusará a ratificar o Tratado. Em 1848 a escravatura foi abolida de facto em França, (46 anos depois de Napoleão I a ter reatado), conferindo renovada expressão e força ao movimento abolicionista.

⁷⁶ Em 11/11/1836, o Brasil regulamentou a substituição da mão-de-obra escrava por colonos contratados no Continente e Ilhas Adjacentes. Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 7.

⁷⁷ Se analisados à luz das ideias do século XX.

⁷⁸ Argumentos que à partida punham em causa a aplicação das medidas preconizadas por Sá da Bandeira.

⁷⁹ HENRIQUES, Isabel Castro - *Percurso da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa. 1997, p. 107.

intencionada declaração de Sá da Bandeira, justamente porque através do controlo das entradas de escravos nos portos brasileiros se impedia, de forma mais segura, o comércio clandestino⁸⁰.

Entretanto, em Angola, o processo lá ia avançando: em 1846 organizou-se uma embaixada chefiada por Joaquim Rodrigues Graça ao noroeste angolano (de onde eram provenientes grande parte dos escravos), com o objectivo de informar as autoridades africanas que o tráfico de escravos não poderia prosseguir nos mesmos moldes, facto que permite pressupor algumas clivagens na pretensa unanimidade em prol do esclavagismo, ou deduzir, pelo menos, que uma parte dos interessados no tráfico (comerciantes portugueses e brasileiros), não sabiam como evitar as novas disposições portuárias. Mas também é sabido que os africanos e os europeus, cuja estabilidade dependia da manutenção do tráfico de escravos, encontrariam sempre expedientes imaginativos para contornar a proibição imposta pelo Decreto de Euzébio Queirós. De resto, a escravatura era uma tragédia a duas mãos, que contava com inúmeras cumplicidades internas⁸¹.

Mas, para se compreender melhor a evolução do processo abolicionista, devemos recuar alguns anos: No dia 03 de Julho de 1842, Portugal e Inglaterra, representados pelos plenipotenciários D. Pedro de Sousa Holstein (Duque de Palmela) e por *Lord Howard Walden*, respectivamente, assinaram um extenso tratado abolicionista⁸², conhecido por Tratado Anglo-Português, o qual declarava, no seu Artigo 1º, que a escravidão era "um crime rigorosamente proibido e altamente punível" em toda a parte dos seus respectivos domínios e para todos os súbditos das suas coroas⁸³.

Nos artigos subsequentes, o Tratado outorgava que os navios das respectivas marinhas reais, que detivessem mandatos especiais, podiam visitar e dar busca às embarcações das duas nações que parecessem suspeitas de transportar negros para os reduzir à escravidão, bem como o direito de inspeccionarem navios que tivessem sido equipados com o intento de serem utilizados como meio de transporte de

⁸⁰ O desembarque carecia de apoio logístico e de organização, contrariamente ao embarque.

⁸¹ Segundo Isabel Castro Henriques, “a réplica dada pelo *Watyanyua* a Rodrigues Graça, em 1846, na capital da Lunda, traduz de maneira suficiente a surpresa dos africanos perante a modificação das regras que tinham sido criadas, introduzidas e desenvolvidas pelos europeus. Esta surpresa é reforçada pelo facto de a maior parte dos portugueses não renunciar, de maneira nenhuma, ao comércio de escravos, mercadoria que, como afirma o documento português, possui a enorme vantagem de poder andar, o que não acontece com as demais, que obrigam a recrutar carregadores, muitas vezes impossíveis de encontrar.” HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa. 1997, p. 130.

⁸² Ratificado por Carta Régia de 29-07-1842. O inglês *Lord Palmerston* acusou então os portugueses de incumprimento da proibição do tráfico de escravos. Os ingleses, porém, não eram diferentes.

⁸³ Em finais de Julho de 1842, os ingleses contrariavam a letra do Tratado, tomando de assalto algumas povoações de Cabinda, saqueando mercadorias e fazendo escravos, que transportavam para os seus próprios negócios. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol, p. 21.

escravos. Os cruzadores assim mandatados podiam aprisionar e levar as embarcações, a fim de ser instruído processo, o qual deveria ser julgado com a menor demora e inconveniência possível por duas ou mais comissões mistas, compostas por igual número de representantes das duas nações, os quais seriam nomeados pelos respectivos soberanos. Nestas circunstâncias, qualquer navio português ou britânico que fosse inspeccionado e detido em ordem do cumprimento das cláusulas do Tratado, podia ser legitimamente conduzido perante uma comissão mista, no caso de se encontrarem indícios de tráfico de escravos. Em consequência, se uma embarcação detida fosse condenada, seria declarada “boa presa”, sendo a sua carga confiscada, à excepção dos negros ou de outros indivíduos trazidos a bordo para serem reduzidos à escravidão, aos quais cada uma das partes contratantes se obrigava a garantir a liberdade⁸⁴. Os escravos receberiam da Comissão uma carta de alforria e seriam entregues ao governo a que pertencesse o cruzador que tivesse feito a captura⁸⁵ que, por sua vez, os entregaria ao cuidado e superintendência de uma junta, designada por Junta de Superintendência dos Negros Libertos⁸⁶. Quanto à carga apresada, seria vendida em leilão, revertendo o produto da venda a favor dos dois governos⁸⁷.

A fim de cumprir os seus objectivos específicos de “assegurar aos negros e outros libertados bom tratamento permanente e uma plena e completa alforria na conformidade das humanas intenções das partes contratantes”, o Tratado estipulava que seria designada uma pessoa de reconhecida probidade e humanidade, com o título de Curador dos Negros Libertos, que actuaria sob a direcção da Junta de Superintendência. Ao Curador dos Negros Libertos foram atribuídas as seguintes funções:

- Inspeccionar os negros com “miudeza”;
- Pôr o nome a cada um deles;
- Lançar em livro próprio, designado por *Registo dos Negros Libertos*, a identificação (nome) de cada um dos inspeccionados;
- Fazer a descrição dos indivíduos inspeccionados, com indicação da sua idade provável, sinais corporais e quaisquer outras particularidades

⁸⁴ TRATADO Anglo-Português de 03/07/1842, Art.º 13º.

⁸⁵ TRATADO Anglo-Português de 03/07/1842, Art.º 6º, Anexo B.

⁸⁶ TRATADO Anglo-Português de 03/07/1842, Art.º 3º, Anexo C.

⁸⁷ Em 06-10-1842, foi publicada uma Portaria alusiva ao procedimento contra os culpados de tráfico de um navio brasileiro. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 21.

susceptíveis de fornecer indicações sobre a família e proveniência dos inspeccionados, bem como o nome da embarcação em que tinham sido encontrados.

- Cumpridas estas formalidades, cada indivíduo seria então marcado na parte superior do braço direito com um “pequeno instrumento de prata que teria por divisa um símbolo da liberdade”⁸⁸.

A Junta de Superintendência faria então correr editais anunciando o leilão público (no prazo de uma semana) dos negros libertos, que poderiam ser assoldados ou dados para aprendizes, celebrando-se então uma escritura formal entre a Junta e quem os tomasse de soldada⁸⁹. Esse “contrato” deveria ser feito em duplicado, deveria ser impresso e não escrito, ficando uma cópia em poder da Junta, ao cuidado do Curador dos Negros Libertos⁹⁰ e a outra com quem tomasse os libertos por soldada. Para os libertos que não fossem postos a aprendizes ou que não se alistassem nas forças de mar ou de terra do Estado a que pertencesse a colônia ou possessão em que se encontrassem, ou cujos contratos viessem a ser invalidados, esperava-os uma espécie de quadro de supranumerários: “ficariam a cargo do Governo da dita colônia ou possessão”, e seriam conservados dentro do espaço de vinte milhas do lugar onde residissem as comissões mistas⁹¹. O Tratado Anglo-Português de 1842, regulava ainda o tempo de serviço a que seriam obrigados os aprendizes e estabelecia as obrigações dos mestres, impondo multas aos que violassem as condições estipuladas no dito Tratado⁹².

Quanto aos escravos já existentes nada mudava. Para além de passar a não ser permitido o registo de novos escravos, a sua situação só viria a ser alterada em Dezembro de 1854, quando foi decretada a obrigatoriedade do registo dos escravos existentes nos domínios portugueses do Ultramar.

⁸⁸ TRATADO Anglo-Português de 03/07/1842, Art.º 1º e 5º, Anexo C.

⁸⁹ “Assoldados” - Recompensados, isto é, remunerados. Derivação de “soldo”, que era o nome de várias moedas antigas de Portugal, sendo também a designação do pagamento atribuído aos militares.

⁹⁰ TRATADO Anglo-Português de 03/07/1842, Art.º 6º, Anexo C.

⁹¹ TRATADO Anglo-Português de 03/07/1842, Art.º 21º, Anexo C.

⁹² TRATADO Anglo-Português de 03/07/1842, Art.º 23º e seguintes, Anexo C.

Capítulo 3 – As primeiras acções concretas

3.1. – Feitorias pioneiras: os primeiros passos

Guarnecido o forte, de homens e de artilharia, clausulado o pacto de amizade com os sobas representantes das populações da região, estavam reunidas as condições básicas essenciais para se iniciar o desenvolvimento das relações mercantis, na área do Presídio e Estabelecimento de Mossamedes.

Assim, foram criadas entre os anos de 1839 e 1845 oito feitorias e oito casas de negócio, instaladas ao longo da costa, que desenvolveram a sua actividade no âmbito comercial, industrial e agrícola¹. Beneficiando da protecção da força militar constituída para a defesa do Presídio e Estabelecimento, os proprietários de algumas feitorias, passaram a cultivar, nas margens do rio Bero, algumas espécies hortícolas necessárias ao seu sustento e dos seus empregados; outros dedicaram-se à pesca (como o algarvio Fernando Cardoso)², passando a exportar uns tantos produtos para Luanda e Benguela; outros dedicaram-se ao comércio com os indígenas da região e do interior, trocando fazendas, missangas e bebidas alcoólicas (de origem europeia), por cera, marfim e couros, que por sua vez exportavam igualmente para Luanda e Benguela³.

A primeira feitoria, instalada num barracão, pertencia a uma sociedade constituída entre António Joaquim Guimarães Júnior (conhecido por “gato das botas”) e Jácome Filipe Torres, tendo sido registada em Luanda, em Junho de 1839, imediatamente após a obtenção do necessário despacho favorável do Ministério do Ultramar. António Guimarães, residente em Lisboa e conhecedor das ideias do ministro Sá da Bandeira, apresentara em Fevereiro de 1839 (ainda antes de se terem realizado as expedições de Pedro Alexandrino e de João Garcia), um requerimento em que se propunha montar

¹ Em meados de 1839, o governador-geral António Noronha, determinou a instalação de colonos brasileiros no Duque de Bragança (9º Latitude sul). Passados seis meses tinham morrido cerca de 90%. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 15. E, em 1845, foi ordenada a fundação da Feitoria da Huíla, pelo tenente João Francisco Garcia, conforme consta do resumo histórico da ocupação militar de Angola, organizado pelo capitão Gastão Sousa Dias. Sobre estes factos, *vide* Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX: Principais Factos da Ocupação Ultramarina. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias, 1937, p. 33. Ver também Mapa I.

² Sócio da comerciante de Luanda, D. Ana Joaquina dos Santos Silva, instalou em 1843 a primeira pescaria de Mossamedes.

³ A cera era utilizada na impermeabilização das velas náuticas.

uma feitoria em Mossamedes, desde que o Estado lhe concedesse o necessário subsídio. Em Março desse mesmo ano era dada pela Secretaria do Ultramar a seguinte resposta:

“[...] davam-se pelo respectivo ministro as convenientes instruções ao Governador-Geral de Angola, e determinava-se que a Junta de Fazenda da Província fornecesse ao empreendedor Guimarães os meios precisos para levar por diante o cometimento a que se propunha⁴”.

Sabe-se que António Guimarães saiu de Lisboa no final do mês de Março com destino a Luanda, aonde chegou em meados de Junho para assinar um contrato, ainda provisório. De Luanda seguiu para Mossamedes, na corveta *Isabel Maria*⁵, comandada por Pedro Alexandrino da Cunha, tendo demandado a Baía de Mossamedes no dia 05 de Outubro de 1839. Contudo, não foi possível apurar se António Guimarães desembarcou em Mossamedes nos primeiros dias de Outubro ou se seguiu para o Porto do Pinda, com Pedro Alexandrino. Sabe-se que após o desembarque, tratou António Guimarães de presentear generosamente o soba do *Mossungo* que, agradecido, mandou construir um resguardo de ramagem e lhe ofereceu uma esteira para o proteger da humidade do solo, durante a noite. Foi o primeiro morador branco a fixar-se no Estabelecimento.

E também se sabe que o pioneiro António Guimarães não teve sucesso no seu empreendimento: montada a almejada feitoria, acabou por não cumprir as condições do contrato, pelo que teve de embarcar na corveta *Isabel Maria*, alguns anos mais tarde, para responder pelos seus actos perante as autoridades de Luanda. E a feitoria, abandonada pelo seu proprietário, foi imediatamente saqueada e destruída pelos nativos. António Guimarães regressaria a Lisboa, onde morreu, em Março de 1887⁶.

Entre 1841 e 1845 seriam ainda criadas outras sete feitorias, pertencentes aos seguintes feitores⁷:

- Bernardino José Brochado, da sociedade D. Ana Francisca Ferreira Ubertali, rica comerciante de Luanda; 1841.

⁴ Em conformidade com Brito Aranha, no seu livro *Memórias Histórico-Estatísticas*. O despacho tem a data de 07 de Março.

⁵ Como referimos anteriormente, a corveta *Isabel Maria* zarpuu de Luanda no dia 09 de Agosto de 1839, fundeando depois em Benguela e seguindo para Mossamedes no dia 01 de Setembro, tendo chegado ao Cabo Negro em 23 de Setembro.

⁶ «Jornal de Mossamedes», Nº 117 (07 Mar. 1887). Nesse mesmo jornal encontra-se uma breve biografia de António Guimarães, em que se afirma: “Era um homem inteligente, mas infeliz nos seus negócios. Fundou vários jornais, tais como o “Pátria” (de que saíram 78 números em 1855 e 1856), o “Diário Comercial”, “Debates” e “Verdade”.

⁷ «Jornal de Mossamedes». Nº 3 (09 Set. 1881). Artigo *Rectificação*, de Bernardino José Brochado.

- Clemente Eleutério Freire, à sociedade com José Maria de Sousa e Almeida; 1841. (Depois preso e enviado para Luanda, tal como António Guimarães)⁸.
- José Maria Teixeira Caravela, negociante do Norte do Zaire; 1841.
- Fernando José Cardoso Guimarães, à sociedade com Luís Baptista Fins e D. Ana Joaquina dos Santos Silva, de Luanda⁹; Fevereiro de 1843.
- João Pinto Gonçalves, de Benguela-a-Velha, que trouxe como caixeiro, Amaro Moreira Torres, que, em menos de um ano se estabeleceu por conta própria; 1843.
- Venâncio António da Silva, sob a protecção de Francisco de Assis Pereira, de Luanda; Dezembro de 1844.
- João António Magalhães, à sociedade com Augusto Garrido¹⁰, de Luanda; 1845.

Para além destas sete feitorias, a Portaria nº 286 (22-09-1845) do ministro do Ultramar, ordenou ao governador-geral o estabelecimento de uma feitoria em Mossamedes, para prover o abastecimento da guarnição.

Em Dezembro de 1846 a população de Mossamedes era constituída por apenas 20 indivíduos brancos e 16 mestiços, entre algumas centenas de autóctones de etnia Mundombe.

3.1.1. - O comércio, a agricultura e a pesca na década de 1840

À semelhança do que se passava no norte e centro de Angola, a fundação do Presídio e Estabelecimento de Mossamedes e a formalização de relações de amizade com os sobas locais, deu também origem à criação, entre 1840 e 1849, de oito casas de negócio, que foram desenvolvendo um pequeno comércio de permuta com as populações, quer do Estabelecimento, quer do interior. Embora incipiente, era o início

⁸ Vide FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940, vol. I, p. 11.

⁹ Segundo o Ofício de 27 de Novembro de 1856 de Bernardino Freire de Figueiredo ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, trouxeram “escravos de todos os officios e todos os arranjos para montar uma pescaria, incluindo até marinheiros brancos”. Vide FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Op. cit.*, p. 11.

¹⁰ Em Janeiro de 1847, Augusto Garrido, rico comerciante de Luanda, com ligações ao Brasil, foi punido por ligações ao tráfico de escravos. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 50.

da ocupação económica de uma região até então inexplorada, que viria a ser, poucos anos depois, a porta de entrada de grupos mais estruturados de colonos, oriundos do Brasil, da Ilha da Madeira e de Portugal continental. E uma das acções mais importantes ocorridas no 2º semestre de 1843 foi a do feitor Bernardino José Brochado, que partiu para a *Tchibemba* (Gambos), onde chegou em Março de 1844. Na descrição da sua viagem diz “ter sido obrigado a usar saias, não sendo ali permitido (as) calças”. Seguiu depois para o Humbe, atingindo o Baixo Cubango¹¹.

A comprovar a veracidade dos dados referentes ao pequeno comércio então desenvolvido naquela área geográfica, estão algumas *Notícias Marítimas* e *Avisos da Junta de Fazenda*, publicados nos *Boletins Oficiais* da época, a saber:

- 08-10-1847: chegou a Luanda a escuna-correio *Conselho*, sob o comando do segundo-tenente Araújo e Silva, com cera procedente de Mossamedes¹².
- 09-01-1848: deu entrada no porto de Luanda o transporte *Falcão*, sob o comando do segundo-tenente Mendes, com marfim e cera daquela mesma procedência¹³.
- 23-01- 1849, o já mencionado transporte *Falcão*, comandado pelo segundo-tenente Mendes, entrou em Luanda, vindo de Mossamedes, com marfim e cera¹⁴.
- Em 20 de Setembro de 1849, a escuna-correio *Conselho*, sob o comando do segundo-tenente Maciel, entrou em Luanda, vinda de Mossamedes, com marfim e cera¹⁵.

No plano agrícola, iniciou-se o cultivo experimental de espécies hortícolas nos terrenos marginais do rio Bero, durante o período compreendido entre 1840 e 1849. A grande fertilidade do solo proporcionava resultados tão surpreendentes que muitos moradores decidiram dedicar-se à agricultura, ou, mais rigorosamente, à horticultura. Entre estes novos “empresários agrícolas” encontravam-se os administradores de feitoria Clemente Eleutério Freire e Fernando José Cardoso Guimarães, bem como o

¹¹ Ver Mapa I. Até 1846, a vida isolada destes pioneiros não terá sido nada fácil, tendo passado por momentos de grande privação, conforme atesta a correspondência oficial entre o governador-geral e o governador de Benguela. Só em 05 de Julho de 1844 é que os portos de Luanda e Benguela foram reabertos aos navios estrangeiros (estavam encerrados desde 1837), ficando no entanto proibidas as importações de sal, pólvora, chitas, aguardente vinícola e vinhos que não fossem de origem portuguesa. *Vide* CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 24-25

¹² BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 109 (1847-10-09).

¹³ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 123 (1848-01-15).

¹⁴ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 174 (1849-01-27).

¹⁵ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 208 (1849-09-22).

segundo-tenente de marinha Álvaro José de Sousa Soares de Andréa, que viria a ser nomeado, por portaria de 20 de Abril de 1847, o quarto comandante do Presídio¹⁶. O *Relatório* da viagem efectuada em Junho de 1849 aos portos do sul pelo governador-geral da Província, general Silveira Pinto¹⁷, regista que aquele alto magistrado visitara as hortas do Estado e de particulares, e que:

“[...] ficara sobremaneira admirado da imensa fertilidade das margens do Rio Bero onde estão situadas; sendo para lamentar que a impetuosa corrente deste rio, que dizem da velocidade de seis milhas, as faça desaparecer todas ou quase todas, no tempo das chuvas, o que é resultado das águas das montanhas que sobre ele se despenham, espraçando-se largamente; fechando-se por este tempo a comunicação com o lado Norte; No resto do ano não corre, pelo menos na distância de 10 milhas que o percorremos, porque a água ou se evapora ou se infiltra, sucedendo por isso achar-se muito boa e potável por todo o seu leito, em qualquer parte que se profunde, duas ou três polegadas”¹⁸.

Trata-se de um dado deveras importante para os futuros colonos, que poderá parecer exagerado, mas que é verídico: efectivamente, as águas destes rios (que no tempo seco parecem desaparecer nas areias do deserto) encontram-se quase à superfície, em contraste com a época das grandes enxurradas, no tempo das chuvas, em que invadem largamente as margens. É também o caso do Cunene e do Curoca¹⁹.

O governador Silveira Pinto visitou igualmente a exploração hortícola do feitor Fernando José Cardoso Guimarães e de D. Ana Joaquina dos Santos Silva, reparando numa verdadeira “maravilha do Entroncamento”, que o deslumbrou. Eis o que consta do mencionado *Relatório*:

¹⁶ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 85 (1847-04-24).

¹⁷ Adrião da Silveira Pinto sucedeu a Pedro Alexandrino da Cunha, que governou de 06-09-1845 a 17-08-1848. HENRIQUES, Isabel Castro – *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, p. 711.

¹⁸ *Relatório* da viagem efectuada em Junho de 1849 aos portos do sul pelo governador-geral da Província, general Silveira Pinto.

¹⁹ Sobre este último rio, é deveras interessante, talvez inimaginável, a cultura de milho em covas abertas no chão (duas colheitas por ano), praticada pelos moradores de *Onguaia* (ver Mapa I, próximo de Tombua), situação descrita e fotografada pelo antropólogo português Manuel Viegas Guerreiro. Vide GUERREIRO, Manuel Viegas – *Povo, Povos e Culturas: Portugal – Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 240. Também na África do Sul, numa região de dunas brancas do deserto do *Kalahari*, a cerca de 70 km de *Upington (Witsand Nature Reserve)*, tivemos há poucos anos ocasião de verificar o aparecimento de água quase gelada a escassos trinta centímetros de profundidade, a cerca de 800 metros de uma pequena lagoa seca, sob a inclemência de uma temperatura ambiente superior a 30° *Celsius*!

“[...] uma couve, verdadeiro prodígio de vegetação. [...] Era de forma cônica e tinha perto de 80 polegadas de altura, ocupando as folhas, na base do tronco, uma circunferência de 10 passos”²⁰.

Quanto à riqueza em pescado daquela zona do Atlântico Sul, o *Relatório* da expedição empreendida por Gregório José Mendes, realizada em 1785, regista o seguinte apontamento:

“[...] assentei o campo, e, fabricando uma jangada, consegui a pesca de excelentes tainhas, pargos e corvinas”²¹.

E também o comandante da corveta *Isabel Maria*, Pedro Alexandrino da Cunha, no *Relatório* da viagem que efectuou em 1839 ao Cabo Negro e Baía dos Tigres, se referiu à abundância de peixe naquela zona marítima, afirmando, designadamente:

“[...]estando ancorado em Mossamedes, se achou em certo momento, com o navio exausto de víveres; que, notada a falta, os homens da corveta passaram a pescar, diariamente, de manhã, durante duas horas, dez a quinze arrobas de peixe, na maior parte de bom pargo; e que o peixe por eles pescado serviu para fartamente os sustentar, enquanto a corveta ali permaneceu”²².

Ora, conhecendo os moradores esta importante fonte de abastecimento, é natural que a passassem a explorar, quer para consumo directo, quer para conversão em peixe seco, que começaram a “exportar” para Luanda, conforme comprovam as seguintes notícias, insertas nos *Boletins Oficiais* relativos aos anos de 1846 a 1849:

- Chegada a Luanda, em 01 de Abril de 1846 do iate-correio *Quinze de Agosto* que transportava “setenta motetes”²³ de peixe seco procedente das pescarias

²⁰ Como os “passos” são uma medida variável, concedemos o benefício da dúvida... Relativamente à altura da couve (cerca de 2,03 metros), não é invulgar na conhecida couve galega.

²¹ Apud ARANHA, Brito – *Memórias histórico estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira, 1871, nota p. 278.

²² CUNHA, Pedro Alexandrino da – Relatório do ocorrido na comissão da corveta Isabel Maria á Costa do Sul das possessões portuguesas na Costa Occidental d’Africa em Agosto de 1839. Lisboa: Annaes Marítimos e Coloniaes (parte não oficial), nº 12, 5ª série, 1845, p. 459 e seguintes.

²³ “Motete” - Era a designação dada a molhos de dez peixes, como nos informa o *Parecer do Conselho Colonial de Mossamedes*, de 24 de Fevereiro de 1853, bem como o *Relatório* de Fernando Leal datado de 06 de Junho de 1857. Por sua vez, o *Dicionário Enciclopédico LELLO UNIVERSAL*, dá uma indicação sobre a possível origem do vocábulo, conotando-o com determinado “género” de cucurbitáceas do Brasil. Por analogia, poderá depreender-se que, neste caso específico, os motetes seriam fardos ou atados de forma elíptica, com peso variável. Vide LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico*. Porto: Lello Editores. 2002. 2º vol. p. 293.

de Mossamedes” destinados à Fazenda, tendo feito a viagem de roda a roda em vinte e oito dias”²⁴.

- Chegada a Luanda, no dia 07 de Outubro de 1847 do mesmo iate *Quinze de Agosto*, sob o comando do segundo-tenente Maciel, com três passageiros e “duzentos e trinta motetes de peixe seco de Mossamedes”. E a chegada a Luanda da escuna-correio *Conselho*, sob o comando do segundo-tenente Araújo e Silva, com “cem motetes de peixe seco de Mossamedes para a Fazenda”²⁵.
- Entrada em Luanda em 09 de Janeiro de 1848 do transporte *Falcão*, sob o comando do segundo-tenente Mendes, com “peixe seco de Mossamedes, inclusos quatrocentos e oitenta e um motetes para o Governo”²⁶.

Parte deste peixe era vendido pela Secretaria da Junta da Fazenda Pública à população de Luanda, como se infere dos avisos publicados nos *Boletins Oficiais* nº 123, nº 127 e nº 154, onde vem publicitada a “venda de peixe de Mossamedes, seco e em moura”, esclarecendo-se que o almoxarife estava autorizado “a realizar a venda, a tratar do ajuste”. No aviso publicado no *Boletim Oficial* nº 123, dá-se conhecimento da existência nos armazéns do Almoxarifado, para venda, de “grande porção de peixe seco de Mossamedes, tanto em motetes como a peso”; o *Boletim Oficial* nº 127 informa da venda de “uma porção de bom peixe salgado em moura, bem como excelente peixe seco em motetes”; finalmente, o *Boletim Oficial* nº 154 indica a quantidade de pescado a transaccionar: “cento e cinquenta motetes de peixe seco”.

Perante estes factos, parece lícito depreender-se que uma incipiente indústria pesqueira terá começado a desenvolver-se a partir da instalação das primeiras feitorias no Estabelecimento de Mossamedes, a qual terá progredido rapidamente, a ponto de o Estado introduzir o dízimo do peixe para os moradores (em 1845)²⁷, e de em meia dúzia de anos já haver excedentes piscatórios que só poderiam ser conservados por secagem, para efeitos de exportação através de transportadores marítimos, bastante demorados e pouco frequentes. E como a tendência para a industrialização se consolidava de ano para ano, o primeiro governador de Mossamedes, António Sérgio de Sousa, recentemente nomeado²⁸, recebeu em finais de Abril de 1849 instruções no

²⁴ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 30 (1846-04-04).

²⁵ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 109 (1847-10-09).

²⁶ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 120 (1848-01-15).

²⁷ A aplicação do imposto indica que a actividade piscatória teria já alguma relevância em 1845.

²⁸ Nomeado em 19 de Abril de 1849. Simultaneamente, era criado o Distrito de Mossamedes.

sentido de se construir um grande barracão ou telheiro para secar peixe e para servir de armazém náutico²⁹:

“[...] sendo a Baía de Mossamedes e os mares vizinhos abundantíssimos de peixe, e sendo por outro lado necessário manter os indivíduos a quem o estado tinha de fornecer ração [...] o governador Sérgio de Sousa deveria quanto em si coubesse promover as competentes pescarias por conta da Fazenda, até mesmo construir um grande barracão ou telheiro, quando ainda o não houvesse, que servisse não sòmente para secar o peixe [...] mas em que se recolhessem também as lanchas, as redes e os mais objectos indispensáveis [...]”³⁰.

Conforme consta do *Relatório* da visita que o governador-geral fez ao Estabelecimento na última semana de Junho de 1849, o mencionado barracão, designado por “Casa dos Pescadores por conta da Fazenda” e coberto a telha, já estaria então construído³¹, não tendo sido possível apurar se existia alguma estrutura anterior ou se foi construído de raiz durante os meses de Maio e Junho. Porém, tudo leva a crer que os novos colonos oriundos do Brasil também estivessem a par dos imensos recursos ictiológicos e da muita atenção que as potencialidades existentes mereciam do Governo que, não só tinha pescadores por sua conta - assumindo-se como produtor industrial com instalações próprias - como exercia uma concorrência desleal, na medida em que estaria isento de impostos, beneficiando, evidentemente, de privilégios nos transportes oficiais que faziam o escoamento dos produtos para Luanda.

3.2. – A penetração até à Huíla e génese das colónias luso-pernambucanas

Entretanto, no sul de Angola, intensificava-se a penetração para o interior. Em Maio de 1843, o major João Francisco Garcia deslocou-se à Huíla, negociando com o “Hamba da Huíla”, a instalação de uma colónia agrícola. E, em 25 de Março de 1845, surgiu uma proposta, apresentada por uma Comissão Mista (incluindo D. Ana Joaquina), e que era encabeçada pelo presidente da Câmara de Luanda, Pompeu do

²⁹ Alguns meses antes (Dezembro de 1848) o governador-geral, Silveira Pinto, determinara que fosse abatido um terço de frete, em navios do Estado, dos seguintes materiais de construção destinados à construção de casas: tijolo, cal, vigamento e tabuado. Ofícios da Secretaria-Geral do Governo da Província, para os comandantes das embarcações *Voador* e *Falcão*. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 167 (1848-12-09).

³⁰ INSTRUÇÕES (1849-04-26). Sublinhados nossos. Efectivamente, o barracão ou já existia ou foi construído em escassos dois meses, pois é mencionado no “Relatório da Viagem do governador-geral Silveira Pinto aos Portos do Sul”, realizada em finais de Junho de 1849, dias antes da chegada dos colonos.

³¹ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 204 (1849-08-25).

Carpo, onde se expunha a “pretensão” de organizar na “Auila” (ou Oylla) um estabelecimento colonial, com 200 casais oriundos do Brasil e da Madeira. À proposta foi dado parecer desfavorável pela Associação Marítima e Colonial, por suspeita de que nessa acção estivesse encoberto o negócio do transporte de escravos³². Mas, em meados de 1845, Francisco Garcia, na qualidade de regente da Huila, foi encarregado de instalar um presídio na Huila. E a 04 de Agosto desse mesmo ano teriam supostamente desembarcado em Mossamedes 200 casais de colonos provenientes da Madeira e do Brasil³³. Mas sobre o transporte, a recepção e o destino destes colonos nada mais conseguimos apurar, apenas se sabendo que por Portaria Ministerial nº 1342 (19-08-1845), o ministro da Marinha e do Ultramar informou que mandará fundar o “estabelecimento agrícola da Huila”. E para tornar este processo ainda mais nebuloso, apenas três dias depois, por uma outra Portaria Ministerial, o governador-geral de Angola foi encarregado de fundar um “Estabelecimento em Mossamedes”, nos seguintes termos, bastante dúbios:

“Manda a Rainha [...] fundar em Mossamedes uma companhia permanente de linha, à semelhança das que se achão estabelecidas nos mais Presídios da Província, atendendo ao facto do Hamba da Auyla do Nangolo ter feito um tratado aceitando a presença dos portugueses nos seus territórios [...] oferecendo-lhes para esse fim os terrenos convenientes para os reduzir a cultura do melhor modo possível³⁴.”

Assim, tendo em conta que o Hamba (soba grande) da Huila era favorável à fixação de europeus, e havendo conveniência estratégica em garantir uma ocupação além Mossamedes, para o interior, poder-se-ia admitir que os referidos 200 casais de colonos se tivessem dispersado por todo o sudoeste angolano, que naquela altura era parte integrante do futuro Distrito de Mossamedes. Persiste, contudo, a incerteza, até porque não se conhecem quaisquer dados documentais sobre actividades desenvolvidas por todos estes “agricultores”.

Contudo, o grande salto quantitativo e qualitativo no que concerne ao povoamento do Estabelecimento de Mossamedes e ao desenvolvimento das débeis infraestruturas

³² Em 14 de Janeiro de 1845 (1 dia depois de as dioceses de Angola e S. Tomé terem sido separadas da tutela da Baía), a Portaria nº 1205, do Ministério da Marinha e do Ultramar para o Governo de Angola, definira o destino de 850 escravos encontrados a bordo do brigue brasileiro *Caçador*, aprisionado na Barra do Dande. E uma outra Portaria (confidencial), datada de 16 de Janeiro, mandara reforçar a vigilância da costa sul de Angola, “onde eram mais assíduos os brasileiros”. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do autor, 1998, 3º vol., p. 27. Segundo opinião expressa por Luiz Felipe de Alencastro, no Seminário “Nuevas Tendencias en la Historiografía Contemporánea Brasileña”, o Brasil recebeu no ano de 1846 cerca de 50 000 escravos.

³³ CORREIA, Roberto – *Op. cit.*, p. 23, 28, 30 e 36.

³⁴ PORTARIA Ministerial nº 1343 (1845-08-21).

existentes até finais da década de quarenta do século XIX, terá sido dado com a chegada de pessoas vindas de Pernambuco³⁵, que fugiam da *Insurreição Praieira*, ocorrida em 1848-1849. Após a abdicação de D. Pedro I (facto político que agravou as disputas entre os partidos Liberal e Conservador) questionava-se a oligarquia dominante, os latifúndios e, em Pernambuco, a detenção do monopólio do comércio pelos portugueses³⁶.

E como o jornal *Diário Novo*, órgão da campanha do Partido Liberal (oposição), se instalara na Rua da Praia (hoje em dia Rua Pedro Afonso), os adversários do então dirigente e deputado Francisco do Rego Barros passaram a ser conhecidos por “praieiros”, enquanto os Conservadores eram designados por “guabirus”³⁷. Iniciada a revolta em Olinda, a 07 de Novembro de 1848, foram travados alguns combates, destacando-se entre os revoltosos o capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira e António Borges da Fonseca³⁸. Pelo Partido Conservador destacou-se a acção de Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, que tendo combatido a insurreição liberal, acabaria mais tarde por evoluir para o liberalismo³⁹. Embora a revolução tenha sido sufocada pelas forças governamentais, a verdade é que os seus reflexos foram determinantes na planificação do êxodo de dois grupos de indivíduos descontentes, decididos a abandonar o Brasil, para recomeçarem a sua vida activa no longínquo continente africano. Acrescente-se, no entanto, que eram já antigas (remontam a 1817) as divergências políticas entre os dois mais importantes partidos brasileiros que se digladiavam a nível nacional⁴⁰: o Partido Conservador, dos “Guabirus”, mas também

³⁵ Pernambuco chegou a ser a mais rica das capitánias. Invadida em 1630 pelas forças holandesas chefiadas por *Hendrick Lonck*, a faixa costeira que vai do rio Grande do Norte até Alagoas só seria dominada em 1632, devido à resistência que os pernambucanos opuseram ao invasor.

³⁶ Segundo Joel Serrão, navegava-se para o Brasil no fito do enriquecimento, “na ânsia de negócios chorudos e rápidos, impossíveis nos acanhados horizontes económicos da metrópole”. E acrescenta: “por isso, as mulheres que ficavam à espera dos ausentes cantavam: Deus te leve a Pernambuco / E venhas de lá tão rico / Que El-rei da Dinamarca / Não possa igualar contigo.” SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 108-109. E, já em 1779, o vice-rei marquês do Lavradio, observara: “o colono recém vindo, mesmo quando antigo lavrador no Reino, não pensa em outra coisa que na mercancia.” JÚNIOR, Caio Prado – *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. S. Paulo: 1957, p. 83. Sobre migrações para o Brasil, ver também CLARENCE-SMITH, Gervase – *O Terceiro Império Português (1825- 1975)*. Lisboa: Teorema, 1985, p. 9-63.

³⁷ Francisco do Rego Barros nasceu e morreu no Estado de Pernambuco. Bacharel em Matemática pela Universidade de Paris, foi deputado-geral pelo seu Estado (1830-1852 e 1841-1844).

“Guabiru ou gabiru” - Termo tupi, que no norte do Brasil é dado a uma espécie de rato. Tem também o significado popular de patife e/ou velhaco, conotação depreciativa que também era corrente em Angola e em Portugal, no século XX.

³⁸ Olinda foi fundada em 1535 por Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania de Pernambuco e está hoje em dia incorporada na área metropolitana de Recife.

³⁹ Em 1865, chefiou o *gabinete das Águias* (liberal), como representante graduado dos Progressistas.

⁴⁰ Vide, ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig – El Império bajo amenaza. La regencia y las revueltas regionales: Brasil, 1831-45. In *Acuarela de Brasil, 500 Años Después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*, II Colóquio Internacional de Historia de América. ed. traducción y revisión de textos a cargo de J. Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999, p. 52-65.

designado por “Saquarema”⁴¹; e o Partido Liberal, conhecido por “Praieiro” ou ainda por “Luzia”, nomeadamente pelos seus detractores⁴². Os confrontos, incitados pelos chefes políticos, pelos clubes e por jornais partidários, passavam invariavelmente pelo insulto, a depredação de bens e o latrocínio, chegando mesmo ao assassinato. E tudo piorou em 31 de Janeiro de 1844, quando a política geral do país passou a ser controlada pelo Partido Liberal, após derrota do gabinete Conservador⁴³.

A luta entre partidos atingiu então maior ferocidade e violência. Em Pernambuco, os “praieiros” pediram na Assembleia Provincial a expulsão de todos os portugueses solteiros (Dezembro de 1844) e que o comércio a retalho fosse nacionalizado. E os jornais do partido, exacerbando os eternos sentimentos de cobiça, até prometiam aos seus correligionários a posse das lojas, tabernas e boticas que os portugueses ali mantinham, chegando-se ao extremo de os operários e os artífices da província de Pernambuco solicitarem aos “Altos Poderes do Estado”, a proibição de se importarem alguns artigos europeus e que se decretasse a expulsão de todos os operários e artífices estrangeiros! Se a separação política do Brasil e de Portugal era já irreversível, a verdade é que os liames económicos com a antiga colónia – sobretudo a emigração e o comércio – eram, e continuaram a ser, tão fortes, que Alexandre Herculano viria a afirmar na década de 1870:

“O *mineiro* do século passado [XVIII] converteu-se no brasileiro dos nossos dias. São a primeira e a última palavra da história de uma evolução política e económica altamente instrutivas, que poderiam acaso resumir-se no seguinte asserto: a nossa melhor colónia é o Brasil, depois que deixou de ser colónia nossa”⁴⁴.

A assunção do governo da província de Pernambuco, em 11 de Julho de 1845, pelo conselheiro António Pinto de Chichorro da Gama⁴⁵ (um dos chefes da facção praieira), viria a agravar as condições de insegurança em que se vivia: os empregos públicos foram entregues a correligionários ou a amigos, a par de armas e munições para a sua defesa pessoal, pelo que opositores, adversários, e grande parte dos habitantes, se sentiram realmente ameaçados em relação às suas vidas e bens patrimoniais. De

⁴¹ “Saquarema” era o nome de uma fazenda situada na Província do Rio, pertencente ao visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, fundador do Banco do Brasil e, muito provavelmente, partidário dos Conservadores.

⁴² O epíteto “Luzia” foi dado ao partido Liberal na sequência da derrota que sofrera no arraial de Santa Luzia, durante a chamada Revolução Mineira.

⁴³ Em Portugal as coisas não iam melhor: dois anos antes (27-01-1842) ocorrera um golpe militar sob o comando de Costa Cabral e o Duque da Terceira.

⁴⁴ “A emigração”. In Opúsculos, 6ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1939.

⁴⁵ Foi ministro do Império em 1832.

resto, os excessos, os tumultos e os confrontos eram constantes. E de tal forma que apenas os “praieiros” podiam circular livremente nas ruas e nos bairros da cidade, vandalizando lampiões de iluminação pública, apedrejando as casas dos adversários ou desancando todos os que não pertenciam ao partido dominante. Durante três noites consecutivas (08, 09 e 10 de Dezembro de 1847), bandos de arruaceiros, armados de mocas e cacetes, desancaram todos os portugueses ou afins que encontraram, sem que as autoridades se opusessem a tais desacatos. E assim continuaram as coisas até final da governação de Chichorro da Gama, que cessou funções em 26 de Abril de 1848, passando a pasta governativa ao padre Dr. Vicente Pires da Mota.

Ora, foi durante a governação de Vicente Pires da Mota que ocorreram os incidentes que haveriam de determinar a organização de um primeiro grupo de pessoas acossadas, que se constituiriam em torno de um único objectivo central: abandonar a Província de Pernambuco. E a “gota de água que fez transbordar o vaso” acabou por ser um incidente fortuito, ocorrido entre um estudante brasileiro do Liceu de Humanidades de Pernambuco e um caixeiro português, que ripostara a uma bengalada do estudante com o arremesso de um peso (de balança) de quatro libras, ferindo-o. Eram nove horas da manhã do dia **26 de Julho de 1848**⁴⁶. Mas, pouco tempo depois, bandos armados (incitados à violência por promessas populistas de apropriação das lojas) espalhavam-se pelas ruas e pelas praças com o desígnio de repetir o pesadelo dos acontecimentos ocorridos em Lisboa em 1506, no que passou a ser designado por levantamento antijudaico⁴⁷.

Repentinamente, estava instalado o terror: os “nativistas”⁴⁸, que apodavam pejorativamente os portugueses de “marinheiros”, procuraram-nos por toda a parte. E aos gritos de “mata-marinheiros” e de “não escape um só”, entraram nas lojas e nos estabelecimentos portugueses, ferindo e matando à pancada e a golpes de facas e de baionetas quantos encontravam, saqueando os haveres e arrastando pelas ruas os cadáveres⁴⁹. E insatisfeitos com aquela “carnificina”, os “nativistas” ainda decidiram

⁴⁶ Data chave que espoletou a ideia de partida para África dos emigrantes portugueses de Pernambuco.

⁴⁷ “Cá se fazem cá se pagam” ou “a fome é à vez”, dizem adágios portugueses. No levantamento antijudaico de Lisboa, ocorrido em 19 de Abril de 1506, tinham sido os portugueses a hostilizar os judeus que monopolizavam o comércio. As razões de fundo das manifestações de que aqui falamos não serão substancialmente diferentes. A propósito da “inveja”, vide GIL, José – *Portugal Hoje: O medo de Existir*. Lisboa: Relógio d’Água, 2004.

⁴⁸ “Nativista” - Carácter nativista, em que o excessivo patriotismo gera a intolerância ao estrangeiro.

⁴⁹ Um jornal português da época, “Revolução de Setembro”, fundado pelo tribuno José Estêvão e de que era redactor principal Rodrigues Sampaio, denominou estes acontecimentos de “Saint-Barthélemy de Pernambuco”, comparando-os com a matança de huguenotes que, instigada por Catarina de Médicis (mulher de Henrique II, de França) e pelo duque de Guise (que se tornou chefe da Liga), ensanguentara a cidade de Paris, em 1572.

entregar na Assembleia Provincial, no dia seguinte, um documento em que pediam a expulsão dos portugueses no prazo de quinze dias⁵⁰. O final é conhecido: perante a agressividade, a violência gratuita e a ostensiva impunidade dos partidários do Partido Liberal, a presença dos portugueses em Pernambuco tornara-se insustentável.

3.3. – Plano de uma colônia de Pernambuco para Angola: Luz Soriano

Não se poderá afirmar, com segurança, que foram apenas os graves acontecimentos ocorridos no final de Junho de 1848, que estiveram na origem da formação de um movimento de rejeição das difíceis condições de vida e de trabalho em Pernambuco, mas toda a conjuntura opressora que desde 1845 se agravava, de ano para ano. Embora esses acontecimentos tenham contribuído, decisivamente, para a procura de uma saída da atmosfera desesperada em que viviam os portugueses de Pernambuco, a causa determinante da organização de um primeiro grupo de pessoas, “fartas” de suportar agressões, crueldades e extorsões (preferindo emigrar para um qualquer país menos conturbado), terá mais a ver com o acumular de tensões, com a constatação do profundo e inultrapassável ódio que os “nativistas” nutriam por todos aqueles que consideravam “estrangeiros”, em suma, pela insegurança generalizada em que se vivia. Nestas circunstâncias, dissipadas as esperanças de um retorno à normalidade e ainda mal refeitos da perseguição sofrida em finais de Junho, os mais inconformados terão delineado rapidamente um plano de relançamento das suas vidas em terras mais tranquilas e promissoras. Assim, decidiram constituir uma comissão que, em escassos quinze dias (em 13 de Julho de 1848), apresentou ao Governo Português uma petição no sentido de serem remetidas para Pernambuco as memórias, relatórios ou quaisquer outros documentos alusivos a zonas de África, onde fosse viável a instalação de uma colônia agrícola⁵¹. Solicitavam, igualmente, a concessão de apoios, sobretudo o adiantamento de fundos para a aquisição de três engenhos de açúcar⁵².

⁵⁰ Até 1865, a emigração para o Brasil (86% do total da emigração portuguesa) não ultrapassou a média anual de 7 000 pessoas. SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 42-43; 141.

⁵¹ O recurso ao Governo para a deslocação massiva de portugueses já ocorrera antes: “Assim chegaram ao Pará em 1763 os primeiros açorianos [...]. Na mesma política se integra a deslocação em massa (1769) da gente portuguesa da praça marroquina de Mazagão, abandonada nesta data, para o Pará, onde deu origem a uma cidade com o mesmo nome.” SERRÃO, Joel – *Op. cit.*, p. 109.

⁵² SORIANO, Simão José da Luz – *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*. Porto: A. Leite Guimarães, 1891, p. 414. O açúcar era um produto importante no século XVI; e continua a ser importante no século XXI. Na opinião do historiador Luiz Felipe de Alencastro, a primeira tentativa de um governador de Angola no sentido de ser introduzida a cultura sacarina ocorreu em 1655. Ver também declarações dos Ministros do Ultramar e dos Estrangeiros, nas sessões da Câmara dos Deputados, de 12 e 14 de Junho de 1849.

Mas, como o Parlamento se encontrava encerrado, o Conselho de Ministros, perante uma situação assaz melindrosa, que exigia celeridade de procedimentos, decidiu reunir, extraordinariamente, acabando por dar provimento ao solicitado.

E foi aqui que se destacou a intervenção providencial de Simão José da Luz Soriano. Ninguém poderia esperar que o banal “sonho português” de uma vida mais fácil em Pernambuco fosse interrompido depois de praticamente alcançado, como não era previsível que o apelo de socorro dos pernambucanos fosse parar às mãos, precisamente, de alguém que durante anos a fio perspectivara um povoamento europeu das terras a sul de Benguela. Mas sempre há na História “coincidências” difíceis de perceber e que podem mudar o sentido das coisas óbvias e o rumo dos acontecimentos. E, neste caso específico, a exposição feita pelos peticionários de Pernambuco, acabou por chegar naturalmente ao Ministério do Ultramar, onde à data trabalhava Luz Soriano, exercendo as funções de chefe da Repartição de Angola.

Ora, Simão José da Luz Soriano era um indefectível defensor da necessidade de se povoar o sudoeste angolano, e até tinha estudado, com elevado interesse, a correspondência existente no Ministério do Ultramar, alusiva à costa e zonas meridionais da Província de Angola. Através de informações oficiais, solicitadas posteriormente aos governadores-gerais Eleutério Malheiros e Bressane Leite, convencera-se Luz Soriano da grande importância das regiões ainda mal exploradas a sul de Benguela, tendo, inclusive, elaborado uma memória descritiva do porto de Mossamedes, onde referia a salubridade do seu clima e a fertilidade das terras limítrofes⁵³. Portanto, logo que Luz Soriano tomou conhecimento das intenções de migração do grupo pernambucano, deverá ter pensado que estaria ali a grande oportunidade de concretizar a sua ideia de povoamento do sul de Angola. Empenhando-se junto do seu ministro (Visconde de Castro), Luz Soriano tudo terá feito no sentido de demonstrar, entusiasticamente, a necessidade de se fundar em Mossamedes uma colónia agrícola, que daria continuidade aos esforços já iniciados, tendo em vista o conhecimento e a ocupação de um espaço territorial que continuava a carecer de atenção, mau grado as inúmeras declarações de interesse que tinham sido produzidas a propósito das vantagens de uma colonização europeia a sul de Benguela. E tão assertivamente expôs o assunto e soube ultrapassar o proverbial muro de silêncio das decisões governamentais, que o perseverante chefe da Repartição de Angola obteve do ministro do Ultramar o seguinte despacho:

⁵³ A referida Memória foi publicada em 1846, nos ANAIS Marítimos e Coloniais nº 3. 6ª Série. Mas é duvidoso que tivesse chegado ao conhecimento dos peticionários de Pernambuco antes de 1849, quando Luz Soriano a enviou entre os documentos oficialmente solicitados.

“[...] punha a seu cargo a colonização, e, como tal, providenciase o que bem lhe parecesse, certo de que se prontificaria a assinar-lhe tudo quanto quisesse e tivesse para tal por conveniente”⁵⁴.

Aproveitando a ocasião que se abria, Luz Soriano encarregou-se, afincadamente e em pormenor, de tudo quanto era necessário para levar a cabo o seu desígnio⁵⁵, a começar pela reunião e envio para Pernambuco da documentação solicitada pelos petiçãoários e a terminar com a indicação ao ministro da pessoa que considerava mais capacitada para primeiro governador de Mossamedes: o capitão-tenente António Sérgio de Sousa, homem que, em seu entender, “tinha conhecimento das coisas de Angola”⁵⁶.

3.3.1. – Preparação do acolhimento da primeira colónia: Instruções ministeriais

Após ter sido nomeado governador, António Sérgio de Sousa partiu imediatamente para Pernambuco, enquanto o major de artilharia João Francisco Garcia, que à data se encontrava em Benguela e tinha sido nomeado comandante do Estabelecimento de Mossamedes (Portaria de 05 de Janeiro de 1849), embarcava em 31 desse mesmo mês com destino à sua área administrativa, a bordo do brigue *Flor de Setúba*⁵⁷, para resolver *in loco* os problemas que eventualmente surgissem. Entretanto, era dado conhecimento oficial ao governador-geral de Angola, general Adrião Acácio Silveira Pinto⁵⁸, da resolução tomada pelo Governo de Lisboa de fundar uma colónia agrícola em Angola, com emigrantes que em breve chegariam de Pernambuco. Por sua vez, o governador-geral, em cumprimento do disposto na Portaria Ministerial nº 2063, que mandava preparar o local onde deveria ser erguida a povoação de acolhimento, informou o Ministério que tinha sido escolhido o Estabelecimento de Mossamedes para a instalação da colónia. E, em 30 de Março foi emitida uma nova Portaria do Governo-Geral, nomeando o major José Herculano Ferreira de Horta, para prestar uma

⁵⁴ Vide SORIANO, Simão José da Luz – *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*. Porto: A. Leite Guimarães, 1891.

⁵⁵ Sem a intervenção de Luz Soriano neste processo, os emigrantes de 1849 não teriam certamente escolhido a região de Mossamedes para instalarem uma colónia agrícola, desde o início idealizada como potencial produtora de cana-de-açúcar. Provavelmente, nem Luz Soriano (ou os petiçãoários), estavam ao corrente de que as condições fitogeográficas ideais para a cultura da cana sacarina poderiam encontrar-se privilegiadamente a norte de Mossamedes, onde a inconstância da água (chuva ou rega) não era factor limitante. Curiosamente, Luanda e Recife encontram-se à mesma latitude e têm condições pedológicas semelhantes.

⁵⁶ O Decreto de nomeação determinava que o governador se regulasse pelas *Instruções* (redigidas por Simão José Luz Soriano) imanadas do Ministério do Ultramar. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 203 (1849-08-18).

⁵⁷ BOLETINS do Governo Geral da Província de Angola nº 171 e 175, do ano de 1849.

⁵⁸ Foi governador de 17-08-1848 a 26-08-1851.

comissão de serviço no Estabelecimento de Mossamedes, onde se encarregaria de receber os novos colonos. A Portaria de nomeação de Ferreira de Horta faz a síntese da situação e é do seguinte teor:

“Havendo chegado ao meu conhecimento ser Mossamedes o ponto escolhido pelos muitos cidadãos portugueses residentes na província de Pernambuco, do Império do Brasil, que ali desejam passar para esta província a fim de se estabelecerem comodamente e fundarem uma colónia [...] e sendo necessário [...] mandar preparar o local escolhido para a povoação, de maneira que à chegada dos colonos [...] estes possam logo estabelecer-se da melhor forma possível, - e atendendo à precisão e utilidade de ser nomeada para tal serviço pessoa com habilitações e conhecimentos necessários para bem o executar; - hei por conveniente escolher e nomear, para desempenhar esta importante comissão, ao major do exército de Portugal, José Herculano Ferreira de Horta”⁵⁹.

Pouco tempo depois, o governador-geral visitou pessoalmente o Estabelecimento de Mossamedes, para se certificar do cumprimento das *Instruções* para aí enviadas⁶⁰ e providenciar no sentido de serem tomadas as medidas convenientes à cómoda recepção e ao acolhimento da esperada colónia. Essas *Instruções provinciais*, datadas de 26 de Abril de 1849 e remetidas a Ferreira de Horta, englobavam dezoito longos Artigos, dos quais sintetizámos e adaptámos apenas as disposições que nos pareceram mais pertinentes que, dada a sua extensão, remetemos para o Anexo 1.1. E em meados de 1849, o Governo Português nomeava uma comissão em Pernambuco encarregada de tratar dos aprestos relativos ao embarque da futura colónia, autorizando o cônsul português naquela cidade – Joaquim Batista Moreira – “a sacar sobre o Ministério do Ultramar a importância das despesas que houvessem de fazer-se”⁶¹. Foi então que a comissão instalada em Pernambuco participou ao Governo que estavam inscritos cerca de duzentos súbditos, dispostos a integrar uma colónia em Mossamedes, adiantando que já tinham sido adquiridos três engenhos de açúcar.

O decreto de nomeação do governador de Mossamedes, António Sérgio de Sousa, determinava que, nessa incumbência, se regulasse o governador pelas *Instruções* dadas pelo Ministério do Ultramar⁶². E essas *Instruções ministeriais*, datadas de 26 de

⁵⁹ PORTARIA nº 56 (1849-03-30).

⁶⁰ «Jornal de Mossamedes». Nº 7 (09 Nov. 1881). Ver síntese anotada das INSTRUÇÕES em Anexo 1.1.

⁶¹ RELATÓRIO da Proposta de Lei (1849-05-08). Referendada pelo Barão de Vila Nova de Ourém, Ministro do Ultramar.

⁶² As orientações e a argumentação de Luz Soriano tinham prevalecido, independentemente da aposta num sector de produção específico, o açúcar, antecipadamente (ou ingenuamente) – condenado a passar por grandes dificuldades.

Abril de 1849, começavam por dizer que o nomeado “havia merecido a confiança de Sua Majestade a Rainha” e que conhecia bem o “Estabelecimento que tinha visto com os seus próprios olhos e cuja importância tão adequadamente avaliava”. Quanto à delicadeza da missão, foi expressa da seguinte forma:

“Uma colônia nascente está perfeitamente em caso análogo às primitivas sociedades; aos colonos é-lhes necessário um chefe da sua inteira confiança, que, no árduo e penoso desempenho dos seus trabalhos e riscos, os anime e conduza com tal asserto e tal arte que alcancem o fim a que se dedicam, sem quebra dos regulamentos que têm a cumprir e a que devem ser levados a respeitar, mais pela necessidade que lhes assiste do que pela aspereza e supremacia da respectiva autoridade”⁶³.

Passe o elogio implícito, interessa analisar, sobretudo, alguns pontos vinculativos contidos nas *Instruções* de 26 de Abril de 1849, de interesse para a colônia, especialmente no que concerne a habitações, ao local de localização, ao tipo de alojamento inicial dos colonos e às facilidades de instalação em casas definitivas, à alimentação durante os primeiros seis meses. De forma muito sintética, respigámos as seguintes passagens:

“Ao Governador incumbiria promover todas as construções que os particulares ulteriormente pretendessem levantar, fornecendo-lhes, até pelos preços por que ficassem à Fazenda, as porções de cal que os fornos públicos pudessem ministrar”⁶⁴;

“O sítio escolhido deveria ser “espaçoso e por tal modo que nele se pudessem levantar não menos de quatrocentos fogos”⁶⁵;

“[...] ficasse o mais possível vizinho do porto de Mossamedes”⁶⁶;

“[...] para resguardo dos colonos, construir-se-iam os primeiros alojamentos, que deveriam consistir, ao princípio, em barracas de pau a pique, cobertas de palha, e amarradas com mateba”⁶⁷;

⁶³ Preâmbulo das INSTRUÇÕES ministeriais de 26 de Abril de 1849. *Vide* Boletim do Conselho Ultramarino, vol. I da Legislação Novíssima.

⁶⁴ INSTRUÇÕES ministeriais, Art.º 3º (1849-04-26). Adaptação sintética.

⁶⁵ INSTRUÇÕES ministeriais, Art.º 8º (1849-04-26). Adaptação sintética.

⁶⁶ Porém, o seu Art.º 9º acrescentava: “no caso de que o local da respectiva povoação não fosse no litoral [dando lugar a jornadas por terra] seria da mais rigorosa obrigação do governador empregar tudo quanto estivesse ao seu alcance para que tais jornadas se fizessem o mais comodamente possível e com todas as indispensáveis cautelas, para que todos chegassem ao local do seu destino no mais perfeito estado de saúde.” (Adaptação sintética).

⁶⁷ *Mateba* - Árvore africana, de fibras têxteis. Refira-se, ainda, que o nome africano *nteba* é dado às folhas fibrosas da palmeira *Hyphaene ventricosa*, Kirk, muito utilizada pelos africanos como cordel e em cestaria. O

“O colono chefe de fogo ou cabeça de casal teria uma porção de terreno para edificar a sua habitação no âmbito principal da povoação da colónia”⁶⁸;

“O governador [Sérgio de Sousa] dirigiria ao governador-geral ou ao de Benguela as requisições de farinha e de legumes que, durante os primeiros seis meses, faria distribuir aos colonos, bem como peixe e carne fresca, em rações, fixadas por uma tabela, que modificaria, segundo as circunstâncias ocorrentes”⁶⁹.

Acrescentava-se ainda que o local escolhido seria “aquele em que os interesses achassem reunidas todas as vantagens que se desejassem para semelhante empresa, tais como a fácil fortificação, fertilidade, abundância de pedra, madeira, água”, condições essas que não seria nada fácil reunir na região de Mossamedes.

E tão ansiosamente empolgado andava o governador-geral com a chegada deste primeiro núcleo colonizador, que decidiu cumprir – antecipadamente - a recomendação expressa no Art.º 18º das ditas *Instruções*, ou seja, visitar o Estabelecimento por ocasião da chegada dos colonos: tendo chegado à Baía de Mossamedes em 22 de Julho de 1849, convencido de que os colonos já ali se encontravam, ser-lhe-ia dado conhecimento de que os colonos ainda não tinham chegado... E as dificuldades de comunicação faziam com que se perdesse na distância o cerimonial previsto, pelo que Silveira Pinto aproveitou os sete dias que permaneceu em Mossamedes para, entre outras diligências, organizar a força militar que defendia o Estabelecimento. Certificou-se do andamento das barracas que tinha mandado construir para abrigo dos colonos e nomeou um professor para a Aula de Instrução Primária⁷⁰. Visitou as hortas situadas nas margens do rio Bero, e mandou distribuir aguardente e fazendas (tecidos) aos sobas do Giraúl e do Quipola, que tinham vindo prestar homenagem ao governador-

Art.º 11º das INSTRUCÕES ministeriais acrescentava que os primeiros alojamentos poderiam também ser construídos com cordas de cascas de árvores, empregando-se também para esse fim bordões, bem como ripas, pela probabilidade de se encontrarem os respectivos vegetais no local escolhido.

⁶⁸ Esse direito caducaria se, no prazo de quatro anos depois de adquirido, não tivesse nele levantada uma casa ou barraca habitável, conforme estipula o Art.º 14, nº 8, das INSTRUCÕES ministeriais.

⁶⁹ INSTRUCÕES ministeriais, Art.º 17º (1849-04-26). Adaptação sintética.

⁷⁰ Durante o decénio de 1849 a 1859, o ensino primário era designado por Aula de Instrução Primária. A PORTARIA nº 1357, de 17 de Setembro de 1845, remete cópia do Decreto de 14-08-1845, que organiza a Instrução Primária no Ultramar, sua execução e regulamentação. E a PORTARIA nº 83, de 25 de Julho de 1849, nomeou mestre de Primeiras Letras do Estabelecimento de Mossamedes, o primeiro-sargento José Inácio dos Reis, da Companhia de Infantaria de Benguela, com o vencimento de cinco mil réis mensais, o qual foi submetido a exame, para se averiguar “acerca das circunstâncias em que se achava para o exercício do magistério primário”. Como o professor José Inácio só exerceu o cargo até Janeiro de 1850 (cerca de seis meses), presume-se que não possuísse habilitações suficientes para o cabal desempenho daquelas funções. Veja-se: PORTARIA Distrital nº 6 (1850-01-31), que suspende do cargo José Inácio dos Reis; e PORTARIA nº 198 (1850-07-23), que nomeia o professor Alberto da Fonseca Abreu e Costa, que, a seu pedido, foi exonerado pela PORTARIA Provincial nº 255 (1851-03-26).

geral, presenteando-o com dois bois, mais tarde entregues, por Silveira Pinto, aos militares e degredados que constituíam a guarnição do Estabelecimento.

Silveira Pinto partiu para Benguela no dia 29 de Julho de 1849. Três dias depois, chegaram a Mossamedes os emigrantes vindos de Pernambuco.

3.4. - A travessia do Atlântico Sul e a controvérsia parlamentar

Em Pernambuco “aparelhavam-se” para a partida os novos emigrantes, numa esperança inquieta quanto ao mundo desconhecido que iriam encontrar. E a 23 de Maio de 1849, embarcavam 143 colonos na barca brasileira *Tentativa Feliz* (não sabemos se o nome era premonitório...), a qual era comandada por António Maciel da Silveira Júnior. Outros 23 seguiram no brigue *Douro* (da Marinha de Guerra portuguesa), sob o comando do capitão de fragata José dos Santos Moreira Lima.

Tudo leva a crer que a viagem numa barca atravancada com ferramentas agrícolas e abarrotada com todas as bagagens que tinha sido possível acondicionar (mobiliário, roupa, objectos pessoais, mantimentos, medicamentos), para uma travessia do Atlântico Sul que se adivinhava demorada, se tenha revestido de enormes dificuldades. Ao desconforto geral juntavam-se naturalmente a incerteza e a apreensão pelo que os aguardaria naquelas terras inóspitas. Bernardino Freire de Figueiredo de Abreu e Castro, chefe da primeira colónia, disse que os navegantes se mostravam alegres, entoando hinos⁷¹! Pois é: “Quem canta seus males espanta”, diz um velho ditado, que todos conhecem... Há quem assobie ao passar por cemitérios...

Do relato da viagem consta que alguns colonos adoeceram, como era inevitável em tão precárias condições de acomodação. Mas como só havia um médico – o Dr. Francisco António Chagas Franco – que, por sinal, preferira viajar a bordo do brigue *Douro*, foi necessário, na circunstância, fazer o transbordo pontual do médico para a barca, onde, à falta de médico, os cuidados aos doentes eram prestados por um trio de “especialistas”: um barbeiro, o chefe da colónia (Bernardino de Abreu e Castro) e o capitão Maciel da Silveira Júnior⁷², que actuavam sob as instruções do Dr. Francisco Chagas Franco. Entre tripulantes e colonos, o número de doentes elevou-se a 56, dos quais morreram três adultos e cinco crianças vitimadas por um surto de varíola, uma

⁷¹ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 205 (1849-09-01).

⁷² Não vinha nenhum médico integrado nesta primeira colónia, tal como aconteceria com a segunda colónia. O médico da escuna *Quinze de Agosto*, Dr. César Augusto Vilela, foi o primeiro médico Director do Hospital S. Fernando, em Mossamedes, nomeado para servir na colónia durante quatro anos. PORTARIA Distrital (1849-10-24). Também não integrava a primeira colónia qualquer farmacêutico, tendo sido nomeado José Joaquim Pinto para o lugar de farmacêutico da colónia de Mossamedes. Cinco anos depois, quando Fernando Leal assumiu o governo do Distrito, ainda não havia edifício hospitalar com carácter definitivo.

doença virótica facilmente propagável, por contágio, sobretudo nas péssimas condições de acantonamento em que as pessoas se encontravam. E também as calmarias, muito frequentes na época do ano em que se realizou a viagem⁷³, contribuíram para aumentar a desolação e a dúvida. Mas como vinham de algo que consideravam insuportável, julgamos que também achariam que pior não haveria de ser o futuro, apresentado inicialmente como “visão do Paraíso”⁷⁴ pelos promotores daquela colonização, quiçá como caminho certo para a “terra prometida”.

Simultaneamente, em Portugal, abria-se o ano parlamentar. E, na sessão do dia 12 de Junho de 1849, estando os novos colonos em alto mar havia vinte intermináveis dias, o Governo Português apresentou à Câmara de Deputados, presidida por João Rebelo da Costa Cabral, uma Proposta de Lei datada de 08 de Maio daquele mesmo ano, em que se autorizava o Governo a despender até à quantia de 18 contos de réis com a fundação da colónia agrícola de Mossamedes⁷⁵. A Proposta de Lei, apresentada e lida para discussão, e que seria convertida em Projecto de Lei mediante parecer da Comissão do Ultramar, ficou assim resumida:

“Artº 1º - É o Governo autorizado a despender até à quantia de dezoito contos de réis metálicos com a fundação da colónia agrícola que vai estabelecer-se no distrito de Mossamedes, na Província de Angola.

Artº 2º - Fica revogada a legislação em contrário.

*Barão de Vila Nova de Ourém*⁷⁶

Mas voltemos à Câmara de Deputados. Com os colonos a meio do Atlântico e sem dúvida cansados pela demora da jornada marítima para Mossamedes, o Projecto sustentado pelo Governo, ou melhor, pelo ministro do Ultramar (ausente no início da sessão), só então passou a ser discutido na especialidade, por proposta do deputado Lourenço Moniz.

Sem impugnar o Projecto, o deputado do Partido Regenerador, Fontes Pereira de Melo, depois de fazer reparo ao facto de o Governo ter já antecipado verbas a favor da colónia, estranhou que o mesmo fosse omisso relativamente ao adiantamento, bem como à recuperação pelo Estado dos empréstimos, concedidos ou a conceder para a

⁷³ Os marinheiros portugueses (como já referia Gil Vicente no Auto da Índia), preferiam partir para o Atlântico Sul nos meses de Abril e Maio.

⁷⁴ Título de uma obra sobre o imaginário do colonizador, de autoria do historiador brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda.

⁷⁵ DIÁRIO da Câmara dos Deputados (1849-06-12). O mentor do chamado “Cabralismo” chamava-se António Bernardo da Costa Cabral.

⁷⁶ PROJECTO de Lei (1849-07-23).

compra de engenhos de açúcar. Em continuação, Fontes Pereira de Melo colocou algumas questões pertinentes, de cuja resposta dependeria o sentido do seu voto⁷⁷:

- Se os colonos já partiram de Pernambuco, ou se já chegaram a Mossamedes;
- Que vantagens prometia a colonização;
- Se o Governo já mandara comprar os engenhos⁷⁸;
- Qual a fonte donde hão-de vir os dezoito contos de réis;
- Se a despesa era feita pelo Tesouro Público da Metrópole ou pela Província de Angola.

Em resposta, o ministro dos Estrangeiros, estando já presente o ministro da Marinha e do Ultramar, prestou os seguintes esclarecimentos, dos quais reproduzimos os conteúdos mais substanciais:

“Esta tentativa [...], nasceu das perseguições que ultimamente sofreram os Portugueses de Pernambuco;

[...] veio ao Governo uma muito numerosa assinatura de Portugueses [...], pedindo que o Governo auxiliasse a sua saída dali para alguma das nossas Possessões Ultramarinas;

[...] houve Conselho de Ministros e resolveu-se em conselho dar-se-lhes todo o apoio. Mandaram-se, por consequência, as instruções necessárias para se criar uma comissão em Pernambuco, a fim de abrir os créditos necessários para comprarem os instrumentos de que precisassem;

[...] a comissão preferiu os homens empregados na lavoura; compraram-se três engenhos de açúcar e alguns instrumentos agrários e fretou-se um navio para os transportar;

[...] não se pode duvidar de que há-de haver bom resultado nesta colonização.

[...] deram-se instruções, entre as quais se proibiu que fossem degradedos para aquela colonização;

[...] se a Província de Angola há-de concorrer para esta despesa, isso dependerá muito das forças com que se achar.

[...] Respondendo ao ilustre deputado Pereira de Melo [...], direi que não há senão uma fonte dos rendimentos públicos. O ilustre deputado, [...] não pode duvidar que não há senão uma caixa donde saem todas as despesas”⁷⁹.

⁷⁷ DIÁRIO da Câmara dos Deputados (1849-06-12).

⁷⁸ Esta questão, a que o Ministro respondeu afirmativamente, apenas pretendia colocar um problema de ordem financeira, formal. Mas também revela o grau de desconhecimento que tinham os promotores da iniciativa (colonos e governantes) acerca das condições climáticas e das exigências básicas da cultura de cana sacarina. Tratando-se de uma cultura favorecida pelos solos férteis e pela proximidade moderada do mar (parâmetros verificados em Pernambuco), seriam estas as únicas condições que se verificavam em Mossamedes (em termos relativos). Quanto à necessidade fundamental de regas regulares, a região não poderia ser mais problemática, como se viria a constatar.

O deputado Fontes Pereira de Melo, na sua intervenção final, declarou que estava de acordo com o teor do projecto, aprovando-o.

3.4.1. – Discordâncias com o Projecto e as respostas ministeriais

Contudo, na sessão parlamentar de 12 de Junho de 1849, também se ouviram vozes discordantes. Foi o caso do deputado Ribeiro da Silva. Após solicitar que lhe apresentassem uma planta da colónia e que o informassem se a colónia que se pretendia estabelecer era agrícola, penal ou mista⁸⁰, acusou o Governo de não saber aplicar convenientemente os dinheiros públicos. E, no seguimento da sua intervenção (que espelha um país vencido, claramente resignado à perda do império e à penúria nacional), declarou, enfaticamente:

“Senhor Presidente: Ninguém mais do que eu deseja ajudar as nossas Possessões Ultramarinas, mas perguntarei: se, no momento em que o Alentejo está todo deserto e a agricultura em todo o Continente se ressentem da falta de braços, da falta de população⁸¹; se, na ocasião em que esta câmara se está ocupando das importantes questões do vinho do Douro e financeira; se é neste momento que se deve votar um crédito suplementar ao Governo para ir fundar uma colónia em Mossamedes?!... Julga o Governo que nos vem ainda da America a “Nau dos Quintos”⁸² como no tempo antigo?...

Não me admirava de que o Governo, [...] se considerasse bem a nossa situação económica, viesse pedir alguns créditos suplementares para animar a cultura dos produtos e a desenvolvimento da indústria nacional; mas admiro-me de que, no estado em que nos achamos, venha aqui propor uma despesa de 18 contos de réis para uma colónia; e admiro-me tanto mais quanto é certo que só votamos no orçamento 4 contos de réis para dar protecção a toda a nossa indústria”⁸³.

⁷⁹ Remete-se para o Anexo 1.2. do Apêndice Documental uma síntese da resposta do ministro, elaborada a partir do DIÁRIO da Câmara de Deputados (1849-06-12).

⁸⁰ Deveria estar distraído quando o ministro dos Estrangeiros declarou que a colónia era essencialmente agrícola.

⁸¹ Desde 1820 que as condições de vida em Portugal eram bastante precárias e a instabilidade política (revolução liberal, guerras civis, revolução da Maria da Fonte em 1846, Patuleia e revolta de Saldanha em 1851, entre outras), deveriam ter contribuído para o êxodo dos portugueses menos conformados, nomeadamente para o Brasil que, naquela época, absorvia a quase totalidade da emigração portuguesa.

⁸² Referência à nau que trazia para o Reino o imposto de 20% que a Fazenda Nacional cobrava nas minas de ouro do Brasil. “Ir na nau dos quintos” significava “ir degredado para o Brasil”. *Vide* LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 2002, 2 vol. ISBN972-48-1823-3.

⁸³ DIÁRIO da Câmara de Deputados (1849-06-12).

Na sequência da sua declaração, Rebelo da Silva afirmaria ainda que “não tem esperança de vantagem por aquela colónia”⁸⁴. E que, enquanto não lhe fossem dadas as informações a respeito dos pontos que tocou, não poderia aprovar o projecto.

Em resposta, o ministro do Ultramar, Barão de Vila Nova de Ourém, começou por reiterar que a colónia era agrícola, como já havia sido dito, e que o Governo não poderia apresentar a planta da localidade e outros documentos solicitados, porque as Memórias relativas a tais assuntos tinham sido remetidas para a Comissão de Pernambuco. Referiu ainda que, se os colonos não se estabeleciam no Alentejo, era porque preferiram estabelecer-se em Mossamedes. E concluiu a sua intervenção, com a seguinte interrogação opinativa:

“Tem-se dito nesta casa, por diferentes vezes, que o Governo não procura fomentar a indústria, a agricultura e o comércio nas nossas Possessões Ultramarinas, e agora que se apresenta uma medida para o estabelecimento de uma colónia e que, por consequência, há-de concorrer para o aumento da população e para o desenvolvimento da agricultura e do comércio, admiro-me de que se recuse um voto para conseguir tão útil e importante fim”⁸⁵.

Dois dias depois (14-06-1849), prosseguia a discussão sobre o Projecto de fundação de uma colónia agrícola em Mossamedes. O deputado Lopes Lima declarou que votaria contra o Projecto, lastimando a maneira superficial como o Governo tratou o assunto e alvitando que a ideia de aproveitar a emigração dos portugueses no Brasil tinha sido sugerida ao Governo pela imprensa periódica, logo que se soubera das desordens em Pernambuco. Sem contestar o aproveitamento dessa ideia, facto que considerou positivo, o referido deputado acrescentaria, em síntese:

“[...] mas, não querendo ou não sabendo desenvolvê-la, contentou-se com escrever ao seu cônsul em Pernambuco, para que lá arranjasse uma comissão, a qual lhe desse desenvolvimento. O cônsul de Pernambuco foi menos preguiçoso, escolheu uma comissão e essa comissão trabalhou bem. [...] e foi além daquilo que o Governo mesmo tinha imaginado, [...]”⁸⁶.

A seguir, o deputado mostrou-se surpreso por o ministro ter afirmado que a documentação referente a Mossamedes tinha sido enviada para Pernambuco, quando, afinal, todas as informações estariam no Arquivo do Ultramar. Especificando essas existências, mencionou os seguintes documentos:

⁸⁴ Portanto, a ideia imperial estaria, já então, bastante desvanecida.

⁸⁵ DIÁRIO da Câmara de Deputados (1849-06-12).

⁸⁶ DIÁRIO da Câmara dos Deputados (1849-06-14).

- O *Relatório* da viagem feita por Pinheiro Furtado, em 1785, que teria anexa uma planta muito bem desenhada da localidade e até a planta de toda a costa desde Benguela até Mossamedes;
- O *Itinerário* de Gregório Mendes, que, nessa mesma ocasião, atravessou todo o território, desde Benguela ao Bumbo, acompanhado de cerca de mil empacaceiros⁸⁷;
- O *Relatório* (considerado de grande qualidade) de Pedro Alexandrino da Cunha, mandado a explorar aquela Baía em 1840;
- Duas *Memórias* de João Francisco Garcia, que explorou também o interior;
- A *Memória* do deputado Francisco António Gonçalves Cardoso (ausente), que não só levantou uma planta da Baía, quando comandante do brigue *Tejo*, mas fez também a viagem por terra até à Huíla.

Assim sendo, prosseguiu Lopes de Lima, não faltava ao Governo meio algum para elaborar um plano de colonização. E afirmou, ainda mais acintosamente:

“[...] quando se vem pedir uma soma de dinheiro para fazer uma colonização, ao menos que se indique qual o plano que se tem a seguir, e até pela conveniência que isto pode trazer consigo. O Governo diz: - peço-vos 18 contos de réis. Para quê? Se é para as despesas feitas é muito, porque no relatório diz-se que elas montaram a 8 contos; se é para as despesas a fazer é uma miséria, é uma ridicularia, é dar mesmo a prova de que o Governo nem sequer imagina o que é uma colonização africana com 200 homens”⁸⁸.

A terminar a sua exposição o deputado avançou com diversos conselhos ao Governo, designadamente sobre o que, em sua opinião, deveria ter sido feito: agasalhar e manter os colonos, dar-lhes transportes cómodos, habitações, roupas, móveis e utensílios⁸⁹, “não esquecendo de lhes dar armas para sua defesa, porque estão sujeitos a serem acometidos pelos ‘ladrões do Jau’, que infestam aqueles sítios”⁹⁰. E concluiu com uma afirmação assombrosa a propósito da escravatura⁹¹, que Portugal se comprometera a abolir, quer pela Convenção de Viena de 1815, quer pelo Tratado Luso-Britânico de 1842, a qual é bem demonstrativa da leviandade ou

⁸⁷ “Empacaceiro” - Nome derivado do vocábulo quimbundo *pakasa*, dado ao bovívdeo *Syncerus nanus* (búfalo menor) e significando, em nossa opinião, seguidor e caçador de pacaças ou, mais simplesmente, pisteiro.

⁸⁸ DIÁRIO da Câmara dos Deputados (1849-06-14).

⁸⁹ Na verdade, Lopes de Lima estaria a pedir o impossível, à luz da conjuntura económica vigente em Portugal, parecendo ignorar, completamente, as condições gerais existentes em África. Exigir transportes cómodos, na ausência de vias de comunicação, é suficientemente esclarecedor.

⁹⁰ DIÁRIO da Câmara dos Deputados (1849-06-14).

⁹¹ Por ter sido produzida com toda a naturalidade e sem merecer qualquer reparo perante uma assembleia representativa dos compromissos externos supostamente assumidos por Portugal.

aparente indiferença com que foram entendidas as medidas abolicionistas até então subscritas pelos governantes portugueses⁹²:

“Além disto, tem de lhes dar mantimentos, gados e escravos [sublinhado nosso], porque creio que o Governo não imagina que homens brancos vão trabalhar na terra; os brancos não podem suportar o sol da África, não é possível, porque a constituição não o suporta”⁹³;

E foi o ministro dos Estrangeiros, visivelmente incomodado, que respondeu às arguições de Lopes Lima, com um longo discurso, do qual seleccionámos as passagens mais relevantes, remetendo para o Anexo 1.3. uma síntese das suas afirmações:

“direi que a entidade menos própria para influir sobre quaisquer cidadãos para irem para esta ou aquela região é o Governo;

[...] o que eles queriam era passarem-se para África, em consequência da perseguição que tem lugar em Pernambuco e também com o fim de fazer fortuna;

[...] Não sei se a quantia é grande, se é pequena; mas é certo que os instrumentos agrários e os engenhos, consta do Relatório, custaram 8 contos de réis;

[...] esta gente tem alguma coisa, porque eles comprometem-se a pagar, tanto os engenhos, como os instrumentos;

“[...] espero que se esta colónia prosperar, há-de ser um principio de grande vantagem, porque estou convencido de que, se nós olharmos para as nossas colónias como deve ser, será ainda isso uma fonte de grande proveito para o País”⁹⁴.

Na sessão de 14 de Junho de 1849 falaram ainda os deputados António do Rego Faria Barbosa e o deputado Zeferino Cabral de Mesquita, que pediram que fosse consultada a Câmara para efeitos de votação. Falou, ainda, o deputado Antunes Pinto, para apresentar algumas razões de rejeição do projecto, como, por exemplo: que apesar de os colonos terem “solicitado apenas um adiantamento para a compra de três engenhos para a fabricação de açúcar, além do fornecimento de transporte, se lhes concedeu muito mais do que pediram”; que “houve excesso na isenção de

⁹² Recorde-se a conjuntura: em 03 de Julho de 1842 (sete anos antes), Portugal e Inglaterra tinham assinado um tratado em que se declarava que a escravidão era “um crime rigorosamente proibido e altamente punível” em toda a parte dos seus respectivos domínios. E, note-se, que um ano antes (1848), a França abolira a escravatura.

⁹³ DIÁRIO da Câmara dos Deputados (1849-06-14).

⁹⁴ DIÁRIO da Câmara de Deputados (1849-06-14). Ver síntese da resposta ministerial em Anexo 1.3.

direitos, cujo pagamento nenhuma lei dispensava”⁹⁵. Ouviu-se ainda uma declaração de voto do deputado Fontes Pereira de Melo a justificar o seu voto favorável, face à impossibilidade de se fazer recuar o Projecto desencadeado pelo Governo que, inclusivamente, já obtivera o parecer favorável da Comissão do Orçamento, assim se comprovando que existiriam os meios necessários para suportar a despesa. Além disto, declarou: “entendo que a Câmara não deve hesitar em aprovar esta despesa, porque outras se têm aprovado para aplicações muito menos úteis que esta de que se trata”⁹⁶.

3.4.2. – Aprovação do Projecto e reacções na imprensa

O Projecto foi aprovado⁹⁷ na generalidade e por Artigos, tendo sido obtidas as seguintes votações:

Discussão na Generalidade:

A matéria foi julgada suficientemente discutida por 42 votantes.

Votaram contra: 06 deputados.

Artigo 1º - 48 votos a favor e 5 votos contra.

Artigo 2º - 47 votos a favor e 2 votos contra.

Quatro dias depois (18 de Junho) da discussão da Proposta de Lei na Câmara dos Deputados, a gazeta fundada por José Estêvão e dirigida por Rodrigues Sampaio⁹⁸ - *Revolução de Setembro* – marcadamente anti-governamental, publicava um artigo alusivo à proposta aprovada⁹⁹. Por se tratar de um documento que reflecte as tensões e sensibilidades políticas e sociais que se faziam sentir em Portugal naquela altura, transcrevemos algumas frases que nos pareceram esclarecedoras quanto à instalação do sentimento de “império perdido”, também já disseminado a nível da opinião pública:

O Governo descobriu que tínhamos possessões na África e Portugueses no Brasil.

⁹⁵ DIÁRIO da Câmara de Deputados (1849-06-14).

⁹⁶ DIÁRIO da Câmara de Deputados (1849-06-14).

⁹⁷ DIÁRIO da Câmara de Deputados (1849-06-14).

⁹⁸ Jornalista conhecido por “Sampaio da Revolução”, por ser o principal redactor da gazeta *Revolução de Setembro*. Foi um dos mais acérrimos opositores do Governo de Costa Cabral, considerado perseguidor e tirânico.

⁹⁹ Uma transcrição (quase na íntegra) do artigo em causa, poderá ser encontrada no Anexo 1.4.

[...] Os nossos pobres patrícios, salteados pelos brasileiros [...] pediram ao Governo que lhes desse auxílios e protecção para se asilarem nas nossas colónias.

[...] Propuseram-se a transportar uma indústria importante para uma possessão portuguesa, onde, bem cultivada, pode dar de rosto ao Brasil, e empossar-nos dum novo ramo de comércio. Já se vê que falamos do fabrico do açúcar.

[...] o Governo voltou toda a sua atenção e actividade para a América, e deixou converter as nossas colónias africanas em feitorias de escravatura.

[...] Foi preciso que os estrangeiros nos acozassem, como feras, das terras onde, excitando a sua inveja, ajudamos a sua fortuna, para se dar começo a uma empresa tão universalmente inculcada e requerida.

[...] Os perseguidos do Brasil requerem passagem para África e compra de engenhos de açúcar. [...] E para quê? Para formar uma colónia agrícola, fazer estabelecimentos de fabricação de açúcar, derivar para nós um grande ramo de comércio, enfim começar a pôr por obra um grande plano que uma tão pequena consignação parece apoucar e desvirtuar.

[...] Em outro país o primeiro ensaio de colonização “maxime”¹⁰⁰ em tão apartadas regiões, seria feito com outro cuidado e seriedade¹⁰¹.

A Proposta de Lei, datada de 08 de Maio de 1849, foi igualmente lida e apresentada para discussão, na sessão da Câmara dos Pares de 27 de Junho de 1849, presidida pelo Cardeal Patriarca, D. Guilherme I. Lido o parecer da Comissão do Ultramar, que “não hesita em prestar a sua completa aprovação ao mencionado Projecto, lamentando todavia que o mísero estado do nosso Tesouro não permita que uma tão útil tentativa se faça em muito maior escala”¹⁰², o Diário da Câmara dos Pares apenas regista um lacónico pedido de explicações apresentado pelo *Par*, conde do Lavradio¹⁰³, ao ministro do Ultramar, sobre a viabilidade do Projecto, além de algumas palavras de circunstância do *Par* Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Na resposta do Ministro do Ultramar ao conde do Lavradio, o governante prestou aos *Pares* o seguinte esclarecimento:

¹⁰⁰ A observação corresponde à verdade, na medida em que esta primeira colónia de Mossamedes foi a primeira a ser preparada por Portugal, com objectivos antecipadamente definidos.

¹⁰¹ Gazeta Revolução de Setembro (18 Jun. 1949).

¹⁰² DIÁRIO da Câmara dos Pares (1949-06-27).

¹⁰³ Francisco de Assis de Almeida Portugal (1796-1870), 2º conde do Lavradio, viveu no Brasil, dos 12 aos 22 anos. Foi ministro dos Estrangeiros por duas vezes: em 1826/27 (com apenas 30 anos) e em 1846. Foi *Par* do Reino em 1835; “Uma das mais interessantes personagens do liberalismo português, decerto a sua figura de maior relevo no que se refere à política externa portuguesa, pode dizer-se que o conde do Lavradio foi o mais notável diplomata que tivemos no século XIX”. SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, vol. III, p. 441.

“Pelas informações que o Governo teve do Governador-Geral da Província de Angola, posso informar esta Câmara de que já se tomaram as providências necessárias, mandando-se para Mossamedes os mantimentos precisos e as madeiras para construção de barracas, nomeando-se um governador, e tomando-se todas as medidas para que os colonos ali possam estabelecer-se comodamente, [...] estou persuadido de que esta Câmara não deixará de aprovar os 18 contos de réis que se pedem no projecto em discussão, porque é nessa quantia que importa a despesa que já se fez e que resta ainda fazer”¹⁰⁴.

Reunido o número legal de votantes, o Projecto foi aprovado por unanimidade¹⁰⁵.

3.5. - A chegada da primeira colónia e o desembarque

Estando o governador-geral de Angola, Silveira Pinto, a terminar a sua visita a Mossamedes, onde esperava ter encontrado os novos povoadores, acercavam-se da costa do sul de Angola as duas embarcações que transportavam os colonos vindos de Pernambuco, após terem passado mais de dois meses no mar. Calculada a Longitude a que se encontravam, o brigue *Douro* adiantou-se na marcha, com a intenção de levar aviso às autoridades do Estabelecimento da iminente ancoragem da barca *Tentativa Feliz*, de modo a dar tempo aos moradores de Mossamedes para prepararem o desembarque. Segundo António Romano Franco, vereador da primeira e da segunda Câmara e proprietário de minas de cobre na Serra da Chela, no Giraúl e no Bero, “Mossamedes não era, à chegada da 1ª colónia, mais do que uma extensa praia onde apenas residiam dez a doze moradores”¹⁰⁶. Romano Franco omitia, pois, a tropa e os degredados, referindo-se apenas aos proprietários de feitorias, decerto para valorizar o esforço dos pioneiros da colonização, assim destacando, muito convenientemente, a presença dos novos colonos.

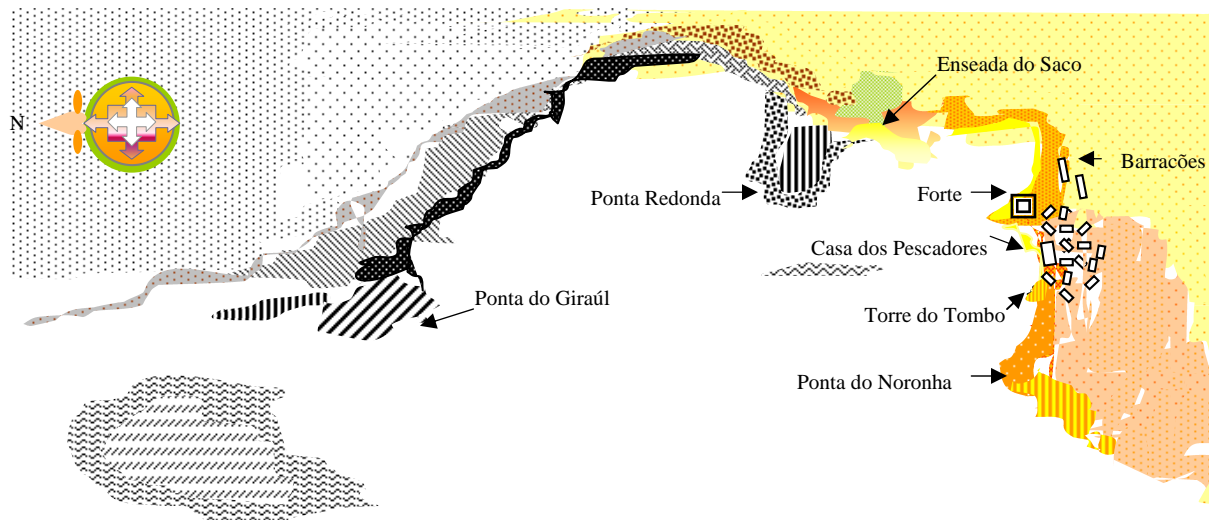
¹⁰⁴ DIÁRIO da Câmara dos Pares (1949-06-27).

¹⁰⁵ DIÁRIO da Câmara dos Pares (1949-06-27).

¹⁰⁶ Brito Aranha, nas suas *Memórias*, refere por sua vez que o Estabelecimento, no ano de 1849, “contava apenas 70 europeus, além da guarnição militar”, cálculo que nos parece mais ajustado, desde que contabilizemos o comandante João Garcia, o major Ferreira de Horta (encarregado de receber os colonos) + 40 degredados e suas mulheres + 8 proprietários de feitorias + as crianças que justificavam a nomeação pelo governador-geral Silveira Pinto, poucos dias antes do desembarque da 1ª colónia, de um professor do ensino primário para auxiliar a educação de menores de cor branca. Portaria nº 83 (1849-07-25). Recorde-se que por força do Art.º 21 das *Instruções ministeriais* de 26 de Abril de 1849, os degredados não poderiam residir no local da colónia, não se sabendo se tais disposições eram aplicáveis, retroactivamente, aos degredados que tinham desembarcado em Mossamedes em 1845, para reforço da guarnição militar. Parece-nos aceitável que pelo menos uma parte destes degredados, suas mulheres e filhos, já estariam integrados em 1849.

E o que viram esses colonos quando chegaram ao Estabelecimento e Presídio de Mossamedes¹⁰⁷, em Agosto de 1849?

Figura 2 - Reconstituição virtual da Baía de Mossamedes, à chegada da primeira colónia.



FONTE – TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçamedes nas fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974. Composição gráfica de José de Azevedo, com base nas descrições de TORRES.

Uma ampla baía, em forma de ferradura, extremada a norte pela ponta do Giraúl e pela ponta de Noronha, a sul.

Cerca de metade da costa norte da baía, coberta de rochas escuras, íngreme e inóspita, obrigou os navegantes a rumar para o centro sul da baía, onde a enseada do Saco exibia uma praia de areias mais claras, que se prolongava até à Ponta Negra e Torre do Tombo, já dentro da “bolsa” sul da ferradura, formada pela grande baía e inserida num horizonte hostil, aparentemente semidesértico, onde se vislumbrava a primitiva povoação, ocupada por cerca de 70 europeus: alguns comerciantes a tropa aquartelada no forte e alguns degredados.

Na Ponta Negra, erguia-se o forte em pedra solta, iniciado em 1840 e concluído em 1844-1845¹⁰⁸. Entre o forte e a Torre do Tombo¹⁰⁹, algumas choupanas soltas¹¹⁰,

¹⁰⁷ Designação em conformidade com o Ofício do governador de Benguela de 15 de Outubro de 1845. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 7 (1845-10-25).

¹⁰⁸ O forte foi ocupado em 1844 por uma companhia de linha e, em 1845 por 40 degredados. TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência Geral do Ultramar, 1974, p. 90.

¹⁰⁹ Falésia situada a sul de Mossamedes, onde existiam diversas inscrições comprovativas da estadia (pelo menos até à foz do rio Cunene) de navios negreiros, durante os séculos XVII e XVIII. Ver viagem de Pinheiro Furtado.

¹¹⁰ Em 1841 - conta o proprietário de feitoria, Bernardino José Brochado - não havia em Mossamedes mais do que “algumas choupanas e duas ou três casas de tabique”. *Jornal de Mossamedes*. Nº 39 (20 Nov. 1883).

cobertas com folhas de palmeira e alguns barracões, provavelmente construídos de pau-a-pique e amarrados com *mateba*, igualmente cobertos por palmas. Junto à praia uma única construção coberta a telha, a “Casa dos Pescadores” e, algures entre as casas, um pequeno hospital¹¹¹, as oito feitorias comerciais e oito casas de negócio.

Em conformidade com a crónica produzida pelo chefe da colónia, Bernardino Freire de Figueiredo de Abreu e Castro, o brigue *Douro* fundeou na Baía de Mossamedes no 1º dia de Agosto de 1849, chegando a barca *Tentativa Feliz* três dias depois. O desembarque desta última iniciou-se a 05 de Agosto¹¹², prolongando-se até ao dia 07 do mesmo mês.

No ofício que o major Ferreira de Horta (encarregado da recepção dos colonos) enviou ao secretário-geral do Governo de Angola, em 11 de Agosto de 1849¹¹³, foram dados pormenores sobre este acontecimento que empolgou a população de Mossamedes, e onde transparece o regozijo, quer dos “navegantes” quer dos anfitriões:

“[...] foi um dia de festa nacional.

[...] O brigue *Douro* salvou, quando os colonos desembarcaram, e a fortaleza, quando eles saltaram em terra; os moradores saudaram-nos com algumas dúzias de foguetes.

[...] Os colonos vinham acompanhados pelo comandante e mais oficiais do brigue *Douro*, do director da colónia, capitão da barca *Tentativa* e o seu consignatário e mais pessoas que se lhes foram reunindo, indo-lhe ao encontro o comandante do estabelecimento¹¹⁴, alguns moradores e eu.

[...] Os moradores de Mossamedes receberam os colonos, como quem recebe hóspedes, amigos e irmãos, tão úteis: Portugueses [...] vinham regar com o seu suor as férteis e incultas terras de África”¹¹⁵.

Concluído o desembarque, os colonos foram alojados, como previsto, nos barracões que o Governo mandara construir. E, fazendo tábua rasa das ordens expressas

¹¹¹ Teria que haver um hospital, embora não se conheça notícia da sua criação. Mas já em 1835, o Decreto de 22 de Setembro nomeava o cirurgião Guilherme Mayer para residir na Huíla e em Mossamedes. E o ofício do Governo Geral nº 584, de 20 de Abril, comunica à Junta da Fazenda que fora remetida cópia da Portaria do Governo, relativa à transferência de Panteleão José, enfermeiro-mor do Hospital de Luanda, para o Hospital de Mossamedes. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 25 (1846-02-28); BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 47 (1846-08-05); BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 66 (1846-12-22).

¹¹² BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 205 (1849-09-01). Subsistem no entanto algumas dúvidas relativamente à chegada e desembarque dos cidadãos que viajavam na barca, não sendo consonantes as datas apontadas na documentação consultada.

¹¹³ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 204 (1849-08-25).

¹¹⁴ João Francisco Garcia. Ainda não tinha chegado a Mossamedes o capitão-tenente António Sérgio de Sousa, nomeado primeiro governador do Distrito, por decreto de 19 de Abril. BOLETIM Oficial nº 203 (1849-08-18).

¹¹⁵ Ofício (1849-08-11), de Ferreira da Horta, para Costa e Silva, Secretário-Geral do Governo de Angola.

no Art.º 1º das *Instruções provinciais*, enviadas a Ferreira de Horta em que se indicava claramente que o local escolhido para estabelecimento da colónia era o Bumbo, foi o próprio major Ferreira de Horta, acompanhado pelo comandante do Estabelecimento, major João Francisco Garcia, mostrar ao chefe da colónia e a alguns colonos os férteis terrenos marginais do rio Bero, os mesmos onde alguns dias antes o governador-geral topara com uma couve de avantajadas proporções... E a questão ficou logo resolvida, decidindo a autoridade tomar prontas medidas para que o maior número possível de colonos desse imediatamente início aos trabalhos rurais¹¹⁶.

A 16 de Agosto, partiu para Luanda o chefe da colónia, Bernardino de Figueiredo de Abreu e Castro, a fim de apresentar cumprimentos ao governador-geral. Desembarcado em Luanda a 22 de Agosto, aí conferenciou com o governador-geral Silveira Pinto e com o governador nomeado para o Distrito de Mossamedes, António Sérgio de Sousa, com quem regressou a Mossamedes a 12 de Outubro de 1849. O governador tomou posse no dia seguinte e, em cumprimento das *Instruções* da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, de 26 de Abril, procedeu-se à eleição, no dia imediato, do “Conselho Colonial de Mossamedes”, que ficou assim constituído:

- Bernardino de Figueiredo de Abreu e Castro;
- José Leite de Albuquerque;
- José Maria Barbosa;
- José da Silva Soares¹¹⁷.

A instalação do Conselho¹¹⁸ efectuou-se no dia 16 de Outubro de 1849 e, decorridos poucos dias, foram distribuídos aos colonos os terrenos marginais do Bero, onde alguns já se tinham instalado, a título experimental. Quanto aos engenhos de açúcar, o Conselho decidiu que seriam levantados no “Vale dos Cavaleiros”, onde o chefe da colónia se iria instalar.

As coisas, todavia, não decorreriam tão linearmente como tudo fazia supor... Na incerteza, porém, estava tudo certo.

¹¹⁶ Na verdade, em Portugal, sempre assim foi: o que é previsto e planeado quase nunca acontece; e o que acontece quase nunca foi previsto e muito menos planeado. Por isso, tudo o que se passou está na linha tradicional de uma atávica herança. E, tendo em conta “a exactidão (sublinhado nosso) com que o Major do Exército Português José Herculano Ferreira de Horta cumpriu todas as ordens” mandou a Rainha louvar aquele oficial. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola, nº 245 (08-06-1850).

¹¹⁷ Por escusa de Manuel José Coelho de Freitas, que pediu para ser substituído.

¹¹⁸ Livro de Registo das Actas do Conselho Colonial de Mossamedes.

3.5.1. – Perdidos no deserto: miséria e desalento

Iniciados os trabalhos agrícolas nas margens do rio Bero, os colonos, ainda mal refeitos de uma atribulada viagem que os mortificara, mas ansiosos por experimentar e produzir os bens de consumo essenciais ao seu sustento, esqueceram-se de atender ao inexorável ciclo das estações do ano, condicionante implacável das sementeiras e da produção agrícola, quer estejamos em África, na América ou na Europa. Os *arroteamentos* feitos apressadamente em solos virgens, a exigir desmatção e desnivelamentos adequados à rega, a inexistência de caminhos ou vias transitáveis para o escoamento dos produtos, a falta de equipamentos e de veículos para o transporte, a insuficiência de mão-de-obra, aliada à má qualidade das sementes, deitaram por terra o impulso inicial dos colonos. Durante mais de um ano não chegou a esperada cheia do rio Bero. E a estiagem, que igualmente teria atingido a zona planáltica, abastecedora dos rios que desaguam na costa, fizeram que ocorresse uma persistente seca, que comprometeu todo o esforço dispendido durante o primeiro semestre. Os víveres enviados por Luanda (para um período previsto de seis meses) tinham-se esgotado e as roupas estavam em farrapos. Estas carências levaram o governador do Distrito, António Sérgio de Sousa, a enviar um Ofício ao governador-geral, a informar sobre as necessidades que os colonos estabelecidos em Mossamedes começavam a sentir, “por serem geralmente pobres e por terem vindo de Pernambuco mal fornecidos de vestuário e estragado já em seus trabalhos rurais o que traziam”¹¹⁹.

Mas, infelizmente, o Governo-Geral também não tinha recursos para atender ao pedido enviado pelo governador de Mossamedes. E, nessa melindrosa circunstância, o governador-geral decidiu enviar um *Ofício* às Câmaras Municipais de Luanda e Benguela, onde reconhecia que “as circunstâncias dos cofres públicos não podiam ocorrer ao mal que ameaçava a colónia”¹²⁰, pelo que solicitava que fossem nomeadas comissões angariadoras de donativos, destinados a acudir à miséria da colónia¹²¹. Os resultados dessa diligência foram os seguintes:

- Da subscrição promovida pela Câmara Municipal de Luanda, foram apurados 1683\$000 réis (mil seiscentos e oitenta e três mil réis), quantia que foi aplicada na compra de roupas, fazendas e víveres¹²².

¹¹⁹ OFÍCIO (1849-12-12).

¹²⁰ OFÍCIO (1850-01-11).

¹²¹ Ver SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 110-115.

¹²² Segundo Acta da Sessão de 18 de Abril, do Conselho Colonial de Mossamedes, a qual está citada no BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 230 (1850-01-23).

- A subscrição promovida pela Câmara Municipal de Benguela acabou por render 1110\$000 réis (mil cento e dez mil réis), não se sabendo se tal quantia terá sido entregue ao Conselho Colonial de Mossamedes, visto a sua recepção não figurar nas Actas das Sessões do Conselho Colonial¹²³.

Entre os particulares, também foram angariados pelo menos dois donativos, a saber:

- De Augusto Garrido, comerciante de Luanda, que por sua conta terá rapidamente angariado 784\$000 réis (setecentos e oitenta e quatro mil réis), importância que foi aplicada na aquisição de fazendas e outros objectos, enviados para Mossamedes no brigue *Voador*¹²⁴.
- Do capitão Joaquim Luís Bastos, de Benguela, que terá oferecido aos colonos 221\$000 réis (duzentos e vinte e um mil réis), em fazendas¹²⁵, dádiva que também não se encontra mencionada em qualquer Acta do Conselho Colonial de Mossamedes¹²⁶.

Apesar das dificuldades existentes a nível das comunicações e da retracção que, em geral, caracteriza grupos humanos em risco, foi exemplar este movimento de solidariedade de Benguela e de Luanda, as únicas cidades de Angola, em meados do século XIX. Por outro lado, comprovou-se que a região de Mossamedes (exportadora de alguns produtos excedentários) passou a depender de dádivas vindas do exterior. Esta situação anómala encerrava no entanto uma advertência crucial: que a região de Mossamedes só teria condições para responder a um eventual aumento demográfico, se ao domínio de factores relacionados com o clima e o solo, em conjunção, fosse também concedido um tempo razoável de adaptação a uma Natureza incerta, dura, por vezes violenta, sobretudo tratando-se de pessoas afectadas por outras tensões conjunturais (fome, doença, medo, cansaço). Um grande desânimo, económico e moral, minava a confiança inicial dos colonos, que afinal não conseguiam vislumbrar nem um começo nem um fim.

¹²³ Um ofício da Secretaria-Geral datado de 25 de Abril de 1850, apenas refere que o produto da subscrição seguiria no primeiro transporte do Estado que tocasse Mossamedes.

¹²⁴ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 227 (1850-02-02). Em 1845, Augusto Garrido criou uma feitoria, em sociedade com João António Magalhães. Na terceira reunião do Conselho Colonial de Mossamedes, realizado em 05 de Abril de 1850, foi analisado um Ofício do negociante Augusto Garrido, alusivo à doação que fizera, conforme consta do Registo das Actas do Conselho Colonial de Mossamedes.

¹²⁵ OFÍCIO da Secretaria do Governo (1850-03-23).

¹²⁶ Tal como ainda hoje é corrente, as doações para fins humanitários perdem-se muitas vezes em meandros demasiado obscuros...

3.6. - A segunda colónia pernambucana. Outros colonos do Rio e da Baía

Sabia-se em Pernambuco que o sonho africano dos que tinham partido se transformara em pesadelo. Mossamedes era descrito como um lugar de degredo¹²⁷, onde os colonos eram tratados como degredados, com um clima péssimo, dizia-se¹²⁸. E sabendo-se que parte da guarnição era constituída por degredados, calcula-se que as relações dos novos povoadores com a população anteriormente instalada, não seriam as melhores¹²⁹. E porque alguns desses colonos já não tinham que comer e vestir, tudo abandonavam oferecendo-se para o exército que, no mínimo, lhes garantia o acesso ao essencial¹³⁰, facto revelador da existência, em paralelo, de uma certa competição, nomeadamente, por alimentos básicos.

Mas apesar deste vácuo social e moral, organizava-se em Pernambuco um novo contingente de colonos, constituído, de início, por 144 indivíduos, coordenados e animados por José Joaquim da Costa¹³¹, através de subscrição, desta vez promovida pela colónia portuguesa no Brasil, isto é, sem qualquer apoio estatal.

Partiram para Mossamedes a 13 de Outubro de 1850, a bordo do brigue *Douro* e da barca *Bracarense*, tendo chegado ao seu destino no dia 26 de Novembro desse mesmo ano, após 54 dias de viagem marítima. Encontraram os primeiros colonos famintos, quase nus, desalentados pela miséria, mas nem assim vencidos, apesar da falta de recursos que se fazia sentir a todos os níveis, facto que inclusivamente teria afastado alguns colonos vindos do Rio de Janeiro e da Baía, que nesse mesmo ano de 1850, pretendiam fixar-se em Mossamedes¹³².

E mesmo dos 144 colonos que constituíam esta segunda colónia procedente de Pernambuco¹³³, apenas três quartas partes desembarcaram em Mossamedes, tendo

¹²⁷ Comparável (para pior) à ilha de Fernando Noronha, segundo notícias enviadas pela escuna *Maria*. E o degredo dos novos colonos teria de durar pelo menos dez anos, pois não os deixavam sair antes do cumprimento de tal prazo.

¹²⁸ Na resistência a doenças tropicais, os colonos portugueses ganhavam aos índios do Brasil, mas perdiam relativamente aos africanos.

¹²⁹ “Impedir que condenados e soldados se matem, é uma das preocupações dos comandantes dos acantonamentos com guarnição mista. É portanto natural que os ‘invasores’ de um espaço disputado por ‘los viejos’, se tenham sentido como ‘bode expiatório’ de tensões acumuladas anteriormente”. Veja-se, a propósito, o que aconteceu a Cabeça de Vaca aquando da sua chegada a Assunção (actual Paraguai), em 12 de Março de 1542. Vide BUENO, Eduardo – *Capitães do Brasil*. Cascais: Pergaminho, 2001, p. 147-148.

¹³⁰ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 272 (1850-12-14).

¹³¹ Em 1850, José Joaquim da Costa completara 37 anos, sendo o mais idoso dos subscritores do novo movimento colonial, designado por segunda colónia. Proprietário do engenho de açúcar instalado na Fazenda da Boa Vista, foi nomeado pelo governador de Mossamedes, Ferreira da Horta, para integrar o Conselho Colonial de Mossamedes. A esta nomeação opuseram-se Bernardino de Figueiredo e Leite de Albuquerque, membros do Conselho e proprietários de engenhos de açúcar, o que denuncia um provável relacionamento de rivalidade. Ver PORTARIA Distrital nº 17 (1852-02-09). Mais tarde, José Joaquim da Costa foi eleito presidente da primeira vereação eleita, tendo tomado posse em 29 de Março de 1856.

¹³² Pretensão mencionada nos ANAIS do Município, referentes ao ano de 1850.

¹³³ De acordo com a declaração do Governo-Geral (fonte oficial), que, no entanto, nos parece pouco credível, desde logo pelo exagerado número (75) de elementos do sexo feminino. Decidimos, por isso, proceder à

os restantes seguido para Luanda, como nos dá conta a seguinte declaração do governo-geral de Angola, datada de 14 de Dezembro de 1850, quando as embarcações que transportaram os colonos passaram por Luanda, na sua viagem de regresso:

“Ontem chegou ao ancoradouro deste porto [Luanda] o brigue de guerra nacional *Douro*, do comando do capitão de fragata da Armada Vicente José dos Santos Moreira Lima, trazendo em conserva a barca *Bracarense*, procedentes da cidade de Pernambuco com 144 colonos portugueses, dos quais ficaram em Mossamedes 107, sendo 32 do sexo masculino e 75 do feminino; e vieram para Luanda 37, incluindo mulheres e alguns menores.

[...] Anelamos pelo aumento e florescimento da Colónia de Mossamedes para que a Fazenda Pública há contribuído com as quantias e fornecimentos necessários – é começo de uma grande colonização – é um princípio de uma verdadeira riqueza e felicidade para toda esta província, que todos devem auxiliar e coadjuvar pelo menos a seu alcance”¹³⁴.

Dois ou três comentários ressaltam da análise desta protocolar “exortação de fé”:

- A falta de rigor da declaração do Governo-Geral de Angola: na listagem de colonos que ficaram em Mossamedes, e que figura em anexo¹³⁵, apenas consta o nome de 11 mulheres colonas, 09 mulheres de colonos, e 17 filhas de colonos¹³⁶, ou seja, um total de 37 pessoas do sexo feminino. Está muito longe, portanto, das 75 mulheres mencionadas na declaração do Governo-Geral. Admitimos, portanto, que tenha havido uma troca nos quantitativos apresentados, até porque o surgimento de uma colónia maioritariamente feminina seria caso inédito na história das colonizações.
- A exortação ao florescimento de uma colónia em Mossamedes, quando o próprio Governo Geral de Angola estava ao corrente da penúria em que se encontravam os primeiros colonos, conforme atesta o *Ofício* enviado pelo governador de Mossamedes, Sérgio de Sousa, em 12 de Dezembro de 1849,

contagem dos colonos através da listagem publicada no suplemento do periódico *O Sul de Angola*, Nº 07 (04-08-1892), o qual nos apresenta os seguintes números para Mossamedes: 74 homens e 11 mulheres, inscritos como colonos + 9 mulheres casadas com colonos, o que perfaz 94 indivíduos adultos; + 32 menores, sendo 15 do sexo masculino e 17 do sexo feminino, havendo famílias com nove, seis e 4 filhos. O total de adultos e menores cifra-se em 126 pessoas.

¹³⁴ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 272 (1850-12-14).

¹³⁵ Anexo 1.5. - Listagem publicada no periódico de Mossamedes *O Sul de Angola*, em suplemento ao nº 7 de 04 de Agosto de 1892.

¹³⁶ Sabendo-se que o chefe da segunda colónia, José Joaquim da Costa, era, com 37 anos, a pessoa mais idosa da segunda colónia, não excluimos a hipótese de a maioria destas 17 filhas de colonos serem crianças ou adolescentes.

atrás referido, parece despropositada. Se o governador-geral, Silveira Pinto, que tanto se esforçara por receber pessoalmente os primeiros colonos oriundos de Pernambuco, desconhecia a situação aflitiva em que se encontrava a primeira colónia, é forçoso admitir que estaria muito mal informado ou que se desinteressara, passada a euforia inicial, deste importante núcleo colonizador.

- O reconhecimento de que a colónia de Mossamedes constituía o “começo de uma grande colonização” é bastante optimista, se tivermos em conta o quadro de extrema penúria em que se encontravam os primeiros colonos.

Nestas circunstâncias, parece-nos legítimo depreender que o sucesso da segunda colónia seria igualmente pouco promissor. Se o apoio oficial de Luanda e de Benguela, preconizado para seis meses no Art.º 17º das *Instruções ministeriais* de 26 de Abril de 1849, nem sequer tinha sido cumprido na íntegra por Luanda, que mesmo antes de ter expirado o período de carência reconhecia publicamente que “as circunstâncias dos cofres públicos não podiam ocorrer ao mal que ameaçava a primeira colónia”¹³⁷, pior estaria a segunda colónia, que se instalava sem quaisquer garantias de apoio estatal, no seio de uma região que não conseguia assumir-se como um bom destino.

Havia um sentimento de derrota, irresistível e geral, que vinha do sofrimento e do sacrifício. E são estes dois sentimentos, associados ao isolamento e à pobreza que parecem ter determinado a matriz sociológica e comportamental de quase todos os colonos do sudoeste angolano. Sem perspectivas concretas, eles bem sabiam que dependiam apenas de si próprios e que era precisa muita vida, para refazer a vida.

¹³⁷ OFÍCIO (1850-01-11).

Capítulo 4 – Os primeiros resultados práticos

4.1. - Persistência e perseverança dos colonos

De costas voltadas para o Velho Mundo e de frente para o Novo Mundo que os rejeitava, levando uma vida precária, mal alimentados e mal vestidos, isolados de tudo e de todos, sem perspectivas sucesso e sem possibilidade de retorno, os colonos só tinham uma saída: resistir até ao fim, lema adoptado pelo chefe da primeira colónia, Bernardino de Figueiredo, que escreveria, nove anos depois da sua chegada a Mossamedes:

“[...] nem todos os colonos se deixaram aterrar pela seca dos três primeiros anos; que estudaram, com os seus trabalhos e experiências, a natureza das terras e os tempos de nelas lançar as sementes e que, começando por construir pobres choupanas, já iam edificando casas mais cómodas”¹.

Daqui se infere que, pelo menos alguns colonos, não se resignaram perante o fracasso das primeiras sementeiras, antes pelo contrário, insistiram na experimentação e no conhecimento das condições do solo e do clima em que se encontravam inseridos. É tarefa que exige tempo e persistência, para além da observação prática e de um registo meticuloso dos passos que são dados. Desses registos, consta, por exemplo, que no ano de 1850 houve três pequenas inundações do rio Bero, que não chegaram a alagar suficientemente os terrenos marginais, como se esperaria, mas que alegraram os agricultores, previamente informados de que as grandes inundações do rio Bero não ocorriam todos os anos². E que, quando ocorriam, também havia o risco de eventualmente se tornarem excessivas, podendo danificar estruturas agrárias instaladas na várzea, o que obrigava os agricultores a tomarem algumas disposições cautelares, de modo a prevenir os efeitos nefastos de possíveis enxurradas. Portanto, em anos de escassez de chuva, a solução era a abertura de poços de pouca profundidade na várzea, onde o lençol freático era facilmente alcançável, mau

¹ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 895 (1859-01-22).

² As cheias do rio Bero e do rio Giraúl dependiam da pluviosidade registada no planalto da Huíla. Em geral, a época das chuvas começava em Setembro/Outubro e terminava em Abril.

grado o esforço físico suplementar que teriam de despende com a extracção e transporte de água, para regar e manter as suas culturas³.

Foi o exemplo destes colonos mais perseverantes que acabou por ajudar a recuperar os colonos mais desmoralizados e descrentes, como sempre acontece quando nada mais se pode vislumbrar para além dos pequenos sucessos do vizinho. Vieram por fim as cheias que inundaram as margens e fertilizaram as terras, a agricultura recuperou dos imponderáveis dos primeiros anos, ganhava-se confiança e sabia-se, mais concretamente, com aquilo que se podia contar. Melhoraram os métodos de trabalho, seleccionaram-se as culturas mais adequadas, que passaram a ser cultivadas na época mais propícia. Aperfeiçoaram-se as práticas culturais e as ferramentas agrícolas, diversificou-se a produção introduzindo-se novas espécies. E, finalmente, alcançada a auto-suficiência dos colonos, das suas famílias e dos seus empregados, recomeçaram as “exportações” para Luanda e para Benguela.

Na mesma linha de acção, outras actividades iam conquistando espaço produtivo, como a pesca, a preparação de carne seca (charque), a colheita de urzela para exportação, o fabrico de cal, a construção de carroças para transporte dos produtos que a terra, quase sempre generosa, lhes proporcionava.

Foram todos estes esforços conjugados, num tempo de incerteza, que conferiram a estes colonos a dimensão humana de personagens imaginadas pelo autor americano *Jonh dos Passos*, que cito de memória: “Os dias mais felizes da nossa vida, não são os chamados dias de êxito; mas sim aqueles em que saindo do desânimo e do desespero, sentimos renascer dentro de nós, a certeza de futuras realizações”.

4.1.1. - A agricultura no triénio de 1849-1852: A cultura de cana sacarina

Como referimos anteriormente, João Francisco Garcia e Ferreira da Horta, acompanhados de Bernardino de Figueiredo e de alguns colonos, visitaram os terrenos das margens do rio Bero, poucos dias depois da chegada dos novos colonos a Mossamedes, tendo-os explorado até à chamada Várzea dos Carpinteiros, a cerca de 15 km da foz daquele curso temporário de água⁴. Logo a seguir, a 16 de Agosto de 1849, o

³ Para além da abertura de poços, não foi encontrada qualquer outra referência à criação de outros sistemas ou de outras estruturas de regadio.

⁴ Crónica de Bernardino de Figueiredo de 27 de Agosto de 1849. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 205 (1849-09-01). Registámos a existência de uma Planta Cadastral das propriedades rurais dos colonos estabelecidos próximo da vila de Mossamedes, feita em 1864 por António Acácio de Oliveira Carvalho, por ordem do governador do Distrito, Fernando da Costa Leal. Mas como o seu precário estado de conservação não permitia a leitura da maioria das anotações ali inscritas, considerámos que seria inútil a sua reprodução.

chefe da colónia partia para Luanda, onde desembarcou a 22 de Agosto, regressando a Mossamedes a 12 de Outubro desse mesmo ano, acompanhado pelo governador nomeado para o Distrito, António Sérgio de Sousa. E, no dia seguinte, 13 de Outubro, dando cumprimento às *Instruções* da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar de 26 de Abril, seria eleito o “Conselho Colonial de Mossamedes”, como atrás referimos.

A partir de então, estavam igualmente reunidas as condições “legais” para se proceder à distribuição (ainda provisória) de terrenos pelos colonos, o que foi feito com evidente euforia, como rezam as crónicas de Bernardino de Figueiredo, chefe da primeira colónia:

“É um bulício em Mossamedes; uns edificam casa na povoação que escolheram para habitar; outros nas faldas da serra dos Cavaleiros, no sítio chamado dos Namorados, e que dista uma légua; outros arroteiam terras nas Hortas; outros no sítio da Olaria, a légua e meia de distância, mas com embarque próximo, onde se vai fazer tijolo e telha; outros na Várzea da União, duas léguas longe daqui; outros enfim no Vale dos Cavaleiros, que dista três léguas e que é onde se vão levantar os primeiros laboratórios sacarinos”⁵.

Uma semana depois de ter sido constituído o Conselho Colonial de Mossamedes, concretizava-se a ocupação da “Fazenda dos Cavaleiros”, na margem sul do rio Bero, onde o chefe da colónia demarcou a sua propriedade e onde viria a ser instalado um dos três engenhos de açúcar vindos de Pernambuco⁶.

A história destes três engenhos de açúcar que, como referimos, dificilmente encontrariam em Mossamedes as necessárias condições de sucesso⁷, é bastante curiosa e pode ser assim resumida: na Sessão do Conselho Colonial de 25 de Outubro de 1849,

⁵ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 218 (1849-12-01). A partir de 1779 tinha sido criada a Academia Real das Ciências de Lisboa, onde alguns especialistas brasileiros fizeram publicar as suas obras. Entre as memórias inéditas está um ensaio de Manuel Ferreira da Câmara, o qual descreve pormenorizadamente a cultura da cana sacarina e a tecnologia da produção de açúcar utilizada na época. Para melhor informação, vide ROCHA PINTO, Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda. 1987, p. 155.

⁶ Os engenhos de açúcar tinham já sido distribuídos pela comissão criada em Pernambuco, pelo que o Conselho Colonial, reunido em 25 de Outubro de 1849, apenas se limitou a deliberar sobre o levantamento dos mesmos.

⁷ A aquisição dos engenhos terá sido pouco ponderada, na medida em que as condições favoráveis à produção de cana sacarina existentes na chamada “Zona da Mata” de Pernambuco (Baixada Litorânea), nomeadamente no que concerne à pluviosidade, não seriam encontradas em Mossamedes. Em Angola, o fabrico de açúcar começou nas margens dos rios Bengo e Dande (a norte de Luanda). Segundo o *Almanaque estatístico da província de Angola e suas dependências*, publicado na Imprensa do Governo de Luanda, em 1851, a média de importação de açúcar entre os anos de 1848 a 1851 foi de 21.000 arrobas, no valor de 105 mil réis, o que indica que a Província era absolutamente dependente do exterior, no que concerne ao produto. A primeira exportação de açúcar angolano só ocorreu em 1893.

foram aí chamados os colonos, para lhes ser comunicado que o Vale dos Cavaleiros era o local destinado ao levantamento dos engenhos, havendo por isso necessidade de imediatamente serem transportados até lá, para darem começo aos respectivos trabalhos que, essencialmente, consistiam na montagem dos engenhos, que vinham prontos e completos de Pernambuco. Mas, enquanto os colonos que integravam a primeira sociedade vinculada à produção de açúcar⁸, acataram prontamente a deliberação do Conselho, a segunda sociedade, constituída para o mesmo fim⁹, logo ali decidiu desistir desse intento, tendo assinado um termo de desistência, que ficou apenso à *Acta* da Sessão. Era a primeira “desagregação”, ou talvez um sintoma de que se começava a perceber que o meio não era propício à cultura de cana sacarina. O que é certo é que nem a primeira “sociedade açucareira”, integrada pelo chefe da colónia, resistiria durante muito tempo aos efeitos de uma opção influenciada por uma realidade substancialmente diversa daquela que os colonos viriam a encontrar¹⁰. Em 1852, aproximando-se o final do período de carência, estabelecido no Art.º 11º das *Instruções* de 30 de Março de 1849, que determinava que a partir do terceiro ano de laboração se iniciaria a amortização dos engenhos, a primeira sociedade foi também dissolvida¹¹, tendo Bernardino de Figueiredo permanecido na “Fazenda dos Cavaleiros”, enquanto Leite de Albuquerque partia para o Bumbo, à procura de melhores condições para a cultura da cana-de-açúcar. Quanto ao terceiro associado, Espírito Santo Braga, cedeu, incondicionalmente, a favor dos restantes sócios, todos os direitos que detinha naquela sociedade. Nesta circunstância, o engenho instalado na “Fazenda dos Cavaleiros”, pertencente a Bernardino de Figueiredo, passou a ser explorado em nome individual, pelo chefe da colónia¹².

Apesar da desistência em bloco dos associados que integravam a segunda sociedade contemplada com engenhos de açúcar, nada se sabe, concretamente, sobre o destino dado a esse equipamento que, ao que parece, nem sequer estaria a ser disputado por outros interessados no negócio do açúcar: seja pelas condições de

⁸ A sociedade era constituída pelos membros do Conselho Colonial, Bernardino de Figueiredo e José Leite de Albuquerque e ainda por José do Espírito Santo Braga.

⁹ Sociedade integrada por Manuel José Coelho de Freitas, Joaquim de Andrade Pessoa Pimentel e António Coelho da Mota.

¹⁰ No Estado de Pernambuco, apenas uma faixa de menos de 100 km a partir do Oceano Atlântico tem clima tropical, com abundante pluviosidade, sendo o restante território fustigado, quase na totalidade, por um clima semiárido. Enquanto a faixa litoral, designada no quadro morfológico por “Baixada Litorânea” é ocupada por terrenos sedimentares, a restante zona é ocupada por terrenos do termo arcaico. Em Mossamedes, pelo contrário, a faixa litoral é semiárida, mas de escassa pluviosidade.

¹¹ Declaração de 08 de Julho, apresentada ao Conselho em 24 de Julho de 1852.

¹² Durante a estadia de Bernardino de Figueiredo e Castro em Luanda, o chefe da colónia de Mossamedes teve oportunidade de visitar (a 29 de Agosto de 1849) algumas plantações de cana-de-açúcar, localizadas nas margens do rio Bengo ou Zenza, de onde trouxe sementes. Também chegaram sementes vindas de Benguela e até do Egipto.

resgate estipuladas nas *Instruções*, seja pelas respostas menos positivas dadas pelo cultivo da cana sacarina na região de Mossamedes. E o desinteresse inicial pela actividade açucareira poderá igualmente ser avaliado pela demora na atribuição do terceiro engenho financiado pelo Governo Português: este, só em Dezembro de 1855 (seis anos após a aquisição e decerto com os maquinismos já enferrujados pela salinidade ambiente), seria atribuído a José Joaquim da Costa¹³, chefe da segunda colónia, que o levantou no lugar da Boa Vista¹⁴.

Mas regressemos à exemplar “Fazenda dos Cavaleiros”, fundada por Bernardino de Figueiredo e a primeira a aventurar-se na produção de cana sacarina (*Saccharum officinarum*). Situada na margem sul do rio Bero, foi descrita nos *Anais do Conselho Ultramarino* como uma “granja modelo”, servida de instalações para alojamento do proprietário e das pessoas que com ele viviam, com quartos para trabalhadores, armazém, dotada de construções destinadas ao assentamento do engenho, bem como de dependências para cristalização e purgação do açúcar e para a destilação de aguardente. A fazenda possuía ainda um telheiro e um curral para alojamento de gado e, naturalmente, bons terrenos aluviais que, no tempo das chuvas, eram alagados por um curso de água temporário.

A casa do engenho era constituída por duas dependências: uma para o engenho e outra para quatro grandes caldeiras e respectivas fornalhas. O maquinismo era accionado por oito bois cangados (*em parelha*) a quatro barras, que derivavam de uma grossa barra vertical (*árvore*) que girava sobre dois eixos, ligados por rodas dentadas a três cilindros tendencialmente tangenciais¹⁵, onde se fazia a compressão da cana e a consequente extracção do suco ou *guarapa*, o qual era depois lançado nas caldeiras. O líquido extraído das caldeiras era, por sua vez, depositado em vasos de barro de forma cónica e com uma perfuração inferior para saída do melaço, destinados à solidificação e cristalização da sacarose. O melaço era então encaminhado para calhas que o conduziam a tanques, sendo depois fermentado em tinhas destinadas à produção de aguardente¹⁶. Este engenho só iniciou a sua laboração experimental no dia 02 de

¹³ José Joaquim da Costa foi o mentor e o decano, pela idade, da segunda colónia. Por Portaria Distrital de 09 de Fevereiro de 1852 foi nomeado membro do Conselho Colonial de Mossamedes. Era conhecido por “Velho Costa”, o que, entre portugueses, é apanágio de simpatia e carinho.

¹⁴ ANAIS do Conselho Ultramarino (1854 a 1858) e ANAIS do Município.

¹⁵ São bastante minuciosas, completas e sugestivas as ilustrações referentes a maquinismos de engenho e seu funcionamento, as quais figuram no vol. 2, p. 151, da publicação LELLO UNIVERSAL, *Dicionário Enciclopédico*, sob o título “Manejo”.

¹⁶ A aguardente também servia para pagar escravos. O impacto da transição de bebidas fermentadas, de baixo teor alcoólico, para bebidas destiladas, com cerca de 40% de álcool etílico, provocou a desestruturação do comércio e da vida social, quer na África, quer na América, tal como salientou o Professor Luiz Felipe de Alencastro, no Seminário “Nuevas Tendencias en la Historiografía Contemporánea”, realizado na Facultad de Geografía e Historia da USAL, em Maio de 2007.

Fevereiro de 1853, devido à carência de matéria-prima, decorrente da persistente estiagem que inviabilizou o cultivo de uma gramínea assaz exigente em recursos hídricos. Só no ano seguinte é que a produção foi normalizada, como mostram as primeiras estatísticas oficiais.

Quanto à fazenda do Bumbo, localizada no sopé da Serra da Chela e para onde partira José Leite de Albuquerque, antigo sócio de Bernardino de Figueiredo, as dificuldades a vencer foram enormes: desde o transporte de um pesado engenho, que demoraria três meses, até à insalubridade do local, só mais tarde revelada. Em compensação, a cultura de cana desenvolveu-se ali de forma muito mais aceitável, em terrenos de excelente fertilidade, beneficiários de chuvas regulares¹⁷ e de um curso de água permanente, factores que garantiam uma produção normalizada. Não foi possível apurar, com suficiente garantia, a data em que o engenho atribuído a Leite de Albuquerque começou a laborar, mas os *Anais do Conselho Ultramarino* apontam para 1854/1885, com destaque para a produção de aguardente.

Finalmente, a Fazenda da Boa Vista, onde se ergueu o terceiro engenho vindo de Pernambuco, atribuído a José Joaquim da Costa, começou a funcionar no início de 1855 com matéria-prima de produção própria e com cana produzida por outros agricultores. O engenho apresentava inovações relativamente aos outros, devidas a aperfeiçoamentos dos sistemas menos funcionais, que se encontravam instalados. Assim, os bois que faziam rodar o moinho, circulavam numa plataforma superior, facilitando a movimentação dos trabalhadores que laboravam no plano inferior do engenho¹⁸.

4.1.2. – Outras produções agrícolas

A posse efectiva dos terrenos pelos interessados não foi feita de forma automática e imediata, depreendendo-se que teria sido dado um prazo experimental de aproximadamente dois anos, para que os colonos verificassem e testassem os terrenos que pretendiam registar em seu nome. Só a partir de Novembro de 1851 e até Setembro de 1854 é que foram feitas concessões, nos termos considerados legais, não só a particulares e sociedades constituídas, como a funcionários do Estado. E porque os

¹⁷ Ao contrário do que acontece em Pernambuco onde a pluviosidade abundante da faixa litoral diminui progressivamente para o interior, a zona do Bumbo, situada no sopé da Serra da Chela, beneficiava de condições pluviométricas muito mais estáveis do que a zona marítima, na medida em que a pluviosidade, em Angola, aumenta progressivamente do litoral para o interior.

¹⁸ Esta concepção baseia-se no chamado *manejo no ar*, em que a *árvore* a que se atrelam os animais é fixa a engrenagens e transmissões colocadas a uma certa altura do solo. Vide LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 2002, 2º vol., p. 151.

povos nativos (os Mundombes) não se interessavam pela agricultura, a demarcação e posse dos terrenos decorreu “mansa e pacificamente, sem contradição de pessoa alguma, com todas as solenidades da Lei”, como atestam os respectivos autos de concessão e algumas cerimónias de posse¹⁹. Sobre este “desinteresse” dos africanos pelas propriedades agrícolas, o notável historiador africano *Joseph Ki-Zerbo*, exprime o seguinte conceito:

“No sistema africano, a propriedade foi sempre mínima. A produção ficou confinada durante demasiado tempo ao nível familiar, clânico – num contexto em que não havia escassez de terras. Assim, a corrida à propriedade nas relações de produção não foi um dos grandes motores do processo de desenvolvimento económico em África. Além disso, neste sistema, foram tomadas precauções para evitar que alguns se apoderassem do capital terra. No modelo de base desta organização, a comunidade e os indivíduos tinham direitos sobre a terra. Havia proprietários eminentes, nomeadamente a família, a aldeia ou a colectividade da chefia tradicional. E a propriedade real era de facto um usufruto. Não era uma propriedade à romana, *usus, fructus, abusus*, isto é, o uso, o fruto e a propriedade afectada a uma única pessoa até ao abuso”²⁰.

Assim, os ensaios da aptidão dos terrenos para diversas culturas, começaram ainda antes de se efectuar a distribuição de terras pelo Conselho Colonial, através da introdução de culturas como a já mencionada cana-de-açúcar, a mandioca²¹, a batata, o milho, o feijão e algumas árvores de fruto, independentemente de a época de plantio ou de sementeira ser (ou não) a mais indicada. Esta circunstância, que seria ainda agravada pelo facto de as sementes produzidas localmente (tal como as trazidas de Pernambuco) serem de inferior qualidade, pela dureza dos solos e pela falta de alfaías agrícolas adequadas (os arados existentes eram ainda de madeira), fizeram com que os primeiros resultados se revelassem bastante fracos e naturalmente desanimadores. Por outro lado, a ausência de chuvas e a inexistência de dispositivos alternativos de captação de água para rega tornavam a produção bastante precária, nomeadamente aquelas que, como a cana sacarina, exigem permanente disponibilidade de água no solo.

¹⁹ A concessão não era gratuita. Os concessionários “doavam” uma determinada quantia em dinheiro, destinada ao hospital distrital.

²⁰ KI-ZERBO, Joseph – *Para quando África?* Porto: Campo de Letras, 2006, p. 34.

²¹ Designada em Pernambuco por “macaxeira” (tal como em Moçambique), a mandioqueira (*Manihot utilissima*) só teria relevância, no sul de Angola, durante os primeiros anos da colonização, sendo mais tarde substituída pelo milho. No século XVI, os portugueses “descobriram” que a mandioca seca (farinha de pau, ou “farinha de guerra” para os índios) era óptima para rações.

Contudo, a dura realidade, é que não havia caminho de retrocesso para os colonos, pelo que a única alternativa era aprender a viver com a Natureza onde se encontravam inseridos, para bem ou para mal. Por isso, tiveram de insistir nas sementeiras até descobrirem quais as épocas mais convenientes, observando o desenvolvimento vegetativo das plantas e as causas de contratempos fitopatológicos. Importaram sementes de melhor qualidade e adaptaram as alfaias às condições específicas do solo. Abriram caminhos ou “picadas” para trânsito ou escoamento de produtos e para o transporte de lenha. Construíram carros de bois, abriram poços ou cacimbas, instalaram sistemas artesanais de elevação da água do subsolo. E, saindo gradualmente do panorama desolador dos três primeiros anos, os colonos foram conquistando intervalos de sobrevivência e de algum desafogo, que deram origem a cerca de uma centena de explorações agrícolas²², fazendo recuperar a confiança e as expectativas de sucesso.

Neste período de recuperação (1853-1859), foram introduzidos novos equipamentos, tais como máquinas de descaroçar algodão (por Bernardino de Figueiredo)²³, engenhos para a fabricação de farinha de pau por trituração das raízes tuberculosas da mandioca (*Manihot utilissima*), que à época era a base da alimentação da população, civil e militar²⁴. E também alguns destorcedores de cana, como informava um jornal de Lisboa²⁵; e um moinho de vento²⁶, habilmente construído por João da Costa Mangericão (da 2ª colónia), que começou a moagem em 15 de Agosto de 1851²⁷; mas que devido à escassez de matéria-prima, esteve subaproveitado até 1853, ano em que a agricultura principiou a sua lenta e difícil recuperação.

²² Essas explorações não se circunscreviam exclusivamente às margens do rio Bero: no Bumbo havia 2 propriedades, no Curoca instalaram-se 3 fazendas; 29 na Várzea dos Casados (incluindo a Horta da Nação e a do Batalhão de Caçadores); 3 propriedades na Várzea da Boavista; 3 propriedades em S. Nicolau; 1 fazenda no Carunjamba. Finalmente, nas margens do rio Bero instalaram-se 51 propriedades (só na Várzea da Boa Esperança havia 42). A propriedade instalada na Várzea dos Carpinteiros e a propriedade instalada na Várzea da Boca do Rio pertenciam à tribo Quipola, constituída por cerca de 800 indivíduos, que se dedicavam, mais rigorosamente, à pastorícia. A relação das várzeas existentes nas margens do rio Bero foi publicada no BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 738 (1859-11-26).

²³ Em conformidade com um Ofício enviado por Bernardino de Figueiredo ao presidente do Conselho Ultramarino (Sá da Bandeira), datado de 27 de Agosto de 1854, a agradecer o envio de Lisboa de duas máquinas de descaroçar algodão. Tudo indica que o ano de 1854 terá sido o do lançamento da cultura do algodão em Mossamedes, registando-se 1856 como o ano em que se atingiu uma razoável produção. Mas, tal como a cana-de-açúcar, a cultura do algodão necessita de calor e humidade para a sua boa produção, condições que não estariam garantidas naquela região semidesértica. Depois da euforia inicial, a produção entrou em declínio, como confirmam as estatísticas oficiais, voltando a ser recuperada, de forma florescente, na década de 60.

²⁴ Na horta da Nação, situada na Várzea dos Casados e pertencente ao Estado, foi construído um engenho em ferro, para extracção de farinha de pau. Geridos por particulares, havia outros cinco engenhos.

²⁵ Jornal O Futuro. N° 510 (26 Jan. 1860).

²⁶ Referido nas estatísticas de 1854, anexas ao Ofício que o Governador de Mossamedes, Fernando da Costa Leal, dirigiu ao Ministério do Ultramar, em 02 de Janeiro de 1855.

²⁷ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 322 (1851-11-29).

A introdução de aparelhos artesanais de elevação de água, conhecidos em Portugal por *cegonhas* ou *picotas*²⁸, definidos como sendo uma balança interfixa, cuja potência se desenvolve na extremidade de uma vara, onde se suspende um balde, estando a resistência na outra extremidade da vara, onde se coloca um contrapeso de pedras, foi outra das inovações que mais benefícios trouxe aos agricultores que, saindo da morosa e pouco produtiva rega manual, passaram a cultivar áreas mais extensas. De construção simplicíssima, a *cegonha* era, de facto, o instrumento ideal para obter sem grande esforço e mais rapidamente, a água necessária aos fins domésticos e à irrigação das hortas²⁹.

4.1.3. – Análise estatística das produções agrícolas (1854-1859)

A análise dos dados estatísticos referentes ao primeiro quinquénio de produção estabilizada e/ou de crescimento, apresenta diversas variáveis que fornecem indicações concretas sobre a evolução da agricultura no Distrito de Mossamedes. Não nos debruçaremos sobre o significado dessas variáveis, na exacta medida em que se inserem no âmbito da economia agrária que, no presente trabalho não releva aprofundar, pelo que se apresentam esses dados sem comentários técnicos demasiado interpretativos, deixando aos eventuais interessados, matéria susceptível de diversas leituras e comparações.

Quanto às variações de algumas produções, também não é possível formular um parecer técnico fiável, que só o conhecimento concreto de circunstâncias inerentes a condições climáticas, das quais não há registos, poderia certificar. É necessário ter alguma prudência na análise de valores de produção não consolidada ou experimental, especialmente quando o que interessa entender e interpretar é a função dessas produções, no que concerne ao estabelecimento de plataformas de sustentação de populações, em processo de mútua adaptação e convivência. E esse velado objectivo seria, na óptica governamental portuguesa, uma preocupação nuclear. Instalar em Mossamedes um trampolim de lançamento de novas experiências coloniais, era de facto fundamental.

Segue-se, pois, a tabela de produções agrícolas mais relevantes, alusivas ao quinquénio de 1854-1859:

²⁸ Vide DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando - *Aparelhos de elevar a água de rega. Contribuição para o estudo do regadio em Portugal*. Porto: Edição da Junta de Província do Douro-Litoral, 1953, p. 134.

²⁹ Sobre este tema, vide LOPES CARDOSO, Carlos – *Do Uso da “Cegonha” no Distrito de Moçâmedes*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1963.

Tabela 1 - Produções agrícolas (1854-1859)

Produtos	Medidas	Quantidades				
		Ano de 1854	Ano de 1856	Ano de 1857	Ano de 1858	Ano de 1859
Algodão ³⁰	Arrobas	-	1.672	477	550	360
Aguardente	Pipas	38	41	25	58	73
Açúcar	Arrobas	370	178	367	462	-
Abóboras	Unidades	-	400	2.073	1.073	810
Batatas	Arrobas	1.951	5.405	11.318	10.924	13.373
Bananas	Cachos	-	100	440	790	4.000
Cara	Arrobas	145	4.247	16.140	15.050	25.096
Tabaco da Virgínia	Arrobas	-	-	-	-	6
Vinho	Almudes	-	-	-	-	17
Cana sacarina	Milheiros ³²	13	14	47	84	76
Farin. mandioca	Cazunguéis ³³	6.474	8.170	12.701	7.890	10.501
Feijão	Cazunguéis	100	128	451	360	343
Linhaça	Cazunguéis	-	-	1	-	103
Milho	Cazunguéis	360	813	4.676	2.660	1.510
Mel	Pipas	-	-	7	3	-
Cevada	Cazunguéis	-	-	9	35	98
Cebolas	Unidades	-	-	3.400	14.700	33.500
Trigo ³¹	Cazunguéis	-	-	4	142	620
Grão de bico	Cazunguéis	-	-	-	-	6
Ervilha	Cazunguéis	-	-	-	-	7

FONTE: Maços de Angola: 819 – Alfândegas, Mappas de Importação-Exportação, 1858-1860, AHU; FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos (vol. II 1801-1855; vol. III 1856-1893)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940; TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência Geral do Ultramar, 1974, p. 347-349. Adaptação de José de Azevedo.

³⁰ Em 1789, Elias Corrêa anunciou a existência de um algodão espontâneo em Angola, informação integrada na descrição das técnicas de fiação e tecelagem utilizadas pelos africanos. Vide CORRÊA, Elias Alexandre da Silva - *História de Angola (1792)*. Lisboa: Editorial Ática, 1937, 2º vol., p. 155-156.

³¹ É duvidosa a produção de 04 cazunguéis de trigo (cerca de 65 L) em 1857, na medida em que nesse mesmo ano foi registada a exportação de 11 barricas de farinha de trigo. De resto, todos os valores devem ser entendidos sob reserva: à época, “as alfândegas não tinham um centro de unidade [...] o Conselho da Fazenda [...] nunca passou de cometer erros graves.” FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes, Documentos e Textos de História*. 2ª ed. Porto: Edições ASA, 1983, p. 150.

³² “Milheiro” - Agrupamento de mil unidades iguais.

³³ “Cazunguel” - Palavra de origem *n'bunda*, derivada do verbo activo *cu zongo* que significa medir. Era a unidade que servia para medir secos (como legumes e cereais) e também para medir sal; correspondia a 16,1292 litros. Vide BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 781 (1860-09-22) e BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 788 (1860-10-06).

Da observação desta primeira tabela, na generalidade, logo ressalta a importância de algumas produções básicas de bens alimentares, como a farinha de mandioca, cuja adaptação às mais diversas condições de solo e clima, foi crucial para a resolução das dificuldades iniciais de abastecimento, assim se resolvendo os problemas mais elementares das populações³⁴. Nestas mesmas condições estarão a batata-doce (*Ipomaea batatas*, Lam.), a batata, o feijão e o milho que, até ao ano de 1857, equilibraram a rede alimentar local.

A partir de 1856, novas culturas ganharam expressão quantitativa, como o algodão (com uma produção auspiciosa de 25 toneladas em caroço, aproximadamente)³⁵, as bananas (cuja cultura progrediu de forma geométrica), as abóboras. E, no ano seguinte, surgiram os cereais, como a cevada e o trigo (com ritmos de valorização média anual notáveis), a cebola e o linho, que também mostraram crescimentos excepcionais. As produções de açúcar e de aguardente revelaram igualmente crescimentos globalmente positivos, especialmente a aguardente, que sendo dependente da mesma matéria-prima que o açúcar, apresentou um diagrama de crescimento relativo muito divergente, notoriamente ascensional no final do quinquénio.

Mas para ficarmos com uma ideia mais aproximada e sensível (em termos relativos) sobre o impacto quantitativo das produções, à luz da realidade actual, decidimos fazer a conversão para quilogramas e litros das produções alimentares dominantes, expressas anteriormente em cazunguéis, arrobas, pipas, etc., de modo a possibilitar uma perspectiva actualizada da evolução da agricultura no Distrito de Mossamedes³⁶, de 1854 a 1859. No caso específico do açúcar, por não existirem registos de 1859, optámos pelo cálculo tendencial, tendo em conta a noção de “safra e contra safra”, verificada nos anos anteriores, a média da produção de açúcar (em função dos milheiros de cana produzidos) e o provável desvio do circuito oficial de contingentes (em período de amortização dos engenhos), de modo a obtermos uma produção esperada, que estimámos em 7.800 quilogramas. O esboço gráfico, elaborado a partir de uma tabela previamente seleccionada e devidamente reconvertida, é o que a seguir se apresenta:

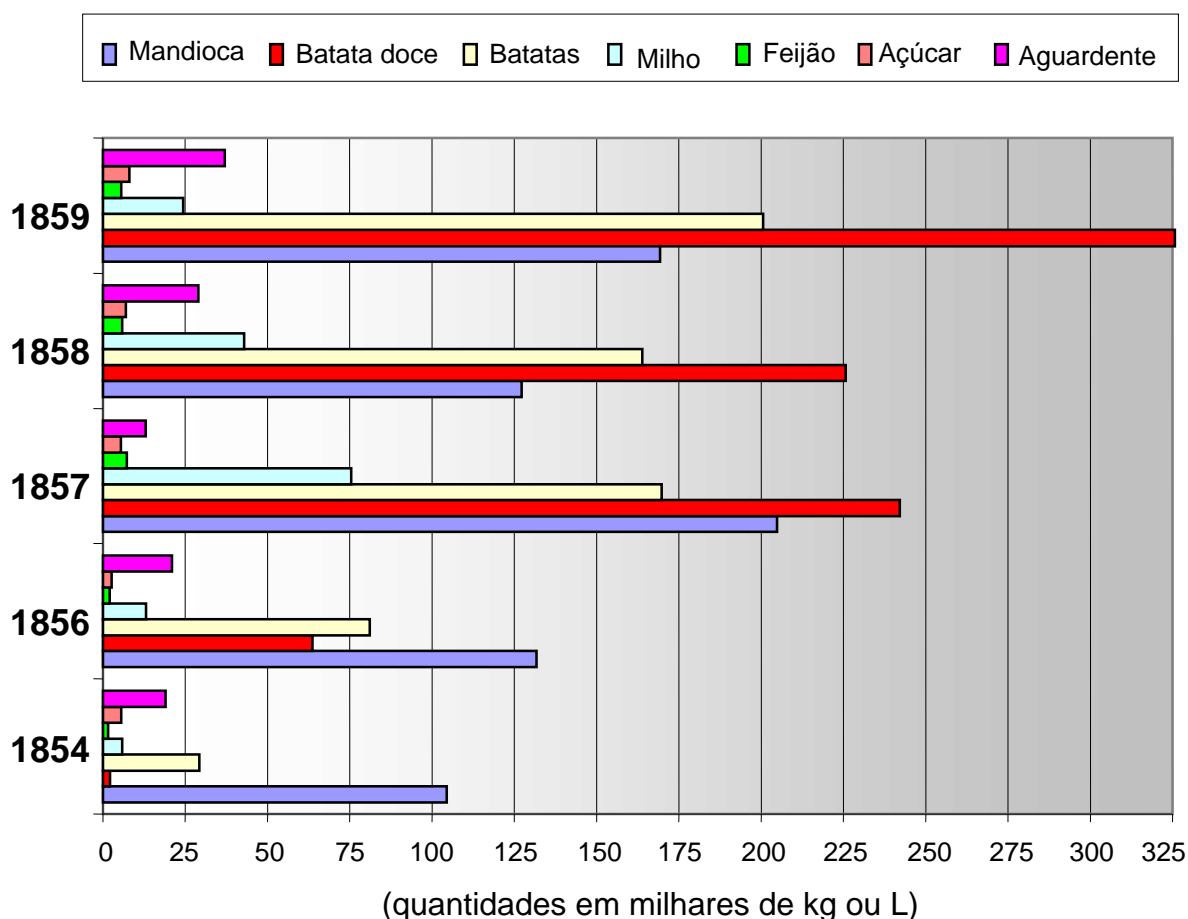
³⁴ “A produção da farinha de pau, conquanto avultada, era insuficiente para o consumo local. Constituindo a mandioca, naquele tempo, a base de alimentação, houve quase sempre necessidade de importar alguma de Novo Redondo e do Dombé Grande.”. TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência Geral do Ultramar, 1974, p. 350.

³⁵ Manuel José Correia recebeu do Estado, na década de cinquenta, uma máquina de enfardar algodão, comprometendo-se a pagá-la com os lucros resultantes das primeiras colheitas. Nas mesmas condições, recebeu o chefe da primeira colónia, Bernardino de Figueiredo, duas máquinas de descaroçar algodão.

³⁶ Numa outra perspectiva (o valor em numerário das mercadorias), refira-se: com 100 mil réis poder-se-ia comprar: 06 bois; ou 31 kg de marfim; ou 430 kg de carne salgada; ou 4.100 kg de sal do Reino; ou 110 kg de missangas.

Tabela 2 - Produções agrícolas básicas de Mossamedes (1854-1859)

Produtos	Anos					Unida- des
	1854	1856	1857	1858	1859	
Batata-doce	2 175	63 705	242 100	225 750	376 440	kg
Mandioca	104 425	131 782	204 867	127 265	169 361	kg
Batata	29 265	81 075	169 770	163 860	200 595	kg
Milho	5 803	13 114	75 424	42 906	24 356	kg
Feijão	1 613	2 065	7 275	5 807	5 533	kg
Aguardente	19 000	20 500	12 500	29 000	36 500	L
Açúcar	5 550	2 670	5 505	6 930	7 800	kg

Gráfico 1 - Produções agrícolas de Mossamedes (1854-1859)

FONTE: Produções agrícolas (1854-1859). Tabela e gráfico elaboradas por José de Azevedo, a partir de cálculo tendencial e da reconversão parcial de elementos referidos na Tabela 1.

No sector frutícola e para além da produção da vinha³⁷, (única espécie referida nos dados coligidos por Mendonça Torres), outras 15 espécies foram mencionadas por Lapa e Faro³⁸, no escrito *Breve Notícia sobre o clima de Mossamedes*, a saber: pessegueiro, mangueira, oliveira, macieira, mamoeiro (*Carica papaya*), figueira, cajueiro (*Anacardium occidentale*), goiabeira (*Psidium guajava*), limoeiro, limeira, erva príncipe (*Cimnopogon citratus*), coqueiro, tamareira, amoreira e romeira (romãzeira).

4.1.4. - A Pesca

Como vimos anteriormente, ainda antes da chegada das colónias vindas de Pernambuco, já a pesca era uma actividade em pleno crescimento, a que se dedicavam algumas feitorias que, inclusivamente, enviavam para Luanda e Benguela pequenas quantidades de peixe seco e/ou em salmoura. Com a chegada dos colonos e o consequente aumento do consumo interno, o interesse pelo sector saiu definitivamente da sua fase embrionária, generalizando-se o interesse por uma actividade compensadora a que se dedicaram os moradores em geral e alguns comerciantes e funcionários, em particular. Em 1853, as embarcações de pesca já recolhiam diariamente quatro a cinco mil peixes não especificados³⁹. E já havia o telheiro, denominado “Casa dos Pescadores”, bem como algumas instalações de pesca que, no final do decénio que estamos a considerar, se cifravam em 22 pescarias artesanais: 18 em Mossamedes, 1 na Baía das Pipas, 1 no Baba, 1 na Lucira e 1 no Catara, a cerca de quatro milhas do cabo de Santa Maria. O trabalho de escala era em geral feito na praia, processando-se a secagem e a salga em instalações improvisadas, nos quintais das residências dos pescadores ou ao ar livre⁴⁰. Depois de atado, em motetes, o pescado era armazenado em precários armazéns, onde esperava a oportunidade para a sua venda e/ou exportação.

Na faina piscatória eram utilizadas embarcações de diversos tipos, nomeadamente, escaleres, baleeiras e lanchas. A partir de uma recolha de dados relativamente dispersos, elaborámos a tabela apresentada na página seguinte, referente aos equipamentos náuticos utilizados na pesca, durante o quinquénio 1854-1859:

³⁷ A cultura da vinha foi atacada pelo “mal das vinhas” em 1859, segundo relato do governador António de Castro. Julgamos tratar-se da *Phylloxera vastatrix*, vulgarmente conhecida por filoxera, uma fitopatologia provocada por um pequeno afídeo, estudado em 1868 em França, por *Planchon*, mas conhecida já antes desta data. Supõe-se que foi importada com cepas vindas da América, tendo invadido, depois, todas as regiões onde se fazia a cultura da vinha, nomeadamente a Região do Alto Douro, entre 1870 e 1872.

³⁸ Médico, Director do Hospital de Mossamedes durante vários anos. Chegou a Mossamedes em 1857.

³⁹ Parecer do Conselho Colonial de Mossamedes, transcrito na Acta da Sessão de 24 de Fevereiro de 1853.

⁴⁰ A secagem ao ar livre, feita sobre estrados de caniço ou de bordão com cerca de 60 cm de altura, ainda hoje chamados *giraus* (secadores), durava aproximadamente uma semana.

Tabela 3 - Embarcações de pesca e de serviço (1854-1859)

Tipo de embarcação	Quantidades			
	1854 (5 anos após a chegada)		1859 (10 anos após a chegada)	
	ESTATAIS	PARTICULARES	ESTATAIS	PARTICULARES
Escaleres	3	32	5	42
Baleeiras	1	2	5	12
Lanchas	2	1	3	11
TOTAL PARCIAL	6	35	13	65
TOTAL GERAL	41		78	

FONTE: Ofício endereçado ao ministro do Ultramar pelo governador de Mossamedes, Fernando da Costa Leal, em 02 Janeiro de 1855; *Relatório* do governador António Joaquim de Castro, datado de 31 de Dezembro de 1859; alguns dados dispersos, coligidos por Mendonça Torres, em 1950.

A prevalência do escaler é notória, em especial no sector privado, sendo também de registar a quase duplicação de meios, durante o segundo lustro da década de cinquenta. Dentro da Baía, usavam-se redes para a captura de peixe miúdo, normalmente utilizado como isco. Fora da Baía, pescava-se à linha o peixe graúdo, destinado ao consumo local e/ou à salga, para efeitos de exportação.

As espécies que mais abundavam eram a corvina (*Argyrosomus hololepidotus*), o pargo (*Lutjanos agennes*), a garoupa ou cherne (*Polyprion americanus*), o linguado (*Solea vulgaris*), o peixe-azeite (*Seriola dumerilii*), o cação (*Mustelus mustelos*) e a choupa (*Spondyliosoma cantharus*), para enumerarmos apenas as que tinham maior valor comercial, numa indústria que despontava para a exportação⁴¹. Mas, enquanto a corvina aparecia em maior quantidade na época mais fria do ano (Junho a Setembro), o pargo e a choupa abundavam nos meses mais quentes (época das chuvas).

Um sector subsidiário da pesca viria a alcançar alguma relevância na época a que nos reportamos: trata-se da produção de óleo ou azeite de peixe, referida no Ofício datado de 02 de Janeiro de 1855, no *Relatório* de 17 de Abril de 1857, do governador Fernando Leal⁴² e também no *Relatório* do governador António de Castro, com data de 31 de Dezembro de 1859⁴³, apontando para produções da ordem de 178 pipas, em 1854; 231 pipas e 04 barris, em 1856; e 126 pipas, em 1859.

⁴¹ RELATÓRIO do Governador de Mossamedes, Fernando Leal (1857-04-14).

⁴² BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 610 (1857-06-06).

⁴³ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 764 (1860-05-26).

Resta acrescentar que o mar de toda a costa angolana é de uma quase constante suavidade, pontualmente interrompida por calemas moderadas, que impelem as embarcações para a praia, reduzindo-se, naturalmente, os danos pessoais causados por eventuais naufrágios.

4.1.5. - Pequenas indústrias

Entre as pequenas indústrias que se instalaram em Mossamedes e que nos parecem importantes para o desenvolvimento de bases estruturais que concorreram para a fixação de populações no sul de Angola, apenas mencionaremos três, que, do ponto de vista estratégico, tiveram alguma repercussão conjuntural e estratégica: a indústria alimentar de charqueação (produção de carne seca); a colheita da urzela⁴⁴ destinada à exportação; e a prospecção mineira que, desde sempre, foi centro de atracção para os povos colonizadores e para aventureiros de ocasião.

Relativamente à produção de carne salgada e seca, dada a grande abundância de bovinos existente na zona (apesar de relutantemente transaccionados pelos povos que se dedicavam à pastorícia), seria sempre de prever o aparecimento de novos “empresários”⁴⁵, interessados num ramo de negócio extremamente simples e bastante lucrativo, na medida em que o preço de venda da carne seca era cinco a seis vezes superior ao preço do peixe seco. Os *Anais* do Município referentes a 1856, apontam para uma produção global de carne seca e salgada da ordem das 612 arrobas (cerca de 9 toneladas), que no ano de 1858 ascendeu a mais de 25 toneladas e que desceu para 7,5 toneladas em 1859. A “exportação” destes produtos foi significativa no triénio de 1857 a 1859, inclusive, de acordo com a tabela que apresentamos na alínea reservada às exportações.

Quanto à apanha da urzela, poderá dizer-se que esta era uma actividade a que se dedicava mais activamente a população autóctone, para a vender aos colonos, que por sua vez a exportavam. Como já referimos, a primeira notícia sobre a proliferação de urzela no Distrito de Mossamedes consta do *Relatório* da viagem exploratória de

⁴⁴ “Urzela” - Nome vulgar da espécie *Rocella tinctoria*, um líquen tintorial, de cor violeta, que cresce no tronco de algumas árvores. Inicialmente, o comércio da urzela era monopólio do Governo, podendo apenas ser exportada em navios portugueses destinados a Portugal, situação que viria a ser reforçada em 05-06-1844. Em 22 de Abril de 1845, foram levantadas estas restrições. A título de curiosidade refira-se que no Brasil, em 1786, o Rio de Janeiro produziu 5000 arrobas de anil, uma produção que se revelaria efémera.

⁴⁵ Em 1856 já existiam no Concelho de Mossamedes dois estabelecimentos de preparação do charque: uma pertencia a Manuel de Almeida Soares e a outra a João Duarte de Almeida, agricultor, com propriedades na Várzea dos Casados, em S. Nicolau e no Curoca. TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974, p. 370.

Pedro Alexandrino da Cunha ao sul de Angola, realizada em 1839. Pela *Acta* nº 9 do Conselho Colonial de Mossamedes, datada de 24 de Fevereiro de 1853, soube-se que alguns comerciantes e funcionários, auxiliados por numerosos serviçais, também se dedicavam à apanha da urzela. Tendo atingido elevada cotação no mercado europeu, a sua procura fez com que se organizasse uma rede plural de intervenção, que incluía o transporte do produto colhido para feitorias instaladas em diversos pontos da costa, onde tinham sido construídos armazéns de recolha do produto, até ser embarcado. Tratando-se de uma actividade essencialmente manual, que movimentava grandes volumes, acabou por ocupar muitas pessoas, quer na colheita, quer nas operações de manuseamento e transporte⁴⁶. Em 1858 (único ano de que se conhecem registos da apanha), foram recolhidas (em quatro feitorias), mais de 100 toneladas de urzela⁴⁷, das quais foram exportadas cerca de 60 toneladas. Através da análise dos mapas de exportação publicados nos *Boletins Oficiais*, verifica-se que a exportação de urzela em 1857 foi de aproximadamente 53 toneladas, descendo em 1859 para pouco mais de 13 toneladas. O decréscimo deve-se ao facto de a recolha intensiva ter sido feita até ao esgotamento, sem quaisquer limitações. E como o referido líquen necessitava de um certo tempo para o seu crescimento e engrossamento, o governador de Mossamedes, António Joaquim de Castro, no seu *Relatório* datado de 01 de Janeiro de 1860, chamava a atenção para a necessidade de se estabelecer uma norma reguladora da apanha, que possibilitasse o crescimento e a qualificação daquele produto.

Finalmente, no que concerne à descoberta e registo de jazigos minerais, receberam os governadores-gerais de todas as províncias ultramarinas portuguesas, em Janeiro de 1853, uma circular a comunicar-lhes as condições a exigir para a pesquisa e lavra de minas, estipuladas por Decreto governamental de 22 de Dezembro de 1852: qualquer português ou companhia portuguesa, poderiam fazer nos territórios ultramarinos portugueses as pesquisas que entendessem, quer em terrenos não demarcados, quer em terrenos ocupados (desde que salvaguardada a autorização do seu proprietário), bastando, para o efeito, declarar na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar ou na Secretaria do Governo da Província, os locais onde se pretendia efectuar pesquisas. Cumprida esta formalidade, qualquer indivíduo que descobrisse um jazigo mineiro poderia proceder livremente à sua exploração. A pesquisa de ouro e de outros minerais nos rios era inteiramente livre de impostos e taxas, isenção que também abrangia a importação de equipamentos e materiais destinados à exploração

⁴⁶ Em 1856, a Fazenda da Equimina, propriedade de Teixeira Xavier, empregava neste sector, 63 serviçais. OFÍCIO do Governador Vicente Barruncho (1856-11-26).

⁴⁷ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 724 (1859-08-23).

mineira⁴⁸. As minas já conhecidas eram propriedade do Estado, que, não dispondo de recursos humanos para a sua exploração directa, abria concursos para adjudicar a sua exploração a terceiros⁴⁹. Torna-se claro, portanto, que interessava ao Estado o incremento da actividade mineira. E a resposta não se fez esperar, pelo que, em 1857, foram efectuados 17 registos no Distrito de Mossamedes, com os quais organizámos a seguinte tabela, onde figura apenas um mínimo de dados – de entre os disponíveis - que considerámos de interesse:

Tabela 4 - Explorações mineiras registadas em 1857

Nº de Minas	Localização	Minérios	Concessionários	Observações
1	Serra da Chela ⁵⁰	Cobre	3	António Romano Franco, da 1ª colónia; + 1 sócio.
5	Serra da Chela	Ferro, cobre, cristal	8	Bernardino Figueiredo da 1ª colónia; J. A. Magalhães chegado em 1845 (+ 6 sócios).
1	Mossamedes (Giraúl)	Cobre	1	Bernardino Brochado. Chegado a Mossamedes em 1841, fundou uma feitoria e a 1ª casa comercial.
1	Mossamedes (arredores)	Cobre	3	Fernando Guimarães. Chegado a Mossamedes em 1843, fundou uma feitoria.
2	Bibar e Quingua	Cobre	2	José J. de Pinho, da 1ª colónia, sem sócios.
1	Mossamedes (Bero)	Cobre	4	João L. Bastos e Manuel P. Duarte, da 1ª colónia. José Azevedo, 2ª colónia.
1	Mossamedes (Gir.)	Cobre	2	António Romano Franco, da 1ª colónia + 1 sócio.
2	Mossamedes (Bero e Giraúl)	Nitrato Potássio	4	Manuel R. de Figueiredo e Francisco Mesquita, da 2ª colónia.
1	Mossamedes (Bero)	Cobre	2	António Romano Franco, da 1ª colónia + 1 sócio.
1	Mossamedes (Giraúl)	Cobre	6	António Romano Franco e Manuel P. Duarte da 1ª colónia; Joaquim Fradelos e José Azevedo da 2ª colónia (+ 2 sócios).
2	Mossamedes (arredores)	Cobre	5	Fernando Guimarães. Chegado a Mossamedes em 1843, fundou uma feitoria (+ 2 sócios). António da Cunha Melo Cardoso.

FONTE: BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 615 (1857-07-11); BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 617 (1857-07-25). Organização de José de Azevedo.

⁴⁸ Ao contrário do que aconteceu no Brasil nos anos 80 do século XX (na Serra Pelada, Amazonas). Em Janeiro de 2007, no Estado do Amazonas, não se verificou uma “corrida ao ouro”, pelo menos a avaliar por resultados visíveis. COLITT, Raymond - Tropa brasileira vigia mina de ouro na Amazônia. PÚBLICO (01 Fevereiro 2007).

⁴⁹ Sobre o ferro e o cobre, bem como sobre o fracasso do projecto de instalação de uma unidade metalúrgica em Nova Oeiras (Angola), vide HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa. 1997, p. 314-323.

⁵⁰ No local de Macoroje.

Note-se que a maioria dos concessionários de minas não fazia parte das duas colónias vindas do Brasil, registando-se que apenas uma pequena parte das pessoas interessadas na sua exploração eram provenientes de Pernambuco⁵¹, encontrando-se entre elas o chefe da primeira colónia, Bernardino de Figueiredo.

4.1.6. - O movimento comercial: as importações

A balança comercial do Distrito de Mossamedes foi, no final da primeira metade do século XIX, invariavelmente deficitária, o que não surpreende, se tivermos em consideração as grandes diferenças sociológicas, o contraste nos hábitos de consumo dos novos ocupantes do sul de Angola e das populações autóctones, o nível de carências (relativas) e os objectivos centrais dos colonos e dos povos colonizados. E tendo em conta, também, o conceito de economia que então vigorava, tão distante da apurada definição actual⁵². Faziam comércio indivíduos que se dedicavam a outras actividades como a agricultura ou a indústria, indivíduos que percorriam o sertão, permutando bens de consumo, sem necessidade de fazer circular dinheiro corrente; eram comerciantes os intermediários, em suma, quase toda a gente, directa ou indirectamente, participava no circuito comercial⁵³. Não existiam bancos (nem sequer em Luanda)⁵⁴, pelo que as linhas de crédito, quando necessárias, eram abertas pelo Governo ou por particulares, que deste modo intervinham, por interesse, nos desordenados circuitos financeiros existentes. Em 1859, existiam em Mossamedes 17 “casas de negócios”⁵⁵.

Os elementos disponíveis relativos ao comércio, no período ora em estudo (os primeiros 10 anos de permanência em Mossamedes, das colónias vindas do Brasil), são bastante precários e incompletos. Mas tendo em consideração que o comércio sempre foi um sector vital da fixação, da penetração e do desenvolvimento de relações de interdependência entre os intervenientes no processo colonizador, decidimos analisar os dados disponíveis e avançar com alguns elementos referentes à dinâmica comercial, na sua transversalidade.

⁵¹ Seis da primeira colónia e três da segunda colónia.

⁵² A propósito *vide* QUESNAY, François – *Quadro Económico*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 91-105.

⁵³ Os estabelecimentos comerciais eram conhecidos por “casas de negócios”, sendo administradas por agricultores e industriais, que acumulavam a função comercial.

⁵⁴ O primeiro banco português, o Banco de Lisboa, foi estabelecido em 1821. Até à década de 1860 criaram-se apenas três novos bancos e um deles consagrado ao Ultramar (Banco Ultramarino, 1865). FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes documentos e Textos de História*. Porto: Edições Asa, 1980, p. 174.

⁵⁵ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 763 (1860-05-19).

Começando pelas importações, verifica-se pela análise de mapas e pautas aduaneiras, respeitantes a 1857 e 1858, que o maior valor das importações recaiu sobre mercadorias não especificadas, genericamente designadas por “Diversas miudezas”⁵⁶, as quais, em 1857, ascenderam a valores da ordem dos 39.812\$300 réis, decrescendo, em 1858, para 32.517\$958 réis, valores muito superiores ao subsídio desembolsado pelo Governo para o transporte e instalação da primeira colónia vinda de Pernambuco.

A seguir figura a rubrica alusiva à importação de fazendas de algodão⁵⁷ (que funcionavam como moeda de troca) e de missangas⁵⁸, que, pelo seu fácil transporte, seriam das mercadorias mais transaccionadas pelos “funantes”⁵⁹, que, em troca, recebiam gado, marfim, cera e mantimentos.

Reportando-nos apenas a estas duas últimas classes de mercadoria, elaborámos a tabela que a seguir se apresenta, a qual revela um crescimento global anual de 93% e de 74% para os pesos e para os valores, respectivamente, configurando o incremento não somente do comércio local, mas indiciando uma penetração para o interior do território, onde se localizavam novos consumidores destes apreciados artigos.

Tabela 5 - Importação de fazendas de algodão e de missangas

Produtos	ANOS				Totais mercadorias	
	1857		1858		Pesos	Valores (mil réis)
	Peso (kg)	Valor (mil réis)	Peso (kg)	Valor (mil réis)		
Fazendas	7.539	16.906\$	11.596	26.005\$	19.135	42.911\$
Missangas	2.347	2.141\$	7.964 ⁶⁰	7.265\$	10.311	9.406\$
V. Globais	9.886	19.047\$	19.560	33.270\$	29.446	52.317\$

FONTE: Maços de Angola, 819 – Alfândegas, Mappas de Importação-Exportação, 1858-1860, AHU; CARVALHO, António Pedro de - *As pautas das Alfândegas das Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Typografia Universal, 1870. Organização de José de Azevedo.

⁵⁶ Supomos que as “Diversas miudezas” seriam artigos correntes considerados indispensáveis pelos colonos e ainda não produzidos ou fabricados localmente.

⁵⁷ Depois dos *n'zimbo*s, “pescados” na ilha de Luanda, as fazendas de algodão funcionavam em Angola como dinheiro (tecido-moeda), mantendo-se em circulação até finais do século XIX. Vide HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 327-328.

⁵⁸ “Missangas” - Contas de vidro de cores diversas.

⁵⁹ “Funantes” - Negociantes ambulantes, de conta própria. No norte de Angola, circulavam os pombeiros ou pumbeiros (do umbundo *pombe*), entre os quais se destaca Pedro João Baptista, mestiço aculturado que viajou largamente, tendo inclusivamente visitado o Brasil. Sobre os importantes documentos escritos por Pedro João Baptista (uma visão fundamentalmente africana), vide CASTRO HENRIQUES, Isabel – *Op. cit.*, p. 264-265. Os “funantes” utilizavam carregadores que, em muitos casos, eram intermediários activos.

⁶⁰ O peso (atribuído às missangas, em 1858) é aproximado, em virtude de parte das taras da mercadoria virem descritas como caixas e barricas, cuja capacidade é variável.

Quanto à importação de sal, para além do consumo doméstico, há que ter em conta um factor dominante que valorizou o produto no período a que nos reportamos: a inexistência de estruturas salineiras distritais, em desfasamento com a crescente instalação de indústrias que dependiam da utilização de sal em elevada escala, como a produção de carne seca e/ou salgada e a produção de peixe seco e/ou salgado⁶¹.

O sal importado tinha então duas designações: “Sal do Reino” (proveniente de Portugal); e “Sal Provincial” (vindo de diversos portos da colónia), que julgamos tratar-se quase exclusivamente de sal marinho de Benguela e sal-gema proveniente das minas da Quissama, entre os rios Cuanza e Longa⁶². O sal de Cazembe encontrava-se a uma distância considerável do litoral, e as salinas do Cacuco estariam abandonadas⁶³. Utilizando fontes estatísticas disponíveis no *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU) elaborámos uma tabela simplificada, convertendo para *Sistema Internacional de Unidades* (SIU) os valores que figuravam em cazunguéis, nos registos originais.

Tabela 6 - Importação de sal

Prove- niência	ANOS						Totais no Biénio	
	1857			1858			Peso (kg)	Valor (réis)
	Peso (kg)	Valor (réis)	Preço (/Ton.)	Peso (kg)	Valor (réis)	Preço (/Ton.)		
Reino	11.258	313\$000	27\$800	7.597	185\$000	24\$400	18.855	892\$000
Província	8.887	148\$300	16\$700	74.359	1.718\$000	23\$100	83.246	1.866\$000
GLOBAL	20.145	461\$300	Méd= 22,3	81.956	1.903\$000	Méd= 23,6	102.101	2.758\$000

FONTE: CARVALHO, António Pedro de - *As pautas das Alfândegas das Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Typografia Universal, 1870; Alfândegas, Mappas de Importação-Exportação, 1858-1860, AHU.

⁶¹ Como curiosidade, atente-se no facto de, em meados do século XX, o peixe salgado ter passado a ser quase um sucedâneo do sal comum para as populações autóctones do interior sul de Angola, que aproveitavam integralmente toda a salinidade contida no peixe seco, utilizando-o como conduto, sem o demolhar. O transporte e a venda de fardos de peixe seco miúdo (mariquita, carapau e cavala) fez então florescer uma nova classe de “negociantes do mato”; os camionistas, transportadores de fardos de peixe seco. O género *Diplodus*, a que pertence a mariquita (*Diplodus sargos capensis*), agrupa 22 espécies e subespécies.

⁶² O sal da Quissama era também encaminhado para os portos do Brasil, para consumo de africanos. Para o brasileiro Elias Corrêa, o sal da Quissama era de má qualidade, contrariando o húngaro *Ladislav Magyar*, que afirmou: “As salinas [da Quissama] fornecem o melhor sal, um sal que nunca encontrei em nenhuma região africana”. Vide HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 272. Por outro lado, enquanto Elias Corrêa afirma que os portugueses jamais subjugarão os sobas da Quissama, o governador-geral de Angola em 1910-1911, Caetano Gonçalves, atribui ao capitão Diogo Gomes Morales a vitória sobre o soba da Quissama, em meados do século XVII. Vide GONÇALVES, Caetano – *Figuras e Factos da História de Marinha e Ultramar: Reconquista de Angola*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1949, p. 13.

⁶³ A propósito do sal produzido na Província (Cazembe, salinas marítimas, Quissama e Cassange), a historiadora Isabel Castro Henriques revela alguma prudência na descrição do sal produzido a partir de “palhas” salgadas, processo descrito pelo pombeiro Pedro João Baptista. De facto, alguns capins rasteiros fixam sais nas suas folhas, ocorrência que também verificámos pessoalmente na Quissama, nas proximidades da lagoa *Kinamba Kiangando* (Perna do Jacaré). Vide HENRIQUES, Isabel Castro – *Op. cit.*, p. 265-274.

Na tabela apresentada sobressai imediatamente a quase quadruplicação das quantidades de sal entradas no Distrito, no espaço de um ano, facto que está em sintonia com o crescimento da produção de peixe seco que, de 1857 a 1858, passou de 14.852 motetes para um *record* de 21.500 motetes exportados, que valeram 10.750\$000 réis, isto é, quadruplicando o valor acrescentado relativamente às importações de sal, em virtude do ajustamento gradual de preços, que, tendencialmente, iam descendo, com benefícios para o custo de produção.

De todas as outras mercadorias importadas, apenas mencionamos, a título meramente informativo, alguns produtos alimentares que o Distrito não produzia, tais como farinha de trigo, azeite, café, arroz, massa, conservas, etc.⁶⁴. E alguns materiais utilitários, como o alcatrão, anzóis, enxadas, pregos e conservas; alguns metais, como o ferro, aço e cobre em folha; bebidas e tabaco, que, no século XIX, chegou a ter o estatuto de artigo de primeira necessidade⁶⁵.

4.1.7. – As exportações

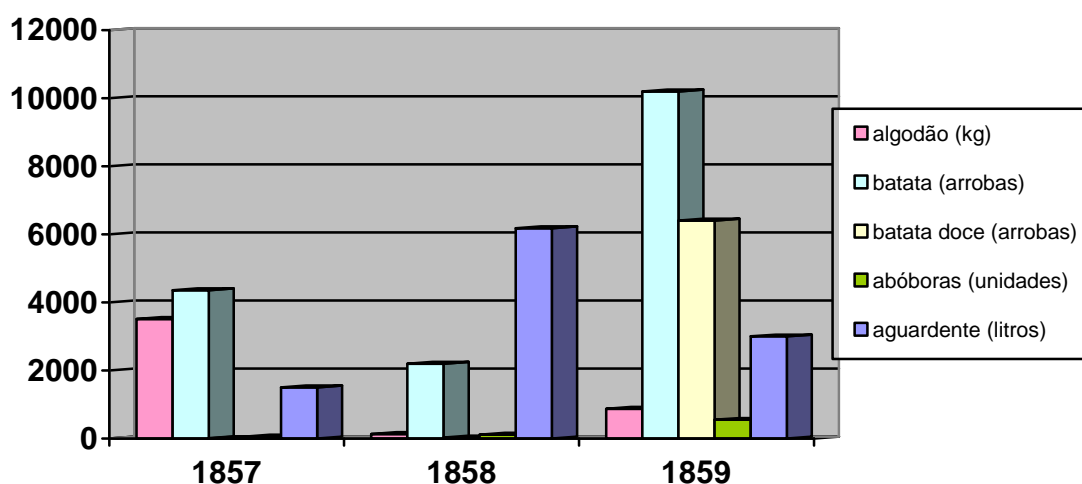
Embora a exportação de produtos agrícolas se fizesse desde o ano de 1854, apenas conhecemos os mapas aduaneiros referentes a 1857 e 1858, um *Relatório* do governador António Joaquim de Castro e os escritos de Alfredo de Albuquerque Felner no Jornal “Mossamedes”, com que se organizou a tabela e o gráfico que inserimos na página seguinte, tendo tomado a liberdade de converter algumas medidas (as convertíveis) ao Sistema Métrico Internacional. Na descrição gráfica, a batata e a batata-doce figuram em arrobas, de modo a tornar legível a presença de outros produtos, nomeadamente, o algodão e as abóboras. Torna-se necessário, portanto, considerar que no gráfico estas produções surgem distorcidas, devendo ser espacialmente multiplicadas quinze vezes.

⁶⁴ Não havendo garantias bancárias, nem qualquer fundo de garantia, como é que resolviam problemas de deficit da balança comercial? Era o Estado e alguns particulares que concediam os créditos, sobretudo os destinados à aquisição de maquinaria, ou bens considerados de primeira necessidade.

⁶⁵ A título de curiosidade, refira-se que os termos “tabaco” e “atabaca” eram vocábulos que já se usavam em Espanha e em Itália desde 1410, ou seja, antes da descoberta da América. Estes termos “designavam várias ervas e plantas medicinais, que inebriavam e adormeciam, por isso os espanhóis chamaram tabaco às folhas e à respectiva planta (*Nicotiniana tabacum*), uma vez que os índios se ‘embebedavam’ com a sua fumaça. Sendo assim, a palavra teria ido da Europa para a América.” PÓVOA, Alice; COSTA, Ana; FERREIRA, Ana – *As Faces Secretas das Palavras*. Porto: Edições ASA, 2005, p. 170. O tabaco foi introduzido na Europa pelos espanhóis e levado para a Corte Francesa pelo embaixador da França em Portugal, *Jean Nicot*; daí a designação do género “*Nicotiniana*” no nome científico da planta. Sobre a utilização pelos angolanos da planta do tabaco e ervas alucinatórias, vide HENRIQUES, Isabel Castro – *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa. 1997, p. 347-351.

Tabela 7 - Exportação de produções agrícolas

Designação	Medidas	Quantidades		
		Ano de 1857	Ano de 1858	Ano de 1859
Algodão ⁶⁶	kg	3.510	135	870
Batata comum ⁶⁷	kg	65.370	33.000	153.000
Batata-doce (Cará)	kg	105	450	96.000
Abóboras	Unidades	55	110	550
Aguardente ⁶⁸	L	1500	6050 ⁷⁰	3.300
Farinha de trigo ⁶⁹	Barricas	11	?	?

Gráfico 2 - Exportações mais relevantes de produtos agrícolas

FONTE: Maços de Angola, 819 – Alfândegas, Mappas de Importação-Exportação, 1858-1860, AHH; CARVALHO, António Pedro de - *As pautas das Alfândegas das Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Typografia Universal, 1870; *Relatório* do governador António Joaquim de Castro, datado de 01 de Janeiro de 1860; escritos de Alfredo Felner, no Jornal “Mossamedes”. Organização e adaptação de José de Azevedo.

⁶⁶ Em 1859, o Governo-Geral da Província de Angola publicou, oficialmente, o seguinte parecer sobre a cultura do algodão: “oferecia o mais lisonjeiro futuro”, aconselhando, “boa escolha de sementes; colheita a tempo e com limpeza; e emprego de boas máquinas de descaroçar, para que o fio se não quebrasse.” BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 737 (1859-11-19). E, nesse mesmo ano de 1859, em Lisboa, o *Jornal do Comercio*, N° 1792, observava que se o algodão de Angola tivesse fibra maior, seria competitivo em Liverpool.

⁶⁷ Segundo Alfredo de Albuquerque Felner, em 1858 e 1859 foram exportadas 115 toneladas de batata, valor inferior ao que figura nos respectivos mapas aduaneiros. Ver Jornal *Mossamedes* (04 Ago. 1926).

⁶⁸ Segundo Alfredo de Albuquerque Felner, foram exportadas, em 1858 e 1859, 4.500 litros de aguardente. Ver Jornal *Mossamedes* (04 Ago. 1926). Esta quantidade é inferior aos valores indicados nos mapas aduaneiros acima referenciados.

⁶⁹ Em 1857, só Mossamedes exportou farinha de trigo: 11 barricas no valor de 68\$000 réis. O *Relatório* do governador António de Castro, datado de 01 de Janeiro de 1860, informa que Bernardino Figueiredo (chefe da 1ª Colónia) colheira em 1859 cerca de 400 alqueires (5.200 kg) de trigo e que Carlos Saturnino Viana (comandante da escuna *Conselho*) colheira 100 alqueires (1300 kg). O alqueire, no Brasil, corresponde a cerca de 13 kg.

⁷⁰ Considerando que cada uma das 11 pipas teria uma capacidade média de 550 L (entre 20 e 25 almudes).

A saída de 150 toneladas de batata em 1859, é explicada pela procura que havia por parte de navios baleeiros norte-americanos que cruzavam o Atlântico Sul e que entravam no porto de Mossamedes, apenas com o fito de comprar produtos agrícolas, muito mais baratos⁷¹ e de melhor qualidade que os produzidos na ilha de Santa Helena⁷², onde inicialmente os compravam⁷³. Quanto à batata-doce ou cará, a exportação de apenas 25% da produção de 1859, explica-se pelo elevado consumo local. No século XX, as pessoas oriundas de Mossamedes ainda amassavam o pão incorporando na massa uma certa quantidade de batata-doce, sendo apodados, depreciativamente, por “planta carás”⁷⁴, conforme o relato de fontes orais que viveram muitos anos no sul de Angola, na primeira metade do século XX.

Em termos absolutos, foi no entanto a urzela (tabela da página seguinte) o género de mercadoria exportada que até ao ano de 1858, inclusive, proporcionou maiores receitas, atingindo, nesse ano de 1858, valores equivalentes ao dispendido com a importação de sal e de missangas, nesse mesmo período, o que por si só é demonstrativo da importância desse valioso líquen tintureiro que, em poucos anos, seria praticamente liquidado pela ganância incontrolada de alguns operadores⁷⁵. Começou por ser um produto bem cotado e de grande procura no mercado europeu, que a ancestral tendência de muitos portugueses para a “esperteza saloia” se encarregaria de descredibilizar externamente, através da inclusão, nas remessas, de contrapesos estranhos, como musgos e troncos, para aumentar o peso, de forma fraudulenta. A urzela procedente de Mossamedes passaria em breve a ser rigorosamente inspeccionada, instalando-se a desconfiança e, conseqüentemente, a desvalorização e a má reputação do produto que, naturalmente, passou a ter dificuldades de colocação.

Para pôr cobro a esta situação anómala, o Governo-Geral fez publicar uma Portaria reguladora da comercialização da urzela, determinando que apenas poderiam exportar urzela pessoas devidamente credenciadas, as quais deveriam cumprir com os preceitos formais e as normas consignadas na referida Portaria⁷⁶. E, um ano depois,

⁷¹ O governador-geral, José R. Coelho do Amaral, ouvido o Conselho do Governo e a Junta da Fazenda Pública, determinou que “a batata podia ser exportada sem pagar direitos de saída”. PORTARIA nº 112 (1858-09-06).

⁷² Ilha e colónia britânica do Atlântico Sul, a 1900 km da costa de África, célebre pelo cativo de Napoleão I, de 1815 a 1821.

⁷³ A abundância de baleias, cachalotes e toninhas, sobretudo nas águas a sul de Mossamedes, justificava que, na época em causa, cruzassem o Atlântico quarenta a cinquenta navios baleeiros norte-americanos que, normalmente, navegavam junto à costa. Grande parte dos marinheiros era de origem açoriana e cabo-verdiana, entre os quais se contavam excelentes arpoadores.

⁷⁴ Plantador de batata-doce, cuja planta, como é sabido, se reproduz por estaca. No século XX a batata-doce era um produto essencialmente consumido pelas famílias com menos recursos económicos.

⁷⁵ Sobre a exportação de urzela pelos portos de Luanda e Benguela, nos anos de 1844, 1857 e 1862, *vide* HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 558.

⁷⁶ PORTARIA nº 588 (1857-08-24).

foi publicada no *Boletim Oficial* uma relação com o nome de apenas quatro pessoas autorizadas a exportar urzela de Mossamedes⁷⁷. A lista era encabeçada por João Duarte de Almeida (uma das figuras mais prestigiadas de Mossamedes)⁷⁸, seguindo-se um colono vindo de Pernambuco com a primeira colónia, José Joaquim de Pinho, proprietário de uma fazenda na Várzea da Boa Esperança⁷⁹. Finalmente, a lista mencionava António da Cunha Melo Cardoso, sócio de uma mina de cobre situada nos arredores de Mossamedes⁸⁰, e José Francisco da Costa Roxo, que não fazia parte de qualquer das colónias oriundas de Pernambuco.

Era, contudo, demasiado tarde para remediar tamanho descalabro. Quando foram adoptadas as medidas certas, já pouca urzela havia para colher, pois os recursos estavam praticamente esgotados. Grande parte das colheitas tinha sido feita através do derrube das árvores produtoras. Por ambição e comodismo, matara-se a “galinha dos ovos de ouro”. E nem o parecer do governador, António J. de Castro, de 01 de Janeiro de 1860, sobre a necessidade de se estabelecer um calendário de colheita, poderia alterar este cenário desolador.

Através da extrapolação de dados e análise de dados contraditórios referidos por Albuquerque Felner, reportados à exportação de urzela, coligimos a seguinte tabela:

Tabela 8 - Exportação de urzela

ANOS							
1854		1857		1858		1859	
Quant.	Valor (mil réis)	Quant. (kg)	Valor (mil réis)	Quant. (kg)	Valor (mil réis)	Quant. (kg)	Valor ⁸¹
(3.300?)	6.376\$	53.670	9.940\$	60.450	10.262\$	13.370	(2.100?)

FONTE: FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos vol. III 1856-1893*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940; Jornal *Mossamedes* (04 Ago. 1926); CARVALHO, António Pedro de - *As pautas das Alfândegas das Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Typografia Universal, 1870; Alfândegas, Mappas de Importação-Exportação, 1858-1860, AHU. Organização de José de Azevedo.

⁷⁷ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 672 (1858-08-14).

⁷⁸ João Duarte de Almeida foi presidente da Câmara de Mossamedes e Juiz substituto. Amigo de Sá da Bandeira, era defensor do abolicionismo. Proprietário de três fazendas (na Várzea dos Casados, em S. Nicolau e no Curoca), reconhecido como o maior produtor de algodão, activo prospector de “almandinas” (pedra preciosa de cor grená, semelhante ao rubi) era ainda sócio de cinco minas de ferro e cobre na Serra da Chela e um activo produtor de charque

⁷⁹ José Joaquim de Pinho era também proprietário de duas minas de cobre, em Bibar e em *Quingua-Injama*, registadas em 23 de Julho de 1857.

⁸⁰ A mina de António Cardoso foi registada em 08 de Julho de 1857.

⁸¹ Os valores (?) foram obtidos por extrapolação de dados.

Relativamente ao peixe seco, exportado no lustro que decorre entre 1854 e 1859, e com base em documentação oficial⁸², em conjugação com a tonelagem avançada em 1926 por Alfredo de Albuquerque Felner (640 toneladas) para o biénio de 1858-1859, que permite estimar em cerca de 20 kg o peso de cada motete⁸³, organizámos a tabela que a seguir reproduzimos⁸⁴:

Tabela 9 - Exportação de peixe seco

Anos	Nº de barcos	Peso (kg) ⁸⁵	Quantidades	Valores	
				Por unidade	Na totalidade
1854	41	381.780	19.089 motetes	500 réis	9.544\$000
1855	51	252.000	12.600 «	« »	6.300\$000
1856	61	297.040	14.852 «	« »	7.426\$000
1857	71	430.000	21.500 «	« »	10.750\$000
1858	78	204.640	10.232 «	« »	5.160\$000

FONTE: FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos (vol. II 1801-1855; vol. III 1856-1893)*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940; Jornal *Mossamedes* (04 Ago. 1926);

Tendo em conta o substancial aumento da frota pesqueira, que passou de 41 embarcações em 1854 para 78 embarcações em 1858 (quase o dobro), torna-se difícil explicar a evolução oscilante dos volumes exportados⁸⁶. Uma análise empírica e superficial deste segmento de mercado revela que a capacidade instalada no último ano é 90% superior à de 1854, a que correspondeu uma produção de apenas metade dos volumes exportados em 1854. O que significa, em termos de eficácia, uma redução superior a 70%! Mas também teremos de admitir que tais cálculos são meramente conjecturais, na medida em que qualquer análise de natureza quantitativa, em que se desconhece o potencial das embarcações introduzidas na frota pesqueira e/ou os diversos imprevistos da faina, poderá conduzir a resultados tão estranhos quanto impossíveis de comprovar.

⁸² Ofício endereçado ao Ministro do Ultramar pelo governador de Mossamedes Fernando Leal, em 02 Janeiro de 1855; *Relatório* do governador António Joaquim de Castro, datado de 31 de Dezembro de 1859. Documentação coligida por Mendonça Torres, em 1950.

⁸³ Consideramos que a questão dos números é irrelevante, se estes não forem entendidos no seu contexto.

⁸⁴ Os números apresentados não conferem com os mapas de exportação publicados no BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 661 (1858-05-29); BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 709 (1859-04-30).

⁸⁵ Estimativa decorrente dos indicadores, avançados por Alfredo de Albuquerque Felner, em 1926.

⁸⁶ À exportação de peixe seco devemos acrescentar um outro produto derivado da pesca, o óleo de peixe, mencionado por Alfredo de Albuquerque Felner, com uma exportação de 200 toneladas.

Da carne seca e carne salgada produzidas no Distrito de Mossamedes no triénio de 1857 a 1859, foram exportadas quantidades significativas, de acordo com que foi dito anteriormente, na alínea respeitante a produções. A tabela que se segue, adaptada a premissas expressas por Mendonça Torres, dá indicação dos volumes saídos de Mossamedes no triénio de 1857-1859:

Tabela 10 - Exportação de carne seca e salgada

Produtos	Quantidades (em kg)		
	Ano de 1857	Ano de 1858	Ano de 1859
Carne seca	11.077	1987	3855
Carne salgada	300	5.070	1.000

FONTE: FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos, vol. III 1856-1893*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940. Adaptação e organização de José de Azevedo.

As mercadorias acima enumeradas, há ainda que acrescentar outros produtos de origem animal destinados à exportação, com valores oscilantes e muito divergentes, na medida em que dependiam do volume de trocas menos controladas, que eram feitas com os autóctones, mas interessantes do ponto de vista comercial, tais como o gado (bois e bezerras), o marfim, os chifres de rinoceronte, a cera e os couros.

Entre estes produtos, é bastante significativa a variação média anual do marfim⁸⁷ e dos chifres de rinoceronte, denunciando o empobrecimento de recursos cinegéticos, devido provavelmente à pressão da procura que, no caso do marfim, foi aparentemente forte durante os primeiros anos da colonização, chegando a ser, em 1854, a mercadoria que atingiu o maior valor das exportações⁸⁸.

Mas, como viria a acontecer com a urzela, tanto o marfim como os chifres de rinoceronte (abada)⁸⁹ viriam a sofrer reduções drásticas nos últimos anos da década de cinquenta, mau grado a introdução de armas de fogo de maior precisão e da entrada

⁸⁷ Alfredo de Albuquerque Felner, sem se referir a valores pecuniários, indica 7.905 kg de marfim transaccionado no biénio de 1858-1859, o que corresponde ao triplo das quantidades oficialmente reconhecidas.

⁸⁸ Não são conhecidos registos das quantidades e valor do marfim negociado em Mossamedes antes de 1854. Mas estima-se que, em 1854, tenham sido exportadas mais de 10 toneladas, a avaliar pelos mapas de exportação, que indicam valores da ordem dos 29.646\$ réis. Nos anos seguintes, as exportações de marfim diminuíram gradualmente. Em 1859, eram apenas 700 kg, acompanhando a curva descendente das exportações provinciais que, no decénio de 1860-1870, sofreu uma drástica redução. Vide HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 340-341.

⁸⁹ Julgamos tratar-se de chifres de rinoceronte preto, *Diceros bicornis*, já que o rinoceronte branco, *Ceratotherium simum*, tem o seu habitat natural mais a sul. Vide CARRUTHERS, Vicent [et al.]. – *The Wildlife of Southern Africa*. Cape Town: Southern Book Publishers (Pty) Ltd, 1997, p. 179.

no território de produtos importados facilitadores de permutas, já que o dinheiro, mesmo que existisse, não era valorizado pelos autóctones. Repare-se, no entanto, que nos dois únicos anos em que foi possível comparar quantidades e valores do marfim exportado (1857-1858), não se verificaram oscilações significativas no preço do produto, pese embora a drástica diminuição da oferta.

A cera foi o produto que ocupou o segundo lugar⁹⁰, no quadro oficial das exportações dependentes de permutas com os povos nativos, com valores que decresceram até 1858, recuperando em 1859.

Finalmente, os couros⁹¹ e o gado, exportados para Lisboa e vendidos pelos colonos aos navios baleeiros, que embora assumindo valores e quantidades pouco expressivas, respectivamente, não deixam de constituir matéria de reflexão, na medida em que constituem indicadores dos níveis de consumo de carne pelas populações. O quadro resumo que a seguir apresentamos, faz a síntese dos valores alcançados por estes produtos e do seu peso específico no conjunto das exportações do Distrito de Mossamedes:

Tabela 11 - Exportações de produtos, resultante de permutas com os autóctones

Produtos	ANOS							
	1854		1857		1858		1859	
	Q	Valor (mil réis)	Quant.	Valor (mil réis)	Quant.	Valor (mil réis)	Quant.	V
Marfim	-	29.646\$	3.604 kg	11.394\$	1696 kg	5.371\$	704 kg	-
Chifres Rino	-	2.494\$	104 kg	148\$	225 kg	141\$	42 chifres	-
Cera	-	8.576\$	8.117 kg	5.962\$	2.826 kg	2.416\$	3.932 kg	-
Couros	-	1.029\$	3.771 kg	1.348\$		708\$	54 unid.	-
Gado (bovino)	-		9 bois+1 g.	196\$	55 bois	?	125 ⁹²	-
Goma arábica		490\$		14\$				

FONTE: FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos (vol. II 1801-1855; vol. III 1856-1893)*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940; TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974, p. 370. Organização de José de Azevedo.

⁹⁰ Alfredo de Albuquerque Felner, avança com 28 toneladas de cera em 1858-1859, quantidade divergente das 6,7 toneladas oficialmente registadas.

⁹¹ Alfredo de Albuquerque Felner indica 21.000 couros transaccionados em 1858-1859.

⁹² Tendo em consideração o somatório indicado por Alfredo de Albuquerque Felner, para o biénio de 1858-1859.

Para além da mencionada quebra das quantidades e valores de marfim exportado, ressalta ainda da análise do quadro:

- A ausência de informações sobre as quantidades exportadas em 1854 e os valores referentes a 1859;
- A desvalorização em cerca de 56% do valor dos chifres de rinoceronte que, de 1857 para 1858, passou de 1\$423 réis/kg para 0,6\$270 réis/kg;
- O decréscimo acentuado da exportação de couros, à luz dos números oficiais, contraditada em absoluto pelos valores avançados por Alfredo de Albuquerque Felner, em 1926;
- Que a exportação de gado verificada nos anos de 1857 e 1858 não poderá traduzir a verdade (antes deverá resultar da ocasional omissão de dados), pelo que decidimos acrescentar 125 bois, em 1859, assim harmonizando o total do biénio com os dados publicados pelo Jornal Mossamedes, em 1926;
- Que a subida verificada nas quantidades de cera exportada em 1859, poderá ser já reflexo das medidas preventivas determinadas pela Portaria nº 588, de 24 de Agosto de 1857⁹³.

Quanto às chamadas exportações invisíveis, dada a inexistência de transportes terrestres (a única via de comunicação era marítima), convencemo-nos de que não poderiam ser significativas. No entanto, a discrepância, por vezes extrema, entre os registos oficiais e os dados avançados por Alfredo de Albuquerque Felner, deixam em aberto uma interrogação para a qual ainda não encontramos uma resposta plausível.

⁹³ De um comunicado de António José de Seixas, comerciante, datado de 30 de Dezembro de 1859, podemos concluir que algumas marcas chegaram a estar “tão acreditadas nas praças estrangeiras que eram já indigitadas nos pedidos [de compra] feitos para Lisboa”. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 751 (1860-02-25).

Capítulo 5 – Desenvolvimento do Namibe: uma plataforma irradiante

5.1. - A povoação do Namibe (Mossamedes) a partir de 1849

O desenvolvimento urbanístico do Namibe (Mossamedes) processou-se de forma gradual. Após a chegada das duas colónias procedentes de Pernambuco, o panorama demográfico e paisagístico modificou-se com rapidez, vendo-se os colonos de 1849 e 1850 atarefados na construção de “pobres choupanas”¹, desalinhadas e situadas em qualquer lugar que lhes aprouvesse, desde as faldas da Serra dos Cavaleiros ao sítio dos Namorados, apesar da longa estiagem que se fazia sentir e que durou até 1852.

A partir de 26 de Fevereiro de 1854, data da posse do activo governador Fernando Leal, as coisas começaram a mudar: nasceu um “plano de urbanização racionalista”, traçado pelo próprio governador², com ruas e travessas em quadrícula. O “esqueleto-base” estava concebido conforme o esquema que a seguir apresentamos:

Figura 3 – Esquema topográfico do Namibe (Mossamedes)



FONTE: ANAIS do Conselho Ultramarino, parte oficial, série 1ª, p. 294. Composição gráfica de José de Azevedo.

¹ No dizer de Bernardino de Figueiredo de Abreu e Castro.

² A “planta” de Fernando Leal é por ele referida no seu Ofício, datado de 31 de Dezembro de 1855, publicado nos ANAIS do Conselho Ultramarino, parte oficial, série 1ª, p. 294. Na página 270 da obra de Brito Aranha “*Memórias histórico estatísticas*”, também é feita referência à “planta” de Fernando Leal.

O forte de S. Fernando, construído em pedra solta e sem oferecer segurança visível até 1854, foi substituído por uma fortaleza, dotada de uma bateria de artilharia com 21 bocas de fogo e 3 peças de montanha, em bronze. A sua construção foi iniciada a 06 de Maio e estava terminada em 16 de Setembro de 1854, tendo sido reparada a antiga secretaria e a caserna. Em 1854 a guarnição contava com 100 homens.

Nesse mesmo ano de 1854, não havia edifício apropriado para o hospital, tendo o governador Fernando Leal mandado reparar o hospital existente, composto por duas casas, separadas por um quintal. Requisitou medicamentos, camas e roupa, porque, como refere Brito Aranha, “de tudo careciam os doentes. [...] não encontravam socorro, nem quem os socorresse”³. E, a 14 de Janeiro de 1857 chegou a Mossamedes o médico João Lapa e Faro, incumbido de dirigir o hospital⁴, que, dois anos depois, estaria minimamente apetrechado, a avaliar pela notícia inserta no *Relatório* do Governador António Joaquim de Castro. Esse relatório, datado de 01 de Janeiro de 1860, mas que se reporta a 1859, embora reconhecendo a insuficiência do hospital, considera que Lapa e Faro ia dando conta do recado e que a farmácia estava razoavelmente provida de medicamentos⁵.

Também por iniciativa do Governador Fernando Leal, começou a ser construído, em 1858, o palácio do Governo, o qual viria a ser devastado por um incêndio, ocorrido em 1899.

5.1.1. – As construções coloniais particulares

Às cerca de setenta pessoas de origem europeia residentes em Mossamedes no ano de 1849 e referidas por Brito Aranha nas suas “Memórias”, vieram juntar-se, em Agosto de 1849 e Novembro de 1850, os colonos vindos do Brasil, que, como afirma Bernardino de Abreu Castro, iniciaram a construção de “pobres choupanas” para se abrigarem, ou melhor, para se mudarem dos barracões mandados construir para a sua recepção. A estiagem dos três primeiros anos, a pobreza e o desânimo, eram factores limitantes da construção definitiva de habitações, que só se dinamizaria a partir de 1853, quando a adaptação ao solo e ao clima, determinando um melhor conhecimento da terra, proporcionaram os primeiros resultados satisfatórios.

³ ARANHA, Brito – *Memórias histórico estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira, 1871, p. 273.

⁴ João Lapa e Faro, no “relatório” *Breve notícia sobre o clima de Mossamedes*, o hospital é descrito em pormenor. Vide ANAIS do Conselho Ultramarino, série 1ª, p. 504.

⁵ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 758 (1860-04-14).

Consta dos *Anais* do Município que em 1850 existiam na vila apenas dez casas de pedra, todas elas “incompletas”, cinco das quais estavam desabitadas por falta de condições de habitabilidade⁶. De tabique havia mais três casas, igualmente por concluir. Sabe-se também que a comissão organizadora dos *Anais* do Município estimou que dos cerca de 300 colonos vindos do Brasil teriam morrido mais de 50 nos primeiros anos, devido a más condições hígio-sanitárias das habitações, a febres, má alimentação, à duvidosa salubridade do lugar, enfim, ao clima. E julgamos que esta desfavorável alusão ao clima que circulou em Pernambuco em 1850, não correspondia à verdade, até porque há declarações de entidades idóneas na matéria, que contrariam frontalmente essas informações. É o caso do Dr. Nicolau de Sallis que, em 1885, a propósito do clima de Mossamedes, declarou:

“O clima é excelente. Vêem-se boas cores nos habitantes; e vê-se também grande número de lindas crianças, cheias de vida e saúde”⁷.

E o médico Lapa e Faro, que chegou a Mossamedes em Janeiro de 1857 para dirigir o hospital e que ali viveu durante largos anos, no já mencionado escrito *Breve notícia sobre o clima de Mossamedes*, fez uma sucinta e favorável descrição do clima, acabando por afirmar:

“[...] já pelo seu bom clima, já pelos seus produtos, merece [a terra] toda a atenção e estudo” [...] Ela [a vila de Mossamedes] quase se pode considerar para as doenças próprias da maior parte da nossa África Ocidental o mesmo que a cidade do Funchal para as afecções pulmonares dos países do Norte. Muitos doentes, vindos de Luanda como de Benguela ou de outros pontos, cansados de padecerem com as febres e suas consequências, nela têm achado pronto alívio e restabelecimento. [...] é um clima onde há uma temperatura que não é exageradamente quente, frio nunca excessivo, manhãs com uma fresquidão agradável, e uma atmosfera pura e livre de emanções miasmáticas”⁸.

Mas voltemos à questão central desta alínea, a construção de habitações: a partir de 1853 e até 1856, os colonos, já recuperados da grave crise económica e psicológica dos três primeiros anos, lançaram-se na construção de vivendas em pedra, mais cómodas e (ultrapassados os dias de incerteza) de cariz definitivo. Por outro lado, ia crescendo o número de construções em adobe, que atingiu valores máximos

⁶ Tendo em conta as exigências da época, estas habitações pouco deveriam passar dos alicerces.

⁷ ANAIS do Conselho Ultramarino (1855-11-25), série 1ª, p. 504.

⁸ ANAIS do Conselho Ultramarino (1855-11-25), série 1ª, p. 504.

no ano de 1859, comportando um significativo aumento global, independentemente de pertencerem a colonos ou a autóctones, em conformidade com o teor do *Boletim* nº 761 do Governo Geral da Província de Angola. Assim, na vila de Mossamedes e arredores, as construções tiveram a partir de 1856 a evolução que consta da seguinte tabela:

Tabela 12 - Existência de habitações particulares em Mossamedes e arredores

ANO	VILA				ARREDORES				Total	Crescimento
	Pedra	Adobe	Pique	Cubatas	Pedra	Adobe	Pique	Cubatas		
1856	36	8	22	10	1	30	11	-	118	
1857	34	11	23	6	1	35	3	13	126	+ 8%
1858	31	17	21	4	3	41	2	12	131	+ 4%
1859	34	116	26	31	a)	a)	a)	a)	207	+58% ⁹

a) – Não foi possível recolher dados referentes a 1859.

FONTE: ANAIS do Município de Mossamedes e BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 761 (1860-05-05), p. 8. Organização de José de Azevedo.

Portanto, no último ano do decénio já havia na vila de Mossamedes cerca de 150 habitações, sendo 34 em pedra e 116 de adobe. As construções de pau-a-pique e as cubatas destinavam-se ao alojamento de empregados e armazenagem de produtos, pelo que se poderá admitir que residiam na vila, em 1859, cerca de 120-130 famílias (brancas e mistas), constituídas por 640 pessoas, aproximadamente, como veremos a seguir, no registo de dados demográficos.

5.1.2. - População

Mossamedes foi elevada a vila em 1856 e foi apenas a partir desse ano que surgiram os primeiros dados referentes à demografia do Distrito, com os quais elaborámos a tabela que a seguir apresentamos.

Em conformidade com os elementos oficiais consultados, a população da vila e arrabaldes, no triénio 1857-1859, era a seguinte:

⁹ Percentagem que apenas se reporta ao crescimento verificado na vila, elemento significativo do ponto de vista relativo, na medida em que põe em evidência o acentuado crescimento do espaço urbano.

Tabela 13 - Evolução demográfica da vila de Mossamedes e arrabaldes

ANO	Branca		Mista		Negra				TOTAL
					Escravos		Libertos e Livres		
	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.	
1857	132	81	30	14	11	7	660	276	1211
1858	198	101	32	33	23	21	940	416	1774
1859	438	129	39	35	23	27	1.158 ¹⁰	467	
Total 1859	567		74		50		1.625		2316

FONTE: BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 761 (1860-05-05); ARANHA, P. V. de Brito – A colónia portuguesa de Mossamedes. *Arquivo Pittoresco*, Lisboa: Ed. e Prop. Castro Irmão & C.^a, 1867, vol. X.

Contudo, como não se conhecem números relativos à natalidade e mortalidade, bem como a distinção fundamental entre adultos e crianças, torna-se impossível calcular qual o número exacto de famílias que habitavam as 150 casas de pedra e de adobe construídas na vila de Mossamedes e seus arrabaldes, até 1859.

Todavia, pela análise dos mapas do último triénio da década de cinquenta, verifica-se que a população em geral cresceu sempre, duplicando no espaço de três anos.

No caso da população branca masculina, evidencia-se um expressivo crescimento de 121% em 1858/1859¹¹, muito divergente do aumento de mulheres, que se quedou pelos 28%. Mesmo assim, a média ponderada do aumento global da população branca foi considerável, cifrando-se em 40%, de 1857 para 1858 e em 90%, de 1858 para 1859.

Na população mista, o aumento populacional masculino foi praticamente inexpressivo (7%), de 1857 para 1858, subindo 22% no ano seguinte. A população do sexo feminino cresceu mais significativamente, aumentando 67%, de 1857 para 1858, e 52% de 1858 para 1859. O aumento global, sem distinção por género foi de 25%, de 1857 para 1858, e de 35% de 1858 para 1859.

Quanto à população negra, mau grado o conhecido empenhamento do marquês de Sá da Bandeira em extinguir o escravagismo, a verdade é que o número de escravos

¹⁰ De 1858 para 1859 houve um aumento significativo de libertos e livres (+ 218 homens e + 51 mulheres, que não se sabe como terão aparecido em Mossamedes. Presume-se que tenham sido enviados pela Comissão Mista (Luanda) a pedido dos colonos. Repare-se no entanto que durante esse mesmo período se manteve o número de escravos do sexo masculino (23), aumentando em 6 pessoas do sexo feminino (de 21 para 27) indivíduos.

¹¹ Só explicável pela interferência conjugada de fluxos demográficos internos, associados a factores menos enquadráveis do ponto de vista analítico, como a procura de oportunidades de negócio e maior segurança.

mais que duplicou de 1857 para 1858, não sofrendo alterações no ano seguinte. Mas, ainda mais visível é o crescimento da população liberta e livre, que aumentou 74% no triénio, passando de 936 pessoas para 1625 pessoas, facto revelador da persistência do tráfico de escravos e da pressão que os colonos faziam no sentido de obterem mão-de-obra para as suas explorações. De resto, as *Instruções ministeriais* de 26 de Abril de 1849, continuavam a regulamentar o fornecimento aos colonos de braços trabalhadores indígenas, como explicita o seu Art.º 19.º, que transcrevemos, no essencial:

“Se, para ajuda dos braços dos brancos, for necessário o emprego dos braços dos pretos, V. S.^a [...], requisitará do respectivo Governador Geral quaisquer libertos que em Luanda tenham sido subtraídos à escravatura pela respectiva Comissão Mista, ou Tribunal de Presas, sendo empregados em favor do trabalho comum da colónia ou distribuídos pelos indivíduos que melhor os industriem nos respectivos trabalhos agrários, satisfazendo por este modo aos desejos que a colónia manifesta de ser auxiliada por um certo número de indígenas.”

Posto isto, restará acrescentar que colocamos sérias reservas quanto à possibilidade dos libertos recenseados pertencerem às tribos autóctones residentes no *Mussungu Bitoto* (próximo da enseada do Saco), ou à comunidade instalada nas margens do rio Giraúl, ou ainda ao pequeno núcleo populacional que, temporariamente, se fixava nas margens do rio Curoca. Admitimos que todos estes povos mantiveram os seus hábitos de vida, pastoreando livremente o seu gado e cultivando, a título subsidiário, feijão, milho e abóboras, isto é, praticando as mesmas sementeiras que faziam antes da chegada dos colonos¹². E as palavras de João Lapa e Faro na *Breve notícia sobre o clima de Mossamedes*, são bem elucidativas, quanto ao seguimento pelos “mondombes” de uma filosofia de vida peculiar¹³, que, à época a que nos reportamos, deveria parecer bastante exótica na sua simplicidade e desprendimento:

“Um terço destes mondombes anda errante com os gados, de que são possuidores, em busca de pastos. As suas habitações são miseráveis, têm toda a semelhança com um forno, e são por fora barradas com excremento

¹² As culturas de mandioca e de batata-doce, trazidas pelos colonos vindos de Pernambuco, foram mais tarde assimiladas por estes povos, como parece transparecer dos mapas de produção que incluímos na secção das produções agrárias.

¹³ Sobre a simplicidade da vida em comunhão com a Natureza, em função de necessidades mínimas, vale a pena ler THOREAU, Henry David - *Walden ou a Vida nos Bosques*. Lisboa: Edições Antígona, 1999.

de gado¹⁴. Como todos os indígenas de África, a poligamia é usada entre eles, porém o perverso costume de escravizarem os filhos lhes é desconhecido. O seu governo pouco difere do de todos os negros; têm um soba, que é o chefe, mas que decide as questões ouvindo os seus macotas (conselheiros). [...] Enfim, esta mesma gente vive em harmonia com os brancos e lhes presta alguns serviços, já como carregadores, já como apanhadores de urzela, etc”¹⁵.

Sobre a sensatez e a postura vivencial dos africanos, a justificação dada pelo historiador nado e criado no Alto Volta, *Joseph Ki-Zerbo*, é lapidar:

“De acordo com o que os historiadores sabem, nenhum povo se desenvolveu unicamente a partir do exterior. Se se desenvolve, é porque extrai de si mesmo elementos do seu próprio desenvolvimento. Na verdade, todo o mundo se desenvolveu de forma endógena. [...] Para mim, o desenvolvimento é a multiplicação das escolhas quantitativas e qualitativas. Nestas definições, há elementos que permitem não se deixar fechar no reducionismo economicista. Recordo-me que depois de uma das minhas conferências sobre o desenvolvimento africano, um estudante senegalês exprimiu a mesma ideia dizendo: ‘Senhor professor, como sabe, o que nós procuramos não é o desenvolvimento, é a felicidade’”¹⁶.

Assim sendo, há que encontrar uma linha matricial intermédia de equilíbrio entre os valores socio-económicos e interculturais destas duas populações, ou seja, entre os colonos vindos de Pernambuco e os autóctones residentes na zona de Mossamedes. Sendo certo estes autóctones negociavam com os colonos, também se sabe que alguns prestavam serviços domésticos, que outros auxiliavam nos trabalhos agrícolas ou nas tarefas inerentes à emergente indústria da pesca, o que por si só pressupõe alguma convivência e aproximação intercultural. Mas seria sempre uma pequena minoria mais ou menos autónoma que se prestava a tais serviços, sem garantia de permanecerem no posto de trabalho por muito tempo. Por isso os colonos prefeririam naturalmente a mão-de-obra constituída por libertos vindos do exterior do Distrito, pois estavam completamente desenraizados e com reduzida mobilidade entre povos estranhos. E, a ser assim, os libertos enumerados nos mapas, pouco ou nada têm a ver com as comunidades instaladas, pertencentes às tribos Quipola, Giraúl e Curoca.

¹⁴ Na segunda metade do século XX, estudos realizados na África do Sul, concluíram que a “bosta de boi” era um excelente material de construção, isolante do calor e da humidade, com notáveis vantagens térmicas.

¹⁵ ANAIS do Conselho Ultramarino, série 1ª, p. 502.

¹⁶ KI-ZERBO, Joseph – *Para quando África?* Porto: Campo de Letras, 2006, p. 156.

5.2. – Relacionamento entre colonos, escravos e libertos

Como vimos anteriormente, Portugal e a Inglaterra, em Julho de 1842, tinham assinado um Tratado abolicionista, estabelecendo as normas processuais em caso de apresamento de navios utilizados no tráfico de escravos: os negros libertos poderiam ser “assoldados” por quem se compromettesse a pagar-lhes uma retribuição pelo seu trabalho, ou então alistados nas forças armadas; ou, se assim não acontecesse, ficariam a cargo (ou encargo) do Governo da colónia.

Quanto à situação dos escravos já existentes, mantinha-se o nebuloso quadro vigente, apenas se acrescentando o impedimento, de se proceder a partir de então ao registo de novos escravos, plano que só viria a ser regulado em Dezembro de 1854, quando foi finalmente decretada a obrigatoriedade de se registarem os escravos existentes. Caso não fossem registados, perante a autoridade da área em que residissem, num prazo de 30 dias, passariam a ser considerados libertos. E, também o Art.º 6º do Decreto Lei de 14 de Dezembro de 1854, estipulava que todo o escravo residente em território pertencente à Coroa de Portugal, poderia, mediante indemnização paga ao “senhor”, reivindicar a sua liberdade, acrescentando ainda que, a partir da entrada em vigor do Decreto, “todo o escravo, pertencente ao Estado, ficaria livre”¹⁷. Um estatuto discriminatório, para pior, era aplicado aos escravos “importados” por terra que, embora passassem a ser considerados libertos, teriam “de servir o senhor por tempo de dez anos”¹⁸, sendo lícita a venda a outrem, dos seus serviços.

Ora, também o Estado Português, à semelhança do que já acontecera com a Inglaterra em 1812, se assumia como patrono e tutor natural dos escravos (registados), dos libertos e de seus filhos¹⁹, tutela essa que passava pela nomeação em cada uma das províncias ultramarinas de uma denominada Junta Protectora dos Escravos e Libertos, presidida a título perpétuo pelo bispo da diocese ou, na sua falta, por um representante da igreja católica e integrada (além dos representantes do Ministério Público), pelo Procurador da Coroa e Fazenda, pelo presidente da Câmara Municipal e pelo Provedor (ou representante) da Santa Casa da Misericórdia. Contudo, as atribuições da Junta Protectora dos Escravos e Libertos eram de tal modo abrangentes que, na verdade, não restava aos libertos e escravos, bem como aos seus filhos, qualquer autonomia. À Junta foram consignados, entre outros, as seguintes direitos:

¹⁷ DECRETO LEI (1854-12-14), Art.º 6º, § único.

¹⁸ DECRETO LEI (1854-12-14), Art.º 7º.

¹⁹ DECRETO LEI (1854-12-14), Art.º 9º.

- Cuidar de todas “as coisas” dos libertos e escravos;
- Administrar todas as heranças, deixas, legados, esmolas ou quaisquer doações, entre vivos ou por causa de morte, que, singularmente a alguns, ou por título geral, fossem feitas a favor da piedosa obra da redenção destes [escravos] ou de libertos²⁰;
- Proteger os pecúlios legitimamente adquiridos de libertos e escravos;
- Velar para que o poder dominical fosse exercido dentro dos limites da Religião, da Humanidade e das Leis, empregando os meios de persuasão e as admoestações e recorrendo, se necessário, à autoridade dos juizes e magistrados;
- Fiscalizar a aplicação dos pecúlios dos escravos, fazendo com que, principalmente, servissem para adquirir os meios de sua redenção²¹.

De acordo com o Decreto-Lei de 14 de Dezembro, os escravos que obtivessem meios próprios (ou por esmola), poderiam então recorrer à Junta, que por sua vez chamaria o “senhor” para se acordar o preço da redenção. No caso de se chegar à “conciliação”, o auto do acordo sobre o preço da redenção serviria de “carta de alforria”. Não havendo acordo, recorria-se à intermediação de “louvados” (representantes de ambas as partes). A “conciliação” tinha de ser homologada e assinada pelo juiz e pelo escrivão, servindo o traslado da sentença, igualmente, como “carta de alforria”.

Nestes termos, qualquer escravo que obtivesse a liberdade passaria ao estado de liberto. Porém, em conformidade com a mesma Lei, não se alterava a relação servil:

- Teria “de servir o senhor por tempo de dez anos”, tratando-se de escravo “importado” por terra;
- Ficaria “durante sete anos, a servir o Estado”, no caso de se tratar de um escravo que obtivesse a liberdade por outorga geral da Lei;
- Os filhos dos escravos ficariam livres se, no acto do baptismo, fosse entregue ao pároco a quantia de 5.000\$ réis²², soma que reverteria a favor do “senhor”.

Em 30 de Junho de 1856, o marquês de Sá da Bandeira modificou e ampliou o sentido do Decreto de 14 de Dezembro de 1854, através de uma Carta de Lei, em que

²⁰ DECRETO LEI (1854-12-14), Art.º 12º.

²¹ Torna-se bastante clara a preocupação no sentido da canalização e retorno de todos os pecúlios para o Estado ou para os detentores de escravos.

²² Em 1854, 5.000\$000 era uma importância considerável, pois equivalia ao custo de 10.000 motetes de peixe seco, ou seja, a cerca de metade das exportações de peixe seco efectuadas nesse mesmo ano.

se acrescentava: além dos escravos pertencentes ao Estado, a que fora concedida alforria por força do Decreto de 1854, “ficariam livres os escravos pertencentes às Câmaras Municipais e às Misericórdias”²³. Mas também estes libertos “seriam obrigados a servir o Estado ou a Corporação a que ultimamente tivessem pertencido”, pelo tempo de sete anos.

Dois anos depois, em 29 de Abril de 1858, foi publicado um novo Decreto, referendado por Sá da Bandeira, declarando que o estado de escravidão ficaria inteiramente abolido em todas as províncias portuguesas do ultramar, mas... apenas no dia em que se completassem vinte anos, contados a partir da data do Decreto, ou seja, transferindo para 29 de Abril de 1878, a efectiva abolição da escravatura²⁴.

Estas eram as regras gerais vigentes, com as quais pretendemos ilustrar, como pano de fundo, o complexo relacionamento entre colonos, escravos e libertos.

5.2.1. – Posicionamentos do governador de Mossamedes e do chefe da colónia

Após a publicação da Carta de Lei de 30 de Junho de 1856, foi o governador de Mossamedes mandado ouvir “sobre os meios mais profícuos para o completo acabamento do tráfico da escravatura”²⁵. E o governador Fernando Leal que na generalidade considerava desumana a condição de escravo, bem sabia que esta era uma matéria assaz delicada, sobretudo para os colonos que continuavam a depender da mão-de-obra escrava. Por outro lado, o governador não ignorava que o tráfico de escravos (um negócio bastante rentável, a que se dedicavam muitos indivíduos, na mira de um rápido enriquecimento) contribuía decisivamente para o esvaziamento da colónia em recursos humanos, questão de fundo que considerava incompatível com o almejado desenvolvimento da agricultura e da indústria do território.

Talvez por isso, a resposta do governador Fernando Leal, contornando habilmente o essencial da questão formulada na Portaria Ministerial, divagaria sobre o clima e sobre as condições de adaptação dos europeus às difíceis condições africanas, para veladamente declarar, em síntese e a propósito das necessidades dos europeus e das colónias, o seguinte:

“[...] tinham necessidade [os europeus] de coadjuvação da raça indígena [...] não podendo prescindir do serviço prestado pelos indígenas, estes

²³ CARTA DE LEI (1856-06-30). Art.º 2º.

²⁴ O Decreto de 29 de Abril de 1858 ressaltava, no entanto, que deveriam “as pessoas que em tal dia [29 de Abril de 1878] possuísem escravos ser indemnizadas do valor deles”, o que, em termos práticos, deixava tudo a depender da conjuntura económica de um futuro assaz imprevisível. Notável optimismo!...

²⁵ PORTARIA Ministerial (1856-06-30).

tornavam-se [em Mossamedes] mais necessários do que nos locais onde o clima era deletério. [...] Acabar com a escravatura importaria o suicídio das nossas colónias. [...] Sobre a conservação dos escravos dentro das nossas colónias, declaro-me insuspeito, porque nunca os tive, não tenho, nem terei”²⁶.

Ora, Fernando Leal, inexperiente quanto ao modo de vida dos africanos, nunca chegou a compreender a simplicidade e a ausência de ambição dos autóctones por bens materiais, retratando-os (nesta mesma resposta) como entes sem dignidade social, indolentes e nulos, incapazes de prestar outro serviço que não fosse o de “transportar uma carga de um ponto a outro”. Sobre o pensamento sociopolítico do governador, escreveria Mendonça Torres, cem anos depois:

“Fernando Leal entendia que, no estado em que se encontrava grande parte da população indígena, ‘acabar com a escravatura importaria o suicídio das nossas colónias’. Parecia que se devia deixar essa questão para mais tarde. O que julgava conveniente por agora era adoptarem-se os meios próprios para os converter à fé cristã e os induzir a cultivar as artes [ofícios], a fim de que pudessem tornar-se dignos de gozar as vantagens da vida social”²⁷.

Já quanto ao tráfico de escravos para o exterior da colónia, o governador era naturalmente muito mais restritivo, até porque o despovoamento poderia pôr em causa o desenvolvimento da colónia. Por isso sugeria que fossem adoptadas medidas securitárias para evitar o êxodo, como por exemplo:

- A instalação de uma polícia secreta e a criação de redes de denunciantes;
- A cooperação entre os comandantes dos vapores e as autoridades do litoral, e destas com as do interior, o que pressupõe uma selecção e nomeação alinhada e monolítica dessas autoridades;
- A criação de uma linha telegráfica submarina, que ligasse entre si os principais pontos de embarque do litoral angolano, dividindo-se a costa em secções distribuídas pelos portos de Mossamedes, Benguela, Luanda e Ambriz.

²⁶ Apud TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974. Porque as relações entre Fernando Leal e alguns colonos não eram as melhores, entende-se a ambiguidade. Em 26 de Novembro de 1857, uma comissão do povo apresentou à Câmara Municipal um protesto contra a ordem dada pelo governador, alusiva ao assentamento de praça de dois colonos.

²⁷ TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *Op. cit.*, p. 407.

Não divergindo substancialmente das ideias expressas pelo governador do Distrito, o chefe da primeira colónia vinda de Pernambuco também expôs o seu ponto de vista sobre a escravatura²⁸, tendo em atenção duas perspectivas: em primeiro lugar, o tráfico de escravos para fora das possessões portuguesas, que naturalmente considerava vil, degradante e responsável pelo vergonhoso atraso em que se encontravam as colónias; em segundo lugar, fez alusão à escravatura dentro das possessões portuguesas, que, obviamente, considerou justificada.

Relativamente ao combate à escravatura para o exterior da Província, Bernardino de Figueiredo de Abreu e Castro (embora reconhecendo que era o maior ramo de comércio da Província) defendia a punição das autoridades administrativas e políticas que contemporizassem com os embarques efectuados, nas terras de sua jurisdição. Acrescentava que o Governo deveria contratar espões, a colocar em zonas de embarque ao longo de toda a costa angolana, desde Mossamedes até Cabinda.

Quanto à escravatura a nível interno, o chefe da primeira colónia começou por invocar o interesse nacional, bem como os diferentes usos e costumes dos europeus e dos africanos que habitavam nas colónias. Sobre os africanos, teceu considerações bastante curiosas, sobretudo para uma personalidade que também se arvorava em educador e defensor dos direitos humanos:

“É honra e sinal de nobreza, entre o gentio, ser bêbedo e ladrão; e aquele que mais guerras promovesse, pilhando maior quantidade de gado e maior número de pessoas, seria o mais ilustre dos fidalgos. O latrocínio de gado e de pessoas constituía razão de tão repetidas correrias a que chamavam ‘guerras’. Todas as pessoas aprisionadas eram reduzidas á escravidão e, se os seus parentes as não fossem resgatar, seriam vendidas ou mortas. Em quase todos os territórios de governo gentílico, o chefe podia mandar vender os seus filhos ou escravos²⁹, sempre que necessitasse de pólvora ou de armas, concorrendo esta circunstância para o prodigioso aumento do número de escravos”³⁰.

Para extinguir a escravatura no interior das colónias, Bernardino de Figueiredo de Abreu e Castro alvitrou a aplicação de um de dois processos:

- O emprego da força, pela qual “o gentio” fosse obrigado a obedecer, cumprindo a lei que se lhe impusesse e perdendo os seus maus e inveterados costumes;

²⁸ Em cumprimento do determinado no *Ofício* da Repartição Civil nº 1842 (1856-12-15). A resposta seria dada por *Ofício* dirigido ao Governador-Geral, datado de 15 de Abril de 1857. BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 611 (1857-06-13).

²⁹ Opinião que, como referimos antes, não era partilhada pelo Director do Hospital, Dr. João Lapa e Faro.

³⁰ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 611 (1857-06-13).

- A difusão entre eles de bons missionários, que lhes incutissem princípios civilizadores e de sã moralidade, método que considerava mais exequível e de mais seguros resultados.

E rematava a sua resposta, tecendo algumas considerações e advertências pouco edificantes sobre o trabalho e o tempo da aprendizagem dos africanos, repetindo em parte o que já tinha sido dito por Fernando Leal a propósito do clima e da adaptação dos europeus, outrossim, fazendo a apologia do trabalho forçado, como atestam algumas passagens da sua resposta³¹, as quais consideramos suficientemente elucidativas:

- Os esforços laboriosos do gentio só se obteriam, atentos os seus usos e costumes, compelindo-os ao trabalho;
- O único meio de os compelir ao trabalho seria obtê-los por compra, porque os próprios negros entendiam que, uma vez vendidos, lhes impedia o dever de prestarem, a quem comprasse, os seus serviços;
- Para eliminar a escravatura [...] seria de justiça que aqueles que possuíssem escravos recebessem o exacto valor do seu custo, o que representaria para o governo um dispêndio de quantia muito avultada;
- Dever-se-ia aproveitar, como único recurso, o trabalho dos indígenas, na medida em que não poderia conseguir-se a agricultura com braços importados da Europa, consideravelmente dispendiosos e incapazes de resistir, com o esforço da lida braçal, ao depauperante clima das regiões africanas;
- A aprendizagem dos indígenas far-se-ia por um longo período de tempo, pois só depois de três ou quatro anos se tornavam bons trabalhadores;
- Haveria mais humanidade em os comprar do que em os deixar escravizados pelos naturais da mesma cor, em cujas mãos (assegura o chefe da colónia) seriam irremissivelmente assassinados³².

³¹ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 611 (1857-06-13).

³² Desde Xenofonte, que a justificação da escravidão para se evitar o canibalismo é recorrente, como afirmou o Professor Luiz Felipe de Alencastro no Seminário “Nuevas Tendencias en la Historiografía Contemporánea Brasileña”, realizado na USAL, em Maio de 2007. Mas tendo em conta que até o jesuíta Padre António Vieira, fez uma prelecção a justificar o tráfico de escravos... admitimos que a circunstância poderá tranquilizar a consciência.

Implicitamente, Bernardino de Figueiredo de Abreu e Castro e o governador Fernando Leal admitiam que a realidade política que mantinha a escravatura deveria mudar, de forma radical. Explicitamente, a mensagem que quiseram fazer prevalecer era a de que só admitiam jogar segundo as suas próprias regras, isto é, que não podiam passar sem os escravos. Mas ambos pressentiam, no íntimo, que as coisas estavam a mover-se³³.

Por outro lado, se as declarações de autoridades com formação geral superior à dos restantes colonos³⁴, com responsabilidades decorrentes dos cargos que desempenhavam, convergiam no sentido de se manter, a nível interno, o *status quo* vigente, nos precisos termos em que Fernando Leal e Bernardino de Figueiredo se expressam – mau grado a estafada desculpa da época e do contexto – é de admitir que as relações entre colonizadores e colonizados não fossem tão idílicas quanto alguns historiadores portugueses as pretenderam descrever. Independentemente de as ideias destas duas autoridades locais contrariarem frontalmente o espírito e a letra dos diplomas elaborados pelo marquês de Sá da Bandeira, seu superior hierárquico, prevalece a imagem de uma relação alicerçada no autoritarismo, visivelmente distanciada da “entrada com pezinhos de lã” que caracterizara os primeiros contactos entre portugueses e angolanos, em *Mbanza Congo* (S. Salvador), ou da visão multiracial ulterior, designada por luso-tropicalismo e expressa por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

5.3. – Os transportes em Mossamedes: transporte terrestre e marítimo

Os transportes e as vias de comunicação constituem factores determinantes do desenvolvimento e, por isso, em Mossamedes, foi necessário aplicar os conhecimentos adquiridos em Pernambuco e em Portugal, no sentido de se construírem meios de transporte que facilitassem a deslocação de pessoas e de mercadorias, excluindo, numa primeira abordagem, os transportes por via marítima, irregulares e

³³ A propósito das preocupações com “o Outro” no final do século XIX, vide CASTRO HENRIQUES, Isabel - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 58-63. No entanto, é curioso verificar que ainda não se instalara a noção (pelo menos na aparência) de os colonos se poderem revoltar contra o país colonizador, neste caso Portugal. Na opinião de Luiz Felipe de Alencastro, a ideia de que a colónia podia derrotar o colonizador, surgiu a partir da independência dos Estados Unidos da América. Até 1776, as colónias podiam passar para outro país colonizador, mas tornarem-se independentes, estava fora de causa.

³⁴ Fernando Leal era oficial das Forças Armadas e Bernardino de Figueiredo, além de escritor, cronista e jornalista, estudara em Coimbra, alistando-se nas hostes de D. Miguel. Em Pernambuco, foi professor, leccionando Latim, História e Geografia.

demorados, que ainda antes da chegada dos colonos, estabeleciam ligações internas entre os portos de Angola, bem como destes, com os portos de Portugal e do Brasil.

Aquando da chegada de Pernambuco dos primeiros colonos, já se utilizava o boi-cavalo no Distrito de Mossamedes, como se pode concluir da crónica entusiasmada e radiante escrita por Bernardino de Figueiredo de Abreu e Castro, em 28 de Outubro de 1849, que reproduzimos parcialmente:

“[...] lá se vê um carro carregado de caibros; há ali pretos conduzindo junco e tábuas; acolá as autoridades, montadas em bois, e medindo os terrenos; noutra parte se quebra pedra, que se vai carregando juntamente com o barro [...]”³⁵.

Uma outra prova da crescente utilização do boi-cavalo é dada por um artigo inserto no Jornal «Mossamedes», nove meses antes da chegada à vila de mais de duas centenas de colonos madeirenses, destinados ao povoamento do vizinho planalto da Huíla, e do qual transcrevemos o essencial:

“[...] no período embrionário da colonização, Francisco da Maia Barreto, [...] se dirigia, de véspera, escarranchado no seu boi-cavalo cor de rato, até às hortas e ao Quipola [...] e, no dia seguinte, entrava na vila [...] sob espessa nuvem de poeira, à frente dum esquadrão de trinta a quarenta cavaleiros [...] montados em belos e ligeiros bois-cavalos”³⁶.

Destes dois respigos poderemos retirar a conclusão de que o uso do boi-cavalo como transporte terrestre é anterior ao desembarque dos colonos vindos do Brasil. Não existindo na altura gado asinino, cavalar ou muar, no Distrito de Mossamedes, a adaptação de bovinos a animais de tracção ou de montada seria frequente e, ao que se apurou, já era utilizada pelos autóctones. Entre 1854 e 1859, o número de boi-cavalo quase triplicou, passando de 31 para 78, facto que indicia a escassez de quaisquer outras alternativas, susceptíveis de dar resposta ao crescimento da população e ao escoamento das produções que progrediam em zonas cada vez mais afastadas da vila e do porto.

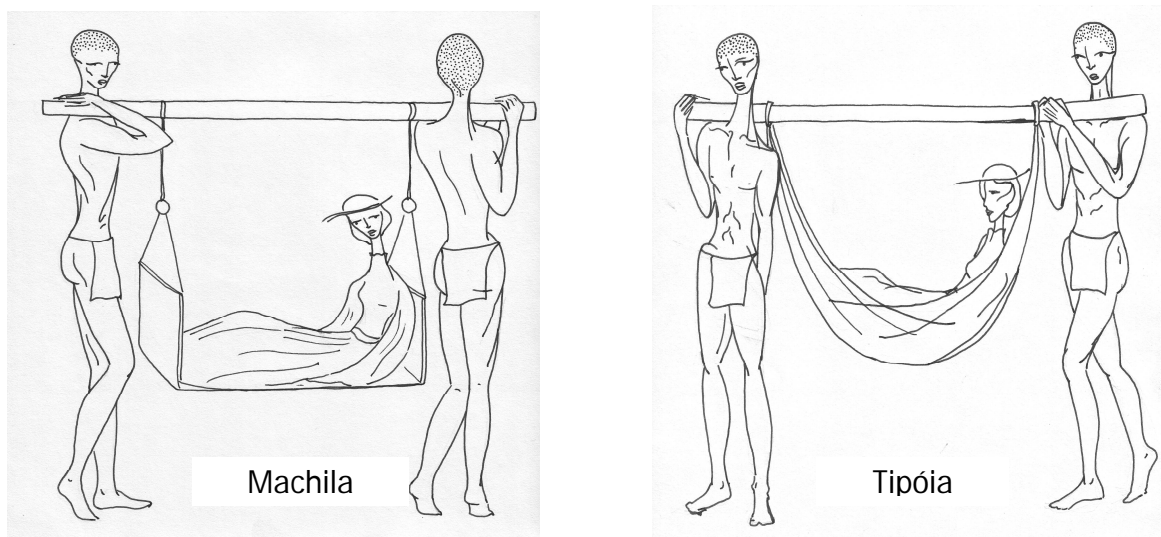
Outro meio utilizado pelos colonos para transportar pessoas era a machila, uma espécie de maca curta, com 150 cm x 60 cm, com uma cadeirinha a meio, conduzida aos ombros de dois machileiros ou carregadores.

³⁵ BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola n° 218 (1848-12-01).

³⁶ PONCE DE LEÃO, Francisco Augusto, Jornal Mossamedes, n° 45 (20 Fev. 1884).

Nas viagens para o interior os colonos usavam normalmente a tipóia, que era constituída por um palanquim de rede ou de lona, para transportar pessoas. Destes dois últimos meios de transporte de pessoas, há muito desaparecidos de Angola, apresentamos um simples esboço gráfico, de modo a proporcionar uma imagem mais concreta.

Figura 4 – Machila e tipóia (reconstituição gráfica)



FONTE: Fotografias e desenhos da época colonial. Reconstituição gráfica executada por Joana Martins de Azevedo, a partir da observação de documentação dispersa.

Relativamente ao transporte de mercadorias, de lenha, de produtos originários das fazendas agrícolas, etc., destacam-se os carros e as carroças, traccionadas por bois, uma vez que os primeiros cinco muares, desembarcados em Mossamedes e procedentes do Rio de Janeiro, só chegaram mais tarde. Em 1854, contavam-se em Mossamedes apenas 10 carros de bois, ascendendo em 1859 a 61 viaturas. Os bois de tracção acompanharam este movimento, sempre ascendente, de forma particularmente notória: 63 animais em 1854, contra 378 em 1859! O número de muares e de cavalos, no Distrito, foi praticamente irrelevante, apenas atingindo as 5 unidades por espécie no final do decénio. Em compensação, durante o último triénio do século XIX, os asininos progrediram, de forma equilibrada e gradual, cifrando-se em 19 exemplares, no ano de 1859. Em princípio, todos estes animais teriam sido importados, à excepção dos bois de carro, que eram seleccionados e adquiridos a partir dos rebanhos regionais.

Quanto aos transportes marítimos é sabido que as carreiras internas regulares entre os portos de Angola (incluindo o de Mossamedes) e entre Angola, S. Tomé, Cabo Verde e Lisboa só foram normalizadas a partir de 1858, após a constituição e a entrada em acção da Companhia União Mercantil, que viria a introduzir no sector, pela primeira vez, uma dinâmica concorrencial. Até essa data, as ligações internas eram asseguradas por quatro embarcações pertencentes ao Estado, de reduzido porte e em mau estado de conservação³⁷, comandadas por oficiais da Armada Portuguesa. Transportavam essencialmente munições, correspondência (correio) e mantimentos, estabelecendo a única ligação viável entre os portos de Mossamedes, Equimina, Benguela, Novo Redondo, Quicombo, Luanda e Ambriz³⁸. O serviço efectuado por estas embarcações era directamente explorado pelos seus comandantes, que auferiam a totalidade dos lucros obtidos com o transporte de passageiros e mercadorias, sem escalas definidas, ao sabor dos seus interesses pessoais, sem qualquer controlo estatal. Em 1856 ainda houve a tentativa de a Companhia Real Portuguesa de Navegação passar a fazer carreiras regulares entre Lisboa e os portos da África ocidental portuguesa, mas tal perspectiva viria a ser anulada dois anos depois, sem nunca ter sido verdadeiramente implementado o disposto no Decreto de 06 de Maio de 1858. Mas os abusos cometidos pelos comandantes eram já de tal monta que o governador-geral José Rodrigues Coelho do Amaral acabaria por intervir, tentando disciplinar o transporte marítimo efectuado pelas embarcações do Estado, através da regulamentação do tempo máximo de escala em cada porto e da obrigatoriedade de os comandantes prestarem contas à Junta da Fazenda Pública³⁹.

Finalmente, em 05 de Maio de 1858 (véspera da anulação oficial do acordo efectuado com um representante da Companhia Real Portuguesa de Navegação), foi celebrado um contrato entre o Governo Português e a Companhia União Mercantil, que concedia à transportadora o privilégio exclusivo da navegação entre Lisboa e os portos das possessões portuguesas situadas na costa ocidental de África. Durante vinte anos, a partir de Setembro de 1858, a Companhia “obrigava-se” a utilizar barcos a vapor de porte superior a 800 toneladas e a realizar uma viagem em cada dois meses⁴⁰. Após um período de carência de 18 meses, a Companhia passaria a fazer uma viagem por mês. Em compensação, a correspondência oficial e o “Erário Público” seriam transportados gratuitamente pela Companhia.

³⁷ “Por isso mesmo os cederam à Província”, como se pode ler na página 113 do relato “Quarenta e cinco dias em Angola”, de autor anónimo. Apud TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974, p. 450.

³⁸ Alguns particulares também adquiriram veleiros.

³⁹ PORTARIA n.º 456 (1857-01-17).

⁴⁰ A frota da Companhia União Mercantil era constituída por três navios: *D. Estefânia*, *D. Pedro* e *África*.

E, em 14 de Novembro de 1858, ancorou em Mossamedes o primeiro vapor da Companhia União Mercantil, o *D. Estefânia*⁴¹. Assim se iniciava um movimento de reconhecida importância para a florescente comunidade instalada no Distrito, com reflexos sensíveis no sucesso da acção colonizadora de todo o sul de Angola.

5.4. - Artífices locais e oficinas

Num meio em que a dinâmica produtiva exigia equipamentos e utensílios diversificados que não estavam disponíveis no mercado interno, a alternativa foi recorrer ao fabrico artesanal, utilizando a proverbial “prata da casa”, de modo a suprir as múltiplas insuficiências que se faziam sentir. E, como “a fome espicaça o espírito”, foram surgindo em Mossamedes oficinas artesanais, que tentavam dar resposta à pressão da procura interna, sobretudo de artigos relacionados com a exportação e a construção civil, que eram os sectores mais em foco no final do decénio que estamos a examinar. Assim, em 1859, poderíamos encontrar em Mossamedes 2 carpintarias, 1 tanoaria, 2 serralharias, 2 oficinas de ferragem e 1 fundição, onde, de 1857 a 1859, trabalhavam cerca de 100 artífices, segundo a evolução que vem documentada na tabela que mostramos a seguir.

Tabela 14 - Artífices fixados no Distrito de Mossamedes (1857-1859)

Artífices	Oficinas	Anos	
		1857	1859
Carpinteiros	2	14	31
Tanoeiros	1	8	15
Serralheiros + Torneiros	2	3+1	3+3
Ferreiros	2	1	1
Fundidores	1	1	1
Pedreiros e Canteiros	-	16+3	30+3
Funileiros	-		3

FONTE: Relatório do Governador António Joaquim de Castro, inserto no BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 758 (1860-04-14). Organização de José de Azevedo.

⁴¹ Saiu de Luanda para os portos do sul em 09 de Novembro, de acordo com o Registo da Capitania do Porto de Luanda, de 03 de Dezembro de 1858.

Também a nível do abastecimento interno de produtos de vestuário e calçado, em 1859 existiam 2 alfaiatarias e 1 sapataria, onde trabalhavam, respectivamente, 10 e 8 artifices. Embora menos intervenientes do ponto de vista do desenvolvimento, há que acrescentar a importante acção na vila de Mossamedes de 2 padeiros, 3 oleiros, 4 barbeiros e 1 latoeiro.

Na generalidade, é visível no triénio em causa o substancial incremento do número de pessoas que se dedicavam a sectores de actividade essenciais a uma população activa e em rápido crescimento. A exportação de aguardente, azeite, peixe e carne salgada, em barris e em pipas, justifica o aumento exponencial do número de tanoeiros, enquanto a construção de carros, carroças, embarcações, móveis, coberturas e tectos de moradias poderá explicar a duplicação, no período considerado, do número de carpinteiros. Na construção de habitações destaca-se o crescimento acentuado do número de pedreiros, um quadro que se ajusta perfeitamente ao grande impulso que se verificou na construção de imóveis de carácter definitivo a partir do momento em que se ultrapassou o difícil período de carência inicial. Este era caracterizado pela inexistência, em termos gerais, de condições básicas de suficiência alimentar, que conduziram à descapitalização e desmotivação dos colonos.

5.5. – Balanço geral da acção colonizadora no Distrito de Mossamedes

Estavam pois lançadas as bases estratégicas e materiais, necessárias à aplicação da política colonial de ocupação efectiva, na zona sul do território angolano. O porto de Mossamedes passava a ter escalas regulares, aligeirando as comunicações e garantindo os fluxos mercantis que, a partir de então, poderiam ser planificados e devidamente organizados, normalizando-se a importação e a exportação.

A produção agrícola alimentar, proveniente de 95 propriedades situadas na área de Mossamedes e de 2 no lugar do Bumbo ultrapassara definitivamente (em 1859) a fase de auto-suficiência, produzindo-se e/ou exportando-se géneros hortícolas, como couves, alface, salsa, batata, mandioca, batata-doce, milho, feijão, bananas, cevada, trigo, cebolas, grão-de-bico, ervilha, abóboras, melancia e melão.

Várias fruteiras, introduzidas pelos colonos, adaptavam-se ao clima e aos solos da região, tais como: videira, pessegueiro, mangueira, oliveira, macieira, figueira, cajueiro, goiabeira, bananeira, coqueiro, mamoeiro, tamareira, amoreira, romãzeira e citrinos. Funcionavam os engenhos de açúcar, a produção e exportação de aguardente cresciam de ano para ano, enquanto equipamentos como destiladores (alambiques) e destorcedores de cana se multiplicavam. Produzia-se algodão de razoável qualidade,

havendo no Distrito 2 máquinas de descaroçar algodão e 1 máquina de prensar. Experimentavam-se as culturas do linho e de tabaco⁴².

Contavam-se 22 pescarias em 1859, servidas por 78 embarcações, que desenvolviam uma intensa actividade piscatória, a qual, por sua vez, dinamizava sectores como a produção de “azeite de peixe” e de peixe seco e salgado, além de constituir fonte de abastecimento em fresco, com espécies como a corvina, o pargo, a garoupa, o cherne, o linguado, etc.

No plano da pecuária, aumentavam os bois de trabalho, de transporte e de abate, que alimentavam as indústrias de carne seca e salgada. Apareciam os primeiros exemplares de gado cavalariço, asinino e muar.

Quanto a equipamentos, além dos acima mencionados, existiam 6 engenhos para fabrico de farinha de pau, 1 moinho de vento, várias cegonhas para elevação de água das cacimbas. Era ainda usada utensilagem agrícola diversa, como pás, enxadas e alguns arados.

Nos transportes terrestres contava-se com machilas, tipóias, bois-cavalo, carros, carroças e carrinhos, denotando a persistência de sérias dificuldades no âmbito das vias de comunicação, nomeadamente nas ligações com as zonas do interior. No entanto, os índices de crescimento verificados no decénio são testemunho da multiplicação acelerada dos recursos disponíveis.

As construções em pedra e em adobe cresciam a olhos vistos, dinamizando sectores subsidiários, como o fabrico de tijolo, cal, telha e adobe.

O número de oficinas e de artífices aumentava de ano para ano, acompanhando um espectacular crescimento da população urbana, facto que colocava Mossamedes entre os centros populacionais mais dinâmicos de toda a costa ocidental africana.

Prosperava o comércio de permuta com os povos autóctones⁴³, com os funantes a cruzarem o sul de Angola em todas as direcções, penetrando no interior profundo, onde novas perspectivas de fixação passaram a ser avaliadas⁴⁴. Ensaiaava-se a fiação e a tecelagem, bem como a produção de óleo de linhaça. Demarcavam-se jazigos de

⁴² Uma carta de Pedro Alexandrino da Cunha, dá conta das directivas da administração portuguesa, no sentido de se “convidarem” os chefes “avassalados” a assegurarem culturas rentáveis, como o algodão e o tabaco. Carta do Governador Pedro Alexandrino da Cunha, de Março-Abril de 1846. AHU, CGA, cx 606.

⁴³ Sobre as técnicas utilizadas pelos portugueses no contacto com os povos angolanos, *vide* CASTRO HENRIQUES, Isabel - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 106-107.

⁴⁴ Além dos funantes, havia também os “aviados” (sempre prontos), que eram comerciantes do sertão de “alhêas fazendas”, os quais eram fornecidos pelos “armadores” ou “aviantes”, que, por vezes, eram os próprios capitães dos navios. *Vide* CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º Vol., p. 45. Quanto ao controlo dos comerciantes do mato pelas autoridades africanas, *vide* HENRIQUES, Isabel Castro – *Op. cit.*, p. 115-116.

ferro e de cobre. Vendiam-se excedentes, a baleeiros americanos que cruzavam o Atlântico Sul, ou, sempre que possível, despacham-se para Benguela e Luanda.

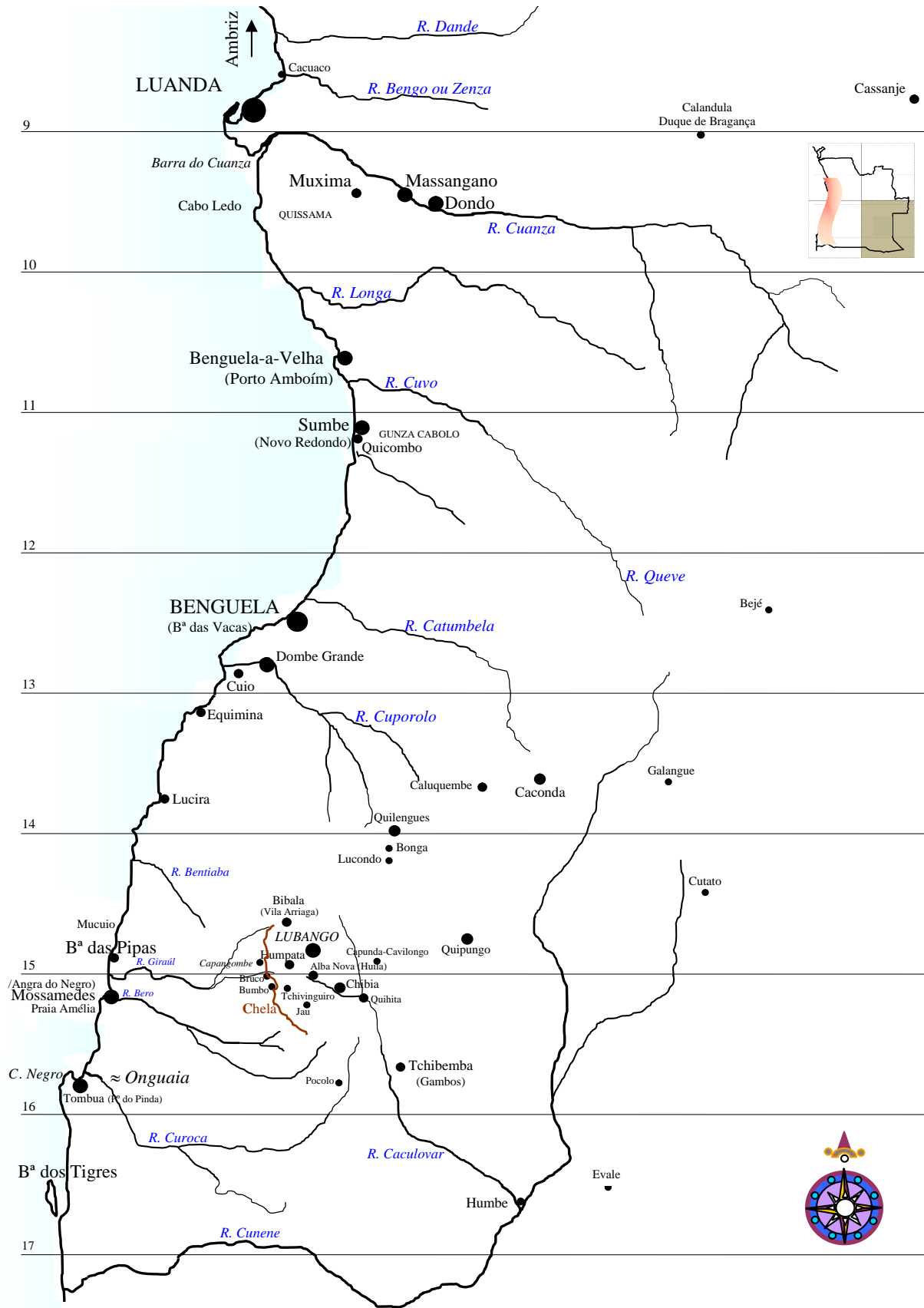
Esgotada a urzela, envereda-se pela exportação de outros artigos de consumo, desde a batata ao peixe seco, das pedras de filtro, à cera e ao mel!

Lenta e gradualmente, as estruturas locais iam-se alterando, a ponto de poderem absorver as disponibilidades crescentes de mão-de-obra, em Mossamedes, onde a probabilidade de promoção socio-económica se afigurava mais realizável⁴⁵.

Apesar de haver muito mais a fazer, o essencial fora concretizado. Estava, portanto, constituída a estrutura de base, que daria azo a novas realizações.

⁴⁵ Alguns anos mais tarde (17 de Maio de 1886), M. R. Gorjão apresentou na Sociedade de Geografia de Lisboa um parecer e proposta, onde se pode ler: “mas porque dos colonos aclimados do sul é que podem provir os melhores elementos de exploração agrícola ou industrial dos distritos do norte.” GORJÃO, M. R. – *Colonização do sul d’Angola: Parecer e proposta da Comissão africana*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1886, p. 4.

Mapa VI – Progressão litoral/interior até meados do século XIX



FONTE: Mapa de Bourguignon d'Anville (1732) (Mota, 1964); Mapa de Pinheiro Furtado (1790) (Mota, 1964); Mapa de Brue, executado a partir de informações de Douville (1832). Dados coligidos por José de Azevedo e Jaime Gomes.

II PARTE

A colonização do Planalto da Huíla

Capítulo 6 - A expansão para o interior: sul e leste

6.1. – Insegurança no sul de Angola: apogeu e queda de Binga

Com a colónia de Mossamedes consolidada, recomeçaram os esforços no sentido de retomar posições que tinham sido abandonadas no sudoeste angolano. Em 1865 restavam em Luanda cerca de 400 europeus, havendo outros tantos no sudoeste de Angola¹. O chefe do Humbe, alferes Nunes da Mata foi então ao Cuanhama, tendo em vista o início de negociações com o rei *Otchipaneca*, precisamente na altura em que Pedro Augusto Chaves (que também por ali andava), era derrotado no Cuanhama, de onde foi obrigado a retirar-se. Entretanto foi dada por concluída a “passagem do Bruco”(Serra da Chela)², assim se assegurando uma ligação vital entre a zona semidesértica e o planalto. E concluído este primeiro acesso, iniciou-se a abertura de uma nova “picada”, de Mossamedes à Pedra Grande³. O governador-geral José Baptista de Andrade regressou a Portugal em Setembro de 1865, deixando a governação da Província entregue a um Conselho de Governo constituído pelo Dr. Luís José Mendes Afonso, João Jacinto Tavares, Timóteo Falcão, Damião Pinto e Francisco Barbosa Rodrigues⁴.

Ora, o tenente João Teixeira Pinto tinha sido encarregado de “pacificar” a inacessível zona da *Tchibemba* (Gambos), para aonde seguiu com um pequeno contingente militar, na tentativa de capturar o soba Binga, que desafiava os portugueses⁵. Só que *Binga*, exímio conhecedor dos possíveis pontos de apoio comunitários, dos caminhos existentes, da geografia e do regime pluviométrico da região, conseguiu facilmente neutralizar a acção das forças comandadas por Teixeira Pinto, as quais ficaram retidas pelas cheias e inundações da época, sem qualquer possibilidade de

¹ Em Mossamedes haveria aproximadamente 330 europeus e em Capangombe cerca de 50.

² Em Agosto de 1865. O padre *Carlos Duparquet*, que chegara a Mossamedes com o governador-geral (em Fevereiro de 1886), subirá a Chela pela estrada do Bruco, para iniciar a exploração do Planalto, em missão científica e evangelizadora. Em Maio será nomeado pároco da colónia de Capangombe, onde havia cerca de meia centena de europeus. Porém o seu objectivo era outro: pretendia fundar uma missão noutro local.

³ Ver Mapa XX (Anexo 3.1). A Pedra Grande fica a meio caminho entre o Namibe (Mossamedes) o rio Munhino e vem referenciada como curso de água, na Folha nº 22 da Carta de Angola (Escala: 1: 500 000).

⁴ O Conselho de Governo tomou posse a 30 de Setembro, mantendo-se no cargo até 12 de Março de 1866.

⁵ João Teixeira Pinto foi indigitado em Dezembro de 1865 e marchará para a zona a 8 de Janeiro de 1866. Ver Mapa VIII (Capítulo 7).

progressão no terreno, mesmo com os reforços que lá foram chegando, vindos da Huíla e de Quilengues. E Teixeira Pinto, obrigado a esperar pelo final da estação das chuvas, teve então tempo para pensar na reversão desta arrelhiadora desigualdade no conhecimento do terreno. E enveredou por uma outra tática, mais paciente e mais profícua: aliciou um sobrinho de *Binga*, prometendo-lhe o poder na *Tchibemba* (Gambos), em troca da sua ajuda. Mas, apesar de utilizar a técnica da intriga, explorando a ambição e as divisões entre os povos e os seus potenciais líderes, só no final de Março é que as tropas de Teixeira Pinto conseguiram sair do atoleiro em que se tinham metido⁶. Seguiram para o Pocolo, a oeste da *Tchibemba* (Gambos), onde se encontravam estacionados *Binga* os seus combatentes, que ainda tentaram enfrentar os portugueses, mas sofrendo pesadas baixas. Foi o suficiente para quebrar a resistência de *Binga* e de diversos chefes locais que, estrategicamente, se viraram para o campo mais impositivo, passando a ajudar os portugueses na perseguição de *Binga* e seus combatentes, que se deslocavam para a zona semidesértica do sudoeste, ocupada por Hereros e Cuvaes⁷.

Só então começou a verdadeira perseguição a *Binga*. Os (es)forçados aliados dos portugueses, impantes por serem aliados de gente montada a cavalo e armada com mortíferas armas de fogo, tornaram-se implacáveis, violentos e mandões para os seus conterrâneos, acoçando-os com muito mais dureza do que os próprios portugueses! Assim se comprovava, uma vez mais, que a desunião dos povos africanos foi a pedra basilar do sucesso da ocupação estrangeira de África. Quanto mais desavindos estivessem os povos africanos, mais descansados andavam os portugueses.

Contudo, surpreendentemente, o temerário *Binga*, que sabia movimentar-se pelo deserto e onde se poderia escalar a serra da Chela, reapareceu num ataque à Huíla, que resistiu graças ao apoio prestado pelo regente de Quilengues, que para ali enviou uma companhia comandada pelo capitão Luíz da Gama Almeida. E aliando-se *Binga* – facto inédito e deveras relevante - a chefes da Huíla e do Jau, tentará regressar à zona da *Tchibemba* (Gambos), disposto a recuperar o poder usurpado pelo seu sucessor, que ali fora colocado pelos portugueses.

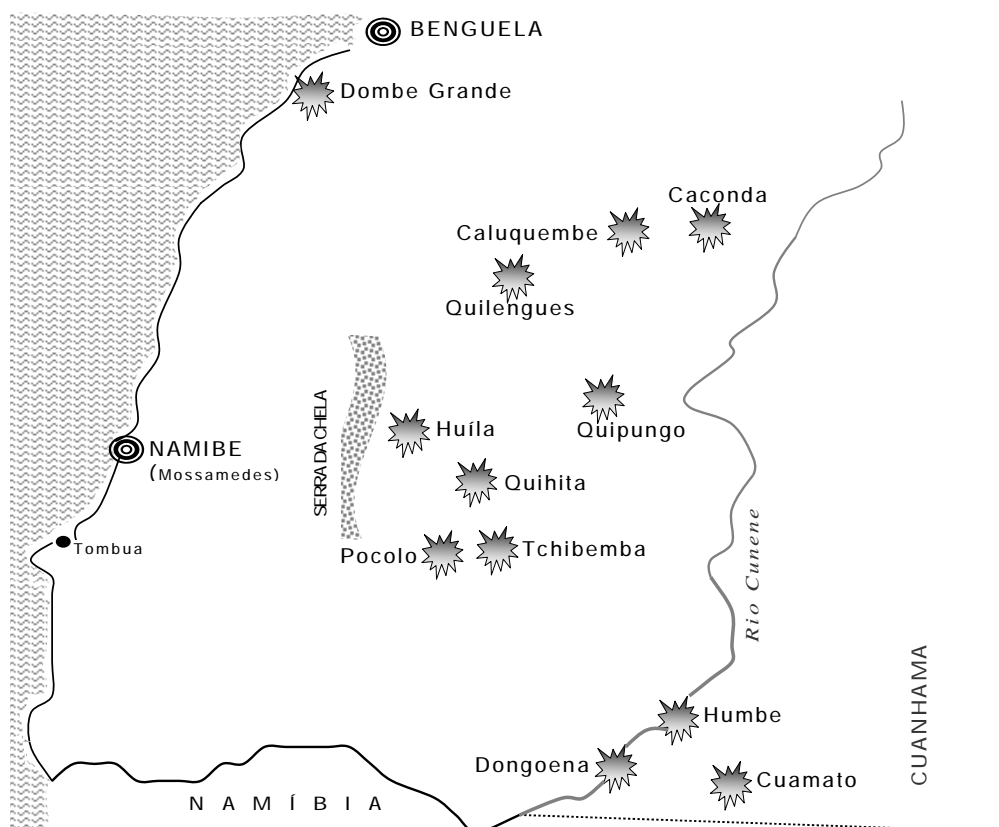
Alarmado com as inesperadas alianças conseguidas por *Binga* na Huíla e no Jau, o governador de Mossamedes, à cautela, mandou prender o soba *Vangé*, da Quihita e o soba *Omaribariba*, da Huíla. E também ordenou que se encontrasse o fugidio *Binga*,

⁶ Em 27 de Fevereiro Mossamedes esteve em alvoroço: vários colonos, depois de acusarem o governador de conflituoso e autocrata, obrigam-no a regressar a Portugal. Fernando Leal foi então substituído, interinamente, por Joaquim José da Graça. Francisco Cardoso entrara em funções a 12 de Março.

⁷ Vide ESTERMANN, Carlos – *Etnografia do Sudoeste de Angola: O Grupo Étnico Herero*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 30 (Segunda Série), 1961, vol. 3, p. 13-30. Ver também Mapa III, Esboço Etnográfico do sudoeste angolano (Capítulo 1).

que lutava pela liberdade e que em Novembro reapareceu na zona da Huíla, sem ter conseguido depor o seu putativo sucessor, bem protegido pelos portugueses.

Figura 5: - Principais focos de tensão a sul de Benguela (1866/1867)



FONTE: Projecção da Carta de Angola, c/ rebatimento vertical de 20%. Grafismo de José de Azevedo.

No final do ano, finalmente, *Binga* e outro soba da Huíla, *Bange* ou *Banja*, foram capturados e enviados para Mossamedes⁸. Por instantes fora um rei e num instante se esfumara. Pelos portugueses foi então indigitado um novo soba para a Huíla, mas, curiosamente, logo deixou de ser visto, pois pior do que ser escolhido pelos portugueses era não ter outra alternativa⁹. Mais valia desaparecer sem deixar rasto, até porque a situação a sul e a leste da Huíla ainda não estava suficientemente controlada pelos portugueses, com os poucos residentes europeus a abandonarem paulatinamente aquela zona. Essa insegurança estendia-se aos periclitantes postos

⁸ Dezembro de 1866. A família de *Binga* tinha sido presa e só será libertada em Julho de 1868, juntamente com o soba da Huíla.

⁹ Só no segundo semestre de 1867 é que a situação na Huíla estará regularizada, isto é, encontrar-se-á um soba disposto a submeter-se aos portugueses. Em 1869 o novo soba da *Tchibemba* (Gambos) foi morto, sucedendo-lhe um familiar de *Binga*, que fora libertado após a morte deste. Persistia a sombra de *Binga*!

avançados da *Tchibemba* (Gambos) e do Humbe, que acabariam por ser também abandonados¹⁰, deixando comerciantes, funantes e os poucos residentes sem qualquer protecção, salvo se pagassem aos chefes locais o tributo que lhes facultava a livre circulação pela zona da *Tchibemba* (Gambos), Humbe, Dongoena e Cuamato¹¹. E também se agravara a situação a norte, em Caluquembe e no Quipungo, pois havia sérias complicações, bem como em Quilengues e Caconda onde, no final do ano, foram assaltadas comitivas. E ainda no Dombe Grande (Benguela), sendo então deferido o avanço do tenente Barbosa, da guarnição da Huíla, satisfazendo o pedido de auxílio formulado pelo governador de Benguela ao governador de Mossamedes¹².

Recomeçava o pesadelo na linha Huíla-Humbe, onde perduravam os efeitos do desafio de *Binga*, agora com um seu sobrinho a praticar diversos assaltos e o roubo de bastante gado. Era o retorno ao ponto de partida, de nada tendo servido a difícil prisão de *Binga* e a sua morte, no final do ano, numa prisão de Luanda, nem a inconsequente e ilusória manipulação dos inconsistentes poderes locais. O território controlado pelos portugueses era cada vez mais diminuto e desgarrado.

6.2. – A problemática ocupação do interior angolano: iniciativas legislativas

Desenvencilhados de *Binga*, os portugueses continuavam no entanto a abandonar o interior de Angola, não só no sudoeste, mas igualmente no centro e no norte. Em *Mbanza Congo* (S. Salvador) restavam apenas 8 europeus, numa população estimada em 262 habitantes¹³, enquanto em Angola, no final do ano de 1866, a população branca se cifrava em 2.611 pessoas, para uma população negra, considerada avassalada, de 471.074 habitantes. A ocupação militar era pouco mais que simbólica, pois os efectivos estavam reduzidos ao mínimo: 290 militares no Ambriz; 93 em *Mbanza Congo* (S. Salvador); 169 no Bembe; e 106 no Encoje¹⁴. Na zona leste, onde se encontrava Silva Porto, diminuía drasticamente as caravanas associadas a portugueses, com o comércio do marfim praticamente esgotado, devido à concorrência de

¹⁰ Julho e Agosto de 1867.

¹¹ Ver Mapa VIII (Capítulo 7) e Figura 5 (página anterior). O próprio governador aconselhou o abandono dos concelhos a leste da Huíla e ordenou o arranjo dos trilhos, de modo a possibilitar um melhor apoio civil e militar dos fugitivos. Até porque os sucessores dos sobas da *Tchibemba* (Gambos) e do Humbe não conseguiam controlar a situação, embora tivessem sido nomeados comandantes de “guerra preta”.

¹² Nesta operação teriam sido praticados abusos e excessos que foram sujeitos a uma sindicância.

¹³ Dados reportados a finais de Junho de 1867.

¹⁴ Ver Mapa VII, no final do presente Capítulo. Em Novembro de 1868, o chefe do concelho do Ambriz recomendou o abandono de *Mbanza Congo* (S. Salvador). Mas só em Março de 1869 é que o ministro da Marinha e Ultramar, ordenou o abandono daquela povoação. Ali ficava um “rei”, D. Pedro V, em constante litígio com os seus adversários, em especial com o seu sobrinho, D. Rafael.

negociantes estrangeiros, mais eficazes, que negociavam novos produtos, tais como cavalos e armas, em vez das já estafadas “fazendas”, negociadas pelos portugueses. E, talvez por isso, Silva Porto, a pedido do chefe Muchire, *Unyamuesi*, organizou uma comitiva para actuar a zona de *Caranganja* (no Catanga, a norte do Barotze), mas que já estava igualmente saturada de negociantes. Desiludido, Silva Porto regressou ao litoral, fixando-se na “Fazenda Bemposta”, próximo de Benguela, como agricultor¹⁵.

Perante este desinteressante quadro do interior de Angola, o governo-geral propôs para Lisboa a extinção das câmaras municipais e julgados do interior, as quais, na sua opinião, em vez de atraírem as populações, as submetiam a prejuízos e vexames, que em nada favoreciam o relacionamento amigável entre povos. E enquanto a Conferência Anti-Escravagista, em Paris, criticava duramente o governo português, o marquês de Sá da Bandeira apressava-se na preparação de um decreto que visava a abolição total e imediata de todas as formas de escravatura em todo o território de Portugal Ultramarino¹⁶. Mas com uma ressalva: deviam os escravos libertos trabalhar até 29 de Abril de 1878 para os mesmos “senhores”, dada a mais que provável impossibilidade de se pagarem as indemnizações previstas na lei¹⁷.

Contudo, apesar do crescente desânimo, também havia quem apostasse na colonização como missão evangélica e científica. É o caso do regresso a Angola do Dr. José Anchieta¹⁸ e do padre *Carlos Duparquet*¹⁹, que faria a exploração do Planalto da Chela e do sertão de Mossamedes. E, no segundo semestre de 1867, foi instalada uma pequena Colónia na *Bibala* (Vila Arriaga), na subida de Mossamedes para o Planalto da Huíla, não se sabendo se a fixação destes colonos foi subsidiária dos estudos feitos por *Duparquet*. No entanto, a indispensável “picada” entre a *Bibala* (Vila Arriaga) e o Munhino só ficaria concluída no final da década, assim se normalizando a ligação à estrada que conduzia a Mossamedes. Logo a seguir o governador de Mossamedes mandou abrir uma “passagem” entre o Tchivinguiro e a

¹⁵ Em Julho de 1869, o sertanejo Guilherme Gonçalves, companheiro de Silva Porto durante muitos anos resolveu regressar a Portugal, depois de 60 anos de permanência em África. Voltou a Angola em 1870.

¹⁶ Em 1868 foi abolido do trabalho forçado, que será considerado extinto em 25 de Outubro de 1870, data em que foi também decretada a abolição definitiva da “Exportação” de escravos. A legislação anterior sobre a Abolição da Escravatura estava quase sem aplicação. Ninguém a respeitava! E até existia no cais de Luanda uma cadeira de mármore onde o Bispo baptizava as centenas de escravos utilizados nos remos dos navios.

¹⁷ RODRIGUES, António Simões (Coordenador) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. E Autores, 1994, p. 224.

¹⁸ José Alberto de Oliveira Anchieta, desembarcara em Benguela em 1865, onde estudara a região da Catumbela e do Dombe Grande. Depois ainda estudara as regiões de Mossamedes, Curoca, *Bibala* (Vila Arriaga) e serra da Chela. Daí seguira para o Planalto da Huíla e Cunene, passando por Quilengues, Bailundo e Caconda, onde acabaria por se fixar. Em Outubro de 1870, o Dr. José de Anchieta percorreu o rio Cunene.

¹⁹ *Carlos Aubert Duparquet* – Geógrafo, linguista, etnólogo, naturalista, sobretudo botânico. O “Museum” de Paris possui volumosos herbários coleccionados por *Duparquet*. Ver *ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira*. Chegou a Mossamedes no primeiro semestre de 1867.

portela do Bruco, para acesso a Capangombe²⁰. E foi atribuída mais uma verba para a construção da estrada de Mossamedes a Capangombe, verba essa que foi depois reforçada, provavelmente por efeito “bola de neve” do gesto assumido pelo marquês de Sá da Bandeira, que em resposta à questão dos seus vencimentos (como vogal do Conselho Ultramarino)²¹, decidiu oferecê-los como contributo para a construção da estrada Mossamedes/Capangombe, considerando-a então como a [...]“*a mais importante daquele distrito*”. Só que em 1869 foi determinada a fusão dos governos de Mossamedes e de Benguela, distritos que o governador-geral reduzirá a simples concelhos, exactamente numa altura em que convergiam para Benguela as caravanas transportadoras de borracha do Bié e do Bailundo²². Pouco depois o governador Coelho do Amaral tomou posse, seguindo-se a posse do governo interino de Joaquim José da Graça, que durará pouco mais de dois meses, até à tomada de posse de José Maria da Fonte e Horta²³.

Regressemos porém ao sul de Angola, onde o padre *Duparquet* era forçado a sair da Huíla, por se considerar pouco confiável a sua dependência da Sagrada Congregação da Propaganda que, com as suas teses sociológicas e doutrinárias, atribuíra a Prefeitura Apostólica do Congo a missionários Espiritanos²⁴. Mas, principalmente, devido às suas duvidosas ligações na Cimbebásia, além Cunene, onde já se movimentavam franceses, ingleses e alemães²⁵. De facto, desenvolvera-se uma velada desconfiança entre *Duparquet* e o governador de Mossamedes, que tinha em mente um novo avanço em direcção ao Cubango, após o cumprimento do plano de ocupação até ao Cunene, de modo a contrariar o ascendente domínio religioso de *Duparquet* no sudoeste angolano, como se poderá depreender da seguinte recomendação oficial:

“Sigamos o padre francez de sorte que aond elle puzer uma missão ponhamos noz uma fortaleza e um chefe militar para Compellir a que as missões fallem e ensinem o portuguez em primeiro logar”²⁶.

²⁰ Estas iniciativas ocorreram durante o 1º semestre de 1868. Inicialmente, o Tchivinguiro foi um depósito de condenados, que ali foram instalados em 1868. Já no século XX foi construída ali uma Escola Agrícola.

²¹ No valor de um conto de réis, durante o período de Outubro de 1859 a Junho de 1868, que a seu pedido não exercera.

²² Em Março de 1870, Benguela voltará a ser distrito. Nesse mesmo ano a exportação de borracha (iniciada em 1869) atingiu cerca de 34 toneladas saídas pelo porto do Lobito (Benguela).

²³ Em 1870 tomaram posse 3 governadores-gerais: Coelho do Amaral a 6 de Abril (2º mandato); Joaquim José da Graça a 26 de Junho; e José Maria da Fonte e Horta a 4 de Setembro de 1870.

²⁴ A saída do padre *Duparquet* da Huíla ocorreu no 2º semestre de 1869. Mas ele próprio não concordava com a sua nomeação para pároco de Capangombe, muito distante do seu centro de influência (a Cimbebásia).

²⁵ Após a guerra franco-prussiana as potências europeias encaminharam os seus interesses para África e em especial para os territórios portugueses e os fronteiriços, certamente convencidos da sua fácil sonegação.

²⁶ Apud CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 130.

No âmbito legislativo, há ainda quatro disposições importantes, que ficarão como heranças indeléveis dos angolanos, muito para além do tempo colonial e que terão repercussões no que concerne ao Direito, à Administração e ao Ensino em Angola:

1 – A aplicação do Código Civil Português, tornado extensivo às Colónias, tal como as leis de separação de pessoas e bens e do registo predial²⁷;

2 – A publicação do Decreto que organiza o Ensino no Ultramar (*Boletim Oficial* – fls. 152-), que passa a ser dividido em: Primário, Secundário e Superior. Aumentou o número de escolas e estabeleceu uma nova orientação pedagógica. Foi do mesmo modo criado o Ensino Rural para os indígenas²⁸;

3 – O Decreto que estabeleceu uma nova divisão administrativa no Ultramar. Foi então constituída a Província de Angola, pela junção dos reinos de Angola e de Benguela e fixadas as Comissões Municipais do Egito (a norte de Benguela) e do Dombe Grande. E, logo a seguir foi efectuada a divisão das possessões ultramarinas em seis províncias, com autonomia financeira e administrativa²⁹.

4 – O Decreto que manda aplicar as disposições do Código Civil de 1867, respeitante às prerrogativas nobiliárquicas e tradicionais em Angola³⁰.

A população branca total de Angola diminuíra em 1869 para apenas 2.332 habitantes. E porque persistiam as insanáveis desavenças entre D. Pedro V e D. Rafael Dongo, prosseguia também a evacuação de *Mbanza Congo* (S. Salvador)³¹, bem como de outros fortes interiores no noroeste de Angola.

6.3. – A “Revolta dos Dembos” e as suas repercussões em Angola

Nunca foram suficientemente esclarecidas as razões ou as causas determinantes da chamada “Revolta dos Dembos”, que durante cerca de três anos foi tema dominante em todo o território angolano, com repercussões que também se fizeram sentir no sudoeste angolano. Enquanto para alguns historiadores o cerne da questão estará

²⁷ 18 Novembro de 1869.

²⁸ 30 Novembro de 1869.

²⁹ 1 e 2 de Dezembro de 1869, foi orientada pelo ministro Rebelo da Silva. A 6 de Dezembro foi oficializada a Divisão Administrativa da Província de Angola.

³⁰ 18 Dezembro de 1869.

³¹ Estará concluída em Maio de 1870.

nos atropelos praticados pela administração local, com três chefes Dembos e respectivos guerreiros a não suportarem mais sevícias, a par da crescente desonestidade dos múltiplos cobradores de impostos, para outros autores, a revolta dever-se-ia à tentativa de penetração e ocupação abusiva, pelos portugueses, do território dos Dembos³². De qualquer maneira, a insurreição dos Dembos tornar-se-ia incontornável³³. E tanto mais preocupante porque ocorreu já depois da retirada dos portugueses do Cassange e de *Mbanza Congo* (S. Salvador).

Do que foi possível apurar podemos concluir que a tensão já se fazia sentir em 1869, sofrendo um abrupto agravamento em Janeiro de 1870, quando o soba *Caculo Cahenda* decidiu deslocar-se ao destacamento português estacionado na zona de Sassa³⁴ e solicitar ao comandante que o auxiliasse na luta contra o soba *Zombo Angola*, que, por sua vez, também apresentara queixa contra um terceiro chefe Dembo³⁵. Foi então que interveio o governador-geral, José Coelho do Amaral, que tentará apaziguar os ânimos dos chefes Dembos desavindos e sublevados, não só por diversas questões internas, mas, principalmente, por não aceitarem a cobrança de dízimos. O certo é que depois de ponderar sobre as queixas apresentadas, o governador-geral acabou por considerar que a razão estava do lado de *Caculo Cahenda*, facto que enfureceu *Zombo Angola* e outros chefes seus apoiantes, entre os quais o soba do Ambaca, *Caculo Caquipete*, que foi atacado, desaparecendo misteriosamente da circulação. Simultaneamente, emergiam revoltas em Cambambe³⁶ e um levantamento militar da guarnição do forte do Ambriz.

E mais a sul surgiam igualmente problemas sérios: na região do Seles a “guerra do Nano” avançava para Quicombo e *Sumbe* (Novo Redondo), e em Quilengues havia perturbações difíceis de superar. Mas tudo ficará em “banho-maria”, pelo menos até a tomada de posse do novo governador-geral, José Maria da Fonte e Horta, que fora governador de Macau e de Cabo Verde³⁷.

Entretanto tinham-se verificado algumas alterações na administração de Angola:

- O comandante português nos Dembos fora substituído³⁸.
- Joaquim José da Graça substituíra interinamente o governador-geral Coelho do Amaral, que partira para Moçambique³⁹.

³² RODRIGUES, António Simões (Coordenador) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. E Autores, 1994, p. 225.

³³ Principalmente em 1871.

³⁴ Sassa localiza-se entre o Caxito e as Mabubas. Ver Mapa VII, no final do presente Capítulo.

³⁵ Em Março de 1870.

³⁶ Abril de 1870. Ver Mapa VII, no final do presente Capítulo.

³⁷ Era general de divisão e tomou posse a 4 de Setembro de 1870.

³⁸ A 30 de Junho de 1870. Ver Mapa VII, no final do presente Capítulo.

- O capitão Nunes da Mata subira na hierarquia e assumira o governo de Benguela⁴⁰.

Como se disse acima, o novo governador-geral, Fonte e Horta assumiu funções e logo decidiu enviar tropas em auxílio de *Caculo Cahenda*. Mas a confusão foi de tal ordem que os portugueses optaram por se afastar do conflito entre *Caculo Cahenda* e *Zombo Angola*⁴¹. Mil coisas se passavam nos Dembos e Fonte e Horta nem sequer fazia ideia do que realmente importava acautelar, na medida em que a “cacofonia” baralhava a argumentação dos sobas e os objectivos dos portugueses.

Então foi a vez do chefe *Zombo Angola* protestar junto do governador-geral contra *Caculo Cahenda*⁴², que por sua vez se deslocou a Luanda para pedir directamente ao governador a intervenção das autoridades portuguesas. Mas desta vez, o governador foi mais cauteloso e alegou que *Caculo Cahenda* nunca aceitara ser vassalo de Portugal, preferindo manter-se independente, embora pretendesse beneficiar da protecção portuguesa contra os outros chefes Dembos. *Cahenda*, decepcionado, virou as costas aos portugueses e declarou-se vassalo do rei do Congo, D. Pedro V, no que foi seguido pelo soba de Sassa e por outros chefes que também se recusavam terminantemente a pagar o dízimo, entre os quais se destacava o soba *Cazuangongo*.

E foi a partir de então que começou um período em que se entranhou um medo estranho. A angústia dos portugueses nunca mais deixou de crescer, sombra de *upu-mumu*⁴³, a lembrar: “Seremos todos poucos. Seremos todos mortos.”

O pior é que as tensões nos Dembos não se circunscreviam ao insanável braço-de-ferro entre *Caculo Cahenda* e *Zombo Angola*. Também o soba *Quitalla-Quiabingue* pediu o apoio militar dos portugueses contra o soba *Caziga*, que lhe aprisionara três filhas, solicitação que, pela sua natureza extraordinária, foi considerada atendível. E, na circunstância, seguiu para o Piri uma força militar comandada por Miguel Victor Serrão de Arruez⁴⁴, que se fez acompanhar pelo sargento Gambôa e pelo soba queixoso, a qual foi recebida a tiro, mesmo antes de se iniciarem quaisquer negociações. E constatada a desproporção de forças, tornou-se necessário que o soba *Quitalla-Quiabingue* conseguisse obter ajuda dos seus vizinhos da Matamba/Jinga, de modo a poder ser vencida a resistência de *Caziga*, que se aliara a outros três chefes locais.

³⁹ A 26 de Junho de 1870.

⁴⁰ 18 Junho de 1870. A 11 de Fevereiro de 1871, Nunes da Mata foi transferido para Mossamedes.

⁴¹ Outubro de 1870.

⁴² Em Março de 1871.

⁴³ *Upumumu*: nome vulgar do peru do mato (*Bucorvus leadbeateri*), de cor negra e ar de inquisidor-geral.

⁴⁴ A meio do ano de 1871.

Com *Caziga* em fuga e resgatados os presos, o alferes Simpliciano de Almeida foi incumbido de perseguir os fugitivos, que acabaram por se entregar, à excepção de soba *Caziga* que apareceu morto (não se sabe por quem), enquanto outros sobas eram compelidos ao pagamento dos respectivos impostos, para além de serem obrigados a soltar os presos que guardavam, destinados ao tráfico de escravos.

No entanto, nada ficara definitivamente resolvido: emergiu novamente o problema dos dízimos, com o então comandante dos Dembos, um capitão africano de 1ª linha, a avisar o governo-geral de que o renitente *Cazuangongo* continuava a incitar os povos da região a não pagarem qualquer tributo aos portugueses⁴⁵, movimento contestatário que entretanto ia alastrando. E foi a partir de então que o problema dos Dembos assumiu proporções verdadeiramente inquietantes para a administração portuguesa, que irá chamar o experiente capitão Nunes da Mata (que se evidenciara no sudoeste angolano), para tentar pôr cobro à bela desordem geral que se vivia nos Dembos⁴⁶.

Assim, o capitão Nunes da Mata seguiu de Luanda para o Golungo Alto com uma coluna com 50 soldados de primeira linha e 200 de segunda linha, inflectindo depois até ao destacamento português de Sassa⁴⁷, onde aceitou o apoio de alguns chefes Dembos; até porque as forças portuguesas eram notoriamente insuficientes para defrontarem as forças de *Caculo Cahenda*, *Cazuangongo* e *Ngombe Amuquiama*, num tempo de chuvas em que tudo parecia excessivo. Tudo: o ar pegajoso e húmido, uma sensação de asfixia permanente, o Cuanza e o Lucala sempre cheios e ameaçadores!

Enquanto esperava reforços de Luanda, Nunes da Mata ainda tentou demover *Caculo Cahenda*. Mas como os ansiados reforços nunca mais chegavam e como ninguém dizia nada, recuou até ao Dondo e acabou por regressar a Luanda em busca de mais apoios, enquanto as suas forças, sentadas aos mosquitos no acampamento militar de Sassa, eram consumidas e enfraquecidas pela fome, pelas doenças e por várias deserções, num compasso de espera que os sublevados aproveitavam para os desarticular com falsos alarmes, tenacidade e paciência. Demasiado tarde e em coincidência com o auge da estação das chuvas, avançaram os primeiros reforços concretos, sob o comando de Alvim Pereira⁴⁸, que logo foram retidos pelas cheias do rio Zenza ou Bengo, nada se podendo fazer durante os três meses de *neasso*⁴⁹! Ou

⁴⁵ Em Outubro de 1871.

⁴⁶ A 22 de Junho de 1872 será nomeada uma Comissão de Inquérito, encarregada de estudar a supressão do dízimo e das portagens.

⁴⁷ Aonde chegou a 18 de Janeiro de 1872. Para não ferir susceptibilidades, Nunes da Mata recusou o apoio oferecido por *Zombo Angola*, adversário de *Cahenda*, de modo a evitar a “compra” de um outro problema, que poderia interferir com os seus objectivos mais imediatos.

⁴⁸ 184 homens, dos quais sete oficiais e onze artilheiros, saíram do Dondo a 28 de Fevereiro. Em Abril Alvim Pereira seria demitido. Foi substituído a 27 de Maio pelo tenente-coronel Miguel Gomes de Almeida.

⁴⁹ *Neasso*: A estação de grandes calores que decorre de Fevereiro a Abril em Angola.

ainda pior, até Junho, quando um novo comandante, Gomes de Almeida, auxiliado por Nunes da Mata e pelo major Alvim, conseguiu finalmente alcançar a outra margem do Bengo, em canoas, mas à custa de bastantes vidas⁵⁰.

Gomes de Almeida tentará iniciar negociações lançando os Dembos uns contra os outros, segundo a prática habitual. Mas, ao contrário do que se esperava, a maioria dos Dembos continuavam unidos e determinados, especialmente o ressentido *Caculo Cahenda*, limitando-se os portugueses a conseguir a pontual colaboração dos chefes Dembos de *Quibaxe* e de *Nanbuangongo*⁵¹. E perante o fracasso das negociações Nunes da Mata, resolveu avançar com 240 soldados⁵², decidido a arrasar a residência do Dembo *Cazuangongo*⁵³ e também decidido a entrar em Sassa. Sobre esta devastadora operação de limpeza e de intimidação pela violência, que viria a revelar-se inútil, afirmou Eduardo Pinto de Balsemão:

“[...] tendo tido em quatro recontros com o inimigo, que bateu e derrotou sempre [...] sendo reduzidas a cinzas todas as sanzallas por onde passou a força, com notáveis perdas de cabedal e vidas do inimigo. Da nossa parte morreram 7 praças de pré, o alferes Tavares e 3 serventes [escravos?]”.⁵⁴

Finalmente, *Caculo Cahenda* fez um acordo de paz com o comandante do aquartelamento de Sassa, no que foi seguido pelos três principais chefes Dembos, que também negociaram o fim das hostilidades⁵⁵. E as tropas comandadas por Gomes de Almeida regressaram a Luanda, convencidas de que por ora tinham ganho a guerra, mas não ignorando que faltavam efectivos e que o frágil acordo não poria fim às provocações. E com alguma razão, pois passados menos de dois meses, os Dembos já se tinham esquecido do compromisso assumido, de cessação de hostilidades⁵⁶. E o mais angustiante é que as revoltas se aproximavam cada vez mais de Luanda, abrangendo agora a faixa entre os rios Dande e Zenza (Bengo), chegando ao Caxito, às portas de Luanda. As expectativas de paz esfumavam-se rapidamente, quase tudo por causa da cobrança dos impostos, que trazia mais problemas do que vantagens. Nessa circunstância, o governador-geral, mais por pânico do que por generosidade, apressou-se a suprimir a cobrança do dízimo na passagem dos rios e sobre o pescado,

⁵⁰ Debaixo de fogo intenso, que pôs fora de combate mais de 80 dos 440 soldados.

⁵¹ O apoio do Dembo de *Nanbuangongo* foi conseguido por intermédio do tenente-coronel angolano, Manuel P. Santos Vandúnen.

⁵² A 11 de Fevereiro de 1871, Nunes da Mata, que assumira o governo de Benguela em 18/06/1870, foi transferido para o governo de Mossamedes. E a 14 de Novembro morria o fundador de Mossamedes, chefe da sua 1ª Colónia, Bernardino Freire Abreu e Castro, na sua viagem de regresso de Luanda.

⁵³ 23 a 30 de Junho de 1872.

⁵⁴ PINTO DE BALSEMÃO, Eduardo Augusto de Sá Nogueira – *A Guerra dos Dembos*. Luanda: Imprensa do Governo, 1872, p. 21.

⁵⁵ Setembro de 1872.

⁵⁶ Em Novembro de 1872.

estabelecendo-se então a taxa única de 1%, nos portos de Luanda, Benguela e Mossamedes⁵⁷. Mas as guarnições estacionadas nos Dembos e no aquartelamento de Sassa viram-se obrigadas a abandonar as suas bases⁵⁸, ficando apenas um pequeno destacamento em “Calunga” (julgamos tratar-se de Calulo, pois Calunga é no sul), chefiado pelo alferes Oliveira.

E assim se tinham perdido quatro anos ou um instante. De repente, tudo voltava ao mesmo: o governador-geral iria tentar novamente reconciliar os chefes *Caculo Cahenda*, *Cazuangongo* e *Amuquiama*, convidando-os a deslocarem-se a Luanda, para conversações, e tal. Mas nada foi feito. E o posto de “Calunga” foi atacado enquanto Nunes da Mata defendia posições recuadas, no Golungo Alto. E com a morte do conhecido jaga *Bumba*, mediano do governo de Luanda em terras de Cassanje desde 1850, adivinha-se que as relações voltariam a arruinar-se.

Enfim, as posições de domínio português nos Dembos já não existiam, embora alguns insistissem em ficar, velando-as⁵⁹. Os portugueses viviam em hipertensão, mas sem alento, ante o arrojo e a ameaça de povos que desejavam recuperar a liberdade de acção que norteara as suas vidas, antes da chegada dos portugueses.

Em todo o território de Angola a instabilidade geral era agora mais evidente. As forças portuguesas foram ainda forçadas a abandonar o Bembe, bem como o Ambriz e S. José do Encoje⁶⁰. E no sul e no centro iniciavam-se diversos confrontos em Quilengues, no Quipungo e na Catumbela, tendo sido também destruída a “ponte” da Supa⁶¹, por onde se processava o trânsito da borracha vinda do Bailundo/Bié.

6.4. – Recuperação do desígnio colonial e regulamentação do trabalho

Dez anos antes da chegada dos colonos madeirenses ao sul de Angola ainda existiam em Angola 58.061 escravos e 31.768 “libertos”⁶².

Ora, foi precisamente em 1874 que se começou a pensar em colonizações devidamente programadas para Angola. No final desse ano verificaram-se novamente graves incidentes no Pará (Brasil), contra “moradores” e comerciantes portugueses ali

⁵⁷ Em 1872 as exportações (em toneladas) foram as seguintes: - algodão 818; óleo de palma 1.300; café 2.419; cera 688; borracha 363; goma copal 295; marfim 50. CORREIA, Roberto - *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 137.

A abolição da cobrança do dízimo só foi no entanto oficializada a 16 de Dezembro de 1872.

⁵⁸ Em finais de Novembro de 1872.

⁵⁹ “Em Julho são mortos nos Dembos alguns fazendeiros”. CORREIA, Roberto – *Op. cit.*, p. 138.

⁶⁰ Junho de 1873.

⁶¹ As pesquisas efectuadas sugerem que se trata de uma ponte no curso interior do rio Catumbela. Ver Mapa VIII (Capítulo 7).

⁶² A 31 de Outubro de 1874 foram considerados livres todos os “libertos” de Cabo Verde e da Guiné.

estabelecidos, o que os levou a pedirem a sua mudança para as colónias africanas. Luanda tinha então cerca de 16.000 habitantes e, apesar de tudo, havia algumas razões de optimismo. Depois de muitos anos de grandes dificuldades (mesmo com a supressão do dízimo), verificava-se um razoável incremento comercial e agrícola, com a balança de pagamentos a registar um saldo positivo (Importação: 2.413.088\$000 réis; Exportação: 2.671.379\$000 réis). Os chefes dos concelhos do sul de Angola também haviam prestado informações sobre as boas possibilidades de fixação de colonos europeus nas suas zonas, nomeadamente o da Huíla, que pretendia a instalação de uma nova colónia, mas sem degredados⁶³ e só depois de se fazer uma “limpeza” dos “vadios” existentes naquela região planáltica. Mas, a verdade, é que no sudoeste de Angola se mantinham os sobressaltos habituais: a povoação da *Tchibemba* (Gambos) foi atacada pela “guerra do Nano”, assim como o Curoca e a *Bibala* (Vila Arriaga), onde foi assassinado um colono⁶⁴. Os Dombes atacaram o Bumbo, roubando gado e tornando a permanência naquela zona extremamente perigosa. E uma vez que o apoio das forças militares se limitava a operações de manutenção e de ocupação pacífica, surgiram em vários locais problemas relacionados com represálias e vinganças sobre populações quase indefesas exercidas por escravos libertados que se refugiavam em grupo pelo interior⁶⁵.

O alarme era cada vez maior. Os roubos de gado aumentavam por todo o lado e a situação complicava-se novamente, pelo que, nas regiões da Huíla e do Bumbo foi declarado o “estado de sítio”⁶⁶, pois não havia qualquer segurança para os comerciantes, agricultores ou outros civis, já não falando nos próprios militares.

Mesmo assim, a ideia de se instalarem novos colonos no sul de Angola ia fazendo caminho. Foi publicada uma Portaria referente à concessão de terras aos colonos no sul de Angola, e um novo Decreto previa a existência do trabalho por contrato após a cessação do trabalho como escravo, regulamentando os respectivos salários⁶⁷.

Simultaneamente, foi liberalizada a colheita da borracha e a sua permuta com álcool, pólvora e armas. Uma Carta de Lei declarava efectivo o fim da condição servil

⁶³Em Dezembro de 1874 ocorreu uma revolta dos degredados do Destacamento Militar da Huíla. O Depósito de Degredados de Angola, foi criado por Portaria publicada a 15 de Setembro de 1876, ficando a funcionar na Fortaleza d e S. Miguel, em Luanda.

⁶⁴ Em Novembro de 1874. Ver Mapa VIII (Capítulo 7).

⁶⁵ Atribuía-se culpas ao comportamento de muitos dos residentes perante os escravos libertos, os quais se refugiavam pelo interior, formando “bolsas de fugitivos” ou de verdadeiros “salteadores! CORREIA, Roberto - *Op. cit.*, p. 141-142.

⁶⁶ Foi declarado em Dezembro de 1874, em parte devido a actos atribuídos aos libertos dispersos pelo interior. Em Fevereiro de 1876 ressurgem as “guerras do Nano” no Giraúl, no concelho da Huíla e no do Bumbo, tendo sido igualmente declarado o “estado de sítio.

⁶⁷ Legislação datada de 25 Fevereiro e 12 de Abril de 1875, respectivamente. A meio do ano de 1875, o B.N.U. tentará recrutar trabalhadores da Libéria para as fazendas que já havia tomado aos seus clientes agrícolas, não só em Angola como ainda em S. Tomé.

dos “libertos” a partir de 1876, seguida de 2 anos de tutela pública nos termos do seu Artº 2º (até 1878, portanto) durante os quais ainda era obrigatória a sua contratação e dando preferência ao anterior patrão (Artº 5º), “de forma a evitar a vadiagem, em todo o território português”⁶⁸. O ministro Sá da Bandeira foi o grande impulsionador desta lei, cuja execução, nomeadamente no que respeita ao trabalho retribuído (Regulamento Geral do Trabalho Indígena) seria regulada a 20 de Dezembro de 1875. Mas, uma vez mais, a execução da Lei será desvirtuada, na medida em que a proibição da “vadiagem” dava origem ao trabalho compulsivo, uma habilidosa formulação que pouco diferia da escravatura e que passou a ser abusivamente aproveitada, até pelo próprio governo⁶⁹. De resto, no final do ano de 1878 ainda existiam em Angola cerca de 90.000 escravos considerados “libertos”, mas ainda sujeitos a trabalho obrigatório, o que por si só revela o grau de incumprimento das leis aprovadas⁷⁰.

Mas, para “incentivar” a renascida intenção de se povoarem as colónias, uma Portaria Ministerial⁷¹ concedia terrenos baldios aos militares (praças) que, terminada a comissão de serviço, passavam a usufruir das condições gerais concedidas aos colonos. Receberiam apoio agrícola, até porque, doutro modo, nem sequer tinham direito às passagens de regresso a Portugal. E, finalmente, a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), tendo em vista a exploração do Ultramar, poderia ser considerada como o fulcro do “renascimento” da ideia colonial, pois foi a partir de então que se preparam as primeiras grandes viagens de exploração científica, protagonizadas por Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens⁷².

Assim, só a meados do ano de 1876 é que “o dia a dia retomou o seu dia”, em Angola. Durante o tempo em que durou a “Revolta dos Dembos”, o impulso colonial esmorecera, com a saída dos portugueses de áreas consideradas relativamente seguras e, conseqüentemente, desgarrando-se a presença lusa, sobretudo nas regiões do interior. A retoma da confiança seria portanto lenta e pouco convicta, até porque a degradação da situação era notória, com muitos prédios de Luanda (onde residiam cerca de 2.000 europeus, entre pouco mais de 10.000 habitantes) em mau

⁶⁸ A Carta de Lei tem a data de 29 de Abril de 1875. O dia 2 de Fevereiro de 1876, é a data referenciada para a abolição completa da escravatura em Portugal e em todos os seus territórios ultramarinos, incluindo as ilhas de S. Tomé e Príncipe, ainda não abrangidas anteriormente, e que passariam a recrutar serviços angolanos sob a forma de “contratos de trabalho”.

⁶⁹ Apesar da carta de Lei de 29 de Abril, chegaram ainda a Benguela, a 29 de Novembro de 1875, bastantes escravos idos do Bié, para serem utilizados nas plantações. A 5 de Janeiro de 1876, morre em Lisboa o marquês de Sá da Bandeira.

⁷⁰ A 21 de Novembro de 1878 foi publicado o Decreto que aprovava o Regulamento Geral do Trabalho Indígena e o do Contrato de Trabalhadores (“serviçais” e “colonos”) nas províncias de África. Mas, o seu espírito era talvez “avançado” demais para aquela época, tendo provocando de imediato fortes oposições.

⁷¹ Datada de 2 de Novembro.

⁷² A SGL foi fundada a 11 de Novembro de 1875, por iniciativa de Luciano Cordeiro.

estado de conservação, incluindo as fortalezas, algumas ameaçando ruína. E o sul, à excepção de Mossamedes e Benguela, estava quase abandonado, facto que levou o chefe do concelho da Huíla a defender a sua colonização⁷³. Com os ingleses a penetrar no sudoeste angolano, indiferentes à ténue presença de alguns portugueses, a ocupação do território afigurava-se como tarefa ciclópica para os governantes⁷⁴. De resto, no contexto dos interesses europeus que se entrecruzavam em África, Portugal tinha deixado de ser um concorrente a ter em conta, como bem o comprova a Conferência Geográfica e Internacional de Bruxelas convocada por Leopoldo II, em que Portugal, talvez intencionalmente, nem sequer foi chamado a participar⁷⁵. Cerca de um mês depois a recém criada SGL “acusou o toque” e lamentou não ter sido convidada, passando a considerar, ressentida, “a necessidade do rei de Portugal combater as influências e atitudes estrangeiras nos territórios portugueses de África”. Portanto, para além das inúmeras declarações de intenções, pouco se podia fazer:

Mas numa conjuntura em que se intensificava o comércio com os países europeus, com destaque para a Inglaterra⁷⁶, com os Dembos “adormecidos” e tendo em conta que o Bailundo, sob a égide de *Ekuikui II* desenvolvera de forma considerável o seu comércio, havia algumas condições para se retomar a “ideia colonial”, embora partindo-se do “zero”, tal como foi reconhecido na posse Almeida e Albuquerque⁷⁷.

Foi neste quadro ambivalente que o ministro da Marinha e do Ultramar, Andrade Corvo, declarou na Câmara de Deputados que era necessário preparar uma expedição geográfica a Angola⁷⁸, destinada a estudar a ocupação das bacias do Zaire e do Zambeze, sendo depois autorizado um crédito de 30 contos de réis, destinado a financiar a expedição às bacias dos rios Cuanza e Cuango (norte), e Zambeze e Cunene (sul)⁷⁹. E, finalmente, foi publicada a lei que regulamentava e promovia a emigração de portugueses para as Províncias Ultramarinas⁸⁰.

⁷³ Em Outubro de 1876, o chefe do concelho da Huíla, António Joaquim Fontoura, defendeu as vantagens daquele planalto para a colonização europeia.

⁷⁴ A 22 de Maio de 1876 tomou posse o Conselho Legislativo, constituído pelo bispo D. Tomás Gomes de Almeida, Garcia de Miranda, Miguel Gomes de Almeida e Pereira Sampaio.

⁷⁵ Realizada entre 12 e 14 de Setembro de 1876. Estiveram presentes: Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Áustria e Rússia. A conferência decidiu formar a Associação Internacional Africana, com sede em Bruxelas e presidida por Leopoldo II, a qual deveria proceder à exploração comum da África central. Propunha a criação de “estações hospitaleiras, científicas e pacificadoras” para apoio dos viajantes. Os ingleses por sua vez propunham a criação de “missões religiosas e postos consulares”. Leopoldo II acabava assim por lançar as sementes do futuro e premeditado Estado Livre do Congo.

⁷⁶ Sobre a captação e o domínio do comércio internacional pelos ingleses durante o século XIX (e não só), veja-se, GALEANO, Eduardo - *Las venas abiertas de América Latina*. Madrid: Siglo XXI de España Editores. 2ª ed., revisada y corregida, septiembre de 2009, p. 225-259.

⁷⁷ O governador-geral Caetano Alexandre Almeida e Albuquerque, tomou posse a 5 Junho de 1876.

⁷⁸ 16 Fevereiro de 1877.

⁷⁹ 12 Abril de 1877.

⁸⁰ 28 Março de 1877.

6.5. – Colonização da Humpata pelos bóeres vindos do Transval

Entretanto, ocorreu um inesperado episódio que marcará de forma indelével a colonização do sul de Angola: os bóeres do Transval pediram ajuda à Inglaterra contra os “cafres” que, chefiados por *See Vacumi*, teriam invadido o seu território⁸¹. A Inglaterra aproveitou o ensejo para anexar o Transval à República do Cabo, sob o pretexto de assim se terminar com a escravatura que ainda vigorava naquela região⁸². Esta ocorrência, irá desencadear a chamada “Guerra dos Bóeres” e a fuga de cerca de 600 famílias bóeres, essencialmente constituídas por agricultores e criadores de gado, que abalaram para norte com os seus enormes carros de bois e muitas rezes, que foram morrendo pelo caminho, de sede e de cansaço, na procura de um novo local para se instalarem, longe da bandeira inglesa⁸³. Transcorrido mais de um mês de uma difícil e penosa marcha, algumas dessas famílias fixam-se junto à fronteira sul de Angola, entre o Cubango e a margem esquerda do rio Cunene, passando pela região de *Etocha*. Entraram em contacto com alguns europeus que andavam pela zona do Cuanhama, nomeadamente o feirante ou “funante” António José de Almeida, o padre *Duparquet* (que tinha instalado na Damaralândia a Missão de *Omaruru*) e o explorador *Alex Erikson*, que transportava *Duparquet* num carro de bois. Por essa altura a Huíla tinha apenas 72 europeus e 25 “brancos coloniais”, para uma população de 20.000 habitantes, enquanto em Mossamedes havia cerca de 250 europeus e 57 “brancos coloniais” para uma população de menos de 4.400 habitantes⁸⁴.

Aproveitando a oportunidade, o cônsul geral de Portugal no Cabo da Boa Esperança, negociou com os bóeres a sua instalação na Huíla⁸⁵. Mas só passados 18 meses e já depois de terem surgido vários diferendos entre os bóeres acampados a sul do Cunene e os povos do Cuanhama e do Humbe⁸⁶, é que o governador Nunes da Mata foi ao Cunene e convidou os bóeres a instalarem-se na Huíla. Seis meses depois foi a vez de uma comissão de alguns bóeres se deslocar à Huíla para estabelecer

⁸¹ Abril de 1877. Os bóeres (literalmente significa “camponeses”) eram descendentes de holandeses e franceses que se tinham estabelecido no Cabo desde o século XVI e que, perseguidos e tratados duramente pelos ingleses, desde 1685 se tinham refugiado no Transval (além do *Vaal*), ou seja a norte do rio *Vaal*.

⁸² A Colónia do Cabo fora tomada pelos ingleses em 1795 e depois restituída à Holanda (Países Baixos) e, ainda mais tarde, cedida à Inglaterra.

⁸³ Os bóeres não estavam de acordo com os ingleses, especialmente no que concerne à abolição da escravatura, pelo que travaram sangrentas lutas, genericamente denominadas por “Guerra dos Bóeres”. Também se bateram contra os Zulus que se opunham à sua lenta progressão para norte, conhecida por “o Grande Treck”.

⁸⁴ Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 153.

⁸⁵ Agosto de 1878. Mas só em Fevereiro de 1880 é que os bóeres serão oficialmente autorizados a entrar.

⁸⁶ O rei *Chipandeka* (*Musipandeka*), do Cuanhama, temia os bóeres saídos do Transval, ora instalados na Ovambolândia, que faziam contactos com os portugueses, pois pretendiam instalar-se na Huíla. Esses contactos eram também mal vistos pelo soba Chaungo que, a 25 de Agosto de 1879, atacou uma coluna bóer. Esta, por sua vez, acaba por arrasar a libata desse soba.

contactos, tendo em vista a sua instalação na Humpata⁸⁷. Os enviados bóeres eram acompanhados por dezenas de bochimanos, como se constata de uma carta de Alexandre José da Cruz, Delegado do governo de Mossamedes:

“Mais de sessenta muximbas das margens do rio Cunene, não trazem nada para vender. Essa gente é da raça dos macoagalas que provavelmente vivem com os verdadeiros Boers, são fulos e de carapinha mais enroscada que os negros comuns, falam com estalos da língua no céu da boca como os mucoangalas [...] “vieram por aqui e que o destino é para irem aos covas, roubar gado”⁸⁸.

Dali seguiram para Mossamedes a fim de contactarem com o respectivo governador. E logo que o governo português aceitou a pretensão dos “holandeses do Cabo” de instalarem uma colónia na Humpata⁸⁹, cerca de 280 bóeres chefiados por *Jacobus Botha* iniciaram a marcha para a Huíla com os seus pesados carros de quatro rodas de madeira e de ferro, puxados por dez ou mais juntas de bois, trazendo consigo cerca de 2000 cabeças de gado bovino, uma centena de equinos e muitos ovinos, bem como muitos acompanhantes, entre serviçais e filhos descendentes de africanas. Acompanhava-os o padre *Duparquet*, que considerava a iniciativa de grande utilidade, para ambas as partes. E não havendo estradas, foram eles próprios a abrir centenas de km dos primeiros trilhos ou picadas, por onde avançaram lentamente as suas carroças, desde o Humbe até à Huíla (e depois ainda rumo ao litoral), acabando por se fixarem na Humpata⁹⁰, onde fundaram a Colónia de S. Januário. Tinham decorrido quase 4 anos sobre a sua fuga do Transval, tinham passado por inúmeras vicissitudes, mas também tinham adquirido um conhecimento aprofundado das terras e das gentes, o que lhes permitia uma rápida e imediata integração em qualquer ambiente

⁸⁷ Nessa mesma altura, o governador-geral propõe ao ministro da Marinha e Ultramar a nomeação do capitão José Maria Silva Macedo, para chefe do concelho da Huíla e a constituição do concelho do Curoca, ou Pinda, atendendo ao facto de também ali estarem instalados os bóeres e de terem provocado distúrbios, pelo que seguiria para a zona um destacamento militar. Os bóeres tinham fundado a República do Natal em 1839, a República de Orange em 1842 e a República do Transval em 1852, já depois da chegada a Mossamedes dos colonos procedentes de Pernambuco.

⁸⁸ Apud CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 174.

⁸⁹ Em Setembro de 1880.

⁹⁰ Em Janeiro de 1881. Segundo Jorge Arrimar, “Humpata” resulta da corruptela do termo indígena *Omphata*, que significa “Terra de Conflitos” ARRIMAR, Jorge de Abreu – *Os Bettencourt: da Ilha da Madeira ao planalto da Huíla*. Macau: Tipografia Kok On Co, 1997, p.16. Três meses depois da instalação dos bóeres na Humpata, em Abril de 1881, a Inglaterra foi obrigada a reconhecer a anterior autonomia da República do Transval (Bóer) e a assinar o Tratado de Pretória, depois de os bóeres terem vencido os ingleses em *Mayuba Hill*. A República Bóer recuperava a sua independência, depois de muitas lutas, conhecidas por “Guerra dos Bóeres”, ficando sob a chefia do presidente *Kruger*. Afinal tratava-se de uma “corrida ao ouro”! O pretexto da defesa dos nativos contra a escravatura servia aos ingleses para escravizarem os bóeres e os negros, obrigando-os a descerem ao fundo das muitas minas então descobertas e fazendo com que ali chegassem muitos milhares de aventureiros e garimpeiros de ocasião.

africano, por mais hostil que fosse, pelo que se poderá dizer que se trata da maior e da mais bem preparada (tecnicamente e ecologicamente) colónia a fixar-se no sudoeste angolano. Estavam adaptados ao meio, sabiam o que faziam e, sobretudo, o que queriam. Sobre estas e outras vantagens, não negligenciáveis, sublinhe-se o facto de eles, por si só, triplicarem a população branca do Planalto, bem como o reforço dos níveis de armamento, pois traziam consigo um mínimo de 300 espingardas. Por outro lado, também aumentava a mobilidade da população branca em geral, na medida em que os seus carros de bois e os seus cavalos “revolucionavam” as ligações entre as diversas povoações.

E com a instalação dos bóeres na Humpata, vieram grandes mudanças e fervores: ainda em Janeiro, seguiu para Mossamedes uma delegação de alguns deles, escoltados por um destacamento militar comandado pelo alferes Artur de Paiva, a fim de legalizarem a sua instalação no Planalto da Huíla, enquanto os que permaneciam na Humpata iniciavam a abertura de arruamentos e de um canal de irrigação com cerca de 5 km de comprimento, a partir do rio Nene⁹¹, destinado a abastecer cerca de 150 famílias. Na sequência da diligência efectuada pela delegação bóer, o governador Nunes da Mata deslocou-se de imediato à Humpata, para efeitos de distribuição de lotes de terreno aos novos colonos⁹². O termo de concessão firmado por Nunes da Mata e *Jacobus Botha* e em que são cedidos cerca de 3.000 hectares de terra, em lotes de 200 hectares por família e à sua escolha, foi concluído a 15 de Setembro de 1881, nos termos da legislação em vigor para os baldios. Vale a pena citar uma disposição cautelar do contrato inicial, coligida por António Trábulo:

“Terreno cultivado pelo gentio é propriedade deles e não pode ser dado aos colonos que, portanto, não podem tirar-lhes o mesmo”⁹³.

Mas o governo português, inopinadamente e na tentativa de sedentarizar algumas centenas de emigrantes brancos, irá decretar a “nacionalização” de todos os bóeres da colónia de S. Januário⁹⁴, a qual será oficialmente inaugurada a 19 de Fevereiro de 1882. Tratava-se apenas uma forma hábil de “ocupação efectiva”, por interposição de terceiros, que logrou converter a Humpata numa colónia interna de fugitivos do Transval, que até tinham saído de casa sem destino. Vivia-se bem na Humpata, os bóeres descobriam que ali não lhes faltava protecção e suspiravam de alívio.

⁹¹ O rio Nene, ao contrário do que sugere o seu nome que no idioma nhaneca-humbe (Muílas) significa “grande”, é um rio relativamente pequeno, que nem sequer consta do actual Mapa de Angola.

⁹² Para os futuros colonos madeirenses, os governantes portugueses não terão a mesma disponibilidade.

⁹³ TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 38.

⁹⁴ 23 Novembro de 1881. Cerca de 1 ano depois, a Portaria nº 344 de 4 de Setembro de 1882, concederá facilidades de naturalização aos colonos bóeres instalados em Angola.

6.6. – Missões exploratórias: indícios e riscos da retoma colonialista

A partir do ano em que os bóeres debandaram do Transval multiplicaram-se as missões de exploração do território angolano. O Dr. José Anchieta seguiu para Quilengues e Caconda⁹⁵, enquanto Ernesto de Vasconcelos e uma equipa de exploradores percorria a zona costeira, da Baía dos Tigres à foz do Cunene. Logo a seguir chegaram a Luanda os exploradores Serpa Pinto e Hermenegildo Capelo (este pela 2ª vez em Angola). *Henry Stanley*, vindo da costa oriental de África, seguiu o curso do rio Zaire e chegara a Boma, a norte da Pedra do Feitiço⁹⁶, onde foi recolhido por portugueses. Pouco depois desembarcava em Luanda Roberto Ivens⁹⁷, iniciando-se então um importante ciclo de viagens financiadas por subscrição nacional e apadrinhadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, que muito notabilizaram os exploradores portugueses Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens. Contudo, por terem sido largamente escrutinadas essas viagens e por existirem vários trabalhos de pormenor sobre esta matéria, considerámos que não seria necessária a sua inclusão no âmbito do presente trabalho, até porque estes grandes exploradores irão repetir rotas já anteriormente palmilhadas por outros viajantes menos credenciados e muito menos apoiados pelos governos ou pela SGL, como é o caso de Gregório Mendes, Pinheiro Furtado, Pedro Alexandrino da Cunha e João Francisco Garcia, referidos na primeira parte deste trabalho. Ou as inúmeras andanças de sertanejos a expensas próprias como Silva Porto⁹⁸, bem como dos pombeiros *Chacahanga*⁹⁹, António (de Pungo Andongo) e *Caiumbuca* (pombeiro célebre de Silva Porto, considerado por Serpa Pinto o melhor da África Austral). E, colocada esta ressalva, passamos aos acontecimentos mais significantes, que marcaram o período que antecedeu a preparação das colónias madeirenses que viriam a povoar o Planalto da Huíla.

Nos primeiros dias de Junho de 1878 entrou em funções o governo do coronel Vasco Guedes de Carvalho e Menezes¹⁰⁰, que se manterá no cargo por dois anos, os quais coincidiram com as primeiras viagens de Serpa Pinto, Almeida Lima (à foz do

⁹⁵ Em Julho de 1877. O notável explorador José de Anchieta desenvolveu uma importante acção científica e universalista, tendo classificado 16 espécies zoológicas. Nascera em Lisboa, em 1832 e desde 1864 havia percorrido as regiões de Cabinda, Loango, Benguela e todo o sul de Angola, em explorações zoológicas. Morrerá em Caconda, com 65 anos de idade.

⁹⁶ Ver Mapa VII, no final do presente Capítulo.

⁹⁷ Setembro de 1877.

⁹⁸ Em 1878 a SGL fez um apelo para que, em nome do “reconhecimento nacional”, o Estado desse uma pensão a Silva Porto, de modo a poder, como desejava, “vir morrer na Pátria que honrada e dedicadamente servira”. O Estado não se interessou e Silva Porto não morreu em Portugal. VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006, p. 18.

⁹⁹ Em Maio de 1878, Serpa Pinto seguiu para Caquenha, onde foi recebido pelo célebre sertanejo *Chacahanga*.

¹⁰⁰ Foi nomeado para governador-geral depois de ter sido governador na Índia, Moçambique e Cabo Verde.

Cunene)¹⁰¹ e de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, que se estendem desde a bacia do rio Cuango (norte) às bacias do Zambeze e Cunene, no sudeste e no sul, respectivamente, passando pela região central (Benguela, Quilengues Caconda¹⁰² e Bié), incluindo a zona do Alto Chicapa, designada por “Mãe das Águas”, donde brotavam os rios Chicapa, Chiumbe, Luachimo, Cuango, Cassai e Cuilo¹⁰³. As grandes viagens estavam na ordem do dia, só começando a perder protagonismo quando se começou a desenhar a eventual fixação de uma colónia bóer no Planalto da Huíla.

Entretanto, ocorreu mais uma tentativa falhada para a instalação do Forte da Quihita¹⁰⁴, com a retirada das autoridades e ficando os comerciantes entregues à sua sorte, ou ao seu azar, enquanto mais a sul os ingleses ocupavam *Walfish Bay* ou *Walwis Bay*, sem qualquer resistência por parte dos portugueses que antes ocupavam o Cabo Frio e que recuaram para norte¹⁰⁵. Mas a ameaça e o perigo inglês ainda havia de continuar, não só a sul como ainda a noroeste, pois a *Tchibemba* (Gambos) e o Humbe continuavam abandonados por falta de segurança no final de 1878, situação de abandono que também ocorria no Jau, na Bata-Bata e até na Huíla, cuja guarnição do forte, meio desmoronado, não tinha condições para assegurar a tranquilidade no Planalto, como era sua incumbência primordial. Nessa altura o Planalto da Huíla contava com uma população de “apenas 100 civilizados, dos quais 75 eram brancos”¹⁰⁶. De resto, os eventuais reforços concentravam-se agora em Capangombe e no Munhino, que se tinham transformado em zonas produtoras de algodão, uma cultura em alta, devido à quebra de produção americana. E para agravar ainda mais o sentimento de insegurança, um acontecimento absolutamente imprevisível veio sobressaltar todos os europeus intervenientes no processo de conquista e submissão dos povos africanos da África Austral: trata-se da Batalha de *Isandhlwana*¹⁰⁷, ganha pelos Zulus (Matebeles chefiados pelo seu rei *Lobengula*) contra os britânicos (a maior potência colonial da época), considerada uma das mais estrondosas e humilhantes derrotas de um exército bem armado face a um exército composto por cerca de 4.000 guerreiros africanos, equipados com as suas armas tradicionais. Em *Isandhlwana*, o

¹⁰¹ Em Outubro de 1879, uma expedição chefiada pelo tenente da Armada Almeida de Lima, foi encarregada de explorar o rio Cunene e a sua foz, com a canhoneira *Tâmega*. Como a canhoneira não tinha hipóteses de os acompanhar ao longo da costa (foz do Cunene) acabaram por cancelar a expedição.

¹⁰² A 6 de Janeiro de 1878, Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens alcançam o forte de Caconda. Mas, para grande surpresa ali encontram o já célebre zoologista Dr. José de Anchieta.

¹⁰³ Em conformidade com o novo Mapa de Angola (Escala: 1: 2.000.000), pouco fiável quanto à toponímia.

¹⁰⁴ Talvez em Fevereiro de 1878. Ver Mapa VIII (Capítulo 7).

¹⁰⁵ Em Maio de 1878 os ingleses instalados ao sul do rio Cunene receberam pedidos de socorro de alguns portugueses que se sentiam desprotegidos pelas forças do seu governo.

¹⁰⁶ PÉLISSIER, René – *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, vol. 1, p. 143.

¹⁰⁷ 22 de Janeiro de 1879.

1º Batalhão do 24º Regimento de Linha Britânico perdeu mais de 350 homens, numa batalha em que se verificaram cerca de 850 baixas britânicas, incluindo 50 oficiais. Se bem que o desnível de desenvolvimento dos dois mundos (europeu e africano) explique em parte a relativa facilidade com que foram submetidos os povos africanos, e embora o reino Zulu¹⁰⁸ tenha sido mais tarde derrotado pelos ingleses em *Rorke's Drift* e *Ulundy*, ficou então comprovado que não bastava a superioridade do armamento e o desprezo por um inimigo considerado inferior, para garantir a vitória.

Notícias como esta só poderiam aumentar a apreensão dos portugueses no sudoeste angolano, onde persistiam os assaltos e os roubos de gado, que ocorriam também em Mossamedes e em Quilengues, onde o soba *Cunhema* decapitou alguns assaltantes, levando depois as suas cabeças ao chefe do concelho, gesto que foi censurado pelo governador de Benguela, Ferreira de Melo, por discordar de tal prática.

Entretanto continuava a notável acção do padre *Duparquet* e do padre José Maria Antunes, que seguiram para a Huíla e adquiriram uma propriedade no Munhino, para a Procuradoria, ao mesmo tempo que era fundada a Missão do Humbe. E, expressivamente, foi o próprio rei do Cuanhama, *Tchipandeka*, que em Agosto de 1879 pediu ao respeitado padre *Duparquet* a instalação de uma missão no seu território. De resto, vale a pena ler o diário de *Duparquet* "Viagens na Cimbebásia"¹⁰⁹, através do qual se pode avaliar o notável sentido de observação e sensibilidade com que pautava as suas relações com as populações do sudoeste angolano, ficando-se a saber, muito sinteticamente:

- 1) Que quando o rei *Nihombo* lhe concedeu um terreno para construir uma Missão, retorquiu que ainda não o tinha feito porque o rei ainda não lhe dera permissão de ali viver, facto que demonstra o grande respeito que tinha pelos povos africanos.
- 2) Que o rei *Nihuma* foi o primeiro a receber os Europeus, que gostava de os atrair ao seu território mas que nem sempre tivera razão para felicitar-se por isso.
- 3) Que *Nihuma* (segundo o sr. *Palgrave*) mandara matar e roubar um português.
- 4) Que junto de *Nihuma* se haviam estabelecido alguns missionários finlandeses que se esforçavam por inculcar o cristianismo. Tendo morrido um seu irmão, *Nihuma* mandou chamar os missionários e disse-lhes: - Ensinaste-me sempre que, na vossa religião, os homens devem ressuscitar depois da morte. Aqui está o meu irmão, que morreu há três dias; se o que haveis pregado é verdade, restitui-lhe a vida. Como tal não era possível o rei mandou-os abandonar a Estação, que nunca mais foi restabelecida.

¹⁰⁸ Vide ADAS, Michael – *Machines as the Measure of Men: Sciece, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca, New York: Cornel University Press, 1989. Os Zulus ocupavam territórios que actualmente correspondem parcialmente à Africa do Sul, Lesoto, Suazilândia, Moçambique e Zimbabué.

¹⁰⁹ Diário reportado ao ano de 1880.

5) Que *Nihuma* apreciava as construções à europeia e que o seu palácio era construído com adobes e cercado por um muro de adobes. O seu sucessor, *Nihombo*, tornou a adoptar o sistema antigo, que *Duparquet* julgava preferível do ponto de vista estratégico. “São com efeito muito mais difíceis de destruir as paliçadas dos Ovampos do que os muros de tejo”.

6) Que na *Nimézia* (?) havia numerosos poços, que cada horta possuía ali o seu poço privativo e que a superfície da água estava coberta por magníficos lótus de flores azuis, os quais eram arrancados pelos indígenas para recolher os tubérculos comestíveis.

Outros sinais, igualmente, indiciavam a iminência do reatamento da colonização: intensificavam-se as actividades em Angola do Banco Nacional Ultramarino, cuja empresa de navegação fazia agora as viagens de transporte de pessoas e mercadorias ao longo do rio Cuanza, desde o Dondo até Luanda¹¹⁰. E a SGL propunha a continuidade das explorações geográficas e a urgente criação de locais para desenvolvimento do comércio e da indústria, e a fundação de mais missões, assim como a implementação do ensino, da agricultura e dos meios de comunicação.

Todavia, em absoluto desrespeito pela lei vigente, continuavam a partir de Benguela e do Amboim diversos escravos destinados a S. Tomé¹¹¹.

6.6.1. – Progressões para o interior leste de Angola

O incansável Silva Porto, que regressara ao Bié acompanhado do seu célebre pombeiro *Caiumbuca* e do sertanejo Santos, iniciou uma longa viagem até ao Cassai, no nordeste de Angola. Circulavam então diversas caravanas, as quais tinham de pagar os elevados tributos estipulados pelos sobas. Mas no sudoeste mais profundo, novas perspectivas, aparentemente menos sombrias, começam a abrir-se aos povoadores europeus, pese embora a persistência das “guerras do Nano” e uma nova expulsão dos portugueses do Humbe, onde até tinham conseguido construir uma fortificação, contra a vontade do soba *Chaungo*¹¹².

¹¹⁰ Já tinha efectuado 72 viagens, transportando 1000 passageiros, café, borracha, coconote, amendoim, etc. A 7 de Janeiro de 1880, o mesmo B.N.U. patrocina a Abertura da Escola “17 de Março” (Ensino Primário Elementar e Superior), no prédio da falecida D. Ana Joaquina, em Luanda. Em 1880, o B. N. U. preparou a exportação de 80 mil arrobas de café, além do algodão borracha e cera. A exportação da borracha atingia então elevados valores. Em Angola havia então uma ligação telefónica entre a capital e o Dondo, numa extensão de 244 km, com 8 estações intermédias.

¹¹¹ Isto em Julho de 1880! No 1º dia do mês de Julho entrou em vigor uma nova pauta aduaneira para Angola (substituía a de 1867), aplicada aos portos de Luanda, Benguela e Mossamedes. E, a 8 de Julho, tomou posse o governo de António Eleutério Dantas.

¹¹² A 3 de Março de 1880 foi suprimido o concelho do Humbe.

No já conhecido Planalto da Huíla também se assinalam algumas movimentações importantes: Artur de Paiva passava a comandar as operações de pacificação do Jau, Bata-Bata, Palanca e Lubango, enquanto na Humpata, Chibia e Huíla se iam instalando bastantes portugueses, como assinala um relatório governamental:

“[...] muitos portugueses foram-se estabelecendo nos vales do Lupolo, Mucha, Nene e Chimpumpunhime, ‘os quais, com os simples recursos do seu trabalho e do seu engenho, iniciaram os trabalhos de agricultura’ e, progredindo com eles, a Huíla veio a atingir o seu apogeu, no ano de 1880”¹¹³.

Neste mesmo Relatório, João de Almeida, afirmava que a povoação da Huíla começou a declinar de forma sensível quando se fundou a Chibia, “que lhe levou os melhores elementos e provocou o seu abandono oficial.” E também porque o Estado havia acabado por lhe retirar todos os auxílios e estímulos¹¹⁴.

Ainda mais a sudeste, contudo, nos dois reinos do Cuamato, no Cuanhama¹¹⁵ e no Evale, desenrolavam-se lutas internas pelo poder, havendo confrontos em Quipungo, no Quiteve e no Humbe. Mas como os bóeres já andavam por dentro e por fora da fronteira sul de Angola, o governador de Mossamedes decidiu enviar uma coluna militar, apenas com 10 soldados, comandados por Pedro Augusto Chaves, para recuperar o Humbe¹¹⁶. E na sua qualidade de delegado do governo, o comerciante Clemente de Andrade encarregou-se da reconstrução do forte do Humbe, sem que se verificassem resistências visíveis. Contenção que poderá ser explicada pelo receio de o local estar eventualmente provido com os novos equipamentos militares portugueses, que teriam melhorado substancialmente, incluindo metralhadoras e uma artilharia que permitia derrotar os inimigos, mesmo numa desproporção de 1 para 20.

Ora, é neste enquadramento que em Dezembro de 1880, o governador-geral expôs ao ministro da Marinha e Ultramar a necessidade premente de se efectuar a

¹¹³ ALMEIDA, João de – *Sul de Angola: Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910)*, 2ª Ed.. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 256-257. Artur de Paiva, que em 1874 tomara parte nas campanhas de *Calandula* (Duque de Bragança) e de *Ambaca*, foi promovido a alferes em Junho de 1880. Logo a seguir (Agosto) uma nova “guerra do Nano” assolou Seles, onde estavam instalados cerca de meia centena de europeus que se dedicavam à cultura do algodão, da cana sacarina e, naturalmente, ao fabrico de aguardente. A 12 de Outubro de 1880, o Bispo transferiu o Seminário de Luanda para a Huíla, a cargo dos Espiritanos. Em Novembro o padre *Duparquet* regressou para *Omaruru* (no Sudoeste) e seguiu depois para Lisboa. Queria instalar algumas missões no sul de Angola, enquanto o Bispo de Angola e Congo, D. José Sebastião Neto, solicitava ao ministro da Marinha e Ultramar o envio de missionários para instalar uma missão no Humbe. A 18 de Julho de 1881 foi autorizada a fundação da Missão Católica da Huíla e de um colégio para rapazes e outro para raparigas, bem como de uma escola agrícola.

¹¹⁴ A Chibia foi oficialmente fundada em 1885. Em 1890, a sede do concelho da Huíla passou para a Chibia.

¹¹⁵ Ver Mapa VIII (Capítulo 7). Em Novembro de 1880, o cabo da colónia da Huíla, Francisco da Silva, o “Cabuço”, entregou a bandeira portuguesa ao soba *Napanda* (do Cuanhama), que a ergueu num mastro.

¹¹⁶ Setembro de 1880. Entretanto continuavam a chegar colonos bóeres ao sul de Angola, o que também desagradava ao soba *Chaungo*, que pediu ajuda aos portugueses.

ocupação do sul de Angola. Pouco tempo depois o alferes Justino Teixeira da Silva atravessou a zona dos povos Cuvaes¹¹⁷, com o objectivo de estudar a possibilidade da abertura de um acesso que ligasse a *Tchibemba* (Gambos) a Mossamedes, onde estava quase concluída a ponte cais¹¹⁸. Ao mesmo tempo, iniciava-se a construção de um caminho carreteiro que, atravessando a Serra da Chela, permitiria o estabelecimento de “comunicações regulares entre a vila de Mossamedes e o concelho da Huilla, onde se acha a colonia de boers”¹¹⁹. Contudo, não era aí que estava a chave, como se deduz da publicação de um Decreto do ministro Pinheiro Chagas, visando facilitar a emigração portuguesa para África por um período de 5 anos e com passagens gratuitas¹²⁰. Segundo TRABULO, “o Decreto [...] definiu o modo de recrutamento dos colonos madeirenses”, acrescentando o mesmo autor que o madeirense “Câmara Leme ficou encarregado de os acompanhar, sendo ainda indigitado para construir dois troços de estrada destinada a ligar o Lubango à Humpata e à carreteira que ia da Chela à Huila”. Afirma ainda que Câmara Leme, depois de fazer a estrada que ligava o norte da *Bibala* (Vila Arriaga) à povoação da Huila, só pensava em povoar o Lubango com madeirenses, e que terá escrito ao governador Ferreira do Amaral, a expor essas ideias¹²¹. E logo a seguir saiu um novo Decreto, visando propiciar a civilização dos povos africanos nas suas colónias, nas chamadas “estações de civilização” e a sua colaboração no funcionalismo público (medidas ainda não aprovadas por falta de verbas). O Decreto também previa a criação de uma zona entre Angola e Moçambique, o almejado “Mapa cor-de-rosa”, elaborado pela SGL¹²², facto que coincidia com a apresentação por Silva Porto à SGL de um plano de expedições aos cursos dos rios Zaire, Cubango, Cunene e Zambeze, com carácter científico e comercial, para o qual oferecia a sua colaboração, de modo a combater a concorrência de estrangeiros¹²³.

¹¹⁷ Em Março de 1881. Os Cuvaes pretendiam o apoio dos portugueses contra os seus inimigos internos.

¹¹⁸ Sob a orientação do Conductor de Obras Públicas, D. José Augusto da Câmara Leme, que virá mais tarde a ser nomeado director da Colónia Agrícola Sá da Bandeira. A ponte foi inaugurada a 4 de Agosto de 1881, com pompa e circunstância. O dia 4 de Agosto foi a data da fundação e primeira publicação do quinzenário “Jornal de Mossamedes”.

¹¹⁹ Angolana (Documentação sobre Angola): (1783-1883), V. I, Luanda-Lisboa: IICA-CEHU, 1068, p. 361. (Anotações de Mário António de Oliveira). A redacção é ambígua, pois permite extrair a ilação de que só a partir da instalação dos bóeres na Humpata, com os seus carros, é que começou a fazer sentido a abertura de um caminho.

¹²⁰ O Decreto, em conformidade com a lei de 28/3/1877, tem a data de 16 de Agosto de 1881.

¹²¹ Sendo madeirense, é provável que Câmara Leme não ignorasse o que em 1881 se passara em Porto Santo: eram anos de segura e arrancavam-se raízes (rilha-boi) para dar ao gado. Um dia inteiro a cavar chão ressequido e duro. O gado na espinha, a barriga a dar horas. Chegavam a utilizar a palha dos colchões para alimentar o gado, passando a dormir nas tábuas. Vide BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987.

¹²² Decreto datado de 18 de Agosto de 1881. Ver cópia do “Mapa cor-de-rosa” em Anexo 3.3.

¹²³ A exportação do marfim atingia o seu auge.

Mas, a refrear este súbito entusiasmo, também é verdade que já havia gente descontente ou menos optimista, como comprova a carta do procurador da Coroa e Fazenda, João José da Silva, para o rei de Portugal:

“Não ignora Vossa Excelência quanto está deslustrado n’estas paragens o prestígio do nome portuguez. As exortações e maus tratos de que os pretos são victimas por parte dos brancos temnos desacreditado consideravelmente no sertão, onde lavra tão grande descontentamento contra a dominação portugueza que o gentio está a espreitar attentamente a ocasião mais oportuna para se insurgir à mão armada”¹²⁴.

Muito mais objectivo e prático era o dinâmico padre Carlos *Duparquet*, que tinha vindo a Lisboa resolver umas questões legais relacionadas com as suas andanças pela Huíla e a sua disposição de organizar a primeira Missão Espiritana no sudoeste angolano, logo embarcando para Angola, na companhia do padre José Maria Antunes e outros missionários¹²⁵. Depois de atravessarem o deserto do Namibe e de subirem a Serra da Chela, *Duparquet* e a sua comitiva alcançaram a Huíla. À chegada, logo verificaram que às mãos dos bóeres tinham ido parar todas as coisas, as terras, os animais e as águas, não sobrando espaço útil para instalar a projectada missão. Entraram em litígio com os bóeres, conseguindo demarcar cerca de 1.500 hectares na bacia do rio Lupolo, próximo da Huíla, em terrenos que já estavam demarcados pelos bóeres¹²⁶.

Na Missão da Huíla os missionários Espiritanos irão introduzir diversas espécies frutícolas, tais como romãzeiras, laranjeiras, marmeleiros, pessegueiros e macieiras, para apenas citar as que melhor se adaptaram e que viriam a ser determinantes para os futuros colonos. E também experimentam a massambala (*Sorghum bicolor*)¹²⁷, 15 variedades de trigo, 8 de aveia, 4 de cevada, 16 de ervilhas e 49 de batata, para além da construção de tanques para piscicultura. Organizada esta importante estação experimental, os padres Espiritanos ainda compraram mais 200 hectares destinados à instalação da “Nova Atlântida” (Missão do Munhino), que ficava próxima da Huíla.

E o sucesso da Missão da Huíla foi tão evidente, que os alunos do Seminário Diocesano do Bispado de Angola e Congo foram transferidos, em Outubro de 1882,

¹²⁴ Apud CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 181.

¹²⁵ A 5 de Outubro de 1881. O padre José Maria Antunes foi um notável colector de plantas a quem os botânicos dedicaram a *Antunesiana*, “matambote” ou *Mutomboti* (*Crysophyllum antunesii*). Era pároco na Huíla desde Julho de 1878. Fora aluno de *Duparquet* em Braga e a sua missão (ou missa) política era salvaguardar a nacionalidade portuguesa da Missão Espiritana instalada na Huíla em Novembro de 1881, da qual se tornou Superior em 1885, já depois da morte de *Duparquet* em 24 de Agosto de 1888.

¹²⁶ A decisão de povoar com os bóeres o sul de Angola, não foi uma decisão que agradasse a todos. Em 1883, Pinheiro Chagas, tentará compensar a sua inquietante presença em Angola com a instalação de colónias de origem portuguesa.

¹²⁷ De origem africana, este sorgo (o 5º cereal do mundo) foi introduzido no Brasil em meados do século XX.

para aquela Missão espiritana, onde também tinha sido criado um internato para indígenas. Finalmente, o padre José Maria Antunes, que seguira para o Humbe e Cuanhama com o padre *Duparquet*, o padre *Carlos Wunemburger* e ainda 3 auxiliares, instalou a Missão de *Ondjiva* (Pereira de Eça)¹²⁸.

Por outro lado, também se potenciava a rede de comunicações, tendo sido celebrado um contrato entre o governo português e a Empresa Nacional de Navegação, para a realização de um mínimo de 12 viagens (ida e volta), até Mossamedes¹²⁹, com saídas de Lisboa e Luanda e que fariam escala, tanto na ida como na volta, nos portos do Funchal, S. Vicente, S. Tiago, Príncipe, S. Tomé, Rio Zaire, Ambriz, Luanda e Benguela. Desenhava-se assim um ténue canal de comunicação entre o sul de Angola e o exterior, pese o facto da população de Luanda ser de apenas 11.172 habitantes, sendo 1.453 europeus, dos quais cerca de metade (718) eram degredados!

6.6.2. – Iminência da chegada de colonos à Huíla: resistência dos sobas

Nestas circunstâncias, o ano de 1882 parece ser o ponto de partida da preparação de condições para a recepção de uma colónia madeirense no local designado por Lubango, um luxuriante vale localizado numa zona protegida por montanhas, que parecia ter excelentes condições para o desenvolvimento da agricultura europeia. Era necessário começar a “limpar” o espaço, de modo a permitir uma instalação pacífica, pelo que o governo do distrito decidiu enviar um emissário ao soba do Lubango, que se mantinha hostil e perturbador¹³⁰. Seguiu então da *Bibala* (Vila Arriaga) o agricultor e capitão de 2ª linha Nestor da Costa, com algumas tropas nativas, que irão tentar submeter o renitente soba do Lubango. Em vão, pois o soba “Cabeça Grande”, depois de ter perseguido as forças portuguesas, desistiu do Lubango e fugiu para outra zona, facilitando de certo modo o objectivo dos portugueses, que era manter o terreno livre¹³¹, numa altura em que os pioneiros luso-brasileiros e seus descendentes já ocupavam uma grande parte da faixa compreendida entre Mossamedes e a Serra da Chela. Na verdade, alargara-se a área de influência europeia até às faldas da serra, já depois dos colonos terem conseguido manter 63 fazendas à volta de Mossamedes e

¹²⁸ *Duparquet* fundou as missões do Congo e da Huíla (as suas meninas bonitas), facto que despertou alguns incidentes diplomáticos, na medida em que a fundação de Missões por estrangeiros (*Duparquet* era francês) violava o “direito de padroado”, uma questão largamente estudada por Luciano Cordeiro, que por vezes se refere aos missionários do Espírito Santo.

¹²⁹ 5 de Agosto. A publicação no Boletim Oficial de Angola do contrato de 31/12/1881 com a Empresa Nacional de Navegação, só ocorreu a 5 de Agosto de 1882. Ver Portaria Ministerial de 7/6/1882.

¹³⁰ Em Março de 1882. Como já foi referido, o governo estava sedado em Mossamedes.

¹³¹ Vide DELGADO, Ralph – *Ao Sul do Cuanza*, [S.l.:s.n.], Vol. II, p. 24.

na costa, e de existirem mais 32 fazendas na zona semidesértica entre Capangombe e Munhino. E a 28 de Agosto de 1882 chegava a Luanda um novo e “dinâmico” governador-geral, Francisco Ferreira do Amaral, que tomará posse a 30 de Agosto¹³². Fora governador de Mossamedes, mas tinha sido demitido “por excesso de zelo”!

De qualquer maneira, todo este inusitado frenesim parecia muito pouco, se comparado com a vastíssima extensão territorial a ocupar e tendo em conta a permanente pressão e o poderio naval de outras nações da Europa, igualmente instaladas em África¹³³. Era evidente que Portugal não tinha em Angola meios humanos e materiais suficientes para garantir uma efectiva presença nas posições pretensamente ocupadas, como bem patenteava a situação em Caconda e no Cubango, sob ameaça de “invasão” de novos bóeres, e outros aventureiros. Muitos desses “novos bóeres” estavam apenas interessados em aproveitar a oportunidade concedida para a sua naturalização por mera fixação no Planalto da Huíla¹³⁴, baseada no recenseamento do chefe do concelho, estatuto que até proporcionava a concessão de grandes lotes de terrenos, privilégio que desagradava aos portugueses e que também não era bem visto pelos vizinhos ingleses! De resto, a penúria de condições materiais e humanas era de tal magnitude, que em Novembro de 1882, no restabelecimento do concelho do Humbe, o cidadão Clemente de Andrade foi nomeado chefe, mas sem qualquer vencimento e ainda com a obrigação de construir à sua custa uma fortaleza no Tolo! Essa exiguidade de meios foi implicitamente reconhecida pela Portaria nº 347, de 27 de Novembro de 1882, que mandou integrar o concelho da Catumbela na cidade de Benguela, como bairro, de modo a reduzir as disputas entre os dois concelhos¹³⁵.

Mas, apesar de todas as carências, foi no final do ano de 1882 que a pressão portuguesa no sentido de “libertar” zonas consideradas de interesse no Planalto da Huíla mais se acentuou. O soba da Huíla, *Chitola*, incomodado com as frequentes

¹³² A 7 de Junho de 1882 morreu o governador-geral Eleutério Dantas, pelo que foi constituído um Concelho de Governo de Angola, integrado por D. José Sebastião Neto (bispo), Manuel (Miguel?) Gomes de Almeida (general), Adelino António de Sá e J. J. Coelho Carvalho Jr., o qual tomou posse nesse mesmo dia. Nessa altura o padre *Duparquet*, residente na Missão do Mutano (no Humbe), por ele fundada e onde se instalaram alguns religiosos irlandeses em 1882, explorava a região do Evale e Mupa até Cassinga, criando uma nova Missão além Cunene, em Ombandja (entre a Mupa e o Cuvelai), local onde se verificou um incidente desagradável em que o soba *Nambundi* terá rasgado a bandeira portuguesa. Ver Mapa VIII (Capítulo 7).

¹³³ Em 1882 Portugal possuía 491 navios mercantes com uma capacidade não superior a 90.000 toneladas, enquanto a Holanda dispunha, em 1883, de 797 unidades com a capacidade de 875.000 toneladas, ou seja: embora tivesse cerca de 25% de navios a menos que a Holanda, Portugal apresentava, comparativamente, uma desvantagem enorme em termos de tonelagem, quase dez vezes menor! Foi por isso que a carreira regular entre Lisboa e as suas colónias, iniciada em 1882, foi entregue a uma companhia portuguesa subvencionada, a Empresa Nacional de Navegação. Os “vizinhos” alemães chefiados por *Luderitz*, instalam-se em 1882, com “armas e bagagens”, em Angra Pequena (a sul de Mossamedes).

¹³⁴ Em Outubro, o governador-geral visita a Humpata para apreciar o funcionamento da colónia bóer e as suas relações com a população.

¹³⁵ Reordenamento administrativo que gerou uma grande polémica com o governador de Benguela, Soares Coelho, que alguns dias antes havia proposto a limitação dos concelhos do litoral do distrito.

digressões de portugueses, desapareceu das vistas¹³⁶, abandonando a sua embala, deserção que levou o governador-geral, Ferreira do Amaral, a enviar um *Ofício* ao ministro da Marinha e Ultramar a comunicar a fuga do referido soba, cujo teor, que a seguir se transcreve, revela o pendor ostensivo dos governantes portugueses:

“Em officio de 11 do corrente participa-me o governador de Mossamedes ter-se evadido da sua emballa o soba da Huilla, contrariado pela colonização europea. Consta, porem, á ultima hora, por informações particulares, ter regressado, mas quer seja assim quer não, não tem o mesmo soba importancia alguma nem moral nem material visto como não passa de um velho bêbado, sem consideração¹³⁷.

E quatro meses depois seguiria um aditamento ao *Ofício* nº 432, do qual apenas se transcreve a parte que se reporta ao soba da Huíla, através do qual é possível avaliar do desprezo que os portugueses nutriam pela personagem e como estavam já em marcha algumas operações de controlo da região:

“O ex-cheffe da Huilla [...] havia permitido a fuga do soba [...] e tinha estado em parlamentarismos de infeliz rezultado com um negro boçal que dominado por influencias extranhas pretendeu e conseguiu collocar-se em rebellião.

Não Havia grandes inconvenientes na ausencia do sobba mas havia-os no acto de indisciplina por elle praticado de não regressar ao seu lugar quando uma tal ordem lhe havia sido intimada [...] por emissários do actual cheffe.

Em vista da recusa ordenou o governador uma expedição de forças que recolocassem o sobba no seu lugar e teve esta um êxito brilhante [...]”¹³⁸.

Constatado o desaparecimento do soba da Huíla, tido por pouco reverente para com a política de ocupação de terras e com os roubos de gado perpetrados pelos brancos (portugueses e bóeres), tornou-se evidente que a débil administração colonial também não era assim tão indiferente à rebelião que se adivinhava vir a acontecer. Talvez por isso, o prestigiado capitão de 2ª linha, Pedro Augusto Chaves, chefe da Huíla, foi encarregado de tentar fazer regressar às suas terras não só *Chitola*¹³⁹, mas também os sobas *Gunga*, *Galangue* e *Garengue* (da zona da Humpata), igualmente refractários aos portugueses, ao mesmo tempo que Artur de Paiva e alguns moradores da Humpata assinavam e enviavam para o governador-geral, Ferreira do Amaral, uma carta em que tentavam passar a ideia de que a situação estava controlada. Na carta

¹³⁶ A 11 de Dezembro.

¹³⁷ *Ofício* nº 432 (18-12-1882). *Angola: Documentação sobre Angola*, Luanda, Vol. I, 1968.

¹³⁸ *Ofício* nº 96 (9-3-1883). *Angola: Documentação sobre Angola*, Luanda, Vol. I, 1968.

¹³⁹ Final de Janeiro de 1883.

(ou mero exercício de calculada bajulação), convenientemente firmada por um soba da Humpata, baptizado com o nome de “Francisco Ferreira do Amaral”, constava um rasgado agradecimento do soba ao governador-geral, garantindo que “os sobas só raramente eram inimigos das autoridades”¹⁴⁰. Mas, ao que parece, as diversas operações de aliciamento e aproximação efectuadas por Pedro Augusto Chaves não surtiram qualquer efeito prático, antes pelo contrário: sitiado na fortaleza da Huíla, Pedro Chaves resistiu estoicamente à tentativa de tomada da fortaleza por uma horda enfurecida, supostamente de gente ligada a *Gunga*, que além de ameaçar tomar a fortaleza também ameaçava assaltar a povoação, pelo que Pedro Chaves pediu auxílio aos vizinhos concelhos do Bumbo e da Humpata¹⁴¹. Conseguindo reunir uma coluna com cerca de 70 homens, Pedro Chaves passou então à ofensiva e atacou as libatas dos descontentes *Gunga*, *Galangue* e *Garengue*¹⁴², apreendendo o gado de *Galangue* e pondo em fuga os contestatários, após diversos tiroteios, nomeadamente na Tamba e em Banda. O gado foi apreendido sob protestos de um grupo de proprietários que, “em vozeria infernal affirmava que seria aquelle o ultimo dia de domínio dos brancos aos quaes correriam até baixo da serra”¹⁴³. Porém, uma prova irrefutável de que a região se preparava para receber novos colonos é a última parte de *Ofício* nº 96, enviado já depois de regularizada a situação. Reza o seguinte:

“ [...] O resultado obtido foi porque tiveram receio da nossa attitude energica agora e com esta licção é de suppôr que não haja repetições sendo quazi certo que ficará por dous ou tres annos garantido o socego no planalto da Chella como tanto convem desde que há esperanças da fundação de largos estabelecimentos agricolas”¹⁴⁴.

Outro indício de que se preparavam novas acções coloniais foi a saída do Regulamento especial para os degredados enviados e a enviar para Angola¹⁴⁵, e a conclusão da “estrada” entre a *Bibala* (Vila Arriaga) e a Huíla, com 70 km de extensão¹⁴⁶.

¹⁴⁰ PÉLISSIER, René - *História das Campanhas de Angola (1845/1941)*. II vol., p. 150. O voluntarismo do soba é duvidoso, na medida em que, tal como os outros sobas, não poderia estar satisfeito com a espoliação das suas terras, generosamente distribuídas pelos portugueses aos bóeres vindos do Transval.

¹⁴¹ A Humpata ascendera à categoria de concelho a 17 de Janeiro, com uma Comissão Municipal formada por bóeres, sendo administrador Artur de Paiva. Poucos dias depois, a P.P. nº 68 de 23 de Janeiro, dissolve a Colónia Agrícola “Júlio Vilhena” de Pungo Andongo e autoriza a sua transferência para a Humpata.

¹⁴² Março de 1883.

¹⁴³ *Ofício* nº 96 (9-3-1883). Ainda em Março de 1883, o governador-geral, Ferreira do Amaral, apresenta uma proposta de condecoração de Pedro Augusto Chaves, por ter resistido com bravura na fortaleza da Huíla. Em Abril, o capitão Pedro Chaves e o sargento Marques Loureiro, intervenientes nos combates na zona da Huíla, foram agraciados com a Torre e Espada.

¹⁴⁴ *Ofício* nº 96 (9-3-1883).

¹⁴⁵ Saído a 15 de Fevereiro, através da P.P. nº 91.

¹⁴⁶ A estrada ficou concluída em Agosto de 1883.

Por outro lado, também se verificam alguns casos de aproximação dos autóctones, como é o caso do soba *Muene-A-Longo*, que pediu autorização ao governador de Mossamedes para se fixar com o seu povo na povoação da Humpata, por se sentir ali mais seguro¹⁴⁷. É claro que o governador-geral de Angola, Ferreira do Amaral, logo se apressou a enviar ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar uma cópia do *Ofício* do governador de Mossamedes, Nunes da Mata, em que participa ter o soba *Muene-A-Longo* pedido para se estabelecer na Humpata com a sua gente. A seguir, o governador-geral passa ao auto-elogio da sua política musculada de atracção dos “que querem civilizar-se pelo trabalho”, enfatizando:

“isso me leva a concluir que a política seguida nos sertões do Sul por mim (sublinhado nosso) é a unica productiva, e util.”¹⁴⁸

E no *Ofício* enviado para Luanda, o governador de Mossamedes, Nunes da Mata, também se vangloria de ter recebido do soba do Mulondo um presente de sete bois, autopromoção pateticamente inútil, da qual tece a seguinte apreciação:

“Estes factos e outros que tenho em devido tempo communicado a respeito dos sobas da Huilla, Gambos e Humbe, parece-me que provam cabalmente que o dominio portuguez não é odioso ao gentio, e que as auctoridades administrativas os não tratam mal sem fortísimos motivos, como alguns individuos ás vezes se fazem cargo de apregoar.”¹⁴⁹

Ora, é evidente que Ferreira do Amaral soube recolher os louros, sem destacar, intencionalmente, as acções dos verdadeiros “testas de ferro” que actuavam no terreno. Nas duas comunicações foi sempre omitido o nome de Artur de Paiva, a quem se deveria atribuir o sucesso desta rara interacção¹⁵⁰.

6.7. – A Huila pronta a receber novas colónias de emigrantes

Entretanto chegaram à Humpata 41 colonos portugueses, vindos da extinta Colónia Agrícola “Júlio Vilhena”¹⁵¹. Tinham saído de Pungo Andongo, fugindo da tentação das Pedras Negras, silenciosos domínios da nostalgia e da morte, onde

¹⁴⁷ Em Março de 1883.

¹⁴⁸ *Ofício* nº 103 (17-3-1883). A. H. U. – Angola – 1ª Repartição – Pasta 3, 1882-1883 – Sala 12.

¹⁴⁹ *Ofício* nº 96 (9-3-1883).

¹⁵⁰ Em Março, o soba do Mulondo oferece gado a Artur de Paiva, como sinal de amizade.

¹⁵¹ Fora extinta pela PP nº 68, de 23 Janeiro de 1883. Chegaram à Humpata em Março de 1883.

viviam morrendo, que era uma forma de responder à pena que lhes tinha sido imposta. E, como já seria de esperar, não conseguiram entender-se com a colónia de 325 bóeres já ali instalados em 60 casas, possuindo 50 carros (*wagons*) e cerca de um milhar de cabeças de gado bovino. Artur de Paiva em nada interferiu, pois andava ocupado a viajar pelo Jau, Bata-Bata e Mocuma¹⁵², onde se verificavam os habituais roubos de gado. Assim, que se entendessem, sem lhe perguntarem se concordava com a chuva... Depois, Artur de Paiva seguiu para a Huíla, *Tchibemba* (Gambos) e Humbe¹⁵³, onde consolidou as relações de amizade com os respectivos sobas, passando depois ao Cubango. Mas como surgiram novos atritos com o soba do Jau¹⁵⁴, organizou-se uma força igualmente comandada por Artur de Paiva, que acabou de vez com o pesadelo que constituía a presença daquele soba no Planalto da Huíla.

Poderá dizer-se, portanto, que no último semestre de 1883 já se pensava que o sudoeste angolano estaria minimamente controlado e pronto a receber novas colónias de emigrantes. O governador de Mossamedes, Nunes da Mata, passeava-se pelo Humbe com alguns soldados, tendo renovado o cargo do chefe e capitão de 2ª linha Clemente de Andrade. Depois foi até ao rio Cuvelai, enviando a bandeira portuguesa ao novo rei do Cuanhama, *Nahmadi*, que estava sob a indesejada influência de missionários protestantes e que fora contactado pelo padre *Duparquet*, a quem autorizara a instalar uma missão em Caquele, junto à sua embala, “afinidade” que nada agradava aos ciosos portugueses¹⁵⁵. Em Benguela também se vivia um período de acalmia, bem como no Huambo e Bailundo.

As únicas excepções eram Caconda e o Bié, que ascendera à categoria de concelho¹⁵⁶. Em Caconda registara-se uma tentativa de tomada do forte, pelo que seguiu para aquela zona o recém promovido tenente Artur de Paiva, à frente de uma força armada¹⁵⁷. E no Bié (com Silva Porto de abalada para o Barotze), os missionários americanos logo aproveitaram a ausência do sertanejo para ali se instalarem,

¹⁵² Ver Mapa 8, no final do Capítulo 8.

¹⁵³ Todos dependentes do Distrito de Mossamedes. A 17 de Maio de 1883 foi determinada a delimitação do Distrito de Mossamedes, constituído pelos concelhos de Mossamedes, Bumbo, Humpata, Huíla, *Tchibemba* (Gambos) e Humbe. O seu exagerado prolongamento para leste e sul obrigaria à criação do novo Distrito da Huíla, que ocorrerá em 2 de Setembro de 1901. Vide FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940, Vol. I, p. 10.

¹⁵⁴ Em Maio de 1883.

¹⁵⁵ A oferta foi rejeitada. Em Janeiro de 1884 o jovem soba do Cuanhama (teria cerca de 20 anos), *Nahmadi*, considerado feroz e sanguinário, mas trajando sempre à europeia, certo no tiro e seguro no cavalo, rebelou-se contra os portugueses.

¹⁵⁶ Em Julho de 1883, o governador-geral propôs a criação dos Concelhos do Bailundo e Bié e para seus chefes, respectivamente os comerciantes António Dias Carneiro e Silva Porto.

¹⁵⁷ Em Dezembro de 1883.

tentando persuadir o respectivo soba a entregar-lhes a libata de Silva Porto que, no seu empenhado entender, até deveria ser expulso.

No plano internacional, Portugal também consolidava posições assaz importantes: Foi finalmente concluído o Tratado do Zaire (ou Tratado de Londres) entre Portugal e a Inglaterra¹⁵⁸, “traindo” deliberadamente anteriores disposições subscritas pela Bélgica¹⁵⁹, França, Holanda e Alemanha na Conferência de Bruxelas de 1876. O Tratado estabelecia os limites territoriais portugueses no norte de Angola¹⁶⁰, reconhecendo a soberania portuguesa sobre as duas margens do rio Zaire, até Nóqui, a troco da livre comercialização pelos ingleses na bacia do Zaire e no Zambeze, que também ficavam com a opção sobre a fortaleza de S. João Baptista de Ajudá, quando Portugal resolvesse abandonar aquele território. É claro que as potências preteridas pelo Tratado desde logo contestaram os seus termos, solicitando a sua anulação¹⁶¹. *Bismark* moveu influências¹⁶² e o governo inglês acabou por denunciar o Tratado efectuado com Portugal, passando a pôr em causa a posse dos domínios a norte do rio Loge até Cabinda. E surgiram novamente dúvidas sobre a ocupação portuguesa do Ambriz até Cabinda¹⁶³, com a Grã-Bretanha a impor a Portugal a não ocupação do território a norte do Ambriz, desde o Paralelo 5° - 12' até ao Paralelo 8°.

Entrementes, foi substituído o Código Administrativo, que vigorara até 6/5/1878, em virtude da nova realidade ultramarina, provavelmente mais alicerçada em esperança do que em possibilidades reais¹⁶⁴.

Tinham passado 25 anos sobre a chegada dos colonos luso pernambucanos ao Namibe e os mais audazes (asfixiados pelo mar por um lado e o deserto por outro) já se aventuravam por um interior tão grande quanto diminutas eram as hipóteses de o ocupar. E porque sim ou pelas dúvidas, era urgente reactivar a ocupação do sudoeste angolano. Gente... é que não sobrava.

¹⁵⁸ Em 26 de Fevereiro de 1884. O Tratado foi assinado em Março. As conversações tinham sido iniciadas em Dezembro de 1882.

¹⁵⁹ Segundo *Jonh Donnelly Fage*, o Rei Leopoldo teria justificado o auxílio e o reconhecimento internacional para a criação do Estado Livre do Congo em razões de ordem humanitária. Como afirmou em 1876, era “a penetração nas trevas que envolvem populações inteiras [...]”. FAGE, J. D.; TORDOFF, William – *História da África*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2010, p. 376.

¹⁶⁰ Reconheciam o domínio português entre o paralelos 5° - 12' e 8° de latitude sul [...] “*e pela terra dentro*” [...], incluindo assim todo o estuário do rio Zaire até aos limites do novo Estado do Congo, tanto da margem esquerda como da direita, assim englobando e remetendo para a posse de Portugal, as seguintes parcelas em litígio: territórios de Cabinda e Molemo, as duas margens do rio Zaire desde a sua foz até Nóqui (o rei Leopoldo II e o Congo ficavam sem acesso ao mar) e a costa ocidental a norte do Ambriz. Ver Mapa VII, no final do presente Capítulo.

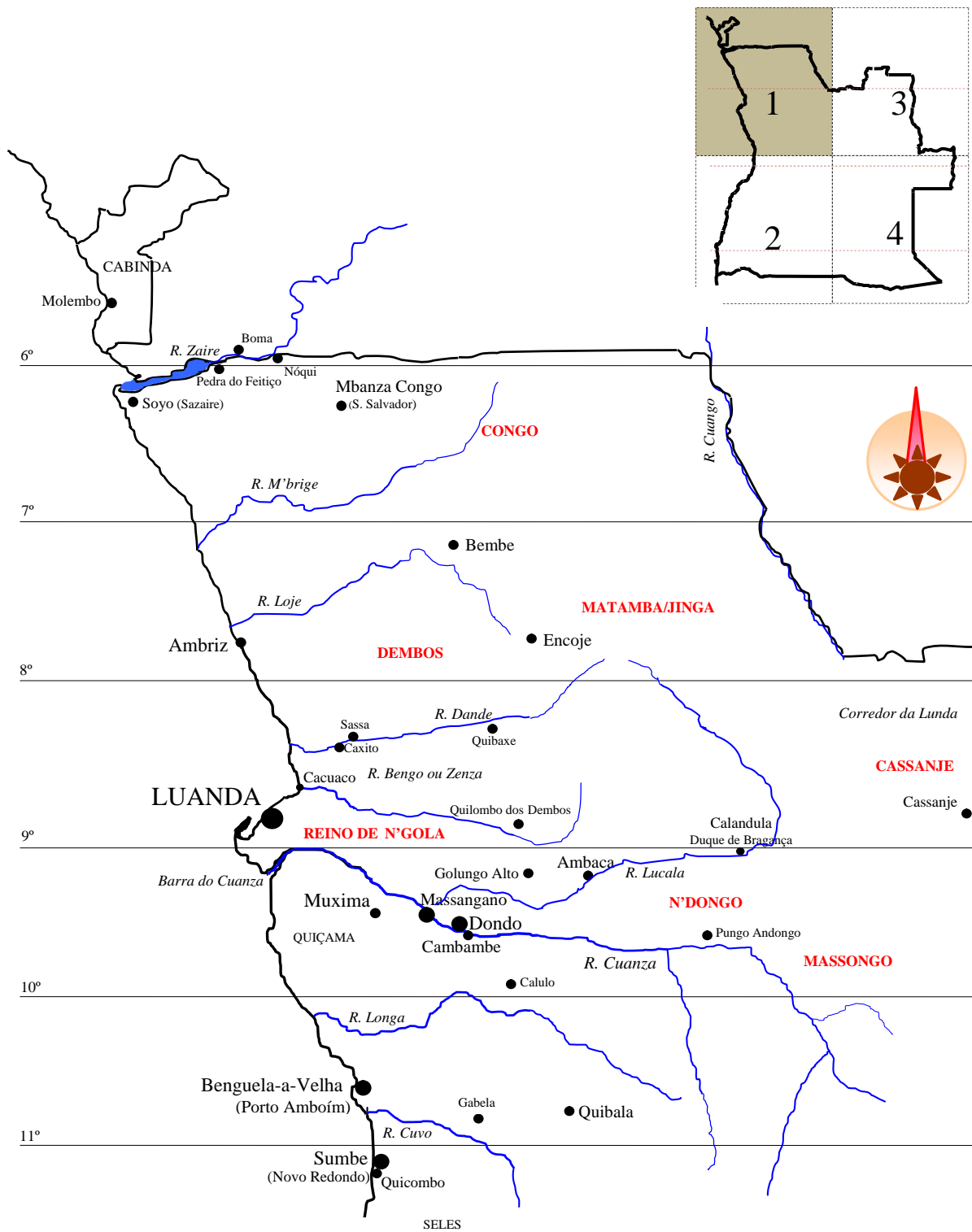
¹⁶¹ O Tratado não obteve a ratificação do Parlamento inglês.

¹⁶² A 24 de Junho de 1884.

¹⁶³ Em Setembro de 1884.

¹⁶⁴ O Código Administrativo foi Instituído em 18/3/1842. Tinha sido alterado em 2/12/1869.

Mapa VII – Principais referências geográficas do noroeste de Angola (até 1884)



FONTE: Documentação referida no Mapa I; Carta de Angola (escala 1:500.000), elaborada pela Missão Geográfica de Angola; Mapa de Angola (Escala: 1: 4.000.000), elaborado pelos Serviços Geográficos e Cadastrais de Angola. Compilação e organização gráfica de Jaime Gomes e José de Azevedo.

Capítulo 7 - Instalação da Colónia Agrícola Sá da Bandeira

7.1. – Angariação de colonos na Ilha da Madeira

Não será muito difícil estabelecer paralelos entre o que se passava na Ilha da Madeira oitocentista e o que depois se viria a passar no sul de Angola, a cerca de dez mil km de distância. E quem não reproduz, dentro de si, o mundo onde nasceu e cresceu? Afinal, foi da Ilha da Madeira que partiram as duas principais colónias que povoaram o Planalto da Huíla durante o último quartel do século XIX.

Antes de mais, é de justiça reconhecer o papel atribuído à Madeira no âmbito dos movimentos coloniais portugueses. Conhecida nos centros europeus de comércio (até ao século XVI) pela sua produção de açúcar, surge mais tarde associada à produção de vinho “Madeira”. Tirando estas duas boas referências, poderia dizer-se que o arquipélago da Madeira era apenas um ponto de passagem perdido no Atlântico Norte, onde era possível angariar trabalhadores especializados na produção de açúcar e que partiam para o Havai (então Ilhas *Sandwich*) e para a América Latina, o destino mais conhecido¹. De resto nada acontecia e nada se sabia, vivendo-se no mais completo isolamento, mesmo relativamente ao que se passava em Portugal.

Infelizmente para os madeirenses, o século XIX poderá ser descrito como o século de todas as desgraças, desde logo marcado pelos aluviões de 1803 que causaram centenas de mortos, derrocadas e arrastamento de casas para o mar, situação que viria a repetir-se em 1815. As péssimas condições hígio-sanitárias em que viviam as populações mais humildes e mais desfavorecidas facilitava o aparecimento de surtos de cólera e de outras doenças, com a viticultura a ser sistematicamente devastada pela filoxera e mais tarde pelo oídio, enquanto a cana sacarina era atacada por uma terrível moléstia, não identificada na documentação da época (ferrugem?). Privada de acessos e sem comunicações, a maioria da população (já então designada por “colonos”) dependia dos senhorios que, por falta de rentabilidade das suas propriedades,

¹ Durante mais de dois séculos a cultura da cana sacarina foi importantíssima. Em 1629 o Brasil já possuía 346 moinhos de açúcar. Para avaliar o crescimento do sector sacarino brasileiro durante o período de convergência dinástica das duas coroas ibéricas, vide BOOGAART, Ernst van den [et al.]. – *La expansión holandesa en el Atlántico*. Madrid: Mapfre, 1992, p. 29.

começaram a alugar as suas quintas (a partir de 1842) a turistas estrangeiros. Em 1842 e 1848, chuvas intensas provocaram cheias, enxurradas e inundações que alteraram as rotinas de uma população faminta e desesperada. Dobrada a primeira metade do século reaparecem os cataclismos naturais, destacando-se as inundações ocorridas em 1856 e 1876.

O século XIX foi também marcado pela abolição da escravatura, com os senhores do Novo Mundo a virarem-se para o recrutamento alternativo de pessoas que, na Europa, tinham uma vida difícil e precária. Ora, terá sido o espectro da abolição total da escravatura², uma das razões que espoletaram a ideia de se procurarem recursos humanos alternativos, que substituíssem a força física que deixaria de estar disponível. E terá sido a partir de então que se pensou nas regiões mais deprimidas de Portugal, entre as quais figuravam as ilhas da Madeira e do Porto Santo. E foi assim que a Madeira, a braços com uma complexa teia de situações económicas e sociais bastante difíceis, estaria na primeira linha das regiões em que a população, em desespero de causa, era aliciada a emigrar. O imobilismo social vigente, tornando cada vez mais apertada a dependência de um vastíssimo grupo de pobres colonos vinculados a um grupo restrito de senhorios abastados mas em vias de ruína, aliado à distribuição muito pouco equitativa das terras, não deixava qualquer espaço para a construção de uma existência suportável. De resto, desde meados do século XIX, até os morgados madeirenses tinham bons motivos para suspeitar que os pobres colonos não aceitariam ser eternamente pobres. Todos já se tinham apercebido de que os que ficassem estariam irremediavelmente condenados, de modo que a emigração surgia no imaginário madeirense como uma ideia salvadora³.

Mas, principalmente a partir de 1850 e em função das muitas mudanças que o século XIX promoveu a nível do equilíbrio de forças internacional, a Ilha da Madeira foi palco de um complicado processo de alterações estruturais da vida social, nomeadamente a nível do campesinato, passando o Arquipélago, rápida e progressivamente, de produtor agrícola especializado a estância turística e feudal, essencialmente controlada pelos ingleses, deriva essa que remeteria os colonos à mais inútil ociosidade. Entre pedintes, moços de recados, tarefeiros ocasionais, marginais e ladrões, o que não faltava eram braços disponíveis para o que desse e viesse. E nessa aflitiva conjuntura, “apanhar” o primeiro navio e zarpar, era a única salvação dos inúmeros prisioneiros da pobreza, condenados a viver perseguindo o trabalho e a comida!

² Que em princípio deveria entrar em vigor nas colónias portuguesas a partir de 29 de Abril de 1878.

³ Até 1960 a emigração portuguesa era maioritariamente constituída por gente do meio rural, sem escolaridade e sem recursos; gente pobre, nas diversas acepções da palavra.

Nestas circunstâncias e na gravíssima situação em que se encontrava a Madeira no último quartel do século XIX, a mobilização desses colonos para emigrarem com destino a Angola assemelhou-se a um plano de deportação de contornos aparentemente maquiavélicos: arrasada qualquer veleidade de se dispor de um palmo de terra na Ilha, acabava-se também com qualquer perspectiva de trabalho dependente. Arrancada e queimado a última videira ainda viva, deixava-se que o basalto enegrecesse os campos, enquanto a maioria da população deambulava pelas povoações à procura de sustento, já depois das classes dominantes terem posto a salvo o que ainda podiam salvar. E após se anunciar o Inferno para todos, era fácil organizarem-se listas de desgraçados a embarcar. Finalmente, através de promessas e histórias de encantar, levavam-se os colonos a assinar uma nova proposta de escravidão, tal como antes assinavam contratos de arrendamento. Só que agora não tinham qualquer condição para discutirem condições, nem sequer a possibilidade de se arrependerem.

Já longe da Ilha, muito longe e sem esperança de regresso, era fácil lembrar-lhes que na Madeira só havia miséria, prisões e mortes. Ou então, através de um mortificante trabalho diário, nem sequer lhes conceder tempo para pensarem no passado, deixando-os à deriva, sem consciência crítica e sem memória colectiva.

Mais tarde, o esforço insano haveria de dissolver a amargura dos que partiram “a ventura”, fazendo-os renunciar e esquecer cláusulas incumpridas de esperançosos contratos assinados com o Estado. Talvez por tudo isto, viriam a aparecer nos colonos e seus descendentes, geração a geração, traços indelévels de uma nova e peculiar identidade, assaz diferenciada das suas raízes ancestrais.

7.1.1. - Panorama agrícola da Madeira oitocentista

Durante o Século XIX, portanto, o regime fundiário da Madeira caracterizava-se por profundos desequilíbrios no acesso à terra arável, que era então monopolizada, quase em absoluto, por morgadios e senhorios, Igreja e ingleses que, na generalidade, arrendavam as suas propriedades a camponeses ou “colonos”, como anteriormente se referiu. De um lado estavam pessoas influentes e/ou abastadas que não trabalhando directamente a terra eram os seus donos inquestionáveis; do outro lado estava uma maioria pobre e sem terra própria que, para sustentar famílias habitualmente numerosas, negociava contratos de arrendamento esboçados de acordo com os interesses em jogo, ou seja, subordinados à “lei do mais forte”. Outros desgraçados, tinham sido em primeiro lugar atirados para as terras mais pobres e depois atraídos para os centros citadinos pela miséria e a esperança, convencidos de que as “sobras”

urbanas rendiam mais do que as “obras” rurais. Mas cedo concluíam que a cidade fazia ainda mais pobres os pobres, que o subemprego rural se convertia em desemprego urbano. Dissertando em 1847 sobre a aristocracia fundiária da ilha da Madeira, o conselheiro António Correia Heredia, secretário da Junta da Madeira, proclamava:

“O povo sofre porque a terra está inculta, e a terra está inculta porque não é livre. [...] fazei interessados na cultura da terra esse espantoso número de mancebos a quem a pobreza vai em breve chamar ao ócio, ao vício e ao crime.”⁴.

Ora, serão provavelmente estes mancebos que irão para Angola alguns anos mais tarde, à procura de espaço vital. O Funchal era então uma pequena cidade de casas caiadas de branco, com janelas de guilhotina ou de persianas, sobressaindo os beirais duplos ou triplos e algumas torres. Destacavam-se os umbrais escuros, de pedra picada⁵.

Desafortunadamente, na segunda metade do Século XIX, a conjuntura económica insular em nada melhorou, encontrando-se as vinhas já completamente devastadas pela filoxera, enquanto persistiam os problemas fitossanitários com a cana-de-açúcar. A orografia muito irregular da Madeira e a excessiva divisão a que as terras tinham sido sujeitas dificultava a mecanização da agricultura e o transporte de mercadorias. E, para agravar ainda mais a precária situação em que a maioria da população vivia, acrescenta-se a falta de comunicações, que fazia aumentar o preço dos produtos e restringia as transacções comerciais, provocando a diminuição de rendimentos quer dos camponeses quer dos senhorios, que eram obrigados a recorrer ao crédito com demasiada frequência. E foi assim que a partir de 1840 já se viam famílias de reconhecida importância a alugarem as suas quintas a turistas e as melhores lojas a serem tomadas por estrangeiros, enquanto as humildes lojas de comércio se transformavam em locais de pequenos negócios e de convívio da população, em concorrência com o comércio informal, exercido por vendedores ambulantes e por adelos.

Por outro lado a fome. Se analisarmos o problema da escassez sistemática de cereais durante o período em causa, teremos que evidenciar o facto de esta falta crónica – coincidente com a decadência de vinho para exportação – ser uma consequência directa da produção especializada da monocultura da vinha. As sucessivas

⁴ Apud BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 153.

⁵ “Quanto às quintas e moradias na encosta ou nas áreas rurais [...] sofreram depois, nos seus arranjos e embelezamentos o gosto inglês. A influência inglesa tocou mais a minoria abastada, seguida de longe pela pequena burguesia”. ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 105.

situações de fome e os ínvios acessos dos terrenos que sobravam para produção de cereal, parecem convergir no sentido do agravamento desta situação. Com os colonos vinculados ao amanho das vinhas dos morgados, tornava-se muito claro que aos grandes proprietários não interessava qualquer progresso técnico ligado à cereali-cultura, pois só estavam interessados na produção vitivinícola e na exportação de vinho Madeira. A vinha e os negócios estavam concentrados em poucas mãos e dentro da engrenagem europeia em que actuavam os ingleses e os morgados, nunca houve o menor interesse em diversificar a economia interna nem em elevar os níveis de subsistência da população. A sua função era outra. “Toda a lavoura que não estivesse relacionada com a viticultura era considerada marginal e os colonos eram, nesse particular, votados ao mais completo abandono”⁶.

Foi a partir de meados do século XIX, como se disse, que se assistiu a uma alteração gradual de alguns destes parâmetros, com os cereais a assumirem importância crescente no panorama produtivo do Arquipélago. Isto não significa, no entanto, que se aspirasse sequer à auto-suficiência alimentar, pois o espectro da escassez de cereal haveria de estar sempre presente, continuando a ser um dos vectores essenciais das transformações sociais que viriam a processar-se, muito paulatinamente, em função de acontecimentos mais ou menos marcantes.

E, desta forma, pode afirmar-se que a luta pela sobrevivência foi uma constante da história insular, durante todo o Século XIX. Obedecia-se para sobreviver. As razões de fundo que estão por detrás dessa luta pelo pão, essas sim, foram-se adaptando às novas circunstâncias de cada momento para, em última análise, determinarem o rumo das “reformas” socio-económicas e as linhas mestras de actuação e adaptação ao quotidiano camponês madeirense⁷.

Foi neste jogo de forças que surgiu em 1863 uma lei que extinguiu o morgadio em Portugal e nas Ilhas Adjacentes, facto que provocará a partilha por herdeiros ou a venda total ou parcial de muitas das grandes propriedades. Até porque os morgados pouco tinham a ver com o campo, como sustenta o geógrafo Jorge Freitas Branco:

“Há muito que residiam na cidade, onde se sustentavam do comércio de vinho, controlado por intermediários estrangeiros ali estabelecidos, na sua maioria britânicos.”⁸.

⁶ HERÉDIA, António Correia – *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*. Lisboa [s. n.], 1849, p. 2-3.

⁷ Entre essas linhas gerais destaca-se o chamado “regime de colónia”, pelo qual o colono, na Madeira, perdia o direito às benfeitorias prediais construídas em terrenos de senhorios.

⁸ BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 156.

E, perante este novo enquadramento social e fundiário, muitos colonos também tentaram chegar a acordo (se a palavra se aplica) com os seus senhorios, para ficarem com pequenas parcelas que vinham amanhando há muitas gerações. Mas precisavam de dinheiro e de saberem o que poderiam produzir, dentro da crise global em que a agricultura madeirense se afundava.

Nessa conjuntura adversa tornava-se imperioso encontrar (o mais rapidamente possível) uma cultura agrícola comercializável e alternativa que substituísse a vinha. Em desespero de causa pensou-se novamente na cana sacarina, também a braços com inúmeros problemas fitopatológicos. A verdade é que do ponto de vista agro-económico a Madeira se encontrava sem saída ou perante um grave dilema: ou se “descobria” um novo produto, exportável e rentável, ou ter-se-ia que enveredar por uma produção de bens de consumo local, susceptíveis de satisfazer as graves carências alimentares de uma população faminta e sem qualquer emprego, a crescer exponencialmente. E foi nesta situação de constrangimento extremo que a partir da segunda metade do século XIX começou a cultura do milho a assumir alguma importância no panorama agrário da Madeira, uma transformação inesperada que estará na base de uma mudança estrutural significativa, nomeadamente no que respeita a uma profunda reorganização social do Arquipélago da Madeira.

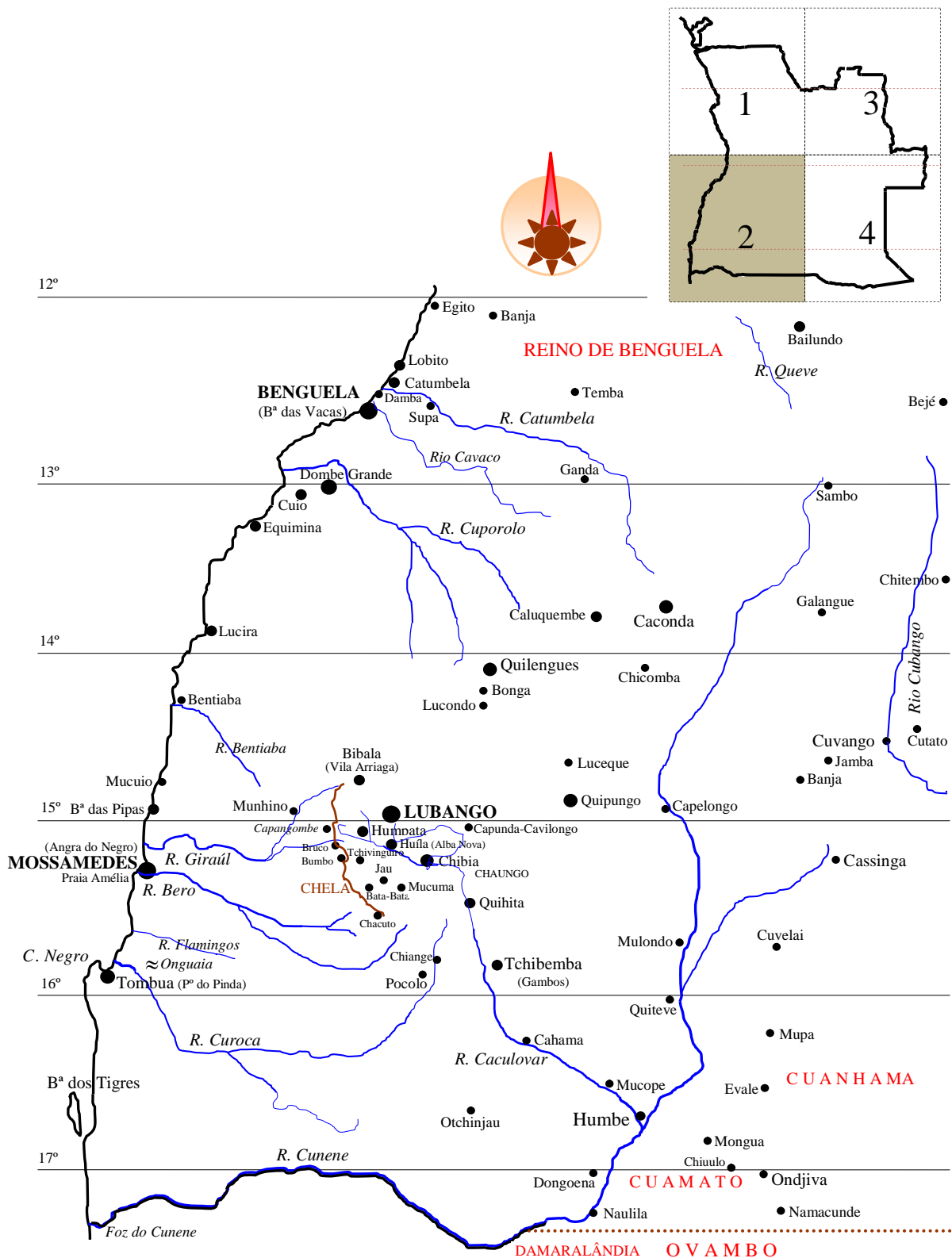
De qualquer forma, é ponto assente que a crescente parcelização das propriedades e o intenso crescimento demográfico verificado na segunda metade do Século XIX, faziam com que os camponeses já nem sequer dispusessem de espaço suficiente para instalar uma eira ou uma horta familiar. Mais uma razão, portanto, para as pessoas sem terra pensarem em horizontes diáfanos, que só a emigração poderia abrir. Fugindo, talvez conseguissem dois palmos de terra. Talvez se salvassem⁹.

7.2. – Início da ocupação do sudoeste angolano: madeirenses na Humpata

Em Janeiro de 1884, ano das grandes decisões, ainda subsistiam dúvidas muito pertinentes sobre a viabilidade da ocupação do sudoeste angolano. Foi então que o governador-geral se deslocou ao sul de Angola, a fim de se inteirar de algumas situações consideradas inquietantes para a colonização portuguesa, as quais tinham sido expostas no artigo “A Questão Africana”, publicado no “Jornal do Comércio”.

⁹ Sobre os dilemas da emigração leia-se o exemplar trabalho “Perspectivas sobre a Emigração Oitocentista” de autoria do Professor Jorge Fernandes Alves, da Universidade do Porto. Sobre esta interessante temática, consultar também as Actas das Segundas Jornadas de História Local. Fafe: Câmara Municipal, 1998.

Mapa VIII – Principais referências do sudoeste de Angola (até 1900)



FONTE: Documentação referida no Mapa I; Carta de Angola (escala 1:500.000), elaborada pela Missão Geográfica de Angola; Mapa de Angola, elaborado pelos Serviços Geográficos e Cadastrais de Angola. Compilação e organização gráfica de Jaime Gomes e José de Azevedo.

Ali se chamava a atenção para a presença e interferência da colónia alemã instalada em Angra Pequena¹⁰, e das probabilidades reais de a mesma poder futuramente ameaçar a fronteira a sul do Cunene, por onde já circulavam alguns alemães em duvidosas digressões exploratórias¹¹. Era também evidente a presença alemã no Cuanhama, tentando fazer reverter a seu favor as péssimas relações que existiam entre o jovem rei *Nahmadi* e os portugueses¹². O governador-geral regressaria ao sul no início de Março, a bordo da corveta *Rainha de Portugal*, desta vez para tentar encontrar uma solução para o problema de mão-de-obra com que se debatiam as pescarias de Mossamedes¹³, bem como para acertar pormenores sobre a já esperada expedição científica e geográfica de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens até ao Cunene, para estudo da hipotética ligação artificial deste rio com o rio Curoca, tendo em vista o aproveitamento agro-pecuário da região. Poucos dias depois Capelo e Ivens chegaram a Mossamedes no vapor *Angola*, seguindo para o porto de Tombua (Porto Alexandre, que antes se chamava Pinda), onde desembarcam¹⁴. Instalaram-se na Fazenda S. Bento, a cargo do agricultor Seraphim Figueiredo, que os acompanhou na expedição ao Cunene, seguindo depois para o interior leste pelo rio Curoca e S. João do Sul (ocasionalmente poderá surgir grafado como S. Pedro do Sul), com 120 carregadores, a caminho do Cunene. O governador-geral informara os dois exploradores sobre a situação instável do sul de Angola, desde o curso este-oeste do Cunene até ao Cabo Frio, região que estava ocupada por ingleses e alemães.

Contudo, a insegurança não era o problema principal. Ainda em Março alguns carregadores debandaram, roubando cargas e armas, sendo alguns dias depois detidos junto da Praia Amélia (a sul de Mossamedes), perdidos no deserto. Logo a seguir fugiram mais alguns, incluindo os Curocas, obrigando Capelo e Ivens a optar pela subida da Chela, a partir de Mossamedes, via Capangombe. Mas como surgiram as cheias dos rios Bero, Giraúl e Curoca¹⁵, a expedição foi vagueando ao longo do Curoca, entrando em contacto com os povos que por ali habitavam, só saindo de Mossamedes a 24 de Abril, rumo ao Humbe. Começaram uma vez mais por fazer uma

¹⁰ A sul de *Wallfish Bay* (Namíbia).

¹¹ A denúncia, ao que parece terá partido do padre José Maria Antunes, da Missão da Huíla.

¹² Atribuía-se aos alemães a manipulação das populações do *Kaoko*, ao sul do rio Cunene, culpando-os de as incitarem ao roubo de gado na margem norte do Cunene, situação que já teria causado bastantes baixas entre a população. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 205.

¹³ A contratação de mão-de-obra estava sujeita a normas obrigatórias estipuladas pela Portaria nº 123, de 27/3/1880, referentes a salários e alimentação, consideradas inoportáveis pelos contratadores.

¹⁴ Chegaram a 10 de Março de 1884. Pinheiro Chagas nomeara Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens para uma missão de exploração em Angola. Deviam igualmente tentar estabelecer a comunicação entre Angola e Moçambique, pelo Zambeze. Os exploradores foram nomeados no final do ano de 1883 e partiram de Lisboa a 6 de Janeiro de 1884.

¹⁵ No final de Março.

inflexão para sul, até *Tombua* (Porto Alexandre), mas logo regressaram a Mossamedes para enveredarem pelo caminho que seguia o leito do rio Giraúl, que já não tinha água, até alcançarem a chamada Pedra Maior, onde acamparam. Rumaram depois para os monólitos designados por Pedra Pequena e Pedra Grande, onde recolheram água. Os expedicionários alcançaram depois o rio Munhino e seguiram para a fortaleza de Capangombe, no concelho do Bumbo, iniciando então a subida da Serra da Chela pela portela do Bruco, em direcção ao Tchivinguiro e à Missão da Huíla¹⁶. A expedição ainda tentou prosseguir para o Cunene (via Quipungo), mas acabou por desistir e por regressar à Huíla, não obstante o apoio prestado pelo chefe Pedro Chaves e pelo padre *Duparquet*. Capelo e Ivens avançaram então da Huíla para o sul, com o apoio de caçador António Carlos Maria¹⁷, acampando na margem do rio *Tchimpumpunhime*¹⁸, afluente do rio Caculovar, onde os *Nhanecas* festejavam as colheitas e o boi Geroa¹⁹. No início de Junho a expedição desceu o rio Caculovar, rumo à *Tchibemba* (Gambos), onde repousaram, seguindo depois para a confluência do Caculovar com o Cunene, já muito próximo do Humbe. Mas uma vez que as viagens de Capelo e Ivens estão suficientemente documentadas e estudadas, consideramos redundante prosseguir com a sua descrição para além das zonas e percursos que se tornaram fundamentais no estrito âmbito da colonização do sudoeste angolano.

Portanto, o que parece mais relevante é ter em conta que antes das viagens de Capelo e Ivens pelo sul de Angola e antes da chegada da colónia madeirense que viria povoar o vale do Lubango, já se tinham transferido para o Planalto da Huíla mais de meia centena de colonos, alguns deles oriundos de Mossamedes, que procuravam novas perspectivas de vida. Um pequeno grupo partilhava com alguns bóeres as margens do rio *Tchimpumpunhime*, na zona de *Otchivia* (Chibia)²⁰, enquanto outros se estabeleceram na Huíla, nas margens do rio Lupolo²¹. Tratava-se de gente decidida a tentar a sorte noutras paragens, independentemente dos inúmeros perigos que tal

¹⁶ Chegam a 3 de Maio. Na Huíla (Missão) estava o padre Duparquet, que se prontificou a apoiar a expedição. Até ao sopé da Serra da Chela, teriam percorrido a rota que alguns meses depois seria trilhada pelos colonos madeirenses que chegariam à Humpata e ao Lubango.

¹⁷ A 29 de Maio.

¹⁸ *Tchimpumpunhime* – Vocábulo Umbundo que significa “rio de águas que rugem como o leão”.

¹⁹ No sudoeste angolano havia cortejos simbólicos com bois, como por exemplo o boi Geroa, praticado pelos Vanianecas. Sobre esta matéria consultar o interessante estudo psicoanalítico de RAMOS, Artur – *O Folklore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1935.

²⁰ *Otchiivia* - Designação que deriva de um vocábulo Bantu, que parece significar “terra de bons ares”. Vide ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 19.

²¹ “No Boletim Oficial de Angola de 1884 (supl. Nº 51, de 03 de Janeiro) pode ler-se que junto ao rio Lupolo havia vários terrenos de cultivo, entre eles os que pertenciam a Maria do Carmo Coimbra, Sebastião Nunes da Mata, António Teixeira Tirote, e ao casal João Martins e Maria Gomes da Conceição.” ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 75.

opção acarretava, na medida em que avançava para o interior sem qualquer espécie de protecção, isto é, por sua própria conta e risco. Com a Humpata ocupada pela colónia bóer de S. Januário, foi em Março de 1884 que o ministro da Marinha e Ultramar se interessou vivamente pela colonização do distrito de Mossamedes, que à data abrangia todo o planalto da Huíla²². E não só, pois considerou imprescindível que se enviassem para o sudoeste angolano colónias portuguesas de uma forma mais organizada e planificada, ou melhor, que não fossem apenas constituídas por degredados, como era usual até então.

E, sem se saber concretamente como foi desencadeada a operação, logo chegou a Mossamedes o vapor *Índia* com 44 colonos oriundos da ilha da Madeira (18 homens, 8 mulheres e 18 crianças), destinados à Colónia Agrícola da Humpata, uma zona onde o governador de Mossamedes, Costa Leal, mantinha relações de amizade com o respectivo soba, o que de certo modo desvirtuava um conceito de relacionamento acentuadamente segregacionista, praticado pelos bóeres²³. Cada família madeirense teria o direito de ocupar 1,5 hectare de terra, tratamento particularmente discriminatório, na medida em que as famílias bóeres ali instaladas tinham recebido (em média) 200 hectares cada. E a Portaria que promoveu a fixação na Colónia de S. Januário destes 44 colonos, clarifica, liminarmente, o objectivo “zootécnico” que se tinha em vista:

“[...] a produzir pelo cruzamento da raça originariamente portuguesa com a raça Bóer um viveiro de população, que mais ainda nos ligue a este importante elemento de civilização da nossa província d’Angola nos seus distritos do Sul...”²⁴.

E os 44 colonos lá seguiram, ainda em Abril, para o Bruco e depois para a Humpata, uns em carroças e outros a pé, tal como foi descrito por Carlos Medeiros:

“[...] as mulheres e as crianças de “tipóia”, com carregadores indígenas, os homens a pé, as bagagens em carro português de duas rodas. Muitos colonos adoeceram, sofrendo o contraste entre as elevadas temperaturas da Serra-Abaixo e as noites frias que foram encontrando na Humpata. O contraste foi porém maior para os que chegaram primeiro, os quais tiveram também de suportar fortes chuvadas que muito dificultaram a viagem. [...] o governador de Moçamedes tinha suficiente sentido de humor para escrever

²² A zona do planalto da Huíla teria sido inicialmente ocupada por povos Bantos vindos dos Grandes Lagos.

²³ Este pequeno grupo de colonos madeirenses não foi oficialmente reconhecido como “colónia” e chegou a Mossamedes a 5 de Abril de 1884. Entre os desembarcados incluía-se o padre *Lecomte*, notável etnólogo.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – Pasta 4 – 1884 – 1ª Repartição – Sala 12. Portaria de (08-04-1884).

no seu ofício: - Destas famílias cujos homens marcharam a pé não adoeceu nem um, e das outras nove que os homens foram no carro quase todos os homens adoeceram, e mulheres não adoeceu nem uma, com o que se prova que a inação no sexo masculino è contrária à saúde [...]”²⁵

É claro que os africanos da Colónia de S. Januário tampouco se relacionaram com os madeirenses, que consideravam “atrasados”, pelo que surgiram múltiplas questões subordinadas à posse e delimitação dos terrenos e com a distribuição da água de rega, facto que levou alguns bóeres a venderem as suas propriedades e a mudaram-se para a vizinha Palanca, 7 km a nordeste da Humpata.

Entretanto a ocupação ia prosseguindo, noutras paragens²⁶. Novos colonos bóeres do Transval tinham manifestado interesse pela sua instalação na Humpata, na *Tchibemba* (Gambos) e mesmo no Bailundo, onde havia mais facilidades na demarcação de terrenos²⁷. Era uma modalidade inédita de “ocupação efectiva” que interessava aos portugueses, embora comportasse alguns riscos que era sensato prevenir e acautelar. Por isso o governador do distrito de Mossamedes desde logo relevou a conveniência de se reforçar uma unidade de cavalaria, considerando ser a força mais eficaz para se opor aos constantes ataques das quadrilhas de além Cunene, bem como nas zonas interiores do sudoeste angolano, apenas simbolicamente ocupadas pelos portugueses.

7.3. – Formação da primeira colónia destinada ao Lubango: a viagem

Com a primeira colónia madeirense destinada a povoar o Lubango, o processo mereceu uma planificação bastante mais cuidada. Tal como acontecera com a colónia vinda de Pernambuco para Mossamedes em 1849, a colónia agrícola destinada ao Lubango começou a ser programada nas secretarias do Ministério da Marinha e Ultramar, em Lisboa, ainda durante o primeiro semestre de 1884. Mas, como não poderia deixar de ser num país a braços com uma sistemática crise financeira e

²⁵ MEDEIROS, Carlos Alberto – *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.

²⁶ Muitos colonos europeus vindos do Transval (Maio) comandados pelo súbdito inglês *William Jordan*, após terem feito negociações com o governador de Mossamedes, negociaram com o chefe Ovambo a ocupação de territórios da Damaralândia (*Grootfontein*), a sul do Cunene, tendo em vista a instalação de algumas propriedades agrícolas e pecuárias numa região onde, segundo *Jorden*, existiriam importantes jazigos de cobre. Mas pouco depois *William Jordan* foi assassinado, pelo que o projecto perdeu consistência.

²⁷ O interesse dos bóeres pela *Tchibemba* (Gambos) foi conhecido em Maio de 1884. Nessa altura já a *Tchibemba* (Gambos) estava “ocupada”, bem como o Jau e a Huíla. O governador de Mossamedes deslocara-se também ao Humbe e colocara autoridades administrativas. O Superior da Missão da Huíla era o único missionário existente em toda aquela vasta área, praticamente deserta de europeus.

social, o recrutamento de povoadores para África acabaria por obedecer apenas a exigências de natureza política, sem que a componente selectiva ou organizativa fizesse grande diferença. Portanto, bastou ao Estado “arrebanhar”, sobretudo onde a pobreza era mais premente, como era o caso da ilha da Madeira, a gente que por razões de ordem social e/ou económica estava disposta a partir para terras desconhecidas²⁸. Gente indiferenciada que deambulava pelo Funchal, Machico, Câmara de Lobos, etc., transformando as cidades e as vilas da Madeira em centros de tensão permanente entre novos e antigos moradores, uns e outros impreparados para acompanhar as transformações em curso. Mas as consequências psicológicas que a mudança tinha sobre os que trocaram o contacto com a Natureza por uma vaga aspiração de uma vida melhor na cidade, seriam devastadoras. A precária higiene pública, o problema da habitação, a falta de comida e de dinheiro, exigia outra qualquer saída. Os “vadios” (como os apodou Câmara Leme), eram homens que tiveram de adaptar-se à vivência das cidades e vilas madeirenses e que, a dado momento, se sentiram muralhados nelas, desenganados da pressuposta vantagem urbana²⁹. Sentiam-se sós e acossados, faltava-lhes tudo, até o alento, numa “Babilónia” que os maltratava. E como regressar ao campo, à paz e à rotina, deixara de ser opção, apenas restava a hipótese de emigração para África, uma vez que a América estava fora de causa. Como foi dito, não havia na Madeira um único terreno fértil por demarcar e os que quisessem fugir do Inferno, encontravam no Estado, “generoso”, a oferta de passagens e de terrenos para cultivar, convidando-os a abandonar a realidade, que dói, para viajarem até ao limbo. Portanto, prometia-se pão e paz de espírito, carregando-se intencionalmente nas cores baças da permanência na Ilha em contraposição com uma prosperidade virtual. E entre morrer de fome ou morrer de medo, eram condicionados a trocar a clausura insular por uma liberdade sem libertação. Talvez sobrevivessem. Mas também sabiam que já nada tinham a perder numa ilha sobrepovoada, onde a miséria do grupo social mais desfavorecido -

²⁸ Na óptica estatal, o recrutamento de colonos teria obedecido a outros desígnios: “As razões que levaram o Estado a escolher madeirenses deveram-se ao facto de serem tidos em conta de trabalhadores e bastante tenazes perante as dificuldades, fixando-se com facilidade nas terras para onde se dirigiam”. MEDEIROS, Carlos Alberto – *A colonização das terras Altas da Huíla (Angola)*. Lisboa: U. L., Instituto da Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1976, p. 188.

²⁹ D. José da Câmara Leme, natural do Funchal, inscreveu-se em 1877 na primeira expedição de obras públicas do Ultramar, organizada pelo ministro Andrade Corvo, com funções de “condutor de obras públicas”. Colocado em Luanda e em Benguela, dirigiu mais tarde a montagem da ponte cais de Mossamedes e a abertura da complicada estrada carreteira da Bibala à Huíla, passando pelo Lubango e Munhino. Referindo-se aos colonos embarcados na Madeira, Roberto Correia acrescenta: “O grande problema era o de muitos deles não serem agricultores, nem terem a mínima aptidão para isso, pois foram “despachados” do Funchal por serem elementos indesejáveis e viciados! Nem o próprio director, também madeirense, lhes reconhecia qualidades para aquela missão de fixação pacífica e colonizadora! CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 225.

os colonos, - era endémica e “hereditária”. Ali é que não havia, decididamente, qualquer perspectiva de melhores dias.

E foi neste desassossego que embarcaram no Funchal, novamente no vapor *Índia*, 222 madeirenses destinados ao Lubango³⁰. Sobre a coesão e diversidade deste grupo colonial, afirma António Trabulo:

“Na maioria dos casos, os emigrantes não se conheciam. [...] Pouco mais de metade dos novos colonos trabalhava a terra desde sempre. Os outros eram marinheiros sem barco, pescadores sem rede, artífices sem emprego, ladrões, umas tantas prostitutas em idade da reforma e alguns chulos. Unia-os a pobreza e a esperança numa vida melhor. [...] A bordo, as famílias foram obrigadas a dividir-se... homens e mulheres ficaram separados e apenas as crianças pequenas puderam acompanhar as mães.”³¹.

Entretanto chegara à Colónia de S. Januário, na Humpata, um inglês conhecido por *Botha*, que tentara convencer os bóeres ali instalados a regressarem ao Transval, acompanhando-o numa “jornada” contra os povos da Damaralândia, entre os quais, assegurava, haveria uma boa quantidade de marfim³². Visando desacreditar o sistema português que possibilitara aos bóeres da Colónia de S. Januário a demarcação de extensas áreas nas zonas da Humpata e da Palanca, bem como esmorecer o entusiasmo dos “escaldados” bóeres fugidos do Transval e de Orange e que após 5 anos de duro nomadismo tinham as suas famílias bem instaladas e já com muitos filhos ali nascidos³³, *Botha* argumentará com a insegurança e a fraca aptidão da Humpata para a criação de cavalos. Face a esta hábil campanha de descrédito, uns 30 bóeres terão decidido sair da Humpata, não para seguirem *Botha*, mas para se transferirem para a região do Bailundo (a nordeste de Benguela), no que obtiveram a aprovação do governador-geral que deste modo os poderia utilizar como “pontas de lança” no povoamento da desamparada zona central de Angola. Outros, mais indecisos, resolveram proceder a um reconhecimento da região entre o Cunene e o Cubango. E também neste caso tiveram o apoio do governador-geral e do governador do distrito de Mossamedes, que encabeçaram uma subscrição pública para custear as despesas da viagem e para pagar os presentes que os bóeres deveriam oferecer aos sobas, durante aquela digressão. Este grupo seguirá então por Quipungo, subindo depois para Caconda e daí para as bacias do Cunene e do Cubango. Encantados, os

³⁰ O embarque ocorreu a 12 de Outubro de 1884.

³¹ TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 22-25.

³² Chegou em Outubro. Não se trata do companheiro de *William Jordan*, *Peter Botha*, mas de um outro.

³³ Mais a mais, havia a promessa de ainda chegarem mais bóeres à Humpata e de beneficiarem de regalias idênticas às que tinham sido concedidas aos primeiros colonos bóeres.

expedicionários depressa esqueceriam a ideia de regresso ao Transval ou à Humpata, acabando por se instalarem na zona relativamente despovoada compreendida entre o Otchinjau e o rio Cunene. Mas temendo que essa zona se transformasse num novo “El Dorado”, controlado exclusivamente por bóeres e alemães, o governador de Mossamedes alertara o governador-geral para a imperiosa e urgente necessidade de ocupar aquela região com portugueses, antes que os alemães se antecipassem³⁴. A ocupação efectiva era então muito escassa e desprotegida, não obstante a grande vontade de aproximação dos portugueses³⁵, bem diferente da maioria dos estrangeiros (belgas, franceses, ingleses, etc.) que, quase por ali iam passeando ou passando o tempo, como caricatura Roberto Correia:

“[...] num perfeito contraste com o ar melancólico dos nossos emigrantes coloniais que, mal voltavam costas ao Tejo, logo marejavam os olhos duma impressionante nostalgia [...] o belga e o francês partem para as colónias com a disposição de se demorarem apenas o tempo indispensável ao seu contrato [...] Vão para as colónias, mais convictos de que voltarão e sem disposição de se enraizarem ou prenderem na vida africana.”³⁶.

Mas voltemos aos colonos saídos do Funchal, desembarcados em Mossamedes acompanhados de D. José da Câmara Leme, um madeirense conhecedor do sul de Angola, que em Mossamedes construíra uma ponte cais para barcos de pequeno calado³⁷. Tal como acontecera com os colonos vindos de Pernambuco em 1849, o vapor *Índia* ancorou ao largo, fazendo-se o desembarque através de escaleres e instalando-se os 66 chefes de família em instalações provisórias, uma vez que a sua saída para o planalto estava prevista para os dias imediatos, dependendo apenas da chegada dos carros bóeres contratados no Bumbo e na Humpata pelas autoridades portuguesas. Só que à chegada dos colonos os ditos transportadores ainda não tinham saído da Humpata, pelo que os emigrantes tiveram de aguardar quase um mês, partindo de Mossamedes em meados de Dezembro de 1884, com os dias já

³⁴ Exploradores alemães também tomaram parte nessa expedição e não regressaram à Humpata. Nesta visão estratégica, estão em causa, fundamentalmente, duas preocupações: a resistência à pressão inglesa no Barotze e a defesa a todo o custo da fronteira sul de Angola. Ver Mapa 8, no início do presente Capítulo.

³⁵ Em Outubro de 1884, o padre José Maria Antunes pediu ao soba da Huíla para mandar os filhos à missa; o soba mandou uns 50 homens que se portaram muito bem e o padre ficou muito satisfeito; porém, de seguida viu a sua residência cercada pelos mesmos “assistentes” que lhe exigiram o “pagamento” por terem estado na igreja! E o padre não teve outro remédio senão distribuir umas boas doses de cachaça e de se esquecer de tais “católicos”! “No seu *Relatório* referente ao ano de 1884, o governador-geral, Ferreira do Amaral, criticará as atitudes do padre Antunes, que escrevera o artigo “A Questão Africana”, em desabono dos portugueses.

³⁶ CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 226.

³⁷ O desembarque dos colonos (segundo Roberto Correia desembarcaram 213 colonos) começou a 18 de Novembro e terminou no dia seguinte. Só a 12 de Dezembro de 1884 é que Câmara Leme seria indicado pelo governador de Mossamedes, Nunes da Mata, para chefiar a colónia agrícola do Lubango.

relativamente quentes, para uma viagem difícil e cansativa, rumo ao Planalto da Huíla³⁸. E como os carros disponíveis eram insuficientes para transportar em simultâneo todas as pessoas e as suas modestas bagagens pessoais, algumas alfaias agrícolas e os géneros alimentares necessários durante o período de carência, foi necessário dividir a colónia em dois grupos, ficando cerca de metade dos colonos a aguardar por um segundo transporte de pessoas e bens³⁹.

A viagem foi atribulada. A caravana saiu ao romper do dia e começou por subir a ladeira que partia das Hortas. Mossamedes ficava para trás e o deserto iniciava-se atrás das últimas casas, por uma estrada carreteira que não se sabia onde conduzia. Três horas mais tarde começava a complicada descida para o vale do rio Giraúl, onde se detiveram a preparar a transposição do primeiro grande obstáculo. Superado o vale, deram com uma grande subida que acabava num platô e que conduzia à chamada “Pedra do Major” (Mahongo-H 562.30)⁴⁰, cerca de 15 km adiante, onde passaram a primeira noite. De manhã voltaram à carreteira, cheia de pedregulhos estranhos, caminham-se quilómetros e mais pedras, horas e horas a andar sem se saber para onde, os bóeres arrogantes da sua experiência e conhecimento do mato, exigindo ajudas a quem já não podia com as botas, assim se percorrendo os 25 km, aproximadamente, que os separavam da chamada “Pedra Grande”, um bloco de granito pouco elevado que fica a meio caminho entre Mossamedes e a Serra da Chela. E como era totalmente impossível alcançar o Munhino antes do pôr-do-sol, optou-se por dar descanso à caravana⁴¹.

No dia seguinte chegaram à zona do Munhino, um vale fértil e verdejante a cerca de 40 km da *Bibala* (Vila Arriaga), onde encontraram plantações de milho, cana-de-açúcar e batata-doce, entre algumas construções bastante dispersas. Após descansarem no largo leito de areia durante algum tempo, os viajantes retomaram a marcha por mais duas horas, de modo a encurtar a distância para a difícil subida da Serra da Chela, que tinham pela frente e que estava prevista para o dia seguinte.

O percurso até à *Bibala* (Vila Arriaga), situada a cerca de 900 metros de altitude, levaria dois dias a fazer. Viram-se mais plantações de cana sacarina e alguns campos de algodão. Os colonos, estafados, pernoitaram na vizinhança de uma das casas mais

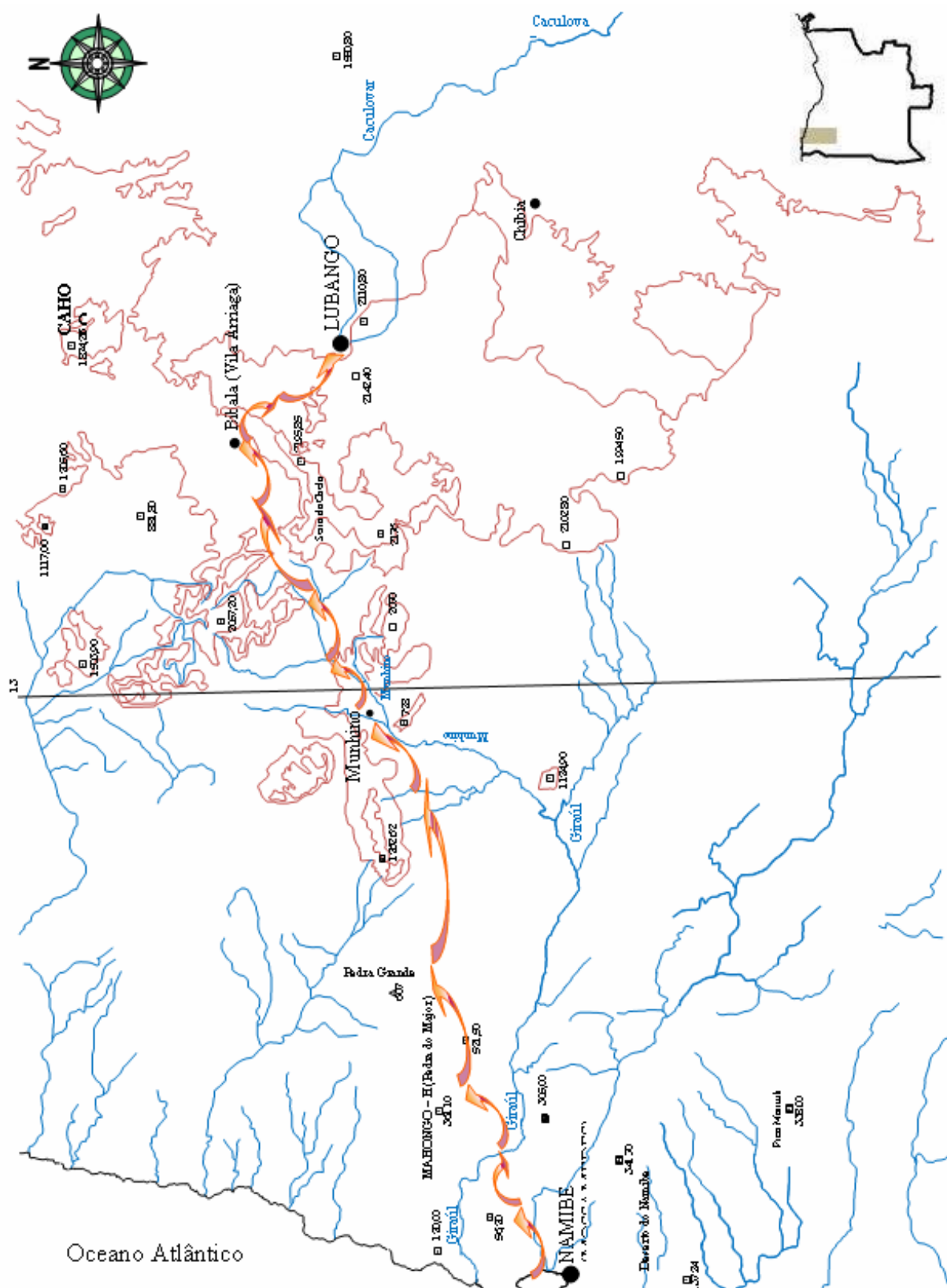
³⁸ Esse compasso de espera foi aproveitado pelo governador de Mossamedes, Nunes da Mata, para dar instruções sobre o funcionamento da colónia a ser instalada no Lubango, ainda sob jurisdição do concelho da Humpata.

³⁹ António Trabulo, afirma que foram contados 32 carros, puxados por 6 a 8 bois e palha suficiente para alimentar os 200 bois que puxavam as carroças. *Vide* TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 37-38.

⁴⁰ Ver vértice geodésico assinalado na Carta de Angola da Missão Geográfica de Angola (Anexo 3.1.).

⁴¹ Roberto Correia afirma que a poucos dias de viagem nasceu numa furna o “primeiro português huilano”. E que alguns dias depois, na Pedra Branca, nasceram ainda mais alguns. *Vide* CORREIA, Roberto - *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 225.

Mapa IX – Itinerário percorrido pelos colonos madeirenses em 1884/1885



FONTE: folha nº 22, Carta de Angola [escala 1:500000]. Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola. Adaptação de Jaime Gomes.

afastadas do povoado, para na madrugada seguinte retomarem o caminho, pela estrada nova, tanto mais íngreme quanto mais se avançava, sendo necessário aliviar a carga dos carros bóeres, de modo a vencer as sucessivas e perigosas subidas, pródigas de acidentes com os instáveis carros.

Esta primeira leva de colonos chegaria por fim ao vale do Lubango, a um local onde tinham sido erguidos dois barracões provisórios e que passou a ser conhecido por “Barracões”, nas margens do rio Caculovar, no limite sudeste do extenso vale do Lubango⁴². Exaustos e ansiosos, descarregam de imediato os carros bóeres, para seguirem na manhã seguinte, serra abaixo, a buscar a gente que ficara à espera em Mossamedes, enquanto os colonos recém chegados tentavam melhorar e “optimizar” a construção de dois grandes barracões de pau-a-pique: um para as mulheres e crianças e outro para os homens⁴³. Em acampamento separado foram edificadas cubatas destinadas à instalação do director da Colónia e do médico, a secretaria provisória e a ambulância⁴⁴. A viagem tinha demorado nove dias, sendo que a penosa escalada da Serra da Chela consumira quase 100 horas de inaudita canseira. Os últimos dias tinham sido quatro dias bravos.

Alguns dias depois chegava ao Planalto da Huíla a segunda leva do contingente inicial de 222 colonos oriundos da Madeira, assim se concretizando a iniciativa do ministro Pinheiro Chagas, de instalar uma colónia agrícola no vale do Lubango⁴⁵. E a 19 de Janeiro foi fundada oficialmente a Colónia Sá da Bandeira, em homenagem ao Marquês com o mesmo nome, que então chefiava o Ministério do Ultramar, a qual passaria a ser dirigida pelo condutor de Obras Públicas D. José da Câmara Leme⁴⁶. Foi ali rezada a 1ª missa pelo padre José Maria Antunes, reitor da missão da Huíla⁴⁷.

⁴² Chegaram ao Lubango no dia 24 de Dezembro de 1884. Para Maria da Paz Figueiredo Martins, uma das fontes orais consultadas, “Lubango” não é nome de rio, mas sim o da colina onde foi mais tarde construído o quartel. Segundo esta fonte, descendente da colónia madeirense instalada na Humpata, o soba que residia na dita colina é que era conhecido por soba do Lubango. Acrescenta ainda que os rios entre os quais se edificou a cidade são o rio Mapunda (também conhecido por *Tchamena*) a norte, e o seu afluente, donde partia a levada, o rio Mucúfi. A partir da confluência dos dois rios o nome passava a ser Caculovar. A fonte oral Samuel Matias Lopes corroborou estas informações, precisando que a designação “Lubango” derivaria do nome de um antigo soba – *Kaluwangu* -, cuja embala se situava naquela área, mais precisamente na elevação onde foi depois construído o quartel.

⁴³ Na colonização de Mossamedes, em 1849, os barracões foram preparados antes da chegada dos colonos.

⁴⁴ TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 44-45.

⁴⁵ A 2ª leva de colonos (que ficara retida em Mossamedes) só chegou ao Lubango a 16 de Janeiro de 1885. “Muitos deles chegaram doentes. Alguns vinham tuberculosos. Havia também bastantes alcoólicos. Isso explica o número elevado de óbitos no primeiro ano (oito), sendo de notar que nenhum se ficou a dever à malária.” TRABULO, António - *Op. cit.*, p. 50.

⁴⁶ “Câmara Leme atribuía grande importância à disciplina e tratava os colonos com dureza, chegando a utilizar o chicote sobre os que considerava mandriões. [...] Cultivava o distanciamento por orgulho fidalgo e por considerar ser assim melhor obedecido”. TRABULO, António – *Op. cit.*, p. 57 e 68.

⁴⁷ Pouco tempo depois (em Maio de 1885), o padre José Maria Antunes conseguiria baptizar o rei do *Soyo* (Santo António do Zaire) e os seus familiares.

7.4. - O local e os primeiros trabalhos

Desde a sua saída do Funchal, até ao final do ano de 1885, os madeirenses que iriam integrar a futura colónia Sá da Bandeira, em Angola, veriam o seu pequeno mundo insular dar uma volta de 180°!

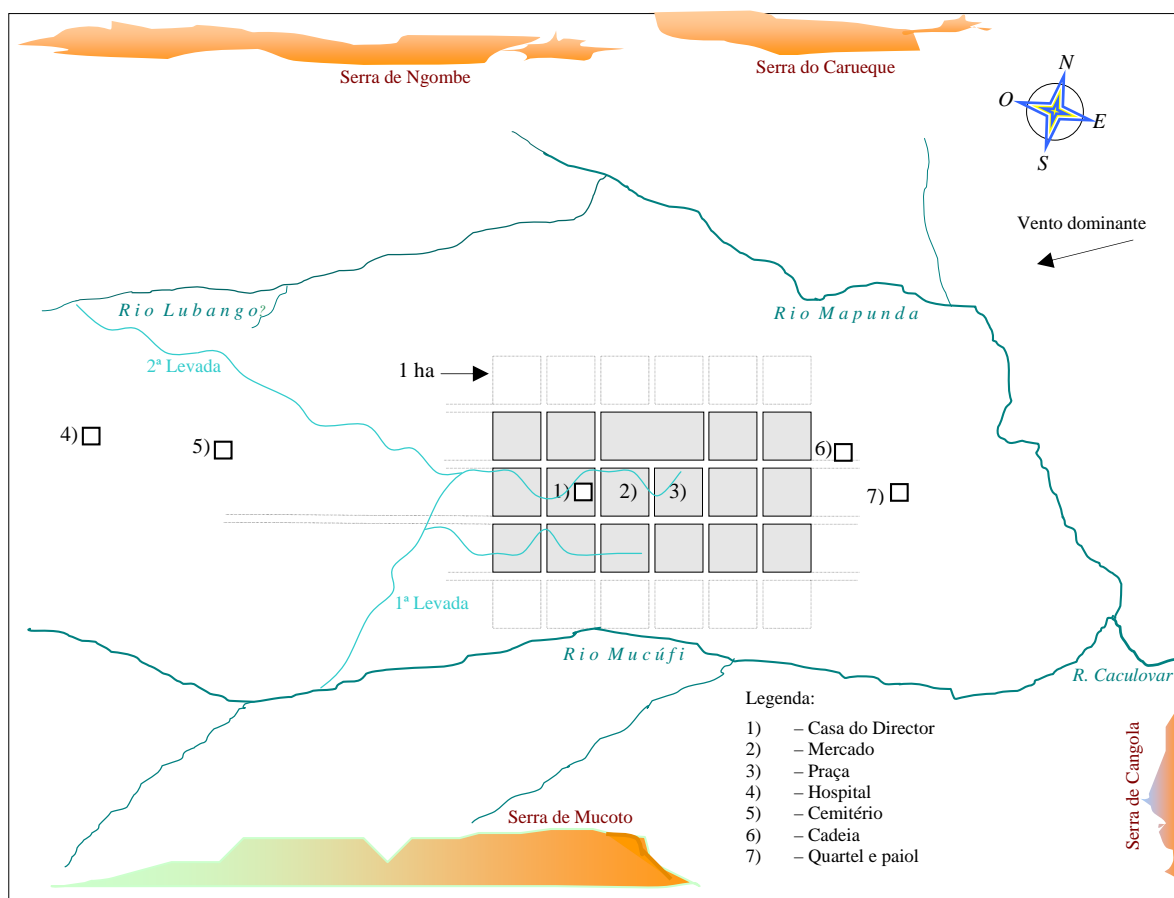
Com uma altitude média de 1.570 metros acima do nível do mar, o local escolhido por Câmara Leme para a instalação definitiva da colónia situava-se no centro da bacia do Lubango, numa elevação pouco acentuada, à data conhecida pelo nome autóctone de *Cacondo*. Trata-se de uma suave colina com uma elevação inferior a 30 metros, que se insinua acima das várzeas dos rios que a delimitam, e com uma superfície que ultrapassa os 1.000 hectares. Essa colina central tem a forma de uma elipse alongada, como se pode observar na representação gráfica que adiante se apresenta.

Na sua extensão, o chamado vale do Lubango é delimitado a norte e a oeste pelo rio Mapunda, e a sul pelo rio Mucúfi, que à época eram cursos de água permanentes com um razoável caudal de água, mesmo na estação seca. Estes dois rios confluem a este, dando origem ao rio Caculovar. A oeste e a sul, o vale está rodeado pela serra do Mucoto (que termina na chamada ponta do Lubango) e pela serra de Cangola. Do lado norte e já a certa distância elevam-se as serras de Carueque e Ngombe, azuis, no horizonte. Os ventos dominantes sopram de este.

Os colonos madeirenses chegaram ao Lubango apreensivos, em plena época das chuvas. Ao contrário do que acontecera com os colonos de Mossamedes, verificou-se aqui uma inexplicável improvisação, ou mesmo incúria, causadora de uma primeira má impressão que, como é proverbial, não é reparável. Amontoados caoticamente com as respectivas bagagens em dois barracões improvisados e inacabados, começaram por erguer dois novos barracões, procedendo, paralelamente, a alguns arranjos dos seus abrigos: acabamento e afinação de portas, colmatagem de frestas entre os paus, criação de resguardos adicionais para protecção da chuva, deverão ter sido as primeiras preocupações desta “gente de pau e manta”, no dizer de Alexandre O’Neill. Derreados e atarefados, faltava-lhes tempo para se arrependerem (aos poucos que teriam vindo voluntariamente), enquanto aos coagidos faltava disposição para se entusiasmarem. Mas lá iam cooperando, por magia da solidariedade.

Só depois desta improvisada acomodação é que o director e o delegado de saúde de Mossamedes, Dr. Rebello, prospectaram a zona e definiram o local onde deveria ser implantada a futura cidadela, a uns 3 km dos barracões originais, omissão que comprova a falta de planificação e de ideias concretas sobre o que aconteceria aos colonos após a sua chegada. O único objectivo era a ocupação do Planalto da Huíla.

Figura 6 - Esquema da implantação cidadela do Lubango em 1885



FONTE: Interpretação de José de Azevedo, a partir de dados recolhidos no “Relatório da direcção” da Colónia Sá da Bandeira, de 31 de Dezembro de 1885. (in *Boletim Oficial do Governo da Província de Angola*, Luanda, (13) 29 Mar. 1886) e dados hidrográficos do “Plano de Sá da Bandeira”, de A. J. Granjo.

Ainda mal refeitos da estafante subida da Chela, foi-lhes ordenado que iniciassem quase de imediato a abertura de uma primeira levada que conduziria a água do Mucúfi até à zona escolhida para centro do povoamento, local onde se distribuiriam terrenos aos colonos. A vala teria 3 km de extensão e profundidade e largura não inferior a 1 metro, nada de extraordinário para os duros madeirenses, habituados a uma orografia e geologia muito mais acidentada e mais compacta, na sua Ilha natal. Esta árdua obrigação ficaria praticamente concluída em finais de Fevereiro, o que, para além da indispensável construção de um açude regulador da captação de água, equivale a uma média de escavação superior a 300 metros por dia que, dividida por cerca de meia centena de homens⁴⁸, representa uma tarefa de mais de 6 metros por

⁴⁸ Na relação de chefes de família da primeira colónia, Câmara Leme indica 66 nomes. Se tivermos em conta que alguns estariam doentes e outros muito debilitados, a força braçal disponível não deveria exceder a meia centena de homens, eventualmente com alguns rapazes a ajudar. A Relação dos Chefes de Família da Colónia Sá da Bandeira consta do Apêndice Documental (Anexo 1.6.).

homem/dia, um esforço considerável, sobretudo se tivermos em conta a precariedade da alimentação, o estado sanitário, as inúmeras pausas impostas pela chuva, as penosas deslocações a pé descalço ou mal calçado, a insuficiente adaptação ao meio, tal como é reconhecido no 1º *Relatório* elaborado pela Direcção⁴⁹. A pedra para os açudes das levadas teve de ser deslocada a pulso, pois não havia ainda carros de bois que facilitassem o seu transporte. Acresce que os meses de Janeiro e Fevereiro eram invariavelmente chuvosos, factor climático que decerto prejudicou o andamento dos trabalhos, na medida em que era complicado lidar com um caudal muito mais instável do rio Mucúfi. Em resumo, a época das chuvas não era nada propícia para a construção de açudes e levadas, principalmente por pessoas fisicamente debilitadas e que nem sequer dispunham de um abrigo condigno.

O povoamento iniciou-se pelo lado este, onde foi demarcada uma área com cerca de 17 hectares, em conformidade com um plano delineado pelo director da colónia. A futura povoação dividir-se-ia em quarteirões ou quadriláteros com 100 metros de lado (1 hectare), devidamente irrigados por uma levada geral e respectivas valas de rega, prevendo-se a instalação de 10 famílias em cada um dos quarteirões, o que parece manifestamente exíguo e absolutamente inexplicável, na medida em que a cada casal (alguns com filhos) caberia uma parcela de 1 000 metros quadrados! Os edifícios do governo, o mercado e a praça localizar-se-iam na zona central do assentamento, contrariamente ao hospital, cadeia, cemitério, quartel militar e paiol, que deveriam ficar fora deste núcleo de 17 hectares, embora relativamente próximos, como se poderá observar na projecção do plano de instalação da cidadela (Figura 6).

Concluída a levada, entrou em vigor o Regulamento (provisório) para a Colónia Sá da Bandeira e foi criada a escola primária, destinada ao ensino primário⁵⁰. E só depois de Março e ainda debaixo de intensa chuva, os colonos puderam começar a fazer as suas pequenas “casas” que, devido à falta de cal, tijolos, adobes ou telha, não passariam inicialmente de cubatas de pau-a-pique, cobertas a *capim* e rudemente rebocadas a barro, com alguns laivos madeirenses, nomeadamente nas coberturas, como se pode observar na fotografia das habitações construídas pelos colonos madeirenses que foram para a Chibia, e que a seguir se apresenta:

⁴⁹ Cf. *Colónia Sá-da-Bandeira: Relatório da Direcção* [datado de 31 de Dezembro de 1885] “Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola”, (13) 29 Mar. 1886, p. 346-352. O *Relatório* da Direcção, inserto no Boletim Oficial do Governo da Província de Angola, Luanda, (13) 29 Mar. 1886, consta do Apêndice Documental (Anexo 1.7.).

⁵⁰ O Regulamento foi aprovado em Março. Quanto à Escola primária, também criada em Março, subsistem algumas dúvidas: para alguns autores será a a Escola Primária “Luís de Camões”, situada nas imediações do Quartel, também designada por Escola nº 60. Mas havendo no Lubango a Escola nº 59, que algumas fontes orais situam no quarteirão onde em meados do Século XX se instalou o CITA (ver plano de desenvolvimento do Lubango apresentado no Anexo 3.3.), restará saber qual delas terá sido a primeira a ser efectivamente instalada.

Figura 7 – As primeiras habitações dos colonos madeirenses na Chibia



FONTE: - MORAES, J. A. da Cunha - *Album Photographico e Descritivo*. Lisboa: David Corazzi, 1886.

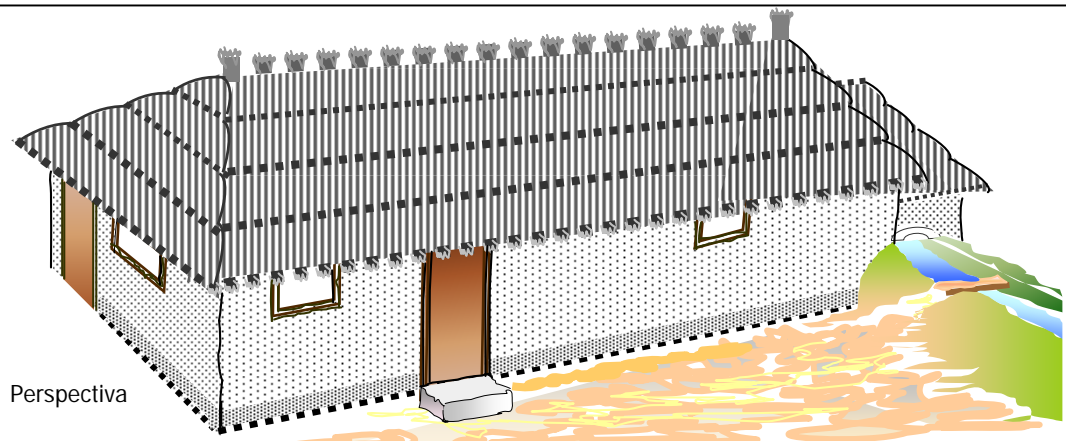
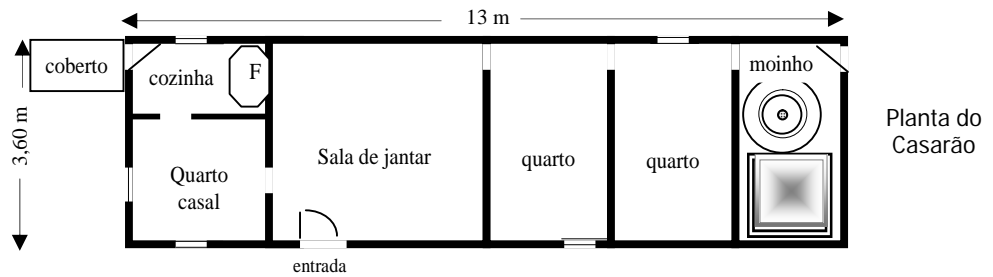
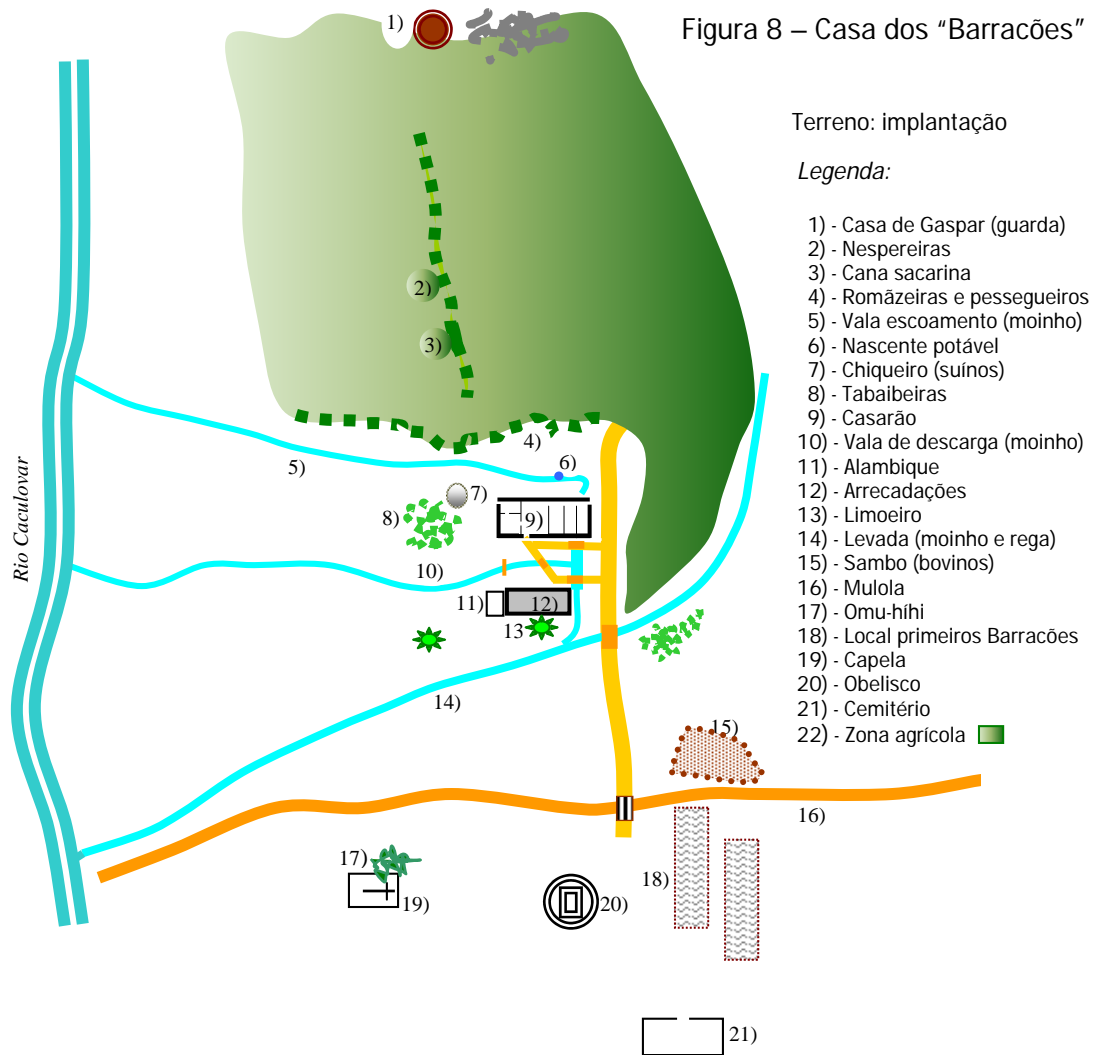
Os colonos tinham aprendido com os habitantes da terra e faziam como viam fazer, utilizando os recursos naturais disponíveis, como *londobes* para as amarrações, e *capim* grosseiro e comprido para as coberturas, pois não dispunham ainda de palha de cereais para esse efeito, como acontecia na Madeira⁵¹. Mas havia uma importante diferença em relação às cubatas dos autóctones: as “casas” construídas pelos colonos assentavam numa base quadrangular (em vez de circular) e dividiam-se quase na generalidade em apenas dois compartimentos. Segundo informação prestada pela fonte oral Samuel Matias Lopes, as duas excepções conhecidas no que se reporta à compartimentação, eram a casa da D^a Rosa Santana, que se situava próximo da confluência do rio Mucúfi com o rio Mapunda, e a casa que foi construída nos “Barracões” por Manuel Martins Alves (ou Álvares), cuja reconstituição gráfica se apresenta na página seguinte⁵².

⁵¹ *Londobes* – Casca interior de algumas plantas da flora angolana utilizadas como cordame, nomeadamente as designadas localmente (nome vulgar) por *omu-mwe*, *omu-panda* e *omu-hihi*.

Capim – Conjunto de ervas, em regra forraginosas, que cobre superfícies de terreno mais ou menos extensas (Brasil e Angola).

⁵² Sobre a construção das habitações dos colonos, *vide* INGLÊS, Heitor Mascarenhas - *Habitação do Colono (Alguns Conselhos Práticos)*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1945, p. 8-13 e p. 24-28. Ver certidão de nascimento de Manuel Martins Álvares (que em Angola adoptou o apelido de Alves), em Anexo 1.8.

Figura 8 – Casa dos “Barracões”



Composição gráfica de José de Azevedo, com base em fontes orais e conhecimento pessoal dos “Barracões”.

Em finais de Abril algumas das “habitações” estavam quase concluídas, passando-se então à desmatação e ao difícil *arroteamento* dos terrenos distribuídos aos colonos. Depois de normalizada a levada de distribuição de água, a qual foi dividida em dois braços, e após ter sido devidamente definido o regime de utilização da água de rega para os primeiros colonos, foram traçados e abertos os principais arruamentos da futura povoação e iniciada a construção, em alvenaria, da residência do director e secretaria, que só ficaria habitável muito mais tarde⁵³. Faltavam telhas, madeiras serradas e carpinteiros capazes de efectuar, nomeadamente, os trabalhos especializados de carpintaria de interior.

Assim, só no último trimestre do ano de 1885 é que se iniciou a construção de um barracão e forno para o fabrico de telha e tijolo, de modo a resolver, de futuro, as arrelhadoras carências de materiais de construção com que se deparava a colónia madeirense. Devido a essas mesmas dificuldades, os colonos estavam impedidos de construir as habitações definitivas nos terrenos que lhes tinham sido distribuídos dentro do futuro “esboço histórico” da povoação, limitando-se a limpar, a cercar e a cultivar os seus exíguos quintais de 20 m por 50 m, aproximadamente.

O certo é que também não dispunham de muito tempo útil, visto que os trabalhos agrícolas do segundo semestre de 1885 eram agora a grande prioridade.

Mas o problema estrutural que estaria na base de todas estas dificuldades era que os cofres do Estado português estavam completamente vazios. E os colonos, com os poucos subsídios dados pelo governo, ou trabalhavam a terra ou não teriam condições para enfrentar as contrariedades encontradas no Planalto da Huíla. E também não é líquido que percorressem todos os dias 6 km (dos barracões ao centro da cidadela e regresso) para *arrotear*, cultivar e cercar os pequenos quintais que lhes tinham sido distribuídos. Por todas estas razões, portanto, o mais provável é que os colonos madeirenses, transcorridos poucos meses, já não suportassem permanecer “aprisionados” por mais tempo nos primeiros barracões.

Ora, não tendo os barracões suficientes condições para albergar tanta gente, os colonos começaram por se dispersar pela Machiqueira (os de Machico) e a seguir foram-se distribuindo pelas margens dos rios Mucúfi e Mapunda, depois ainda até ao rio Caculovar, onde se formou a aldeia do Caculovar, apenas a 8 km a sudeste do Lubango, mas sem grande sucesso⁵⁴. E o mais natural é que na sua deriva tenham

⁵³ No segundo semestre de 1886.

⁵⁴ A colónia agrícola do Caculovar acabaria por ser abandonada em 1887, por falta de condições e pela exploração desenfreada e particular do seu director numa loja em que os colonos eram obrigados a abastecerem-se, sob pena de repressões, mesmo físicas! Tal indivíduo acabou por ser degredado para Moçambique.

improvisado abrigos dispersos (cubatas) idênticos aos dos povos residentes, sem dar muita atenção ao plano traçado pelo director da colónia, D. José da Câmara Leme, credenciado condutor de obras públicas.

Assim, durante os primeiros cinco meses, a vida dos colonos teria sido um sobresalto constante. Nem sequer o descanso poderia ser reconfortante, na medida em que tudo, naquela terra, era “inimigo”: autóctones escorraçados das suas terras, ininteligíveis e fugidios⁵⁵, faziam clamar *puítas* e batuques com inquietantes sonoridades de maldição; raposas e furões que conseguiam penetrar em redutos julgados inexpugnáveis; cobras e lagartos (*Varanus albigularis*)⁵⁶ exibindo cintilações psicofísicas ameaçadoras, perigosamente venenosas; formigas pretas e vermelhas (*manhéus* e *quissondes* ou *bissondes*), abelhas africanas agressivas, *marimbondos* (vespas) grandes e pequenos⁵⁷, sempre prontos a picar os mais incautos; *mabatas*⁵⁸, *bitacaias*⁵⁹, pulgas e carraças⁶⁰, que atacavam à sorrelfa, só se dando pelas consequências quando já era demasiado tarde; *salalé* (térmitas), brocas e caruncho que surgiam não se sabia de onde para destruírem silenciosamente as habitações, por dentro e por fora! A escuridão e o medo de doenças desconhecidas, para as quais não havia medicamentos obrigavam a uma vigília permanente, fazendo com que os colonos se revolvessem nos seus catres improvisados, duros e incómodos, sem certezas quanto ao que os esperaria no dia seguinte. Na terra desconhecida, naquele planalto verdejante mas deserto, tinham que inventar. E descobrir como poderiam sobreviver⁶¹.

Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 255-256. Em Fevereiro de 1890 foi autorizada a instalação de uma nova colónia no Caculovar, até 1910.

⁵⁵ Apenas os sobas do Mulondo (*Dungula*) e da Camba (*Chinge*) prestaram vassalagem, em Março de 1885, após intervenção do capitão de 2ª linha, Francisco Mesquita, que foi chefe do concelho da Huíla e efectuou uma operação na *Tchibemba* (Gambos) com uma única escolta, tendo então libertado alguns europeus. Vide CORREIA, Roberto – *Op. cit.*, p. 234.

⁵⁶ Designados localmente por *cangalas* ou *e-kakala*.

⁵⁷ Em Angola, *Kazuza* e *Kazuzinha* (os marimbondos) são diminutivos de *Zuzé*, bantuiização do português José. Ver Novo Dicionário Banto do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 79.

⁵⁸ *Phytoseiulus macropilis*.

⁵⁹ “Havia na colónia (do Lubango) quem usasse tamancos, mas os miúdos e quase todos os adultos, andavam descalços. Os poucos que tinham sapatos guardavam-nos para o caminho da missa, aos domingos. Foram conhecendo as bitacaias (pulga penetrante que se alojava nos dedos dos pés. Eram removidas com um alfinete, colocando-se cinza como desinfectante).” TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 54.

⁶⁰ Incluindo o *Arctoseius Magnalis*, pequeno ácaro das aves, vulgarmente conhecido por Argas ou “suiúiu”. Ver LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico*.

⁶¹ Ver em Anexo 1.9. a “composição” *Na trouxa trouxeram tabaibos*, de José de Azevedo.

7.5. - A segunda colónia madeirense do Lubango

Um segundo grupo de colonos madeirenses chegou ao Lubango em 19 de Agosto de 1885, num total de 336 pessoas. Tinham desembarcado em Mossamedes a 18 de Junho e, segundo alguns autores, totalizavam 349 pessoas⁶². Alguns continuaram a viagem até à Humpata, de onde iriam partir pouco mais tarde 42 colonos dispostos a iniciar um novo povoamento – S. Pedro da Chibia -, nas margens do rio *Tchimpumpunhime*, sendo acompanhados por alguns bóeres que se transferiram da Humpata para a vizinha Palanca, na pretensão de alargar a sua área de influência e o seu já considerável património fundiário⁶³.

Desta vez, a instalação no vale do Lubango decorreu de forma mais organizada, permitindo que os novos colonos começassem logo a trabalhar as parcelas que lhes tinham sido distribuídas, após a sua chegada. Contudo, para suporte desta duplicação do contingente europeu instalado no Lubango, tornou-se necessário abrir uma outra levada para irrigação dos terrenos localizados na zona mais alta do vale, na previsão de que, futuramente, ainda chegariam mais colonos. Embora a nova levada fosse mais extensa (o *Relatório* aponta para 7.300 metros), não havia agora a premência da sua conclusão imediata, nem a chuva, que só apareceria em Outubro, importunaria os trabalhos⁶⁴. E assim sendo, os novos colonos puderam construir atempadamente as suas habitações e preparar os seus *arimos*, em articulação com a estação das chuvas que se avizinhava, ao mesmo tempo que iam avançando com a nova levada, que viria a confluir com a primeira, aumentando-lhe o caudal. Diz também o *Relatório* que as várzeas junto aos rios Mapunda e Mucúfi ficaram reservadas para a instalação de pastagens, em virtude de o excesso de humidade desses terrenos obrigar à abertura de valas de drenagem, observações que parecem lógicas. Mas Câmara Leme já não será tão realista quando classifica as margens dos rios como terrenos “mais pobres”,

⁶² Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 237. Iguualmente em Agosto, chega a Mossamedes um grupo da Congregação S. José de Cluny (inglesas e americanas) que ali se instalam por solicitação do governador, em vez de seguirem para a Huíla. Só em 1887, é que as irmãs de S. José de Cluny chegarão à missão da Huíla e à do Lubango, onde instalam um Colégio.

⁶³ A Palanca situa-se sensivelmente a meio caminho entre o Lubango e a Humpata.

⁶⁴ A extensão de 7.300 metros parece “manifestamente exagerada”, sobretudo se atentarmos no itinerário descrito no Relatório, na parte em que se refere ao aproveitamento das torrentes *Cumbira* e *Maripu*, salvo erro. Ora, esta corrente *Cumbira* deverá ter algo a ver com o *Calumbira* ou *Calumbiro*, que se localizava, mais ou menos, atrás da futura Estação do CFM. Por aí começava, de facto, a denominada mulola do Índia que, embora começasse na parte alta, não avançava pela crista do território elipsoidal que viria a ser povoado. A crista dessa elipse correspondia, isso sim, ao traçado da chamada rua principal, depois Pinheiro Chagas, hoje em dia rua *Hoji ya Henda*. De qualquer maneira, do *Calumbiro* até ao centro do povoamento, onde estaria a ser construída a casa do director, não seriam mais de 2.300 metros. Não se percebe, portanto, onde é que Câmara Leme vai buscar os 7.300 metros de levada, latitude (sic) que ultrapassaria largamente o local dos “Barracões”, que por sua vez distavam do centro cerca de 3 km, conforme atesta o mesmo Câmara Leme. Só teria sentido se as mencionadas cabeceiras do rio Lubango se situassem a mais de 5 km do *Calumbiro*, na direcção da futura Senhora do Monte.

o que de resto se viria a comprovar pelo desempenho da várzea contígua aos “Barracões”, que se manteve como zona agrícola durante 125 anos, até 2011⁶⁵.

Entretanto, como se referiu anteriormente, alguns membros da Colónia Sá da Bandeira optaram por se fixarem na Humpata, a menos de 30 km do Lubango, onde os bóeres tinham criado a povoação de S. Januário da Humpata. E também no Humbe⁶⁶.

Outras iniciativas, de carácter social, estiveram igualmente em evidência: todos os Domingos vinha um sacerdote da Missão da Huíla celebrar missa no local dos “Barracões”⁶⁷, e antes de Agosto foi inaugurado o cemitério. O ensino foi um objectivo presente desde o início da colónia e em de Dezembro de 1885 a escola era já frequentada por 36 crianças (cerca de 18%), todas do sexo masculino, sendo que a sala de aulas e a capela partilhavam o mesmo barracão, com uma cortina de pano a separar o ensino público do culto divino. De notar, no entanto, que o director louvou (sem nomear) o funcionário que dirigia a escola, admitindo igualmente que outras pessoas frequentavam o estabelecimento, mesmo fora dos limites de idade previstos nos regulamentos portugueses de instrução pública⁶⁸. Segundo o Regulamento provisório elaborado por D. José de Câmara Leme, competiria ao padre, quando houvesse um, “disseminar a instrução entre os colonos, cooperando juntamente com o director e com o médico para o desenvolvimento moral e intelectual dos colonos”⁶⁹. Repare-se ainda que apenas se fala nos colonos e nos seus filhos, não se registando qualquer preocupação (como de resto se verificaria por muitas décadas) com o “desenvolvimento moral e intelectual” da população africana⁷⁰.

Em conformidade com o primeiro *Relatório* de D. José da Câmara Leme, elaborado em Dezembro de 1885, foram nesse ano registados 12 nascimentos e 8 óbitos, facto

⁶⁵ Desde 1975 que a fazenda ou *chitaca* era orientada por Maria da Glória Azevedo Rodrigues, neta do colono Manuel Martins Alves, conhecido por *Camuíla*.

⁶⁶ Em 1885, um pequeno grupo de 15 colonos, chefiados por José António Lopes, nascido na Huíla, em 1861, (será este o primeiro “chicoronho”?) partiu igualmente para o Humbe, tendo ali recebido o seu “baptismo de fogo”. ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 78 e 81.

⁶⁷ No local foi depois construída uma pequena capela. Ver fotografia em Anexo 2.2. Repare-se que ao lado da capela ainda se vê uma ponta de um frondoso *omu-hihi* (*Cobretum chlorocarpum*), ao que parece já existente em 1885 e que depois foi considerado a árvore emblemática dos colonos.

⁶⁸ Parece não restarem dúvidas de que o director da colónia era comedido. Não houve um único elogio aos colonos (apenas se enfatiza a sua boa índole e a sua capacidade de trabalho) reservando os louvores para os poderes públicos, o serviço clínico, o professor e para os seus funcionários mais próximos, como o Sr. subdirector. Menciona ainda o apontador, que teria cooperado para o aumento da colónia (?). E o escrivão, que decerto escreveu o extenso *Relatório* e que fez um trabalho impecável, sem erros e bastante limpo.

⁶⁹ “No ano seguinte (1886?) chegou o professor João Geraldo Gonçalves, também madeirense. Foi ele quem pôs a funcionar a escola mista. Esforçou-se por convencer os pais mais renitentes a enviar as crianças para a escola.” TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 56.

⁷⁰ Mas também não se chegou ao extremo descrito por *Basil Davidson* que, citando *Wheeler*, assegura (entre outras falsidades) que pelos meados da década de 1960 “não havia um só africano preto” nas duas escolas agrícolas (só havia 1 escola, inquestionavelmente multirracial) de Angola. Vide DAVIDSON, Basil – *Angola no Centro do Furacão*. Lisboa: Edições Delfos, 1974, 172.

que configura uma mortalidade de apenas 2%, que o director atribui à benignidade do clima e ao excelente desempenho profissional do médico da colónia⁷¹. Em Dezembro de 1885 a totalidade da população branca do Lubango ascendia a 428 pessoas, sendo 122 homens, 99 mulheres e 207 crianças.

7.6. - O problema da água e introdução do regadio: as levadas

Antes da chegada dos colonos, o regadio era inexistente no vale do Lubango. Com a chegada da segunda colónia a população duplicou e tornou-se indispensável a abertura de uma segunda levada, de maior envergadura que a anterior, como consta do *Relatório* de D. José da Câmara Leme. Porém, embora a maioria dos agricultores dependesse exclusivamente da água conduzida pelas duas levadas públicas, alguns deles, nomeadamente os que demarcaram terrenos agrícolas nas margens dos rios, decidiram construir as suas próprias levadas e moinhos, como se verificou no local dos “Barracões”, onde se fixou o colono Manuel Martins Alves.

A questão da água no vale do Lubango resumia-se, concretamente, ao aproveitamento do vasto potencial hídrico existente, mediante a construção de uma simples rede de abastecimento, empreendimento que nem sequer era muito difícil de implementar, dadas as características dos terrenos do vale. Por outro lado, a apropriação da água não tinha qualquer motivação comercial, apenas visando garantir às famílias uma produção relativamente modesta de bens destinados ao consumo doméstico. A sua captação era livre e sem quaisquer obstruções por parte do “poder administrativo”.

Por conseguinte, a necessidade da construção de levadas no sudoeste angolano só se fez sentir pela primeira vez na segunda metade do século XIX. Até esta data não existiria qualquer infra-estrutura de regadio em todo o sul de Angola, podendo inferir-se que o surgimento nas zonas altas de espaços permanentemente verdejantes, devido à irrigação de terrenos anteriormente ocupados por lavras de sequeiro (não irrigadas) ou por terras abandonadas (ora beneficiadas pela água das levadas), era uma alteração substancial e até aí impensável da paisagem rural. Os métodos agrícolas de exploração da terra também sofreram uma mudança significativa, introduzindo-se a noção de propriedade definida por limites; e também a noção de exploração intensiva com distribuição organizada e metódica de água que, refira-se,

⁷¹ “O Justino da Conceição foi a primeira criança branca a nascer na Colónia. Dessa 1ª geração faria parte igualmente Raul Luiz da Câmara Leme, filho do Director da Colónia, nascido a 1 de Abril de 1886.” TRABULO, António – *Op. cit.*, p. 48-50.

nunca tinha sido objecto de manipulação ou de controlo por parte das populações angolanas, que deveriam ter achado ridículos os esforços desenvolvidos pelos novos ocupantes da terra. Até porque os angolanos nunca tinham precisado de “conduzir” a água dos rios ou das nascentes, pois a água servia sobretudo para dar de beber ao gado, que se deslocava pelo seu próprio pé. E para cultivar a terra bastava a água da chuva, pelo que, na perspectiva autóctone, não fazia qualquer sentido “orientar” a água para regar pontos altos, quando nem sequer faltavam zonas baixas e húmidas localizadas nas margens dos muitos rios e riachos, as quais poderiam ser trabalhadas com facilidade, principalmente durante o período de seca ou cacimbo.

Mas o certo é que construção das duas levadas que transformaram a crista entre os rios Mapunda e Mucúfi em terrenos de regadio fez emergir novas ideias, que terão abalado a agricultura tradicional que se praticava há séculos, representando uma viragem a não desprezar, do ponto de vista histórico e etnográfico, na medida em que se iniciava uma nova ordem relacional entre o Homem e a Natureza. Outrossim, o regime pluviométrico do planalto era bastante regular e favorável à agricultura e raras foram as estiagens prolongadas ao longo dos primeiros 25 anos de colonização, o que fez com que a maioria dos colonos se enquadrasse num sistema de distribuição de água centrado nas exigências do cultivo de cereais e de hortícolas em regime de regadio, em paralelo com a produção de milho de sequeiro, que proporcionava um complemento alimentar importantíssimo, quer para as pessoas, quer para os animais.

Por outro lado, e como se poderá depreender pela análise da Figura 6, havia boas nascentes situadas nas serras que envolviam o vale do Lubango, tornando-se apenas necessário conduzir as águas de curso permanente para os campos de cultivo, facilidade que foi desde logo aproveitada. Pelo pouco tempo dispendido na feitura da primeira levada podemos deduzir que os condicionamentos postos pelos acidentes do terreno e pela constituição dos solos, nem de longe se comparavam com as enormes dificuldades colocadas pela orografia e geologia da Madeira, onde alguns colonos teriam também trabalhado na construção de levadas. Mas, também é plausível uma outra leitura: como se estava perante uma obra de interesse geral, a abertura da primeira levada deverá ter mobilizado (e empolgado) quase todos os colonos e respectivos familiares, principalmente porque já não se tratava de uma obra a ser explorada pela Administração da colónia ou a ser entregue a interesses particulares. Antes se assumia como estrutura de carácter comunitário destinada a salvaguardar interesses fundamentais de todos os colonos, facto que constituía uma importante conquista, em termos de aquisição de direitos!

A rede de levadas era gerida por um ou mais levadeiros, havendo fluxos e ritmos assimétricos de distribuição de água pelos diversos colonos. Os levadeiros faziam o giro pelos terrenos e distribuíam cotas de água, por dias ou por horas, de modo a que os agricultores pudessem regar as suas folhas de cultivo, as quais eram por sua vez recortadas por uma intrincada rede de valas mestras e regos que, de forma planificada, eram fechados e abertos à enxada, fazendo com que a água inundasse abundantemente os canteiros que constituíam os *afolhamentos*.

Nestas circunstâncias e apesar da prevalência da lavoura de sequeiro, sobretudo entre os angolanos, a rega acabou por ter um significado social importantíssimo, desempenhando um papel de relevo na alteração do rudimentar sistema de cultivo que vigorou até à chegada dos primeiros colonos, com os rios Mucúfi, Mapunda e Caculovar a constituírem-se como bases de abastecimento das populações. Contudo, além desses rios, havia muitas outras pequenas fontes que não dispunham de manancial susceptível de aproveitamento para a rega e que foram utilizadas para abastecimento doméstico. Até porque nos rios se lavava a roupa e se tomava banho livremente, apesar da presença da temível *bilharzia*⁷².

Pode afirmar-se, portanto, que a partir da chegada dos colonos se assistiu a uma mudança de atitude quase radical, tudo levando a crer que depois dessa data a agricultura de regadio tenha ganhado importância primordial, em detrimento do sequeiro, que se foi tornando complementar, alterando-se assim, profundamente, os parâmetros tradicionais da agricultura do planalto e a vida quotidiana das populações. E o empenho com que os colonos se entregaram à abertura de levadas também comprova o interesse que punham na questão do regadio, pese embora a vacuidade temporal do exercício de abertura da primeira levada, em que a ordem de prioridades imposta com alguma sobrançeria pelo director da colónia poderia e deveria ter sido outra, pois não havia qualquer vantagem em “sacrificar” com captações de água em tempo de chuva intensa, um grupo humano que, essencialmente, precisava de recuperar alguma estabilidade emocional e de alcançar condições mínimas de saúde, alojamento, roupa e comida. Vícios de desorganização e de análise ponderada da situação sobrepunham-se uma vez mais à sensatez e prevalência de uma acção devidamente planificada, pelo que o primeiro *Relatório* de Câmara Leme não deverá ser visto como uma simples narrativa de ocorrências aparentemente asséptica, devendo ser também avaliado e questionado nos aspectos em que as decisões parecem irreflectidas e não isentas de consequências para as populações.

⁷² Género de vermes tremátodes que parasitam o sistema venoso do homem, provocando a bilharziose.

7.7. – Desenvolvimento agro-pecuário e silvícola do Lubango

Logo após o estabelecimento da colónia e de acordo com as instruções dadas pelo governador do distrito de Mossamedes ao director da mesma, organizou-se um Conselho Rural, presidido por D. José da Câmara Leme, coadjuvado por quatro colonos, na qualidade de vogais. Foi elaborado um livro de actas para registo das diversas sessões que se efectuariam durante o ano de 1885 e anos subsequentes.

Só depois de Abril, portanto, é que houve alguma disponibilidade de tempo para trabalhar os campos, contrariamente ao que acontecia nas povoações da Huíla e Humpata, onde as terras eram preparadas com antecedência, de modo a permitir que as sementeiras de trigo se fizessem ainda em Abril. Aos colonos foram então distribuídos porcos e alguns bois concedidos pelo governo, destinando-se o gado bovino ao trabalho agrícola. Estava prevista uma junta de bois para cada colono, mas os animais demoraram a chegar e foram entregues parcimoniosamente⁷³.

Terminados os primeiros trabalhos de arroteamento em finais de Maio/início de Junho, fez-se a sementeira de trigo, precisamente quando começavam os meses mais frios e secos do planalto (Junho e Julho), sem se atender ao “saber de experiência feito” e desafiando-se a ordem natural das coisas. Só que já era demasiado tarde, como demonstravam as culturas da Humpata e da Huíla semeadas no início de Abril, ainda com chuvas, de modo a estarem em pleno desenvolvimento em Junho e Julho, quando era normal a formação de geadas. E, evidentemente, o balanço só poderia ser catastrófico: em terrenos ainda mal preparados, em que a reconstituição da flora autóctone se sobrepõe geralmente à germinação das culturas introduzidas, esta fuga para a frente acabaria por trazer péssimos resultados. Como era de prever - e o condutor de obras públicas Câmara Leme (com formação agrária) teria a obrigação de o saber -, o trigo nem sequer germinou, ou, onde mal nasceu foi rapidamente abafado pelas inúmeras infestantes⁷⁴, ou devorado pelas pragas que existiam no solo. Mas para aqueles que puderam semear um pouco mais cedo, em terrenos que já tinham sido anteriormente cultivados (portanto expropriados ou confiscados a autóctones), a cultura *arvense* comportou-se bastante bem, assim se comprovando que aquelas

⁷³ Perante esta “miséria franciscana”, parece ser difícil estabelecer qualquer paralelismo entre a colonização da América Latina e a Africana. Em 1761 (124 anos antes) matavam-se cerca de 330 reses por semana para abastecimento dos cerca de 20.000 habitantes da cidade de Santiago da Guatemala! Sobre a discrepância de condições e diferenças na organização administrativa, social e política, vide SANTOS PÉREZ, José Manuel – *Elites, Poder Local y Régimen Colonial: El Cabildo y los regidores de Santiago de Guatemala (1700-1787)*. Cádiz: Servicios de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1999, p. 49-62.

⁷⁴ O trigo sempre foi muito exigente no que respeita a qualidade do terreno. Na Madeira, era semeado nos locais onde o solo era profundo, bem constituído e com pouca pedra, especialmente, no oeste da ilha.

terras poderiam vir a dar resultados satisfatórios, desde que fossem devidamente preparadas e minimamente respeitadas as épocas normais de sementeira.

E depois plantou-se cará (*Ipomoea batatas, Lam.*) e batata corrente, pimpinelas (*Sechium edule*)⁷⁵ e inhame (*Dioscorea spp.*)⁷⁶. Semeou-se feijão e hortaliças, tendo a “batata de semente”, trazida da Madeira, dado uma boa produção. Aclimataram-se a couve, a alface, a ervilha, o tomate e a cebola. As hortas tornaram-se viçosas, embora cada agregado familiar cultivasse apenas o suficiente para o seu próprio sustento.

Curiosamente, o director da colónia, D. José da Câmara Leme, considerava que os terrenos do Planalto da Huíla, em geral, eram mais fracos que os terrenos das zonas de serra abaixo e do litoral, e que, por isso, necessitavam de ser corrigidos e melhorados. Embora se tenha mais tarde verificado que os solos eram basicamente argilosos, com pH neutro, o director dividiu-os em três diferentes categorias, e lavrou a respectiva receita:

“O seu defeito principal consiste pois na falta de cal. Os correctivos mecha-
nicos de que elles precisam são: - esgotamento e calcinação; esgotamento
para enxugar as terras, tornando-as mais porosas e permeáveis; calcinação,
afim de diminuir a grande adherencia que caracteriza as terras em que
predomina a argilla, enriquecendo o sólo com productos de saes activos que
resultam d’este processo. Os correctivos phisicos e chimicos de que depen-
dem, são sobre tudo a applicação da cal e cinza. A cal dando uma consis-
tencia ás terras, que ellas não possuem, tornando o sólo mais permeável,
diminuindo-lhe a humidade, torna as sementeiras mais regulares e põe as
plantas ao abrigo de immensas doenças; as cinzas tornando tambem os
terrenos argillosos menos compactos, fortificando as terras soltas, destróem
as hervas ruins e contribuem poderosamente para a fortificação do solo”⁷⁷.

Trata-se de uma análise empírica, que parece insuficientemente fundamentada: Mas, ainda pior, é que avança com soluções muito discutíveis do ponto de vista pedológico, pois é sabido que os terrenos essencialmente argilosos se corrigem pela incorporação de matéria orgânica (que era abundante no Planalto), prática que apenas poderia tornar mais ácido o pH dos solos. Quanto ao escoamento do excesso

⁷⁵ Originária do Brasil, onde o fruto é conhecido por Chuchu. Também designado por “pipinola”, parece provável que tenham sido os madeirenses a adoptar o nome de “pipinela” ou pimpinela, tal como era conhecida no Lubango. Não foi possível apurar se foi introduzida em Angola pelos madeirenses ou por viajantes oriundos do Brasil.

⁷⁶ Foi a partir de África que o inhame chegou às Américas e às ilhas atlânticas., no século XVI, por intermédio dos portugueses. A designação vulgar provém do termo africano *nyame*, que significa comer. Actualmente a Nigéria produz cerca de 70% da produção mundial, calculada em 100 milhões de toneladas.

⁷⁷ Cf. *Colónia Sá-da-Bandeira: Relatório da Direcção* [datado de 31 de Dezembro de 1885] “Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola”, (13) 29 Mar. 1886, p. 346-352.

de água, a solução passa pela abertura de valas de drenagem, técnica que o condutor de obras públicas decerto não ignorava⁷⁸.

Quando começou novamente a aquecer o tempo, em Setembro, os colonos foram contemplados com 1 *cazunguel* de feijão e outro de milho⁷⁹. E, como era de esperar, o segundo contingente de colonos também semeou milho, feijão, batata e batata-doce. Refere o *Relatório* que os colonos lançaram imediatamente estas sementes à terra, sem esperar pela chuva, pois já dispunham de água de regadio e, certamente, porque estariam ansiosos por obter os almejados alimentos que as sementeiras de Junho lhes tinham sonogado. Todavia, fica-se perplexo ao saber que, apesar da exiguidade da semente distribuída se fez sementeira de feijão *a lanço*, que redundou num fracasso, o que leva a admitir que os colonos tenham utilizado o feijão para resolver outras necessidades básicas, talvez mais prementes...

Quanto ao milho, parece natural a sua integração numa agricultura intensiva, de rotação, tal como se começou a fazer na Madeira durante a segunda metade do século XIX, nomeadamente quando havia abundância de água. Não estando disponíveis quaisquer outras espécies tradicionais de cereais panificáveis, o recurso ao milho tinha a grande vantagem de utilizar técnicas conhecidas de obtenção de farinhas, não havendo necessidade de mudar os poucos utensílios de moagem de que inicialmente dispunham. Era, afinal e a curto prazo, a única perspectiva de abastecimento de uma população em crescimento, com a vantagem de não se depender, tão ansiosamente, da estação das chuvas. A plantação de alguma batata originária da Madeira, de muita batata-doce, (que viriam a produzir bastante bem) e de algum inhame, acabariam por colmatar, parcialmente, as necessidades de amido dos colonos⁸⁰. Já o cultivo de hortícolas, tais como nabos, ervilhas, tomates, couves e cebolas, foi considerado sofrível, talvez devido à ausência de qualquer tratamento fitossanitário ou, como aponta o *Relatório*, à má qualidade das sementes.

Mas, apesar dos elogios de Câmara Leme quanto ao afinco dos colonos na preparação dos seus terrenos (louvor não extensivo aos primeiros colonos)⁸¹, nem todos ficaram pelo vale do Lubango: uns seguiram para a vizinha Humpata (a 17 km), já

⁷⁸ Também é incompreensível que Câmara Leme afirme liminarmente que as *calagens* (incorporação de calcário nos solos) beneficiavam o estado fitossanitário das plantas, facto que do ponto de vista técnico poderá ser bastante discutível.

⁷⁹ *Cazunguel* - Como já foi referido anteriormente, equivalia a cerca de 16 litros.

⁸⁰ Os cerca de 4.000 kg de batata, supostamente de origem madeirense e que foram distribuídos aos colonos, deduz-se que terão sido transportados (sabe-se lá com que canseira) pelos colonos que chegaram ao Lubango em Agosto de 1885.

⁸¹ Na opinião de António Trabulo, “Nem todos os agricultores eram da mesma qualidade. O segundo grupo de madeirenses chegou seis meses mais tarde e, ao fim de um ano, conseguira ultrapassar a produção dos que tinham vindo primeiro. Dentro da pobreza de todos, uns foram-se fazendo menos pobres do que outros.” TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 57.

mais avançada em termos de racionalização agrícola; e outros partiram para a Chibia (cerca de 50 km a pé), onde dariam início a um novo e importante povoamento, numa progressão calculada para o Humbe, como adiante se verá.

Mapa X – Dispersão da colónia do Lubango: orografia e bacia hidrográfica da região



FONTE: - Folha nº 22 da Carta de Angola (escala 1.500 000), reeditada pelo Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola em 1986. Reorganização cartográfica de José de Azevedo.

No final do ano de 1885, portanto, já se colhia no Lubango bastante batata corrente e batata-doce, a par de algumas hortaliças e das primeiras maçarocas de milho, devendo-se ter em atenção que as produções por hectare então alcançadas equivaliam a cerca da vigésima parte das produções unitárias actuais. Mas, na verdade, faltava quase tudo, numa terra onde 1 litro de leite custava a ordenha de várias vacas e onde o açúcar era uma preciosidade⁸²! Mas também o pão, azeite, banha, café, o precioso sal, tabaco, sapatos, agasalhos para as noites frias, carne ou peixe, nada poderia ser ali adquirido ou produzido facilmente durante aqueles longos meses de carência, com terra a perder de vista⁸³...

⁸² Segundo Samuel Matias Lopes (fonte oral), era extraído da cana sacarina algum mosto, que, a colheradas bem contadas, se adicionava às bebidas quentes, como o chá de *kota-kota*, um capim robusto e aromático, abundante no Planalto da Huíla.

⁸³ Cada chefe de família recebera um modesto subsídio, que apenas duraria pouco mais de um ano.

Relativamente ao gado prometido aos colonos, Câmara Leme assumiu uma crítica velada ao incumprimento de prazos por parte do governo, mas que o director da colónia desde logo se apressou a justificar com a conjuntura económica, de modo a não parecer excessivamente crítico. Falta de coragem do director ou simplesmente indiferença pela defesa dos legítimos interesses dos colonos, a verdade é que as coisas no sector da pequena pecuária iam de mal a pior: além da entrega tardia e insuficiente (estava prevista a entrega de uma junta de bois por cada casal), o enfraquecido gado bovino “importado” do Humbe e do Cuanhama, era normalmente atacado por uma epizootia (*brucelose?*) que desde há muito grassava por todo o sudoeste angolano, matando milhares de cabeças. Confirmava-se que os colonos continuavam a depender de si próprios e, sem dúvida, já ninguém acreditava que o governo ou os seus representantes ultramarinos cumprissem as suas promessas. Uns e outros, afinal, estavam de mãos vazias.

Mas, ainda assim, a criação de animais continuou, pois o leite era importante para a alimentação das crianças e o estrume indispensável para adubar as terras. Talvez para contrabalançar a desgraça, o *Relatório* da Direcção afirma, curiosamente, que o gado ovino que S. Exa. o ministro da Marinha mandara para a colónia, ia de vento em popa, sem especificar qual a quantidade de animais distribuída a cada agregado familiar.

E, pouco a pouco, a pecuária foi-se consolidando, até porque todos os criadores desfrutavam do acesso incondicional às pastagens naturais que se estendiam até à serra e que ampliavam sobremaneira os terrenos reservados à sua instalação colonial. Mas, à cautela, ninguém se atrevia a criar gado em regime de *manadio* (regime livre), como faziam algumas populações autóctones do sudoeste angolano. Os pequenos rebanhos pertencentes aos colonos pernoitavam em currais ou cercas improvisadas a que chamavam *sambos* (no caso dos bovinos), saindo os animais para a pastagem depois de seca a orvalhada e depois da ordenha, acompanhados por um pastor (nem sempre o mesmo), de modo a evitar que o gado invadisse terrenos de cultivo. As crias de leite, as fêmeas recém paridas e, eventualmente, os bois a cangar, permaneciam nos currais, alimentados a palha, ou eram mantidos na proximidade, em *afolhamentos* em *pousio* ou ainda por lavrar, assim se articulando, pontualmente, a agricultura e a criação de gado. Embora vagueassem pelo vale do Lubango pequenos rebanhos de cabras e ovelhas, era sem dúvida o gado vacum a predominar no extenso planalto.

Contudo, o consumo de carne de vaca entre os colonos foi sempre muito residual, dedicando-se quase todos, preferencialmente, à criação e ceva de porcos domésticos

para consumo caseiro, os quais eram alimentados com as sobras de hortícolas e milho cozido – a *mocunja* -, em pequenos currais ou *chiqueiros* construídos com paus alinhados e enterrados irregularmente no solo, com cerca de 80 cm de altura. Dos suínos fazia-se um aproveitamento praticamente integral, desde a banha à carne salgada, que eram o principal “conduto” a consumir durante quase todo o ano.

Algumas fruteiras introduzidas, como pessegueiros, romãzeiras, laranjeiras, figueiras, macieiras, limoeiros, anoneiras, amoreiras, mangueiras, tabaibeiras (*Opuntia ficus*) e até cafeeiros, muitas das quais reproduzidas na Missão da Huíla ou vindas de Mossamedes, estariam ainda longe de frutificar⁸⁴. Mas havia sempre a possibilidade de consumir os variados recursos frutícolas espontâneos na região: mirangolos (*Carissa edulis*), matambotes ou “Mutomboti” (*Crysophyllum antunesii*), nochas (*Parinari curatellifolia*), jambos (*Syzygium jambos*), maboques (*Strychnos spinosa*), figos de mulemba (*Ficus thonningii*), anonas selvagens, etc., não sendo de estranhar que os madeirenses, desde sempre parodiados por serem consumidores compulsivos de fruta, se tenham rapidamente convertido ao exotismo dos novos sabores.

De resto, continuava a funcionar na Missão da Huíla (antiga Alba Nova) uma estação agrícola experimental onde se procedia à reprodução e adaptação de espécies oriundas da Europa. Os missionários cultivavam milho, batata e feijão, procurando seleccionar as variedades que melhor resistiam às condições ecológicas locais, fazendo da Huíla o pólo de desenvolvimento agrícola mais importante não só da região, mas de todo o território angolano. Os grandes beneficiários, naturalmente, eram todos os agricultores do planalto, que seguiam de perto aqueles estudos experimentais, envolvimento bem patente na substituição do trigo *ribeiro* (que era o mais cultivado) pelo trigo californiano da variedade *durázio*, após se ter concluído que este último apresentava um rendimento mais elevado.

Finalmente, uma breve menção ao trabalho dos carvoeiros (pequenos produtores de carvão vegetal), que exerciam uma actividade complementar no âmbito da exploração dos recursos silvícolas e no desbravamento de terras. Como é sabido, o único combustível abundante era a lenha, de que a serra constituía uma reserva inesgotável. Mas, com o crescimento demográfico da colónia, as sempre complicadas e demoradas deslocações à serra para a recolha de lenha (já depois da vulgarização dos carros de bois), passaram a ser cada vez mais frequentes, o que acabou por justificar o aparecimento de carvoeiros, que começaram a produzir carvão vegetal para abastecimento da colónia, embora em quantidades relativamente reduzidas. Diariamente (isto já no século XX), desciam da serra dezenas de homens carregados

⁸⁴ Cinco anos depois, o Lubango seria uma zona privilegiada de produção frutícola.

com 1 ou 2 sacos de carvão às costas, para o venderem ou permutarem na cidadela do Lubango.

O trabalho dos carvoeiros nada tinha de complicado. Abatiam as árvores, quase sempre de médio porte, nomeadamente *omu-panda* (*Brachystegia bakeriana*) e *omu-mwe* (*Berlinia baumii*) que ficavam a secar. Depois recolhiam a lenha já seca, a qual era metida numa cova e incendiada. Estando a fogueira bem acesa, a cova era coberta com terra seca, de modo a que prosseguisse uma combustão lenta e sem chama. Terminada esta operação a cova era reaberta e despojada do carvão vegetal, o qual era metido em sacos (no século XX), com um peso médio de cerca de 10 kg.

A vegetação arbórea tinha, portanto, várias clientelas: gente a precisar de construir casas ou currais, lenhadores, carvoeiros, carpinteiros de carros de bois, de móveis ou de utensilagem diversa como as alfaías agrícolas, todos usufruíam livremente da generosidade da floresta⁸⁵. E, por isso, seria de esperar que as matas começassem a diminuir, no vale do Lubango e arredores. Mas, de facto, não era isso que acontecia. A fertilidade do solo e o regular regime pluviométrico favoreciam a reposição natural da mancha arbórea que, beneficiando de espaços mais iluminados potenciava a função fotossintética e, conseqüentemente, um desenvolvimento ainda mais vigoroso das plantas.

Assim, ao contrário do que acontecera na Madeira em meados do século XIX, em que foi proibido o abate de qualquer tipo de vegetação⁸⁶, não foram adoptadas no Lubango, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, quaisquer limitações ao corte de árvores e arbustos, nem aprovada qualquer obrigatoriedade de reflorestação, muito menos com espécies indígenas. Ninguém se importava, igualmente, com as queimadas e com os frequentes incêndios que ocorriam na serra. Eram tempos de assimilação de novos costumes: se os autóctones incendiavam o mato, aos colonos não lhes parecia mal porque assim o *capim* “rebentava” melhor e também porque o fogo destruía muitas pragas de insectos e de roedores, resultando num benefício para a produção agro-pecuária. As queimadas eram pois um ritual de fogo sagrado. E, não havendo “senhores da terra” ou qualquer regime agrário a impor normas de actuação, as zonas mais desmatadas convertiam-se rapidamente em áreas de cultivo, designadamente de sequeiro ou de pomares, assim se alterando, constantemente, a paisagem rural do vale do Lubango. Por conseguinte, a relação entre o agricultor e a Natureza evidenciará uma crescente tendência para o

⁸⁵ Nunca houve no Lubango uma produção em série de utensílios para a agricultura e, muito menos, qualquer tentativa da sua produção industrializada.

⁸⁶ Vide GRANDE, Eduardo – Relatório. Funchal: Typ. Distrito to Funchal, 1865.

aparecimento de novas áreas de sequeiro, com o milho a ocupar um lugar cada vez mais destacado no plano da produção alimentar.

Enfim, estava instalada a Colónia Sá da Bandeira. Em conformidade com as instruções dadas pelo governador do distrito de Mossamedes, o Conselho Rural foi arrecadando alguns impostos, como por exemplo o imposto de 2% sobre o já de si diminuto subsídio dos colonos e sobre as suas casas, bem como sobre o gado abatido. No final do ano a recolha de impostos cifrava-se em 422\$655 réis que, em princípio, reverteriam a favor de obras comunitárias, como a igreja e a cadeia. E no ano seguinte os colonos já tinham percebido as linhas mestras do regime de chuvas, pelo que rectificaram alguns procedimentos, fazendo com que a terra produzisse mais e melhor, enquanto os agricultores da Huíla e da Humpata eram surpreendidos por geadas formadas em Agosto, que em 1886, surpreendentemente, não afectaram as searas do Lubango.

Até ao final da década de 80, a vida quotidiana dos colonos foi-se normalizando. Ficou concluída a segunda levada e abriram-se os principais arruamentos da povoação⁸⁷. O barracão destinado à produção de telha e tijolo, constituído por um tanque amassador e forno, também foi acabado. De acordo com o segundo *Relatório* da Direcção, datado de Julho de 1886, até ao final do ano deveriam ficar prontas a residência do director e a secretaria, um talho e os viveiros de árvores de fruto⁸⁸.

No ano seguinte ensaiaram-se sementeiras de centeio e cevada. As culturas de batata-doce e de batata inglesa cresciam a olhos vistos e já havia excedentes que não tinham condições para serem exportados, tal como o trigo, facto que levou D. José da Câmara Leme a emitir o seguinte parecer:

“Contrista-nos sobremaneira a certeza de que este produto, como muitos outros, não terá saída para o mercado por falta de meios de comunicação. É realmente a abundância que actualmente prejudica os colonos. É indispensável uma via-férrea que torne o transporte barato e compensador.”⁸⁹.

Ora, pensar-se que uma linha-férrea era indispensável para o escoamento dos primeiros excedentes, antes de sequer haver uma estrada razoável para os carros de bois, era subverter as prioridades estruturais! Três anos passados no fértil vale do Lubango... e a maior crise já era a da abundância!

⁸⁷ Durante todo o ano de 1886.

⁸⁸ Cf. *Colónia Sá-da-Bandeira: Relatório da Direcção* [datado de 18 de Julho de 1886] “Boletim Official do Governo Geral da Província de Angola”, (13) 29 Mar. 1886, p. 883-884.

⁸⁹ TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 62.

Capítulo 8 – Consolidação das colónias do Planalto da Huíla

8.1. – O ciclo do pão: ferramentas e alfaías agrícolas

Para se perceber o tipo de agricultura essencialmente orientada para a subsistência protagonizada pelas famílias madeirenses instaladas no vale do Lubango, parece-nos de utilidade conhecer os métodos de trabalho e de domínio dos equipamentos agrícolas existentes na Madeira oitocentista, os quais, naturalmente, faziam parte da bagagem sociológica e técnica dos colonos que emigraram para Angola.

Na verdade, se procedermos à análise de algumas descrições da época efectuadas por observadores qualificados, chega-se rapidamente à conclusão de que os colonos não dispunham de informações técnicas sobre práticas e ferramentas avançadas que eram já correntes na Europa, limitando-se a veicular e a aplicar, num outro cenário, as competências agrárias anteriormente adquiridas¹. Consequentemente, em África, nada poderia ter sido substancialmente diferente.

Assim, no Lubango, só existiam inicialmente arados de madeira que eram fabricados pelos próprios colonos, só mais tarde surgindo as charruas de ferro e de ferro fundido, com *relhas* e *aivecas* de diversos calibres². O certo é que durante o primeiro ano os arados até eram dispensáveis, na medida em que as polivalentes enxadas e foices resolviam os problemas que iam surgindo, relacionados com a preparação das terras e o corte de vegetais³. À semelhança do que acontecia na Madeira oitocentista,

¹ Partindo-se da informação prestada por um técnico alemão enviado à Madeira pelo ministério prussiano de agricultura a fim de estudar a filoxera e o oídio, teremos de admitir o relativo atraso da agricultura madeirense quando confrontada com o que então já se fazia na Europa. Em 1859, *Schacht* faz da agricultura madeirense o seguinte resumo: “Os instrumentos agrícolas são muito rudimentares. Uma enxada, pesada e com o cabo comprido, serve para trabalhar a terra, em vez da nossa espátula; o solo é removido a vários pés de profundidade. Um arado muito primitivo, praticamente sem reforços de ferro, atrelado a dois bois, é menos utilizado. Uma foice ou foicinha pequena, de cabo curto, serve para mondar a erva; um podão para cortar a cana-de-açúcar. A nossa gadanha assim como a nossa pá, são desconhecidas na Madeira.”[...] SCHACHT, Hermann – *Madeira und Teneriffa mit ihrer Vegetation. Ein Bericht an das Königlich Preussische Ministerium für landwirtschaftliche Angelegenheiten*. Berlim: G. W. F. Müller, 1859, p. 15-16.

² Informações fornecidas pelas fontes orais Samuel Matias Lopes e Óscar Gil Azevedo.

³ Na Madeira, o arado tinha poucas condições para ser utilizado, quer em termos de espaço, quer por restrições óbvias ditadas pelo relevo insular, fazendo com que a enxada pesada e de cabo comprido tivesse uma função central, na medida em que podia ser utilizada por quase toda a gente. *Vide* BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 56

para muitos colonos do Lubango a foice não servia apenas para a ceifa de cereais e de forragens para o gado, sendo utilizada em múltiplas funções, como se fosse um canivete suíço. As foices, de diversos tamanhos, eram feitas no ferreiro, por encomenda, admitindo-se que algumas delas tenham sido trazidas da Ilha da Madeira e, o que é menos provável, que tenham sido compradas a funantes⁴. A utilização da foice nas searas tinha também em vista o aproveitamento da palha, quer para a cobertura de construções (dada a sua uniformidade e facilidade de manuseamento), quer para alimentação de gado *vacum* e para se fazer a *cama* nos currais de suínos, ovinos e caprinos.

As mulheres dos colonos ajudavam na *ceifa*, a par de filhos e filhas, de modo a que essa tarefa fosse executada com a máxima brevidade⁵. E como as folhas de cultivo não eram em geral muito extensas, raramente se colocava a necessidade de angariar segadores externos, pagos com uma pequena parte do cereal, ou de mobilizar carros de bois para transportar os cereais para a eira⁶. Até porque seria impensável dispor de um veículo desse tipo. Durante os primeiros anos de instalação dos colonos nenhum deles era suficientemente abastado para se meter em despesas que não fossem indispensáveis, mas também porque durante demasiado tempo persistiu a carência de bois de tracção. Assim sendo, a família e eventualmente alguma ajuda da vizinhança, em regime de *entreprajuda* comunitária, bastavam para a resolução do problema da *ceifa*, em tempo útil. E perante a sistemática escassez de grão e o ameaçador espectro da fome, havia sempre alguma urgência em iniciar a *debulha*, de modo a obter o mais cedo possível cereal pronto para a moagem (“trigo na eira, pão na masseira”). A *debulha* decorria em eiras localizadas quase sempre em

⁴ Segundo a fonte oral Óscar Gil Azevedo, inicialmente as foices eram feitas “na oficina do Pedro Marininho, junto à fonte do Batista”. Só mais tarde passaram a vir de Portugal. Refere ainda a mesma fonte que nos “Barracões” havia uma forja, informação completada pela fonte Samuel Matias Lopes, que acrescenta: “[...] depois da ferraria, onde estava a forja, com o respectivo fole, a bigorna, torno de bancada e um pequeno engenho de furar, tipo antigo, artesanal”.

⁵ De acordo com as fontes orais contactadas, as mulheres cooperavam em diversos trabalhos agrícolas: sementeiras, sachas, regas, carregamento de cereais, ventilação, joeiramento, etc. Sabe-se que na Madeira, a oeste, nomeadamente na Calheta e nas freguesias a noroeste, as mulheres trabalhavam como os homens, fazendo todo o amanho da terra, enquanto os homens se dedicavam unicamente ao amanho das vinhas, lidando com a enxada. Vide ALMEIDA, Paulo Dias de – *Descrição da Ilha da Madeira em geral e cada huma de suas Freguezias, Villas e Lugares em particular. Suas produções, número de fogos e seus habitantes e estado actual de suas Fortificações, acompanhada de estampas, referindo-se ao Mappa Geral da mesma Ilha*. [S.l.; s.n.], 1817, p. 482.

⁶ Na Madeira, a colheita de cereais (tendo em atenção as diferentes condições climáticas e agrónomicas existentes no lado norte e o lado sul da Ilha), não ocorria simultaneamente em todas as searas, facto que obrigaria, eventualmente, a recorrer ao recrutamento de ceifeiros ou à *entreprajuda* comunitária. Os proprietários mais abastados utilizavam carros de bois para transportarem as suas safras dos campos para as eiras. Vide WHITE, Robert – *Madeira, its Climate and Scenery*. Londres: Cradock, 1851, p. 49.

locais fixos e de terreno rijo e plano, onde corresse vento, de forma a serem devidamente aproveitadas as correntes de ar dominantes.

As eiras eram circulares, de acordo com o que tinham aprendido na Madeira⁷. Antes das debulhas, esses malhadouros tinham de ser limpos de infestantes e devidamente varridos, depois de reparadas as rilheiras abertas pelas chuvas. Através de fontes orais foi também possível confirmar a utilização no sul de Angola de bosta de boi como revestimento protector do piso das eiras, procedimento que contribuía para o endurecimento e nivelamento do chão e evitava o crescimento de *capim*, obstando à abertura de gretas onde se enterrava e perdia muito cereal. De resto, parece plausível que alguns colonos fizessem o *barramento* das eiras, na medida em que se tratava de uma prática que não era desconhecida na Ilha da Madeira⁸. Só que na Madeira os objectivos do *barramento* eram diferentes, pois era feito depois das *debulhas*, apenas para “formar-se uma camada isoladora, evitando o crescimento de ervas daninhas na época húmida de Inverno.”⁹.

No Lubango e na Chibia a maioria dos colonos utilizava varas e *manguais* para fazer a *malha* do trigo¹⁰. Dispomos de informações orais em que se reporta a utilização do *mangual* (uma técnica de debulha por percussão indirecta) à necessidade de se preservar a palha dos cereais, mantendo o colmo inteiro, julgando-se que essa terá sido a principal razão para a escolha de tal tratamento, dada a grande importância deste material na cobertura das construções e a sua menor relevância para a alimentação do gado, que dispunha de pastagens naturais mais do que suficientes, tendo em conta os parques efectivos pecuários entregues aos colonos. Por informação oral obtida de Samuel Matias Lopes, foi possível apurar que alguns agricultores também utilizavam o *pisoteio* de animais, livres ou atrelados em cangas e que só muito mais tarde, já no século XX, é que apareceram as primeiras debulhadoras artesanais, accionadas por duas manivelas, uma de cada lado¹¹.

⁷ Segundo Robert White, as eiras da Madeira eram invariavelmente circulares, de superfície fechada e nem sempre definitivas. Vide WHITE, Robert – *Madeira, its Climate and Scenery*. Londres: Cradock, 1851, p. 49.

⁸ Na Madeira, o aproveitamento da bosta de boi mereceu reparos de um corregedor, numa inspecção feita em 1783 (AHU 666).

⁹ BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 71.

¹⁰ As debulhas na Ilha da Madeira eram substancialmente diferentes, usando-se preferencialmente instrumentos de debulha bastante antigos, como os *trilhos*, accionados por uma ou duas juntas de animais a circularem simultaneamente na eira. Mas também se utilizava o processo denominado por *debulha de sangue* e a sua variante *mourão*, igualmente com animais a desempenharem um papel activo. Estes dois métodos não serão “transportados” para o sudoeste angolano. Já o conhecido *mangual*, misteriosamente, só muito raramente é referenciado nos escritos sobre a Madeira oitocentista, tornando-se difícil saber até que ponto esta técnica, já então predominante na Europa, seria mais ou menos utilizada no Arquipélago.

¹¹ Na Madeira, os bois eram amarrados a um poste implantado no centro da eira, à volta do qual circulavam. Quando a corda estava totalmente enrolada ao poste, invertia-se o sentido de andamento dos animais, iniciando-se o seu desenrolamento. E assim, sucessivamente.

Enigmáticamente, e ao contrário do que acontecia no Arquipélago da Madeira, onde a nível doméstico também se utilizava um pequeno *maço* com cerca de 30 cm de comprimento para separar o grão dos cereais ou mesmo de algumas leguminosas, as diversas fontes orais contactadas não se recordam da vulgarização de tal prática no Lubango. O *maço* servia para *malhar*, por percussão directa, pequenas quantidades de cereal, incluindo o milho. Mas, no Lubango, o grão era separado do carolo à mão, principalmente quando as maçarocas eram consumidas em verde¹², o mesmo sucedendo com o feijão e as ervilhas, que eram descascados pelas mulheres e crianças que faziam parte de agregados familiares geralmente numerosos.

A limpeza do grão ocorria logo a seguir à *debulha*, através da prática designada por *aventamento* do grão (na Madeira era designada por *aventejar*) e que consistia, fundamentalmente, em atirar repetidamente o grão com impurezas para o ar (depois de separada a palha com uma forquilha de madeira), de modo a que o grão (mais pesado) caísse junto aos pés do operador, enquanto a *moinha* (restos de palha e espigas) era levada pelo vento, para se amontoar, a pouca distância. Para o efeito utilizava-se uma *pá de aventar* ou *aventejar*, igualmente de madeira. Depois de uma última limpeza ao vento e de novamente ventilada toda a *moinha*, recolhiam-se os montes e juntavam-se com uma pequena vassoura os grãos dispersos, que mais tarde seriam ainda passados pela *joeira*¹³, para se obter uma limpeza final. Sabe-se, no entanto, que na década de oitenta do século XIX a Madeira teria importado da Europa as primeiras máquinas de debulha mecânica, accionadas por grupos organizados de camponeses remediados que, à semelhança dos amoladores, faziam anunciar a sua disponibilidade para o serviço através de silvos emitidos com um búzio¹⁴. Todavia, este espírito empresarial não terá sido apreendido pelos colonos embarcados para o vale do Lubango, pois não são conhecidas quaisquer iniciativas semelhantes, em todo o sudoeste angolano. De resto, os engenhos de açúcar deviam ser os mecanismos mais complicados que os emigrantes conheciam, os quais também já existiam em Angola: nos Dembos, em Mossamedes e na região interior do Bumbo.

O armazenamento e conservação do cereal, não constituíam problema de maior. Quase todas as casas dispunham de arrecadações anexas e as quantidades de grão a armazenar nunca eram em demasia, pois raramente chegavam até à colheita do ano seguinte. A arrecadação de cereais e de leguminosas era efectuada em tulhas de

¹² As Instruções de 1783, que acompanham a introdução da cultura do milho na Madeira e Porto Santo, referiam, surpreendentemente, que as maçarocas não deviam ser consumidas em verde. Porém, no Planalto da Huíla, tal prática era bastante comum. Vide BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 77.

¹³ *Joeira* - Peneira grande destinada a separar o trigo do joio; crivo, ciranda.

¹⁴ BRANCO, Jorge Freitas – *Op. cit.*, p. 80.

madeira, potes de barro e sacaria diversa, diferenciando-se parcialmente do processo mais utilizado na Madeira na segunda metade do século XIX, em que prevaleciam os celeiros subterrâneos ou *covas*, que era considerada a melhor alternativa pelos morgadios mais abastados, nomeadamente quando o grão a arrecadar era em quantidade assinalável, ou quando se previa que bastasse para mais de 1 ano. Mas como no Lubango (na fase inicial) as colheitas eram quase sempre escassas e também porque havia factores de risco ainda mal dominados tais como as pragas e a humidade relativa do solo, não era aconselhável que se enterrasse o grão em *covas*. Temia-se sempre um ataque do silencioso *salalé* (térmitas), optando-se então pelo método mais simples de armazenamento, de modo a permitir o fácil acesso ao grão em qualquer altura, e também para poder-se analisar e vigiar, com alguma assiduidade, o estado sanitário e a integridade dos produtos armazenados. As sementes, a lançar à terra na safra seguinte, eram seleccionadas e guardadas à parte, assim se garantindo a continuidade e a melhoria do cultivo das espécies mais produtivas e o futuro abastecimento dos agregados familiares.

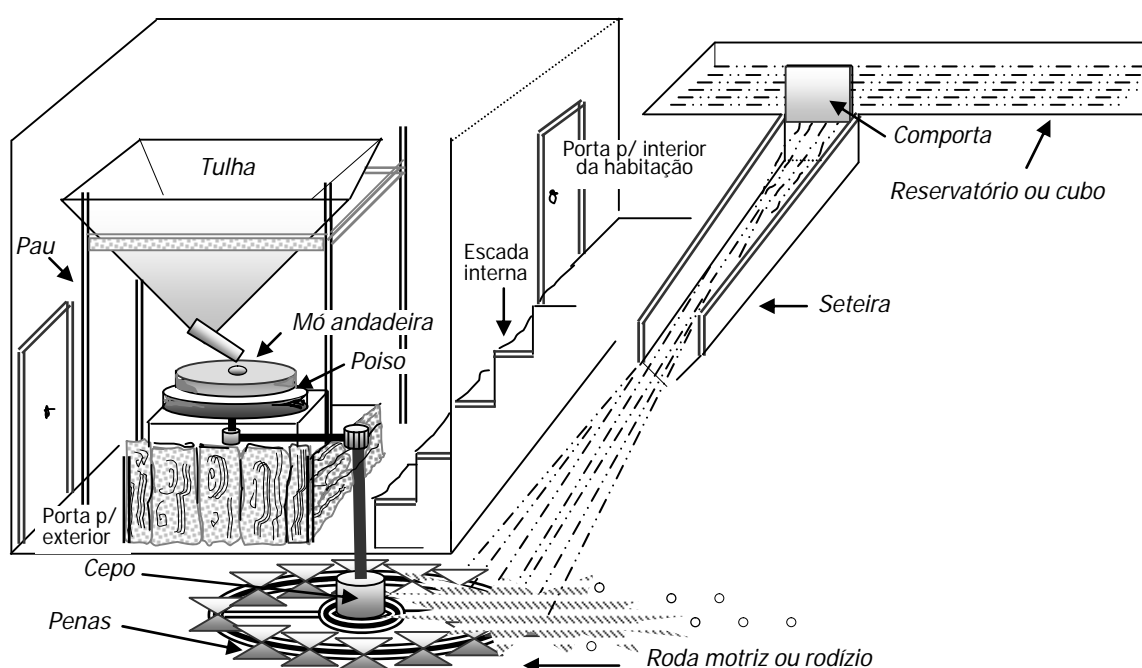
8.1.1. – Moagem de cereais: tipologia dos moinhos

Arrecadado o cereal e separadas as sementes para o ano seguinte, era necessário converter o grão em farinha. Ora, os primeiros colonos madeirenses instalados no Lubango conheciam bem os inúmeros moinhos de água integrados na ruralidade da Madeira, onde o aproveitamento da energia hidráulica remontava aos primórdios do povoamento da Ilha, quando a cultura da cana sacarina alcançou alguma notoriedade. E quanto à moagem do grão, a maioria dos colonos madeirenses também não ignorava que na Madeira surgira e florescera (nas décadas de 50 e 60 do século XIX) um mercado concorrencial de alguns camponeses que se lançaram como moleiros a tempo inteiro, uma actividade relativamente lucrativa, mas não isenta de risco¹⁵. É natural, portanto, que alguns colonos do Lubango estivessem a par dessas inovações técnicas ocorridas na sua terra natal e que procurassem, noutras paragens, obter uma rentabilidade suplementar e mais satisfatória dos seus engenhos.

¹⁵ Para o efeito, os moleiros madeirenses aproveitaram o esbatimento da ideologia dirigista e procederam à modernização dos seus moinhos, ampliando as instalações e aumentando a capacidade de moagem, quer pela introdução de aperfeiçoamentos técnicos (inclinação ideal das *penas* do *rodízio* e adequação do seu número), quer pela colocação de mais do que uma moenda na mesma casa. Vide BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 98.

Embora a orografia do Lubango fosse substancialmente diferente dos pronunciados declives da Madeira, onde a água que brotava de inúmeras pequenas nascentes era canalizada a fim de garantir a irrigação de terrenos situados mais abaixo¹⁶, os moinhos de água foram os únicos engenhos de farinação, de cariz tendencialmente industrial, instalados nas primeiras levadas comunitárias abertas pelos colonos do Lubango. Quanto às levadas abertas por algumas famílias, o que se pretendia, fundamentalmente, era salvaguardar interesses particulares e uma certa autonomia em relação à fonte energética, única forma de os colonos garantirem uma laboração articulada com as suas necessidades quotidianas, sem dependerem de terceiros.

Figura 9 – Moinho de água construído no local dos “Barracões”



FONTE – Reconstituição esquemática e gráfica elaborada por memória visual de José de Azevedo.

Todavia, o número de moinhos de água construídos no vale do Lubango era muito reduzido, o que obrigava a maioria dos colonos, sem moinho próprio, a procurar um moinho certo e não muito distante, onde entregavam o grão para ser moído, a troco de um quarto da quantidade de grão a moer¹⁷. Tratava-se em geral de instalações invariavelmente acanhadas, de construção muito simples e de piso térreo, muitas

¹⁶ “Nas zonas altas de montanha [...], encontravam-se numerosas construções de pedra que abrigavam moinhos”. BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 96.

¹⁷ Já no século XX, os moinhos de João Ricardo e de Manuel Martins Alves eram dos mais procurados. Informações de Samuel Matias Lopes.

vezes acopladas às habitações, em que o ruído da água a correr e o andamento da roda motriz transmitia uma certa sensação de bem estar e de tranquilidade quanto à futura presença de pão na mesa¹⁸.

Do ponto de vista técnico, o seu funcionamento também era bastante simplificado: a água que iria accionar o engenho era normalmente acumulada num reservatório ou vala alargada (na Madeira, esta concentração de água atrás da casa do moinho, era designada por *cubo*), que antecedia uma entrada regulável através da interposição de uma pequena comporta, quase sempre constituída por duas ou três tábuas encavali-tadas¹⁹. Depois da água depositada atingir determinado nível era libertada em jacto para uma manga inclinada de madeira, a *seteira*, que a conduzia às pás ou *penas* da *roda motriz*, imprimindo-lhe um movimento de rotação contínua²⁰. Esse movimento de rotação, por sua vez, era transmitido directamente a uma mó de granito, que rodava lentamente sobre a mó de baixo, esta fixa, naturalmente. O cereal era introduzido entre as mós através de uma abertura existente na mó superior, a qual tinha uma menor circunferência, podendo-se ver o grão a transbordar, já depois de triturado, o que facilitava uma primeira avaliação qualitativa e granulométrica do produto final. Mas como todo o processo de moagem desgasta e tende a alisar as mós, nem sempre de maneira uniforme, tornava-se indispensável, periodicamente, “picar a pedra”, de modo a corrigir desgastes assimétricos e a garantir uma adequada rugosidade das superfícies de contacto.

Todos estes cuidados comprovam que as farinhas de milho e de trigo ocupavam um lugar de destaque nos hábitos alimentares tradicionais dos colonos que, durante a segunda metade do século XIX, na Madeira, utilizavam estes produtos com crescente intensidade. E segundo informações partilhadas pelas fontes orais Samuel Matias Lopes e Óscar Gil Azevedo, o milho era sem dúvida alguma a base alimentar essencial da colónia Sá da Bandeira. Com a farinha de milho faziam-se quase diariamente “papas de milho” a que frequentemente se juntavam couves cortadas (tipo caldo verde) ou ervilhas, e que tinham a grande vantagem de aguentarem vários dias sem se deteriorarem. Também se amassava a broa tradicional e o pão de mistura, que poderia ainda incorporar outras farinhas e, eventualmente, batata-doce e inhame.

¹⁸ Como acontecia no local de “Os Barracões”. Ver Figura 8 (Capítulo 7).

¹⁹ O bom funcionamento do engenho dependia da regularidade com que a água incidia sobre o mecanismo propulsor, o que justifica plenamente a comporta de regularização do caudal.

²⁰ Embora o número de *penas* fixas ao rodízio constitua um pormenor de interesse técnico, na medida em que permite avaliar o desenvolvimento e o grau de aproveitamento das forças produtivas, nenhuma das fontes orais contactadas conseguiu determinar, concretamente, o seu número ou variantes. A fonte oral Samuel Matias Lopes acrescenta, no entanto, que as pás variavam em função do diâmetro da mó, que eram inclinadas e que avariavam ou partiam com alguma frequência.

Finalmente, o milho servia para alimentar os porcos e para preparar a *bulunga*, uma bebida fermentada em cabaças e que era bastante apreciada²¹.

Por isso, poderá afirmar-se que o cultivo do milho, cuja produção era menos incerta do que os restantes cereais, passou a ser sistemático em áreas relativamente extensas do Planalto da Huíla, tornando-se desde o início da colonização num elemento básico do sustento da colónia, sobretudo em anos de penúria de outros cereais e/ou leguminosas.

A farinha de trigo, por sua vez, para além de ser bastante utilizada na “sopa de trigo” (a sua parte mais grosseira)²², era naturalmente a preferida para o fabrico de pão caseiro, quer apenas de trigo, quer misturada com farinhas de centeio e cevada e/ou com batata-doce e inhame, como atrás foi referido. Para a preparação a nível doméstico e em quantidades reduzidas de farinhas de milho ou de trigo, não era raro encontrar nas habitações coloniais um *pilão* de madeira, também designado por *pisão*, semelhante aos conhecidos *côchos* de Porto Santo, e decerto inspirados nesses antigos e peculiares instrumentos²³.

E por que razão nenhum colono enveredou (inicialmente) pela moagem a um nível mais profissionalizado? Talvez porque o único dirigismo laboral admissível na Administração da Colónia Agrícola do Lubango era o exercido por D. José da Câmara Leme, não havendo espaço para iniciativas empresariais que não fossem mais ou menos controláveis pelo poder institucional. No entanto, cada colono dispunha de uma liberdade de acção que jamais tivera na Madeira, podendo inclusivamente escolher a

²¹ Ainda hoje, em Portugal, no Brasil e em Cabo Verde, há “retornados” que continuam a fazer *bulunga*.

²² Segundo as fontes orais Óscar Gil Azevedo e Samuel Matias Lopes, o trigo era molhado e colocado num pilão, para se tirar a casca. Depois de lavado e de separado o farelo, era cozido com toucinho e carne de porco salgada, numa panela de ferro com três pés.

²³ Para a moagem de grão a nível caseiro existiam na Madeira e também no Porto Santo, no século XIX, dois utensílios domésticos predominantes: os *moinhos de mão* e os *côchos*. O *moinho de mão* tinha dimensões variáveis (35 a 60 cm de diâmetro), muito embora a sua base funcional assentasse nos mesmos princípios físicos, independentemente do tamanho. Era constituído por dois discos de basalto sobrepostos, de maneira a que o disco superior, a pedra *andadeira*, girasse sobre a pedra inferior, denominada *pouso*, por intermédio de um eixo comum, de ferro, chamado *segurelha*. A rotação da pedra *andadeira* era conseguida manualmente através de um manípulo de madeira que se encaixava numa perfuração descentrada efectuada na referida pedra, como se fosse uma manivela. O grão era introduzido entre as duas pedras através de um olho aberto na mó superior, iniciando-se então o movimento rotativo e, conseqüentemente, a trituração do cereal. A farinha integral resultante desta operação era bastante grosseira e servia apenas para se confeccionarem alimentos como a “sopa de trigo” e as “papas de milho”, essas sim, bem conhecidas pelos colonos madeirenses que povoaram o vale do Lubango. O *côcho*, por sua vez, era a designação geral dada pelos madeirenses aos relativamente grandes almofarizes de madeira, utilizados essencialmente no pilamento de grãos, por percussão com uma peça igualmente de madeira, a *mão do côcho*, que normalmente apresentava pregos cravejados na extremidade percursora, de modo a reforçar a acção de esmagamento do grão. Mas enquanto os *côchos*, talhados a partir de um sector de um tronco de árvore, se generalizavam na ilha de Porto Santo, na Ilha da Madeira foram adoptadas soluções eminentemente diferenciadas, como os pisões escavados em troncos de árvores ou instalados em cavidades das rochas, ou ainda, mais simplesmente, em zonas côncavas de pedras. Vide BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987, p. 90-91.

zona onde desejava estabelecer-se, como se comprova pelo facto de colonos destinados ao Lubango terem abalado para as zonas da Humpata e da Chibia. Só que era uma liberdade “acorrentada” a um contrato de permanência, como adiante se verá.

Mas também se poderia acrescentar que a maior parte dos colonos do Lubango (ao contrário do que acontecera com diversos colonizadores de Mossamedes), nem sequer tinha uma visão empresarial para a exploração dos terrenos que poderiam ocupar, limitando-se a uma produção capaz de corresponder, quanto muito, às necessidades reais do seu quotidiano doméstico. E, nessas circunstâncias, não surgiu no sudoeste angolano, no século XIX, qualquer iniciativa moageira vocacionada para a produção e comercialização de farinhas, até porque não estavam reunidas outras condições essenciais, como a existência de vias de comunicação e facilidade de transportes, susceptíveis de alterar os parâmetros de simples subsistência a que os colonos estavam sujeitos. Talvez por isso, os moinhos de água continuaram até à primeira metade do século XX sem qualquer inovação significativa e sem grandes alterações técnicas, até porque os agricultores nem sequer tinham ilusões quanto à possibilidade de eventuais excedentes de farinha poderem aceder a mercados relativamente próximos, como Mossamedes, *Tchibemba* (Gambos) e Humbe, altamente deficitários, no plano cerealífero. Portanto, se por sorte se registassem excedentes, os mesmos eram simplesmente permutados por gado bovino ou por trabalho braçal.

8.2. – Os transportes: as carroças

Relativamente ao transporte em carros de bois ou carroças, o mais provável é que nos primeiros anos os colonos ainda não possuíssem veículos com rodas (ao contrário dos bóeres da Humpata), limitando-se aqueles que já tinham gado de tracção a utilizar transportes movimentados por arrastamento, as *zorras*, atreladas a uma junta de bois²⁴. Eram usadas quase exclusivamente no transporte de lenha, de pedra e de algumas mercadorias destinadas ao abastecimento caseiro, em deslocações que raramente excediam um dia. Foi desta forma que os colonos se meteram à descoberta de zonas do mato mais distantes e desconhecidas, nomeadamente a serra do Mucoto, situada a leste, até porque a lenha pronta a recolher (único combustível disponível) ia escasseando no vale do Lubango. Mas, para ir mais longe e para poderem transportar pesos e volumes mais avantajados (forma de reduzir o número

²⁴ As *zorras* eram semelhantes às *corsas* que circulavam nas ruas do Funchal durante o século XIX, assegurando o transporte de mercadorias.

de saídas e, em consequência, a frequência das recolhas), os colonos sentiram a necessidade de terem carroças, facto que estranhamente não é mencionado nos relatórios de Câmara Leme, considerado um especialista em transportes e vias de comunicação. Assim, quando as reservas de lenha proveniente de árvores tombadas por velhice ou pelo vento começaram a diminuir, a sua recolha passou a ser gradualmente mais morosa e difícil, mesmo quando apoiada pelas raras carroças que, pouco a pouco, foram surgindo no Lubango. As vertentes de subida da serra do Mucoto (a elevação mais próxima) circunscreviam-se à chamada boca da Humpata e a uma falha depressiva a meio da serra, ambas bastante íngremes e rochosas, sendo que a última apenas se podia subir a pé. E, nestas circunstâncias, também não era aconselhável carregar as carroças em excesso, até para prevenir eventuais desequilíbrios dos veículos e dos animais durante a descida, sempre problemática e bastante perigosa.

Os primeiros carros de bois detidos pelos colonos e que lhes proporcionaram o alargamento do seu raio de acção na apropriação dos recursos da Natureza, eram conhecidos por *cuim-cuins*, uma onomatopeia alusiva à permanente chiadeira que faziam quando em andamento²⁵. O ruído era provocado pelo enorme atrito desenvolvido pelo seu eixo móvel em torno das chamadas *chumaceiras*, num sistema bastante rudimentar e pouco durável de rodado, sobretudo se tivermos em conta o rápido desgaste provocado pela acidentação dos acessos em geral.

Os carros de bois construídos pelos colonos, vulgarmente designados por carroças e raramente por "chiões"²⁶, eram constituídos por quatro partes essenciais:

1 - O *rodado*, formado por duas rodas de madeira fixadas a um eixo²⁷, igualmente de madeira, que por sua vez se ligava à parte fixa do veículo através das *chumaceiras*, também de madeira. Das *chumaceiras* destacavam-se ainda duas curtas varas, as *cantadeiras*, que tinham a função de estabilizar o rodado relativamente à *mesa*. O rodado era a parte mais complicada da construção da carroça, pois exigia madeiramentos duros e resistentes que eram trabalhados por "carpinteiros" de ocasião, ainda por cima desprovidos de ferramentas adequadas²⁸. Por não ser fácil encontrar materiais e ferramentas que possibilitassem uma construção menos artesanal, mas também porque a utilização dos carros não era muito intensiva (a circulação de mercadorias no sul de Angola era irrelevante), a aplicação do eixo móvel acabava por

²⁵ *Cuim-cuim* - Trata-se de uma designação baseada na impressão sonora, idealizada pelos naturais da região, simples e sugestiva. Seguindo a mesma fórmula, os falantes de idiomas radicados no tronco linguístico *Umbundo*, apodaram os automóveis de *tchi-tuco-tuco*.

²⁶ Era a designação mais corrente na ilha da Madeira e que terá persistido em Angola, pontualmente.

²⁷ O que significa que rodavam em conjunto.

²⁸ Por informações de fontes orais foi possível apurar que as madeiras mais utilizadas na construção de carros de bois eram o pau-ferro, o muxixe, a mupanda e o mutiate.

ser alternativa mais exequível e aceitável. As rodas eram geralmente compostas por três peças curvas ajustadas por um aro metálico que envolvia o perímetro exterior da roda e que era aplicado depois de dilatado por aquecimento, de maneira que bastava a contração provocada pelo arrefecimento do aro para garantir o aperto em torno das três peças, sem necessidade de se cravarem pregos²⁹. A ligação ao centro da roda fazia-se por intermédio de raios de madeira, em número variável, consoante o tamanho e a robustez pretendidos para esta unidade funcional.

2 – A *mesa*, também conhecida por tabuleiro ou carroçaria, quase sempre rectangular, provida ou não de guardas, ou ainda dotada de anteparos da carga constituídos por varas colocadas na vertical, fixadas em quatro ou seis perfurações que se abriam nos bordos laterais – os *fueiros* - e que eram utilizados no transporte de lenha ou troncos de árvores, não servindo contudo para os colonos transportarem produtos a granel, como maçarocas, batatas, ou grão. A superfície da mesa era formada por tábuas pregadas sobre duas ou três longarinas mestras.

3 – O *cabeçalho*, constituído por um tronco central que se prolongava até bem à frente da *mesa*, onde se articulava com uma cruzeta - a *canga* - com quatro perfurações alinhadas na vertical, por onde se introduziam 4 espátulas de madeira alisada, amarradas inferiormente por *peças* e que serviam para atrelar os animais.

4 – *Travão ou "brique"*, mecanismo de travagem (mais tardiamente de metal e designado por manivela) ligado às *cantadeiras* e que tinha a função de as juntar ou afastar do eixo, consoante o declive do piso ou as dificuldades dos animais cangados o exigissem. Assim que no terreno surgia uma descida ouvia-se o carreiro ou boieiro bradar para o ajudante a expressão *kuata on break*, com a significação literal de "agarra o travão", que é uma sonora mistura linguística de magia africana (*Umbundo*) e ciência dos brancos (Inglês), decerto introduzida pelos bóeres, pioneiros da construção dos chamados carros bóeres. Curiosamente, quando o terreno deixava de oferecer dificuldades de maior, as tarrachas eram desapertadas e a marcha prosseguia, sem necessidade de qualquer outro código ou sinal sonoro de aviso.

Parece legítimo admitir, no entanto, que até finais do século XIX, os carros de bois do Lubango não dispusessem de qualquer mecanismo de controlo mecânico da velocidade, recorrendo-se a calços de madeira para controlar desníveis e frequentes resvalamentos³⁰.

²⁹ Na Madeira, pelo contrário, era usual o emprego de enormes pregos para a fixação dos aros.

³⁰ Num relatório do veterinário João Tierno, datado de 1897, afirma o autor que os carros de bois da zona oeste da Ilha da Madeira não dispunham de qualquer mecanismo de travagem (Tierno 1897:1110). Tudo leva

8.3. - Uma nova condição dos *otchicolonha*. desencantos e tensões

Comparativamente à precariedade de vida que os colonos (ora designados por *otchicolonha*)³¹ tinham na Madeira, havia no Lubango algumas vantagens a destacar:

- A água que necessitavam para os seus regadios e que muitas vezes tinham de pagar aos senhorios madeirenses ou ingleses era agora sua, bastando captá-la dos rios e conduzi-la através de levadas.
- O livre exercício da actividade agrícola, sem senhorios e sem impostos, matéria de que todos os colonos decerto falavam (até porque se tratava de uma colónia agrícola) deveria despertar, principalmente nos que menos percebiam de agricultura, sonhos românticos de fácil prosperidade e de bem-estar.
- Também já não estavam minimamente expostos, como acontecia na Madeira, ao vexame de serem obrigados a transportar às costas os senhorios e a respectiva bagagem, “todas as vezes que houver ocasião de que necessite de homens para pegar em rede”, quando os senhorios desejassem visitar as suas propriedades³².
- Enquanto na Madeira o sonho de ocupar ou adquirir terra arável era praticamente impossível para os mais desfavorecidos (nove décimos da superfície arável da Madeira estava demarcada e/ou ocupada pelos mais poderosos), no Planalto da Huíla havia terra a perder de vista³³.

Só mais tarde é que chegava o choque com a realidade. E, passado algum tempo, inevitavelmente, os colonos descobriam que aquilo era mais duro do que pensavam, instalava-se primeiro a incerteza e o medo e mais tarde a certeza de que seriam pequenos agricultores por toda a sua vida, caso não encontrassem uma outra saída³⁴.

a crer, portanto, que nas condições precárias do sudoeste angolano, a evolução mecânica tenha sido ainda mais tardia.

³¹ Nome por que passaram a ser designados pelos africanos, não só os colonos, mas também os seus descendentes nascidos no Lubango. Mais tarde o vocábulo foi aportuguesado para “Chicoronho”.

³² ARM, Registos Notariais [RN], Notário José Joaquim da Silva, Lº 7º, f. 100-101 Vº, 14 de Novembro de 1767. Apud ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 102.

³³ Destes nove décimos, no entanto, só uma terça parte estaria cultivada. Sobre este assunto *vide* HERÉDIA, António Correia – *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*. Lisboa [s. n.], 1849, p. 9-10.

³⁴ Três anos depois, já era notório o desânimo de alguns colonos: ou porque as suas habitações provisórias já tinham sido devastadas pelo *salalé* (térmitas), ou porque a agricultura de subsistência não era forma de vida. Alguns voltaram-se para o comércio e outros alistaram-se no exército.

Efectivamente, a área média de cultivo distribuída por Câmara Leme a cada grupo doméstico era tão diminuta (1 hectare para 10 casais), que se poderia dizer que estavam perante um enorme contra-senso: proprietários de “nadifúndios” em terra a perder de vista e por povoar, adivinhavam que seria sempre a enxada a dominar as suas lides agrícolas, na medida em que lhes permitia amanho das pequenas parcelas que lhes tinham sido distribuídas e que não passavam de meros quintais, tão exíguas que eram. De resto, a utilização do arado - utensílio mais indicado para a produção extensiva - só fazia sentido nos terrenos mais abertos e vastos, ou nas parcelas medianas situadas à beira-rio, com possibilidades de irrigação através de pequenas levadas particulares, tal como acontecia no local dos “Barracões”.

Por outro lado, a utilização de instrumentos aratórios não dependia exclusivamente das condições físico-geográficas, mas sobretudo do tipo de culturas a explorar e da disponibilidade de gado de tracção. Mas onde estavam as sementes ou os prometidos bois? Voltava-se portanto ao mísero panorama da Madeira, onde o arado deixara de ter condições de espaço para ser utilizado, sobretudo após o declínio da vinha e devido à parcelarização crescente da terra. Embora sem as restrições impostas pelo relevo insular, o Lubango tornava-se igualmente numa pequena porção de terra rodeada de montanhas por todos os lados. Era uma “ilha terrestre”, o que talvez explique a decisão de alguns colonos se fixarem com as suas famílias na Chibia e na vizinha Humpata, onde julgavam possível uma progressão mais célere. No Lubango apenas podiam aspirar a uma horticultura adaptada ao quotidiano dos colonos, com a enxada a persistir no centro da sua labuta, projectando imagens de pobreza que só lhes traziam recordações de outros tempos de miséria. Acabavam por constatar que no Lubango também havia uma “elite administrativa” que apenas dava ordens, em contraste com os “paus-mandados”, de enxada às costas, que eram quase todos os colonos³⁵. E perante tal diferenciação de estatuto, os camponeses foram adoptando uma forma distanciada de agir, que passava pela defesa de interesses específicos próprios, apenas se preocupando em garantir condições mínimas de subsistência e de segurança das suas famílias, pouco ou nada se ralando quanto às políticas de ocupação ditadas pelas bem pensantes figuras governamentais.

E assim se mantiveram até 1888, ano em que os colonos do Lubango e da Humpata voltam a perseguir o soba “Cabeça Grande”, sendo então comandados pelo capitão Pedro Chaves, acção que visava reforçar a segurança e favorecer a expansão

³⁵ Sobre as elites coloniais em Angola *vide* SANTOS, Catarina Madeira – “De ‘antigos conquistadores’ a ‘angolenses’”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XXIV, 2007/II Série, p. 195.

da mancha colonial para territórios vizinhos³⁶. Mas o referido soba conseguiu fugir, refugiando-se no *Caholo* (elevação granítica a norte do Lubango) e depois em Quilengues, para daí comandar novos assaltos e roubos a viajantes. Os bóeres aproveitaram a ocasião e a confusão e fizeram o mesmo, roubando gado aos nativos!³⁷.

Mas a generalidade dos colonos, continuava a aguentar estoicamente uma vida cheia de receios e privações. Agora sabiam que tinham de andar pelos seus próprios pés, trabalhar com as suas próprias mãos, decidir segundo as suas próprias convicções! Tudo o que havia tinha de ser arrancado duramente da terra, tudo era novo e imponderável. E também não havia qualquer hipótese de retorno à Madeira. Ao medo e ansiedade que lhes ocupavam a mente, sobrepunha-se o instinto de sobrevivência, o que só por si bastava para ocupar todo o seu tempo.

8.4. – O povoamento da Chibia

Na margem direita do rio *Tchimpumpunhime*, num local conhecido por *lóba*, a cerca de 50 km a sudeste do Lubango, estabelecera-se por volta de 1880 um pequeno assentamento humano maioritariamente constituído por bóeres e alguns povoadores de “Serra Abaixo”, descendentes dos colonos luso-brasileiros que tinham chegado a Mossamedes em meados do século. Ora, foi a partir do sucesso desde núcleo de pioneiros que o agricultor e chefe do Concelho da Huíla, Pedro Augusto Chaves, começou a idealizar a criação de uma pequena colónia, naquele mesmo local.

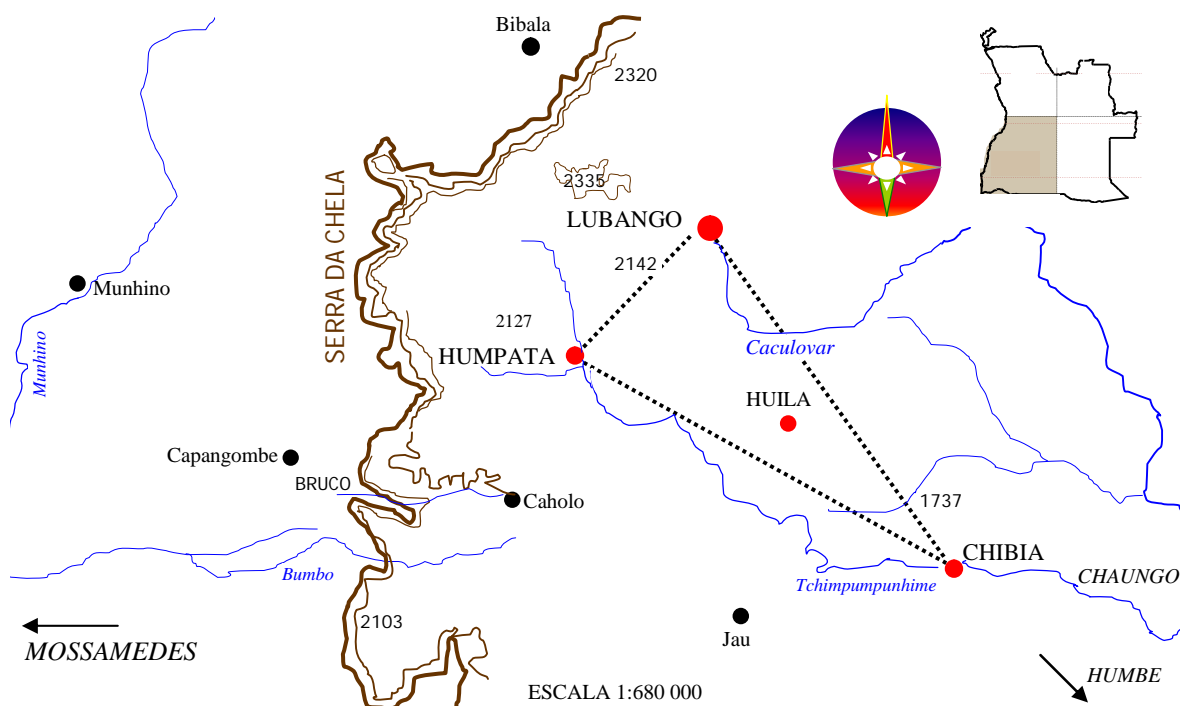
Assim, em Setembro 1885, um novo grupo constituído por 12 famílias madeirenses, num total de 42 pessoas pertencentes aos núcleos coloniais do Lubango e da Humpata, foi ocupar as margens do mesmo rio, sob a orientação do Capitão João Afonso Lage, dando início a um novo povoamento. Concretizava-se a aspiração e a intenção defendida por Pedro Augusto Chaves de instalar um núcleo colonial na fértil região conhecida por *Otchiivia*, que a partir de então passou a ser designada por S. Pedro da Chibia. Essa ocupação foi pouco depois reforçada por alguns agricultores de

³⁶ “Falava-se muito do perigo do gentio. O soba do Lubango, conhecido por “Cabeça Grande”, era tido por manhoso. Não era um Hamba (soba grande) como o da Huíla. Governava um território menor. Três anos atrás, para proteger os trabalhos da estrada em construção, Nestor da Costa, antigo capitão de 2ª linha e agricultor na Bibala, fora encarregado de submeter os negros da região. Subiu a Chela com os seus criados mundombes e com uma força nativa. Os muílas resistiram e Nestor da Costa foi obrigado a retirar”. TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 41. E Trabulo ainda acrescenta: “Há derrotas melhores do que vitórias. Antecipando novos ataques, o chefe Cabeça Grande retirou-se para a Cuama com a sua gente e o Lubango ficou desabitado.”

³⁷ “Para conseguir recuperar o gado roubado a solução mais eficaz era a de roubar outro tanto à tribo em suspeita e logo as vítimas iam descobrir os verdadeiros ladrões, não sendo assim necessário perder tempo com participações ou processos! Quilengues era então um refúgio de criminosos, condenados e deportados!”. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 221 e 261.

Capangombe, Munhino e *Bibala* (Vila Arriaga), que consideraram ter a zona excelentes condições para o desenvolvimento selectivo das suas fazendas de algodão e de cana sacarina, sem os constantes sobressaltos estivais da zona de “Serra Abaixo” onde até então tinham laborado, bem como por vários habitantes da Huíla que, nas palavras de João de Almeida, “constituíam os seus melhores elementos”³⁸. Que se podia prosperar mais rapidamente nas férteis margens do rio *Tchimpumpunhime* do que no Lubango ou nas vertentes da Serra da Chela, era uma convicção já assimilada e comentada entre os colonos em geral.

Mapa XI – Localização dos colonatos da Chibia, Lubango e Humpata



FONTE: Folha nº 22 da Carta de Angola (escala 1:500 000), reeditada pelo Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola em 1986. Reorganização cartográfica de José de Azevedo.

O novo povoamento foi oficialmente fundado a 16 de Setembro de 1885. Na chefia do concelho foi colocado o agricultor Pedro Chaves e para director da colónia foi nomeado o capitão de 2ª linha, Joaquim Afonso Lage³⁹. Assim se desenhava um polígono constituído pela Huíla, Humpata, Lubango e Chibia, centro do futuro desenvolvimento integrado de todo o Planalto da Huíla. A cada colono foram distribuídos terrenos junto ao rio, a par de algumas alfaias agrícolas. O contrato pressupunha a

³⁸ ALMEIDA, João de – *Sul de Angola: Relatório de um governo de distrito (1908-1910)*. 2ª ed. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 260.

³⁹ Relatório do Chefe Interino da Colónia da Chibia, Joaquim Afonso Lage. “Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola”, Nº 13, 29 Mar. 1886, p. 353.

obrigação das terras serem ocupadas durante um período mínimo de cinco anos, vínculo que valeu a estes povoadores o apodo de “acorrentados”, na medida em que ficavam obrigatoriamente vinculados à sua nova terra, pelo menos durante um lustro⁴⁰. Mas, de qualquer forma, parecia-lhes preferível um segundo desterro, a permanecerem manietados pelas limitações miserabilistas existentes no Lubango. Embora a Chibia fosse uma segunda escolha, a verdade é que as condições ecológicas entre o Lubango e a Chibia pouco variavam e alguma experiência empírica sobre a viabilidade das produções agrícolas deveria ter sido entretanto adquirida. Por isso mesmo, esta deriva não significa que entre os colonos que partiram para a Chibia (e antes para a Humpata), não houvesse uma relação de adesão e de subjectiva pertença à sua comunidade original, embora o individualismo e o desejo de singrar pesasse mais do que o sentimento meramente comunitário. Eram ambiciosos e porfiados, contagiosos⁴¹. Sentiam-se optimistas, mesmo sabendo que estariam mais desprotegidos na Chibia. Mas tendo em conta as limitações impostas no Lubango, quais eram as linhas de fuga a uma tão incompreensível e precária distribuição de terrenos de cultivo? O Lubango estava demasiado “cheio” (de promessas incumpridas, de lamentações em surdina) e quanto mais tempo ali passassem mais se esvaziaria a ilusão de virem a alcançar “a terra da promessa”⁴².

Mas logo de início surgiram graves problemas com as populações locais que apercebendo-se da ausência de militares e de bóeres⁴³, resolveram pôr em causa a ocupação, nomeadamente o vizinho soba *Chaungo* que dispunha do apoio dos povos do Cuamato e de muitos Hotentotes hostilizados pelos alemães além Cunene. Para contrariar a contestação latente, reuniu-se na Chibia uma coluna bastante complexa, constituída por colonos, bóeres, soldados europeus e africanos de diversas etnias (damaras, bochimanos e outros), comandada pelo capitão de 2ª linha Pedro Augusto Chaves, com o objectivo central de potenciar a “acção pacificadora” regional desencadeada pelo então chefe do Concelho, capitão Pedro Moreira da Fonseca. Era a época das chuvas (Dezembro de 1885), havendo grandes cheias nas *mulolas*⁴⁴, com as chanas inundadas e pejudadas de mosquitos. Apesar de ter sido desde logo atacada no Tchicusse, a coluna conseguiu progredir e assustar o soba *Chaungo*, que foi

⁴⁰ Muitos anos depois, já no século XX, ainda se ouvia essa expressão aplicada aos naturais da Chibia. ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p.85-86.

⁴¹ Tinham chegado a um país desconhecido e sem fronteiras aparentes, mas não sabiam quando e quantos iriam morrer. E quantos iriam prosperar? A pergunta implica uma multiplicidade de dúvidas, existenciais, económicas, sociais, étnicas, militares...

⁴² Título de um *memorial* sobre a Huíla, de Leonel Cosme, publicado pela Editorial Afrontamento em 1988.

⁴³ Dezembro de 1885. As populações locais temiam mais os bóeres do que os militares.

⁴⁴ *Mulola* – Curso de água ocasional, por onde se escoam a água das chuvas, deixando um fundo de areia.

perseguido até à *mulola* do Mucope e de imediato substituído por *Tchioia*, em conformidade com as instruções dadas por Pedro Augusto Chaves. Mas *Chaungo* não tinha desistido de lutar, como adiante se verá.

Aparentemente, estava resolvido o primeiro problema. Apesar de enfraquecida pelas febres, a tropa comandada por Pedro Chaves ainda fez umas “batidas” pelo Munhande, Quengue e Temba (povoações não assinaladas nos mapas consultados), no seu avanço em direcção à ameaçada fortaleza do Humbe⁴⁵. Depois, com apoio de alguns Muhumbes do Cuamato (*Jamba, Hunda, Nabiolo, Balamba*), a coluna militar enveredou pela destruição de diversas aldeias, na tentativa de estabelecer padrões de intimidação que garantissem a permanência naquela região das autoridades portuguesas e de alguns moradores já ali radicados como comerciantes.

À semelhança dos seus conterrâneos do Lubango, os novos agricultores da Chibia também começaram por abrir as primeiras levadas: a do Engenho, da Povoação, da lóba, e do Bundo *Mhíme*, e também as primeiras estradas⁴⁶. Introduziram ali as culturas que melhor conheciam e aplicaram as “técnicas agrícolas” que tinham trazido da Madeira, a par da insípida aprendizagem obtida no Lubango. Mas, só a experiência e os muitos reveses sofridos haveriam de originar uma reconversão de culturas e o ajustamento dos seus métodos de trabalho às novas condições ecológicas.

Recuperando a ideia dos colonos de Mossamedes, os novos colonizadores da Chibia começaram pela cultura da cana-de-açúcar, conseguindo transformá-la, em poucos anos, na principal actividade produtiva da região. Contudo e ao contrário do que se tinha passado na Madeira, o seu principal objectivo não era a produção de açúcar, mas antes a produção de aguardente, cujo consumo interno estava mais do que garantido. E foi assim que através do cultivo da cana sacarina se introduziram rudimentos de uma produção orientada no sentido da intensificação, com os arados de *aiveca* reduzida a ocuparem um lugar relevante no amanho da terra. No entanto, o domínio da cana-de-açúcar nas margens do rio *Tchimpumpunhime*, não correspondeu de forma alguma à introdução de um sistema de trabalho agrícola típico da monocultura, na medida em que nos seus quintais e nos seus pomares os colonos tinham igualmente de assegurar o cultivo de géneros essenciais à sua subsistência, tal como acontecia na Humpata e no Lubango. Portanto, nas zonas menos extensas e de acesso mais difícil, onde a cana sacarina não ia tão bem, instalou-se paralelamente o cultivo do milho, de hortícolas, de tubérculos e de algumas árvores de fruto, recorrendo-se a arados ou apenas utilizando enxadas, sobretudo nas fincas mais

⁴⁵ Aonde chegou a 19 de Dezembro.

⁴⁶ Vide ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 85-86.

estreitas, tal como era usual fazer-se na Madeira oitocentista. Para os cereais também foram reservados terrenos com aptidão agrícola, de modo a que não se repetissem os excessos de optimismo que arrasaram as primeiras sementeiras realizadas no Lubango. Por isso, em folhas de cultivo recentemente desmatadas, sobretudo nas que se destinavam ao cultivo de trigo centeio ou cevada, foi necessário proceder a uma readaptação dos arados, que consistiu na diminuição drástica do tamanho das *aivecas* e reforço das *relhas*, de maneira a evitar constantes paragens da junta de bois, decorrentes do aparecimento de pedras, raízes e outros obstáculos, que tornavam a lavoura demasiado morosa e pouco rentável. Na verdade, só uma charrua com *aivecas* reduzidas ou propositadamente atrofiadas, formando um bloco monolítico e forte com a *relha*, poderia evitar, na medida do possível, as inúmeras “surpresas” que os terrenos virgens, inevitavelmente, reservavam aos agricultores.

Para além destas inovações técnicas, restará dizer que a instalação dos colonos na Chibia se processou irregularmente, tendo o fluxo atingido o seu ponto mais alto entre 1888 e 1891. Se no triénio de 1885 a 1888 era inferior a 100 o número de brancos estabelecidos na Chibia, desde este último ano até 1892, a população subiu vertiginosamente até atingir mais de 700 habitantes de origem europeia⁴⁷.

E em 1888 aquela zona atingiu um desenvolvimento de tal maneira notável “que prometia suplantiar em breve todas as outras colónias do Planalto”, como sustentam os dados de Maria do Céu Gomes⁴⁸. Em Dezembro de 1889 foi inaugurada a nova escola primária, em regime oficial, sob a tutela do professor Silva e Sousa, e um ano depois a colónia da Chibia já contava com mais de 400 casas e 1063 habitantes, incluindo 10 bóeres estabelecidos na zona conhecida por *lóba*. “O seu grau de desenvolvimento e prosperidade era então verdadeiramente notável, e todos esperavam que em breve fosse a primeira do Planalto”⁴⁹. A produção de aguardente catapultara a Chibia para um lugar de destaque entre as povoações do planalto (havia fazendas imponentes, com mais de 100 serviçais), facto que decerto terá pesado na decisão política e administrativa de se transferir para a Chibia a sede do Concelho da Huíla, desferindo um golpe de misericórdia naquela localidade pioneira (Alba Nova), fundada na margem esquerda do rio Lupolo⁵⁰.

⁴⁷ ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 85-86.

⁴⁸ Sobre o desenvolvimento global da Chibia, vide GOMES, Maria do Céu – “Vila João de Almeida (Chibia) [...]”, Dissertação de Licenciatura em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966.

⁴⁹ ALMEIDA, João de – *Sul de Angola: Relatório de um governo de distrito (1908-1910)*. 2ª ed. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 262.

⁵⁰ A transferência para a Chibia da sede do Concelho ocorreu em 27 de Junho de 1890.

No entanto, apesar das patrulhas e do enorme desenvolvimento que destacava a Chibia dos restantes núcleos coloniais do Planalto da Huíla, a instabilidade e a insegurança nunca foram erradicadas, multiplicando-se os assaltos e os roubos de gado, normalmente atribuídos a Hotentotes.

8.5. – Distanciamento das populações locais: a agricultura autóctone

Com a chegada dos colonos madeirenses ao Planalto da Huíla, ampliava-se extraordinariamente o círculo de influência da ocupação, não só do sudoeste angolano, mas de todo o sul de Angola. A interdependência entre as diversas regiões adquiriu novas dinâmicas, obrigando a um relacionamento multifacetado entre o planalto e as zonas vizinhas. Já ninguém estava sozinho, era agora necessário prestar atenção a todas as movimentações, posicionamentos, viagens e acontecimentos que se processavam, quer no terreno efectivamente ocupado, quer no espaço circundante.

E que alterações se verificaram na vida da população autóctone, com a chegada dos portugueses? Remetidos para as zonas mais altas e pedregosas, os autóctones do Planalto da Huíla nem sequer se deram ao incómodo de permanecer nos terrenos ora disputados pelos colonos. Como nada lhes interessavam as culturas demasiado exigentes, tais como o trigo, o centeio e a cevada, afastavam-se do bulício ininteligível dos agitados assentamentos coloniais e restabeleciam as suas lavras de aproveitamento extensivo e em regime de sequeiro, bem longe dos olhos dos colonos⁵¹. Para tanto bastava-lhes que no terreno houvesse pouca pedra, alguma proximidade de água corrente, abundância de lenha e pastagem espontânea, principalmente de *Kula-ongombe*⁵² (*Rhynchelytrum repens*), uma gramínea de apreciável valor nutritivo.

E sem sobressaltos de maior reinstalavam-se novamente as rotinas adoptadas desde a chegada dos Bantos ao planalto: todos os anos, durante o período das chuvas, que ia de Setembro a Abril, crescia nos terrenos uma vegetação espontânea de ervas e arbustos que no final da estação era incendiada, não só para que as cinzas fertilizassem as terras, mas também para que no início das chuvas brotassem pastagens com renovado vigor. Nos *arimos*, fazia-se uma mobilização do solo muito

⁵¹ “A meio de 1891, a Colónia Sá da Bandeira contava 1.064 brancos, 12 mestiços e 208 negros. Na Humpata, a 17 km do Lubango, foram recenseados 472 europeus, 18 mulatos e 70 nativos. Por essa altura, restavam apenas doze famílias bóeres. A percentagem de mestiços era muito baixa naquelas povoações, ao contrário do que se verificava nos povoados do interior”. TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 71. Destes dados se depreende que tanto os madeirenses, como os bóeres, evitavam misturar-se com povos que consideravam inferiores. E também que as populações autóctones debandavam e que igualmente evitavam os brancos, o que significa que não os receberam de braços abertos.

⁵² *Kula-ongombe* ou *Culongombe*, significa, literalmente, “comida para os bois”.

superficial e aleatória, à qual se seguia uma sementeira irregular, normalmente *ao covacho* e com sementes de má qualidade, de que resultava uma colheita bastante pobre. E nestas condições, naturalmente, os “utensílios” agrícolas utilizados eram muito rudimentares e cansativos, traduzindo-se pela total ausência de arados ou mesmo de enxadas de pá média ou larga e de cabo longo. De resto, o comprimento dos cabos dos pequenos sachos utilizados pelos autóctones, não excedia os 60 cm.

As colheitas, sempre manuais, coincidiam naturalmente com o final do período das chuvas, reservando-se então algumas sementes para a sementeira seguinte, que quase sempre se circunscrevia ao milho, alguns tubérculos e algumas *cucurbitáceas*⁵³ (*matangas*, cabaças e *matiras*). O leite azedo, o mel, pequenos tomates, frutos silvestres e mais tarde algumas plantas infestantes de alto teor proteico, como o *lombi* (*Amaranthus sp.*)⁵⁴, completavam uma alimentação essencialmente vegetariana, mas equilibrada, como atestava o excelente estado físico da população autóctone, na generalidade. Ali, tudo era simples e relativamente estável, sendo de justiça reconhecer - no plano alimentar e vivencial – o imenso conhecimento que África proporcionou ao mundo⁵⁵.

8.6. – Evolução do Lubango e da Chibia: os bóeres

Enfim, apesar da quase permanente instabilidade no que concerne à segurança de vidas e bens, muito mais sentida a leste e a norte do Lubango, poder-se-ia dizer que no interior dos assentamentos coloniais do Lubango, da Humpata e de S. Pedro da Chibia, começavam a instalar-se alguns hábitos de convivência pacífica. O pior era que fora dos núcleos dos assentamentos coloniais havia um alarme periférico constante, desde o Namibe ao Cunene, facto que perturbava a paz emocional dos colonos, com o terror a sair das sombras, a actuar e a regressar à obscuridade. Os olhos avermelhados das pessoas, olhos de susto, portas bem trancadas, ouvidos

⁵³ *Cucurbitáceas* – Família de plantas dicotiledóneas, herbáceas, que tem por tipo a abóbora.

⁵⁴ *Amaranthus* – Género de plantas herbáceas cultivadas pelos Astecas, que acreditavam na sua força mágica. Reprimida pelos espanhóis depois da conquista do México, e considerada em Portugal como uma infestante das culturas agrícolas, é ainda hoje utilizada em África como “conduto”. As suas folhas contêm 37% de proteína na matéria seca, muito ferro e numerosas vitaminas. Resistente à seca, isenta de pragas e doenças, vai bem em solos pobres, pelo que viria a ser referenciada por investigadores alemães da segunda metade do século XX, como o “pão do futuro”. Em Portugal, actualmente, ainda há “retornados” que a consomem pontualmente.

⁵⁵ Consequentemente, nem sequer é possível afirmar, historicamente, que os angolanos eram pobres. É uma impossibilidade que advém da subjectividade da definição de pobreza, que tanto pode ser material como cultural, ou radical, se ambas estiverem associadas. A pobreza pode ainda resultar de uma organização social injusta, onde se verifiquem desigualdades, prepotências, injustiças e carências gritantes. Não era o caso, indubitavelmente, das populações que então habitavam no sudoeste angolano.

atentos ao menor ruído, denunciavam o receio e a incerteza que se adensava, com notícias que se espalhavam de rompante, como a bruma no *cacimbo*⁵⁶. Mas também havia alguns sinais de progresso, que compensavam, de certa forma, o velado cepticismo com que se encarava a colonização em geral. No âmbito do ensino, foi publicada uma Portaria de Brito Capelo, a nomear no cargo de professor primário, interinamente, João Gonçalves de Azevedo, lugar que continuava por preencher⁵⁷. E uma Carta Régia de D. Carlos autorizou finalmente a adjudicação da construção do Caminho-de-ferro de Mossamedes até à Chela, dando assim cumprimento ao Decreto anterior das Cortes Gerais⁵⁸. E para comprovar a vivência de uma certa estabilidade registam-se ainda dois factos de relativa importância para a Colónia Sá da Bandeira:

- D. José Augusto da Câmara Leme foi nomeando comandante militar do concelho do Lubango⁵⁹, com o posto de capitão de 2ª linha;
- Foi criada a Junta Regular do Lubango (no final do ano). Tendo em conta o desenvolvimento da zona, o Lubango foi elevado à categoria de vila⁶⁰, sendo então criado o Concelho Administrativo do Lubango, com área e limites a determinar em futura Portaria.

As colónias do Lubango e do Caculovar totalizavam então 1.282 pessoas, que ocupavam 306 habitações⁶¹, sendo grande parte das mesmas cobertas a *capim*, e cerca de metade de “pau-a-pique”. A vila do Lubango não pararia de crescer, tornando-se no século XX numa das principais cidades do sul de Angola, como se poderá observar no esboço do plano urbanístico do Lubango que, a título de reconhecimento a várias fontes orais que participaram neste trabalho, se apresenta no Anexo 3.3., do Apêndice Documental. E a Chibia, que se vangloriava de ser o centro mais dinâmico do planalto, já contava com 1.063 habitantes⁶², enquanto os bóeres totalizavam mais de 2.000 indivíduos, instalados na Humpata, Caconda, Catumbela, Cubal, etc.

Porém, na Chibia, o mês de Agosto de 1891 foi de permanente vigília, com assaltos nocturnos dentro da própria povoação e roubo de gado nos arredores, alegadamente perpetrados por Hotentotes, facto que punha em causa as ligações

⁵⁶ *Cacimbo* – Nevoeiro húmido que se forma em alguns pontos da África e América. Chuva miúda.

⁵⁷ Portaria datada de 25 de Julho de 1889.

⁵⁸ Carta Régia datada de 15 de Setembro de 1890.

⁵⁹ Por Portaria de 19 de Outubro de 1890. Câmara Leme, tinha sido nomeado chefe do Concelho do Lubango por Portaria de 19 de Fevereiro de 1890. A Câmara Municipal do Lubango, só viria a ser criada em Janeiro de 1891. A primeira vereação eleita seria presidida por João Gonçalves de Azevedo.

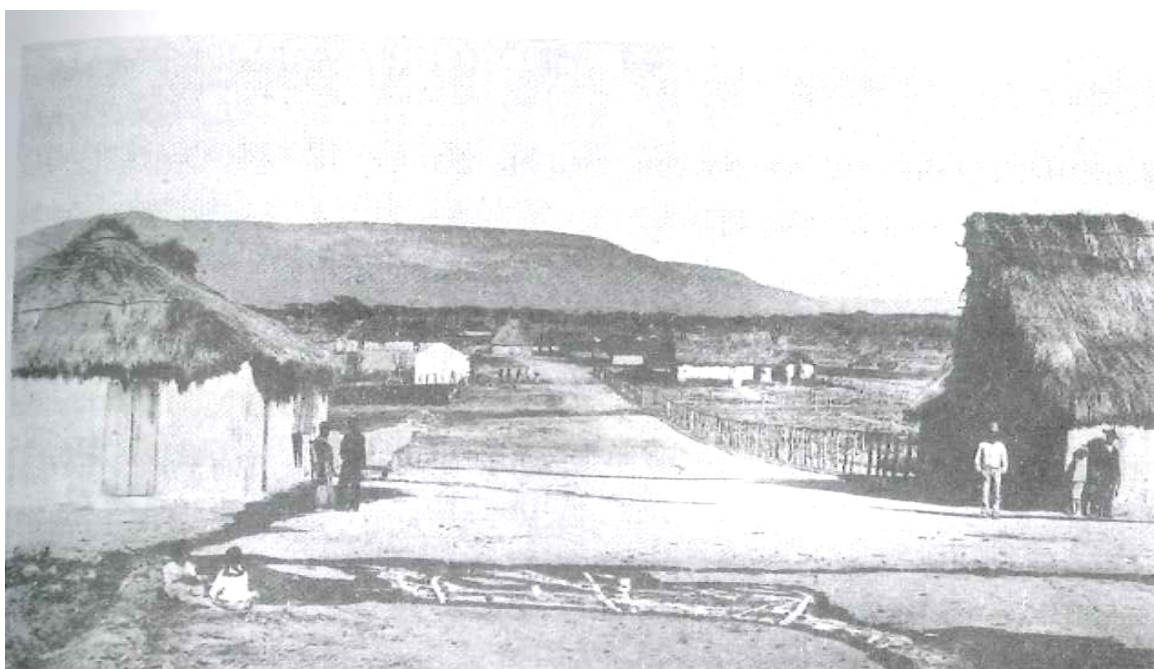
⁶⁰ Em 26 de Dezembro de 1889.

⁶¹ Dados reportados a 31 de Dezembro de 1890.

⁶² Dados igualmente reportados a 1890. Com a proibição do negócio da aguardente sacarina, depressa se tornaria numa pobre vila de um pobre concelho.

entre a Huíla, a Chibia e a *Tchibemba* (Gambos), evidenciando-se a persistência de um risco objectivo na preservação de um quadro aceitável no âmbito das permutas e do abastecimento intercalar daquelas povoações. Apenas no Lubango, onde já existiam no final do ano 364 casas de habitação (boa parte delas cobertas a telha), se poderia experimentar uma certa sensação de tranquilidade e de progresso⁶³. Apesar da povoação estar dividida em dois “bairros” relativamente afastados, o Lubango continuava a ser o assentamento mais estável do planalto, principalmente na povoação de baixo, onde começavam a abrir algumas oficinas de artífices, como sapateiros, carpinteiros, marceneiros, polidores, serralheiros, oleiros e alfaiates, com os filhos menores dos colonos a aprenderem os ofícios correlativos⁶⁴.

Figura 10 – Fotografia do Lubango no final do século XIX



FONTE: MORAES, J. A. da Cunha - *Album Photographico e Descritivo*. Lisboa: David Corazzi, 1886.

Sobre o desenvolvimento geral do Lubango o subdirector da colónia escreveu no seu relatório de 1892:

“A povoação foi desenhada no papel antes de ser construída no terreno e tem a forma de um rectângulo, implantado na extremidade Leste da colina. Quatro ruas em sentido longitudinal e cinco no sentido transversal, cada uma

⁶³ Havia então três fábricas de telha e tijolo.

⁶⁴ A povoação de cima contava apenas com 50 fogos. Em Março de 1892 foi publicado o Regulamento sobre a distribuição da água de rega a cerca de 500 residentes da colónia Sá da Bandeira.

com 15 metros de largura, dividem a terra em quarteirões de 100 metros de lado⁶⁵.

No centro fica uma praça que mede 130 metros por 215. Estão ali situadas a residência do director, onde funciona a secretaria, e ainda a residência do médico, a capela e a escola.

A residência do director é o único edifício de alvenaria. A igreja provisória está instalada numa cubata grande e serve também de escola. Ali aprendem oitenta alunos de ambos os sexos. Uma cortina a meio separa as duas funcionalidades.

A levada atravessa a povoação ao longo do seu eixo maior e passa pelo centro da praça. A água é distribuída a todos os quarteirões.

O Lubango está dividido em dois bairros, alto e baixo, separados por terreno inculto.”

Mas, na realidade, toda esta euforia não passava de um grão de areia em termos de povoamento europeu, principalmente se considerarmos que até ao final do ano de 1892, apenas cerca de 1250 colonos madeirenses se tinham instalado na vasta extensão do Planalto da Huíla, uma área equivalente à superfície de Portugal. E nem todos por ali permaneceram: alguns regressaram às origens e outros dispersaram-se pelos Concelhos de Caconda, Bié e Huambo, pelo que não haveria nos assentamentos coloniais do Lubango, Humpata, Palanca e Chibia, mais de dois milhares de habitantes brancos, mesmo que fossem incluídos os bóeres.

Mas com a tomada de posse do governo de Jaime Lobo de Brito Godins, foram feitos novos planos no sentido de se proceder a uma efectiva ocupação branca dos planaltos da Huíla e de Benguela, sendo essa uma das metas que o novo governador havia estabelecido⁶⁶. O major Artur de Paiva, apoiado por caçadores de elefantes e de alguns bóeres comandou uma pequena expedição à foz do Cunene⁶⁷, chegando aonde antes chegara o governador de Mossamedes Sousa Leal, dali seguindo para o rio Cubango em missão de carácter meramente exploratório. Estudou-se a viabilidade da cultura da borracha a escoar pelos portos de Benguela e Mossamedes e fizeram-se planos para o seu possível incremento. No final do ano de 1892 chegaram mais 14 famílias bóeres ao forte “Princesa Amélia”, vindas do Transval, após oito meses de viagem sob a chefia de *Daniel Jacobus*, daí seguindo para a Chibia e Humpata. E o

⁶⁵ Ver figura 6 (Capítulo 7). No mesmo ano, escrevia ‘O Distrito de Moçâmedes’ referindo-se também ao Lubango: “Junto à casa de cada colono, fica o arimo, cuja área é de dois hectares; produz cereais, legumes, hortaliças e árvores frutíferas”. TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 80-81. Ora, como os quarteirões da cidadela tinham apenas 100 x 100 metros (1 hectare), fica-se na dúvida quanto à localização dos mencionados *arimos*.

⁶⁶ Brito Godins tomou posse a 25 de Agosto de 1892. Era encarregado do governo, interino.

⁶⁷ Em Novembro de 1892.

polivalente médico militar, Dr. Pereira do Nascimento, apresentou um novo projecto de ligação ferroviária entre Mossamedes e a Huíla, pela base da Serra da Chela, na zona da chamada “Portela do Hoke” (no Chacuto), por se tratar, no seu conceituado parecer, de uma ligação consideravelmente mais curta, mais acessível e também mais barata (custaria apenas 700 contos), com a vantagem de poder beneficiar as fazendas de cana sacarina e de algodão do vale do Curoca, para além de passar por uma zona onde havia bastante gado⁶⁸.

Seguiu-se um razoável período de estabilidade, de sossego e de ajustamentos nos estabelecimentos coloniais instalados no sudoeste angolano⁶⁹. Tinham passado mais de sete anos e os colonos estavam vivos e cúmplices, a Natureza estava parcialmente controlada, afinal aquilo era bom e limpo. Mas como “não há bem que sempre dure”, Artur de Paiva foi incumbido de proceder a uma sindicância à acção de D. José da Câmara Leme, da qual resultou na inesperada exoneração do director da colónia Sá da Bandeira, que foi transferido para S. Tomé⁷⁰. Sobre este inesperado desfecho, assinala António Trábulo:

“Era um castigo. [...] Deixava para trás onze anos da sua vida. [...] Havia cerca de mil colonos no Lubango. Não estariam ali sem o seu espírito de iniciativa e a sua perseverança. Fora um pai para eles. Um pai severo. Tivera de ser, pensava. Não se coordena o trabalho de tantos sem impor disciplina. Algumas pessoas não prestavam para nada. Outras, bem mandadas, lá acabavam por produzir alguma coisa. [...] Fizera da Colónia a missão da sua vida. O sonho acabara.”⁷¹.

A saída de Câmara Leme não trouxe melhorias à colónia, pois continuaram e até se agravaram os habituais roubos de gado. E os bóeres da Humpata, sob o pretexto de terem sido roubadas duas vacas a um bóer, assaltaram e confiscaram cerca de 600 cabeças de gado dos autóctones⁷²! Já não se tratava de reparação de danos mas de um expediente de rapina descarada às populações, sem que as “autoridades” interviessem, nomeadamente a suposta autoridade suprema do Planalto da Huíla, o intendente Artur de Paiva. Incapaz de formular uma simples valoração ética sobre o

⁶⁸ O Dr. Pereira do Nascimento, médico militar (cirurgião) da Estação Naval, chegara a Angola em 1886. Naturalista, explorador e historiador, escreveu *O Distrito de Mossamedes*, obra centrada na colonização daquele Distrito. Patrocinado pela Missão Católica da Huíla publicou em Junho de 1891, *Da Huíla às Terras do Humbe*, obra que englobava um conjunto de ilustrações e mapas da região em epígrafe.

⁶⁹ A 12 de Dezembro de 1896, o Julgado Regular Municipal do Lubango passou a Juízo de Instrução. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 303.

⁷⁰ A sindicância a Câmara Leme foi ordenada em 1885 e a sua exoneração aconteceu em Fevereiro de 1896. Dois meses depois Câmara Leme foi transferido para S. Tomé.

⁷¹ TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007, p. 88.

⁷² Em Abril de 1897. Não se trata de dente por dente, mas de dente por dentadura...

que se passava, Artur de Paiva acabou por revelar total falta de coragem para censurar os abactores pertencentes ao seu círculo de afinidades, mesmo quando os pretextos invocados pelos bóeres para se apropriarem do gado das populações ofendiam a inteligência e incendiavam a indignação. E como podiam agir na maior das impunidades, os bóeres intensificaram os assaltos, chegando a ascender a cerca de 1.500 cabeças o gado espoliado nas zonas da Humpata, Huíla e Lubango, à mistura com toda a sorte de tropelias, entre massacres e crimes diversos, mesmo no interior das povoações⁷³. Racistas e violentos, os bóeres não admitiam qualquer reacção das autoridades instituídas, chegando a ponto de ameaçarem o próprio governador Nunes da Mata – é espantoso - que ingenuamente os auxiliara na instalação da colónia da Humpata, e que agora, desapontado e arrependido, pretendia a sua retirada do sul de Angola. De resto, os bóeres já nem sequer respeitavam o acordo sobre o fornecimento de carros para o transporte de colonos portugueses e das suas mercadorias.

Ora, com vizinhos deste calibre não era possível conviver ou delinear qualquer projecto estratégico de convergência ou parceria, significando que o Planalto da Huíla corria o risco de se transformar, dali para a frente, numa intempestiva sub-colónia exclusivamente controlada pelos bóeres, que até tinham sido recebidos com inusitado entusiasmo por Sebastião Nunes da Mata. Para eles, afinal, a nacionalidade portuguesa nada significava, não havia uma bandeira a defender, havia apenas um destino a conquistar.

8.7. – Legislação interna: políticas de trabalho e de ocupação territorial

Apesar de todas estas contrariedades, a colonização portuguesa do centro e sul de Angola parecia prosseguir dentro de uma relativa normalidade, relevando-se a produção de legislação interna e o reatamento de algumas negociações pendentes, num quadro que deixava transparecer a problemática falta de recursos humanos com que Portugal se debatia. Nestes termos e no plano político interno, foi aprovado o Regimento da Administração da Justiça⁷⁴, o qual estabelecia a substituição das penas de prisão de indígenas pelo trabalho correcional (Art.º 3º), uma definição que se revelou ser um eufemismo passageiro, pois passados oito meses a expressão “trabalho correcional” seria substituída por trabalho forçado, em novo Decreto, aprovado a

⁷³ A Missão da Huíla perdera muitas cabeças de gado em resultado da peste bovina e dos frequentes roubos que também lhes faziam alguns bóeres.

⁷⁴ O Decreto foi aprovado a 20 de Fevereiro de 1894. Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 289.

20 de Setembro, no qual também foi definida a situação de “indígena”. E tendo em vista o eventual povoamento de zonas ainda mal exploradas e apenas percorridas por alguns aventureiros e pelos bóeres, procedeu-se à reconstrução da nova Missão Católica do Bailundo (a anterior fora destruída em 1889) e à transferência da Missão da *Tchibemba* (Gambos) para Tchiapepe. E foi instalada a Missão Espiritana do Cubango (Vila da Ponte), bem como a Missão de Chilonda, no Bié, dirigida por missionários ingleses, a par da concessão de uma licença para a pesquisa de ouro à Companhia de Mossamedes, detida por franceses e ingleses, abrangendo uma vastíssima área correspondente ao dobro da superfície de Portugal continental, a qual ia desde o litoral angolano até à linha fronteira leste, passando por Cassinga⁷⁵. E o inefável e bem conhecido Dr. Pereira do Nascimento, foi pouco mais tarde nomeado para proceder a estudos sobre a fauna, flora, geologia e mineralogia de Angola, para a dita Companhia de Mossamedes, tarefa que lhe permitiu percorrer várias regiões angolanas e confirmar a existência das célebres minas de prata de Cambambe.

No âmbito do desenvolvimento de hipotéticas vias de comunicação, foram finalmente regulamentadas as condições para o contrato de construção e exploração do almejado Caminho-de-Ferro de Mossamedes, e também o contrato de construção do Caminho-de-Ferro da então chamada “Catumbela das Ostras” (Lobito-Canata), para Caconda, num percurso estimado em 220 km, cujos estudos só foram iniciados no final do ano de 1894⁷⁶. No ano seguinte foram criadas as Brigadas de Estudos para os Caminhos-de-Ferro de Benguela para o Bailundo/Bié, bem como para o Caminho-de-Ferro de Mossamedes, chefiadas pelo dinâmico engenheiro Costa Ferrão, pese embora o facto de se assistir à queda acentuada das exportações de borracha e de cera, o que levou a Associação Comercial de Luanda a protestar contra o sistema de pautas aduaneiras que, em seu entender, prejudicavam seriamente os produtores angolanos. E o ano de 1894 terminará com António José de Almeida, um mestiço natural da Huíla, a empreender uma impressionante e corajosa viagem exploratória em carro bóer, do sul para o norte de Angola. Negociando e abrindo “picadas”, António José de Almeida passou pelo Alto Chicapa e conseguiu chegar a *Luachimba* (Luachimo), próximo da fronteira nordeste, numa espantosa travessia que foi considerada a primeira grande deslocação pelo interior mais inóspito de Angola.

No ano seguinte e já no âmbito da organização política e administrativa dos territórios ocupados, foi criada a Comissão Municipal de *Tombua* (Porto Alexandre), que desde 1893 tinha como delegado do governo Gualdino Martins Medeiros. Ali

⁷⁵ A concessão de direitos de prospecção à Companhia de Mossamedes data de 28 de Fevereiro de 1894.

⁷⁶ A regulamentação das condições para construção e exploração do Caminho-de-Ferro de Mossamedes foi conhecida a 19 de Abril de 1894.

residiam então duas centenas de europeus, na sua maioria pescadores oriundos do Algarve, e cerca de quatro centenas de trabalhadores africanos. Posteriormente foi criado o concelho de *Tombua* (Porto Alexandre), que abrangerá a Baía dos Tigres, onde seria instalado um posto militar. Em *Tombua* (Porto Alexandre) foram construídas cerca de uma centena de casas de pau-a-pique, com coberturas em terra, capim, ou palmas de *Hyphaene ventricosa*. A chefiar a Baía dos Tigres estava então o 2º tenente João F. Pereira de Melo, que viria a ser substituído pelo tenente Artur de Moraes⁷⁷. Pereira de Melo mandara construir a primeira casa em madeira, destinada à residência do chefe do concelho, a 2 km da povoação e em pleno deserto do Namibe, a qual não chegou a ser utilizada por se encontrar fora de portas. E, finalmente, Artur de Paiva foi promovido no final de 1896 a tenente-coronel e nomeado comandante do vastíssimo Planalto de Mossamedes, que à data abrangia o Namibe, a Huíla e o Humbe.

Mas esta “febre” legislativa e organizativa também acabou por favorecer o surgimento de diferendos de natureza comercial, como viria a verificar-se com dois Decretos que visavam controlar a produção de álcool em Angola e que afectaram particularmente os cultivadores de cana sacarina instalados da Chibia⁷⁸. Não dispendo de meios técnicos para procederem à reconversão da sua produção de álcool em produção de açúcar, mas sobretudo porque a disposição legislativa estabelecia limites drásticos ao chorudo negócio de venda de aguardente, muitos agricultores da Chibia preferiam encerrar as suas actividades produtivas e abandonar de vez aquela florescente região⁷⁹.

⁷⁷ A 10 de Junho de 1896. Só no final do ano de 1896 a Baía dos Tigres albergará um delegado do governo, embora dependente de *Tombua* (Porto Alexandre).

⁷⁸ O 1º Decreto foi publicado em Abril de 1885. A 12 de Dezembro de 1896 foi publicado um novo Decreto que fixava o imposto sobre as bebidas alcoólicas, um “expediente” contra a produção de álcool, que viria a desencadear acesa resistência, durante vários anos. No mês anterior tinha sido anulado o lançamento do controverso imposto sobre propriedades dos indígenas, sendo então criado, em contrapartida ao chamado “imposto de cubata”, um imposto de 3% *ad valorem* sobre todos os produtos exportados, à excepção de peixe seco. Era governador-geral Guilherme Augusto de Brito Capelo, que vinha investido de poderes amplos.

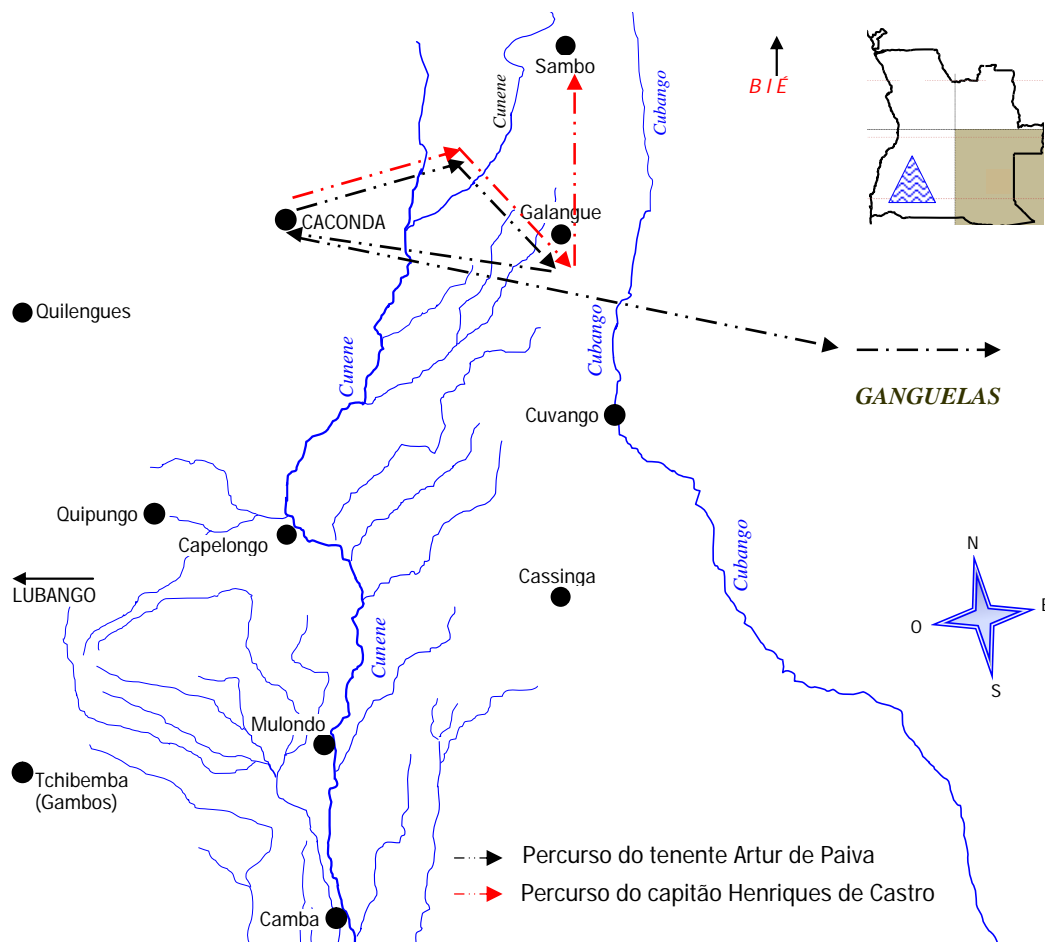
⁷⁹ No final do ano de 1899 ainda existiam em Angola 234 fábricas e alambiques em pleno funcionamento. Nos bastidores decorria também a luta dos grandes produtores de açúcar, já instalados no litoral, contra os pequenos produtores do interior.

Capítulo 9 – Resistência das populações locais à colonização

9.1. – Alargamento da presença colonial no sul de Angola: reacções

Coincidindo com a instalação da colónia madeirense no Lubango, mas tendo já em vista a preparação de condições para a instalação de novos povoamentos, o Artur de Paiva foi indigitado para organizar uma expedição ao Cubango, sob comando do capitão Henriques de Castro, a qual contou com o apoio de alguns bóeres e nativos da Huíla, bem como de alguns residentes em Caconda.

Mapa XII – Bacia hidrográfica do Cunene, na zona centro/sul de Angola: expedições



FONTE: Mapa de Angola, edição oficiosa (Escala: 1:2.000.000), da República Popular de Angola, 2005.

Após diversos contratempos na passagem do rio Caconda, os expedicionários seguiram para o Alto Cunene e Galangue, chegando depois à Missão de Caquele, onde encontraram os seus missionários mortos por doença. Em Abril de 1885, a coluna militar dividiu-se: a parte chefiada pelo capitão Henriques de Castro foi para o Sambo, com intenções de tomar as minas de ouro e edificar um forte nos domínios do soba do Cubango, *Calui*; a outra parte regressou com Artur de Paiva e alguns bóeres a Caconda, para daí tomar o rumo dos Ganguelas¹. E, num clima de aparente tranquilidade em todo o sudoeste angolano, o soba *Dungula* (do Mulondo) e o soba *Chinge* (da Camba), também prestaram vassalagem a Portugal². O protagonismo coube ao capitão de 2ª linha, Francisco Mesquita, que anteriormente efectuara uma intervenção na *Tchibemba* (Gambos), libertando alguns europeus³.

Mas apesar desta aparente tranquilidade, e contrariamente ao que alguns militares, historiadores e descendentes de colonos pretenderam passar para a História, a aceitação de novos povoadores pelas populações do sudoeste angolano não foi assim tão pacífica, antes estará indelevelmente marcada por inúmeros incidentes, recontros e batalhas, bem demonstrativos dos diversos cruzamentos de interesses que foram surgindo, determinados pela ocupação arbitrária de territórios que, evidentemente, não estavam despovoados. Embora não se verificando situações de confronto abertamente assumidas, decorrentes da instalação de colonos nos locais onde viriam a florescer as povoações da Humpata, Lubango e Chibia, sentia-se que persistia no ar muita tensão e desconfiança, de parte a parte, invariavelmente suscitada por ameaças veladas e notícias de roubos, a que os colonos reagiam com acções punitivas, quase sempre desproporcionadas, contra alguns *quimbos* ou grupos humanos considerados menos amistosos⁴.

Assim, quatro meses depois da chegada dos colonos ao Lubango, soube-se que os Hotentotes tinham assaltado e roubado gado em fazendas situadas no Curoca e em Capangombe, temendo-se que tal prática pudesse escalar a Serra da Chela e que se generalizasse no Planalto da Huíla. Um receio fundamentado, pois os Hotentotes acamparam na zona do Jau e atacaram a população autóctone, roubando gado na Mucuma e na Bata-Bata⁵. Mas, ainda antes disso, outros acontecimentos tinham

¹ Ver Mapa XV, no final deste Capítulo. Artur de Paiva regressará à Humpata a 30 de Julho de 1885.

² O Mulondo e a Camba situam-se nas margens do rio Cunene. A vassalagem dos sobas foi declarada em Março de 1885.

³ Francisco Mesquita tinha sido chefe do concelho da Huíla. A operação na *Tchibemba* (Gambos), com apenas uma escolta, valeu-lhe a indicação para receber a “Torre e Espada”. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 234.

⁴ Como aconteceu em 1887, com uma acção de represália comandada pelo capitão Coimbra, em que os colonos arrasaram uma dezena de “elaos”.

⁵ Em Outubro de 1885. Ver Mapa VIII (Capítulo 7).

sobressaltado os colonos: soube-se que a Missão de S. Miguel do Cuanhama fora assaltada e abandonada em Junho e que o estimado padre *Delpuech* e outros teriam sido assassinados. Os restantes missionários teriam fugido para Cassinga, onde teriam fundado uma nova Missão, situada na margem direita do rio Otchitanda. E como “as tragédias são somatórios”, o soba da zona do *Chaungo* (entre a Chibia e o Humbe), entusiasmado com o retraimento evidenciado pelos 120 soldados comandados pelo chefe do Humbe, tenente João Rogado de Oliveira Leitão, para a cobrança do questionado “imposto de cubata”, decidiu recusar liminarmente qualquer pagamento de impostos⁶! E não se ficou por aí, pois convocou os comerciantes para lhe pagarem um “tributo”, ameaçando atacar a fortaleza do Humbe, facto que obrigou os portugueses, perplexos com tal exigência, à tomada de algumas posições preventivas⁷. Consequentemente, ao mesmo tempo que o tenente Rogado Leitão, em final de comissão, recuava apressadamente os seus homens para as margens do rio Caculovar (informando o governador de Mossamedes de que não havia problemas no Humbe e que não era necessário qualquer reforço militar), o chefe Luna de Carvalho era incumbido de reforçar a fortaleza do Humbe, ficando a aguardar por mais apoio militar, que só chegaria com o capitão Pedro Moreira da Fonseca, designado para substituir Rogado Leitão. Mas já era demasiado tarde. Por falta de segurança e não obstante os esforços do padre *Carlos Wurnemburger*, os europeus ali residentes tinham debandado em massa. E abrindo-se em simultâneo novas frentes de conflito em Quilengues e em Caconda, surgiram outras complicações: enquanto o capitão Henriques de Castro, que ficara em Caconda, conseguia dominar um ataque feito pelo soba *Quitupanda* à guarnição de Quilengues, a desguarnecida Missão de Caconda foi também atacada, tendo sido assassinados os seus missionários.

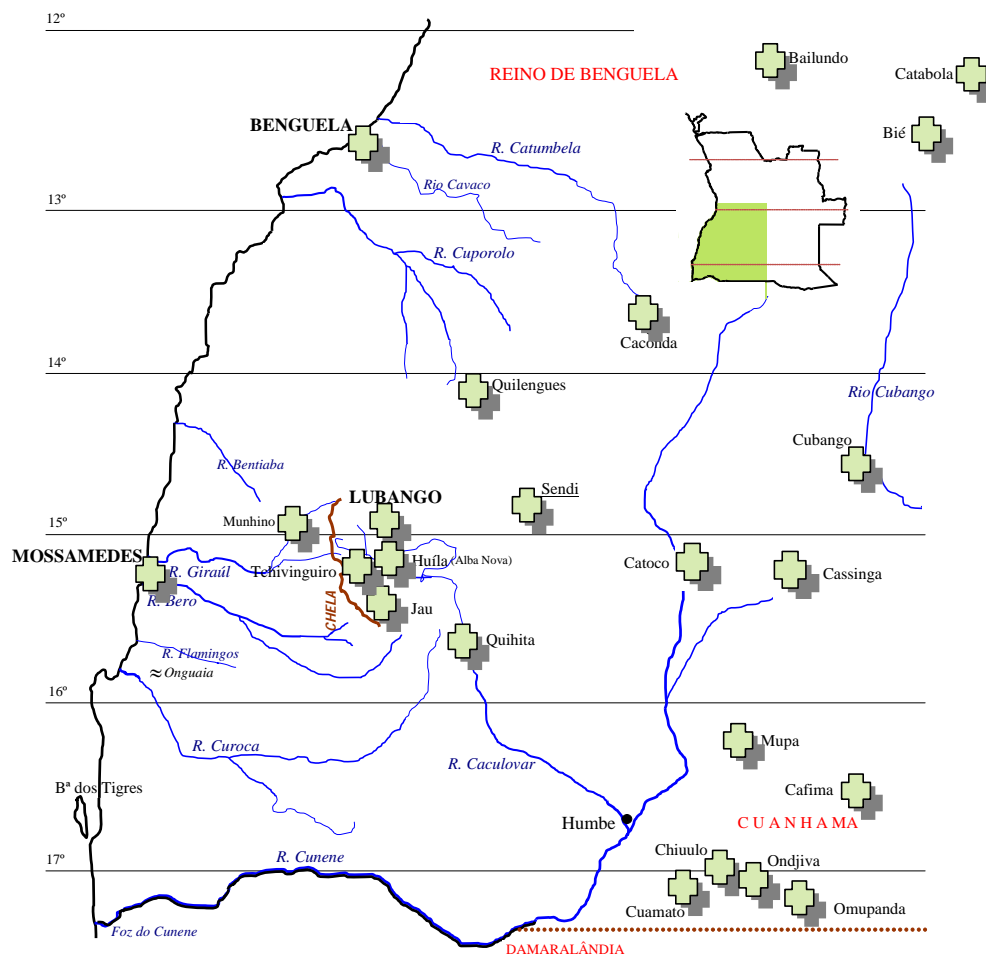
Surpreendentemente, noutras regiões mais distantes, a estação seca de 1885 até foi marcada por uma certa tranquilidade, o que permitiu a instalação da Missão Católica do Bié e a abertura do Colégio de S. José de Cluny, em Mossamedes. E os missionários Baptistas portugueses (protestantes) também tinham ampliado a sua acção nos Distritos do Bié e Benguela, aos quais se irão juntar os missionários da

⁶ Seria difícil encontrar aceitação e até legitimidade para uma política de ocupação baseada na cobrança de impostos aos primeiros ocupantes, tal como previa o Regulamento datado de 5 de Novembro de 1885, que estabeleceu uma taxa fixa para o ‘imposto de cubata’ dos indígenas, conforme a sua localização e tamanho, bem como os *arimos* de certas culturas.

⁷ Embora se considere que à época ainda não existiria qualquer consciência de nacionalismo entre os africanos, o desafio e a lógica de *Chaungo*, invertendo os termos do direito de cobrança de impostos, parece indiciar pressupostos dessa consciencialização. Sobre a génese dos nacionalismos angolano e acontecimentos que o espoletaram, vide AMARAL, Ilídio do – *Em Torno dos Nacionalismos Africanos: Memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)*. Águeda: Granito Editores e Livreiros, Lda., 2000, p. 25-28.

Sociedade Baptista Americana. Apesar da resistência geralmente explicitada pelas populações locais (salvo raras exceções), verificava-se então um inusitado desenvolvimento das obras missionárias em Angola, numa tentativa de se compensar com a propagação da fé cristã, a constante perda de posições territoriais.

Mapa XIII – Missões fundadas no sul e centro de Angola até 1894



FONTE: Documentação referida no Mapa I. Pesquisa e organização gráfica de José de Azevedo.

E no curto espaço de dez anos (até 1894) foram fundadas no sul e no centro de Angola mais de duas dezenas de missões, constituindo-se uma rede substancialmente mais abrangente do que os esparsos povoamentos coloniais existentes, como se poderá constatar no Mapa XIII, acima apresentado.

Mas tudo leva a crer que este período foi sobretudo aproveitado para a preparação e realinhamento de forças no terreno e para planificar novas acções, pois enquanto Artur de Paiva se instalava na zona compreendida entre os rios Cubango e Cunene (já depois de ter ocupando o Luceque), o novo chefe do Humbe, Moreira da Fonseca, preparava um novo ataque contra o soba *Chaungo*.

9.1.1. – Revoltas no Humbe: *Chaungo* derrota os portugueses em Quiloba

Mas, o planeado ataque a *Chaungo* não teria o desfecho esperado, favorável aos portugueses. Surpreendentemente, foram os africanos que tomam a iniciativa de recomeçar com as hostilidades, com o irrequieto soba *Chaungo* a aliar-se aos Cuamatos e Cuanhamas e a atacar a fortaleza e casas comerciais do Humbe, sitiando a guarnição, que nem sequer se atrevia a sair do espaço muralhado⁸. Foi então que um comerciante, o capitão de 2ª linha Clemente de Andrade, à frente de uma pequena coluna de soldados regulares africanos e alguns elementos da colónia Sá da Bandeira como auxiliares⁹, decidiu invadir a embala de *Chaungo*¹⁰. Seguiu-se o desastre para os portugueses: a coluna comandada por Clemente de Andrade, depois de ter incendiado a libata de *Chaungo*, caiu numa ridícula cilada em Quiloba¹¹, na qual terão perecido mais de 30 homens! O soba perseguido tinha simulado uma fuga precipitada, abandonando propositadamente uma apreciável quantidade de uma bebida alcoólica obtida pela fermentação de frutos (gongo?) ou de sorgo bicolor (massambala?)¹², a qual, naquele fulgor ardente, foi deliciosamente “tragada” pelos sequiosos militares. Depois da tropa de Clemente de Andrade se ter alegrado e embriagado com aquela generosa dádiva, que equivalia a uma transfusão de sangue, os supostos fugitivos regressaram ao local e dizimaram indiscriminadamente portugueses e africanos. Sobre este inesperado e desprestigiante desastre dos portugueses, importa registar que foi a primeira vez que os portugueses perderam tantos soldados regulares, pelo que o governador Nunes da Mata resolveu enviar para o Humbe uma coluna bastante heterogénea, composta por cerca de uma centena de atiradores, quatro dezenas de bóeres e cinco dezenas de colonos e auxiliares africanos, totalizando aproximadamente 400 combatentes. Apesar da resistência dos Muhumbes (que perderam quase um milhar de guerreiros), a fortaleza do Humbe foi recuperada pelos portugueses no final de 1885, sem que *Chaungo* tivesse sido capturado. E a coluna regressou ao Lubango em meados de 1886.

⁸ Outubro de 1885.

⁹ *Colónia Sá-da-Bandeira: Relatório da Direcção* [datado de 18 de Julho de 1886] “Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola”, (13) 29 Mar. 1886, p. 883-884.

¹⁰ 10 de Novembro de 1885.

¹¹ Nos diversos mapas consultados não foi possível localizar “Quiloba”.

¹² Não foi possível apurar, concretamente, qual foi a bebida abandonada como isco. O gongo provinha de uma árvore abundante na região do Cubango e do *Etosha* (*Sclerocarya birrea*), pelo que é de crer que tivesse sido utilizado este fruto. Da semente da massambala (*Sorghum bicolor*) é confeccionada a bebida designada por “macau”, mas considera-se esta hipótese altamente improvável. Existem na Internet alguns sites alusivos aos efeitos alcoólicos do gongo, quando ingeridos pela fauna selvagem.

Contudo, nem com os reforços deixados no terreno se acalmou a revolta contra os moradores e autoridades do Humbe. A fortaleza voltou a ser cercada, o que fez com que mais alguns bóeres e comerciantes portugueses abandonassem o Cuamato e o Humbe, invocando falta de segurança.

No entanto, nem só de confrontos e de sustos se compunha a vida quotidiana dos colonos e da população africana, pois também havia alguns laivos de “colonização científica”. A 14 de Novembro de 1885 chegou à Huíla o padre *Bonnefoux*, conceituado botânico e ilustre estudioso do dialecto *Nyaneka*¹³, que investigou diversas plantas na tentativa de obter bons resultados na produção de “quinino”, indispensável para o combate à malária. Incansável colaborador e sucessor do padre José Maria Antunes, Superior da Missão da Huíla, o padre *Bonnefoux* fundou a primeira escola primária mista, no local onde viria a ser construída a Missão do Tchivinguiro.

Mas a verdade é que apesar destas excepções à regra e para além das lutas pelo poder entre os africanos, o sudoeste angolano estava longe da pacificação desejada pelos portugueses. Como se referiu anteriormente em 8.4. (Povoamento da Chibia), o soba *Chaungo* fora afastado e convenientemente substituído por *Tchioia*¹⁴. Mas este foi desde logo contestado por *Luhuna*, que pretendia tomar-lhe o lugar, o qual tinha nessa luta o apoio do célebre *Oorlog*, mercenário do Sudoeste Africano e chefe indígena de muito prestígio e influência, que comandava um numeroso exército constituído por Hereros e Hotentotes¹⁵. Em Março de 1886, portugueses, bóeres e tropa indígena avançaram de novo para o Humbe, afugentando novamente o incómodo soba *Chaungo*, enquanto hordas bem armadas de Hotentotes prosseguiram com ataques e roubos indiscriminados às populações, invadindo o Curoca (próximo de Mossamedes), e Capangombe, a menos de 10 km do local designado por Bruco, no sopé da Serra da Chela, onde se iniciava a mais antiga subida para o Planalto da Huíla. E no início de Novembro cerca de 400 Hotentotes assaltaram finalmente a zona do Humbe, avançando depois até à *Tchibemba* (Gambos), Huíla e Chibia, aterrorizando populações que, nessa altura,

¹³ O dialecto *Nyaneka*, do tronco linguístico Umbundo, foi igualmente estudado pelo padre Afonso Maria Lang.

¹⁴ Em Dezembro de 1885.

¹⁵ “Em 1880 subiram da Namíbia mercenários africanos, saídos das convulsões entre Hereros, Namas, etc. Os mais “conhecidos” dos chefes dos seus bandos de saqueadores são Tom, um tswana educado pelas missões alemãs, e sobretudo o seu filho, Oorlog, cujo nome por si só é um programa completo: a guerra em afrikaans. Inicialmente, Tom é um “empreendedor de razias” que aluga os seus serviços a melhor preço do que os Bóeres. Por metade do gado em saque, ele combaterá do lado dos Portugueses em 1885, 1889, 1890, 1891, etc. Oorlog fará muito melhor do que o seu pai e tornar-se-á indispensável (1890, 1891, 1898, 1904, 1905, 1906, 1907, 1909, 1910, 1915) para os Portugueses até estes acabarem por se livrar deste “Attila dos districtos de Mossamedes e da Huilla”. PÉLISSIER, René – *As Campanhas Coloniais de Portugal: 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 2006, p. 151.

não tinham qualquer capacidade de resposta. “Felizmente, os assaltantes ficaram-se pelo roubo de gado, não havendo a lamentar perdas de vidas humanas¹⁶.

No Alto Cunene, os perigos também não eram menores, com os Cuanhamas a atacarem o forte “Princesa Amélia”, sofrendo então pesadas baixas, estimadas em mais de 500 combatentes¹⁷.

9.2. - O sul de Angola perante a colonização: tensões, acções e distensões

Para os portugueses, a “maldição” do Humbe recomeçou no ano de 1886, quando os poucos soldados que restavam na fortaleza já pouco podiam fazer. Mesmo assim, com a chegada de um reforço militar procedente da Huíla¹⁸, integrando portugueses, bóeres e alguma tropa africana, a guarnição fez um ataque a Cafuntuca, conseguindo aprisionar muito gado e provocar a fuga para a Dongoena do incómodo soba *Chaungo*¹⁹. Pela mão e para descanso dos portugueses, *Tchioia* e os seus seguidores voltaram a assumir o poder, depois de uma “limpeza” em que foram eliminados mais de 500 dissidentes Muhumbes que não aceitavam de bom grado a submissão aos Portugueses²⁰.

Pouco depois partiu da Humpata para o Cubango uma nova expedição comandada por Artur de Paiva, que se fez acompanhar pelo tenente Simpliciano de Almeida, pelo capitão de 2ª linha Augusto de Sousa e pelo tenente de 2ª linha Miguel Duarte de Almeida, apoiados por apenas 52 soldados europeus e alguns africanos, 11 carros bóeres e 226 bois. Esta mesma coluna seguirá inicialmente para a zona de Caluquembe/Caconda, com o objectivo de tentar pôr cobro aos desmandos causados pelo soba *Calube*, num tempo em que o tenente Simpliciano de Almeida orientava a construção de alguns abrigos para os viajantes da rota Caconda/Quilengues²¹. A expedição descerá para a zona de Cassinga, onde foi instalado um posto, subindo pouco depois para o Luceque²². Durante esta rápida

¹⁶ Na opinião de Roberto Correia, o gado roubado era depois entregue aos ingleses da Damaralândia, a troco de armas e pólvora, assim defraudando o Acordo de Paz que tinham negociado em 1884 com o Governador de Mossamedes, Nunes da Mata. Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 249. Os Hotentotes seriam posteriormente batidos pelas tropas do tenente João Quintino Rogado. Vide ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997, p. 85.

¹⁷ Em finais de Agosto ou nos primeiros dias de Setembro de 1886.

¹⁸ A 9 de Março de 1886.

¹⁹ Ver região homónima no Mapa VIII (Capítulo 7).

²⁰ Vide CORREIA, Roberto – *Op. cit.*, p. 244.

²¹ Ver Mapa VIII (Capítulo 7). Pouco tempo depois (em Junho), as colónias Penais e Agrícolas de Caconda e do Lovale foram extintas, regressando alguns dos seus elementos a Portugal.

²² Ver Mapa VIII (Capítulo 7).

viagem, Artur de Paiva contou sempre com o precioso apoio dos bóeres e de alguns sobas que lhe pediam ajuda militar contra os seus próprios adversários²³.

A expedição continuou a cruzar os grandes espaços vazios a leste do Cunene, até que o soba do Cubango, D. Luís *Chiuaco*, deixou de comportar-se como aliado dos portugueses, revoltando-se, enquanto o soba *Catoco*, mais passivo, solicitou que fosse iniciada a construção de um forte na margem esquerda do rio Cubango (Princesa Amélia), a norte de Cassinga. No forte instalou-se o padre *Lecomte*, com o apoio de uma coluna militar, bem como a capitania-mor dos Ganguelas e Ambuelas, chefiada pelo capitão José Rodrigo Augusto da Silva, de modo a ocupar definitivamente o Luceque e a evitar qualquer tentativa de penetração estrangeira, procedente do Barotze. Mas os recursos humanos de que os portugueses dispunham naquela região eram tão frustes, que o governo de Mossamedes chegou a pagar a deslocação de dois bóeres ao Transval, a fim de convencerem outros bóeres a instalarem-se na margem direita do rio Cubango²⁴. Só que Artur de Paiva, mau grado a insuficiência de meios, tinha em mente uma ocupação militar ainda mais vasta, que se estendesse até à fronteira leste, no rio Cuando. E sonhava, vagamente, com uma futura ligação férrea entre Mossamedes e o Bié.

O grande problema era que a norte do Lubango as tensões se agravavam, com os sobas do Bailundo (onde já existia uma Missão protestante) e do Bié, o poderoso *Njamba-y-Amina*²⁵, a unirem forças para se oporem ao avanço dos Portugueses²⁶, que ali tinham construído o forte “D. Maria Pia”. Com o inesperado desaparecimento do rei do Bié, D. Pedro António *Cangombe* Neto²⁷, e após uma atribulada “guerra de sucessão”, apareceu o lendário rei *Ndunduma*, (o Trovão), que destronara *Tchioca* e que de imediato se aliou ao rei do Bailundo, *Ekukui II*.

Mas estas intencionais movimentações dos portugueses, na realidade, visavam estabelecer plataformas para a ocupação da inóspita zona do Cubango, de modo a responder à imposição de efectiva presença no terreno exigidas pela Conferência de Berlim e, simultaneamente, para tentar sustentar o avanço dos alemães, já instalados no sul de Angola. E para que não subsistissem dúvidas sobre quem ocupava o vasto território entre o rio Cunene e o rio Cubango, Artur de Paiva, com o apoio do soba *Weyulu*, de *Ondjiva* (Pereira de Eça), teve a ousadia de fazer frente aos alemães,

²³ O próprio Artur de Paiva era frequentemente acompanhado pela mulher, D. *Jacquemina Botha*.

²⁴ Agosto de 1886. À falta de portugueses utilizavam-se bóeres para evidenciar a ocupação branca. E depois atribuía-se aos bóeres a intenção calculista de pretenderem apoderar-se do sul de Angola!...

²⁵ *Njamba-y-Amina*, que havia lucrado bastante com a enorme produção de “borracha das ervas”, morreu em Julho de 1887. Silva Porto regressara ao Bié a 8 de Fevereiro, vindo de Lisboa.

²⁶ 9 de Setembro de 1886.

²⁷ Foi substituído por *Cikunyo*, que passou a usar o nome de *Chindunduma* ou *Ndunduma*. Evidenciar-se-á no final da década de 1880.

substituindo, no Cubango, as bandeiras estrangeiras por bandeiras portuguesas. E com o recuo dos alemães para sul (actual Namíbia), teve início um razoável período de acalmia que se prolongou até ao final de 1888, apenas perturbado por alguns ataques a caravanas no Humbe e pelo abandono do posto de Caquele (a conselho de Artur de Paiva), onde se encontrava o padre *Lecomte* e os seus companheiros Espiritanos, que se instalaram no Catoco, seguindo depois para o forte “Maria Pia”.

Durante este “intervalo” relativamente pacífico, a Educação e a Saúde registaram um certo impulso²⁸. Na Missão da Huíla entrou em funcionamento uma “Casa de Educação para Raparigas”, orientada por irmãs religiosas, passando a Escola da Huíla, um pouco mais tarde, a ser dirigida pelo padre José Maria Antunes, Superior da Missão Católica. Entretanto chegou à Missão protestante do Bailundo o primeiro médico missionário, Dr. *Webster* e sua mulher, com a incumbência de ali instalarem um hospital, não só para a sua população como para servir as zonas vizinhas.

Na Huíla, contudo, apesar das patrulhas e do notável desenvolvimento que destacava a vizinha Chibia dos restantes núcleos coloniais, não pararam os assaltos e os roubos de gado, normalmente atribuídos aos Hotentotes. E na tentativa de pôr um ponto final a esta situação, o chefe do Concelho organizou uma nova coluna para combater diversos assaltantes²⁹, conseguindo surpreendê-los em vários locais, como na Cahama, Mucuma e Chaungo (a cerca de 20 km da Chibia), cujo soba, fugido desde 1886, foi finalmente aprisionado. O soba *Tchioia*, que tinha sido indicado por Pedro Chaves, foi então confirmado como soba do Humbe, enquanto os Hotentotes eram afugentados. E como não tinham mais que fazer, os “pacatos” colonos do Lubango, da Huíla e da Humpata, lembraram-se de fazer algumas “batidas” contra os Muílas, sob o pretexto de serem os causadores de ataques a viajantes e de assaltos a fazendas agrícolas. Tentaram igualmente capturar o soba “Cabeça Grande”, mas sem qualquer resultado.

No que concerne ao missionarismo (que nunca foi fácil para os missionários), surgiram alguns problemas no final da década de 1880. Procedeu-se à Instalação definitiva da Missão do Cubango e foi fundada pelo padre *Lecomte* (com o apoio inicial da população) a Missão do Catoco, perto do forte “Princesa Amélia”³⁰. Mas, algum tempo depois, o soba *Tchiluaco* (Chiuaco) ameaçou o padre, alegando que “andava a favorecer a grande falta de chuvas”!

²⁸ Desde 1885 que se registavam muitos casos de “doença do sono” pelo interior de Angola. Era provocada pela “mosca do sono”, designada oficialmente por “Tsé-Tsé”. Em consequência das suas picadas surgiam os diversos sintomas: sonolência, tremores nervosos, língua branca e febre. Os nativos e depois os europeus utilizavam o excremento do gado e a urina como desinfectante.

²⁹ Em Fevereiro de 1888.

³⁰ No segundo semestre de 1888. Ver Mapa XIII; no início deste Capítulo.

9.2.1. - Agravamento da situação geral no sudoeste angolano

No início do ano de 1889, o soba *Chinaco* mandou incendiar o forte “Princesa Amélia”, já abandonado, expulsando os missionários que operavam naquela zona. A reacção portuguesa só se fez sentir alguns meses mais tarde, quando Artur de Paiva, acompanhado por uma impressionante coluna com 18 carros e 2 canhões, marchou da Huíla para a *Tchibemba* (Gambos), onde o mercenário *Tom* (conhecido por *Tswana*), pai do mercenário *Oorlog*, ambos contratados inúmeras vezes pelos portugueses, estava a ser atacado pelos Hotentotes. Artur de Paiva recebera igualmente instruções para proceder ao reconhecimento de terrenos no “Planalto de Mossamedes” (Huila, portanto) para a instalação de mais colónias agrícolas, num raio de 60 quilómetros a partir da “Colónia de S. Pedro da Chibia”, pelo que poderia desempenhar, em simultâneo, as duas incumbências³¹. Entrementes, Henrique de Paiva Couceiro era nomeado comandante do Esquadrão de Cavalaria da Humpata, sem que Artur de Paiva tivesse sido exonerado daquela mesma função³².

A coluna comandada por Artur de Paiva integrava 5 oficiais e cerca de 80 atiradores (sargentos e praças), mais 42 bóeres e aproximadamente 150 guerreiros do bando de *Tom*, Bochimanés e Damaras, num total de 250 combatentes. Em Agosto a expedição foi ainda reforçada com mais 2 carros e 16 cavaleiros, vinculados a um irmão do explorador escandinavo *Axel Eriksson*. Artur de Paiva e os seus homens acamparam finalmente na margem do Cubango, de onde avistavam as ruínas calcinadas do forte “Princesa Amélia” e a libata do soba *Chinaco*. O que se seguiu foi extraído directamente da descrição feita por Artur de Paiva, com a sintetização que se considerou conveniente introduzir:

“Uma multidão de pretos, todos armados de espingarda e zagaias, saía da libata em direcção ao rio, e a ilha por onde passava a estrada de carro, e que tinha uns 800 metros de comprido por 40 de largo, achava-se completamente tomada, bem como todos os sítios onde o rio podia dar passagem, quer a carros, quer a gente a pé [...] mandei um soldado [...] travar relações com as vedetas que me vigiavam o acampamento, e como aquela vizinhança me

³¹ PORTARIA Ministerial nº 146 (13 de Junho 1889). Artur de Paiva fora promovido a capitão (Janeiro de 1889) e foi indigitado para fazer o levantamento topográfico da futura via-férrea de Mossamedes. O certo é que Artur de Paiva continuava a ser o comandante do Esquadrão Irregular de Cavalaria da Humpata.

³² Em Junho de 1889. Paiva Couceiro desembarcou em Luanda a 1 de Setembro. A 3 de Setembro seguiu para Mossamedes com destino à Humpata, onde irá ocupar o lugar de Artur de Paiva. “Mas não ficou muito tempo nesse lugar, nem particularmente se distinguiu, excepto numa acção sem muita importância, destinada a recuperar gado roubado, em que utilizou apenas portugueses (soldados e voluntários), em vez de bóeres, como era costume.” VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006, p. 17.

não convinha, pedi-lhes para se afastarem por causa dos cães que de noite andavam sempre esfomeados. Ao travar-se o diálogo, saiu da ilha um preto encasacado [...] e por ele foi dito ao soldado que os carros podiam passar depois de pagarem aguardente, mas que nem ao capitão Marques nem aos soldados seria concedido tal favor [...] Assim que anoiteceu e se acenderam os fogos, ressoaram os batuques num ruído infernal, acompanhados por assobios estridentes e cantos guerreiros, em que se prometiam um lauto banquete nos nossos bois de carro e um outro não menos agradável para os abutres, lobos e hienas, que deviam comer as carcassas dos brancos [...] Às seis horas da manhã [3 de Outubro] achava-se a coluna em movimento [...]. No acampamento, os bois deviam ficar presos às cangas, de forma a jungi-los à primeira voz [...]. As senhoras e as crianças [dos Bóeres] desceriam dos carros e abrigar-se-iam por entre o gado [...]. Ao ver avançar a coluna, o gentio correu em massa para o rio, e no vau, um dos seus capitães bradava em altos berros: “-Aqui não passa ninguém!”. A um sinal meu, esta primeira vítima dos desvarios de Chinaco caiu por terra e a fuzilaria desencadeava-se por todos os lados. A cavalaria passava o vau de carro, a galope [...] Quando cheguei à paliçada, alguma gente a cavalo fazia fogo sobre a libata e impedia que o gentio que lá estava dentro pudesse fugir [...]. Duas granadas rebentaram dentro do lombe e à quinta as forças invadiram a libata. Deu-se então uma confusão medonha [...]. Os oficiais e os sargentos nada mais podiam fazer do que facilitar a fuga das mulheres e crianças e formar círculo de roda de um grupo para o proteger da barbaridade e rapacidade dos soldados. Dos homens, os que não puderam fugir morreram, mas o maior número fugiu, porque na libata apenas havia catorze mortos, tendo conseguido salvar-se um grande numero de feridos. Para evitar o massacre, eu proibira que os Damaras entrassem na libata [...]. Estava ganha a primeira vitória, que nunca julgara tão fácil, em vista da disposição de ânimos em que se encontrara o gentio [...]”³³.

E empolgados por esta primeira operação, os portugueses prosseguiram com os ataques e os incêndios em diversos pontos do interior profundo, como no Cutato e no Cuchi, entre outros³⁴. Acamparam finalmente nas ruínas do forte “Princesa Amélia”, e durante cerca de 1 mês condicionaram e reprimiram as populações, na tentativa de localizarem e capturarem (sem qualquer resultado) o fugidio *Chinaco* que, mercê das duríssimas represálias colectivas impostas aos seus familiares, acabaria por ser entregue de mãos amarradas atrás das costas, pelo seu próprio

³³ PAIVA; Artur de – *Artur de Paiva*. Lisboa: A.G.C., 1938, vol.1, p. 121-127.

³⁴ Durante o mês de Outubro de 1889. Ver Mapa XV, no final do presente Capítulo.

genro³⁵. E restabelecida a “ordem soberana”, Artur de Paiva regressou à Humpata com *Chinaco*, que será mais tarde deportado para o arquipélago de Cabo Verde.

Entretanto tinham surgido novas complicações na zona da *Tchibemba* (Gambos), onde havia divergências quanto à presença dos colonos e comerciantes portugueses, e também por ter sido derrubado o soba da *Tchibemba* (Gambos), João *Quilôa*, pelo seu adversário *Calenga*³⁶. A avaliar pelas lutas que se seguiram e pelas ameaças de ataque à fortaleza, é provável que os portugueses tivessem apoiado *Calenga*, como sugere a subsequente actuação de António José de Almeida que, com alguns comerciantes, diversos soldados e as forças de *Calenga*, decidiu perseguir as forças de *Quilôa*, atacando-as no Binguero, e depois no Quieque. António José Almeida não saiu ileso dos confrontos, acabando por constatar, desiludido, que o seu alinhamento a favor de *Calenga* nada conseguira resolver, pois a luta continuou sem que se chegasse a um entendimento quanto à situação dos comerciantes e colonos residentes naquela região.

9.3. – O temerário *Ndunduma*: imprevidências e viagens de Paiva Couceiro

A tensão começou a subir quando se soube que tinha sido concedida uma autorização para pesquisas auríferas no rio Otchitanda, entre o Cunene e Cubango, a um Sindicato de portugueses e bóeres chefiados pelo alemão *Arndt*. Pouco tempo depois o padre Joaquim Nunes Bernardo deixou a Missão do Bailundo, a qual foi imediatamente atacada e incendiada, o que coincidiu com a chegada ao Bié de uma coluna chefiada por Paiva Couceiro, em trânsito para o Barotze, onde deveria contactar com os sobas da região³⁷.

Contudo, durante o tempo em que permaneceu no Bié, Paiva Couceiro meteu-se em trabalhos escusados: com ao auxílio de 37 deportados moçambicanos³⁸, iniciou a construção de um quartel na aldeia de Belmonte, facto que desagradou sobremaneira ao soba *Ndunduma* (o Trovão), que igualmente não via com bons olhos a missão inglesa instalada pelo explorador *Stanley*. Acabado de chegar, Paiva Couceiro ditava a ordem de trabalhos, segundo um novo código de procedimentos³⁹: aos militares era permitido fazer fortalezas ou quartéis onde lhes aprouvesse, sem

³⁵ A 4 de Novembro.

³⁶ Nos últimos dias de Novembro de 1889.

³⁷ A Missão do Bailundo foi incendiada em 31 de Dezembro de 1889 e a coluna chegou ao Bié em Janeiro.

³⁸ Devidamente armados com espingardas de repetição *Snider*, facto que provocou a desconfiança da *Ndunduma*, quanto aos seus objectivos.

³⁹ Em Angola, os militares tinham, em geral, o direito de fazer com o seu poder o que lhes apetecia. Para eles, esse direito valia mais que todos os direitos dos outros, brancos ou negros.

darem satisfações a ninguém! Era a apoteose da ocupação selvagem. Não só tinham novo dono as terras e as gentes, mas também a própria voz da população local, pois o poder das armas condenava ao silêncio os que lá estavam, antes da chegada dos portugueses.

Ora, um quartel em Belmonte era uma ameaça ao reino de *Ndunduma*, e ele bem sabia que depois de instalados e aquartelados, aumentaria a arrogância dos portugueses. E *Ndunduma*, seriamente agastado, ousou reclamar a saída de todos os que apoiavam a construção do dito quartel: dos missionários estrangeiros (ingleses e americanos), de Silva Porto e das tropas de Teixeira da Silva e de Paiva Couceiro⁴⁰. E como nada se alterou até finais de Março de 1890, surgiu o “ultimato” de *Ndunduma* a Teixeira da Silva: Paiva Couceiro e a sua tropa teriam que abandonar o Bié, em menos de 24 horas! O “orgulhoso” Couceiro, estupefacto com a súbita exigência de um simples soba, mais a mais considerado vassalo de Portugal, recusou-se a sair, pelo que se resolveu enviar o até então respeitado Silva Porto à embala grande do soba, no Ecovongo, numa última tentativa de apaziguar o agastado rei. E Silva Porto deslocou-se à embala de *Ndunduma* com a incumbência de parlamentar. Mas tudo se precipitou e arruinou: O ancião Silva Porto foi insultado e humilhado pelos bienes, que lhe puxaram as barbas e o ameaçaram de morte, brandindo a catana com que prometiam cortar-lhe a cabeça. E o velho sertanejo regressou a Belmonte em lágrimas, aconselhando Teixeira da Silva e Paiva Couceiro a abandonarem imediatamente aquela zona.

As posições tinham-se extremado e a diligência de Silva Porto tinha sido inútil: ninguém transigia, cada um à espera que o outro se “apeasse do cavalo” e no fundo cada um a saber que o outro não se apearia. Por uma questão de estilo, nem Couceiro estava disposto a acatar a ordem de saída, nem o soba cedia na sua exigência, dilema que visivelmente transtornou Silva Porto, colocando-o entre a espada e a parede. E sentindo-se desiludido, cansado e ofendido, decidiu pôr termo à vida⁴¹.

Mais tarde, o próprio Artur de Paiva descreveria assim as horas de indignação e de impotência que se seguiram ao regresso de Silva Porto a Belmonte:

“Tinha-se ele deitado, embrulhado em uma bandeira portuguesa, no meio de duas fileiras de barris de pólvora destapados; acendeu um fósforo

⁴⁰ No Bié, Silva Porto fora substituído (5 de Março de 1889) no cargo de capitão-mor por Justino Teixeira da Silva, embora mantendo a designação e o ordenado.

⁴¹ Na noite de 30 para 31 de Março de 1890. Após uma série de negócios ruinosos e de um incêndio na sua “casa” de Belmonte (segundo ele “uma aldeia histórica”), Silva Porto estava arruinado e perto do desespero. VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006, p. 18.

e lançou-o num dos barris; o fósforo, porém, não tardou a apagar-se. Fez nova tentativa, até que se deu a explosão”⁴².

Com o desaparecimento de Silva Porto, fechou-se um ciclo de relacionamento relativamente “amigável e pacífico” com os povos que habitavam a norte do Planalto da Huíla, com Paiva Couceiro e Teixeira da Silva a não encontrarem outra alternativa senão abandonarem precipitadamente o Bié, seguindo a sombria e derradeira advertência formulada por Silva Porto⁴³. Paiva Couceiro mudou-se inicialmente para Belmonte, ainda convencido de que com a ajuda da gente de Silva Porto que por ali ficara e com os seus 37 moçambicanos, poderia “aguentar-se” na aldeia, paliçada a pau-ferro. Nada mais utópico: em menos de 24 horas, os indefectíveis de Silva Porto e 17 soldados moçambicanos tinham desertado do recinto, que começara a ser sitiado. A única escapatória era portanto a fuga, até porque Couceiro perdera o controlo sobre os restantes moçambicanos, sendo obrigado a “dar-lhes pancada”, para os dominar⁴⁴.

Sentindo a perigosidade da situação, Paiva Couceiro partiu apressadamente para o Bailundo e, a meio caminho, mandou Teixeira da Silva pedir reforços. Mas ainda antes de chegar ao Bailundo, Couceiro recebeu um *Ofício* do governador Guilherme Augusto Brito Capelo, informando-o de infiltrações de ingleses a partir de *Walfish Bay* (sul de Mossamedes), em direcção ao Cubango, com a finalidade de “avassalar”⁴⁵ sobas do sudoeste angolano. O mesmo *Ofício* incumbia-o de descer o Cubango em direcção ao Mucusso, numa missão defensiva, o que pressupunha uma viagem de cerca de 1 300 km, sem contar com o regresso⁴⁶.

Finalmente, a guarnição saída do Bié instalou-se no Bailundo, sob a protecção do rei *Ekuikui II*, que dela se aproveita para guerrear o seu “adversário” *Ndunduma*, embora fosse seu cunhado. E enquanto Teixeira da Silva permanecia no Bailundo, Paiva Couceiro seguiu para Caconda⁴⁷, assim se iniciando a projectada deslocação

⁴² PAIVA; Artur de – *Artur de Paiva*. Lisboa: A.G.C., 1938, vol.1, p. 223.

⁴³ Paiva Couceiro só terá recebido em Março as ordens emitidas a 27 de Janeiro, no sentido de suspender a sua missão ao Barotze.

⁴⁴ Mais tarde prendeu e puniu outros nove auxiliares. VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006, p. 19-20.

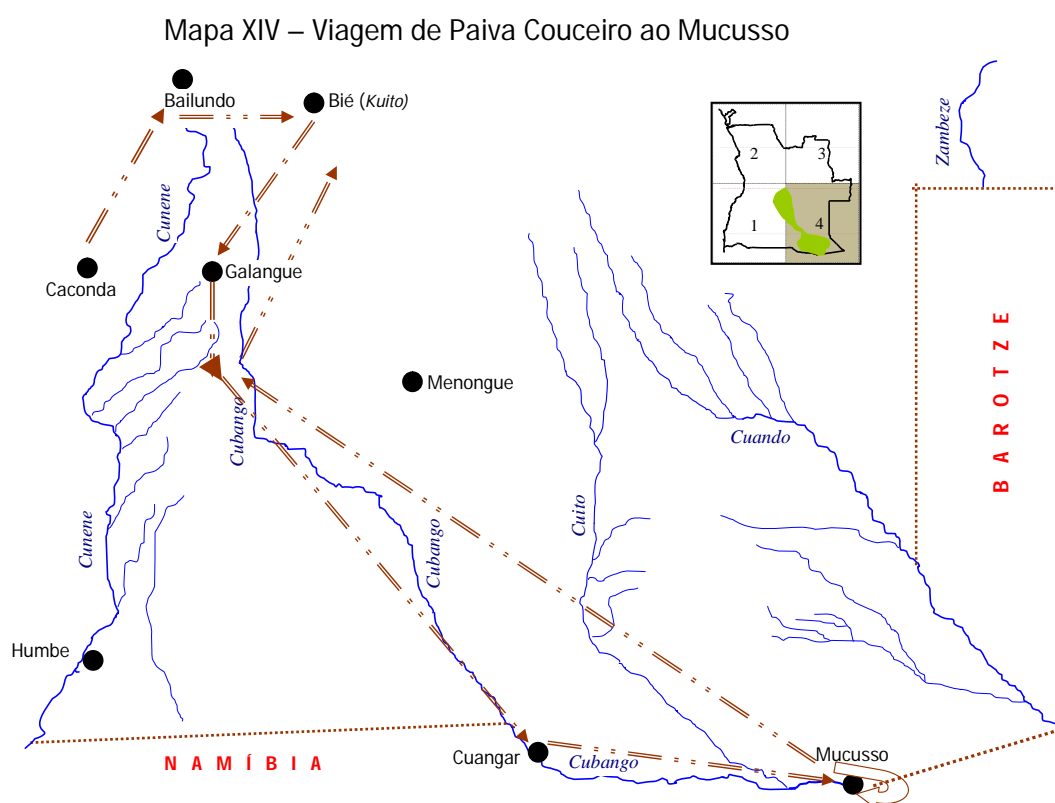
⁴⁵ O “avassalamento”, entenda-se, não passava de um acto simbólico. As potências europeias mandavam emissários aos régulos indígenas com presentes e uma bandeira: Se os aceitavam, depreendia-se, de acordo com o direito internacional em vigor, que a potência europeia “ocupara” o território dos régulos. Na esmagadora maioria dos casos não houve qualquer ocupação efectiva, nem as autoridades indígenas se consideraram submetidas aos brancos que os avassalavam, nem sequer percebiam o significado da cerimónia. *Vide* VALENTE, Vasco Pulido – *Op. cit.*, p. 22.

⁴⁶ Ver Mapa XV, no final do presente Capítulo.

⁴⁷ 30 de Abril de 1890.

até ao Mucusso. Apesar das muitas contrariedades, Couceiro ainda conseguiu reunir mais de 100 homens.

A viagem de Paiva Couceiro, do Bailundo para o Mucusso, foi feita sem grandes pressas, tendo demorado cerca de cinco meses e meio. Pelo caminho conseguiu fazer 16 “avassalamentos”, sem outros problemas para além da fuga dos carregadores que, para não se afastarem demasiado das suas tribos de origem, largavam as cargas e depressa debandavam. Na sua digressão, Paiva Couceiro atravessou o Cubango, passando por Galangue e pelo forte “Princesa Amélia”, que tinha sido atacado e incendiado⁴⁸, tal como aconteceu com a Missão dos Espiritanos. Tentará convencer populações e procurará povoar com civis e missionários, pontualmente, algumas regiões por onde foi passando. E, ofertando bandeiras portuguesas, avançou em direcção ao Mucusso e Andara, na fronteira sul⁴⁹, onde já estavam instalados os alemães comandados por *Darwits* e *Groschk*, não havendo condições para evitar a sua arreliadora presença naquelas longínquas paragens.



FONTE: Mapa de Angola, edição oficiosa (Escala: 1:2.000.000), da República Popular de Angola, 2005.

⁴⁸ O forte “Princesa Amélia” foi reconstruído pelos homens de Paiva Couceiro, em Maio de 1890. A 12 de Maio foi também apresentada uma proposta dos bóeres *Vander Merwe* e *Vander Walt* para a abertura da estrada de Caconda a Benguela, a qual teve boa aceitação. E, presumivelmente neste mesmo mês de Maio, os bóeres abriram uma estrada para os seus carros a caminho do litoral.

⁴⁹ Ver também Mapa XV, no final do presente Capítulo. Andara situava-se mesmo a sul do Mucusso, na margem esquerda do rio Cubango, conforme informação obtida através da fonte oral Paulo Jorge Martins.

E enquanto se afastava para sul, o forte do Luceque era abandonado, dada a impossibilidade de ali se poder manter uma ocupação militar efectiva. No *Relatório* da viagem que escreveu, de 200 páginas, Paiva Couceiro denotou possuir apreciáveis conhecimentos de etnografia e sentido de observação de grupos humanos diferenciados, sem fazer quaisquer juízos de valor, limitando-se à simples descrição de factos observados.

Portanto, desde a morte de Silva Porto que os problemas no Bié fervilhavam em banho-maria, numa região onde era imprescindível garantir uma maior infiltração do comércio e a livre circulação das caravanas, até porque a borracha e o marfim vindos do interior mais distante, atingiam o seu auge. Quase todas as caravanas eram então desviadas para Benguela e Catumbela, com *Menongue* (Serpa Pinto)⁵⁰ e o Cuchi a tornarem-se centros privilegiados de recolha de borracha⁵¹.

9.3.1. – O aprisionamento de *Ndunduma*

Depois de uma demorada acção no Cubango e Cassinga, em que percorrera cerca de 1300 km ao comando de um razoável exército, o capitão Artur de Paiva, que também atingira a “Banda de Caprivi” (além Cubango), recebeu instruções, de seguir para o Bié, a fim de restabelecer a ordem. E, como não podia deixar de ser, de vingar a morte do sertanejo Silva Porto⁵². A coluna integrava a Cavalaria Irregular da Humpata e foi apoiada por 70-80 bóeres (pagos ao preço de 1libra/dia/homem) e seus auxiliares, além de cerca de 300 soldados africanos, entre as quais estariam os mercenários de *Oorlog* e do seu pai *Tom*. Composta por um total de cerca de 600 combatentes munidos de 150 000 cartuchos, 4 canhões, 2 metralhadoras e 50 carros bóeres (*ossewaens*) puxados por 800 bois, a coluna partiu da Huíla⁵³ e progrediu a passo de caracol até Caconda, encontrando-se aí com o governador de Benguela. Seguiram depois para o Huambo, Sambo e Bailundo (sob o comando de Teixeira da Silva), local onde ainda receberam três importantes reforços: os tenentes generais Simpliciano de Almeida e Quintino Rogado, e ainda o alferes Falcão.

A coluna encontrou-se depois com a coluna de Paiva Couceiro⁵⁴, chegando ambas ao Ecovongo a 30 de Novembro de 1890. E logo ocorreu nas margens do rio Cuquema, afluente do Cuanza, o primeiro recontro entre as forças de Artur de Paiva

⁵⁰ Ver também Mapa XV, no final do presente Capítulo.

⁵¹ E foi talvez por isso que se pensou deslocar para a zona do Cuchi o chamado “Exército da Huíla”.

⁵² A guia de marcha tem a data de 2 de Agosto de 1890.

⁵³ No final da primeira semana de Agosto de 1890.

⁵⁴ O encontro ocorreu a 28 de Outubro.

contra as do rebelde rei *Ndunduma*. Três dias depois, obuses e granadas romperam a paliçada da grande libata de Ecovongo, que abrigava uma população global estimada em 8 000 pessoas. Apercebendo-se do perigo, *Ndunduma* ainda tentou negociar com os portugueses, oferecendo-lhes dentes de elefante. Mas, cientes da sua superioridade bélica, os invasores não aceitaram que a humilhação anteriormente sofrida tivesse um epílogo assim tão fácil, até porque aos portugueses em turba ninguém os rebaixava: iam para desenterrar o orgulho ferido, tal como o tinham enterrado. E os mercenários de *Oorlog* e do seu pai *Tom*, encarregados de abrir caminho, tomaram a dianteira do assalto, incendiando as cubatas.

Os 2 000 guerreiros de *Ndunduma*, fortemente armados e bem municiados, até tinham possibilidades de resistir aos invasores. Mas consideraram que tinha sido o seu rei a atrair a guerra e optaram pela fuga para a região dos Ganguelas, onde beneficiavam da protecção de *Tchicala*. Artur de Paiva, com o apoio dos missionários americanos e ingleses, perseguiu os fugitivos e foi anulando todas as resistências que foi encontrando, sem contudo conseguir aprisionar *Ndunduma*. Depois, placidamente, utilizará a mesma fórmula que anteriormente servira para capturar *Chinaco*, ou seja, intimidará as populações e incendiará sucessivamente aldeias até que o fugitivo lhe seja entregue. E bem sabia o comandante que tal “expediente” era bom e eficaz. Sabia que a “tortura psicológica” não era um método infalível para arrancar informações, até porque a barreira linguística o impedia. Mas era um cerimonial que servia para afirmar o poder. Não havendo inocentes, havia que difundir o medo e corromper as consciências. E nisso tinha razão. Efectivamente, tal como acontecera com *Chinaco* em 1889, após cerca de um mês de resistência, o rei *Ndunduma* foi entregue por outros chefes da zona⁵⁵, incapazes de suportar por mais tempo o assustador processo coercivo imposto pelo denominado “Exército da Huíla”.

Depois de Artur de Paiva fazer eleger *Capoco* como sucessor de *Ndunduma*, os homens do “Exército da Huíla” ainda concluíram o forte iniciado por Paiva Couceiro em 1889, guarnecendo-o com mais de 120 soldados, 3 canhões e 1 metralhadora. Nada mais havia a fazer e Artur de Paiva regressou ao Planalto da Huíla, trazendo na bagagem o cadáver embalsamado de Silva Porto e o prisioneiro *Ndunduma*, submetido à canga, para o fazer seguir para Mossamedes e depois para Cabo Verde, onde já se encontrava *Chinaco*. No jogo de palavras e de acontecimentos, *Ndunduma* apostara tudo e, inicialmente, ganhara. Então empurrara tudo para o centro da mesa da confrontação. E perdera.

⁵⁵ A 3 ou 4 de Dezembro de 1890.

9.4. – Do “terrorismo” de Padrel à “resistência” dos angolenses

A dúplice reputação do major Lourenço Justiniano Padrel (herói para alguns militares portugueses e terror para os angolenses), remonta aos tempos em que partiu da Huíla para o Humbe comandando uma coluna que teria por objectivo combater o “fidalgo” *Luhuna*, adversário de *Tchioia* (protegido dos portugueses).

Era sabido que *Luhuna* tinha atacado a embala de *Tchioia*, no Humbe, a qual estava sob protecção portuguesa, pelo que se decidiu reforçar a fortaleza do Humbe, para onde já tinha seguido o tenente Paulo Amado, em missão de reconhecimento⁵⁶. Também se afirmava que *Tchioia* fora apanhado numa cilada de *Luhuna*⁵⁷, que agora dominava as margens do rio Caculovar e que era apoiado pelo Cuamato e pela Dongoena. E constava que *Luhuna* conseguira sublevar uma parte substancial da população do Humbe, colocando numa situação insustentável a guarnição comandada pelo chefe do concelho do Humbe o capitão português Joaquim Maria Luna de Carvalho que, não tendo quaisquer condições para resistir, solicitou o auxílio do Esquadrão de Cavalaria do Planalto⁵⁸. Mas como a maioria dos “cavaleiros” do dito esquadrão nem sequer sabia montar a cavalo, foi necessário recorrer aos mercenários de *Tom* e de *Oorlog*, conhecidos “mestres de limpezas”, bem como contratar os bóeres que tinham integrado a campanha de Artur de Paiva no Bié. É claro que os bóeres fizeram valer a lei da oferta e da procura, demonstrando que não estavam em Angola por osmose nacionalista ou em parceria com a colonização portuguesa, pelo que exigiram a duplicação dos honorários e a contratação de um médico⁵⁹. Voluntariou-se o Dr. Pereira do Nascimento, homem dos sete ofícios, alcunhado então por “doutor Maravilhas”, já referenciado em 8.6.

Organizada apressadamente, a coluna de apoio ao Humbe era na sua base constituída por cerca de 60 europeus e era agora comandada pelo temível major Lourenço Justiniano Padrel, em vez do veterano Artur de Paiva. Tendo partido da Huíla, o major Padrel chegou rapidamente à *Tchibemba* (Gambos)⁶⁰, onde conseguiu mobilizar cerca de meio milhar de combatentes angolanos (Damaras e Hereros), folga essa que permitiu dispensar os colonos que tinham sido recrutados na Chibia.

⁵⁶ Acções ocorridas em Março e Abril de 1891.

⁵⁷ A 8 de Março de 1891.

⁵⁸ Nestes recontros, *Luhuna* matou 6 soldados portugueses. PÉLISSIER, René – *As Campanhas Coloniais de Portugal: 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 2006, p. 184.

⁵⁹ *Tom* (*Tswana*), pai de *Oorlog*, fazia um “preço mais barato” pelos seus serviços contra qualquer das partes, ou seja, “apenas por metade do gado roubado...”. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 279.

⁶⁰ Saiu da Huíla a 26 de Abril e chegou à *Tchibemba* (Gambos) no início de Maio. Nessa altura os colonos da Humpata e do Lubango debatiam-se com graves problemas na agricultura: além da falta de chuvas, aparecem as geadas e uma nova praga de gafanhotos vermelhos. CORREIA, Roberto – *Op. cit.*, p. 279.

A coluna partiu da *Tchibemba* (Gambos)⁶¹, e foi inicialmente testada por um frouxo ataque de *Luhuna*, na zona do Tchipelongo, entre a Cahama e o Humbe⁶², o que não impediu Padrel de chegar ao Humbe dois dias depois, após ter passado a ferro e fogo tudo o que encontrou pelo caminho. Aprisionou 4.000 cabeças de gado e depois avançou para o Cuamato, enquanto *Luhuna*, perseguido e sem armamento à altura, fugia para a Dongoena, tornando-se no homem mais procurado de todo o sul de Angola. A partir de então foi desencadeada uma verdadeira “razia” no Humbe e arredores, a qual durou até final de Junho de 1891. *Luhuna*, estupefacto e derrotado pelo assombro, saltou para a outra margem do rio Cunene e refugiou-se entre os Ovambos, detentores de armamento mais moderno, fornecido sem qualquer tipo de restrições por comerciantes portugueses do Humbe, por funantes e outros aventureiros (bóeres, britânicos, escandinavos etc.) que por ali negociavam e caçavam.

Mas a máquina de guerra de Padrel estava disposta a resolver o problema do Humbe nem que para tal tivesse de dizimar os Muhumbes! Entrara no Humbe a matar e não fez mais do que isso, pois não conseguiu produzir senão presos, denunciantes e mortos. E com os Muhumbes “divididos em enterrados, desterrados, encerrados e aterrados”⁶³, Padrel devastou a Dongoena e decidiu que ali fosse construído um forte, enquanto uma parte da coluna, que igualmente atravessara o rio Cunene, continuou a perseguição a *Luhuna* e a apreender bastante gado no Cuamato. E para ganhar a mão ao inimigo e apagar qualquer ideia de aliança anti colonial entre Cuamatos e Cuanhamas, Padrel mandou um dos seus oficiais firmar um intencional “tratado de protecção” com o rei do Cuanhama, *Weyulu*, que, na prática, não foi mais do que a sua submissão incondicional aos desígnios dos portugueses, de modo a não ser deposto ou morto. E como na guerra, como na vida, o medo é o fermento da contenção, *Weyulu* foi realista: sabia que a máquina de guerra não aceitava neutralidades nem mãos limpas, circunstância que o obrigava a aceitar o horror, como quem aceita as cheias do Cunene... E então, entre o horror e a morte, este homem escolheu o horror.

Com o Humbe estarrecido e inerte, Padrel pretendia agora “dividir para reinar”. E por isso prometeu ajudar *Weyulu* a invadir o vizinho Cuamato Grande, onde “reinava” um inimigo comum: *Iquera* ou “*Ikerá*”, que alegadamente roubava gado aos Cuanhamas, que se atrevera a dar protecção a *Luhuna* e que teria declarado ao suíço *Hans Schinz* “que projectava desde há muito tempo liquidar sistematicamente

⁶¹ No dia 8 desse mesmo mês de Maio de 1891.

⁶² A 14 de Maio de 1891.

⁶³ GALEANO, Eduardo – *Días y noches de amor y de guerra*. Madrid: Alianza Editorial S. A. 2007, p. 16.

todos os brancos”⁶⁴. Eram “pecados” demasiado graves, mas que também denunciavam em *Iquera* a inédita noção de um território africano livre de colonos, em discrepância com a reconhecida tradição de desconfiança etnológica (ou de rivalidade) que irremediavelmente separava os diversos povos do sudoeste angolano.

E o rei *Weyulu* iria pôr à disposição de Justiniano Padrel um importante contingente de 3.500 auxiliares, aos quais se juntaram cerca de 500 auxiliares procedentes do Humbe e hostis a *Luhuna*, bem como alguns voluntários Bosquímanos, tendo em vista a invasão do Cuamato Grande. Com este poderoso efectivo, Padrel subestimou o inimigo e decidiu transpor o Cunene através do Vau do Pembe⁶⁵, avançando confiadamente pelo Cuamato Grande, determinado a afogar em sangue o renitente *Iquera* e o seu bem apetrechado exército, ora reforçado pelo apoio do Cuamato Pequeno (do soba *Chatona*). Com *Iquera* envelhecido, foi o filho deste que dissimulou os seus guerreiros (avaliados em cerca de 10.000 homens) nas depressões e árvores das alagadiças chanas, perpetrando um inesperado e inédito ataque nocturno ao acampamento português, que se prolongou por cerca de nove horas⁶⁶. Na circunstância, o maior problema para Padrel era que na obscuridade se disparava ao acaso, facto que neutralizava a vantagem de se possuir artilharia pesada e um armamento de maior precisão⁶⁷. E, ainda por cima, aconteceram duas surpresas desagradáveis durante aquela longa noite de gritos e de fogachos: os dois canhões de Padrel ficaram inutilizados e cerca de dois terços dos homens de *Weyulu* desertaram, o que obrigou Padrel a regressar rapidamente à procedência. Iniciada de imediato a retirada para o rio Cunene, a coluna continuou a ser fustigada de ambos os lados pelos guerreiros Ovambos que, embora conhecendo bem o terreno, não conseguiram apertar suficientemente a tenaz em volta dos fugitivos. O medo, subitamente, tinha mudado de campo!

⁶⁴ PÉLISSIER, René – *As Campanhas Coloniais de Portugal: 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 2006, p. 185-186. Para o Padre *Duparquet*, pelo contrário, *Iquera* era um amigo dos europeus.

⁶⁵ O Vau do Pembe adquirirá notoriedade em 25 de Setembro de 1904 com a batalha do Vau do Pembe, travada entre um “batalhão” do exército português e guerreiros do Cuamato. A força expedicionária portuguesa, expressamente enviada de Lisboa para impor a soberania portuguesa numa zona de forte resistência das populações nativas, era comandada pelo capitão Luís Pinto de Almeida, enquanto os Cuamatos estavam sob as ordens de *Tchetekelo*. O Vau do Pembe situa-se no rio Cunene, nos arredores de *Umpungo*. As forças portuguesas foram então derrotadas em toda a linha, cifrando-se as baixas em cerca de 250 homens, o que corresponde a mais de metade dos combatentes. Trata-se, provavelmente, da mais estrondosa vitória de guerreiros africanos contra o exército português, apenas comparável à Batalha de *Isandhlwana* ganha pelos Zulus contra os ingleses em 1879. Mas a resistência das populações do Cuamato já vinha de longe, talvez desde a década de 1880-1890, quando em Angola surgiram graves desentendimentos entre portugueses e alemães no que concerne à definição da linha de fronteira entre Angola.

⁶⁶ Na noite de 12 para 13 de Junho de 1891.

⁶⁷ Vide ADAS, Michael – *Machines as the Measure of Men: Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1989.

Chegados finalmente ao Humbe, os portugueses fizeram o balanço desta mal sucedida incursão: onze mortos e trinta e um feridos. E como do lado dos invadidos nunca existem cálculos relativamente às baixas sofridas, foram novamente os europeus a fazer estimativas, por sinal bastante jubilosas: os Cuamatos e seus aliados teriam tido 300 ou 400 mortos e outros tantos feridos! Mas a verdade é que Justiniano Padrel passara de predador a presa e escapara por uma unha negra, que *Luhuna* continuava oculto em parte incerta... e que os irredutíveis Cuamatos se tinham convertido num indefectível bastião anti colonial, pois sabiam agora (por efeito nefasto da actuação de Padrel e das suas forças) que os brancos eram o principal inimigo a abater, tal como escreverá em 1907 um bóer que conhecia bem a Ovambolândia:

“O temível Cuamato não queria ter qualquer relação amigável com um único branco. Um comerciante português que tinha ousado penetrar no seu território foi simplesmente assassinado”⁶⁸.

Ora, para as altas expectativas de Padrel, que abandonaria o Humbe com destino à Huíla e seguindo depois para a região do Amboim (onde um temível grupo de rebeldes parecia estar a ganhar força), o resultado final da operação de apoio ao Humbe não deixou de ficar muito aquém do que ele pretendia obter. Após quase cinco meses de uma campanha marcada por inúmeros excessos, entre razias, aprisionamento de crianças⁶⁹ e extorsão de mais de 6.000 bovinos às populações, apenas conseguiu neutralizar temporariamente a revolta no Humbe e “forçar” a vassalização de *Weyulu*, rei do Cuanhama, mas de forma pouco fiável, na medida em que a submissão não ficava escrita nos astros e cedo voltariam as revoltas⁷⁰. Afinal, quem pensasse mal do major Justiniano Padrel, acertava⁷¹.

⁶⁸ MERWE, Petrus van der – *Ons halfeeu in Angola*. Johannesburg: Afrikaanse Pers-Boekhandel, 1951, p. 93-94.

⁶⁹ Depois de reprimir a revolta do Humbe, Padrel avançou para a região do Amboim: Entretanto entregou aos missionários da Huíla as “crianças detidas e não resgatadas”. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 281.

⁷⁰ A paz aparente durou cerca de um mês, pois a 1 de Setembro seguiu uma expedição para o Humbe, comandada pelo capitão Luna de Carvalho, tendo em vista a regularização da situação de revolta que eclodia novamente naquela zona.

⁷¹ No Amboim (norte), Padrel voltou a sobressair pela negativa, pois não conseguiu “subjugar” a denominada “república de salteadores”, essencialmente constituída por grupos de escravos libertos fugidos de diversos locais e que se tinham agregado nas ilhas fluviais do rio Cuvo ou Queve, a norte do *Sumbe* (Novo Redondo). Tendo sido preso em Novembro de 1892 (por ter alegadamente fuzilado um prisioneiro), Padrel regressou ao *Sumbe* (Novo Redondo) em Agosto de 1893, devidamente reforçado. Desta vez acompanharam-no 6 oficiais, 250 atiradores, 16 artilheiros e 196 soldados de segunda linha. Disponha ainda de 500 auxiliares locais e de cerca de 600 homens armados, cedidos por um sertanejo. Invadiu o refúgio do Cuvo, depois de ter conseguido erguer um pontão de troncos por onde acedeu às ilhas de *Chipela* e *Quio* (ou *Guio*), onde se refugiara *N’Hati*, comandante dos insurrectos durante vários anos.

9.5. - A colónia penal e agrícola do Moxico

A situação de abandono em que se encontrava toda a zona central interior de Angola constituía um outro pesadelo estratégico, pelo que se decidiu estabelecer uma colónia penal militar e agrícola no Moxico, de modo a evitar a preocupante expansão inglesa no oeste (ou *far-west...*), a partir da Barotzelândia⁷². Era uma derradeira tentativa de povoar a zona compreendida entre o Alto Cuanza e os afluentes do rio Zambeze, bem como as margens do peculiar rio Cuando até aos rápidos de Katima, quase no extremo sul de Angola⁷³. Mas, como era habitual, só passados vários meses é que foi finalmente designado o chefe do concelho do Ambriz, capitão Frederico César Trigo Teixeira, para proceder à instalação da mencionada colónia penal e militar do Moxico⁷⁴.

Do depósito penal de Luanda saíram então 72 condenados que seguiriam para Benguela e daí para o interior leste, sob a chefia do referido capitão Trigo Teixeira e o comando do tenente Moreira do Carmo⁷⁵. Não havendo soldados para garantir a segurança do grupo colonial e respectiva carga (ferramentas e alguns materiais de construção, transportados em 15 carros bóeres), foi necessário armar os próprios degredados! Vagueando pelo mato e com algumas baixas provocadas por doença, Trigo Teixeira só chegou a Caconda (onde já se encontravam alguns degredados) mês e meio mais tarde, seguindo para o Huambo e depois para Belmonte (Bié), onde os caminhantes fizeram “bivaque”⁷⁶.

Entretanto tinha ocorrido uma primeira tentativa de fuga de alguns dos degredados, logo a seguir capturados, ao contrário de alguns carregadores, mais lesto e conhecedores do terreno, que conseguiram mesmo evadir-se. E como a região do Moxico era um imenso baldio, vazio de homens e terrivelmente assustadora, não

Esforço inglório, na medida em que as referidas ilhas tinham sido previamente abandonadas. Instalou então uma fortificação na ilha de *Sanga*, à qual deu o nome de “Brito Godins”, em “homenagem” ao governador-geral, supostamente seu protector. Mas como a ilha de *Sanga*, tal como as ilhas *Cuvo* e *Uchilo* continuaram a ser dominadas por grupos organizados de escravos libertos e por outros temíveis fugitivos, a efémera fortificação “Brito Godins” logo “nafragou” e teve de ser abandonada, refugiando-se a sua guarnição no forte Capir, situado a norte, no vizinho Amboim. Dois anos depois Padrel reapareceu ao comando de uma coluna enviada pelo governador-geral à região do Dondo, com a missão de proteger os comerciantes de ataques atribuídos a *Phouloque*, no Golungo e em Calulo. A coluna fará muitos prisioneiros e destruições, como era apanágio de Padrel, que regressará ao Dondo sem ter resolvido aquele problema. A 18 de Fevereiro de 1897, Padrel integrará o Conselho Governativo que substituiu Brito Capelo (2º mandato) na governação de Angola.

⁷² Janeiro de 1894. Vide SOUSA DIAS Gastão de – *Ocupação de Angola*. Lisboa: 1944, p. 41.

⁷³ Ver Mapa XV, no final do presente Capítulo.

⁷⁴ Em Agosto de 1894. Ver Mapa XV, n final do presente Capítulo.

⁷⁵ Ainda em Agosto de 1894.

⁷⁶ Chegaram a Caconda a 5 de Outubro de 1894 e a Belmonte a 14 de Novembro.

tardou que todos os carregadores desaparecessem (eram cerca de 1 milhar), bem como metade dos degredados, em cujo íntimo se debatia a liberdade e o medo. Mas depois de tanta canseira, já nada tinham a perder ou a ganhar. Entre os tormentos já passados e a ânsia de chegar e descansar, tinham acumulado muito sofrimento e muito medo, o que fazia com que se tornassem ainda mais penosos os três longos e chuvosos meses que ainda faltavam para que chegassem a bom porto⁷⁷. E quanto mais difícil se tornava a jornada, mais premente se mostrava a chegada, até porque em Luanda, distante e autista, se assistia ao protocolo de posse do governador-geral, interino, Francisco Eugénio Pereira de Miranda, sem tempo para se pensar na situação limite em que se encontrava a expedição de Trigo Teixeira, naquela longa “odisseia” para o Moxico⁷⁸. O que ainda restava daquela esfarrapada e trágica caravana de degredados conseguiu por fim atingir o rio Cuanza em finais de Janeiro de 1895, a caminho do longínquo Moxico, aonde chegaram em precaríssimas condições, após sete meses a caminhar, a cair, a perder-se por aí, à procura de um ponto final. Com mais náufragos do que navegantes, tinham conseguido chegar ao fim de uma atribulada viagem e, finalmente, poderiam descansar⁷⁹.

Contudo, mesmo doentes e fisicamente esgotados, os degredados que restavam ainda foram obrigados a iniciar a construção de um forte para instalação da Estação Agrícola, o qual seria dado por concluído em pouco mais de dois meses⁸⁰. Sobreviver, pensava-se, não tinha valido a pena! E tão degradantes eram as condições daqueles “colonos”, que mereceram a simpatia de alguns sobas da região que em vez de os escorraçarem, como acontecera com alguns missionários protestantes que pretendiam instalar-se naquela região, os toleraram e até presentearam, assim prestando um inesperado e excepcional apoio à causa portuguesa da ocupação⁸¹. Foi a excepção à regra! Mais a mais numa região limítrofe da Barotzelândia, muito condicionada em termos de acessos mas essencial para garantir a posse de territórios em risco na vasta região do Zambeze, desde o posto avançado de Nana Candumbo, a Calunga e Xindimba⁸².

Em Setembro de 1895, partirá de Benguela um segundo contingente de 72 condenados com destino à colónia penal e agrícola do Moxico. Desta vez já

⁷⁷ Trata-se de uma trágica “peregrinação” a fazer lembrar, vagamente, as deambulações de Fernão Mendes Pinto.

⁷⁸ A tomada de posse do governador-geral foi a 21 de Novembro de 1894.

⁷⁹ Chegaram a 2 de Março de 1895.

⁸⁰ A 15 de Maio de 1895!

⁸¹ “[...] Ali se apresentam mais alguns sobas Ganguelas para receberem a bandeira portuguesa, inclusive o soba Lovale, *Iamba-Iamina*, que prestou vassalagem muito satisfeito.” CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 295

⁸² Ver Mapa XV, no final do presente Capítulo. Não foi possível localizar o posto de Xindimba, mencionado em diversos documentos da época colonial.

escortado por militares, o grupo foi atacado no Bailundo por Numa II⁸³, que igualmente atacou a ainda provisória Missão Americana e o forte português, que à data foi defendido pela mulher de Teixeira da Silva⁸⁴. Mas desta vez a resposta dos portugueses não se fez esperar: ainda em Março, as tropas que ali se encontravam em missão de apoio militar atacaram a embala de Numa II, obrigando-o a desaparecer de cena, para nunca mais ser visto.

Retomado o controlo da situação no Bailundo, uma força militar avançou em Abril para o Huambo, em perseguição do soba *Iolundungo*, acusado de atacar diversas caravanas, o qual será convenientemente substituído por *Hundungulu*⁸⁵. E para que não faltassem “povoadores forçados”, foi publicado um Decreto que preconizava a deportação para as colónias dos condenados contra a ordem pública⁸⁶.

9.6. – Os roubos de gado e a peste bovina no final do século XIX

Se a nível de política geral os colonos careciam de informação e formação suficiente, o mesmo não acontecia relativamente às movimentações e acontecimentos de proximidade, susceptíveis de porem em causa a sua segurança e tranquilidade. E, em matéria de vizinhança, as notícias que iam chegando ao Planalto da Huíla, nomeadamente do Humbe e do Cuanhama, eram cada vez menos animadoras, nomeadamente no que concerne a roubos de gado.

Foi nesta conjuntura relativamente desfavorável que portugueses e bóeres se juntaram para perseguir grupos de Hotentotes que haviam roubado gado⁸⁷, tendo conseguido apreender algumas centenas de bois. Quintino Rogado fez o mesmo contra os Bochimanés na região da Cahama, enquanto Artur de Paiva, contrafeito, via com apreensão o pedido do governador de Mossamedes, Marques da Costa, no sentido de ser criada no Lubango uma Companhia de Dragões (Esquadrão de Dragões de Mossamedes)⁸⁸, destinada a “fazer face à agressiva e perigosa presença dos bóeres instalados na Colónia de S. Januário da Humpata e à propalada intenção de mais algumas centenas deles ali se instalarem também.”⁸⁹. Alegava-se agora que

⁸³ 7 de Março de 1896.

⁸⁴ Teixeira da Silva estaria ausente.

⁸⁵ Em Agosto de 1891, Teixeira da Silva e Paiva Couceiro também tinham deposto o rei do Bié, *Capoco*, substituindo-o por *Kalufele*.

⁸⁶ Em Fevereiro de 1896. Maia tarde, a 12 de Agosto de 1896, um 3º grupo de 40 degredados partirá para a Colónia Penal do Moxico, sob o comando do alferes Francisco Augusto Xavier de Moura.

⁸⁷ Início do ano de 1893.

⁸⁸ Com a criação da Companhia de Dragões, no Lubango, extinguir-se-ia o “Esquadrão dos Irregulares da Humpata”.

⁸⁹ CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 286).

a maioria dos bóeres praticava tudo menos a agricultura e que tal actividade apenas servira de pretexto para se apossarem de grandes áreas de terreno no sul de Angola, sem qualquer controlo por parte das “autoridades locais”. E, na verdade, acentuava-se em todo o sudoeste angolano a presença incontrolável de bóeres que se dedicavam à caça de elefantes e ao comércio de marfim e que se faziam acompanhar de pisteiros, caçadores e carregadores de diversas etnias. A estes grupos heterogéneos eram atribuídos muitos roubos de gado e o assassinio de pastores, não só em povoados isolados, mas também na zona do Curoca, bem próximo de Mossamedes. Teriam também atacado e roubado bastante gado aos Mondombes instalados no Giraúl, matando alguns deles e refugiando-se em seguida além Cunene. E, para piorar as coisas, surgiram novos bandos de salteadores, formados por Mucuancalas, Muximbas e Hotentotes (perseguidos por alemães até à fronteira com Angola), que sob as ordens do já conhecido *Tom* ou de seu filho *Oorlog*, pilhavam bastante gado aos europeus. Dombes e Cuvaes (Mucubais) atacaram a fortaleza de Capangombe e as fazendas de “Serra Abaixo” (Humbia), nas faldas da Serra da Chela⁹⁰, generalizando-se o quadro de insegurança que abalava a quase totalidade do sudoeste angolano, de Mossamedes à Cahama.

Mas, curiosamente, foi com as exportações a diversificarem-se e a crescerem⁹¹, que surgiram no Humbe alguns sinais de alarme: uma grave epidemia de peste bovina, a qual ganhou contornos de calamidade pública e perturbou o quotidiano das populações locais que, à falta de melhor explicação para tão terrível morticínio, atribuíram todas as culpas aos brancos e aos missionários!

Em *Windohoeck* (actual Namíbia) o gado dos criadores e comerciantes alemães fora já vacinado, mas o mesmo não acontecera com o dos Hereros, que não aceitavam quaisquer medidas sanitárias de carácter preventivo, pelo que foi proibida a travessia do rio Cunene por gado, de modo a evitar contágios. E o governador de Mossamedes, Francisco Diogo de Sá, mandou então efectuar vacinações de gado no Humbe⁹², por intermédio de uma brigada chefiada pelo capitão médico António Bernardino Roque, a qual seria protegida pelo Esquadrão de Dragões de Mossamedes, constituída por 151 homens e 4 oficiais, sob o comando do capitão José Eugénio da Silva. Mas os Humbles rebelaram-se e atacaram o Esquadrão de Dragões, acusando os brancos de terem provocado a peste bovina, para além de considerarem a dita brigada absolutamente ineficaz (a verdade é que

⁹⁰ Em Dezembro de 1893.

⁹¹ No plano das exportações, saíam entre 5.000 e 6.000 toneladas de café, maioritariamente produzido por angolanos. Seguiu-se a borracha com 2.280 toneladas e o peixe seco a totalizar 1678 toneladas, com o algodão em último lugar, apenas com 133 toneladas. Dados reportados a 1896.

⁹² Em Outubro de 1897.

a mortandade aumentava de dia para dia). Entretanto a peste já tinha alastrado para a *Tchibemba* (Gambos) e chegara mesmo ao Planalto da Huíla⁹³, com o soba do Humbe e outros vizinhos a intensificarem a contestação e a impedirem por todos os meios a acção da brigada de vacinação, que até tinha o apoio do caçador *Erikson*, que utilizava uma “inovadora” técnica de vacinação. E também beneficiava da experiência do proprietário José António Lopes⁹⁴, que conseguira “bons” resultados (50% a 60%), ao contrário do que acontecia com a brigada oficial, chefiada por António Bernardino Roque, cuja técnica se revelava verdadeiramente desastrosa e muito pouco recomendável.

No entanto, por terem surgido graves desentendimentos com as autoridades locais, que não podiam garantir à tropa as necessárias provisões, o inacabado e contestado trabalho da brigada de vacinação foi dado por concluído, sendo o Esquadrão de Dragões de Mossamedes intimado a regressar ao Lubango⁹⁵. A retirada foi deveras descoordenada e o Humbe mergulhou uma vez mais na incerteza que caracterizava aquela instável região.

9.6.1. – Retirada do Humbe e celeuma sobre a morte do conde de Almoester

Portanto, o regresso ao Lubango da brigada de vacinação e do Esquadrão de Dragões foi executado da pior maneira. Com base nos dados que proporciona o relatório de Artur de Paiva apurou-se que a tropa regressou dividida em pelotões, com diversos dias de intervalo, tendo praticado pelo caminho numerosas extorsões e tropelias contra as populações locais⁹⁶. O último pelotão, essencialmente constituído por doentes e convalescentes, era comandado pelo conde de Almoester, neto do duque de Saldanha, chefe do Partido Regenerador. Esse último pelotão foi atacado no seu bivaque, a 12 de Dezembro de 1897, por aldeões que defendiam os seus bens e a sua vida. Só que o conde de Almoester acreditou que podia prosseguir a marcha apesar do tiroteio. Mas esgotaram-se as munições, ainda antes dos sitiados chegarem a ver os seus atacantes, habilmente dissimulados. No dia seguinte, o chefe da brigada de vacinação e um funante da região do Humbe, encontraram, horrorizados, os cadáveres todos nus, desfigurados, negros, inchados,

⁹³ Novembro de 1897.

⁹⁴ Conhecido familiarmente por José Vidigal.

⁹⁵ 11 de Novembro de 1897.

⁹⁶ Vide PAIVA, Artur de – Relatórios das operações de guerra no Humbe no Ano de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, p. 32.

com os crânios esmigalhados e os corpos cheios de golpes. Foram liquidados 19 soldados, 1 sargento e o tenente conde de Almoester.

Ora, a morte em Jamba Camufate do tenente João Carlos Saldanha (conde de Almoester), provocou uma enorme celeuma: por um lado criticava-se a forma e o comportamento das tropas na sua depredadora retirada do Humbe; por outro lado exigia-se uma exemplar acção punitiva, para vingar o conde de Almoester e restantes militares mortos. Mais a mais, iniciara-se mais uma rebelião no Humbe, com o soba a atacar a fortaleza⁹⁷, em vez de punir os rebeldes, como em princípio prometera. Mesmo sem a participação de todos os sobas da região, nomeadamente dos sobas do Mulondo e da Camba, mais preocupados com os bois que morriam aos milhares do que com uma sublevação de consequências imprevisíveis, o certo é que rebelião acompanhava a peste, pois chegava à *Tchibemba* (Gambos) e Catequero, enquanto os portugueses, inseguros mas sedentos de vingança, tentavam reorganizar-se em torno de Artur de Paiva, solicitando reforços urgentes, a enviar por via marítima⁹⁸.

Assim, foi em plena época das chuvas que se mobilizaram os meios e as forças disponíveis, de modo a poder iniciar-se a deslocação de Artur de Paiva da Huíla para a vizinha Chibia, acompanhado pelo major Oliveira Leitão e quase uma vintena de oficiais⁹⁹. E daí seguiram para o Humbe, com uma coluna constituída por 50 carros bóeres, 5 peças de artilharia e 30 artilheiros, 120 “Dragões” a cavalo e 280 “Caçadores”. A coluna integrava ainda uma centena de colonos portugueses, 40 bóeres, mais de 600 homens do bando de *Oorlog* e muitos carregadores, num total superior a 1.200 homens, o que era mais do que suficiente para desbaratar as populações do Humbe, que pontualmente continuavam a atacar a fortaleza.

Avançando lentamente (4-5 km por dia), a poderosa coluna conseguiu chegar ao Humbe sem encontrar resistências de maior, excepto no Munhandi e no Catequero onde sofreu alguns ataques mais sérios, pelo que passou a destruir e a incendiar os aldeamentos considerados hostis¹⁰⁰. Nos quatro meses que se seguiram e perante a débil oposição de populações enfraquecidas pela fome resultante da peste bovina, Artur de Paiva procedeu a uma “limpeza” da região, arrasando diversas aldeias julgadas rebeldes, fazendo centenas de prisioneiros e, como era habitual, capturando, aproximadamente, 1500 cabeças de gado aos autóctones¹⁰¹. Em Março,

⁹⁷ Entre 15 e 20 de Dezembro. Durante o ano de 1897, foi cancelado o recém-criado concelho do Quipungo, que voltou de novo a fazer parte do concelho do Humbe.

⁹⁸ Em Janeiro de 1898. Era então Chefe do Estado-Maior em Angola Alves Roçadas, que na altura enfrentava algumas revoltas no reino dos Jingas.

⁹⁹ Em finais de Janeiro de 1898.

¹⁰⁰ A coluna chegou à região do Humbe a 14 de Fevereiro de 1898, atingindo a fortaleza 9 dias depois.

¹⁰¹ Algumas centenas de prisioneiros foram encaminhadas para o Planalto da Huíla. Uma parte desses prisioneiros seguiu depois para as plantações de cacau de S. Tomé.

Muhumbes e Cuamatos já fugiam espavoridos, sendo perseguidos até ao Cafú e Catequero, não avançando a coluna por causa das cheias¹⁰². Contudo, o balanço desta operação eminentemente punitiva foi trágico para os Muhumbes e seus aliados, que perderam entre 500 a 800 pessoas; mas também saiu cara (não só do ponto de vista orçamental) aos portugueses, que não contavam com tanta chuva, os pesados barros negros, as nuvens de mosquitos e as doenças tropicais. Nesta acção os portugueses registaram a perda de 12 homens (8 mortos e 4 desaparecidos), mas mais de 70 europeus morreram por doença.

E foi então que o coronel Artur de Paiva se sentiu estafado. Exausto, desiludido¹⁰³ e gravemente enfermo, deu por terminada a campanha e começou a retirada do Humbe, sem contudo ter conseguido fazer a “purificação pelo fogo” da difícil e arriscada zona do Mulondo, a caminho de Capelongo¹⁰⁴. Tudo por causa da chuva. Esgotados e famintos, os “retirantes” chegaram à Chibia no primeiro dia de Agosto, deixando para trás uma região supostamente pacificada, em que o apoio dos Cuanhamas, em especial do rei *Weyulu*, sem ser fundamental, pesara no desfecho final¹⁰⁵.

9.7. - O novo “Código do Trabalho” e o “trabalho voluntário”

Aproximava-se a viragem para o século XX quando foi publicada uma Portaria sobre o Trabalho Regular dos Indígenas e das violências que contra eles eram praticadas, sendo então nomeada uma Comissão, sob a presidência de António Ennes, para preparar um relatório¹⁰⁶. Mas só passado mais de 1 ano é que o novo Regulamento do Trabalho dos Indígenas (designado por “Código do Trabalho”) ficou concluído¹⁰⁷. Nele se recomendava o serviço obrigatório - no caso de não ser exercido livremente em qualquer profissão -, sob pena da autoridade governativa

¹⁰² Entretanto, decorriam em Angola outras operações, de menor envergadura: em Fevereiro o chefe de Caconda, tenente Azevedo Pinho, acusado ter desencadeado uma injustificada operação contra a região de Caluquembe, foi substituído pelo alferes Francisco António Correia. E em Abril, uma coluna chefiada por um sargento foi capturada em Cassange.

¹⁰³ Nas suas “Memórias” afirmou: “*o nosso exército em África é o mais incompetente para governar os nossos domínios ou fazer-se respeitar*”. Vitimado pelas febres contraídas na campanha do Humbe, morreu a 1 de Outubro de 1900 no seu regresso para Lisboa, em águas de Cabo Verde, onde foi lançado o seu corpo perante honras militares e os olhares da sua mulher e da filha.

¹⁰⁴ A campanha foi dada por concluída a 20 de Junho de 1898 e a retirada começou a 11 de Julho. Em Outubro de 1898 o chefe da *Tchibemba* (Gambos), Quintino Rogado, visitou o soba do Mulondo, *Hangalo*, irmão do soba *Dungula*. Ver Mapa XV, no final do presente Capítulo.

¹⁰⁵ No final do ano de 1899 os Cuanhamas atacaram novamente diversos povoamentos.

¹⁰⁶ 26 de Outubro de 1898.

¹⁰⁷ A 9 de Novembro de 1899.

poder impor um determinado serviço público ou mesmo particular. Além de consubstanciar um certo recuo relativamente à aplicação da lei anterior, era visível a intenção de resolver o problema da falta de mão-de-obra, não só nas obras públicas, como também na agricultura e na indústria.

O recrutamento de mão-de-obra dita “voluntária” passou então a ser efectuado por intermédio de agentes administrativos (chefes de posto) e dos seus auxiliares (cipaios e outros). Mas, na realidade, muitas das vezes não se tratava de voluntários, senão de “voluntários à corda”, pois alguns deles eram presos por pequenas questões, por vezes forjadas ou mesmo previamente combinadas, sendo-lhes então aplicada a pena de trabalho público, quer na reparação e capina de estradas, quer obrigando-os a seguir para as longínquas fazendas e indústrias pertencentes a companhias ou empresas majestáticas, ainda por cima com perda dos direitos de posse dos terrenos em que habitavam e cultivavam, ou das suas pequenas explorações agrícolas e pecuárias, quase sempre de mera subsistência. Muitos destes condenados sem culpa formada eram desterrados para as desérticas regiões piscatórias de Mossamedes, *Tombua* (Porto Alexandre)¹⁰⁸ e Baía dos Tigres, onde lhes era permitido andarem em liberdade, uma vez que não tinham grandes hipóteses de sobrevivência em caso de fuga. Outros iam parar ao circuito de produção e comércio da borracha, que depois de alguns anos em que declinaram as exportações, recuperava e atingia valores significativos, que eram maioritariamente escoados através dos portos do Ambriz e de Luanda, para aonde era então levada na forma de pequenas bolas¹⁰⁹.

E com a entrada em vigor do novo “Código de Trabalho”, iniciou-se um novo ciclo nas relações entre angolanos e portugueses. O governo central proibira o uso de qualquer arma sem a respectiva licença¹¹⁰, assim se circunscrevendo o seu porte quase só aos brancos, “pardos e mulatos”. No Bailundo, no Huambo e no Bié persistiam os assaltos, exactamente no ano em que a exportação de borracha recuperava e atingia o extraordinário valor de 4.000 toneladas, pelo que foi necessário tomar medidas que protegessem as caravanas. O Dr. J. Pereira do Nascimento foi nomeado “explorador naturalista” de Angola, avançado a meio do ano de 1899 para o antigo Reino Jinga, onde há meio século não penetrava nenhum branco, assim se

¹⁰⁸ Em 1899 chegaram a Porto Alexandre algumas casas de madeira fabricadas em Portugal.

¹⁰⁹ Um *mutari* era igual a duas enfiadas dessas bolas (cada uma com 10 bolas), correspondendo a dois ou três dias de trabalho duma mulher; um *hamani-dundo* correspondia a 10 *mutaris* e a cerca de 100 bolas, com o peso total de aproximadamente vinte quilos. Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 316.

¹¹⁰ A 26 de Abril de 1898, a P.P. nº 144, regulara a importação de armas e munições.

demonstrando, uma vez mais, que a ausência de gente era a marca original da colonização portuguesa¹¹¹!...

No final do século XIX, portanto, os portugueses só controlavam em Angola uma área muito restrita, correspondente apenas a 5% do seu imenso território, muito embora considerassem “avassaladas” cerca de 900.000 pessoas¹¹². A população europeia não ultrapassava as 10.000 pessoas, sendo que quase 1.500 eram degredados, incluindo cerca de 270 mulheres. A população do Distrito de Luanda era de 28.170 habitantes (com 3.479 brancos), estando 2.438 na cidade¹¹³. A restante população branca, por distritos, distribuía-se da seguinte forma:

- Benguela, incluindo Catumbela e Caconda, com um total de 1.287;
- Lunda, incluindo Malange e *Calandula* (Duque de Bragança), com 146;
- Mossamedes, incluindo Mossamedes, Huíla, Humpata, e *Tombua* (Porto Alexandre) com 3.948, sendo que no Lubango residiriam 1.248 brancos e, surpreendentemente, apenas 327 africanos;
- Congo, onde estariam 337 europeus.

Se compararmos estes números com os dados referentes ao Transval, um território a norte do rio *Vaal*, com cerca de 200.000 km² (6 vezes menor que Angola) com a capital em Pretória, ocupado por 800.000 negros e 300.000 brancos (maioritariamente bóeres e ingleses), com cerca de 4.000 a desempenharem funções de carácter público e que à data já possuía 1250 km de linha-férrea¹¹⁴ e 8.000 km de linhas telegráficas, concluir-se-á que a colonização em Angola era pouco mais que simbólica. Talvez por isso, no início do século XX o centro e o sul de Angola estarão a ferro e fogo. Matéria empolgante e vastamente documentada, que obviamente ultrapassa o âmbito do presente trabalho.

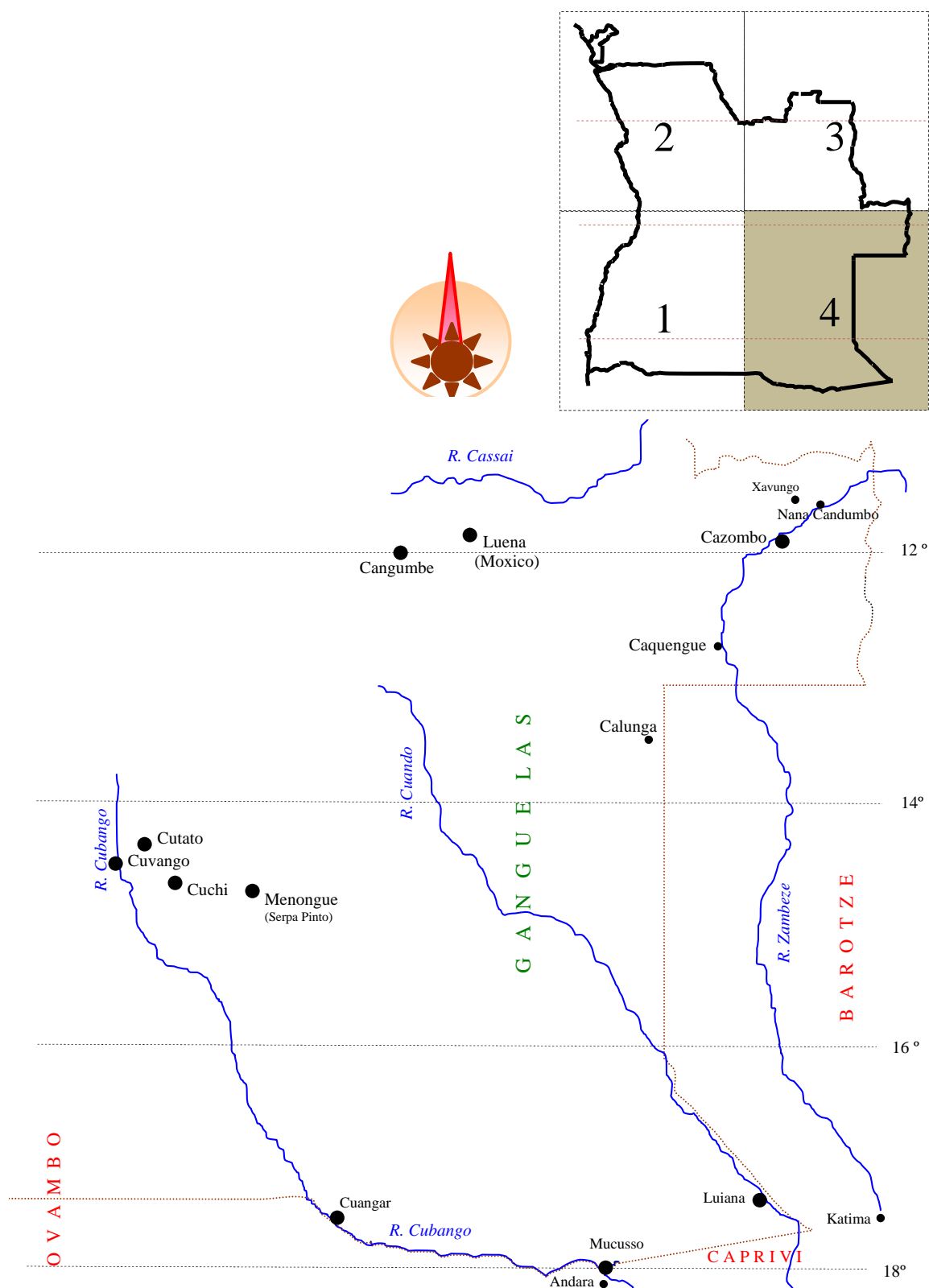
¹¹¹ *John Gossweiller*, natural da Suíça, ilustre naturalista com renome internacional, foi contratado (1900) para montar uma Estação de Aclimação de Plantas em Angola, o que não se concretizou, tendo seguido para Cazengo, Ambaca e Malange para dar assistência técnica aos agricultores. Fundou então a Estação de Cultura Algodoeira, em Catete.

¹¹² Segundo os cálculos portugueses a população total de Angola seria de cerca de 1 milhão de pessoas, após uma tremenda devastação provocada pela “doença do sono” que havia eliminado quase 50%, principalmente nas zonas marginais do rio Cuanza e na zona norte (Zaire e Congo).

¹¹³ A 2 de Março de 1889 chegara finalmente a Luanda água canalizada do rio Bengo, a partir de Quifangondo, depois de vários anos de estudos e de diversos trabalhos de instalação de condutas. O plano de abastecimento de água a Luanda datava de 1753! *Vide* CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol, p. 262.

¹¹⁴ Só a 17 de Agosto de 1899 foi autorizada a construção do Caminho-de-Ferro de Benguela, do Lobito para Caconda, num percurso de 220 km. Seria financiado por impostos lançados em Portugal e Angola sobre a borracha exportada, a produção de álcool ou a importação de bebidas alcoólicas, a exportação do algodão e a venda de terrenos marginais à linha. Foi ainda autorizado um estudo duma linha-férrea a partir do porto da Baía dos Tigres para leste, até ao longínquo Cuangar. Ver Mapa XV.

Mapa XV – Principais referências geográficas do sudeste de Angola no final do século XIX



FONTE: Documentação referida no Mapa I; Carta de Angola (escala 1:500.000), elaborada pela Missão Geográfica de Angola; Mapa de Angola (Escala: 1:4.000.000), elaborado pelos Serviços Geográficos e Cadastrais de Angola. Compilação e organização gráfica de Jaime Gomes e José de Azevedo.

Capítulo 10 – Envolvimento político e económico internacional

10.1. - A partilha europeia da África meridional: delimitação de fronteiras

A instalação no Lubango da primeira colónia madeirense, em Janeiro de 1885, não perturbava minimamente a rotina do então governador-geral Ferreira do Amaral, apontado por alguns autores como governante dedicado e profícuo. Só que à data da colonização madeirense estava mais empenhado numa supérflua discussão com o ministro da Marinha e Ultramar, sobre a obrigatoriedade de serem vendidas ou não as ofertas que os sobas entregavam regularmente aos governadores dos distritos! O governante considerava que as ofertas eram correntes em Mossamedes e Benguela, e que tal prática não configurava qualquer desonestidade:

“o que está em pratica há muito tempo, tanto em Benguela, como em Mossamedes e os governadores d’aqueles distritos não são nem mais, nem menos honestos do que o governador geral”[...]¹.

No entanto, se sobejava retórica, faltava a valorização de prioridades, pois o que estava em causa era a defesa dos interesses de Portugal, nomeadamente quando se dirimiam direitos de controlo de territórios pretendidos por outras nações europeias. Ainda assim, avançou-se com a apresentação do Tratado de Simulambuco (Cabinda)², processo que foi de imediato contestado por personalidades de Cabinda³, que se aliaram aos ingleses, igualmente interessados na posse daquele pequeno território e que de imediato assinaram tratados de amizade muito similares. E na margem esquerda da foz do rio Zaire, bem perto de Cabinda, em *Soyo* (Santo António do Zaire), também crescia a contestação aos portugueses, com a Missão dos Espiritanos a ser encerrada, depois dos missionários terem sido acusados de impedirem as chuvas!

Simultaneamente e a nível de estratégias mais globais, centralizadas na assumida intenção de partilha da África meridional por alguns países europeus, os governos da Inglaterra, França e Alemanha, iam aconselhando o governo português a fazer um

¹ CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 231.

² 22 de Janeiro de 1885. O Tratado foi assinado a 1 de Fevereiro de 1885.

³ A 6 de Fevereiro de 1885.

acordo com a Associação Internacional do Congo (ex-Associação Internacional Africana). Os franceses também tinham cedido às pretensões da referida Associação, pelo que Portugal se encontrava absolutamente desalinhado, a nível de posicionamento estratégico na África central e austral⁴.

Por conseguinte, o acontecimento internacional considerado mais relevante na altura em que os colonos madeirenses (completamente alheados do que se passava no exterior) demarcavam os primeiros 17 hectares da futura cidadela do Lubango, ocorreu durante o encerramento da Conferência de Berlim, quando se aceitou oficialmente a reconversão da Associação Internacional do Congo em Estado Independente do Congo⁵. Portugal foi então seriamente prejudicado e isolado no cenário internacional, pois a Conferência nem sequer concedeu a Portugal a posse da Lunda, onde Henrique de Carvalho, nascido equivocadamente de século e de continente, conseguira negociar um exemplar tratado de ocupação pacífica⁶! E a peregrina intenção de se ligar Angola a Moçambique, também não obteve na Conferência qualquer sinal de aprovação, pois tudo se resumia a uma questão de efectivo poder, na medida em que África era um negócio europeu que já não passava pela Península Ibérica⁷. E à data Portugal dispunha apenas de 32 navios a vapor e 12 à vela, integrando cerca de 3.500 marinheiros, pelo que deixara de ser ouvido a nível internacional, isolamento que tentará compensar, no cenário africano, com a aprovação do chamado Acto Adicional, reportado à igualdade de direitos dos indígenas (24 de Julho de 1885), e com a conclusão da ligação telegráfica por cabo submarino entre Luanda e a cidade do Cabo, passando por *Sumbe* (Novo Redondo), Benguela e Mossamedes⁸.

No sul de Angola, no entanto, o desconhecimento da real situação em que se encontrava Portugal era profundo. Enquanto os políticos de Lisboa continuavam a insistir numa fronteira natural (rio Cunene), que dividiria artificialmente o Cuanhama e o Cuamato⁹, as desinformadas e alheadas populações de Capangombe (Serra Abaixo), Huíla e Humpata, além de outras, solicitavam por “abaixo-assinado” a recondução do governador-geral Ferreira do Amaral, enaltecendo a sua obra em Angola. De resto,

⁴ Sobre a génese de um mundo mais concorrencial, vide BAYLY, Christopher Alan – *The Birth of the Modern World: Global Connections and Comparisons, 1780-1914*. Maiden, MA and Oxford: Blackwell, 2004.

⁵ Data de 20 de Julho de 1885, a Lei que ratifica o Acto Geral da Conferência de Berlim, realizada em 23/26 de Fevereiro desse mesmo ano. O Acto Geral foi assinado pelos 14 países que participaram na Conferência.

⁶ Henrique de Carvalho viria a ser “punido” por manter com as populações indígenas um relacionamento considerado demasiado brando e amigável.

⁷ O controverso “Mapa cor-de-rosa” ainda não tinha sido apresentado na Câmara de Deputados portuguesa. Só a 20 de Fevereiro de 1886 é que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, apresentou na Câmara dos Deputados o mapa de África em que Angola e Moçambique se mostram ligados entre si, assinalando-se esse território a cor-de-rosa. Ver “Mapa cor-de-rosa” em Anexo 3.2.

⁸ A ligação ao Cabo foi dada por concluída a meio do ano de 1885. Em Outubro de 1886, continuará a montagem do cabo submarino desde o Cabo da Boa Esperança à Europa.

⁹ A discussão pública desta matéria ocorreu em 1886.

sem qualquer resultado palpável, pois Ferreira do Amaral deixará o governo de Angola, por ter sido nomeado governador-geral da Índia. Consequentemente, tomou posse em Janeiro de 1886, um Conselho Governativo transitório constituído por D. António Leitão e Castro, Adelino Antero de Sá, Paiva de Andrade e Gomes Coelho, seguindo-se a tomada de posse do novo governador-geral, Guilherme Augusto de Brito Capelo¹⁰.

Desde cedo acometido pelo desejo de “mostrar serviço”, Brito Capelo evidenciou uma apurada habilidade diplomática, pois passados escassos dias sobre a sua entrada em funções, foi assinada a Convenção Franco Portuguesa sobre Cabinda¹¹, onde também se reconhecia a Portugal o direito de utilizar os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique, com o célebre “Mapa cor-de-rosa” a ser intencionalmente anexado aos protocolos das reuniões e não ao Tratado acima mencionado. Embora a França reconhecesse a existência de sinais de ocupação em determinados espaços do interior, tal habilidade não passou despercebida à Alemanha e à Inglaterra, que solicitaram a imediata anulação do Acto. Em primeiro lugar por grosseiro incumprimento do estipulado na Conferência de Berlim, ou, mais concretamente, por falta de “ocupação efectiva” de grande parte do território abrangido pelo “Mapa cor-de-rosa”, o que era um facto indesmentível¹². E, em segundo lugar, porque os tratos perpetrados pela Alemanha e Inglaterra com alguns sobas daquela vasta zona, não poderiam ser pura e simplesmente ignorados. Mais a mais, de acordo com a Conferência de Berlim, o reconhecimento dos direitos portugueses ao espaço territorial entre Angola e Moçambique só poderia ser feito desde que a ocupação dos mesmos não fosse contestada por uma terceira potência estrangeira, condição que, implicitamente, deixava de ser uma evidência. E como a fronteira sul continuava sem estar devidamente definida, foi assinada a chamada “Convenção dos Limites” (ou Tratado de Berlim), entre Portugal e a Alemanha¹³, na qual foi delimitada a fronteira do sul de Angola, a saber: pelo curso natural do Cunene, desde a sua foz no Paralelo 18° [e não no Cabo Frio (18° 24’), como pretendiam os portugueses], até às cataratas do Ruacaná, a sul do Humbe.

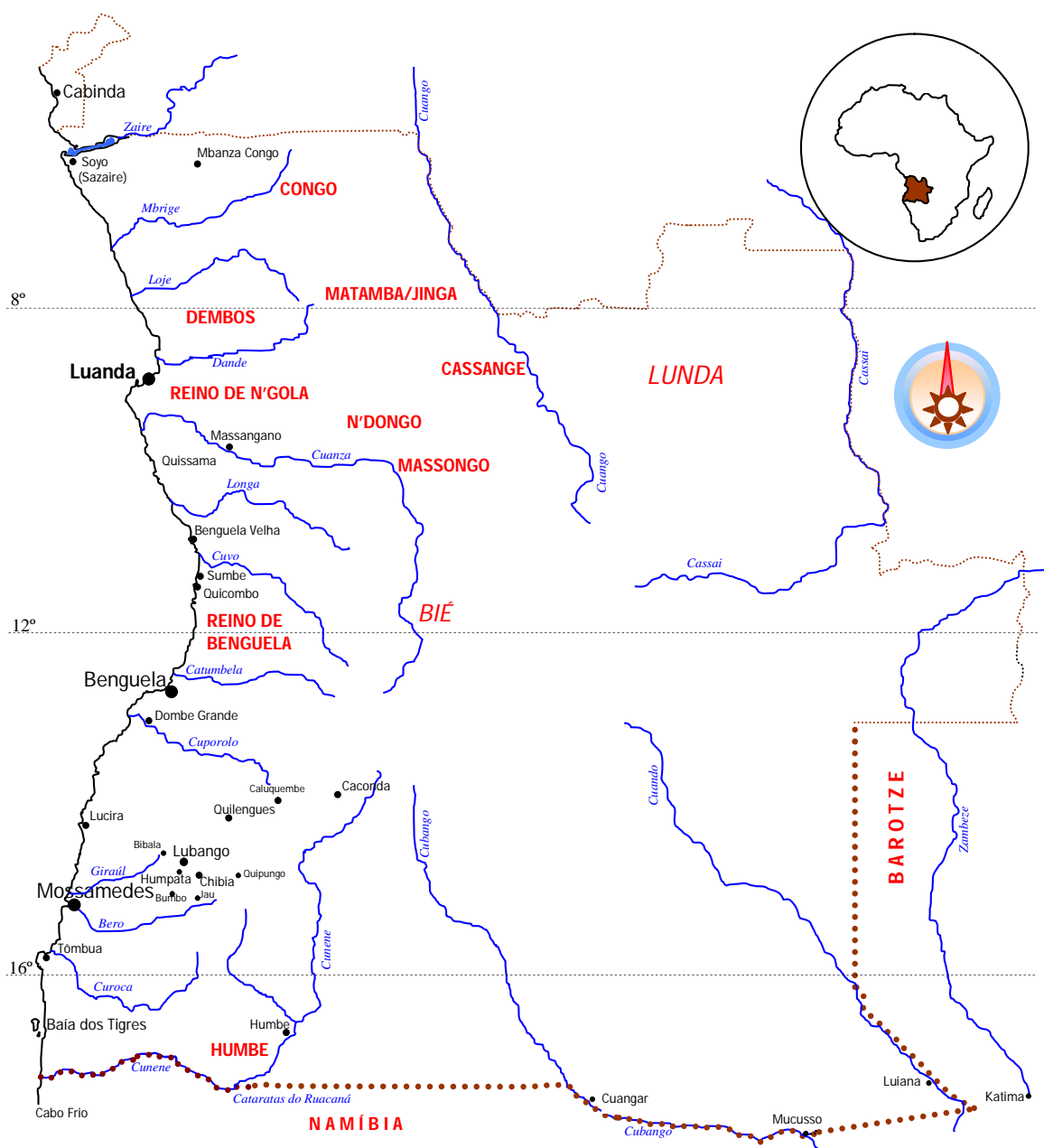
¹⁰ Brito Capelo só tomará posse a 30 de Abril. Esteve no governo do distrito do Zaire em 1885 e era irmão do explorador Hermenegildo Capelo. Por motivo de doença ausentar-se-á para Lisboa em 17 de Janeiro de 1891, sendo então substituído interinamente por Jaime Lobo de Brito Godins. Regressará a Luanda a 14 de Dezembro, retomando o seu cargo.

¹¹ A 12 de Maio de 1886.

¹² O “Mapa cor-de-rosa” fora desenhado na convicção de que a distância entre os dois territórios sob o domínio português era bastante menor. Esta suposição era partilhada por todos os actores que se encontravam no terreno. A realidade é que em meados de 1886 os portugueses ainda faziam as primeiras tentativas para ocupar a zona entre o Cunene e o Cubango, recorrendo, se fosse possível, ao recrutamento de bóeres para poderem demonstrar a presença de europeus naquela região, como se referiu no Capítulo 8. Ver fotocópia do “Mapa cor-de-rosa original”, em Anexo 3.2.

¹³ Assinada em 30 de Dezembro, pelo barão de *Schmitztal* e pelo ministro português Barros Gomes. A Convenção dos limites será ratificada a 14 de Julho do ano seguinte (1887).

Mapa XVI – Limites das fronteiras sul e leste de Angola



FONTE: Mapa de Bourguignon d'Anville (1732) (Mota, 1964); Mapa de Pinheiro Furtado (1790) (Mota, 1964); Mapa etnográfico de Ferreira Diniz (1918). Dados coligidos e grafados por José de Azevedo e Jaime Gomes.

Constava que os alemães pretendiam controlar as quedas do Ruacaná, de elevado potencial hidráulico, alegando então que a ocupação portuguesa atingia apenas os rápidos de Nanguari e não as cobiçadas cataratas.

Das cataratas do Ruacaná (serra de Cana ou Cambele), a linha de fronteira seguia depois pelo Paralelo 18° até encontrar o rio Cubango (sensivelmente a norte do posto do Cuangar), de onde seguiria o curso deste rio até ao Mucusso. E daí em linha recta até ao rio Cuando, mas acima do Paralelo 18°, entre Sicosi e Luiana, até ao rio Zambeze, nos rápidos de *Katima*. Sobre a divisão artificial do Cuanhama e do Cuamato, o historiador René Pélissier tece o seguinte comentário:

“Esta avidez cartográfica dos Portugueses de 1886 custar-lhes-á dezenas de milhões de francos-ouro e, provavelmente, mais de mil soldados europeus mortos, caídos ou pelo menos enterrados numa terra ingrata e sem grande valor estratégico. Eles tentarão em 1895 cortar a maçã em duas, oferecendo aos Alemães o Cuamato em troca da totalidade do Cuanhama. Prudentes ou avisados, os Alemães não deram seguimento ao assunto. Mais tarde, Berlim irá cobiçar todo o Sul de Angola.” [...]¹⁴.

Portugal cedia uma razoável fatia a sul, entre os limites do Cabo Frio e o curso do rio Cunene mas, apesar de tudo, menos do que pretendiam os alemães. Por sua vez, os alemães consolidavam as fronteiras do futuro Sudoeste Africano e, em contrapartida, reconsideravam a sua posição quanto aos territórios abrangidos pelo “Mapa cor-de-rosa”, (desta vez anexo ao Tratado), reconhecendo os direitos de Portugal a uma limitada faixa, ou “corredor” de ligação. A leste o limite era o curso inferior do rio Cuando até ao cruzamento com o Meridiano 22° a leste de *Gw.*, seguindo por este até 23° 11’ a leste de *Gw.*, e separando, à partida, Angola e o reino do Barotze.

Para além desta definição da fronteira sul, que corresponde *grosso modum* às fronteiras actuais de Angola, nesta altura apenas se registou o facto da Sociedade de Geografia de Lisboa estar a estudar um plano de colonização do sul de Angola, enquanto na região de Mossamedes, prosseguia o trabalho de reconhecimento do rio Bero e seus afluentes (Saiona e Cacuio).

10.1.1. – Contestação do “Mapa cor-de-rosa”: incapacidade do exército português

Por razões de estratégia económica assistiu-se à transferência de Silva Porto para a zona da Lunda onde ainda conseguia fazer negócios com marfim, cuja oferta caíra drasticamente, na razão inversa em que florescia o negócio da “borracha vermelha”,

¹⁴ PÉLISSIER, René – *As Campanhas Coloniais de Portugal: 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 2006, p. 58 e 59.

maioritariamente controlado pelos Ovimbundos. Era a “febre da borracha”, com as regiões do Baixo Cunene e do Baixo Cubango, do *Kuito* (Cuito) e do Cuando, a registarem elevadíssimas produções¹⁵.

Mas, como era esperável, a Inglaterra continuava a rejeitar liminarmente o plano do “Mapa cor-de-rosa”, uma vez que colidia com o projecto do explorador inglês *Cecil Rhodes* de unir o Cairo ao Cabo através de uma linha-férrea¹⁶.

Para Portugal, portanto, o ano de 1887 começou mal, com a Inglaterra a protestar por não ter sido consultada sobre o Tratado de Berlim, considerando-se gravemente lesada¹⁷. Seguiu-se a 1ª Conferência Colonial, em que os portugueses recuperaram o posto da Chimenha, na margem esquerda do rio Cubango, até então ocupado pelos alemães. Por mútuo acordo foi então fixado um “corredor” com 10 quilómetros de largura, que deveria funcionar como “zona neutra”, entre o Paralelo do Cuangar, o Paralelo da Chimenha e o forte alemão de *Namutoni*, território que corresponde à zona ocupada pela conhecida Faixa de *Caprivi*, assinalada no Mapa XV. E, pouco tempo depois, Portugal e a França também chegaram a acordo sobre as suas fronteiras nos territórios da costa ocidental de África.

Ironicamente, portanto, só a “aliada” Inglaterra se mantinha em desacordo com Portugal, como atesta a bem fundamentada apresentação por *Lord Salisbury* de um protesto a Portugal¹⁸, sobre a zona do interior considerada “esfera de influência” dos portugueses (situada entre Angola e Moçambique), o que naturalmente punha em causa o plano britânico de ter o controlo da África central, nomeadamente da zona dos Matebeles e Machonas, ambos sob o domínio do poderoso rei *Lobengula*¹⁹. Não existindo uma ocupação efectiva daquele território pelos portugueses - argumentava *Lord Salisbury* - contrariava-se de forma flagrante o princípio do Acto Geral, na medida

¹⁵ A borracha vermelha era também conhecida por borracha dos Ganguelas ou, mais vulgarmente, como “borracha das ervas”. A borracha era extraída de várias espécies vegetais, nomeadamente: *A Mulemba (Ficus elastica)*, disseminada por todo o lado; a *Otalamba (Landolfia chilorriza, Stapf)*; e o *Vivungo* ou borracha das ervas (*Carpodinus gracilis Stapf*), todas elas devidamente identificadas pelos trabalhos de *John Gossweiler* e *Dr. Stapf*. Era extraída dos seus rizomas, nalguns casos bastante alargados. A *Otalamba* encontrava-se desde o oeste a leste, desde o rio Cuebe até ao rio Zambeze e ainda de sul a norte desde o Paralelo 15° 30' às nascentes dos afluentes do Zaire. O *Vivungo* encontrava-se numa extensa área de quase todo o território, compreendida entre os Paralelos 15° e 20°. Sendo arbusto de longos rizomas e de fácil desenvolvimento, constituía assim um farto manancial a ser explorado, em especial nas zonas dos afluentes do Cunene, Cubango e Cuando. Uma outra espécie, conhecida vulgarmente por *Otarampa*, era a *Carpodinus chylorrhiza, K. Schun*, espontânea das chanas dos Ganguelas, sendo o látex extraído da sua parte subterrânea.

¹⁶ RODRIGUES, António Simões (Coordenador) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. E Autores, 1994, p. 229.

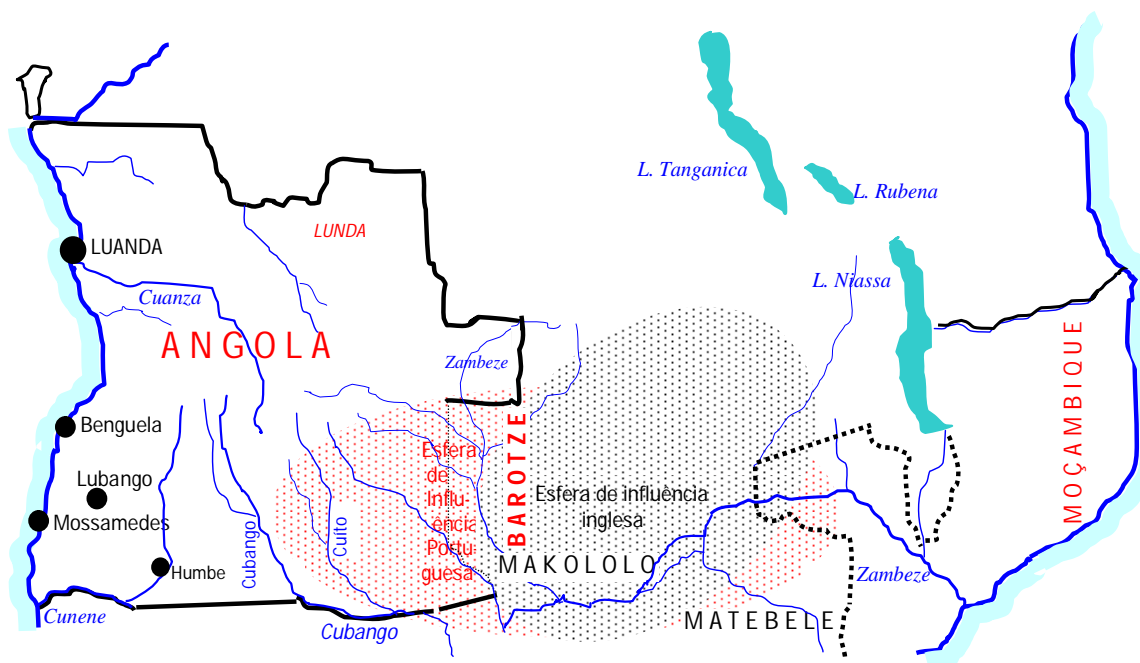
¹⁷ A morte do influente conselheiro do rei de Portugal, chefe do Partido Regenerador e primeiro titular das Obras Públicas, António Maria Fontes Pereira de Melo, também agravou o desconforto nacional.

¹⁸ Em 13 de Agosto de 1887.

¹⁹ No início de 1888, foi feito um Tratado entre a Inglaterra e o régulo *Lobengula*, colocando a Machona sob influência inglesa, sob protesto inútil do cônsul português no Cairo. Vide RODRIGUES, António Simões (Coordenador) – *Op. cit.*, p. 230.

em que o conceito de “esfera de influência” se aplicava apenas a territórios do litoral africano.

Mapa XVII – Sobreposição de “esferas de influência” no Barotze



FONTE: LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 2002. 2 vol; MAPS ETC: *Native Territories and European Possessions in Africa, 1876* [Mapa Africa by A. V. Steinwehr]. [consult. 7 Fev. 2014]. Disponível na [www:http://<etc.edu/ maps/5300/5338/5338.htm>](http://etc.edu/maps/5300/5338/5338.htm). Dados Coligidos e grafados por José de Azevedo.

Não se sabe se intencionalmente, três meses depois²⁰, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique Barros Gomes, apresentou à Câmara dos Deputados as Convenções de 12 de Maio e de 30 de Dezembro de 1886, assinadas com a França e a Alemanha, acompanhadas da carta da “África Meridional Portuguesa”, onde figurava o controverso “Mapa cor-de-rosa,” ostensivamente assinalado. Mas os ingleses queixaram-se de Portugal, acusando as tropas de Serpa Pinto de atacarem os “Macokolos”, um povo que os britânicos consideravam sob a sua protecção. Portugal só responderá a esta acusação dois anos depois, de forma visivelmente displicente, facto que deverá ter contribuído para precipitar o Ultimato inglês, de Janeiro de 1890.

No entanto, de parte a parte, toda esta sobrançeria diplomática a alto nível carecia de autenticidade prática no plano geral de ocupação efectiva de toda a África meridional. A capital de Angola, Luanda, tinha um total de 14.500 habitantes e em

²⁰ Em Novembro de 1887.

Benguela residiam apenas 270 europeus (incluindo 40 antigos degredados), 650 mestiços e 400 negros, enquanto na vizinha Catumbela havia 65 europeus, 30 a 50 mestiços e cerca de 1.900 negros, a maioria dos quais trabalhavam nas plantações de cana sacarina e no porto do Lobito²¹. E no interior de Angola a disparidade era ainda mais acentuada: no concelho de Caconda, residiam 56 europeus e uns 100 mestiços, sendo a população total de 26.500 habitantes. Em Quilengues, finalmente, residiam apenas 4 europeus e 10 mestiços para uma população total de 18.000 habitantes²²! Por estes simples dados pode calcular-se a “fraquíssima colonização” efectuada a sul de Benguela, admitindo-se que só a violenta repressão das populações podia garantir a permanência de europeus naquelas paragens.

Portanto, por muito pacíficos que fossem os habitantes destes povoamentos (e não era o caso), multiplicavam-se os inevitáveis confrontos e agravavam-se os graves desequilíbrios sociais existentes nas colónias, para os quais Portugal não tinha qualquer capacidade de resposta. De resto, se nos reportarmos ao Exército português, as suas debilidades e insuficiências não restam dúvidas sobre a vacuidade das posições assumidas pela habitual verborreia política e militar. O Exército português era formalmente constituído por um total de 26.677 homens, mas apenas cerca de 18.000 prestava serviço regular. O ultramar contava teoricamente com 10.000 militares, dos quais apenas 1.193 seriam europeus. Por esta altura e até meados da década de 1890, os oficiais e sargentos portugueses partiam para as colónias na mira de uma progressão mais rápida e possibilidade de enriquecimento, mais ou menos obscuro, facto que gerava dificuldades acrescidas no relacionamento com os povos africanos. Sobre esta problemática, o historiador *Charles Voguel* afirmou em 1860:

“Um grave inconveniente deriva do facto de Portugal estar longe de possuir os meios de recompensar largamente os seus servidores, como a rica Inglaterra nas suas possessões na Índia. Não podendo atribuir à maioria deles senão vencimentos exíguos, tornou-se necessário, de forma a assegurar a sua existência e das suas famílias, permitir que estes funcionários fizessem comércio por sua própria conta. Esta condição, na qual o amor pelo lucro pode dispor de todos os meios lícitos e ilícitos de que se serve um poder mais ou menos incontrolável, sobretudo nos postos e nos distritos afastados no meio de populações [...] que é fácil oprimir e explorar, favorece, mantém e perpetua uma enormidade de abusos tirânicos e de monopólios de facto, que afrontam os mandamentos e as defesas da autoridade superior.

²¹ Para estes trabalhadores havia um controlo militar de apenas uma dúzia de soldados.

²² De resto, Quilengues era visto como um refúgio de criminosos, entre condenados e deportados.

Podemos encará-la como a fonte primária da arbitrariedade e dos males inveterados do regime colonial da África portuguesa”²³.

É compreensível, portanto, a constante ocorrência de conflitos e revoltas, uma vez que a parte encarregada de zelar pela ordem, também era, pela sua acção predadora, a mão visível de inúmeras extorsões e de repetidas injustiças, nomeadamente sobre os mais fracos. E as consequências de tal estado de coisas só agravavam a situação geral. Entre roubos de gado, desvios de fundos públicos, deserções e motins do Exército, tornava-se inútil o esforço de muita gente excepcional, que desejava, efectivamente, construir uma sociedade mais equilibrada. Facto incontestável é que a colonização portuguesa, mal concebida e mal dirigida por Lisboa, era em geral administrada localmente por pessoas sem muitos escrúpulos, mais interessadas em si próprias do que no desenvolvimento e progresso das colónias. E os colonos, por sua vez, na penúria das suas existências nómadas – nomeadamente os de Mossamedes, que teriam passado por três continentes -, apenas poderiam pensar na sua futura sobrevivência, numa terra em que teriam mesmo de ficar, custasse o que custasse.

10.2. – Inglaterra, Alemanha e Portugal consolidam posições de ocupação

Entretanto, foi firmado um Tratado entre a Inglaterra e o rei *Lobengula*²⁴, reforçando-se a influência dos ingleses no território da Machona (incluído na zona demarcada pelo “Mapa cor-de-rosa”), o que contrariava as pretensões de Portugal. E para que não subsistissem dúvidas sobre o domínio daquela região, os ingleses instalaram-se ali de imediato, de modo a salvaguardar a sua primazia e os planos de ligação do Cairo ao Cabo por via-férrea. Portugal e o governo de Angola, a braços com problemas mais “caseiros”, tentavam instalar forças na vizinha Quissama, mas igualmente sem resultados satisfatórios²⁵.

Em Benguela, pouco mais tarde, era aprovada a concessão do caminho-de-ferro do Dombe Grande, seguindo-se a autorização para ser construída uma linha-férrea entre Benguela e a Catumbela, a cargo da Câmara Municipal²⁶. E, se atendermos apenas ao plano de consolidação de posições no sul de Angola, o panorama económico interno

²³ VOGEL, Charles – *Le Portugal et ses colonies*. Paris: Guillaumim & Cie, 1860, p. 461-462.

²⁴ A 11 de Fevereiro de 1888. Sobre esta matéria vide FAGE, J. D.; TORDOFF, William – *História da África*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2010, p. 372.

²⁵ A Quissama situa-se a sul de Luanda, entre os rios Cuanza e Longa. No século XX foi convertida pelos portugueses em reserva faunística (Parque Nacional da Quissama).

²⁶ A concessão do caminho-de-ferro do Dombe Grande data de 2 de Agosto de 1888. A construção da linha-férrea de Benguela à Catumbela foi autorizada em Dezembro de 1888, a Eduardo Braga.

até poderia justificar tais investimentos em Benguela: o comércio desenvolvera-se extraordinariamente devido a um aumento espectacular da produção e transacções de “borracha de ervas”, cuja exportação pelo porto de Benguela atingiu o elevado volume de 1.052 toneladas, só durante o ano de 1888! Essas produções eram transportadas em sucessivas e morosas caravanas vindas do Bié e do Bailundo, constituídas por comboios de carros bóeres e por centenas de carregadores, que se faziam acompanhar pelas respectivas famílias e que se dirigiam para Benguela e Catumbela, ora convertidas em centros de comércio e de exportação²⁷. Aparentemente, consolidava-se a ocupação de Angola.

Mas, na realidade, o centro das atenções extravasava largamente as fronteiras de Angola e estava agora fixado na Zambézia, onde os portugueses ainda não teriam desistido de levar por diante a utopia do “Mapa cor-de-rosa”. E será a Inglaterra, com a anuência dos governos da França e da Alemanha, que em finais de 1888 procurará refrear a crescente escalada competitiva e armamentista que alastrava por toda a África austral, solicitando a Portugal que aderisse a um plano de controlo marítimo da venda de armas e do tráfico de escravos que, no final do século XIX, ainda se verificava²⁸. Mas os portugueses desconfiavam das boas intenções de tal proposta, sobretudo das intenções da Alemanha, pois não ignoravam que os alemães zelavam por determinados interesses estratégicos, devidamente instalados: estavam em Angra Pequena (a sul de Angola) desde 1885, e, em pouco tempo, tinham-se estendido pela Hererolândia, Damaralândia e Namacualândia, até Orange. Tratava-se sem dúvida de um império alemão que estava a ser construído em África, embora camuflado pela Sociedade Colonial Alemã, fundada em 1882²⁹. A interferência alemã era mais do que visível na fronteira sul de Angola, onde as incipientes relações de convivência entre os portugueses e as populações locais eram regularmente afectadas por comprovada influência dos alemães que, apesar do Tratado de Berlim, por ali permaneciam em constante actividade. E até os Hereros já se atreviam a avassalar povos do sul de Angola e a pôr em causa o domínio português, certamente por sentirem “as costas quentes”, face ao crescimento e consolidação do chamado Sudoeste Africano.

Por outro lado, os portugueses também não ignoravam que os alemães continuavam a cobiçar as cataratas do Ruacaná, pelo que a boa vizinhança com os

²⁷ No ano anterior (1887) a “borracha das ervas” tinha também registado um considerável incremento, atingindo-se uma exportação de 410 toneladas, só por Benguela. Durante algum tempo a borracha também foi o principal produto exportado pelo porto de Mossamedes.

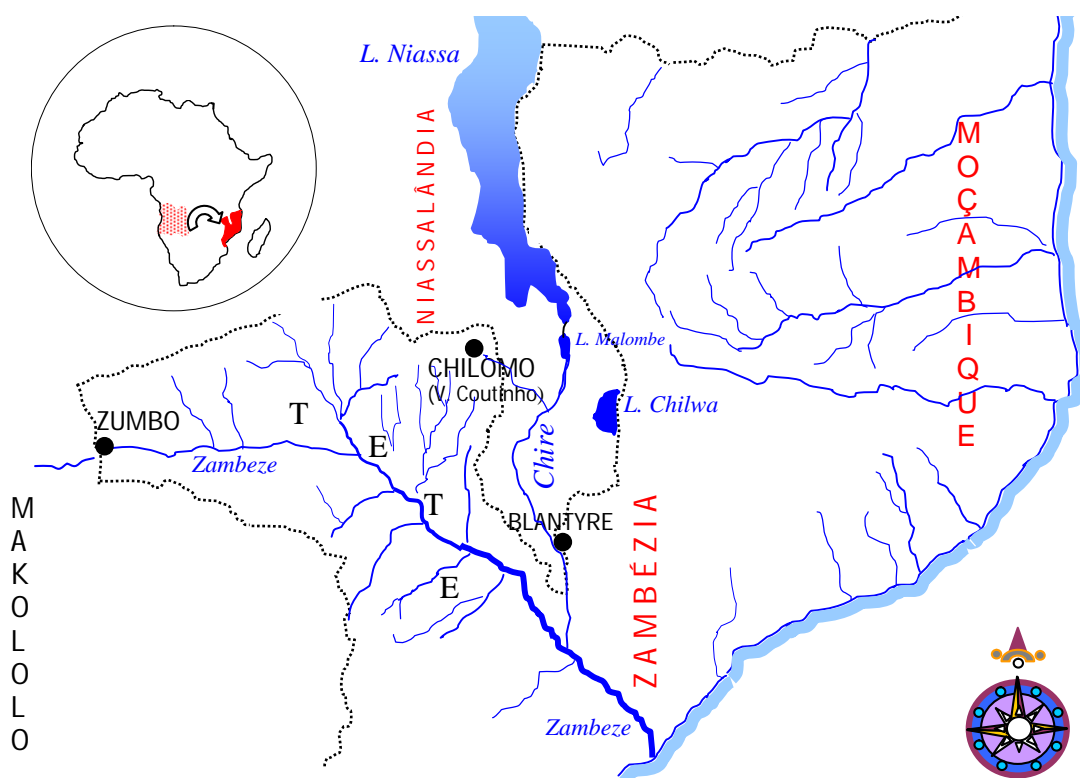
²⁸ Durante o período escravagista as guerras para a captura de escravos no sul de Angola eram conhecidas por guerras de *quata, quata* (*agarra, agarra* em Umbundo), designação que se estendeu mais tarde à captura de “contratados” pelas autoridades administrativas portuguesas.

²⁹ Existiam então cerca de 60 feitorias alemãs, de Hamburgo e Bremen.

ingleses só poderia trazer-lhes vantagens, no caso de uma hipotética revisão dos limites da fronteira sul, desde sempre mal assimilada pela Alemanha. Mas, para aumentar a desconfiança generalizada que grassava na fronteira sul de Angola, foram os atrevidos Hereros, apoiados pelo inglês *Robert Lewis*, que atacaram os alemães na Damaralândia, obrigando-os a recuar para a Baía da Baleia (*Walfish Bay*). Adivinhava-se, portanto, que se iria entrar num período bastante conturbado no plano das relações de Portugal com os países europeus que disputavam territórios na África central e meridional, nomeadamente a Inglaterra e a Alemanha.

Assim, enquanto a Câmara dos Pares portuguesa aprovava uma moção de apoio à defesa dos direitos portugueses sobre a África central, os quais já tinham sido parcialmente reconhecidos pela França e pela Alemanha, a Inglaterra preparava um novo protesto, contra a formação do distrito do Zumbo, a norte do Zambeze, cuja fronteira ocidental, quase chegava a Angola³⁰.

Mapa XVIII – Zona do Chire e Niassa



FONTE: LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 2002. 2 vol; MAPS ETC: *Native Territories and European Possessions in Africa, 1876* [Mapa Africa by A. V. Steinwehr]. [consult. 7 Fev. 2014]. Disponível na [www:http://etc.edu/maps/5300/5338/5338.htm](http://etc.edu/maps/5300/5338/5338.htm). Dados Coligidos e grafados por José de Azevedo.

³⁰ O protesto foi apresentado a 9 de Novembro de 1889.

Ou seja: os portugueses insistiam no preenchimento da mancha do “Mapa cor-de-rosa”, numa região que a Inglaterra, tendo como principal executante *Cecil Rhodes*³¹, considerava ocupada e salvaguardada, através da anterior separação preventiva do chamado reino do Barotze. E enquanto o ministro do Ultramar, Eduardo Vilaça, regulamentava o trabalho indígena, inclusive o obrigatório, continuavam os atritos diplomáticos entre Portugal e a Inglaterra pela posse da área do Zumbo, com a Inglaterra a protestar, uma vez mais, contra a operação levada a cabo por Serpa Pinto em Mpassa, sobre os “Makololo”, alegando terem sido cometidas violências sobre uma população que se encontrava sob a protecção britânica.

10.3. – Conferência de Bruxelas contra a escravatura: a ocupação do Chire

Em finais de 1889 iniciava-se a Conferência de Bruxelas contra a escravatura e o tráfico de escravos, convocada pelo rei Leopoldo II da Bélgica, cujos participantes se encontravam agora novamente reunidos³². A ordem de trabalhos incluía a fixação de penalizações sobre o tráfico de escravos no mar, incluindo a repressão contra as intervenções árabes, bem como o controlo sobre a venda e utilização de armas de fogo, munições e bebidas alcoólicas no continente africano. Pretendia-se igualmente regulamentar a utilização das estradas e das vias-férreas, não só no que se reportava ao trânsito das caravanas, mas também no respeitante ao transporte de escravos por via terrestre³³.

Por essa mesma altura, Serpa Pinto estava acampado nas margens do rio Chire, aguardando por instruções superiores, enquanto os britânicos se adiantavam na corrida à assinatura de acordos com os Macololos que, manobrados pelos ingleses irão atacar os portugueses no início de Novembro, instalando uma enorme indefinição quanto aos direitos de ocupação da vasta zona do Niassa. Para o governo de Portugal, a “prova de suficiência atacante” passava então a desenrolar-se a leste, onde um numeroso exército misto comandado por Serpa Pinto (cerca de 1700 homens),

³¹ “Rhodes lançou em 1889 a British Africa Company (BSA), com um alvará do governo inglês que autorizava o estabelecimento de uma administração inglesa nos territórios do Zambeze.”. FAGE, J. D.; TORDOFF, William – *História da África*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2010, p. 397.

³² No ano anterior (1888) fora assinada no Brasil a chamada Lei Áurea, com a qual se pretendia abolir definitivamente a escravatura no Brasil. Instituída sem contemplar as indemnizações reivindicadas pelos “donos” dos escravos, a Lei Áurea determinou um grande mal-estar neste sector dominante da sociedade brasileira, marcada pelo centralismo económico e administrativo do Rio de Janeiro. Em Novembro do ano seguinte terminava abruptamente o Império do Brasil, esgotado num sistema social e político-militar que se enredara em insanáveis problemas e contradições.

³³ A Conferência de Bruxelas reuniu todos os participantes da anterior Conferência de Berlim e o chamado Estado do Congo. O “Acto Geral” da Conferência só foi assinado em 2 de Julho de 1890.

entrincheirado e devidamente armado com “modernas” metralhadoras, conseguiu sustentar em Mpassa, no Massingire, os aguerridos Macololos (armados pelos ingleses com espingardas)³⁴. Segundo a avaliação de Serpa Pinto teriam resultado do ataque 172 mortos, um número considerável de feridos e diversos prisioneiros, entre os corajosos Macololos (o adjectivo é de Serpa Pinto), com os restantes a reconhecerem a impossibilidade de progressão no terreno e a abandonarem a luta. E apenas transcorridos dois dias sobre o recontro de Mpassa, ainda chegaram reforços ao Chire, vindos de oriente, via Zambeze: um jovem de 24 anos, João de Azevedo Coutinho, conhecido pela sugestiva alcunha de “ou vai ou racha” comandava duas novas pequenas canhoneiras que, no seu fácil avanço para norte, ocuparam e fortificaram o *Chilomo* (futura Vila Coutinho), na proximidade dos rios Chire e Ruo³⁵. E para que não subsistissem quaisquer dúvidas quanto à soberania portuguesa, os dois vapores da *British South Africa C.^a* que faziam a ligação entre o Zambeze e a Niassalândia (Malawi), foram forçados a ostentar o pavilhão português.

Nos meses seguintes, os portugueses desencadearam uma acção armada fluvial e terrestre, derrubando sucessivamente os bastiões dos ainda resistentes Macololos, operação que só terminou quando Azevedo Coutinho ocupou o estratégico “porto” de *Blantyre*, facto que consubstanciava um importante revés para os ingleses e para *Cecil Rhodes*³⁶. Sobre esta evidente supremacia dos portugueses, o viajante e testemunha ocular *E. Trivier*, teceu o seguinte comentário:

“Vi de seguida que o prestígio dos Ingleses de Blantyre e de Mandala tinha sido perdido em proveito dos novos donos do país, comandados por Serpa Pinto. Os indígenas [Macololos] tremiam de medo mal se pronunciava o nome dos seus vencedores, “Com as suas máquinas [as metralhadoras], dizia-me um deles, os homens tombavam como espigas sob a foice do ceifeiro. Impossível resistir. [...] Os nossos guerreiros eram dos mais bravos e avançavam sem se preocuparem se eram seguidos ou não. Um movimento da máquina dos brancos, e eles tombavam mortos. Oh! Os Portugueses são fortes e mesmo os Ingleses têm medo deles, sem dúvida, porque não vêm ajudar-nos”³⁷.

³⁴ Note-se o papel decisivo que cabe à metralhadora em 1889, quando em 1884 ainda estávamos na era da espingarda e da bravura.

A confrontação de Mpassa, no Massingire, ocorreu a 8 de Novembro de 1889. Não será de recusar, liminarmente, a perspectiva de ter sido esta incapacidade de ganhar no campo de batalha que levou os ingleses a recorrer ao Ultimato.

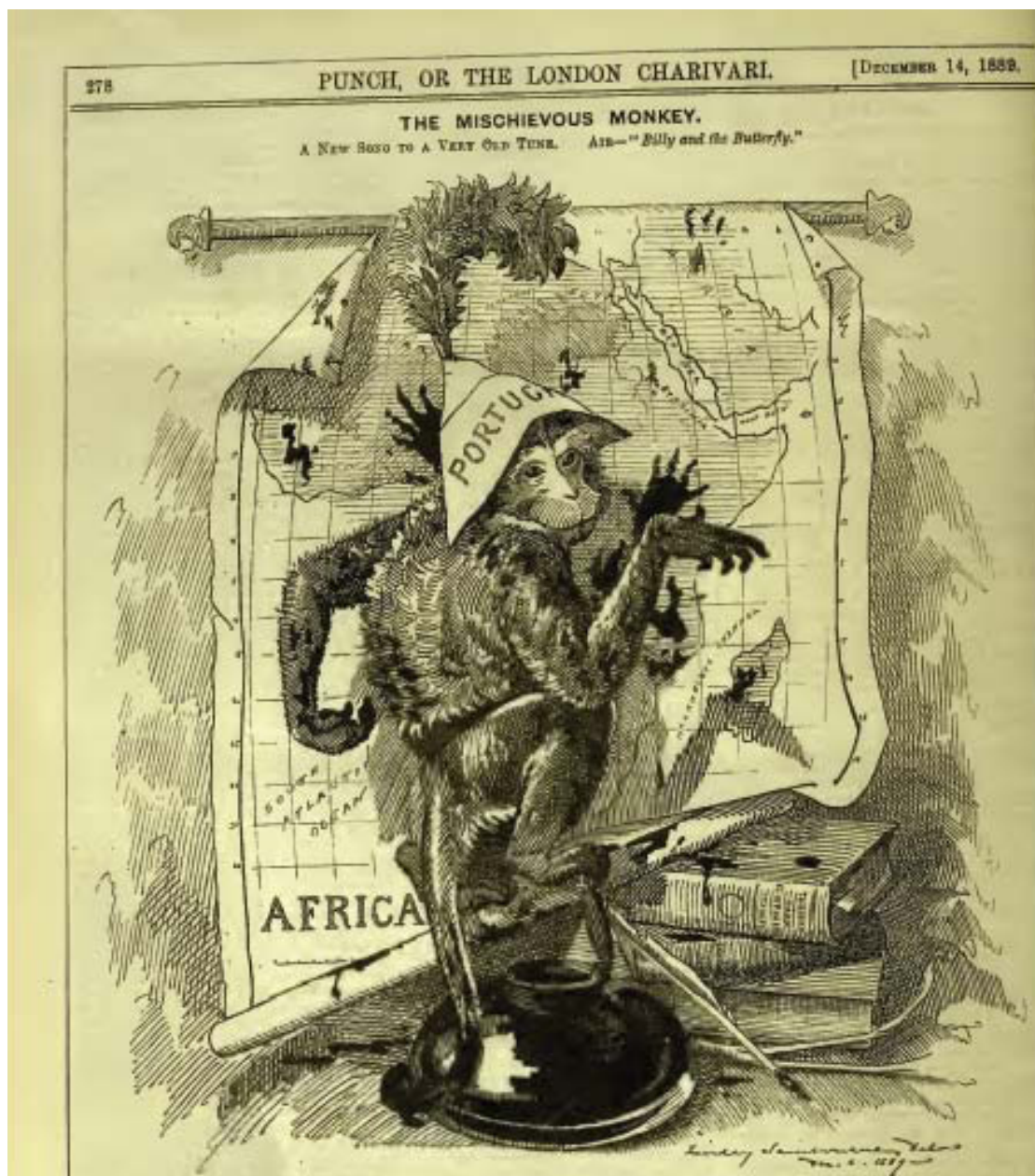
³⁵ A 17 de Novembro de 1889.

³⁶ *Blantyre* foi ocupado a 19 de Dezembro de 1889.

³⁷ TRIVIER, E. – *Mon voyage au continent noir. La “Gironde” en Afrique*. Paris-Bordeaux: Firmin-Didot & Gounouilhou, 1891, p. 370.

E para incendiar ainda mais a disputa diplomática e territorial que envenenava as relações entre Portugal e a Inglaterra, o mestre da caricatura portuguesa Raphael Bordalo Pinheiro, reagiu violentamente a uma caricatura publicada no *Punch*, na qual se via um macaco (Portugal) a borrar uma pintura do mapa de África, onde pretendia inscrever a palavra “Anexação”.

Figura 11 – Caricatura publicada no *Punch* em 14 de Dezembro de 1889



FONTE: MATOS, Cristina – *Jonh Bull e Zé Povinho de Albert Kotnay*. [consult 27 Jan. 2014]. Disponível na WWW<URL:<http://run.unl.pt/bitstream/10362/9227/1/.pdf>>.

Referindo-se a essa caricatura e ao o protótipo britânico, respondeu o jornalista Bordalo Pinheiro com as seguintes palavras insultuosas:

“Miserável [...] bêbedo ridículo, perverso egoísta – és a encarnação condigna d’um paiz que sob a égide da civilização estirpa a África, impondo ao negro a sua detestada soberania, e rasgando-lhes as carnes sob o chicote dos traficantes que p’ra lá mandas [...] Bandido mercador, a Europa conhece-te!”³⁸

Para tão antigos aliados comerciais, era evidente que “tinha estalado o verniz”. Chamar traficantes e mercadores aos autoproclamados paladinos do combate contra a escravatura, era mais do que insultuoso, era o fim do diálogo diplomático³⁹. Embora o ministro Barros Gomes se apressasse então a responder à queixa apresentada pelos ingleses em Novembro de 1887, alusiva à acção das tropas de Serpa Pinto sobre os “Makocolos” (limitando-se a apresentar a versão portuguesa dos factos), não deixava de ser um vexame intolerável para os ingleses.

Ora, foi nesta intrincada teia de interesses e de profundas divergências imperialistas que surgiu o Ultimato inglês, que virá desvanecer o sonho do “Mapa cor-de-rosa” e a vã euforia alcançada pelos portugueses no Chire. Logo no início de Janeiro de 1890, Paiva Couceiro ainda seguiu para o Bié, de onde se pretendia que progredisse para o rio Cuando, com o apoio de Teixeira da Silva, devendo prosseguir depois para o Kuito (Cuito) e daí para o Lialui, (na bacia do Zambeze)⁴⁰. Aí deveria negociar um tratado com o soba do Barotze, de modo a que fosse reconhecida a soberania portuguesa sobre aquele disputado território⁴¹. A Barotzelândia continuava a ser o epicentro da política europeia de ocupação da África central e entrava-se numa espiral de intolerância e desrespeito que só poderia conduzir à confrontação aberta.

³⁸ Jornal “Os pontos nos ii” (19/12/1889).

³⁹ Entretanto, morreu o rei D. Luís e iniciou-se o reinado do rei D. Carlos.

⁴⁰ A palavra *Lui* refere-se a “estrangeiros” (lozi), atribuída aos invasores Lundas, também chamados “Lui-anos” e seus anteriores ocupantes. Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 112.

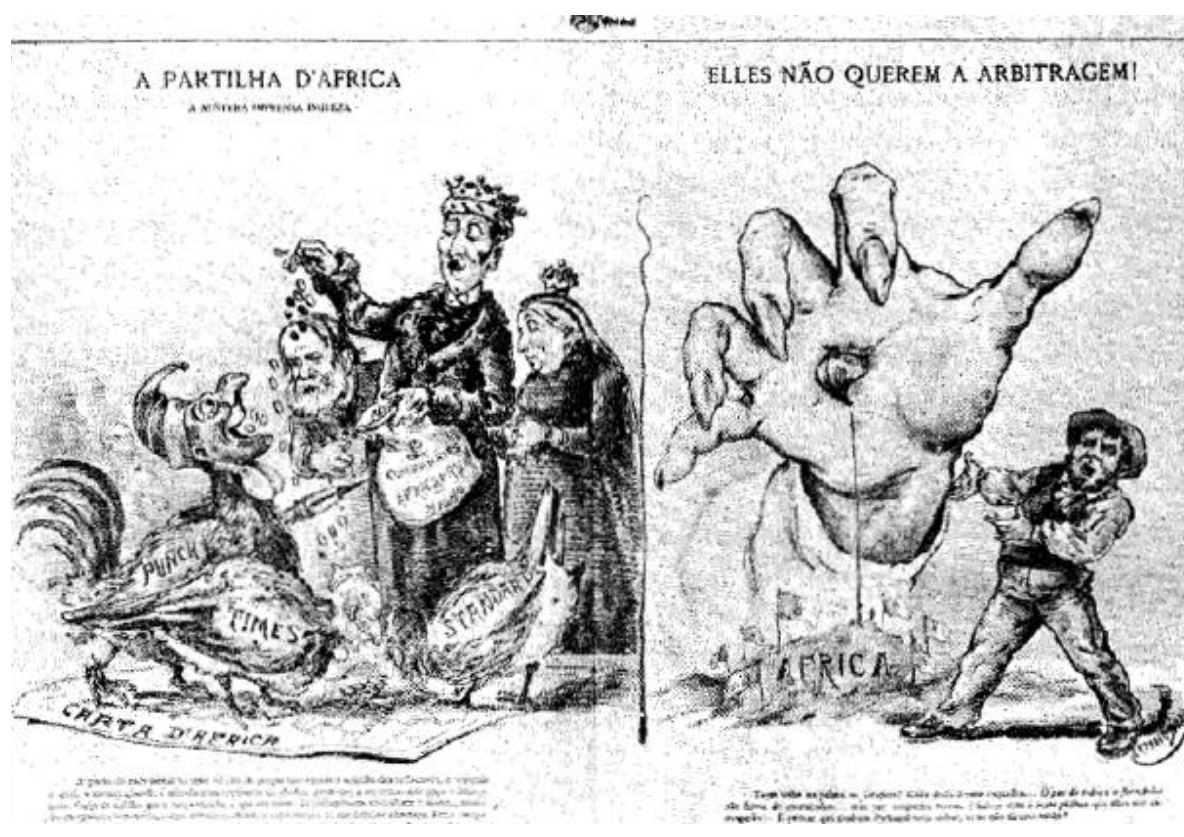
⁴¹ “Sendo o povo de Barotze ‘adiantado’, Couceiro levava ao soba presentes condignos para o persuadir à subordinação: uma farda de coronel completa (com espada, panos, dourados, veludo, caixas de vinho do Porto e armas de repetição finas”. VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006, p. 18. Só depois desta longa viagem, é que Paiva Couceiro foi informado de que o governador de Angola tinha cancelado o projecto.

10.3.1. – Disputa do Chire e o Ultimato inglês: reacções anglofóbicas

As provocações entre portugueses e ingleses foram subindo de tom. No jornal português “Os pontos nos ii” foi criticada a “austera imprensa inglesa” pela forma rígida como encarava o problema da partilha de África e a irredutível posição britânica de não aceitar uma arbitragem. E Bordalo Pinheiro apresentou uma alegoria em que se vê uma manápula em forma de garra que ergue, suspensa de uma unha incrustada na palma, uma parcela de África preenchida por bandeiras portuguesas, enquanto a figura do “Zé-povinho” fazia o seguinte reparo ao contraste bélico dos dois países:

Têm unha na palma, os larápios! Cada dedo é uma esquadra... O pai de todos e o fura bolos são feitos de couraçados... mas para vergonha nossa, é talvez com o mata piolhos que eles nos esmagarão? – E pensar que também Portugal teria unhas, se as não tivesse roído!”⁴².

Figura 12 – A partilha de África, caricaturada por Raphael Bordalo Pinheiro



FONTE: GUIMARÃES, Ângela - *Imperialismo e Emoções: A visão de Bordalo Pinheiro*. [consult. 19 Jan. 2014]. Disponível na WWW: <URL: <http://sociologiapp.isct/pdfs/38/428.pdf> >.

⁴² Jornal “Os pontos nos ii” (09/01/1890).

Mas terá sido a nomeação do tenente João de Azevedo Coutinho para governador do Chire, o que configurava um inaceitável condicionamento dos ingleses nos territórios entre Angola e Moçambique ocupados por “Mashonas”, “Makololos” e “Matabeles” (reivindicados pela Inglaterra), que terá sido o rastilho incendiário das relações entre os dois aliados, na medida em que Portugal procurava forcejar o plano de ocupação do vale do Chire e impor, conseqüentemente, a dissimulada aceitação do polémico “Mapa cor-de-rosa”. Com receio desses posicionamentos e também pela atitude displicente do ministro Barros Coelho em relação à queixa apresentada pela Inglaterra em 1887, o governo britânico, com o apoio de alguns parceiros europeus, apresentou a 11 de Janeiro, pelo seu embaixador em Lisboa, *George Petre*, o seu famoso *Ultimato*⁴³: ou João de Azevedo Coutinho abandonava imediatamente o Vale do Chire e *Katunga*, recuando para sul do Ruo, ou haveria guerra. Era o princípio do fim do chamado “Mapa cor-de-rosa”.

Nesse mesmo dia em Lisboa, reuniu-se o Conselho de Estado. Mas, perante o espectro de penúria e dependência em que o país se debatia e sem uma Marinha credível, as hipóteses de se opor à vontade dos ingleses eram praticamente nulas. E o Conselho de Estado, presidido pelo rei D. Carlos, que iniciara há pouco o seu reinado, considerou que não existiam condições para resistir, cedendo em toda a linha às exigências britânicas. A utopia do “Mapa cor-de-rosa” tinha-se dissipado e os portugueses teriam mesmo de abandonar a África central, deixando aos ingleses a possibilidade de continuarem a sonhar com um império do Cabo ao Cairo. O governo português, acabrunhado, não teve outra saída senão ceder e demitir-se.

Em Portugal, o sentimento de humilhação foi tão profundo que deu origem a uma peculiar imputação de culpas, associando-se a humilhação sofrida aos temores do Governo, o que fez o Regime reagir, com a dissolução do parlamento, a proibição de manifestações e o controlo da imprensa. A cedência aos interesses da Inglaterra provocara o desalento e a ira dos portugueses, sucedendo-se as manifestações de patriotismo e de apelo à guerra, acontecimentos que os republicanos habilmente aproveitaram para conquistarem maior visibilidade política. Basílio Teles considerou então o Ultimato como “o acontecimento mais considerável que, desde as invasões napoleónicas, abalou a sociedade portuguesa”, enquanto o poeta Antero de Quental avisava: “o nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos.” E através da figura do “Zé Povinho”, Bordalo Pinheiro, em tom xenófobo, sem papas na língua, propunha:

⁴³ O texto integral do “Ultimato” e conseqüente resposta de Portugal encontram-se no Anexo 1.10.

“A guerra de Portugal à Inglaterra deve concentrar-se agora na Guerra de Portugal ao inglês. [...] eliminemos para sempre esse traiçoeiro País das nossas relações comerciais, tão rápido quanto possível”⁴⁴.

E também o escritor Guerra Junqueiro, na sua obra *Finis Patriae*⁴⁵, caricaturando os ingleses e a sua política em África, interrogava, com alguma razão: “Ó cínica Inglaterra, ó bêbada impudente / Que tens levado, tu, ao negro e à escravidão?” Em sentido inverso, o “diplomático” Eça de Queirós, no seu toque “chique provinciano” (comentado pela rainha D. Amélia), observava: “Bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater tabuletas, não nos parecem na verdade modos de um povo, que sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: antes se nos afiguram os modos de um povo que, através do patriotismo se está educando na insurreição”⁴⁶.

Mas, a verdade, é que todas estas reacções e comparações, para além do evidente consumo político, não tinham qualquer cabimento prático, uma vez que Portugal nem sequer tinha capacidade para ocupar de facto os territórios litigados. E Angola (em depressão), também não parecia alinhada pelo diapasão patriótico, como evidencia a afirmação feita por um jornalista no jornal luandense “Arauto Africano”, de 20 de Janeiro:

“Não temos nada a esperar de Portugal a não ser mentiras e os ferros de escravatura... Rua!”[...]⁴⁷.

Por fim, o Governo português cancelava oficialmente a missão de Paiva Couceiro e Teixeira da Silva ao Barotze⁴⁸. Depois, paulatinamente, o conformismo retomava o seu lugar. Bordalo Pinheiro parecia já não acreditar na capacidade portuguesa de responder à afronta inglesa consubstanciada no Ultimato, e resumia tudo a “*palavras e mais palavras, só palavras*”. O “Zé Povinho”, umas vezes frontal, outras vezes depressivo, representava então o carácter português, onde a fanfarronice cedia ao fatalismo e à descrença. E até o sector comercial que inicialmente alinhara com o protesto nacionalista contra os ingleses, depressa torneou o boicote às importações, como

⁴⁴ Jornal “Os pontos nos ii” (16/01/1890). Ver também “Público-Magazine” de Abril 1990. Os diversos desenhos e caricaturas de Bordalo Pinheiro sobre o ultimato inglês podem ser consultados via Internet.

⁴⁵ Publicada em 11 de Abril de 1890.

⁴⁶ Não é de agora que a chamada diplomacia portuguesa é mais estrangeirada e submissa do que o propalado “povo de brandos costumes”. Para o escritor e diplomata Eça de Queirós, a educação do povo deveria pautar-se por critérios de aceitação de toda e qualquer ameaça ou humilhação...

⁴⁷ CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 268.

⁴⁸ A 27 de Janeiro de 1890. A ordem de evacuação de *Katunga* foi recebida localmente no dia a 8 de Fevereiro de 1890. Será executada sob um pesado sentimento de profunda humilhação.

revelava mais um desenho de Bordalo Pinheiro em que o “Zé Povinho”, indignado, interpelava um comerciante de géneros (por detrás do qual se via um inglês disfarçado de espanhol) sobre a proveniência do açúcar. O comerciante depois de esclarecer que fora dos primeiros a aderir ao boicote aos ingleses, acabaria por confessar ter feito a importação de açúcar de Inglaterra. “Mas eu misturei-lhe farinha... e assim ficou naturalizado português”⁴⁹.

E como o “inimigo externo” – a Grã-Bretanha – era inatingível, tornou-se necessário encontrar um ou mais “culpados”, ao alcance dos portugueses e que os vingasse do vexame sofrido. Assistiu-se então ao crescimento do movimento de contestação popular contra o recém coroado rei D. Carlos, o que obrigou o Governo a proibir as manifestações e a controlar mais rigorosamente a imprensa, de modo a refrear os protestos⁵⁰. E foi neste clima, quase ditatorial, que a edição de 27 de Fevereiro do jornal “Os pontos nos ii” colocou em evidência “três atitudes diferentes” do Governo português: de um lado a atitude do Governo perante o povo, rotulada de despótica; do outro lado a atitude do Governo perante a Inglaterra, considerada servilíssima; e finalmente, a terceira, ao centro, favorecendo claramente as ideias republicanas, que mostrava um patriota empunhando a bandeira nacional, simbolicamente amputada da respectiva coroa. Nem as medidas repressivas da liberdade de manifestação, nem mesmo a nova Lei de Imprensa, calavam o persistente descontentamento pela vergonha sofrida, embora o desencanto quanto à pretendida “guerra contra os ingleses”, fosse já um dado adquirido. O tríptico do “Zé Povinho”, inconsolável, ainda mostrou a capacidade de adaptação dos portugueses, que evoluíra da indignação inicial para a gradual aceitação do inquestionável domínio dos ingleses, embora reiterando promessas redentoras de uma resposta condigna ao Ultimato. E a legenda impiedosa de Bordalo Pinheiro rematava: “Contempla esta miséria, povo, e arrepende-te, se podes, da versatilidade, da subserviência e do envilecimento em que caíste”⁵¹.

10.4. - Sugestão de venda das colónias durante e a crise de 1890-1892

É sabido que o surgimento de uma nova dinâmica do comércio internacional, na década de 80 do século XIX, teve o efeito de começar a desalojar do norte da Europa

⁴⁹ Jornal “Os pontos nos ii” (06/02/1890).

⁵⁰ A 23 de Março de 1890, António José de Almeida, estudante em Coimbra e futuro presidente da República, foi preso por ter publicado um artigo com o título “Bragança, o último”, considerado ofensivo para com o rei.

⁵¹ Jornal “Os pontos nos ii” (22/05/1890).

os produtos portugueses⁵². E para agravar esta perda de competitividade, a revolução republicana no Brasil fez com que se reduzissem, drasticamente, as remessas dos inúmeros emigrantes ali radicados, facto que obrigou o Estado português a procurar, sem sucesso, financiamento externo. Uma série de bancos entraram em falência, determinando cortes profundos nos salários dos funcionários públicos e a cessação dos investimentos estatais.

Foi neste estado de penúria que o chefe do governo, José Dias Ferreira, se decidiu pela suspensão parcial do pagamento da dívida externa, posicionamento que daria origem a diversos incidentes diplomáticos. Portugal entrava em bancarrota, tendo Oliveira Martins como ministro das Finanças. O país fechava-se ao exterior, isolava-se na cena internacional, passando a ter o pão mais caro da Europa. Por outro lado, paradoxalmente, as colónias portuguesas em nada favoreciam as tentativas de reestruturação da dívida, pois havia o velado receio de que os credores internacionais exigissem a penhora dos rendimentos das alfândegas coloniais, ou, ainda pior, a entrega das colónias aos credores, opção que chegou a ser sugerida, como a seguir se verá. Em 1889 a população de Luanda não excedia os 21 000 habitantes, o que era manifestamente escasso para resolver as diversas carências que se agravavam de dia para dia, no panorama geral da colonização de Angola.

Felizmente para os portugueses, a crise de 1890-92 ocorreu em tempo de paz e está relacionada com políticas internas que visavam o desenvolvimento do país, que passavam por grandes investimentos, aumento da despesa pública e expansão do sector estatal, numa altura em que havia em Portugal um sistema representativo relativamente estável, com dois grandes partidos a alternarem no poder. Mas, embora o padrão cambial fosse o ouro, a realidade é que a moeda de referência que então circulava em Portugal era a libra esterlina. Governo e particulares, tendo beneficiado de créditos aparentemente baratos, tinham-se endividado para além do resgatável, pelo que a dívida pública assumira proporções desmesuradas, colocando Portugal numa posição de "insolvência" face à Inglaterra (o principal credor), sem grande margem de manobra do aparelho estatal para recuperar do atraso em que o país se encontrava. Dívidas que naturalmente se repercutiam nas colónias portuguesas (disputadas pelos principais credores), desconforto que decerto consubstanciou o surgimento de propostas de alguns políticos no sentido de se venderem as colónias africanas mais deficitárias e de menor interesse (Guiné e Moçambique) concentrando

⁵² Sobre o longo século XIX e o nascimento de um mundo em mudança, *vide* BAYLY, Chistopher Alan – *The Birth of the Modern World: Global Connections and Comparisons, 1780-1914*. Maiden, MA and Oxford: Blackwell, 2004.

os meios e esforços nas colónias susceptíveis de renderem alguma coisa (Angola e S. Tomé)⁵³. Apontava-se na altura para uma base de licitação de 625 milhões de francos-ouro que, no entanto, não viria a encontrar quaisquer interessados. De resto, conhecida a fragilidade de Portugal, não apenas a nível financeiro mas também a nível de meios de defesa (especialmente da Marinha), era muito mais fácil aos eventuais interessados a prossecução dos seus objectivos através da imposição de um círculo vicioso de estrangulamento financeiro, pelo que lhes bastaria esperar, não havendo necessidade de um dispêndio de francos-ouro relativamente significativo.

E ultrapassada a agitação quase insurreccional estabelecida pelo Ultimato inglês, Portugal e a Inglaterra assinaram o Tratado de Londres, pelo qual se delimitaram as possessões portuguesas a norte do Zambeze e se reconheceu a liberdade religiosa de culto e ensino em todos os territórios africanos⁵⁴. Acentuava-se a liberdade recíproca de navegação e comércio nos rios, lagos, canais e portos, com Portugal a ceder por inteiro às reivindicações territoriais dos ingleses, que apenas reconheciam como pertencente a Portugal a parte ocidental da Barotzelândia, na fronteira do sudoeste angolano. Assim se confirmava a perda de tudo (e mais um pouco) o que Portugal já tinha sido obrigado a abandonar pelo Ultimato inglês, de modo a satisfazer os interesses de *Cecil Rhodes*, primeiro ministro da colónia do Cabo, que continuava a sonhar com uma ligação ferroviária entre o Cabo ao Cairo. Considerando-se o Tratado de Londres como mais uma humilhação para Portugal, a sua publicação no Diário do Governo desencadeou uma nova onda de protestos e, como já era habitual, a queda do governo⁵⁵. Em Lisboa foi então criado um movimento de protesto contra o Tratado - Liga Liberal - presidida por Augusto Fuschini e integrando João Crisóstomo, que viria a chefiar o governo extra partidário que se seguiu.

10.5. – *Cecil Rhodes* e os ingleses, aviltam os portugueses

Mas, expressivamente, o Tratado de Londres acabaria por “não agradar nem a gregos nem a troianos”: não aprovado pelas Cortes em Portugal, também não satisfazia o Parlamento inglês e, muito menos, a ambição visionária de *Cecil Rhodes*, que deliberadamente violou o referido Tratado, instalando ostensivamente os seus pioneiros em *Fort Salisbury* (depois *Salisbury* e actualmente *Harare*), em Setembro de 1890. E *Rhodes* também fez tábua rasa da concessão da Companhia de Moçambique, a

⁵³ As primeiras propostas de alienação de colónias surgiram no triénio de 1888-1891 e foram reiteradas mais tarde.

⁵⁴ O Tratado de Londres foi assinado em 20 de Agosto de 1890.

⁵⁵ Foi publicado a 30 de Agosto de 1890, após ter sido apresentado neste mesmo dia ao Parlamento.

norte do Limpopo, pois os seus enviados tinham conseguido que o régulo de Manica assinasse um tratado de protectorado, facto que só foi conhecido mais tarde. O especialista em História de África René Pélissier, uma vez mais, põe o dedo na ferida:

[...] “o que ele quer a leste – além das minas de ouro – é o território entre Manica e o porto da Beira. Esta grande fera visionária nunca se preocupa com escrúpulos e menos ainda com os portugueses. A 15 de Novembro de 1890 – onze dias após a derrota de Ndunduma no Bié -, Paiva de Andrada e o seu fiel Manuel António de Sousa foram então detidos em Macequece (Manica) pelos soldados brancos da British South Africa Company e levados prisioneiros para a Rodésia e depois para o Cabo. [...] o capitão Artur de Paiva pode debater-se quanto quiser no final de 1890, no Centro de Angola [...] Com efeito, tudo o que o Escocês percorreu no seu tempo poderia ser facilmente ocupado pela Grã-Bretanha. [...] a rota Cabo-Cairo está agora aberta, visto que o ferrolho quimericamente transversal de Lisboa desapareceu a 11 de Janeiro de 1890.”⁵⁶.

Assim, enquanto os ingleses dilatavam o seu espaço colonial, invadindo impunemente os territórios que lhes aprouvesse, apoderando-se dos gados de populações que na zona dos Matebeles até tinham renovado tratados com os portugueses, Lisboa e Londres assinavam, placidamente, um memorando de entendimento ou *modus vivendi*, referente aos limites estabelecidos no Tratado de 20 de Agosto, o qual deveria ser válido por um período experimental de 6 meses⁵⁷.

Quieto e domesticado para a obediência aos ditames ingleses, Portugal virava-se agora para Moçambique, na medida em que o fulcro da questão se situava a oriente de Angola. E não foi necessário que expirasse o prazo do memorando para que o governo português centrasse todas as suas atenções em Moçambique, adiando para mais tarde a eventual reparação de danos sofridos na desastrosa campanha do Cuamato, apresentada no ponto seguinte.

Consequentemente, o ministro da Marinha, António Ennes, decidiu enviar para Moçambique um importante contingente militar, constituído por cerca de 900 homens, que irão guarnecer as posições de *Maputo* (Lourenço Marques), Inhambane e Beira e, se possível, tentar expulsar os ingleses de Macequece⁵⁸.

⁵⁶ PÉLISSIER, René – *As Campanhas Coloniais de Portugal: 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 2006, p. 178.

⁵⁷ O memorando ou *modus-vivendi* foi assinado a 14 de Novembro. A 13 de Maio de 1891, o *modus vivendi* foi prorrogado por mais 1 mês, até 14 de Junho.

⁵⁸ .A povoação de Macequece não foi localizada nos diversos mapas consultados. António José Ennes (1848-1901). Jornalista e dramaturgo formado no Curso Superior de Letras, iniciou-se na vida política filiando-se no Partido Histórico. Eleito deputado em 1880, entrou para o governo dez anos depois, como ministro da

E uma pequena coluna composta por 112 europeus e 140 africanos, conseguiu entrar de facto em Macequece⁵⁹. Mas por pouco tempo, já que o chefe da polícia local, *M. Heyman*, com apenas trinta e cinco polícias e 10 civis (brancos), barricados numa colina próxima, com um canhão e metralhadoras eficazes, pôs em fuga os portugueses, que abandonam nove canhões, metralhadoras e muitos milhares de munições. Totalmente dominados e aviltados por um pequeno grupo (45) de ingleses trocistas, os portugueses – que também nada poderiam esperar de Portugal – sentiram que não tinham competência, nem sentido organizacional, nem meios capazes para se oporem aos britânicos⁶⁰. E o capitão *M. Heyman* só não avançou para a Beira, porque a diplomacia o impedia de fazê-lo⁶¹.

Em Portugal, por outro lado, com a entrada em funções de um novo Governo⁶², fora possível controlar e esbater a ira popular contra os ingleses, passando-se a conspirar, cada vez mais, no sentido de ser derrubada a Monarquia. E, nesse pressuposto, ocorrerá no Porto a Revolta de 31 de Janeiro de 1891, de inspiração e aspiração republicana, como salienta o historiador Joel Serrão⁶³. Apesar de ter fracassado, a Revolta de 31 de Janeiro condicionará a evolução política portuguesa, originando uma cadeia de acontecimentos que culminará no Regicídio. Por detrás da passividade aparente com que se aceitara o Tratado de Londres e a derrota em 31 de Janeiro, persistia um mal-estar que ia minando as estruturas constitucionais e despertava uma maior consciência colectiva e nacionalista.

10.6. - Desprotecção do Cuamato e concentração em Moçambique

Poucos dias depois da tentativa de reocupação portuguesa de Macequece, foi celebrado um novo Tratado anglo-luso, em que o governo de Portugal aceitou as novas fronteiras de Moçambique, cedendo as zonas mineiras mais ricas de Manica, em troca de algumas concessões na região do Zumbo.

Marinha e do Ultramar. No ano seguinte (1891) foi nomeado comissário régio em Moçambique. Em 1895, irá recuperar a situação militar a ocidente e a norte de Maputo (Lourenço Marques). Escreveu "A Guerra de África em 1885", cujas páginas revelam um racismo exacerbado.

⁵⁹ Em Maio de 189.

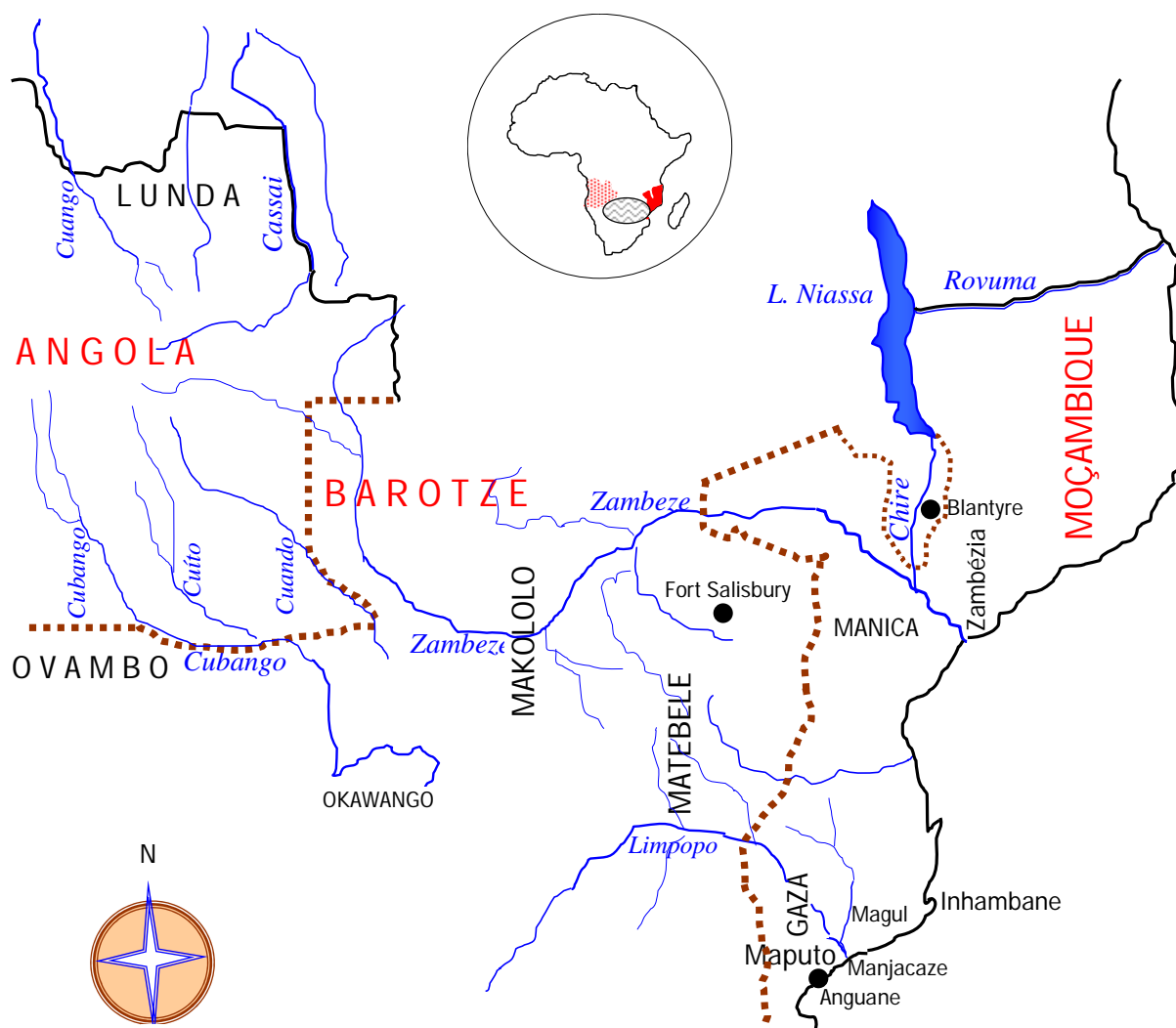
⁶⁰ Em Outubro de 1891 evidenciou-se uma grave crise financeira e bancária, com as companhias coloniais e alguns bancos à beira da falência. Ao deficit da balança de pagamentos originado pela quebra das exportações de produtos agrícolas e pelas oscilações do câmbio brasileiro (em consequência do descalabro financeiro da República e queda dos preços do café), acrescentou-se a elevação dos compromissos externos do Estado, com a população a levantar os depósitos bancários e deixando o Banco de Portugal sem reservas, enquanto outros bancos suspendiam os pagamentos. *Vide RODRIGUES, António Simões (Coordenador) – História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. E Autores, 1994, p. 239.

⁶¹ Macequece será ainda reocupada pelos portugueses, frustrando pontualmente os planos de *Cecil Rhodes*.

⁶² A 14 de Novembro de 1890.

⁶³ Joel Serrão também se insurge contra a apresentação do ultimato inglês, atribuindo à casa real de Bragança as "culpas" da cedência do governo.

Mapa XIX – Localização das zonas disputadas na África central e meridional



FONTE: LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico*. Porto: Lello Editores, 2002. 2 vol; MAPS ETC: *Native Territories and European Possessions in Africa, 1876* [Mapa Africa by A. V. Steinwehr]. [consult. 7 Feb. 2014]. Disponível na [www:http://<etc.edu/ maps/5300/5338/5338.htm>](http://etc.edu/maps/5300/5338/5338.htm). Dados coligidos e grafados por José de Azevedo.

O Tratado foi duramente criticado em Lisboa, por acentuar as desvantagens portuguesas outorgadas pelo tratado assinado em 20 de Agosto de 1890, dado que se enterrava, desta vez definitivamente, a “quimera cor-de-rosa” dos cartógrafos de Lisboa. De resto, o Convénio luso-belga sobre o Estado do Congo, realizado poucos dias antes em Bruxelas, já nem sequer mencionava quaisquer direitos de posse de territórios do “Mapa cor-de-rosa” ou da Barotzlândia, os quais, por omissão, ficavam a pertencer aos ingleses. Em contrapartida, era garantida a Portugal a posse dos territórios situados entre os rios Cuango e Cassai (Lunda), na altura em foco devido à

crecente produção de borracha⁶⁴. Entretanto, já se haviam instalado diversos missionários protestantes no Cuanhama (alemães, finlandeses, etc.) com o beneplácito do “plácido” rei *Weyulu*⁶⁵.

Um pouco mais tarde, João de Azevedo Coutinho, que se mantivera na Zambézia, ainda tentará tomar a fortificação de Mafunda⁶⁶. Mas tudo correrá mal e acabará por ser ordenada a retirada, com perdas superiores a 80 mortos e quase três centenas de feridos, entre os quais se encontra Azevedo Coutinho, o “ou vai ou racha”, que desta vez perdeu a bravura... Resistir aos ingleses tornara-se uma missão humanamente impossível, bastava olhar para a diferença de efectivos no terreno: a 31 de Dezembro de 1891 a população branca em Angola era inferior a 10.000 habitantes, enquanto na União Sul-Africana era já superior a 600.000!

Face a esta enorme desproporção na cobertura demográfica europeia da África austral, será a vez da Inglaterra protelar indefinidamente as respostas solicitadas por Portugal. Assim, só em 20 de Fevereiro de 1892, o legado britânico *George Glynn Petre* se dignou informar o seu homólogo português, Henrique de Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros, que aceitara, em princípio, os limites propostos por António Ennes, tendo em vista a separação do reino do Barotze e de Angola⁶⁷. E só passado mais de 1 ano chegaria a respectiva proposta inglesa de estabelecimento de um *modus vivendi*, a qual foi aceite por Portugal, como solução provisória para os limites a fixar entre Angola e o Barotze, a partir do Meridiano 22° de Longitude leste⁶⁸. Seguir-se-ia um novo compasso de espera, em que tomou posse do governo de Álvaro Francisco da Costa Ferreira⁶⁹.

Portugal ainda tentará renegociar, uma vez mais, a definição da fronteira leste⁷⁰, invocando o acordo firmado com a Inglaterra em 20 de Agosto de 1890. Sem qualquer resultado, pois a Inglaterra, inflexível, pretendia agora ocupar parte da zona do Cassai e a zona além Cubango⁷¹. Só que por detrás de uma política de papéis, Portugal estava refém de uma dívida verdadeiramente incomportável, que permitia aos ingleses o protelamento indefinido de qualquer expediente que visasse a marcação de

⁶⁴ O Convénio luso-belga sobre o Estado do Congo realizou-se em 25 de Maio de 1891. O “Acto Geral” do Convénio, em que finalmente era limitada a liberdade de comércio antes exigida, foi confirmado e ratificado em Março de 1892.

⁶⁵ Os alemães instalaram então uma outra missão em Omupanda.

⁶⁶ A 19 de Novembro de 1891.

⁶⁷ É então que a Comissão de Cartografia publica a “Carta de Angola”, fixando o limite ocidental do Reino do Barotze no Meridiano 22° de longitude leste, em vez de 20°.

⁶⁸ 15 meses depois, ou seja, a 31 de Maio de 1893. O acordo sobre a fronteira leste será estabelecido a 5 de Junho, para entrar em vigor a 1 de Julho.

⁶⁹ 1 de Outubro de 1893.

⁷⁰ Outubro de 1893.

⁷¹ As reuniões prosseguiram em Luanda para aonde haviam regressado as Comissões.

fronteiras concretas e definitivas de territórios que, bem o sabiam, estavam técnica-mente hipotecados. As negociações em curso não eram mais do que mera encenação, “para inglês ver”. Tanto assim era, que pouco mais tarde, a Inglaterra e a Alemanha fizeram um acordo secreto tendo em vista a divisão entre si dos territórios ultramarinos portugueses⁷².

Portugal improdutivo e paralisado, sem meios financeiros, sem recursos humanos e sem capacidade militar, tentará contudo ripostar ao avanço imparável dos ingleses, sobretudo na zona sudeste de Angola (além Cubango), em que a “ocupação efectiva” por parte dos portugueses estava longe de satisfazer as exigências mínimas internacionais. Em finais de 1893 foi ainda feita uma derradeira tentativa de reorganizar as forças militares de Angola, mas a verdade é que todo o esforço bélico de Portugal estava agora concentrado na defesa de Bissau (Guiné), onde fora proclamado o estado de guerra, não havendo meios para extinguir outros focos de tensão. A colonização afundava-se irremediavelmente, num abismo de decadência e ruína.

No 3º trimestre de 1894 recomeçaram os problemas em Moçambique, agora em Anguane, a menos de 15 km de *Maputo* (Lourenço Marques), com a localidade a ser evacuada, sem sequer ter sido atacada, tal era o pânico que se instalara entre os portugueses e afins. Falava-se num possível ataque de 12.000 a 15.000 *Thongas* sublevados, pelo que em *Maputo* (Lourenço Marques) foram distribuídas duas centenas de espingardas a civis, enquanto brancos e mestiços (mais de 12.000) se apressavam a formar milícias e a erguer barricadas. E foi então que *Cecil Rhodes* desembarcou em *Maputo* (Lourenço Marques), oferecendo os seus “préstimos” no sentido de falar com Gungunhana e sustar a rebelião em curso. Os Portugueses, desconfiados da bondade das intenções de *Cecil Rhodes*, recusaram tal oferta de mediação, até porque consideravam Gungunhana um vassalo de Portugal. Mas estavam redondamente enganados: um grupo de aproximadamente 2.000 revoltosos concentrou-se nas imediações de *Maputo* (Lourenço Marques) e esboçou um ataque demasiado denunciado e previsível, desde logo repellido pela artilharia portuguesa que faz mais de cem mortos, desmobilizando os atacantes⁷³.

Tinha sido um primeiro aviso. Os Portugueses comandados por António Ennes, passaram à ofensiva conseguindo vencer dificilmente os Landins (*Thongas*) em Marracuene, numa batalha inconclusiva, cujo desfecho poderia ter sido uma vitória

⁷² A 30 de Agosto de 1893. Vide CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 287.

⁷³ O ataque ocorreu a 14 de Outubro de 1884. Gungunhana ameaçara transformar o seu reino, habitado por cerca de um milhão de pessoas, num protectorado inglês. Sobre a cronologia dos acontecimentos vide RAMOS DE ALMEIDA, Pedro – *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

dos *Thongas*⁷⁴. Já a contar com um agravamento da situação de revolta, o governo português apressou-se a enviar reforços para aquela colónia, pelo que durante o primeiro semestre de 1895 estarão estacionados no sul de Moçambique cerca de 3.000 combatentes europeus que vão sendo dizimados por mosquitos, enquanto o Reino de Gaza, de Gungunhana, se vai mantendo livre, pelo menos até 8 de Setembro, quando os portugueses venceram novamente os *Thongas*, em Magul. Paiva Couceiro e Freire de Andrade comandavam então 275 portugueses e 33 angolanos que, formados em quadrado, resistiram a mais de 6.000 atacantes, abatendo mais de 300, com Paiva Couceiro a ser ferido em combate.

E pouco tempo depois, deu-se a batalha de Coolela⁷⁵. Em menos de uma hora, Gaza capitulou perante uma coluna composta por mais de 600 europeus e outros tantos africanos⁷⁶. O balanço é ilustrativo da desigualdade em termos de armamento: mais de 300 mortos e de 600 feridos do lado africano, contra 5 soldados mortos e uma vintena de feridos para os portugueses que, antes de retirarem para Inhambane bombardearam e incendiaram 1.600 cubatas de Manjacaze. No final do ano António Ennes e as suas tropas embarcaram para Portugal, pelo que coube ao governador de Gaza, Mouzinho de Albuquerque, à frente de apenas meia centena de soldados, a tarefa de irromper temerariamente em Chaimite, prendendo Gungunhana⁷⁷. Tinham passado 15 meses sobre a rebelião iniciada em Anguane e estava finalmente consumada a difícil conquista de Gaza e do sul de Moçambique.

António Ennes (que se queixava dos colonos brancos, considerando-os homens incapazes de vencer na vida na Metrópole, e que temia o Islamismo que, em seu entender, poderia unir os negros contra os brancos), escreveria mais tarde:

“Não custou tanto vencer os Vátuas como vencer o terror que os Vátuas inspiravam”.[...] já ninguém faz guerras assim senão nós, e talvez os Espanhóis, porque eles e nós somos os únicos representantes, no mundo, do que se poderá chamar a cavalaria de além-mar”⁷⁸.

⁷⁴ António Ennes desembarcara em Maputo (Lourenço Marques) a 13 de Janeiro, como comissário régio. O confronto de Marracuene foi a 2 de Fevereiro de 1895. Os ingleses davam a Maputo o nome de *Delagoa Bay*.

⁷⁵ 7 de Novembro de 1895.

⁷⁶ Sobre o ascendente dos europeus na Ásia e em África, resultante do notável avanço científico e tecnológico do seu armamento, vide ADAS, Michael – *Machines as the Measure of Men: Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1989.

⁷⁷ 28 e 29 de Dezembro. Humilhado e exibido em Portugal como um troféu, foi depois levado para Angra do Heroísmo onde definiu até à morte. Sobre este acontecimento diria Teixeira Bastos: “[...] foi sem dúvida uma lamentável recrudescência do militarismo, do espírito de conquista e de predomínio da força; como lamentável é, no fim do século XIX, o emprego da guerra como elemento de civilização.” RODRIGUES, António Simões (Coordenador) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. E Autores, 1994, p. 244.

⁷⁸ ENES, António – *A guerra de África em 1895 (Memórias)*. 2ª ed. Lisboa: Edições Gama, 1945, p. 470.

10.7. - Indefinição em Angola e Moçambique no final do século XIX

Em Angola, em contrapartida, vivia-se um período de relativa paz social, apenas perturbada por um caricato “incidente diplomático”⁷⁹, que viria a prejudicar as relações de amizade entre Portugal e o rei do Congo, D. Álvaro D’Água Rosada (*Ntotela*): o rei do Congo (que estivera em Lisboa onde fora submetido a tratamento hospitalar), descobriu tardiamente que a vistosa farda que lhe oferecera o anterior rei português, D. Pedro V, era igual à farda que usava qualquer soldado da guarda real. Sentindo-se desconsiderado na sua importância, planeou no Congo uma azeda campanha de vingança contra os brancos, anunciando que iria proceder a uma matança geral dos residentes e missionários europeus, nomeadamente, os da Missão Baptista. Mas como não encontrou suficiente eco na população local e também porque as tropas portuguesas tomaram algumas precauções defensivas, nada de inesperado viria a acontecer. Portanto, foi num contexto de calma aparente que se iniciou o 2º mandato do Governador Álvaro António da Costa Ferreira, que viu com agrado o pedido feito pelo governo português ao governo inglês, de imediata delimitação das fronteiras entre Angola e o Barotze⁸⁰. O que viria a ocorrer numa Conferência que se realizou passados apenas 15 dias, por proposta do encarregado dos Negócios de Portugal em Londres, Cirilo Machado, na qual se mencionava o Tratado de 30 de Dezembro de 1886, assinado com a Alemanha, o Tratado de 11 de Junho de 1891 e a Carta de Angola de 1892.

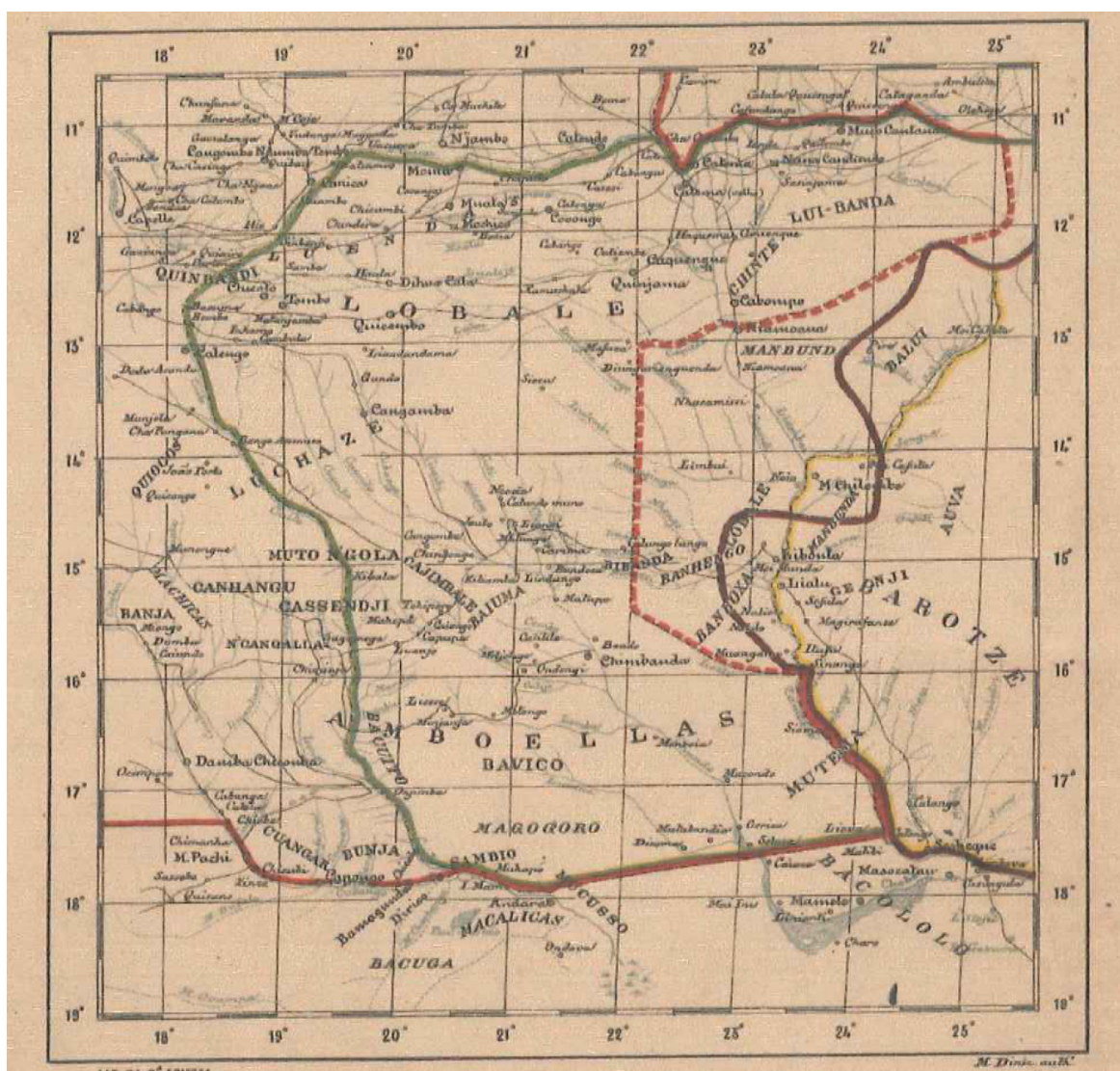
Mas a verdade é que os limites continuarão a ser ignorados, mesmo a nível interno⁸¹, pelo que a Comissão de Cartografia voltará a insistir na urgência da delimitação da fronteira entre Angola e o Barotze, até porque a Alemanha pretendia que fosse revista a fronteira estabelecida entre os rios Cunene e Cubango, no que até contava com a aprovação do governador de Mossamedes, que sugeriu uma troca do problemático Cuamato por uma zona do Cuanhama, ou seja, oferecia aos alemães, candidamente, a “maçã envenenada”. O governo português também solicitou ao governo inglês a prorrogação do *modus vivendi* de 1893 por mais 2 anos, bem como a nomeação de comissários, para a resolução deste interminável litígio.

⁷⁹ Sensivelmente em Abril de 1895.

⁸⁰ A tomada de posse ocorreu 15 de Abril de 1895 e a solicitação de delimitação de fronteiras foi formulada apenas 2 dias após a sua tomada de posse. O 2º mandato de Álvaro António da Costa Ferreira durou apenas 14 meses. A 14 de Junho de 1896 tomou posse, com poderes acrescidos, o novo governador-geral de Angola, Guilherme Augusto de Brito Capelo, que já ali exercera essas funções, entre 1886 e 1892.

⁸¹ A 17 de Maio, o Governador-Geral deu conhecimento ao ministro da Marinha e Ultramar de terem sido concedidos ao caçador *Erickson*, pelo soba do Cuanhama e por 50 libras anuais, alguns terrenos situados entre Cassinga e o Cubango. E a 22 de Junho, o ministro da Marinha e Ultramar comunicou ao cônsul português no Cabo, a nulidade dessa mesma concessão.

Mapa XX – Pretensão inglesa sobre a fronteira no sudoeste de Angola



- Pretensão inglesa sobre a extensão do reino do Barotze e sua fronteira ocidental;
- Fronteira interpretada em conformidade com o Tratado de 11-06-1891;
- Fronteira segundo a carta etnográfica publicada no "The Times" Atlas de 1891;
- Fronteira provisória segundo o *modus-vivendi* de 1893 e que pelo tratado de 20-08-1890, era a fronteira definitiva.

FONTE: DINIS, Miranda – Carta da região sueste d^a Angola confinante com a fronteira do Barotze [material cartográfico] / M. Diniz auth.. – [Escala: 1. 6.000.000]. Lisboa: C^a. Editora, [post. 1897]. Adaptação gráfica de José de Azevedo.

A resposta do governo inglês aos pedidos do governo português de delimitação urgente da fronteira entre Angola e o Barotze foi então afirmativa, prorrogando-se o

prazo do *modus vivendi* até 1 de Julho de 1898⁸². Entretanto foi confirmado o Meridiano 22º como limite do Barotze, que passaria a designar-se por Rodésia, salvaguardando-se os direitos de Angola, bem como os seus pretensos direitos sobre Caquengue, na margem do rio Zambeze⁸³. E a mencionada “Companhia de Mossamedes”, dominada por ingleses e franceses e concessionária desde 1884 dos direitos de prospecção mineira numa vasta área do centro sul de Angola, criou então uma companhia subsidiária - “*The Cassinga Concessions, Ltd*” -, destinada a pesquisar ouro, exclusivamente, na zona de Cassinga⁸⁴.

Mas as atenções de Portugal estavam mais centradas em Moçambique e em Mouzinho de Albuquerque que, embora promovido a herói nacional, fracassará na sua tentativa de progressão para norte⁸⁵. Obrigado a retirar em Moruja, acabará por ser ele próprio a admitir que se enganou rotundamente na avaliação das forças rebeldes, que eram mais e melhores do que supunha, utilizando a emboscada como sistema de guerrilha, em terrenos que conheciam bem melhor do que os portugueses. E isso era um fatigante quebra-cabeças para os europeus que, naturalmente, estavam mais preparados para batalhas convencionais em campo aberto, preferivelmente formados em quadrado e ajoelhados!

Com a aproximação da viragem de século intensificou-se ainda mais a pressão sobre as possessões portuguesas em África. Através de um Tratado secreto, a Alemanha e a Inglaterra demarcaram as suas zonas preferenciais de influência a sul do Equador, na perspectiva de uma futura partilha dos territórios sob influência portuguesa, dada a reconhecida impossibilidade de Portugal pagar os elevadíssimos encargos financeiros que contraíra com Londres⁸⁶. Cresciam os juros e as amortizações e o pouco que se produzia era insuficiente para diminuir a dívida, situação que não demoraria muito a rebentar. Segundo uma cláusula secreta do Tratado anglo-germânico, a Alemanha ficaria com as regiões a norte do Zambeze e com a parte sul de Angola até ao Meridiano 20º, enquanto à Inglaterra caberia o norte de Angola até ao Estado do Congo e a parte de Moçambique a sul do Zambeze. Ao ter conhecimento

⁸² A resposta ao pedido formulado pelo governo português em 27 de Novembro de 1895, de prorrogação do *modus vivendi*, chegou 1 mês depois.

⁸³ Ver Mapa XV (Capítulo 9). O Barotze era dominado pela “*British South Africa Company*”. A 20 de Março de 1896, *Lewanica* reconheceu o limite ocidental do Reino do Barotze no Meridiano 22º e não no 20º, como outros pretendiam. Porém não deviam ultrapassar aquele limite, pelo que os portugueses que já estavam fixados além dessa fronteira deviam retirar-se. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol., p. 299.

⁸⁴ “*The Cassinga Concessions, Ltd*”, foi criada em Novembro de 1895.

⁸⁵ Durante o segundo semestre de 1896.

⁸⁶ O Tratado foi assinado em 30 de Agosto de 1898. Fora previsto 5 anos antes e esteve em “compasso de espera” desde 30/8/1893. Em Julho de 1898, Portugal recomeçara as negociações para a obtenção de um empréstimo da Inglaterra, situação que desagradava à Alemanha, que então se virara para a França na busca de apoio para a hipotética partilha dos “domínios” portugueses.

dessa cláusula de penhora (que afinal não era assim tão secreta), Portugal retraiu-se e, naquelas condições, susteve o novo pedido de empréstimo que à data (Setembro de 1898) estava a negociar com Londres, facto que desesperou a Alemanha, que veladamente ameaçava não abdicar do plano de fixar três milhões dos seus habitantes em Angola⁸⁷. O maior problema residia no facto de a efectiva posse desses territórios não estar assegurada, e de Portugal, que nem sequer era capaz de se organizar internamente, estar rodeado de “amigos” por todos os lados. Os ingleses dominavam o Zambeze e, associados aos bóeres, já faziam prospecções de ouro em Cassinga, proibindo aos portugueses o livre acesso ao Cuito, situado a leste de Cassinga⁸⁸. Os belgas, por sua vez, ocupavam uma parte substancial do antigo “Império Lunda” reduzindo-o à parte angolana que Henrique de Carvalho cuidadosamente vassalizara, o que permitira ao governo português a criação na Lunda dos postos de Lui e Luremo, de importância crucial no âmbito da produção e comércio da borracha⁸⁹. O rei da Bélgica apoderara-se duma grande parcela do antigo reino do Congo, pretendendo assenhorear-se do comércio da borracha e obrigando os nativos a um quantitativo mínimo de produção, sob pena de severas punições pessoais e colectivas. E a prática de sevícias contra as populações indefesas tornar-se-ia de tal modo agressiva, que a população nativa depressa ficou reduzida a menos de metade!

No entanto, seria a própria Inglaterra a inviabilizar o Tratado que subscrevera com a Alemanha, facto que introduziu algum alívio na apreensão com que Portugal encarava futuro das colónias portuguesas de Angola e de Moçambique. Por influência do marquês de Soveral, os governos da Inglaterra e de Portugal negociaram secretamente o Tratado de *Windsor*, no qual foram reafirmados os anteriores tratados de amizade, que tinham sido esquecidos, nomeadamente os Tratados de 29 de Janeiro de 1642 e de 23 de Junho de 1661, que obrigavam a Inglaterra à defesa das colónias portuguesas, para além da garantia da continuação de ajuda financeira, sem quaisquer riscos hipotecários sobre as colónias portuguesas. Embora se estivesse a “meter a velha raposa no galinheiro”, ficava assim sem efeito o Tratado elaborado no

⁸⁷ Em Setembro de 1900 um destacamento alemão chegou a *Ondgiva* (Pereira de Eça), a fim de contactar o rei do Cuanhama, *Weyulu*. Entretanto o padre *Lecomte* instalava uma Missão católica em Matadiva, com o apoio e agrado de *Weyulu*, reduzindo as aspirações dos alemães no sul de Angola, onde já se notavam evidentes sinais duma premeditada invasão.

⁸⁸ Essa proibição foi denunciada em 24 de Janeiro de 1900, pelo governador de Mossamedes.

⁸⁹ Ver Mapa XXI, no final do presente Capítulo. A exportação da borracha, em ascensão desde 1886, atingiu em 1898 o máximo de 3.379 toneladas, embora houvesse certa quebra na cotação e o “desvio” da que era negociada directamente com o Congo Belga, assim como outros produtos. O declínio da exportação da borracha de 2ª qualidade (conhecida por “borracha das ervas”) começou em 1900. Surgiu então a concorrência estrangeira: o Brasil exportou 26.743 toneladas!

ano anterior referente à hipotética divisão de Angola entre a Inglaterra e a Alemanha, no caso de incumprimento dos empréstimos concedidos e a conceder a Portugal⁹⁰.

Mas esta viragem da Inglaterra não foi inocente, na medida em que a necessidade de entreatajuda, em África, era recíproca. Nessa mesma altura, precisamente, eclodia em *Belmond* a guerra entre os ingleses e os bóeres que pretendiam a independência dos “estados livres” do Transval e de Orange, ricos em ouro⁹¹. A Inglaterra mobilizara um poderoso exército de cerca de 200.000 homens, pelo que os bóeres, em muito menor número, utilizavam o território de Angola como plataforma de refúgio, a partir de onde organizavam acções de guerrilha. Por isso mesmo, a Inglaterra também pretendia o apoio de Portugal no sul de África, nomeadamente que fosse impedida a passagem de armas e munições para os revoltosos, o que até então estava a ser feito através de Moçambique⁹².

E no sudoeste angolano, conseqüentemente, persistia a incerteza e a indefinição quanto ao futuro, mesmo a curto prazo: transcorridos 50 anos sobre a chegada das colónias luso- pernambucanas a Mossamedes e cumpridos 15 anos sobre a chegada das colónias madeirenses ao Planalto da Huíla, o deputado português Ferreira de Almeida (ex-ministro da Marinha e Ultramar), propunha a venda das colónias, à excepção de Angola e S. Tomé, considerando que só assim se poderia resolver o problema da dívida externa e projectar o desenvolvimento de Portugal continental⁹³. Assim se demonstrava, uma vez mais, que a ausência de recursos financeiros e humanos, era a marca original da colonização portuguesa.

No século seguinte, Angola...

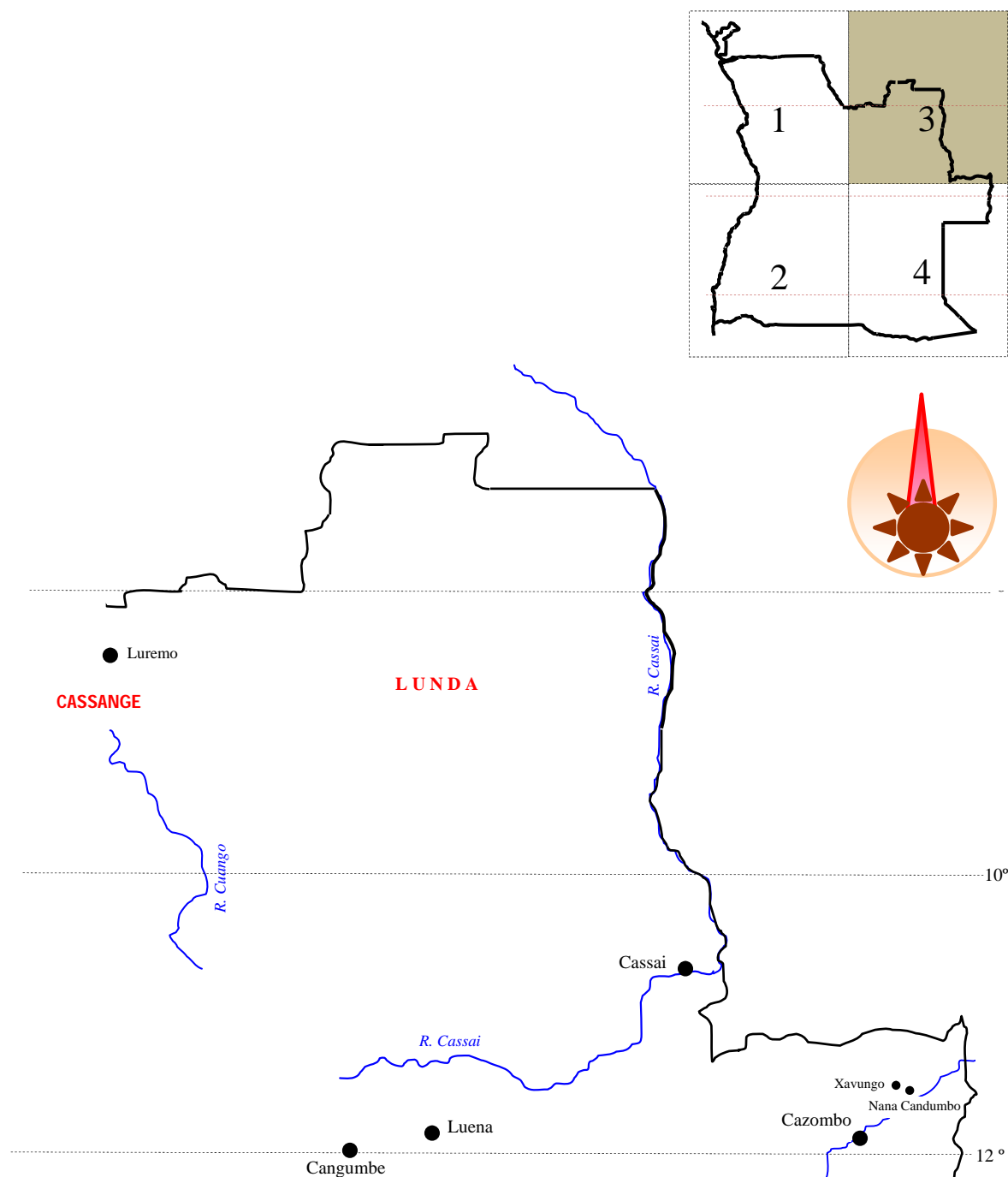
⁹⁰ O Tratado de *Windsor* foi negociado a 14 de Outubro de 1899. Hoje em dia não subsiste a menor dúvida de que durante o século XIX e até meados do século XX, Portugal não passava de um mero protectorado inglês ou, mais rigorosamente, de uma pobre colónia inglesa. Em resumo, Portugal não existia como Estado soberano, na exacta medida em que não podia dispensar a Inglaterra como potência tutelar. Sobre esta matéria vide SERRÃO, Joel – Pequeno Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, [s.d.]. p. 747.

⁹¹ A guerra entre ingleses e bóeres eclodiu em Outubro de 1899. Os bóeres independentistas eram também designados por *africanders*. Nesta guerra morreram muitos *africanders* em verdadeiros “campos de concentração”, principalmente mulheres e crianças.

⁹² Os efeitos desta “aliança” estratégica, acabaram por produzir resultados: a 10 de Setembro de 1900 o presidente da República do Transval, *Kruger*, refugiou-se em Lourenço Marques (hoje Maputo) na residência do governador do distrito António José Machado. Recomeçava o nomadismo dos bóeres. A 13 de Setembro de 1899 fora aprovado um Decreto que regulamentava a importação e o uso de armas e munições.

⁹³ Vide CLARENCE-SMITH, Gervase – *O Terceiro Império Português (1825- 1975)*. Lisboa Teorema, 1985. ISBN 972-695-099-6.

Mapa XXI – Principais referências geográficas do nordeste de Angola no final do século XIX



FONTE: Documentação referida no Mapa I; Carta de Angola (escala 1:500.000), elaborada pela Missão Geográfica de Angola; Mapa de Angola (Escala: 1: 4.000.000), elaborado pelos Serviços Geográficos e Cadastrais de Angola. Compilação e organização gráfica de Jaime Gomes e José de Azevedo.

Conclusões

É verdade que a tradição cultural portuguesa sempre se preocupou mais com a História do que com a Filosofia. E mesmo no que respeita à chamada “filosofia de vida”, ela foi sempre ultrapassada pelo imaginário da viagem. A sobrevivência determinou nos portugueses um sentido congénito de emigração, desde as caravelas aos Bandeirantes, às andanças de funantes e pombeiros e ao “salto” para França.

Em 1785, Pinheiro Furtado e Gregório Mendes, viajantes do mato, em vão instaram o Governo-Geral de Angola a mandar construir um presídio em Mossamedes, de modo a consolidar a presença e a soberania portuguesa naquela promissora região. Os esforços feitos até então e os documentos produzidos tiveram percursos incrivelmente morosos: os relatórios escritos por Gregório Mendes e por Pinheiro Furtado no ano de 1785, só tiveram efeitos práticos 63 anos depois, em 1848, quando foram enviados para Pernambuco, com a finalidade de ajudar os potenciais colonos a decidir sobre o seu imprevisível futuro, no mutilado continente africano.

Efectivamente, só em 1839 é que foram retomadas as explorações dos territórios a sul de Benguela, facto razoavelmente esclarecedor sobre a renúncia que se instalara em Portugal, no que toca à reorganização do “Império”. Tinham passado 54 anos sobre as expedições de Mendes e de Furtado, quando Pedro Alexandrino e Francisco Garcia recomeçaram tudo do zero, embora com propósitos mais explícitos: a redução à vassalagem dos povos indígenas e a efectiva ocupação militar do sul de Angola. E as explorações de Pedro Alexandrino e de Francisco Garcia tiveram, pela primeira vez, alguns resultados palpáveis, pois foram atingidos alguns objectivos essenciais: foi explorada uma vasta área territorial, foram avassalados (a bem ou a mal) todos os povos avistados pelo tenente Garcia; e foi fundado, enfim, um assentamento prisional em Mossamedes, símbolo emblemático da presença portuguesa a sul de Benguela.

Foi só a partir de 1840 que a costa a sul de Benguela começou a ter significado estratégico, com a construção do Presídio e Estabelecimento de Mossamedes. Para, pouco depois, passar a ter alguma importância logística com a instalação de 8 feitorias e de 8 lojas, que se dedicaram, até ao limite dos escassos recursos humanos disponíveis, à agricultura, à pesca e ao comércio natural com os autóctones. Nada, contudo, que pudesse retirar a povoação de Mossamedes e toda a costa a sul de Benguela da medíocre estagnação em que “vegetou” durante os anos de 1840 a 1849. Até a chegada das colónias procedentes de Pernambuco, não se alterou

significativamente o quadro de desamparo e/ou esquecimento em que sobrevivia todo o sul de Angola.

A mútua agressão entre um estudante e um caixeiro, foi a “espuma” catalisadora de uma reacção em cadeia que conduziu à organização de um grupo pioneiro que, partindo para o sul de Angola, iria constituir-se como “centro de irradiação” do desenvolvimento de toda a região a sul de Benguela e, posteriormente, servir de trampolim para outras colonizações que progrediram para o interior do sudoeste angolano. Foi a primeira colónia massiva do século XIX apoiada pelo Governo Português, algo que em princípio não estaria nos planos imediatos de ambas as partes (emigrantes e governantes), dada a fragilidade da Fazenda Pública e a atracção preferencial que o Brasil continuava a exercer nos portugueses, que partiam “à ventura”. Partiam os mais ousados, os mais famintos, como diria Miguel Torga. E a bengala do estudante brasileiro acabou por ser a “varinha mágica” que terá mudado a História. Porque, se não tivesse ocorrido esse momento determinante, tudo poderia ter sido diferente e a evolução de todo o sul de Angola teria sido, provavelmente, outra. E, nesta abrangência calculada – todo o sul de Angola – não estou a ser exagerado ou excessivo, antes pelo contrário: sem o esteio moçamedense, o porto, a fortaleza e o apoio logístico de uma população já instalada no terreno, estou convicto de que teria sido diversa a penetração para o interior montanhoso e, também diferente, a dispersão e fixação de outros grupos de colonizadores que, partindo de Mossamedes, se dispersaram pelo interior centro e sudeste daquele vasto território.

E o acaso, por outros acasos, até foi mais longe: mesmo o plano traçado pelo Governo Português de instalação da primeira colónia vinda de Pernambuco no lugar do Bumbo (povoação que desapareceu do mapa), acabaria por não se cumprir. “O caminho faz-se caminhando”, como diz António Machado. E a colonização de Mossamedes, não fugindo à regra, seguiu por caminhos delineados pelas contingências e vicissitudes da época. Os feracíssimos terrenos do Bumbo, a excepcional localização daquele “paraíso terreal”, assim descrito pelo sertanejo Francisco Garcia no seu *Relatório* datado de 01 de Janeiro de 1786, foram desde logo preteridos pela vantajosa proximidade do mar, fonte importante de abastecimento e interacção com o exterior, factor determinante que os “retirantes” de Pernambuco bem souberam aproveitar.

Mesmo tendo em conta as contrariedades que a abolição da escravatura representava para o desenvolvimento das colónias (muito mais sentidas em Mossamedes do que no Lubango), é sabido que Portugal e todas as outras nações

européias ignoraram os textos legais e os documentos que subscreveram. Estes, infelizmente, não passaram de letra morta perante os reiterados abusos das posições dominantes, favorecidas por diversas cumplicidades internas, igualmente condenáveis. Negligência do Estado Português e ligeireza na aplicação de leis aprovadas, são as conclusões que dolorosamente poderemos retirar da persistência do escravagismo até ao século XX, fazendo de África um continente destroçado. E o Decreto de 29 de Abril de 1858 (Sá da Bandeira), declarando inteiramente abolido nas colónias portuguesas o estado de escravidão, apenas serviu para glorificar o nome do estadista que o referendou, pois o desonroso tráfico persistiu durante muitas décadas, conforme atesta a obra do professor Luiz Felipe de Alencastro.

Mas, sem se invocar a estafada justificação ou “desculpa” com o contexto histórico da época, também é evidente que as duas colónias provenientes de Pernambuco e que se fixaram em Mossamedes, seguidas 35 anos depois pelas colónias provenientes da Ilha da Madeira que povoaram o Planalto da Huíla, aqueles homens, mulheres e filhos, castigados pela perseguição e a desgraça, lutaram solidariamente uns pelos outros e pelas suas famílias, não por Portugal, pátria adversa e madrasta, à qual não quiseram regressar. Nem sequer se poderá afirmar que agiram em nome de governos de além-mar que, quando foram solicitados a prestar-lhes auxílio (1854 e 1886), pouco ou nada puderam fazer. Mas, a reacção a uma insurreição em Pernambuco ou ao miserabilismo da Madeira oitocentista, tampouco se poderá resumir a um simples automatismo de defesa solidária ou fraterna. Não foi só isso, obviamente, o que se passou. As pessoas que decidiram partir eram, como sugerem os factos, gente do século XIX, substancialmente diferente do homem actual: “gente de pau e manta”, nos versos amargurados de Alexandre O’Neill, nascida no seio de famílias numerosas e pouco abastadas (por isso mesmo emigravam), gente já caldeada pelo sofrimento, profundamente religiosa e esforçada; gente com um elevado sentido do dever e da dignidade humana, pois se assim não fosse, teriam suportado todos os vexames, nenhum desacato ou perseguição os removeria das suas raízes ancestrais.

Sem se aperceberem da progressiva importância e do alcance da rede demográfica que estavam a tecer, foram totalmente absorvidos pelo seu novo destino, isolados no deserto por sua conta e risco, ou afastados do mar para se acharem a percorrer as inóspitas “Terras do Fim do Mundo”, sem tempo para relembrar o passado. E acabaram por se tornar nos inquestionáveis percursos de uma vasta acção colonizadora, assumindo-se como os edificadores de uma plataforma de atracção irradiante, indispensável ao relativo sucesso das migrações que lhes sucederam e que

consolidaram a presença portuguesa em todo o sudoeste angolano. Representando o triunfo do improvável, foram estes colonos a chave e o suporte estruturante (e quiçá psicológico) dos sucessivos grupos de europeus que posterior e progressivamente foram penetrando e instalando no interior do sudoeste de Angola. E foram esses atribulados movimentos migratórios, ocorridos entre de 1849 e 1850 (com luso- pernambucanos), 1860 e seguintes (com gente de Olhão/Algarve) e 1884 e 1885 (com madeirenses), os “estribos” de outros núcleos colonizadores, já devidamente planificados, que nos anos subsequentes se fixaram no sudoeste angolano, concretizando a ocupação de toda a zona planáltica oriental, que se estende da Serra da Chela até ao Alto Cunene. E apesar dos muitos erros e excessos cometidos contra as populações africanas, essas migrações acabaram por ser as tentativas mais bem sucedidas entre todas as colonizações promovidas pelos portugueses em África. Se pensarmos, nos dias de hoje, na heterogeneidade dos grupos humanos atirados para terras longínquas e mal afamadas, que não conheciam minimamente, na exiguidade dos recursos disponíveis, ou seja, nas péssimas condições gerais em que essas operações foram realizadas, teremos de concluir que só gente de muita coragem, tenacidade, perseverança, seria capaz de desenvolver com êxito um processo de mudança tão radical e tão difícil. Mesmo no plano das práticas agrárias, é legítimo concluir que a partir da chegada dos colonos houve uma mudança quase radical de atitude, na medida em que o regadio adquiriu grande importância, alterando profundamente os parâmetros tradicionais da agricultura e a vida quotidiana das populações.

Por outro lado, deveria ser deprimente ver a equanimidade com que as potências emergentes daquela época humilhavam um Portugal vencido pela pobreza de recursos humanos e materiais, incapaz de manter a utopia imperialista. E também o servilismo com que a Corte portuguesa aceitava os ingleses, que não se coíbiavam de manifestar o grande desprezo (talvez merecido) que tinham pelo povo português. Mas, em 1890, o desequilíbrio de forças num mundo em transformação, apontavam inequivocamente para a instituição de uma nova ordem mundial. Vieram a seguir as humilhações sobre humilhações, não apenas oficiosas, mas no terreno: os alemães e os ingleses a pressionarem na fronteira sul e no Barotze, os reinos africanos de Angola a devolverem com juro a imposta vassalagem, com os desastres de Quiloba, do Vau do Pembe, de Jamba Camufate e de Naulila. No final do século XIX, a defesa das colónias passava mais pelo *struggle for life* do que pelo nacionalismo genuíno. E ao povo português, exausto, tanto fazia ter império como deixar de o ter, o mais importante era escapar à fome e à miséria. O português comum já não acreditava em

nada, os colonos que estavam no sul de Angola, por sua vez, também não acreditavam nos portugueses. Na sua generalidade, o emigrante português (incluindo o pobre colono madeirense que saíra da Madeira pobre) era uma espécie de semi-apátrida, uma ave de arribação, à procura de acolhimento. Antes e depois da viagem eram pessoas sem grande devoção pela pátria portuguesa.

Finalmente, gostaria de dizer alguma coisa sobre o povo angolano: Angola é o resultado do cruzamento de muitos nacionalismos, principalmente a nível interno, dentro das fronteiras definidas a partir dos anos 80 do século XIX. Basta dizer que quando os portugueses chegaram a Angola só se aperceberam da existência do reino do Congo, entre mais de uma dezena de outros reinos que utilizavam diferentes dialectos. Paralelamente a estes nacionalismos internos surgiram os nacionalismos externos, corporizados nos propósitos colonizadores de portugueses, holandeses, belgas, ingleses, alemães e franceses, que, invariavelmente, procuravam desagregar as estruturas organizativas locais, dividindo para reinar, ou exterminando populações para imporem a lei do mais forte. Acabaram por não o conseguir, facto que significa, muito simplesmente, que os nacionalismos internos saíram vencedores. Porque sempre lá estiveram. Por detrás do povo angolano sempre esteve a Angola dos reis angolanos, desde *Jinga* a *Ndunduma* e *Mandume*, dilacerados pelos interesses e a força interessada dos colonizadores, nomeadamente portugueses, no caso de Angola.

Hoje os portugueses já nem sequer têm barcos. Mas a imagem de marca dos portugueses no mundo continua a ser a caravela, como reparou o ensaísta português Eduardo Lourenço. E os angolanos já nem sequer têm de responder “tugi patrão”. Mas o presságio da “Sombra das Galeras” continua a espreitar, como profetizou o poeta angolano Alexandre Dáskalos.

“*Oh mar, o meu coração fica para ti, para ter a ilusão de nunca mais parar*”¹.

¹ DÁSKALOS, Alexandre – Poema. In *Antologia Poética Angolana*. Sá da Bandeira: Gráfica da Huíla, Lda., 1963.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - Fontes manuscritas

A – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

1 – Angola – 1ª secção

Caixa 177 – 1833-1837.

2 – Conselho Ultramarino – Direcção-Geral do Ultramar

Angola

Pasta 5 – 1853.

Pasta 8 – 1854.

Pasta 12 – 1855.

Pasta 17 – 1856.

Pasta 22 – 1857.

Pasta 23 – 1857.

Pasta 28 – 1858.

Pastas 34, 35 – 1859.

Pasta 37 – 1860.

3 – Angola – Sala 12 – Maços de Angola

819 – Alfândegas, Mappas de Importação-Exportação, 1858-1860.

822-827 – Papéis do Marquês de Sá da Bandeira.

1065 – Estatística, Navios Entrados e Saídos, 1842-1843.

4 – Angola – Sala 12 – Livros de Registos de Angola

Livro 1 – (1835-1837) – 680.

Livro 2 – (1840-1844) – 679.

Livro 4 – (1848-1850) – 676.

Livro 5 – (1850-1854) – 675.

Livro 6 – (1854-1855) – 674.

Livro 7 – (1856-1857) – 672.

Livro 9 – (1859-1861) – 670.

5 – Estatística – Alfândegas

Angola.

Pasta 1 – 1843-1846.

6 – Correspondência dos Governadores de Angola – 2ª secção

Pastas 2A, 2B, 2C – (1838-1839).

Pasta 15 – (1849).

Pastas 16, 16A – (1850).

Pastas 17, 17A – (1851).
 Pastas 18, 18A – (1852).
 Pastas 19 (1), 19 (2) – (1853-1854).
 Pasta 20 – (1854).
 Pastas 22, 22A – (1855-1856).
 Pastas 26, 27 – (1860).

7 – Angola – Diversos

“Mapas de Importação e Exportação da Alfândega de Loanda”, Janeiro-Abril-Maio 1846, Caixa 608.
 “Mapas de Importação e Exportação da Alfândega de Loanda”, Junho-Julho-Agosto 1855, Caixa 884.
 “Mapas de Importação e Exportação da Alfândega de Loanda”, Fevereiro-Maio 1856, Caixa 927.
 “Mapas de Importação e Exportação da Alfândega de Loanda”, Novembro-Dezembro 1855 e Janeiro 1856, Caixa 908, Doc 31.

B – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

I – Ministério dos Negócios Estrangeiros

Comissões Mistas:Luanda, 1842-1850, 1 caixa.
 Correspondência dos Consulados e Legação de Portugal no Brasil 1830-1850, 7 caixas.

II – Ministério o Reino

Correspondência recebida de Angola (expediente Geral). 1758-1799, MÇ. 606; 1760-1805, MÇ. 606. (Pesquisa WEB)

II - Fontes impressas

ALMEIDA, João de – *Sul de Angola: Relatório de um governo de distrito (1908-1910)*. 2ª ed. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936.

ALMEIDA, Paulo Dias de – *Descrição da Ilha da Madeira em geral e cada huma de suas Freguezias, Villas e Lugares em particular. Suas produções, número de fogos e seus habitantes e estado actual de suas Fortificações, acompanhada de estampas, referindo-se ao Mappa Geral da mesma Ilha*. [S.l.; s.n.], 1817.

AMADO, José de Sousa - *Compendio de Geografia das províncias e colónias portuguesas*. Lisboa: 1862.

ANDRADE, José Baptista de - Relatório do Governador Geral de Angola de 1873. Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar, [s.d.].

ARANHA, P. V. de Brito – A colónia portuguesa de Mossamedes. Arquivo Pittoresco, Lisboa: Ed. e Prop. Castro Irmão & C.^a, 1867, vol. X.

ARANHA, Brito – *Memórias histórico estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira, 1871.

- ARAÚJO, Antonio José de – *Colonies Portugaises D’Afrique: Colonisation, Émigration, Déportacion*.
Lisbonne: Exposition Universelle de 1900, 1900.
- AVELOT, R. – Les Grands Mouvements des Peuples en Afrique – Jaga et Zimba. Bulletin de Géographie historique et descriptive, 1912.
- BANDEIRA, Visconde de Sá da - Decreto de 31 de Janeiro de 1839. Annaes Marítimos e Coloneaes. Lisboa, 5.ª série, 1844.
- BETTENCOURT, Carlos Pacheco - *Memória sobre a abolição da escravidão nas colónias portuguesas e organização do trabalho agrícola*. Luanda: Imprensa do Governo, 1867.
- BOTELHO, Sebastião Xavier - *Escravidura, benefícios que podem provir às nossas possessões d’Africa da proibição daquelle tráfico*. Lisboa: Typ. José B. Morando, 1840.
- CARVALHO, António Pedro de - *As pautas das Alfândegas das Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Typografia Universal, 1870.
- CARVALHO, Tito Augusto de - *As companhias portuguesas de colonização. Memória*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.
- CASTRO, Álvaro de Noronha e - *Algumas palavras sobre a agricultura e indústrias dela derivadas nas colónias portuguesas*. Lisboa: Tipografia Pinheiro, 1914.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro – *As Colónias Portuguezas no Século XIX, 1811-1890*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1890.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro - *Descobrimientos dos portuguezes na África: pelo sócio effectivo Manuel Pinheiro Chagas*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1882.
- CORDEIRO, Luciano - *Produções, Commercio e Governo do Congo e de Angola. Segundo Manuel Vogado Sotomaior (e Outros)*. Lisboa: [s.n.], 1881.
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva - *História de Angola (1792)*. Lisboa: Editorial Ática, 1937, 2 vol.
- COSTA, Eduardo Ferreira da – *Ocupação Militar e Domínio Effectivo nas nossas Colónias*. Lisboa: Typografia Universal, 1903.
- COUTINHO, D. Francisco Inocência de Sousa – “Bando sobre as feiras que devem haver nos Certoens de Benguela e Caconda, 23 de Setembro 1768”. Luanda: Arquivos de Angola, 1933-1936, vol. I.
- COUTINHO, D. Francisco Inocência de Sousa – “Para o Exmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as providências que dei aos largos e úteis certões de Benguela e Povoações que estabeleci e dei novos nomes como de terras de Portugal”. Luanda: Arquivos de Angola, 1933, vol. I.
- CUNHA, Pedro Alexandrino da – Relatório do ocorrido na comissão da corveta Isabel Maria á Costa do Sul das possessões portuguezas na Costa Occidental d’Africa em Agosto de 1839. Lisboa: Annaes Marítimos e Coloniaes (parte não official). Lisboa, nº 12, 5ª série, 1845.
- DIAS, Manuel da Costa - *Colonização dos planaltos de Angola. Subsídio para o estudo do problema da emigração nacional*. Lisboa: [s.n.], 1913.
- DINIZ, Pedro – *O Conselho Ultramarino e as Colónias*. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1868.

- DOUVILLE, Jean-Baptiste - Aperçu de l'itinéraire de M. Douville dans le centre de l'Afrique, fait dans les années 1828, 1829 et 1830. Bulletin de la Société de Géographie, Paris, Tomo XVI, nº 99, Julho 1931.
- ESAGUY, Augusto de - *Estatutos da Sociedade Portuguesa contra a escravatura*. Lisboa: [s.n.], 1889.
- FURTADO, Luís Cândido Pinheiro; MENDES, Gregório José – “Mapa de uma parte da costa ocidental de Africa compreendida entre a cidade de S. Filipe de Benguella e a Enseada das Areias, examinada pelo tenente-coronel engenheiro Luís C. Pinheiro Furtado e pelo tenente de mar António José Valente, em que se nota a marcha feita nos sertões limítrofes pelo Sargento-mor Gregório José Mendes, tudo por ordem do (...) Barão de Mossamedes, governador e capitão general do reino de Angola e suas conquistas, desenhado por Luís Cândido Cordeiro em Angola no anno de 1786”. [s.l.]: Junta de Investigações do Ultramar, [s.d.].
- GARCIA, João Francisco - «Derrota que fez o tenente de Artilharia João F. Garcia, quando em cumprimento do officio do (...) governador de Angola e suas dependências, marchou da mesma baía até ao presídio de Caconda, a fim de abrir correspondência daquela baía (...) ao presídio e (...) observar e notar quanto achasse de interessante (...) 1841». Lisboa: Annaes Marítimos e Coloniaes, nº 6, 1844.
- GARCIA, João Francisco - Jornada pelo sertão de Benguella a Mossamedes em 1839. Lisboa: Panorama, nº 113, 1844.
- GERALDES, Carlos Eugénio de Mello - *Estudo sobre os latex borrachíferos e os methodos de fabrico da borracha. Seguido de uma notícia sobre uma nova espécie borrachífera descoberta pelo auctor no sertão de Benguella*. Lisboa: [s.n.], 1906.
- GERALDES, C. de Mello - *Contribution pour l'étude des cotons des colonies portugaises*. Lisbonne: 1914.
- GORJÃO, M. R. - *Colonisação do sul d'Angola: Parecer e proposta da Commissão africana*. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1886.
- GRANDE, Eduardo – Relatório. Funchal: Typ. Districto do Funchal, 1865.
- HERÉDIA, António Correia – *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*. Lisboa [s. n.], 1849.
- JESUS, Quirino Avelino de - A delimitação efectiva de Angola. Portugal em África. Nº 1 (1894), p. 33-48.
- LIBÓRIO, João José - Viagem a Quilengues e a Caconda (1856). Lisboa: Annaes do Conselho Ultramarino (parte não official), 1858.
- LIMA, José Joaquim Lopes de – *Ensaio sobre a Estatística de Angola e Benguella e suas dependências na costa ocidental d'Africa ao sul do Equador*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, vol. III.
- LIMA, J. J. Lopes de – *Ensaio sobre uma Estatística das Possessões Portuguezas*. Lisboa: 1844-1850, vol.4.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – *O Brasil e as Colónias Portuguezas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1881.
- MONTEIRO, Joachim Jonh - *Angola and the Congo River*. Londres: [s.n.], 1875.
- MORAES, J. A. da Cunha - *Album Photographico e Descriptivo*. Lisboa: David Corazzi, 1886.
- OLIVEIRA, António Augusto de – Primeiras explorações no sul de Angola. Lisboa: Boletim da Sociedade de Geografia. 7ª série, nº 7 (1887).

- P. – *Mossamedes*. “Archivo Pittoresco”, Lisboa: Ed. e Propr. Castro Irmãos & C^a, 1860.
- PINTO DE BALSEMÃO, Eduardo Augusto de Sá Nogueira – *A Guerra dos Dembos*. Luanda: Imprensa do Governo, 1872.
- PONCE DE LEÃO, Francisco Augusto - *Estudos sobre a colonia de Mossamedes. Sericultura e sericultura*. Lisboa: [s.n.], 1902.
- PORYART, Abade – *História do Loango, Cacong e outros reinos da África*. Paris: 1819.
- SCHACHT, Hermann – *Madeira und Teneriffa mit ihrer Vegetation. Ein Bericht an das Königlich Preussische Ministerium für landwirtschaftliche Angelegenheiten*. Berlin: G. W. F. Müller, 1859.
- SORIANO, Simão José da Luz – *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*. Porto: A. Leite Guimarães, 1891.
- SOUSA, José Joaquim de - *Estatística dos valores e respectivos direitos do commercio e movimento de navegação das possessões ultramarinas nos annos de 1890 a 1899*. Lisboa: Typ. Ferin, 1902.
- TIERNO, João – Relatório do veterinário do Funchal. *Boletim de Direcção Geral de Agricultura*, 1897.
- VARETA, Bernardino - *A marinha mercante e a economia nacional*. Porto: Officina do Commercio do Porto, 1903.
- VASCONCELOS, A. A. Teixeira de – *O Sampaio da Revolução de Setembro*. Paris: [s.n.], 1859.
- VASCONCELOS, Ernesto de – *Exposição de Cartographia Nacional (1903-1904): catálogo/sob a direcção de Ernesto Vasconcelos*. Lisboa: A Liberal Off. Tipográfica, 1904.
- VIEIRA, José António de Miranda – *Exposição dirigida a Sua Magestade a Senhora D. Maria II, por José António de Miranda Vieira, negociante da cidade de Angola, acerca das arbitrariedades cometidas pelo ex-governador geral de Angola, Manoel Bernardo Vidal*. Lisboa: Typographia de A. J. C. da Cruz, 1839.
- WALCKENAER, Athanase Charles - *Histoire Général des Voyages*. Paris: Ed. Author, 1828, Tomo XV.
- WHITE, Robert – *Madeira, its Climate and Scenery*. Londres: Cradock, 1851.

III – Compilações de fontes impressas

- CAVAZZI, [da Montecuccolo], Gio António – *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola (1687)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, 2 vol.
- DIAS, Gastão de Sousa - *Documentos officiaes relativos à Negociação do Tractado entre Portugal e a Gram Bretanha Para a Suppressão do Tráfico da Escravatura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1839.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos* Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940, vol. I.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Extraídos de documentos históricos vol. III 1856-1893*). Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1940.

- FELNER, Alfredo de Albuquerque – *Um inquérito à Vida Administrativa e Económica de Angola e do Brasil em Fins do século XVI, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa: pelo licenciado Domingos de Abreu e Brito*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- MENDES, Luiz António de Oliveira - *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil (1790)*. Porto: Publicações Escorpião, 1977.
- MILHEIROS, Mário – *Ofícios para o Reino, Arquivo Histórico de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1965 e 1971, 2 vol.

Bibliografia

- ADAS, Michael – *Machines as the Measure of Men: Sciece, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca, New York: Cornel University Press, 1989.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de - "La Traite négrière et les avatars de la colonisation portugaise au Brésil et en Angola - 1550-1825". *Cahiers du Centre de Recherches d'Etudes Ibériques et Ibéro-Américaines*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, nº 1, 1981.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de – *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. 4ª ed. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim - *Origens do colonialismo português moderno (1822-1851)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- ALEXANDRE, Valentim - *Velho Brasil. Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: [s.n.], 2000.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio – *Português sem filtro*. Lisboa: Clube do Autor, S. A., 2011.
- AMARAL, Ilídio do – *Em Torno dos Nacionalismos Africanos: Memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)*. Águeda: Granito Editores e Livreiros, Lda., 2000.
- AMARAL, Ilídio do – *O Reino do Congo, os Mbundo (ou Ambundos), e a presença Portuguesa, de Finais do Século XV a Meados do Século XVI*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.
- AMARAL, Júlio do - *As possessões portuguesas. Possibilidades de uma Confederação Económica Luso-brasileira*. Lisboa: J. Rodrigues, 1929.
- ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997.
- ARRUDA, José Jobson de - *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig – *El Imperio Bajo Amenaza. Laregencia y las revueltas Regionales: Brasil, 1831-45*. In *Acuarela de Brasil, 500 Años Después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*, II Colóquio Internacional de Historia de América. ed. Traducción y revisión de textos a cargo de J. Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999.

- AZEVEDO, João Lúcio de – *Épocas de Portugal económico*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947.
- AZEVEDO, João Maria Cerqueira de - *Subsídios para o estudo da economia de Angola nos últimos cem anos*, 1945. Lisboa: 1945.
- AZEVEDO, José M. de – *A Nau Catrineta, o Médico e o Monstro: seguida de “Nómadas”*. Aveiro: Efémere Edições/Lansman Editeur, 1997, ISBN 972-9199-02-7.
- AZEVEDO, J. M. Jinga Mbandi d’ – *Rainha Matamba, 1583-1663*. Braga: Of. Gráfica Augusto Costa, 1949.
- BALANDER, G. - *Antropología política*. Barcelona: Península, 1969.
- BARRETO, J. Mimoso – *Descoberta do Zaire por Diogo Cão: Sousa Coutinho, precursor da abolição da escravatura*. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia d Lisboa, Jan-Jun 1984.
- BARRETO, J. Mimoso - *Sousa Coutinho, precursor da abolição da escravatura*. Lisboa: Soc. Geografia de Lisboa, 1984.
- BARROS, João de - *Décadas*. Lisboa: Edição de António Baião, 1945, vol. 2.
- BARROSO, Gustavo - *O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- BAYLY, Christopher Alan – *The Birth of the Modern World: Global Connections and Comparisons, 1780-1914*. Maiden, MA and Oxford: Blackwell, 2004.
- BELTRAN, Luís - *O Africanismo brasileiro*. Recife: Pool Editorial, 1987.
- BIRMINGHAM, D. – *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and Their Neighbours under the Influence of the Portuguese 1483-1790*. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- BOOGAART, Ernst van den [et al.]. – *La expansión holandesa en el Atlántico*. Madrid: Mapfre, 1992.
- BOSH SÁNCHEZ, Aurora - *The Industrial City: The Multi-Ethnic Frontier of the Twentieth Century*. Revista Complutense de Historia de América, vol. 30, 2004, p. 131-148.
- BOSI, Alfredo – *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOUZA-BREY, L. - *Una teoría del poder de los sistemas políticos*. Revista de Estudios Políticos. Nº 73 (1991).
- BOXER, Charles Ralph – *Salvador Correia de Sá e Benevides and the reconquest of Angola in 1648*. Hispanic American Historical Review, [s.l.] XXVIII, 1948.
- BOXER, C. R. – *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.
- BRANCO, Jorge Freitas – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1987.
- BRÁSIO, António – *História e Missiologia: Inéditos e Esparsos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.
- BUENO, Eduardo - *Capitães do Brasil*. Cascais: Pergaminho, 2001. ISBN 972-711-401-6.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão - *Copilaçam de todas as Obras de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983. 2 vol.

- CAPELA, José – *Escravidura: Conceitos: A Empresa de Saque*. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1978.
- CARDONEGA, António de Oliveira – *História Geral das Guerras Angolanas (1680-1681)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940-42, Tomo III.
- CARDOSO, Carlos Lopes – *Do Uso da “Cegonha” no Distrito de Moçâmedes*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1963.
- CARDOSO, Carlos Lopes - *Dos sistemas primitivos de farinação de cereais, usados no distrito de Moçamedes (Subsídios)*. Lisboa: [s.n.], 1980.
- CARDOSO, C.F. y PÉREZ, Brignoli - *Historia económica de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica. CFI (Consejo Federal de Inversiones), 1987.
- CARREIRA, António - *As Companhias Pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos da costa africana para o nordeste brasileiro*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1983.
- CARREIRA, António - *Angola: Da Escravidura ao Trabalho Livre: Subsídios para a história demográfica do século XVII até à independência*. Lisboa: Arcádia, 1977.
- CARRUTHERS, Vicent [et al.]. – *The Wildlife of Southern Africa*. Cape Town: Southern Book Publishers (Pty) Ltd, 1997. ISBN 1 86812 675 7.
- CASTAÑEDA, Jorge - *La utopía desarmada*. Barcelona: Ariel, 1995.
- CLARENCE-SMITH, Gervase – *O Terceiro Império Português (1825- 1975)*. Lisboa Teorema, 1985. ISBN 972-695-099-6.
- CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias - *Ensaio de Dicionário Kinbundu-Portuguez*. Lisboa: Typographia e Stereotypia Moderna da Casa Editora António Maria Pereira, 1983.
- CORREIA, Gaspar - *Lendas da Índia*. Porto: Edição de M. Lopes de Almeida, 1975, vol. 1.
- CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º vol.
- CORTESÃO, Jaime – *O Ultramar Português depois da Restauração*. Lisboa: [s.n.], 1971.
- CURTIN, Philip D. – *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.
- COSME, Leonel – *A Terra da Promissão: A Revolta*. Porto: Edições Afrontamento, 1988.
- CUVELIER E. e Jadin – *O Antigo Congo segundo os arquivos romanos (1518-1650)*. Bruxelas: 1954.
- DAVIDSON, Basil – *Angola no Centro do Furacão*. Lisboa: Edições Delfos, 1974.
- DEAN, Warren - *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- DELGADO, Ralph – *Ao Sul do Cuanza: ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela*. Lisboa: [s.n.], 1944. 2 vol.
- DELGADO, Ralph – *História de Angola: 1648-1836*. Lisboa: Ed. Banco de Angola, 1955, 4 vol.
- DELGADO, Ralph - *O Reino de Benguela*. [S.l.:s.n.], 1941.

- DEVÉS VALDÉS, Eduardo - *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad: Del Ariel de Rodo a la CEPAL Vol.1 (1900-1950)*. Buenos Aires: Biblos, 2000.
- DIAS, Gastão de Sousa - *A cidade de Sá da Bandeira*. Sá da Bandeira: [s.n.], 1957.
- DIAS, Gastão de Sousa – *Ocupação Militar de Angola (Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1937.
- DIAS, Gastão de Sousa – *Pioneiros de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971.
- DIAS, Jorge; GALHANO, Fernando - *Aparelhos de elevar a água de rega. Contribuição para o estudo do regadio em Portugal*. Porto: Edição da Junta de Província do Douro-Litoral, 1953.
- DUFFY, J. – *Portugal in Africa*. London and Baltimore: Penguin Books, 1962.
- EISEMBERG, Peter L. – *A industrialização Açucareira em Pernambuco: Modernização sem mudança 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ERVERDOSA, Carlos – *Arqueologia angolana*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- ESTERMANN, Carlos - *Etnografia do Sudoeste de Angola: Grupo étnico Nhaneca-Humbe*. V. N. de Famalicão: Tipografia Minerva, 1958.
- ESTERMANN, Carlos – *Etnografia do Sudoeste de Angola: O Grupo Étnico Herero*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, nº 30 (Segunda Série), 1961.
- ESTERMANN, Carlos – *Etnografia do Sudoeste de Angola: Os Povos não-bantos e o grupo étnico dos Ambos*, 2ª ed. corrigida. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960.
- FAGE, J. D.; TORDOFF, William – *História da África*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2010.
- FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes documentos e Textos de História*. Porto: Edições Asa, 1980.
- FERREIRA, Joaquim Moreira; PEREIRA, Rosália Aires – *Fontes, Documentos e Textos de História*. 2ª ed. Porto: Edições ASA, 1983.
- FERRONHA, António Luís – *As Cartas do “Rei” do Congo D. Afonso* - Grupo de Trabalho do M. de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: ELO – Publicidade, Artes Gráficas, Lda. 1992.
- FREYRE, Gilberto de Mello - *O Brasil em face das Áfricas Negra e Mestiça*. Lisboa: Edição particular de um grupo de Amigos, 1963.
- GALEANO, Eduardo – *Días y noches de amor y de guerra*. Madrid: Alianza Editorial S. A. 2007.
- GALEANO, Eduardo – *Las venas abiertas de América Latina*. Madrid: Siglo XXI de España Editores. 2ª ed., revisada y corregida, septiembre de 2009.
- GALVÃO, Coronel Lopes – *Evolução dos Meios de Transporte nos Países Coloniais*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1950.
- GIL, José – *Portugal hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

- GOMES, Maria do Céu – *Vila João de Almeida (Chibia)* [...], Dissertação de Lic. Em Geografia, Fac. de Letras da Universidade de Lisboa, 1966.
- GONÇALVES, Caetano – *Figuras e Factos da História de Marinha e Ultramar: Reconquista de Angola*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1949.
- GREENLEE, William Brooks - *A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1951.
- GUERREIRO, Manuel Viegas – *Povo, Povos e Culturas: Portugal – Angola – Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.
- GUINOTE, Paulo [et al.]. - *Naufrágios e Outras Perdas da "Carreira da Índia": Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. ISBN 972-8186-59-2.
- HASTINGS, Adrian - *La construcción de las nacionalidades*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HEITZE, Beatrix - *Pioneiros Africanos (1850-1890)*. Lisboa: Caminho, 2004.
- HENRIQUES, Isabel Castro - *Commerce et changement en Angola au XIXème siècle. Imbangala et Tshkwe face à la Modernité* (2 vol.). Paris: L'Harmattan, 1995.
- HENRIQUES, Isabel Castro - *Percursos da Modernidade em Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical /Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997. ISBN: 972-672-862-2.
- HENRIQUES, Isabel Castro – Território e Identidade: o Desmantelamento da Terra Africana e a Construção da Angola Colonial. Lisboa: [s.n.], 2003. Síntese apresentada a provas para obtenção do título de professor agregado do 4º Grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- INGLÊS, Heitor Mascarenhas – *Habitação do Colono (Alguns Conselhos Práticos)*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1945.
- ISRAEL, I. Jonathan – El Brasil y la Política holandesa en el Nuevo Mundo (1618-1648). In *Acuarela de Brasil, 500 Años Después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*, II Colóquio Internacional de Historia de América. ed. Traducción y revisión de textos a cargo de J. Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999.
- JESUS, Quirino Avelino de - *Nacionalismo Português*. Porto: [s.n.], 1932.
- JÚNIOR, Caio Prado – *Formação do Brasil Contemporâneo*. 5ª ed. S. Paulo: 1957.
- KI-ZERBO, Joseph - *História da África Negra*. 2ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990, vol. I.
- KI-ZERBO, Joseph – *Para quando África?*. Porto: Campo de Letras, 2006, ISBN 989-625-050-02.
- LATOURE DA VEIGA PINTO, Françoise - *Le Portugal et le Congo au XIXème Siècle. Étude de histoire des relations internationales*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1972.

- LAVRADIO, Marquês de – *Estado das colónias portuguesas de África em 1851*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre – *Fazer História: Novos Problemas*. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1987.
- LEMOS, Alberto de - Catálogo dos Governadores de Angola (1575-1948). Luanda: A Província de Angola, Nº especial (15 de Ago. 1948).
- LIENHARD, Martin - Bases ideológico-culturales de la rebeldía esclava: Caribe y Brasil, 1790-1840. Ibero Americana, nº 12, Año III, 2003.
- LOPES, Artur Ribeiro - *A convenção secreta entre a Alemanha e a Inglaterra sobre a partilha das colónias portuguesas*. Lisboa: Imp. da Portugal-Brasil, 1933.
- LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2000.
- MAALOUF, Amin – *Les Croisades vues par les Arabes*. Paris: Brodart et Taupin, 2007.
- MACEDO, Jorge Borges de – O Luso-Tropicalismo de Gilberto Freire – Metodologia, Prática e Resultados. Revista do ICALP. Lisboa: Nº 25 (Mar. 1989).
- MALHEIRO, Perdígão – *A Escravidão africana no Brasil*. S. Paulo: Editora Obelisco, 1964.
- MARTINS, Fernando A. F. – *Os 150 Anos da Promulgação da Pauta Geral das Alfândegas de 1837*. Lisboa: Grafilatr, 1987.
- MATOS, Luís de - *L'Expansion Portugaise Dans la Literature Latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Serviço de Educação, 1991.
- MEDEIROS, Carlos Alberto – *A Colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.
- MELLO, Evaldo Cabral de - *Um Imenso Portugal*. S. Paulo: Editora 34, 2002.
- MENDES, J. M. Amado - *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MEYER, Eugenia - Transmisión de la conciencia histórica. Historia, Antropología y Fuentes Orales, nº 24. Junta de Andalucía: Consejería de Cultura.
- MILHEIROS, Mário – *Notas de Etnografia Angolana*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1967.
- MÓNICA, Maria Filomena - *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MONTEIRO, Manuel Gonçalves - *Unidade económica imperial: Relações com outras economias nacionais*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.
- MOREIRO, José Maria – *Miguel Torga e África*. Lisboa: Univ. Edit, 1996.
- NABUCO, Joaquim – *O abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 1988. ISBN 85-7019-139-1.

- NEPOMUCENO, Rui – *As crises de subsistência na história da Madeira: Ensaio Histórico*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- NOGUEIRA, Jofre Amaral - *Angola na Época Pombalina: O Governo de Sousa Coutinho*. Lisboa: [s.n.], 1960.
- NORDENSKJOLD, E. - The Guarani Invasion of Inca Empire. New York: The Geographical Review, 1917.
- NOZES, Maria Dulce [et al.]. - *Comércio ilícito de escravos entre Angola e o Brasil no século XIX*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1986.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.
- OLIVEIRA, Mário António de – *Angolana (Documentação sobre Angola)*. Luanda/Lisboa: IICA e CEHU, 1968.
- PARDO, Anne Wadsworth - *A comparative study of the portuguese colonies of Angola and Brazil and their Interdependence from 1648-1825*. Boston: University Graduate School, 1977.
- PEINADO ALONSO, José Luis Ruiz – *Amazônia Negra*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006
- PÉLISSIER, René – *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, vol. 1.
- PÉLISSIER, René – *As Campanhas Coloniais de Portugal: 1844-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 2006.
- PEREIRA, Duarte Pacheco – *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.
- PÓVOA, Alice; COSTA, Ana; FERREIRA, Ana – *As Faces Secretas das Palavras*. Porto: Edições ASA, 2005.
- QUESNAY, François – *Quadro Económico*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- QUINTINHA, Julião - *África Misteriosa*. [s.l.;s.n], 1934.
- RAMALHAL, Maria Regina Ávila; RAMALHAL, Fernando J. S. – Contribuição para o Conhecimento da História da Geologia em Portugal: I-Uma Circular da rainha D. Maria II e as Instruções para a colheita, preparação, acondicionamento, e transporte dos productos e exemplares dos três reinos da natureza. Luanda: Sep. do Bol. Inst. Invest. Cient. Ang., 6 (1), 1969.
- RAMOS, Artur – *O Folk-lore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1935.
- RAMOS DE ALMEIDA, Pedro – *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- REBELO, Manuel dos Anjos da Silva – *Relações entre Angola e Brasil (1808-1830)* Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.
- REGO, Pe. António da Silva – *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1920)*. Lisboa: AGU, 1969.
- REGO, Pe. António da Silva – *O Ultramar Português no Século XVIII (1700-1833)*. Lisboa: AGU, 1967.

- RIBEIRO, Orlando – *A Colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981.
- ROCHA PINTO, Orlando da – *Cronologia da Construção do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda. 1987.
- RODRIGUES, António Simões (Coordenador) – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. E Autores, 1994.
- ROOT, Renate - The Long Road to Democratisation: Developments in Northeast of Brazil. Ibero Americana, nº 3, Año I, 2001.
- SALAZAR, A. Oliveira - *Organização e funcionamento do conselho legislativo* Luanda: (Alto Comissariado da República em Angola), 1922.
- SALVADOR, José Gonçalves - *Os Cristãos-Novos : Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro (1530/1680)*. S. Paulo: Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de S. Paulo, 1976.
- SÁ, Maria Pedro de Alcântara Vieira de – Sal das Colónias Portuguesas. Boletim Geral das Colónias. Nº 134-135 (1936).
- SÁNCHEZ LEÓN, P. - Autonomía estatal o clases fragmentadas? Conceptos, teorías y estrategias de investigación en sociología histórica del cambio social. Política y Sociedad, nº 18, 1995.
- SANTA-RITA, José Gonçalo – *O Estado das Colónias em 1820: segundo os relatórios apresentados às Cortes de 1821*. Lisboa: Tipografia Luís Marques, Lda, 1944.
- SANTOS, Evaristo Pontes dos - *Antologia Portuguesa e Brasileira*. Porto: EES, 1974.
- SANTOS-GAREIS, Maria da Guia - Senhores de engenho e inovação tecnológica: Caso do Nordeste Brasileiro. Ibero Americana, nº 11, Año III, 2003.
- SANTOS, Maria Emília Madeira - *Nos Caminhos de África. Serventia e posse*. (Angola Séc. XIX). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- SANTOS, Maria Emília Madeira - *Silva Porto e os problemas da África portuguesa no século XIX*. Coimbra: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982.
- SANTOS PÉREZ, José Manuel – *Elites, Poder Local y Régimen Colonial: El Cabildo y los regidores de Santiago de Guatemala (1700-1787)*. Cádiz: Servicios de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1999.
- SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- SERRÃO, Joel – *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, [s.d.].
- SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas I*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- SILBERT, Albert – *Le Problème agraire Portugais au temps des premières Cortès libérales*. Paris: PUF, 1968.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri/Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1999, p. 15. ISBN 972-772-095-1.
- SIMONSEN, Roberto - *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1978.
- SOUSA, Bernardino José de - *O Pau-Brasil na História Nacional*. S. Paulo: Cia Edit. Nacional, 1978.

- SOUSA, Manuel de - *Reis e Rainhas de Portugal*. 7ª ed. Mem-Martins: Sporpress, 2003.
- TAYLOR, Quintard - *In Search of the Racial Frontier: African Americans in the American West (1528 – 1990)*. New York and London: W.W. Norton, 1998.
- THOREAU, Henry David - *Walden ou a Vida nos Bosques*. Lisboa: Edições Antígona, 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis – *A Emancipação dos Escravos*. Campinas: Papirus, 1994.
- TORRES, Manuel Júlio de Mendonça – *O Distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e da Primeira Organização (1485-1859)*. Lisboa: Oficina Gráfica da Agência-Geral do Ultramar, 1974.
- TRABULO, António – *Os Colonos*. Lisboa: Esfera do caos Editores Lda. 2007.
- VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2006.
- VALLADARES, Rafael – Brasil: de la Unión de Coronas a la Crisis de Sacramento, 1580-1680. In *Acuarela de Brasil, 500 Años Después: seis ensayos sobre la realidad histórica y económica brasileña*, II Colóquio Internacional de Historia de América. ed. Traducción y revisión de textos a cargo de J. Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999.
- VASCONCELOS, João de Carvalho e; AZEVEDO, Ário Lobo – *Plantas Agrícolas do Ultramar Português*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1957.
- VILLAS BÔAS - Casa grande e terra grande, sertões e senzala: duas interpretações do Brasil. Ibero Americana, nº 13, Año IV (2004).
- VILLAVERDE CABRAL, Manuel [et al.]. – *Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008

Documentação Electrónica

- ALVES, Jorge Fernandes – *Perspectivas sobre a emigração: os estudos locais e regionais - Actas das Segundas Jornadas de História Local, Fafe, Câmara Municipal, 1998, p. 413-424*. [consult. 12 Dez. 2013]. Biblioteca Digital. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na WWW:<URL:http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11121.pdf>.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista, separata da Revista de História das Ideias, Universidade de Coimbra, 1999*. [consult. 12 Dez. 2013]. Biblioteca Digital. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na WWW:<URL:http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo 11141.pdf>.
- Correspondência recebida de Angola de 1736 a 1910* [Ministro e Secretário dos Negócios do Reino]. [consult. 22 Abr. 2009]. ANTT. Disponível na WWW:<URL:digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4247037>.
- Reino de Maconge*. [consult. 9 Dez. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://reinodemaconge.com.sapo.pt/index.html>.
- MARTELO, António José O. – *Uma Aventura Atlântica. Internet – Aventuras em Formação*. [consult. 21 de Out. 2007]. Netdays99. Disponível na WWW:<URL:http://www.minerva.uevora.pt/netdays99/webquests.htm>.

Annales D'Histoire économique et sociale. [consult. 6 Fev. 2014]. Wikipedia. Disponível na WWW:<URL:http://en.wikipedia.org/wiki/Annales._Histoire._Sciences_Sociales>.

SANTIAGO, Emerson – *A Guerra dos Bôeres*. [consult. 23 de Jan. 2014]. InfoEscolas. Disponível na WWW:<URL:<http://www.infoescola.com/historia/guerra-dos-boeres>>.

Batalha de Isandlwana: parte da guerra Anglo-Zulu. [consult. 9 Dez. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Anglo-Zulu>.

BRITO, Adelson Silva de – *O dia em que o imperialista britânico conheceu o poder militar do povo Zulu*. In Blogue Correio Nagô [Mensagem em linha. 22 de Mar. 2013]. [consult. 23 de Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/o-dia-em-que-o-imperialista-brit-nico-conheceu-o-poder-militar-do>>.

Duarte, José Bento – *Pembe, Angola, 25 de Setembro de 1904 – A maior derrota portuguesa na África Negra*. In Blogue Torre da História Ibérica [Mensagem em linha. 25 de Set. 2007]. [consult. 23 de Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL: <http://torredahistoriaiberica.blogspot.pt/2007/09/pembe-angola-25-de-setembro-de-1904.html>>.

Invasões holandesas no Brasil. [consult. 4 Jan. 2011]. Disponível na WWW:<URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Invas%C3%B5es_holandesas_no_Brasil>.

António Francisco da Silva Porto. [consult. 4 Jan. 2011]. Disponível na WWW:<URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Francisco_da_Silva_Porto>.

Viagens na Cimbebásia. [consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:<http://www.castroesilva.com/store/viewItem.asp?idProduct=12306>>.

MATOS, Cristina – *Jonh Bull e Zé Povinho de Albert Kotnay*. [consult 27 Jan. 2014]. Disponível na WWW<URL:<http://run.unl.pt/bitstream/10362/9227/1/.pdf>>.

Ultimato Inglês, 1890. In Blogue Almanaque Republicano [Mensagem em linha. 11 Jan. 2008]. [consult. 15 Out. 2011]. Disponível na WWW:<URL: <http://arepublicano.blogspot.pt/2008/01/ultimato-ingls-os-acontecimentos-que.html>>.

AMARAL, Manuel - *Relato da travessia de África feita pelos pombeiros*. In Portal da História. [consult. 15 Out. 2011]. Disponível na WWW:<URL:<http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/pombeiros1.html>>.

Gente do meu tempo: baú de recordações. In Blogue Princesa do Namibe [Mensagem em linha. 19 Ago. 2009]. [consult. 15 Out. 2011]. Disponível na WWW:<URL:<http://princesa-do-namibe.blogspot.pt/2009/08/alberto-gomes-uma-lenda-viva-entre-o.html>>.

STEINWEHR, A. V. - *Native Territories and European Possessions in Africa, 1876* [Material cartográfico]. [consult. 7 Fev. 2014]. MAPS ETC. Disponível na WWW:<URL:<http://etc.edu/maps/5300/5338/5338.htm>>.

DINIS, Miranda – *Carta da Região Sueste D'Angola confinante com a fronteira do Barotze* [Material cartográfico] - Escala [1:6000000]. Lisboa: Cª Editora, [post. 1897]. [consult. 13 de Jan. 2014]. Biblioteca Nacional de Portugal. WWW: <URL:<http://www.purl.pt/1449>>.

ROSENBERG, Matt – *Malawi Map* [Material cartográfico]. [consult. 6 Fev. 2014]. About.com. Disponível na WWW:<URL:<http://geography.about.com/od/findmaps/ig/Country-Maps/Malawi-Map.htm>>.

Perry-Castañeda Library Map Collection: Mozambique Maps [Material cartográfico]. [consult. 6 Fev. 2014]. University of Texas Libraries. Disponível na WWW:<URL:http://www.lib.utexas.edu/maps/cia00/malawi_sm00.jpg>.

Perry-Castañeda Library Map Collection: Mozambique Maps [Material cartográfico]. [consult. 6 Fev. 2014]. University of Texas Libraries. Disponível na WWW:<URL:http://www.lib.utexas.edu/maps/cia13/mozambique_sm_2013.gif>.

Bahia de Pinda, 1859 [Material cartográfico]. [consult. 6 Fev. 2014]. DIGMAP - Discovering Past World with Digitised Maps. Disponível na WWW:<URL:<http://www.tvciencia.pt/imgamd/g/CDI-1529-1859.jpg>>.

Odisseia de uma gente [fotografias. 18 Abr. 2012]. [consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:<http://sandularte.blogspot.pt/2011/11/odisseia-de-uma-gente.html>>.

Mapa Cor-de-Rosa – Ultimato Inglês, 1890 [Fotografia. 23 Out. 2010]. [consult. 17 Out. 2011]. Chão de Areia. Disponível na WWW:<URL:<http://chaodeareia.agcolares.org/2010/10/barra-cronologica-100-anos-de-historia/>>.

Dupleix: primeiro navio de uma série de três paquetes de propulsão mista. In [Blogue Alernavios](#) [Fotografia. 1 Mai. 2012]. [consult. 9 Jun. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://alernavios.blogspot.pt/2012_05_01_archive.html>.

Ultimato Inglês, 1890. In [Blogue Almanaque Republicano](#) [Fotografia. 11 Jan. 2008]. [consult. 15 Out. 2011]. Disponível na WWW:<URL: [http:// arepublicano.blogspot.pt/2008/01/ultimato-ingls-os-acontecimentos-que.html](http://arepublicano.blogspot.pt/2008/01/ultimato-ingls-os-acontecimentos-que.html)>.

Gente do meu tempo: baú de recordações. In [Blogue Princesa do Namibe](#) [Fotografia. 19 Ago. 2009]. [consult. 15 Out. 2011]. Disponível na WWW:<URL:[http://http://princesa-do-namibe.blogspot.pt/2009/08/alberto-gomes-uma-lenda-viva-entre-o.html](http://princesa-do-namibe.blogspot.pt/2009/08/alberto-gomes-uma-lenda-viva-entre-o.html)>.

GUIMARÃES, Ângela – *Imperialismo e Emoções: A visão de Bordalo Pinheiro.* [consult. 19 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:<http://sociologiapp.isct/pdfs/38/428.pdf>>.

Instrumentos de trabalho

I - Atlas, Dicionários, Enciclopédias

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Portuguez e Latino (...) autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos.* Lisboa: 1712.

DIAS, Carlos Malheiro – *História da colonização do Brasil.* Rio de Janeiro: Lit. Ferreira Pinto, 1921.

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO *Koogan. Larousse Selecções.* Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil Ltda, 1979. 2 vol.

FIGUEIREDO, Cândido – *DICIONÁRIO da Língua Portuguesa*, 14^a ed. Lisboa.

GRANDE ATLAS GEOGRÁFICO *da Editorial Enciclopédia Lda.* [Lisboa]: Editorial Enciclopédia, Lda, 1991. ISBN-972-625-007-2.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA Lisboa: Editorial Enciclopédia, [1945?].

HISTÓRIA DE ANGOLA. Porto: Edições Afrontamento [s.d.].

LELLO UNIVERSAL: *Dicionário Enciclopédico.* Porto: Lello Editores, 2002, 2 vol. ISBN972-48-1823-3.

MARQUES, António H. de Oliveira – *HISTÓRIA DE PORTUGAL.* Lisboa: Ed. Agora, 1972, 3 vol.

MONTEIRO, José Maria de Sousa – *DICCIONARIO GEOGRAPHICO das províncias e Possessões Portuguezas no Ultramar; em que se descrevem as ilhas e portos continentaes que actualmente possui a Coroa Portuguesa e se dão muitas outras notícias dos habitantes, sua história, costumes, religião e comércio.* Lisboa: Typografia Lisbonense, 1850.

MORAIS, António de Silva – *NOVO DICIONÁRIO COMPACTO DA LÍNGUA PORTUGUESA* 7^a ed. Mem Martins: Editorial Confluência Lda. 1992, 5 vol.

MORAES, J. A. da Cunha - *Album Photographico e Descriptivo.*Lisboa: David Corazzi, 1886.

NOGUEIRA, Jofre Amaral - *Angola na Época Pombalina: O Governo de Sousa Coutinho*. Lisboa: [s.n.], 1960.

NOVO DICIONÁRIO BANTO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - HISTÓRIA DE PORTUGAL (vol. VII, VIII e IX). Lisboa: Verbo, 1984-1986.

SERRÃO, Joel – DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981.

VASCONCELOS, Ernesto de – HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL / dir. e coord. lit. de Carlos Malheiro Dias, dir. cartográfica do Conselheiro Ernesto de Vasconcelos, dir. artística de Roque Gameiro. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924, 3 vol..

II – Publicações periódicas

ANNAES do Conselho Ultramarino (parte não oficial). Lisboa: 1ª Série 1854-1858; 2ª Série 1859-1861.

ANNAES Maritimos e Coloniaes, Lisboa: 1854-1867.

BOLETIM da Sociedade de Geografia de Lisboa.

BOLETIM do Conselho Ultramarino – Legislação novíssima. Lisboa, vol. I (1834-1851), 1867; vol. II (1852-1856), 1869.

BOLETIM do Governo Geral da Provincia de Angola. Luanda: 1845-1975 (também intitulado: Boletim Oficial).

CAHIERS D'ÉTUDES AFRICAINES.

Revista Complutense de Historia de America.

Revista Ibero Americana.

Revista MÁRGENES.

Revista Portugal em África.

Revista de Angola.

«STUDIA; revista semestral do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos».

Revista Historia, Antropologia y Fuentes Orales.

Revista Brasileira de História.

III– Relatórios

Relatório do Sr. Visconde de Sá da Bandeira, apresentado às Câmaras em 1859; in Archivo Pittoresco, Lisboa: Ed. e Propr. Castro & Irmão C.a, 1860, vol. 4.

A Voz de Angola, Número especial dedicado à visita do escritor luso-brasileiro Gilberto Freyre a Angola. Luanda: 1952.

Colónia Sá-da-Bandeira: Relatório da Direcção [datado de 31 de Dezembro de 1885] “Boletim Official do Governo Geral da Província de Angola”, (13) 29 Mar. 1886.

Apêndice documental

Anexo 1.1.**Síntese anotada das Instruções provinciais de 30 de Março de 1849**

1. Que “Era o Bumbo, a três dias de viagem de Mossamedes¹, o local escolhido pelos referidos portugueses para o definitivo estabelecimento da colónia, tido como o mais conveniente e saudável”; Ferreira de Horta deveria fazer seguir para o Bumbo os ditos colonos e ali os coadjuvar²;
2. Que o Almojarifado dos Armazéns de Luanda mandaria para Mossamedes diferentes materiais, devendo Ferreira da Horta entender-se com o comandante do Estabelecimento. Este devia auxiliá-lo na tarefa de mandar construir barracas para receber quatrocentos indivíduos – que tantos eram os que se calculavam que viriam a formar a colónia – a fim de poderem depois escolher o melhor sítio do Bumbo para se estabelecerem³;
3. Logo que Ferreira de Horta seguisse para Mossamedes, o Governador-Geral de Angola, Silveira Pinto, faria seguir um dos transportes do Estado com os comestíveis e mantimentos, calculados para quatrocentos indivíduos se manterem por dois meses⁴;
4. Logo que os colonos aportassem a Mossamedes, Ferreira de Horta faria preparar o que fosse necessário para a viagem daquele ou daqueles que pretendessem ir ver o Bumbo, fazendo prevenir tudo o que fosse preciso nas estações⁵ em que tivessem de pernoitar, tendo em vista a sua segurança e que chegassem em perfeita saúde ao seu destino⁶;
5. Que os colonos teriam o apoio da força militar, conquanto se não devesse ter receio de qualquer resistência da parte do soba do Bumbo em consentir que naquela região se agricultassem e povoassem as respectivas terras⁷, pois que pelo Tratado celebrado em 08 de Fevereiro de 1846, entre Sua Majestade e o Quissongo Nongruve, o soba estava obrigado a permitir ali o estabelecimento de uma povoação portuguesa para cultivar e comerciar reciprocamente e bem assim ceder o terreno que fosse necessário para se povoar e fortificar⁸;
6. Que Ferreira de Horta distribuiria a farinha e os legumes necessários ao sustento dos colonos, durante seis meses, desde o dia do desembarque; também se lhes daria, sendo possível, carne fresca ou salgada por igual tempo, e peixe fresco, que ali se colhia em abundância⁹;

¹ Em linha recta, o Bumbo situa-se a cerca de 120 km a Oriente de Mossamedes. Ver Mapa IX (Capítulo 7).

² INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 1º (1849-03-30).

³ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 2º (1849-03-30).

⁴ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 4º (1849-03-30).

⁵ Entre Mossamedes e o Bumbo (zona semi-desértica) não existiam à data quaisquer povoamentos. As estações eram os locais de estacionamento das comitivas.

⁶ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 5º (1849-03-30).

⁷ Sobre a ocupação do espaço africano, escreve o reputado historiador africano *Joseph Ki-Zerbo*: “tendo em conta a dimensão do continente, durante muito tempo as pessoas puderam dispor do espaço como queriam. Evidentemente, abusaram, embora o ordenamento do território africano não tenha obedecido a uma regulamentação tão restritiva e rigorosa como no Ocidente. Convém não perder de vista que a propriedade fundiária não era regulada pelo direito do tipo latino; a disponibilidade permanente em usufruto do solo facilitou a instalação de grupos humanos.” KI-ZERBO, Joseph – *Para quando África?* Porto: Campo de Letras, 2006, p. 40.

⁸ INSTRUÇÕES provinciais Art.º 6º (1849-03-30).

⁹ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 7º (1849-03-30).

7. Todos os objectos de bagagens, mobília, instrumentos de agricultura ou de indústria, sementes, medicamentos e outros quaisquer “próprios para o estabelecimento da colónia ou para comodidade dos colonos” seriam admitidos francos e livres de quaisquer direitos¹⁰;
8. O território destinado para a colónia seria dividido pelos colonos em atenção aos meios que tivessem para estabelecer as suas culturas – procurando-se que a ninguém faltasse alguma porção de terra em que pudesse construir habitação e formar maior ou menor estabelecimento agrícola¹¹;
9. Caso os três engenhos para fabricação de açúcar não tivessem sido (antecipadamente) distribuídos pela Comissão que se encontrava em Pernambuco, Ferreira de Horta entregá-los-ia a três diferentes indivíduos ou sociedade de colonos para com eles laborarem.¹² A partir da terceira safra [inclusive], os concessionários seriam obrigados a pagar ao Governo o custo das respectivas máquinas pelo produto de três safras¹³;
10. Aos colonos deveria ser dispensado tratamento afável, desvelado e carinhoso¹⁴; o Governador-Geral prometia visitar o Estabelecimento por ocasião da chegada dos colonos¹⁵ e lembrava “a conveniência de comunicações regulares entre Mossamedes e o Bumbo quando neste último ponto já se achassem os colonos”¹⁶.

Quanto aos restantes artigos das *Instruções*, debruçavam-se sobre a necessidade de se construir um templo, sobre o modo como deveriam ser administrados os fundos para o custeio de despesas inerentes e determinavam que se organizasse uma relação nominal com alguns dados pessoais de identificação dos colonos.

¹⁰ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 8º (1849-03-30).

¹¹ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 9º (1849-03-30).

¹² INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 10º (1849-03-30).

¹³ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 11º (1849-03-30).

¹⁴ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 15º (1849-03-30).

¹⁵ A promessa foi cumprida em 22 de Julho de 1848. Só que os colonos embarcados em Pernambuco ainda não tinham chegado a Mossamedes.

¹⁶ INSTRUÇÕES provinciais, Art.º 18º (1849-03-30). A reivindicação de um acesso para o Bumbo só surgirá alguns anos mais tarde.

Anexo 1. 2.

Resposta do Ministro dos Estrangeiros à intervenção de Fontes Pereira de Melo, na Sessão da Câmara dos Deputados de 12 de Junho de 1849. (Síntese elaborada por José de Azevedo, a partir do Diário da Câmara dos Deputados de 1849-06-12).

“Esta tentativa não é nova para a Câmara; [...] nasceu das perseguições que ultimamente sofreram os Portugueses de Pernambuco, por ocasião da revolta que ali teve lugar, e veio ao Governo uma muito numerosa assinatura de Portugueses, com alguns beneméritos cidadãos à sua frente, pedindo que o Governo auxiliasse a sua saída dali para alguma das nossas Possessões Ultramarinas; que os socorresse e lhes desse alguns meios para poderem transportar-se, não só com vantagem daquela nossa Província, mas também da Mãe-Pátria; e que se lhes desse alguns instrumentos agrários e se lhes fornecesse alguns engenhos.

Tudo isto pedia medidas urgentíssimas: a tentativa era certamente bem apropriada à obtenção de grandes vantagens e parece que o Governo não devia hesitar um momento a este respeito; as Cortes não estavam abertas, houve Conselho de Ministros [extraordinário] e resolveu-se aí dar-se-lhes todo o apoio. Mandaram-se, por consequência, as instruções necessárias para se criar uma Comissão em Pernambuco, a fim de abrir os créditos para a compra dos instrumentos que precisassem, e, finalmente, para seleccionarem pessoas adequadas a esta colonização, essencialmente agrícola.

Tudo isto se fez e o Governo foi secundado para além das suas expectativas; a maior economia presidiu aos actos desta Comissão e a maior circunspecção na escolha que fez das pessoas que deviam integrar esta colónia; ela podia ser mais numerosa, podia ser composta de homens empregados no comércio, mas a Comissão preferiu os homens empregados na lavoura; compraram-se três engenhos de açúcar e alguns instrumentos agrários e fretou-se um navio para os transportar: a expedição deve estar no mar desde 20 de Maio.¹⁷

Mandaram-se daqui todos os elementos necessários para que eles pudessem escolher o lugar, em que, com mais vantagem, se estabelecessem; tudo quanto havia de documentos, na Secretaria, lhes foi mandado, e escolheram Mossamedes; e escolheram muito bem: por consequência, não se pode duvidar de que há-de haver bom resultado nesta colonização.

Têm-se tomado, além destas, outras providências; deram-se instruções, entre as quais se proibiu que fossem degradados para aquela colonização; numa palavra, tomaram-se todas aquelas cautelas que foi necessário tomarem-se para proteger esta colonização, para que ela se não afaste da marcha seguida até agora, a qual tem dado bons resultados. [...] Aqui a única increpação que se pode fazer ao governo é de não ter trazido este projecto mais cedo; mas eu declaro que, em parte, a causa disto foi o estado da minha saúde; eu já tinha dito ao senhor Ministro da Fazenda que havia de apresentar um projecto para crédito suplementar; e quando saí da administração da Marinha, pedi ao meu colega que, quanto antes, o apresentasse.

Não se trata de pedir uma quantia que já esteja gasta ou que mesmo seja toda necessária, porque os instrumentos agrários e engenhos terão custado oito contos de réis e os fretes não poderão custar dez contos; por consequência, parece-me que se não gastará esta quantia toda; mas, quando se gaste, entendo que é muito bem empregada. [...] Agora, se a Província de Angola há-de concorrer para esta despesa, isso dependerá muito das forças com que se achar. As ordens que foram tiveram em vista que ela fizesse alguns sacrifícios, principalmente para concorrer, em princípio, com os víveres próprios daquela localidade, a fim de que esta gente não sentisse essa falta logo no princípio; mas até que ponto há-de concorrer, depende isso das forças do Tesouro.

Respondendo ao ilustre deputado Pereira de Melo, que me perguntou qual a fonte donde havia de sair esta despesa, direi que não há senão uma fonte dos rendimentos públicos. O ilustre deputado, [...] não pode duvidar que não há senão uma caixa donde saem todas as despesas.

Senhor Presidente: Não me parece que sejam estas as despesas que devemos temer, porque não são elas, por certo, as que embarçam o Tesouro; [...] não aumentam por este crédito suplementar. São as explicações que tenho a dar”.

¹⁷ O embarque em Pernambuco ocorreu a 23 de Maio de 1849.

Anexo 1.3.

– **Resposta do Ministro dos Estrangeiros às arguições do Deputado Lopes Lima** (Síntese elaborada por José de Azevedo, a partir da acta do Diário da Câmara de Deputados. (1849-06-14)

“Não discuto se a origem desta ideia veio da imprensa periódica; [...] mas, se a memória me não atraiçoa, essa insinuação da imprensa periódica foi para que o Governo influísse nos nossos concidadãos residentes no Brasil para passarem para a África; mas eu direi que a entidade menos própria para influir sobre quaisquer cidadãos para irem para esta ou aquela região é o Governo.

[...]

Diz o nobre deputado que desde que estes cidadãos quiseram ir para Mossamedes, era necessário que o Governo fizesse um plano de colonização. Já disse ao nobre deputado que eles não queriam ir para Mossamedes, nem para parte alguma designada; o que eles queriam era passarem-se para África, em consequência da perseguição que tem lugar em Pernambuco e também com o fim de fazer fortuna, se o Governo lhes desse certos meios designados;

[...]

Que culpa tenho eu de que o ilustre deputado não lesse o relatório do ministro da Marinha. Não estão aí todas as indicações em que o nobre deputado falou, como são: viveres, armas, liberdade de escolha do terreno e muitas providências que se contêm nos diversos artigos de vários regulamentos apenas ao Relatório? Não se mencionam aí as instruções que se deram aos governadores das diversas províncias, prevenindo-se tudo quanto pareceu necessário? [...] admiro-me de que o senhor deputado prestasse tão pouca atenção a estes documentos, porque, se os tivesse visto, decerto não criminaría o Governo por faltas que não cometeu;

[...]

Não sei se a quantia é grande, se é pequena; mas é certo que os instrumentos agrários e os engenhos, como consta do Relatório, custaram 8 contos de réis; não sei também por quanto foi fretado o navio que juntamente com o brigue *Douro* devem levar os colonos ao seu destino: a despesa que se pede neste projecto, talvez nem tanto seja necessário, porque esta gente tem alguma coisa, porque eles comprometem-se a pagar, tanto os engenhos, como os instrumentos, e estão tomadas todas as providências para a segurança da fazenda; e eu espero que em tudo isto não haja mais do que um adiantamento. [...] espero que se esta colónia prosperar, há-de ser um princípio de grande vantagem, porque estou convencido de que, se nós olharmos para as nossas colónias como deve ser, será ainda isso uma fonte de grande proveito para o País.”

Anexo 1.4.**Artigo inserto na gazeta Revolução de Setembro de 18-06-1849, dirigida por Rodrigues Sampaio**

(Síntese de José de Azevedo)

“Grande novidade! O Governo descobriu que tínhamos possessões na África e Portugueses no Brasil. Enganamo-nos. Não foi ele que o descobriu, disseram-lho. Os nossos pobres patrícios, salteados pelos brasileiros, tremendo pela sorte de suas famílias e fortunas, depois da S. Barthélemy de Pernambuco, pediram ao Governo que lhes desse auxílios e protecção para se asilarem nas nossas colónias. Não se contentaram só com fugir ao perigo. Tiveram pensamento mais proficuo e elevado. Propuseram-se a transportar uma indústria importante para uma possessão portuguesa, onde, bem cultivada, pode dar de rosto ao Brasil, e empossar-nos dum novo ramo de comércio. Já se vê que falamos do fabrico do açúcar, tentado já em outro tempo com bom resultado na nossa África¹⁸, e posto de parte desde que o Governo voltou toda a sua atenção e actividade para a América, e deixou converter as nossas colónias africanas em feitorias de escravatura¹⁹.

Saibam todos e fique bem assente e proclamado... que a iniciativa desta poderosa e fertilíssima medida não veio do Governo. Foi preciso que os estrangeiros nos acossassem, como feras, das terras onde, excitando a sua inveja, ajudamos a sua fortuna, para se dar começo a uma empresa tão universalmente inculcada e requerida. O que devera ser providência e zelo do Governo foi um expediente de desgraça. Só granjeamos os grandes bens que nos prodigalizou a natureza, quando nos estorvam em terra estranha a posse doutros mais mesquinhos. Um bom governo teria combatido por todos os modos esta lamentável propensão.

[...] Os perseguidos do Brasil requerem passagem para África e compra de engenhos de açúcar. Acompanharam o seu pedido dum apontamento das vantagens que daí haviam de resultar. O Governo aprendeu o que devera ter ensinado. Disse que sim e dá a bendita esmola de dezoito contos de réis. E para quê? Para formar uma colónia agrícola, fazer estabelecimentos de fabricação de açúcar, derivar para nós um grande ramo de comércio, enfim começar a pôr por obra um grande plano que uma tão pequena consignação parece apoucar e desvirtuar.

[...] Mete dó ver o superficial relatório com que na Câmara e nas Secretarias se preambulou um projecto de lei com tantas dependências, qual delas mais necessitada de exame e mais digna de observações meditadas... A escolha do lugar foi decidida pelas informações que estão nos Arquivos da

¹⁸ Não foi possível encontrar elementos consistentes sobre a produção de açúcar (com supostos bons resultados) nas possessões portuguesas, até ao ano de 1849. Como é sabido a cultura da cana-de-açúcar, *Saccharum officinarum L.*, é originária da Índia, foi introduzida na Península Ibérica pelos Árabes e levada para as Antilhas após a conquista da América pelos Espanhóis. No Brasil foi cultivada a partir da terceira década do século XVI na feitoria de Pernambuco. Porém, o verdadeiro início da cultura deu-se por volta de 1553 com a fundação do engenho do Governador em S. Vicente, graças, ao que se supõe, à iniciativa de Martim Afonso de Sousa. Até ao século XIX a América foi a principal fornecedora mundial de açúcar.

¹⁹ Em 1848 entraram no Brasil cerca de 60 000 escravos, na sua maioria clandestinos, isto é, sem transitarem pelas alfândegas, em virtude da proibição do tráfico, que continuava a não ser totalmente cumprida. Neste mesmo ano de 1848, a França decretara a abolição da escravatura. CORREIA, Roberto – *Angola: Datas e Factos*. Coimbra: Edição do Autor, 1998, 3º Vol., p. 58.

Marinha e que não são para mostrar aos deputados e à imprensa²⁰. O Governo mandou a toda a pressa um oficial para cumprimentar os colonos ao desembarque²¹. Nisto se cifra a perícia administrativa e o tacto executivo dos nossos ministros. Contentou-os o trabalho da sua sapientíssima comissão. Não viram mais que o Governo. Decretaram uma colónia agrícola e a colónia agrícola foi feita. Há-de ser curioso visitar o abarracamento de cubatas que vai levantar-se em Mossamedes com a enganosa alcunha de colónia agrícola. Em outro país o primeiro ensaio de colonização 'maxime'²² em tão apartadas regiões, seria feito com outro cuidado e seriedade. Aí se está colonizando a África Francesa. Vejam se se aldeia um país despovoado com dezoito contos de réis e um oficial de reconhecido préstimo²³.

[...] Estabelecer uma colónia é assentar uma povoação com todos os seus institutos, oficinas e cómodos. Não é uma tribo gentilica que vai estanciar em Mossamedes, mas gente civilizada e cristã. É bom dar governador à colónia²⁴ é o pai dos colonos. Que pode ele fazer a seus filhos, como há-de acudir à família, se o lançam em terra desprovida de todos os auxílios da vida, de todas as consolações da religião? Quem adoecer na nossa colónia cura-se e confessa-se com o oficial de reconhecido préstimo.²⁵ Assim vai em todos os ramos a governação pública."

²⁰ Alusão ao discurso proferido pelo deputado Lopes Lima em 14-06-1849, em que se contesta o facto de o Ministro do Ultramar não ter disponibilizado a documentação solicitada pelo deputado Rebelo da Silva em 12-06-1849.

²¹ Referência ao major do Exército, José Herculano Ferreira de Horta, nomeado para prestar uma comissão de serviço no Estabelecimento de Mossamedes, onde se encarregaria de receber os novos colonos. PORTARIA nº 56 (1849-03-30).

²² A observação corresponde à verdade, na medida em que esta primeira colónia de Mossamedes foi a primeira a ser preparada por Portugal, com objectivos antecipadamente definidos.

²³ Não sabemos se o articulista se refere novamente ao major Ferreira de Horta, ao Governador nomeado em 19-04-49, capitão-tenente Sérgio de Sousa, ou ao major de Artilharia João Francisco Garcia, nomeado comandante do Estabelecimento, em Janeiro de 1849.

²⁴ Referência inequívoca a António Sérgio de Sousa, nomeado primeiro Governador de Mossamedes. Ver BOLETIM do Governo Geral da Província de Angola nº 103 (1849-08-18).

²⁵ Observação repetida, de evidente mordacidade.

Anexo 1.5.

Listagem dos colonos da segunda colônia proveniente de Pernambuco

Ord	S	Colono ou colona	Mulher	Filhos		Natu- ralid.	Obs
				M	F		
1		Aniceto Moniz Bessa					
2		Antônio Cardoso Caldeira					
3		Antônio Francisco Nogueira					
4		Antônio José da Rocha					
5		Antônio José Mendes					
6		Antônio Ribeiro da Costa Porto					
7		Claudino Ferreira Pinto					
8		Diogo José de Oliveira					
9	F	Francisca Maria da Conceição					
10	F	Francisca Maria de Santana e Silva		1	1		
11		Francisco Antônio de Mesquita	Joana da C. Mesquita		1		
12		Francisco Boaventura Ferreira					
13		Francisco de Lima					
14		Francisco Ferreira Rangel Pinto					
15		Francisco Inácio Ferreira					
16		Francisco José da Costa					
17		Francisco José da Silva Morais					
18		Francisco José Pavão	Antónia Joaquina	2	2		
19		Francisco José Ricardo Ferreira					
20		Francisco José Rodrigues					
21		Francisco Rodrigues Pinto da Rocha				Lame- go	
22		Guilherme Evangelista Crillonovichi					
23		Henrique de Almeida Rodrigues					
24	F	Idalina Soares de Albergaria					
25		Inácio Augusto de Aguiar					
26		Inácio José da Costa					
27	F	Isabel Amélia de Sousa					
28		Jacinto de Couto Falcão					
29		Jacinto Simões de Ávila					
30		Jerónimo Inácio Valadão		4	5	Penam- -bucu	
31		João Antônio da Silva					
32		João da Costa Mangericão	Bernarda de Jesus	1	2		Art
33		João de Sousa Moreira					
34		João Evangelista Pires	Joaquina Maria				
35		João Jacinto de Carvalho					
36		João Jacinto Pereira Cabral					
37		João José de Oliveira					
38		Joaquim da Costa					
39		Joaquim Gonçalves Vieira					
40		Joaquim José André					
41		Joaquim José Bento				Porto	
42		Joaquim Pereira da Silva					
43		Joaquim Pereira dos Santos					

44		Joaquim Soares Barbosa					
45	F	Joaquina Maria da Conceição					
46	F	Joaquina Maria dos Santos					
47		José António Lopes da Silva				Braga	
48		José António Pinto Guimarães					
49		José Correia Nunes					
50		José Fernandes Torres					
51		José Francisco de Azevedo					
52		José Francisco de Paula					
53		José Joaquim da Costa	Francisca Alexandrina	3	3		
54		José Luís Mendes					
55		José Pedro de Sousa Pinto					
56		José Pereira de Almeida					
57		José Ramalho de Sousa					
58		Luís José Dias Brandão					
59		Manuel Cardoso de Sousa					
60		Manuel Ferreira da Cunha					
61		Manuel Joaquim Marques da Fonseca					
62		Manuel Joaquim Torres	Maria da Costa Torres	1			
63		Manuel José de Oliveira					
64		Manuel José de Santiago	Maria Rosa				
65		Manuel José Machado					
66		Manuel José Moreira					
67		Manuel José Pereira		2	2		
68		Manuel José Ribeiro de Figueiredo				Viseu	
69		Manuel José Rodrigues	Francisca Romana	1	1		
70		Manuel José Rodrigues					
71		Manuel Lázaro de Barros					
72		Manuel Moniz Gesteiro					
73		Manuel Rodrigues Pinto da Rocha				Viseu	
74		Manuel Soares de Brito					
75		Manuel Vieira dos Santos					
76	F	Margarida de Jesus					
77	F	Maria Filipa da Conceição					
78	F	Maria Joaquina Duarte Monteiro					
79		Mateus Ferreira Franco					
80		Paulino António Gonçalves Pereira					
81	F	Rosa de Medeiros					
82	F	Rosa Maria do Nascimento					
83		Simeão Pinto Vitorino					
84		Teotónio Joaquim da Costa	Emília Cândida				
85		Vitorino de Melo Puga					

Anexo 1.6.**Relação dos Chefes de Família Componentes da Colónia Sá da Bandeira Estabelecida no Vale do Lubango em 1885²⁶**

01 – José Gomes Júnior
 02 – Manoel de França Victuro
 03 – Manuel Gonçalves Gemella
 04 – Jacintho Rodrigues
 05 – João de Freitas Mendes Júnior
 06 – José António Teixeira
 07 – António Pereira
 08 – Pedro da Corte
 09 – José Ferreira Júnior
 10 – Francisco de Sousa Júnior
 11 – Manoel Pinto
 12 – Luiz de Andrade
 13 – Manuel Fernandes
 14 – João Rodrigues
 15 – Francisco Gomes Camacho
 16 – José de Nóbrega
 17 – José António Bettencourt
 18 – José de Sousa Jardim
 19 – Alfredo da Ponte
 20 – António Rodrigues Polycarpo
 21 – António da Ponte
 22 – João da Silva
 23 – Alfredo Faria
 24 – Ricardo Rodrigues
 25 – Luiz d'Abreu Faria
 26 – Albano Fernandes
 27 – Lucas da Câmara
 28 – João dos Santos
 29 – Francisco Figueira
 30 – José de Freitas
 31 – José de Abreu
 32 – José Gonçalves Ribeiro
 33 – Severino dos Santos

34 – Francisco de Sousa
 35 – Manuel de Sousa
 36 – Felisberto Gonçalves Delgado
 37 – António Silva
 38 – Manoel de Jesus
 39 – João Joaquim Fernandes
 40 – António de Sousa
 41 – António Marques de Jesus
 42 – José Mendonça da Encarnação
 43 – Silvério Rodrigues Coelho
 44 – Ignacio Gomes Jardim
 45 – António da Silva Roma
 46 – Manoel Rosales
 47 – Manoel Pestana Camacho
 48 – João Raymundo
 49 – Francisco Luiz de Gouveia
 50 – Viúva de Francisco Gomes de Faria
 51 – José Soares de Abreu
 52 – Manoel Gonçalves de Carvalho
 53 – José Cabral
 55 – Manuel Paulo de Freitas
 56 – João António de Oliveira
 57 – Januário Gomes Carvalho
 58 – António Gomes Serra Júnior
 59 – Francisco de Freitas
 60 – José da Assumpção
 61 – António Baptista
 62 – Joaquim de Gouveia
 63 – João de Sousa Barreto
 64 – João Fernandes da Silva
 65 – António Gomes Júnior
 66 – António dos Santos

²⁶ D. José da Câmara Leme – Relatório da Direcção. Lubango, 31 Dez. 1885.

Relatório da direcção²⁷

Tendo completado o 1º anno de direcção da colonia *Sá da Bandeira*, cumpre-me levar ao conhecimento de v. ex.^a a maneira, como a referida colonia tem sido administrada, qual o seu desenvolvimento agrícola, os differentes trabalhos que se empregaram, enfim dar uma nota geral do seu estado de desenvolvimento e progresso.

E' o que faço na exposição que segue:

*
* *

O primeiro troço de colonos madeirenses destinados á colonia *Sá da Bandeira*, estabeleceu-se no Lubango em 19 de janeiro de 1885. A quadra então chuvosa não permitiu fazer uma installação definitiva e rapida como seria para desejar, abrigoando-se os colonos, á sua chegada, n'uns barracões provisórios, que estavam a uma distancia de 3 kilometros do local onde elles se deviam estabelecer definitivamente, local que, só depois da minha chegada ao Lubango com a colonia, foi escolhido por mim de accordo com o sr. dr. Rebello, delegado de saude de Mossamedes, que a esse tempo acompanhára os colonos.

Depois de alguns pequenos arranjos ainda necessários nos seus abrigos provisórios deu-se principio aos trabalhos, começando-se por tirar uma levada de 3 kilometros de extensão, destinada á irrigação de terrenos que se tivessem de distribuir aos colonos, e á rega dos quintaes da povoação. Este trabalho ficou concluído nos fins de Fevereiro, em virtude das difficuldades com que se luctava por causa das chuvas, que obrigavam a perder muitos dias de serviço, e do estado sanitario dos colonos que não podia deixar de ressentir-se no seu primeiro período de aclimação. Depois d'elle concluído em março e abril, ainda debaixo de chuvas, é que os colonos se puderam estabelecer definitivamente, construindo cada um a sua pequena casa no terreno que lhes ia distribuindo. Assim pois, só em Maio, é que os colonos depois de installados, começaram a arrotear os terrenos, preparando as sementeiras de trigo, quando já na Huilla e Humpata se haviam feito desde principios de Abril. O tardio da época para a sementeira e a circumstancia de serem quase todos os terrenos virgens de cultura e faltos ainda de adubos, deixava prever que a semente não fructificaria tão bem como se os terrenos tivessem anteriormente recebido outra planta; não sendo porém a época apropriada para outra sementeira por causa dos mezes de geada, junho e julho, que estavam proximos, fez-se a sementeira do trigo. N'alguns terrenos que já tinham sido em tempos cultivados pelo gentio, os trigos vieram bem, mostrando claramente o que os terrenos podiam dar quando trabalhados e adubados convenientemente; n'outros que não haviam tido ainda cultura alguma, os trigos vieram fracos, e n'alguns mesmo a semente não produziu.

E' fora de dúvida porém, que a nova sementeira hade produzir excellentemente dando a percentagem que ha a esperar em terrenos d'esta natureza quando devidamente preparados e trabalhados.

Receberam tambem os colonos em Setembro um cazunguel de feijão e outro de milho para cada um, que lançaram á terra, não esperando pela quadra das chuvas para o fazer, visto os terrenos terem agua de régua com abundância, no emtanto as chuvas que começaram no 1.º de outubro e que continuam, tem desenvolvido bem a planta, notando-se que o feijão plantado á cova se desenvolve mais do que o semeado a rego ou a lanço.

Semeiaram tambem os colonos em setembro alguma batata que produz excellentemente, desenvolvendo-se e reproduzindo n'uma grande percentagem; alguns pés que se arrancaram de semente vinda da Madeira, chegaram a produzir 50 e 70 batatas, não produzindo tão bem a batata adquirida aqui, em geral degenerada e misturada com a batata do gentio.

A quantidade de semente lançada á terra póde calcular-se entre 250 a 300 arrobas. É a colheita da batata a que se espera primeiro tendo-se já colhido bastante.

Tem produzido igualmente bem o cará ou batata dôce, tendo actualmente os colonos rasoaveis plantações d'este tuberculo.

As hortas tem tido tambem bastante desenvolvimento e apesar das sementes dadas aos colonos não terem sido de boa qualidade, conta hoje a colonia soffríveis productos, taes como: nabos, ervilhas, couves, alface, tomates, rabanetes e cebolas, etc. Algumas arvores de fructo se tem plantado, havendo já alguns especimens de pecegueiros, figueiras e cafezeiros.

Em harmonia com as garantias concedidas pelo governo aos colonos, lhes tem sido distribuido algum gado bovino, mas não com tanta promptidão como seria para desejar, devido necessariamente á procura extraordinaria que tem tido este artigo n'estes últimos tempos e á impossibilidade de negociações com alguns centros exportadores como Humbe e Quanhama.

Á medida que tem vindo o gado, tem-se distribuído uma junta de bois a cada colono, tendo-se contemplado primeiro os colonos que mais se tem desenvolvido. No entanto, a muitos nada tem aproveitado este beneficio, porque o gado tem sido atacado da epizootia que todos os annos devasta no districto de Mossamedes, milhares de cabeças. Todavia, o gado ovelhum mandado por s. ex.^a o ministro da marinha para a colónia, tem-se dado perfeitamente, não tendo estranhado a influencia climática. Já se contam cinco crias novas, nascidas aqui, e já se fez tambem a primeira tosquia que produziu 15 kilos de lã. (meu: bons tempos, em que o ministro da marinha comprava ovelhas. Hoje compram submarinos...)

*

²⁷ in Boletim Official do Governo da Província de Angola, Luanda, (13) 29 Mar. 1886.

* *

A segunda remessa de colonos, vindos no transporte *Africa* em 18 de junho de 1885, estabeleceu-se no Lubango em 19 de agosto d'este mesmo anno, ficando incorporada na colonia *Sá da Bandeira*.

As circumstancias especiaes da época permittiram logo que os novos colonos se estabelecessem nos seus respectivos terrenos, e déssem principio aos trabalhos.

Para a irrigação dos novos arimos se tratou de tirar uma levada que tem de extensão approximada 7:300 metros e que deve ficar concluída em breve. (meu: também me parece fruta a mais)

Não se tem dado todo o desenvolvimento a esta obra, afim de poderem os colonos ir trabalhando nas suas terras, e fazendo as suas sementeiras, tanto mais que a quadra actual já abundante de chuvas dispensa as aguas de rega.

Deu-se maior latitude a este trabalho afim de prevenir a vinda de mais colonos, conseguindo-se regar com esta levada todas as encostas mais altas, para o que se foi buscar agua quasi ás cabeceiras do rio Lubango, apanhando ainda na passagem duas pequenas torrentes *Cumbira* e *Maripu*.

Esta nova levada depois de regar, como disse, todos os plan'altos vem desaguar na levada tirada pelos primeiros colonos, augmentando o volume d'agua a esta e beneficiando a povoação. D'esta maneira conseguiu-se agricultura a encostas mais elevadas, e poucas são as varzeas que estão occupadas pelos colonos, obtendo-se assim a vantagem de guardar as várzeas para pastagens, podendo ser agricultadas quando os colonos dispozerem de mais elementos para adubar e preparar terrenos, que sendo em geral mais fracos, demandam de maiores trabalhos como drenagens, valas de esgoto, etc., etc.

Tem os novos colonos feito tambem as suas sementeiras de feijão, milho e batata e preparado as suas hortas, e no curto espaço de tempo que contam de estada aqui, tem trabalhado com afinco, dando bõa conta de si. Algumas famílias dos ultimos colonos vindos, desagregaram-se da colonia *Sá da Bandeira*, para onde vinham, e foram estabelecer-se na Humpata e Chibia (Chimpanpunhime). Como esta direcção havia recebido ordens do governo do districto para consentir n'esta sahida, passou-se guia aos colonos que quizeram ir para aquelles pontos, enviando-se aos respectivos chefes dos concelhos a relação d'elles e seus contractos, dando-se n'essa occasião conta d'estas occorrencias ao governo do districto.

*

* *

O local escolhido para a installação da colónia *Sá da Bandeira*, fica por assim dizer, encravado no centro da grande bacia do Lubango no ponto denominado Cacondo. E' uma extensa collina d'uma superfície de mais de 1:000 hectares, com uma elevação de 20 metros acima das varzeas dos rios que a circundam e de 1:570 metros acima do mar. A collina em forma de ellipse allongada é banhada ao norte e léste pelo rio Mapunda, ao sul pelo rio Mucufi e a oéste pelo rio Lubango. Todos estes rios trazem bom volume d'agua, conservando-a até na época da estiagem; reunidos formam o Caculovar que vai desaguar na Ibantalla ou lagõa dos cavalos marinhos.

Situada como disse no centro da grande bacia do Lubango, é circundada pelas serras do Mucoto e Cangolla a oéste e sul, e ao norte pelas serras de Carueque, Ngombe e seus contrafortes.

Completamente desimpedida de serras ou zonas a leste, é d'este quadrante d'onde são os ventos reinantes durante todo o anno. No extremo léste da collina, onde o plató é mais pronunciado, escolheu-se uma área de 171:000 metros quadrados para povoação da colonia, segundo o plano que acompanha esta memoria.

A povoação está dividida em quarteirões de 1 hectare de superficie cada um, comportando cada quarteirão 10 cazaes. Ao centro estão os edificios do governo, o mercado e a praça.

Todos os quarteirões recebem agua da levada geral que ao atravessar a povoação se divide em differentes ramos. Fóra da povoação em sitio convenientemente escolhido se destinou locaes para hospital, cadeia, cemitério, quartel militar e paiol.

As obras por enquanto feitas na povoação são as de arruamentos e regularisação de levadas, barracões provisórios, para secretaria, escola, igreja, residencia do medico, botica e residencia do enfermeiro. Foi começada a obra definitiva para secretaria e residência do director, estando actualmente prompta de alvenaria e madeiramento de cobertura, faltando-lhe a telha e a obra de carpintaria no interior. A falta de operários e materiaes não permittiram dar todo o desenvolvimento ás obras da povoação na quadra da estiagem, como teria sido conveniente, não sendo tambem agora época apropriada para as fazer por causa das chuvas.

No entanto continuam os serradores a cortar e serrar madeiras e está em construcção um barracão e forno para o fabrico da telha e tijolo necessario para as differentes obras que se tem de executar, ficando d'esta forma preparados os materiaes mais urgentes e indispensaveis. Por seu lado tambem, os colonos tem-se limitado a arrotear, cultivar e cercar os quintaes que se lhes distribuiu na povoação em harmonia com o plano d'ella, não podendo por enquanto edificar ali as suas casas por não terem materiaes preparados para esse fim, nem tempo para os preparar antes das chuvas, visto os trabalhos accumulados do arroteamento, sementeiras, etc. Um outro trabalho importante se executou e regularisou como foi o da distribuição das aguas para os primeiros colonos. A primeira levada foi tirada do rio Mucúfi e dividiu-se em dois ramos, regulando-se a sua fórmula de giro em harmonia com os terrenos a irrigar. D'este trabalho se levantou um auto que foi registado no livro respectivo da secretaria da colonia, de fórmula a definir e assentar um direito de propriedade que deve ficar pertencendo a cada colono. As relações que dizem respeito á fórmula de giros e quantidade d'agua que toca a cada colono acompanham tambem esta memoria.

*

* *

Os terrenos do Lubango, como quasi todos os do planalto, são em geral mais fracos do que os da zona baixa, precisando em absoluto de correctivos tendentes á sua melhoração. Variando em extremo d'um ponto para outro em distancias relativamente pequenas, podem no entanto classificar-se estes terrenos do Lubango em tres especies: argillo-humosos, argillo areiosos e argillosos puros. O seu defeito principal consiste pois na

falta de cal. Os correctivos mechanicos de que elles precisam são: - esgotamento e calcinação; esgotamento para enxugar as terras, tornando-as mais porosas e permeáveis; calcinação, afim afim de diminuir a grande adherencia que caracteriza as terras em que predomina a argilla, enriquecendo o sólo com productos de saes activos que resultam d'este processo. Os correctivos phisicos e chimicos de que dependem, são sobre tudo a applicação da cal e cinza. A cal dando uma consistencia ás terras, que ellas não possuem, tornando o sólo mais permeável, diminuindo-lhe a humidade, torna as sementeiras mais regulares e põe as plantas ao abrigo de immensas doenças; as cinzas tornando tambem os terrenos argillosos menos compactos, fortificando as terras soltas, destróem as hervas ruins e contribuem poderosamente para a fortificação do sólo.

Taes são pois os defeitos e correctivos que caracterizam e de que necessitam os terrenos do Lubango.

*
* *

Logo depois de instalada a colonia, conforme recomendava as instruções dadas elo governador do districto a esta direcção, organisou-se um conselho rural composto pelo director da colonia como presidente e de quatro colonos vogaes. O conselho tem funcionado regularmente, existindo na secretaria da colonia um livro respectivo contendo as actas das sus sessões.

Ainda em harmonia com as mesmas instruções tem o conselho rural arrecadado differentes impostos, como o imposto de 2% sobre o subsidio dos colonos, os impostos de casas e sobre o gado abatido, existindo actualmente em cofre uma verba de 422\$655 réis, que será mais tarde applicada em beneficio das obras da colónia como igreja, cadeia, etc., etc.

Differentes mappas acompanham esta memoria, taes como: mappa de occurencias, mappa estatistico, mappa de frequencia escolar, mappa demonstrativo da receita e despeza mensal da colónia, desde a data da sua installação, e bem assim um ligeiro croquis da bacia do Lubango, onde se acha collocada a colonia.

Pelo mappa de occurencias, vê-se que houveram durante o anno 12 nascimentos, o que dá um por cada mez, e comparado o numero de fallecimentos que foram 8 com a totalidade da população, vê-se tambem que a percentagem de obitos foi de 2%, resultado este bastante satisfatorio e que serve de abono á benignidade do clima.

No entanto, para satisfação da verdade, se deve dizer, que para o bom exito concorreu poderosa e efficazmente o zelo e proficiencia com que tem sido desempenhado o serviço clinico da colonia. O mappa estatistico indica a totalidade de população em numero de 428 pessoas, sendo 122 homens, 99 mulheres e 207 creanças de ambos os sexos.

Pelo mappa de frequencia escolar se vê que o numero de creanças que tem frequentado a escola tem sido de 36, numero relativamente diminuto á totalidade de creanças, mas que se explica pelo facto de que a escola é só frequentada por allunos do sexo masculino e que só figuram no mappa os que estão dentro dos limites da idade que os regulamentos de instrucção publica do paiz marcam para esse fim.

Apraz-me tambem consignar n'esta occasião o zelo e cuidado com que o funcionario que está á testa da escola dirige este serviço.

Igualmente devo mencionar os restantes funcionarios da colonia, como o sr. sub-director, escrivão e apontador, que no desempenho dos seus misteres têm cooperado para o augmento da colónia. *(meu: não restam dúvidas de que o director era elitista. Não há um único elogio aos colonos e ao seu trabalho, reservando os louvores para o serviço clínico, o professor e os seus funcionários mais próximos. O escrivão, que decerto dactilografou o extenso Relatório, fez um trabalho notável, sem erros e limpo, até de acentuação.)*

Taes são pois em resumo os topicos essenciaes com relação á administração da colonia *Sá da Bandeira*, durante o seu primeiro anno de installação.

Esforços se tem empregado para que ella progrida e se desenvolva, e hoje passada a quadra dolorosa da sua installação, pelo seu desenvolvimento relativo, pelas circumstancias especiaes em que se encontra com relação á benignidade do clima e fertilidade do solo, pela indole essencialmente boa e trabalhadora dos colonos, e finalmente, pellas atencões que n'estes ultimos tempos a colonisação tem merecido aos poderes publicos, leva-nos a prophetisar um prospero futuro para a colonia, e para o governo a satisfação de ver corôado de bom exito um dos seus mais louvaveis esforços.

Lubango, 31 de dezembro de 1885.

D. José Augusto da Camara Leme, director.

Anexo 1.8.

Certidões de nascimento de Manuel Martins Alves e de Ludovina

Ficha n.º _____
Registada sob o n.º 1542

Conservatória do Registo Civil de Machico

CERTIDÃO DE NARRATIVA COMPLETA DE REGISTO DE NASCIMENTO

Certifico que no livro de assentos de nascimento arquivado nesta Conservatória, referente ao ano de 1871, freguesia de Machico, a folhas 33, existe um registo n.º 81 do qual consta que:

No dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco na freguesia de Machico do concelho de Machico nasceu um indivíduo do sexo masculino a quem foi posto o nome completo de Manuel filho legítimo de António Martins Alves no estado de natural da e residente e de Maria de Sousa no estado de natural de freguesias de Machico e de São Paulo respectivamente e residente em Machico

Neto paterno de João Martins Alves e de Francisca Maria de Sousa e de António Joaquim de Sousa e de Francisca de Sousa

À margem do registo constam os averbamentos seguintes: (sem averbação)

Machico de D. G. R. N.
A. Moduler-Amareal


Por ser verdade, mandei passar a presente certidão, que assino e vai autenticada com o selo branco.

Conservatória do Registo Civil de Machico, vinte e dois de Fevereiro de 1978

CONTA:

Emolumento	478.44
Artigo 32.	13.24
Selo	18.24
Reembolso	38.52
Artigo 287.	2.00
Total	780.44

São devidos em escudos



Ficha n.º _____
Registada sob o n.º 1548

Conservatória do Registo Civil de Machico

CERTIDÃO DE NARRATIVA COMPLETA DE REGISTO DE NASCIMENTO

Certifico que no livro de assentos de nascimento arquivado nesta Conservatória, referente ao ano de 1828, freguesia de Machico, a folhas 32, existe um registo n.º 23 do qual consta que:

No dia seis de maio de mil novecentos e oitenta e cinco na freguesia de Machico do concelho de Machico nasceu um indivíduo do sexo feminino a quem foi posto o nome completo de Ludovina filho legítimo de João da Câmara no estado de natural da e residente e de Maria de Sousa no estado de natural de Machico e residente em Machico

Neto paterno de João da Câmara e de Maria de Sousa e de António Joaquim de Sousa e de Francisca de Sousa

À margem do registo constam os averbamentos seguintes: (sem averbação)

Machico de D. G. R. N.
A. Moduler-Amareal


Por ser verdade, mandei passar a presente certidão, que assino e vai autenticada com o selo branco.

Conservatória do Registo Civil de Machico, vinte e dois de Fevereiro de 1978

CONTA:

Emolumento	132
Artigo 32.	132
Selo	652
Reembolso	385
Artigo 287.	200
Total	1302

São devidos em escudos



NA TROUXA TROUXERAM TABAIBOS
(evocação ao “Camuila”)

“*Omulumenu esi afya, afya-po edina laye.*”
“Um homem que morreu deixou o seu nome.”
P. Carlos Estermann

Que sorte ter sido desterrado sem ter terra,
ter fugido para a cidade,
ter conhecido outras gentes...

Que sorte ter vindo de lá tão longe...

Lembrar-se dos muros que saltaram,
dos sítios onde estiveram sitiados,
as coisas que os pasmaram!
E das viagens:
a horizontal marítima... a vertical do Bruco...
E o atordoamento da chegada...

De “colonos”²⁸ sitiados pelo mar amargo
a “Chicoloños” bandeirantes de mulolas!
Marginais evadidos da “Alcatraz” Madeira
a vadiar no “Stonehenge” da Tundavala!

Os limites a ultrapassá-los...
Olhos postos no ocaso do acaso.

Na trouxa trouxeram tabaibos.
*Opuntias*²⁹ que apontavam pontas³⁰ e pontos,
tabuletas alternas sem rumo alternativo...
Até perceberem londobos³¹ de “omaloi”³² e de “omuhiji”³³
contra a dureza agreste dos “mutiatis”³⁴
e a felina acutilância das espinheiras.

Se a memória alimentava insónias,

²⁸ Antes de partirem para África, os habitantes mais pobres da Madeira já eram designados por “colonos”.

²⁹ “Opuntia” – Género botânico da tabaibeira.

³⁰ Referência aos picos das tabaibeiras e dos tabaibos.

³¹ “Londobos” – Sub casca de certas plantas, utilizada como liame. É também conhecida por “Londobe”.

³² “Maloi” – Designação da casca da “omupanda”, nome vulgar da planta tanífera *Berlinia paniculata*.

³³ “Muhiji” – Nome vulgar da *Combretum chlorocarpum*, conhecida por “a árvore dos primeiros colonos”.

³⁴ “Mutiatí” – Nome vulgar do *Copaifera Mopane* (Gossweiler).

só o trabalho semeava o esquecimento.
Sair à toa entre omupandas e cardeais³⁵,
seguir por rastos inventados
e regressar por carreiros deduzidos.

O mato a apropriar-se da identidade,
as sílabas “Cá-muí-Lá”³⁶, a lembrar desterrós,
nomes sem idioma na percepção de formas fugidias:
formigas vestidas de noivas de Santo António³⁷
ou andarejas armadas em guerreiros do silêncio,
com casacos vermelhos...³⁸ negros...³⁹
No Lubango de uma rua só,⁴⁰
barracões acomodados aos solavancos da paisagem,
que o salalé adorava devorar, devagar, de-va-gar.

Depois...
Gostar, até gostar, de estar ali esquecido
e já não ter vontade de voltar p’ra casa.
Ficar admirado por estar contente!
Por pés descalços a saltitar searas verdes,
nemas a “desventar” cacimbos matinais,
o frio a fugir do sol, ventinho a crestar cieiros...

E depois...
Olhar em redor e sentir que não se perdeu nada.
Descobrir que, afinal de contas,
não havia contas para ajustar.
Que estavam quites com o seu destino.

Por fim... Catuí...⁴¹
A solidão a tomar conta do abandono,
Já nem querer saber se era recordação de recordações
sentar-se, ali deitado, no capim granítico,
a cismar... a **cismar** ...
E adormecer nas pedras de basalto,
junto ao mar.

José de Azevedo

24 de Novembro de 2011 (dia de greve geral)

³⁵ “Cardeal” – *Euplectes bordeacea*, pássaro de cores vistosas, vermelho e preto.

³⁶ Segundo Samuel Matias Lopes (testemunha oral), foi Manuel Martins Alves o primeiro colono madeirense a aprender o dialecto nhaneca (muíla), pelo que passaria a ser conhecido por “Camuíla”.

³⁷ Alusão a térmitas aladas (salalé) que apareciam esporadicamente.

³⁸ Referência a formigas vermelhas (quissonde), comunitárias.

³⁹ Alusão a formigas negras (manhéu), de cheiro característico.

⁴⁰ Ver fotografia do Lubango em 1890.

⁴¹ “Catuí” – Expressão nhaneca, indicativa de indiferença.

Anexo 1.10.**O Ultimato Inglês**

Carta do Governo Britânico

O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias e suficientes, as garantias dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta.

O Cônsul interino de Sua Majestade telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem.

O governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as garantias dadas pelo Governo Português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress (ou Encnentress?), está em Vigo esperando as suas ordens. Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890.

Face a esta intimação dos ingleses reuniu o Conselho de Estado, na própria noite de 11 de Janeiro, sob a presidência do jovem monarca D. Carlos. Embora Serpa Pimental se tenha oposto a uma rendição incondicional, prevaleceu a posição da aceitação das imposições inglesas, dada a reduzida capacidade bélica das forças armadas portuguesas. Assim, o comunicado oficial, tornado público pelo ministro Barros Gomes (o mesmo que levava 2 anos a responder), informava que seriam expedidas para o Governo Geral de Moçambique “as ordens exigidas pela Grã-Bretanha”. O referido comunicado é do seguinte teor:

Na presença duma ruptura iminente de relações com a Grã-Bretanha e de todas as consequências que dela poderiam talvez derivar, o Governo de S. M. resolveu ceder às exigências formuladas nos dois memorandos, a que alude, e, ressaltando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal às regiões africanas de que se trata; e bem assim, pelo direito que lhe confere o artº 12 do Acto Geral de Berlim, de ser resolvido definitivamente o assunto em litígio por uma mediação ou por uma arbitragem, o Governo de S. M. vai expedir para o Governador Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha.

MARIA ÍNDIA, OU A FRONTEIRA DA COLONIZAÇÃO: TRABALHO, MIGRAÇÃO E POLÍTICA NO PLANALTO SUL DE ANGOLA*

Cristiana Bastos

Instituto de Ciências Sociais – Portugal

Resumo: Este artigo examina um peculiar e pouco conhecido episódio de colonização ocorrido no Sul de Angola na década de 1880, em que migrantes empobrecidos da Ilha da Madeira foram mobilizados pelo governo português para garantir a ocupação do território de fronteira no contexto da competição europeia pela África. A análise das fontes primárias revela imprevistos, precariedades e ambiguidades que a história colonial produzida no século XX veio a apagar e substituir por uma narrativa de heroísmo e pioneirismo.

Palavras-chave: Angola, colonização, fronteira, migração.

Abstract: This article analyses a peculiar and obscure episode in the colonial history of southern Angola. In the 1880s, the Portuguese government sponsored the settlement in the Huila plateau of a group of impoverished migrants from the island of Madeira. This was part of a strategy of guaranteeing territorial control, frontier expansion and definition of borders in the context of the "European scramble for Africa". The study of primary sources reveals a great deal of improvisation, fragilities and ambiguities that the colonial history written in the 20th century rapidly erased and replaced for a narrative of pioneering heroism and white entitlement.

Keywords: Angola, borders, colonization, frontier.

* Este artigo integra o projeto Empires, Centers and Provinces: the Circulation of Medical Knowledge (FCT PTDC/HCT/72143/2006). Uma versão preliminar – "Migrações forçadas e fronteiras instáveis" foi desenvolvida no âmbito do projeto Circulação Transaçoal, Fronteiras e Identidades, articulado ao Cemi – Unicum e o ICS. Agradeço a Bela Feldman-Bianco e aos colegas dos vários painéis do projeto (na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia em 2006 e na Unicamp em 2007) os comentários e a discussão. A Rosa Melo, Dionísio e Sónia Adelaide agradeço a viagem à Humpata relatada neste texto.

No pequeno lugar da Humpata, durante uma viagem de terreno ao Sul de Angola em 2005, pude experimentar um episódio de sobressalto cognitivo que poderia ter remetido para uma mera nota, já que toda a pesquisa se faz de sobressaltos e rotinas. Mas esse episódio trouxera, de um só rasgo, a materialidade da vida e das vidas implicadas no que me mobilizava, uma saga de fronteira ocorrida no último quartel do século XIX naquelas paragens. Esse contacto direto, que é abundante no trabalho etnográfico convencional, costuma escassear nas incursões ao passado colonial que unem antropologia e história, como exemplarmente articulou Cohn (1987) e outros desenvolveram (Axel, 2002; Dirks, 2001; Fabian, 2000; Thomas, 1991; Stoler, 1995). Dai que, quando tais manifestações irrompem por entre os arquivos, sejam alvo de particular atenção e estima.

O episódio em causa foi o meu encontro com um túmulo do cemitério dito *boer* da Humpata. A sua inscrição continha:

ETERNA SAUDADE DE
SEU MARIDO E
FILHOS

MARIA ÍNDIA DE
SOUZA GARCIA

NAS A 19 NOVEMBRO 1883
FAL A 20 MAIO 1938
NATURA DE MOSSA
MEDES.

PAZ À SUA ALMA

Estava perante mim a pedra tumular de alguém que "conhecera" no decurso da pesquisa. Isto é, sabia do seu nascimento e do seu peculiar nome. Maria Índia nascera a bordo do navio Índia, que em 1884 transportava da Ilha da Madeira para o Sul de Angola os protagonistas da aventura que procurava conhecer de perto. Assim narra o relatório do médico Alexandre Almeida, que acompanhou os colonos até ao porto de Moçâmedes, de onde seguiriam



Foto: Cristiana Bastos

Figura 1. Túmulo de Maria Índia no cemitério da Humpata, novembro de 2005.

para o interior do planalto da Huíla.¹ Entre várias anotações, o médico tinha registrado a morte de uma criança de peito, por, tendo já entrado a bordo anêmica, recusar alternativas ao leite materno que escasseava; mais tarde, registara o nascimento de uma menina ao largo da costa angolana, um dia depois

¹ Esse episódio está analisado com mais detalhe em Bastos (2008).

de terem largado de Luanda (Almeida, 1884-1885). Que a memória tenha desviado num ano o seu nascimento era comum: menos provável seria que uma outra criança com esse exato nome tivesse nascido em Moçâmedes no ano anterior à chegada dos colonos madeirenses.

Aquilo que fora uma ocorrência de bordo, um registro de vida, coevo de um registro de morte, estava agora prolongado pelo testemunho da materialidade da pessoa que a partir daí se tinha feito. Maria Índia chegara ao século XX, casara, tivera filhos, e morrera na região onde os pais tinham se estabelecido no século XIX. Embora não esteja patente na lápide, é de acreditar também que Maria Índia ali viveu uma vida de muito trabalho e algum sofrimento, que cresceu nas incertezas e esperanças que animaram os primeiros colonos da Humpata, na Huíla, que terá passado as privações e dificuldades que a todos atingiram nos primeiros anos, e que viveu para conhecer o tempo em que, de páias, os colonos madeirenses passaram a pioneiros — não sem que continuasse a pesar-lhes o estigma racializado de “brancos de segunda”. Quem sabe, Maria terá mesmo sido medida pelos compassos de antropometria que nos anos 1920 foram aplicados aos “euraficanos,” ou luso-descendentes, a mando do médico-antrópologo Germano Correia (1925, 1934). Mas isso será especulação; só sabemos, por enquanto, o que reza a pedra sob a qual está enterrada.

Com menos informação tumular contagiam-se os nossos colegas arqueólogos das mais fortes emoções. Às vezes um vestígio, um indício, um resto de osso, um pó de tecido, um espaço aberto, é suficiente para servir de evidência, de prova, de testemunho, de compensação pelo esforço — físico, material, cognitivo — aplicado à escavação. Mas não era esse o caso: não estava numa escavação, e a minha entrada no cemitério *boer* da Humpata dera-se sem grande planejamento prévio. O que acontecia é que encontrara por acaso o túmulo de alguém com quem tinha uma especial intimidade. Conhecia as singulares circunstâncias do seu nascimento e batismo. Era como que uma velha conhecida minha, se bem que a nossa intimidade fosse fantasmagórica, quase fictícia: a sua realidade restara frágil, etérea, e dependente de um fragmento de relatório assinado pelo médico naval Alexandre Almeida. Almeida acompanhava o contingente de madeirenses que deixara em 1884 o Funchal com destino a Moçâmedes e à Huíla.

Até àquele dia de novembro de 2005 nada mais soubera sobre essa criança: se tinha sobrevivido à chegada a terra, se teria acompanhado os pais na subida da serra, se teria crescido, singrado, feito família, cometido crimes, ou feitos heroicos, ou invenções memoráveis. Até que deparei com a evidência, literalmente pesada, da sua passagem pela terra inscrita numa campã de pedra e cimento. Com uma escrita irregular, talhada à mão, sem moldes, marido e filhos declaravam eterna saudade e desejavam paz à sua alma.

Paz, porém, não implica esquecimento, e cá estão os antropólogos a investigar no tempo para a trazer ao desassossego da análise, perguntando quem era ela, ao que vinham os seus, como se encontraram nesse destino incerto e viveram os desafios que os esperavam...

Os pais de Maria Índia integravam um contingente de mais de duas centenas de madeirenses que no ano de 1884 embarcaram no Funchal com destino a Moçâmedes, atual cidade de Namibe, para dali partirem para o planalto da Huíla. O governo português promovera a viagem e concedera aos futuros colonos um conjunto de apoios que supostamente garantiria o começo de lavouras. Era-lhes dado um subsídio em dinheiro, utensílios para o trabalho agrícola, equipamento doméstico, uma arma de fogo, proteção à chegada, e um destino no planalto. Esperava-se que desse conjunto se formasse uma colónia saudável e capaz de reproduzir a vida rural portuguesa (Diário de Governo, 1881).

Conseguiriam esses camponeses suceder no almejado estabelecimento de comunidades europeias nos territórios africanos sob administração portuguesa? Quem eram eles, e quem conduzia a iniciativa? Por que naquele ano? Por muito que se tente enquadrar essa experiência numa lógica de colonização patrocinada pelo governo, como veio a ser feito posteriormente no âmbito de legitimar a antiguidade da colonização portuguesa no local (Arrimar, 1997; Dias, G., 1923, 1926, 1928; Felner, 1940; Torres, 1950; Machado, [s.d.]; Silva, R., 1971a, 1971b, 1972a, 1972b, 1973, e, de certo modo, Nascimento, 1891, 1892; ou, mais aprofundadamente, Medeiros, 1976; e também Rodrigues, 2000) – o que aconteceu naquele ano é um cruzar de vários propósitos à partida descontraídos.

Dos madeirenses é fácil perceber por que embarcavam. Fugiam da pobreza estrutural e devastadora de uma sociedade altamente estratificada. A fome

e a escassez levavam-nos aos pontos mais remotos do globo. Embarcavam em veleiros para o Havai, então Ilhas Sanduíche, onde deixaram, além da pequena guitarra que se converteria no *ukulele*,² também o seu sangue e o seu suor (Fernandes, 2004; Spranger, 2001). Aceitavam situações de trabalho vinífero que pouco se distanciavam da escravatura e, como os escravos antes deles, deixavam a vida nos canaviais de açúcar. Iam também para as ilhas do Caribe e para as Guianas, onde criaram comunidades que até hoje sobrevivem (Fernandes, 2004; Ferreira, 2001; Laurence, 1965; Wagner, 1977). Iam para onde pudessem escapar à miséria de uma ilha que em poucos séculos passara de terra erma a lugar onde só alguns podiam viver com dignidade.

E por que razão promoveu o governo português essa ação, e por que naquele ano? Aqui as respostas cruzam-se num enleado de diversos propósitos que só muito forçadamente podemos retratar como estratégia articulada. Por razões territoriais que se exacerbaram precisamente naquele ano, impunha-se ao governo português promover a colonização dos territórios sobre os quais reclamava tutela. Ao longo de séculos, a precedência dos contactos náuticos com os pontos da costa africana proporcionara aos portugueses uma autoconfiança relativamente ao controle dessas costas e aos territórios interiores que lhes correspondiam. Mas esse controle não correspondia a uma ocupação efetiva; no terreno, pouco mais havia que o tráfico de escravos sul-atlântico e negócios associados. O tráfico tudo dominava – economia, relações sociais, razias ao interior, relações entre africanos, entre africanos e europeus, e novas camadas sociais criadas nessas interações. Circulava-se entre as duas costas do Atlântico sul e expandia-se para os respectivos interiores, para almentar o tráfico (Alencastro, 2000). No Brasil, consolidava-se uma economia estratificada e uma sociedade em que confluíam populações de diversas origens: em Angola, novas elites crioulas que surgiam à sombra do tráfico e comércio (Dias, J., 2002; Pantoja, 2004). Em nenhum desses lugares floresciam comunidades europeias à maneira do que se vinha desenvolvendo na América do Norte, Austrália ou na África do Sul.

² Originalmente “cavaquinho”, pequena viola de sons agudos usada na região do Minho, Norte de Portugal, o instrumento musical era conhecido na Madeira por “machete”, ou “braguinha” e foi levado para o Pacífico pelos madeirenses recrutados para as plantações de cana-de-açúcar – para um documentário sobre o assunto, ver *O presente que veio de longe* (2008), de Tiago Hespanha.

Quando, na segunda metade do século XIX, as nações europeias se envolveram nos projetos de império que implicavam recortar o território africano com linhas de fronteira que separassem aquilo que cabia à jurisdição de cada um – assim estabelecendo, também, o acesso aos recursos e às populações que se instrumentalizariam como força de trabalho – Portugal foi forçado a redefinir o que reclamava como seu. E o que reclamava como seu era muito, baseado em não mais que um conjunto de princípios de precedência e conquista, sempre relativamente a outros europeus. Marinheiros, comerciantes e traficantes portugueses tinham chegado antes dos seus congêneres europeus a muitas das localidades da costa africana, e aí tinham estabelecido entrepostos de comércio e cidadelas, nalguns casos cidades, como Luanda. Do interior, porém, pouco se conhecia. Poucos sequer lá tinham ido; e quem o fazia estava por sua conta, risco e proveito.

A aspiração portuguesa a controlar todo o território entre as atuais Angola e Moçambique (celebrizadas como o mapa cor-de-rosa) não estava sustentada em controle real ou reconhecimento efetivo do terreno. As incursões científicas ao interior eram muito recentes; na senda de Stanley, os portugueses Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens fizeram a travessia de África, do Atlântico ao Índico (Capelo, Ivens, 1881, 1886), no que foram apoiados pela recém-fundada Sociedade de Geografia de Lisboa. Criada em 1875 para promover o ideário colonial, essa sociedade apoiava várias iniciativas e procurava divulgar os seus resultados, tendo como órgão próprio o jornal *As Colónias Portuguezas*.

Era toda uma nova lógica de dominação imperial que se desenhava. Para reclamar tutela sobre territórios não bastava invocar uma presença antiga; havia que controlá-los e havia que demonstrá-lo. Havia que conhecer o território e prová-lo. Havia que estabelecer limites de desenhos fronteiras, mesmo que na prática, no território, os fluxos reais de pessoas, de animais, de bens, de palavras, línguas e solidariedades sociais e políticas subvertessem os limites marcados nos mapas. Finalmente, além da garantia de conhecimento sobre o território, havia que ocupá-lo, conquistá-los aos locais e lá implantar colônias de europeus. Toda uma ciência da aclimatação se desenvolveu nesse âmbito (ver Bastos, 2008; Kennedy, 1987).

A competição entre europeus pelo controle de África tem o seu momento ritualizado em 1884-1885, quando os representantes dos países com

aspirações imperialistas se reúnem a negociar até onde cada um poderia ir. Chamou-se-lhe a “partilha de África”, e ficou conhecido como a Conferência de Berlim, sendo muito claro que se tratava de um jogo entre europeus para o qual não tinham qualquer papel, voz ou agência os africanos. No plano do mapa, disputavam-se milímetros; no da expectativa, jogavam-se fortunas, recursos, fronteiras de expansão que consagrariam o projeto imperial na sua lógica europeia de contornos nacionalistas. Em finais do século XIX, o orgulho imperialista fazia parte do repertório nacionalista para a maioria dos europeus; nação e império sobrepunham-se. Mesmo entre os que não tinham experiência imperial, tentativas houve de entrar no festim da “partilha de África”, como aconteceu com a Bélgica de Leopoldo, cujas ambições ao controle do Congo foram uma das principais forças por detrás da conferência de Berlim (Hochschild, 1997; Pakenham, 1991).

Portugal estava claramente desfasado dessas tendências europeias. Na sequência da independência do Brasil o país embrenhara-se em lutas de facções que se prolongaram por décadas; a questão colonial estava longe de atrair os interesses públicos, e alguns intelectuais condenavam a exploração das colónias – faziam-no porém, como Oliveira Martins, com base em critérios económicos, estando os critérios humanistas muito longínquos do pensamento público da época. Só quando se dá o episódio do *ultimatum* britânico, uma humilhação para os portugueses a propósito de territórios na África austral, se alastra o fulgor nacional imperialista. Mas isso só viria a acontecer em 1891.

Na década de 1880, cresciam em Portugal os sintomas de humilhação e vulnerabilidade, sendo um deles o fluxo de migração de continentais e ilhéus para as economias de plantação estrangeiras, incluindo as do Havai e Guiana. Um dos argumentos políticos usados pelo governo português para promover a emigração/colonização de Angola passa precisamente pelo combate à sangria de gente feita pelos angariadores de migrantes, que os levavam para trabalhos forçados sob o domínio de outras nações. No *Diário de Governo* de 20 de agosto de 1881, os responsáveis pela Secretaria de Negócios da Marinha e Ultramar apontavam que:

A emigração do continente do reino e das ilhas adjacentes dirige-se para países inóspitos, onde os cidadãos portugueses, sujeitos em geral a contratos leoninos, vão, impelidos pela miséria, procurar trabalho improbo dos serviços e colonos, doenças e fadigas e não raras vezes [...] esses desgraçados [...]

não encontrando na pátria nem propriedade nem trabalho, vão, muitas vezes, sujeitar-se a uma verdadeira escravatura, disfarçada sob color de convenções livremente celebradas. (Diário de Governo, 1881).

O argumento era invocado para advogar o apoio à colonização branca de certos lugares de África. Ora, o assunto já tinha sido discutido e apoiado, tendo a carta de lei de 28 de março de 1877 autorizado a

despender as somas que lhe forem necessárias para transportar para as nossas possessões em África os indivíduos que para ali se quiserem dirigir, ministrando-lhes os meios para o primeiro estabelecimento agrícola, contando que se obriguem a residir em qualquer das colônias de África pelo menos por espaço de cinco anos. (Diário de Governo, 1881).

Mas tal permanência letra morta enquanto não se criassem regulamentos; e, na sequência dessa chamada de atenção são criadas disposições para apoio aos interessados em fixar-se em Angola ou Moçambique, onde são apontados vários lugares particularmente propícios para a colonização agrícola e, simultaneamente, acolhimento dos que fugiam à fome e se dispunham a trabalhar nas famigeradas condições dos contratos vinculados em plantações de açúcar no Caribe ou no Pacífico.

Um dos lugares designados pelo governo para acolhimento de migrantes/colonos foi o planalto sul-angolano, apontado como um paraíso para europeus, de clima ameno e livre dos principais males dos trópicos. Acontece também que o Sul de Angola era precisamente um dos lugares de vulnerabilidade de fronteira, agora no sentido de limites e tensões intraeuropeias vividas em África. É que o Sul de Angola estava muito próximo de territórios alemães e dos interesses expansionistas britânicos. Nos anos 1880 já uma coluna de *boers* por ali deambulava, tentando preservar o seu modo independente de vida e fugir ao controle britânico. Os seus trajetos e estilo de vida subvertiam a lógica da governação imperial: mas as autoridades portuguesas viam nesses colonos brancos em marcha, que tanto poderiam ser tomados como ameaça como potencial elemento de colonização ao serviço do Estado. Mas foi em vão que as autoridades portuguesas tentaram instrumentalizá-los. Os *boers* não pareciam interessados em submeter-se à lógica dos Estados; de alguma forma lembram os pioneiros da travessia para o Oeste americano, as vidas em

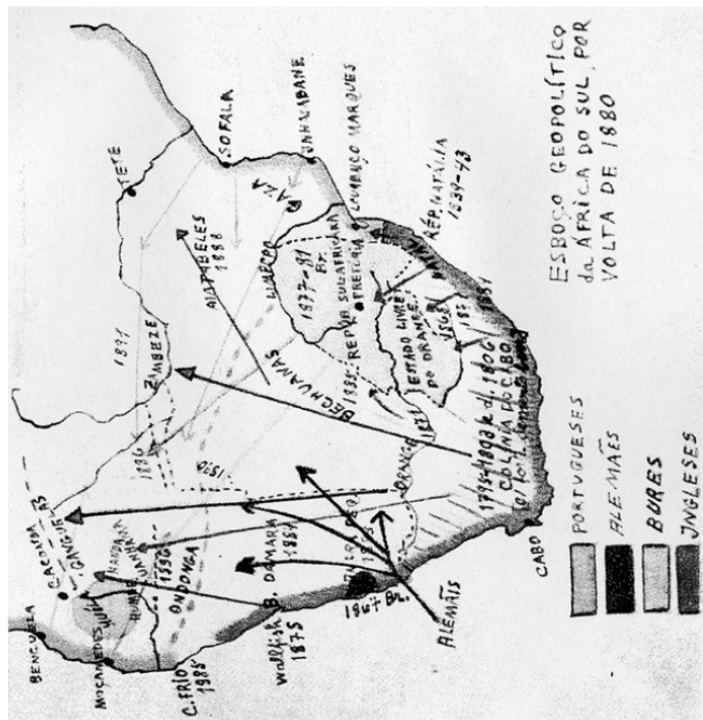


Figura 2. Fluxos e trajetos, África austral, c. 1880.

carros de bois, em marcha, levando consigo a “fronteira” como a concebeu, também para o Oeste americano, Frederick Jackson Turner (1920).³

³ Além das discussões ocorridas no âmbito do projeto Circulação Transnacional, Fronteiras e Identidades, devo alguma reflexão sobre o tema de fronteira ao convite de Alex MacKay e Sanjoy Bhattacharya para participar no colóquio Frontier Medicine: Historical Perspectives on the South Asian Experience, 1857-1947, em novembro de 2004; tomei contacto com a obra de Frederick Jackson Turner nesse período, e durante uma estadia na Universidade de Brown como professora visitante, Michael Teague, com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Atualmente, no âmbito do projeto Impérios, Centros e Províncias (Fundação para a Ciência e Tecnologia), devo a Tiago Saravira as estimulantes discussões sobre a ideia de fronteira no contexto da colonização.

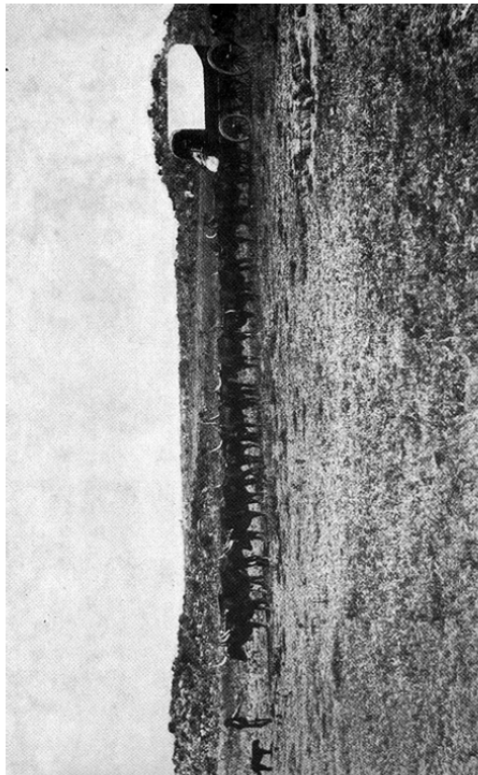


Foto: Cunha Moraes

Figura 3. Carro boer.

Alguns outros fluxos de gente, independentes ou patrocinados, traziam mais europeus ao Sul de Angola. De forma autónoma, chegavam a Moçâmedes pescadores do Algarve, onde reproduziam a arquitetura vernácula do seu lugar de origem e algumas armações de pesca. Tal como noutros lugares, para ali foram enviados os degredados do reino; tal como os soldados que ali assentavam, não desenvolveram comunidades sequer incipientes. Os que persistiram foram-se enredando em negócios no mato, ou no deserto, criando as suas próprias teias pessoais de relações com africanos e colonos soltos. Não representavam o Estado, nem a nação, nem se organizavam com referência a uma fronteira política que não a de si mesmos.

Uma das tentativas mais sistemáticas para promover a ocupação da região por europeus consistiu no traslado de alguns portugueses do Brasil que se não conformavam com a nova ordem do país, tornado independente em 1822. Foram levados do Rio de Janeiro, mas sobretudo de Pernambuco, diretamente para Moçâmedes. O caso mais notável foi o das duas barcas de “brasileiros” foragidos da “revolução praieira” no Recife em 1849. Liderados pelo



Foto: Cristiana Bastos

Figura 4. Casa de arquitetura algarvia no Namibe (ex-Moçâmedes), novembro de 2005.

português Bernardino de Abreu e Castro, fundaram em Moçâmedes com o fito de ali recriarem as fazendas pernambucanas – mas tudo, da ecologia à sociedade, da organização do espaço ao trabalho humano, era muito diferente do que conheciam do Nordeste brasileiro (Vicente, 1969). Também essa colónia dispersou. E fracassaram também as tentativas de formar comunidades com emigrantes alemães, com jovens casapianos de Lisboa, e, uma vez mais, com soldados (Silva, R., 1971a, 1971b, 1972a, 1972b, 1973). Todos dispersavam movidos a forças centrifugas.

Nos anos 1883-1884, já sob a pressão das outras nações europeias, o governo português tenta promover uma migração organizada de famílias rurais para o Sul de Angola. É afixado em todos os distritos um edital que promete as alfaias, o dinheiro e o apoio do governo para um futuro risonho num lugar em que tudo promete ser bom.

EDITAL

JERONYMO DA CUNHA PIMENTEL, BACHAREL FORMADO EM Direito, com a habilitação do Curso Administrativo pela Universidade de Coimbra, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, antigo Deputado da Nação, e Governador Civil do Distrito de Braga:

FAÇO SABER que tendo o ministerio da Marinha e Ultramar resolvido mandar para Angola pelo vapor Ismaia até 50 colonos, que desejem estabelecer-se no distrito de Mossamedes, são por este meio convidados em execução do Regulamento de 10 de agosto de 1881, os que estiverem em condições de se aproveitar d'esto offerecimento. Devem ser homens validos, morigerados, de idade não superior a 35 annos, agricultores, ou operarios de officios inherentes aos trabalhos agricolas (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc.) preferido-se casados.

Os que estiverem n'estas circumstancias até o numero de 8 para este distrito devem declarar-o aos respectivos administradores do concelho, e depois de assignarem n'este Governo Civil os termos de contracto, elles e seus abonadores, apresentar-se-hão no ministerio da Marinha e Ultramar imprerativamente até o dia 22 do corrente, para partirem para o seu destino no dia 25.

A cada um dos colonos será dado um subsídio de 30\$000 reis em dinheiro, além de passagem, e mais 1 arma de fogo e respectivos petrechos, 1 machado, 2 enxadas, 1 pá de ferro, 1 colcho de palha, 1 traveseiro, 4 lençoes de algodão, 1 cobertor, 2 toalhas, 2 penes, 2 bacias de zinco, 2 escovas, 1 panela de fofha, 1 caçarolla, 4 pratos, 2 tigellas, 2 canecas, 1 colher, 1 garfo e 1 faca.

A' sua chegada a Angola, os colonos ficarão desde logo ao cuidado da junta de protecção dos emigrantes, que tratará de lhes dar todos sabem, muito saudavel, rico e com todas as condições dos melhores paizes da Europa, onde terão a protecção das autoridades e a convivencia dos que fallam a mesma lingua e tem a mesma patria.

Para que chegue ao conhecimento de todos os que queiram procurar na emigração remedio para as circumstancias difficis em que se encontram, se mandou passar o presente, que será affixado nos legares mais publicos de todo o distrito.

Governo Civil em Braga, 14 de fevereiro de 1884.

O GOVERNADOR CIVIL,

Jeronymo da Cunha Pimentel.

Imp. Typ. de Coimbra - 1884

Figura 5. Edital do governo de Braga (1884).

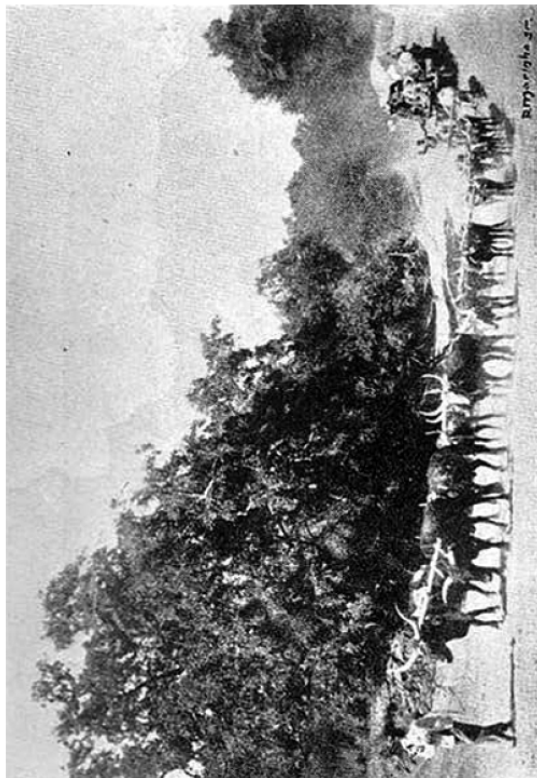


Figura 6. Carro boer em movimento (positiv).

Mas nem essas promessas conseguem atrair suficientes emigrantes. Poucos são os que se inscrevem. António Soares, de Braga, Domingos Machado, de Famalição, e Luiz da Silva, de Vila Flor (Bragança), assinam o termo em Braga; um apenas assinou-o em Viseu, e sete outros assinaram o seu contrato no próprio ministerio.

Só houve uma verdadeira exceção a esse desinteresse: o distrito do Funchal, correspondente à Ilha da Madeira. Aí a procura foi notável e a quota de colonos rapidamente se esgotou. Tal foi o contraste entre a reação no continente e na Madeira que o navio Índia fez uma segunda viagem em 1884 destinada exclusivamente a recolher madeirenses. Aos 200 inscritos para embarcar juntaram-se vários clandestinos que pularam para bordo esqualidos e em andrajos, fugindo à fome e perseguindo sonhos.

Foi nessa viagem que nasceu Maria Índia, com cuja sepultura me deparei mais de um século depois. Os detalhes técnicos abundam no diário de bordo assinado pelo comandante do navio. São as escalas, o fornecimento

de combustível, pois já se viajava a vapor, ou em regime misto de vela e vapor, são as reparações nas máquinas (Silva, A., 1884). Já no relatório do médico de bordo as informações são de outra natureza. Alexandre Pinto de Almeida observa o estado físico dos passageiros e aflige-se com a sua fraqueza e desnutrição. Não parecem os mais apropriados para ir fundar uma colônia agrícola de sucesso. Muitos são já “valetudinários”, eufemismo para aqueles que considera demasiadamente idosos para começar uma nova vida em África (Almeida, 1884-1885).

Mesmo com todas as dificuldades, os colonos aportam em Moçâmedes para uma nova fase da vida. Ali aguardam pelo transporte que os levará ao planalto – os carros *boer*, puxados por várias parrelhas de bois, que conseguem vencer as dificuldades do relevo. O carro *boer* foi aliás um dos meios técnicos que permitiu algumas das iniciativas coloniais e correlatas formas de ocupar o espaço, como mostra David Birmingham (2006).

Chegados ao planalto os madeirenses formam várias comunidades – Humpata, São Januário, Lubango, Chibia. Lidera-os o comandante Câmara Leme, também de origem madeirense, mas de um outro estrato social, podendo-se especular sobre a natureza das relações entre comando e colonos.⁴

À chegada ao planalto os migrantes erguem barracões, que até há pouco persistiram e deixaram nome num lugar junto à atual cidade de Lubango. Nas várias em que se instalaram erguem casas cobertas de colmo muito semelhantes às da Madeira.

Deparam-se com um clima mais frio que o da ilha de onde vinham. Tentam cultivos vários. Nem sempre têm sorte. Depois da saga da viagem, estão entregues à saga de uma nova vida em que são migrantes e colonos. E, se cada um está numa missão privada de sobreviver e reproduzir a vida como pode, sobre eles paira uma missão coletiva que nem sempre é explícita ou organizada.

Para o governo português, são os colonos que finalmente deverão vingar. São os garantes de ocupação, e um instrumento para a definição de fronteira. Assim vão aparecer nas narrativas posteriores. Porém, naquele momento, os comentários que sobre eles eram feitos pelas autoridades portuguesas no

⁴ Esse tema deu origem a uma obra de ficção, publicada já depois de concluída esta pesquisa, tendo como fundo a saga dos madeirenses no planalto angolano e como trama as relações pessoais que estabeleceram; Câmara Leme é retratado de forma pouco benevolente. Ver Trabalho (2006).

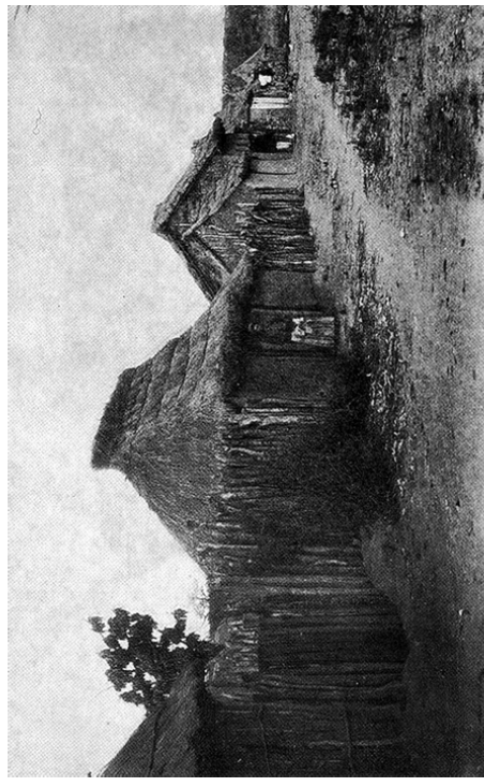


Foto: Cunha Moraes

Figura 7. Casa de colonos na Chibia, século XIX.

terreno muito se distanciam dessa noção. Pelo contrário: o que nos chega dos relatórios escritos pelo delegado de saúde ali colocado é um repertório de insultos para os madeirenses, dados como brutos, atrasados, boçais, ignorantes e alcoólatras. Tudo serve para os ridicularizar, da escolha das colheitas ao tipo de alimentação. Os madeirenses, ali postos pelo governo português com propósitos nacionalistas imperiais, garantes da fronteira, eram alvo de grande chacota interna e discriminação exibida. Entre eles e os oficiais encarregados dos postos ultramarinos erguia-se uma outra fronteira, de classe e poder.

Came para canhão das experiências de colonização, portanto, os madeirenses estavam largamente entregues a si mesmos. Quando necessário, eram usados como propaganda colonial. Assim aconteceu com as missões narradas em 1891 no periódico *As Colônias Portuguezas*, da Sociedade de Geografia de Lisboa, em que o sucesso das colônias da Chibia, Lubango e Humpata são retratadas em grande glória e vêm literalmente acompanhadas de retratos de grupo, resultado da expedição do fotógrafo Cunha Moraes. Os artigos do *Colônias* são ufanos e otimistas, ou não fosse desse periódico a missão de promover as ideias pró-coloniais.



Figura 8. Página de *As Colônias Portuguezas*.

Mas a vida dos madeirenses seria outra, inundada das dificuldades que nos relatórios privados do delegado de saúde eram justificadas pelo seu baro atavismo. A atender a tais relatórios, esperar-se-ia que também essa colônia fracassasse. Dez anos após a sua chegada, o médico português Joaquim Cardoso de Botelho (1895) referia-se aos colonos nestes termos:

Ha uma parte grande da população constituída por madeirenses que vieram com destino ao planalto de Mossamedes e dos quaes uns ficaram logo em Mossamedes, outros escorraçados pela fome vieram residir aqui. Estes colonos pelas suas condições especies de indolência porque tem o mau sestro de considerar todas as qualidades antinômicas de um bom colono, nem merecem ser considerados como taes para o estudo da aclimatação. São, por via de regra,

uns parias incapazes de tudo que seja útil e portanto improprios para colonisar. Preguiçosos, ébrios, immoraes e immundos não tem qualidade alguma que os faça elevar acima dos pretos dos quaes se distinguem apenas pela cor.

Por motivos que não podemos explorar alongadamente, essa colônia sobreviveu. Talvez Maria Índia estivesse entre os garotos alinhados nas fotografias de Cunha Moraes em São Pedro da Chibibá. Talvez tivesse ficado de fora, integrando desde criança a colônia da Humpata, a alguns quilômetros.



Figura 9. Detalhe de *As Colônias Portuguezas*.

Como ela, muitos outros chegaram à idade adulta, trabalharam, tiveram filhos, sobreviveram e criaram comunidade, sempre sob a duplicidade de um governo português que, por um lado, os usava como bandeira de propaganda num jogo que mantinha com outras nações europeias, e, por outro, no terreno, os tratava como subgente.

Do seu quotidiano não temos a documentação direta que constituem os diários e as cartas; temos de a reconstituir a partir de testemunhos indiretos, conjecturando se, como os outros antes deles que se dispersaram na sociedade envolvente, equacionavam a noção de fronteira nas suas próprias experiências

personais de inovação – à moda da *frontier* de Frederick Jackson Turner para a América do Norte, ou da experiência do *outback* para os colonizadores europeus da Austrália – ou se incorporavam à missão coletiva de garantir a fronteira nacional, sendo a nação portuguesa tão remota e os seus delegados tão rudes.

Mesmo que o seu mundo girasse apenas em torno de uma perspetiva pessoal de fronteira, a história veio a recuperá-los como agentes do projeto colonial da nação, a mesma que os tratava com tão pouco cuidado. Ali se reproduziram e ali ficaram, mantendo uma comunidade relativamente endógena e sem história que extravasasse da região.

Na década de 1920 foram visitados por mais um delegado do poder português, a curiosa personagem de Germano Correia, médico e antropólogo físico oriundo de Goa, apaixonado pelas então em voga questões da eugenia e pureza racial. Em voga estavam ainda algumas das ideias que, no século XIX e sobretudo a partir de um modo imperial-britânico de conceber o mundo, se tinham disseminado sobre os portugueses: nomeadamente que, mal chegados aos trópicos, de imediato se misturavam com as populações locais e “mongrelizavam”, “cafealizavam”, degeneravam. Germano Correia, que se dizia luso-descendente e reclamava a sua pureza racial, passou grande parte da vida a elaborar contra-argumentos e a busca de evidência empírica para os suportar. Várias foram as suas linhas de argumentação, fazendo uso de instrumentos da antropologia física e de genealogias reais ou fictícias (Correia, 1920). Ao deparar-se com essa sociedade luso-descendente em Angola, exultou. Designando-os de eurafrikanos, ou luso-angolenses, mediu-os, examinou-os, elevou-os. A partir daí construiu todo um argumento sobre a capacidade dos portugueses não degenerarem nos trópicos através de casamentos endogâmicos na sua comunidade. Um lusotropicalismo às avessas, como designei noutra ocasião (Bastos, 2003). Se Freyre viria a responder ao estigma do hibridismo tropical associado à colonização portuguesa celebrando-o como único e exemplar, Correia fazia-o pela oposição, procurando demonstrar que os portugueses não misturavam com outros grupos.

É irónico que os madeirenses, rechaçados como degenerados e atávicos no início da sua missão em Angola, tenham vindo mais tarde a constituir o exemplo de melhoria racial para um antropólogo físico desesperadamente em busca de evidências contra ideias instaladas. Mas tratou-se apenas de uma pequena vírgula na história da colonização de Angola, dado que o próprio

Germano Correia se tornou uma nota de rodapé na história do pensamento, caídas em desuso – mesmo no Portugal de Salazar – as teorias racialistas que tanto amava.

Outros foram os ventos da história. Quando o governo de Salazar finalmente se dedicou a promover a colonização de Angola – não já para garantir as fronteiras no jogo com as outras nações europeias, mas para garantir espaços europeus num território que crescentemente se reconhecia como africano (ver Castelo, 2007), a saga dos madeirenses voltou à tona e foi recuperada pela necessidade de promover uma narrativa histórica de colonização e ocupação. E assim, nos anos 1950-1960, se reconfiguram as identidades no planalto em linhas que já conhecemos do século XIX. Ali chegam novos colonos portugueses a quem linhas de classe e preconceito distanciam dos madeirenses, a quem veem como um grupo retrógrado que por ali se manteve.⁵ Por outro lado, do governo português com interesses coloniais vêm elogios aos madeirenses enquanto protagonistas da saga pioneira que levou os portugueses ao planalto.

E assim, nessa duplicidade de registo, se reinventam como grupo étnico, criado nas malhas da colonização, sujeito a uma fronteira invisível de preconceito, refém de dificuldades inúmeras, mantido em comunidades relativamente endogâmicas que garantiram uma surpreendente continuidade e sobreviveram às vagas de violência que assolaram Angola em décadas de guerras através das quais novas fronteiras de orgulho e de acesso a recursos foram reconfigurando a nação. E foi numa nação reconfigurada, ainda em busca de si mesma, a braços com classificações étnicas herdadas da etnografia colonial e das práticas de colonização – a que não faltava a extraordinária referência aos “brancos de segunda” –, promovendo pela primeira vez um recenseamento geral da população, celebrando 20 anos de independência, celebrando a paz finalmente garantida entre as facções da guerra civil, que vim a experimentar em Angola, no cemitério dito *boer* da pequena Humpata, a materialidade do encontro com a mais expressiva das protagonistas dessa história de fronteira, colonização e identidade, aquela cujo nome trouxe até hoje a memória da viagem em que nasceu: Maria Índia.

⁵ Ainda hoje, como pude ouvir em 2005, numa Angola independente de 20 anos, alguns dos que se identificam como europeus e habitam o planalto recorrem à preconceituosa expressão de “brancos de segunda” para situar os “madeirenses”, isto é, os seus descendentes.

COHN, B. *An anthropologist among the historians and other essays*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CORREIA, A. C. G. da S. *Os "luso-descendentes" da Índia: estudo antropológico e histórico-demográfico* (Nova Goa). 1920.

CORREIA, A. C. G. da S. *Os eurafriicanos de Angola: estudo antropológico*. Lisboa, 1925.

CORREIA, A. C. G. da S. Os luso-descendentes de Angola: contribuição para o seu estudo antropológico. In: MEMÓRIA do 3º Congresso Colonial Nacional: actas das sessões e teses. Lisboa: Sociedade de Geografia/Tipografia Cammona, 1934.

DIÁRIO DE GOVERNO. Lisboa, n. 185, p. 1999-2000, 20 ago. 1881.

DIAS, G. de S. *No Planalto da Huíla*. Porto, 1923.

DIAS, G. de S. *África portentosa*. Lisboa, 1926.

DIAS, G. de S. *Cartas de Angola*. Lisboa, 1928.

DIAS, J. Novas identidades africanas no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. (Ed.). *Trânsitos coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. p. 293-320.

DIRKS, N. B. *Castes of mind: colonialism and the making of modern India*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2001.

FABIAN, J. *Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa*. Berkeley: University of California Press, 2000.

FELNER, A. de A. *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

FERNANDES, F. *Madeirenses errantes*. Lisboa: Oficina do Livro, 2004.

FERREIRA, J.-A. Madeiran immigration to Trinidad during the 20th century. In: IMIGRAÇÃO e emigração nas ilhas. Região Autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001. p. 123-144.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 51-74, jan./jun. 2009

Referências

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, A. N. C. P. de. *Transporte Índia: relatório médico*. 1884-1885. Arquivo Central da Marinha, "Índia", Transportes Diversos, Cx 673 (1884-92).

ARRIMAR, J. A. *Os Bettencourt: da ilha da Madeira ao planalto da Huíla*. Macau, 1997.

AXEL, B. K. (Ed.). *From the margins: historical anthropology and its futures*. Durham: Duke University Press, 2002.

BASTOS, C. Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia. In: RIBEIRO, M. C.; FERREIRA, A. P. (Org.). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003. p. 227-253.

BASTOS, C. Migrants, settlers and colonists: the biopolitics of displaced bodies. *International Migration*, v. 46, n. 5, p. 27-54, 2008.

BIRMINGHAM, D. *Empire in Africa: Angola and its neighbours*. Ohio: Ohio University Press, 2006.

BOTELHO, J. B. C. *Relatório médico do Distrito sanitário de mossamedes*. 1895. Arquivo Histórico Ultramarino, Sala 12, Angola, maço 942.

BRAGA, *Edital*. 1884. Arquivo Histórico Ultramarino, sala 12, Angola, diversos, maço 1079.

CAPELO, H.; IVENS, R. *De Benguela às Terras de Iaca*. Lisboa, 1881.

CAPELO, H.; IVENS, R. *De Angola à Contracosta*. Lisboa, 1886.

CASTELO, C. *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento, 2007.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 51-74, jan./jun. 2009

- SILVA, R. J. C. da S. Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX: continuação. *Studia*, n. 34, p. 481-534, 1972a.
- SILVA, R. J. C. da S. Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX: capítulo III. *Studia*, n. 35, p. 421-439, 1972b.
- SILVA, R. J. C. da S. Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX: conclusão: capítulo IV. *Studia*, n. 36, p. 293-390, 1973.
- SPRANGER, A. I. A vida dos emigrantes portugueses no Havai após o término do contrato no século XIX e início do XX. In: IMIGRAÇÃO e emigração nas ilhas. Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2001. p. 159-172.
- STOLER, A. L. *Race and the education of desire*. Durham: Duke University Press, 1995.
- THOMAS, N. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge, Mas: Harvard University Press, 1991.
- TORRES, M. J. de M. *O distrito de Moçâmedes nas fases de origem e de primeira organização* (1485-1859). Lisboa, 1950.
- TRABUJO, A. *Os colonos*. Lisboa: Esfera do Caos, 2006.
- TURNER, F. J. *The frontier in American History*. New York: Holt, 1920.
- VICENTE, Pe. J. *Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, fundador de Moçâmedes*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.
- WAGNER, M. J. Rum, policy and the Portuguese: or, the maintenance of elite supremacy in post-emancipation British Guiana. *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, v. 14, n. 4, p. 406-416, 1977.

Recebido em: 31/10/2008
Aprovado em: 09/03/2009

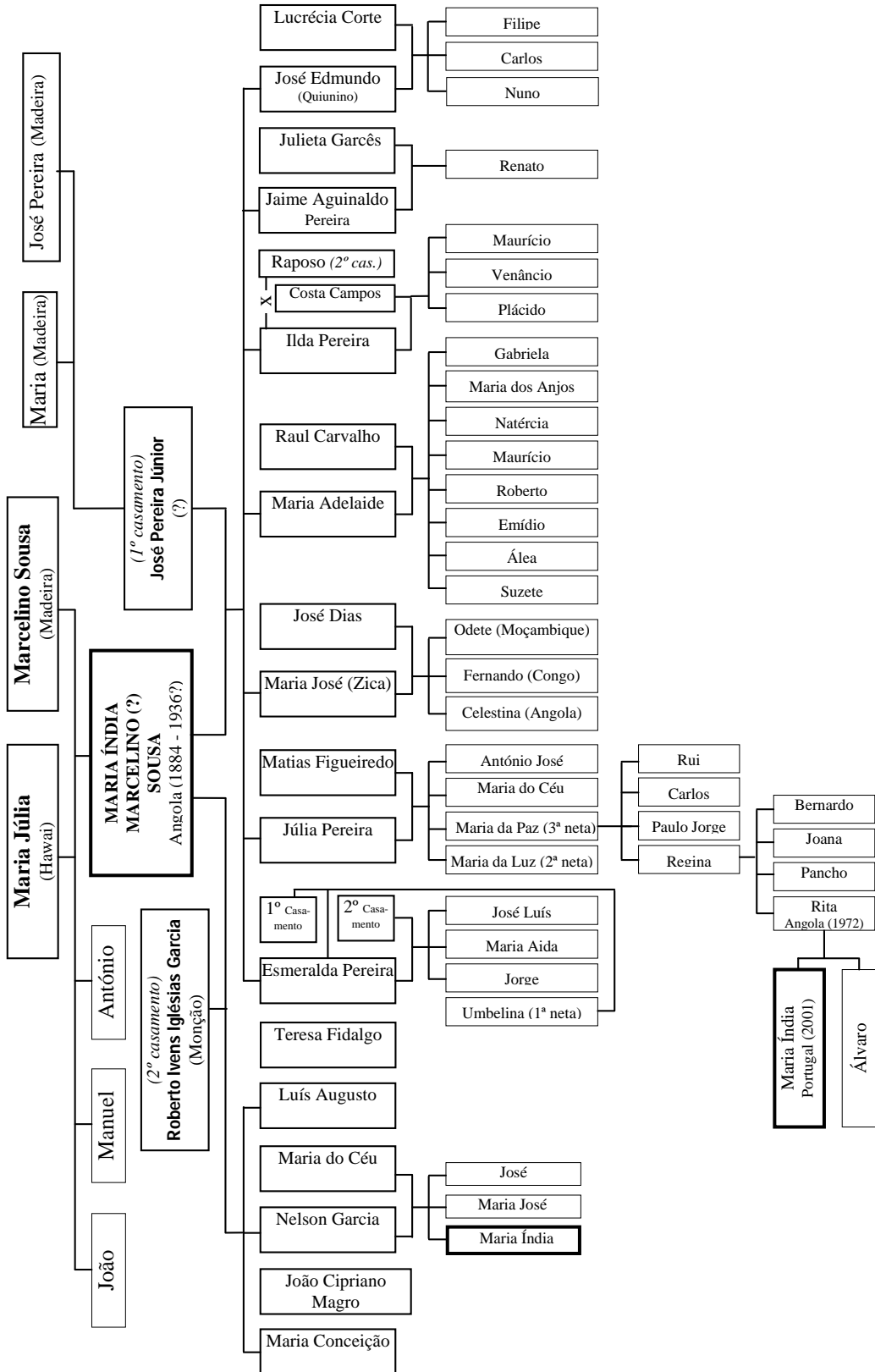
Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 51-74, jan./jun. 2009

- HOCHSCHILD, A. *King Leopold's ghost*. New York: Houghton Mifflin, 1997.
- KENNEDY, D. *Islands of white: settler society and culture in Kenya and Rhodesia, 1890-1939*. Durham: Duke University Press, 1987.
- LAURENCE, K. O. The establishment of the Portuguese community in British Guiana. *Jamaica Historical Review*, v. 5, p. 50-74, 1965.
- MACHADO, C. R. Colonização do Planalto de Huila e Moçâmedes. *Boletim da Soc. Geog. Lisboa*, v. 36, n. 10-12, p. 267-309, [s.d.].
- MEDEIROS, C. *A colonização das terras altas do Huila*. Lisboa, 1976.
- NASCIMENTO, J. P. do. *Questões médico-coloniais relativas à colonização europeia no planalto de Mossamedes*. Huila: Typ. da Missão Catholica do Real Padroado Portuguez, 1891.
- NASCIMENTO, J. P. do. *O Distrito de Moçâmedes*. Lisboa, 1892.
- PAKENHAM, T. *The scramble for Africa*. New York: Avon, 1991.
- PANTOJA, S. Género e comércio: as traficantes de escravos no mundo atlântico. *Travessias*, v. 4/5, p. 79-97, 2004.
- O PRESENTE que veio de longe. Lisboa: Lx Filmes, 2008. Realização de Tiago Hespanha.
- RODRIGUES, M. J. A colonização madeirense nas Terras Altas da Huila. In: A ÁFRICA e a instalação do sistema colonial (c. 1885-c. 1930): actas da III Reunião Internacional de História de África. Lisboa: Centro de estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- SILVA, A. M. da. *Relatório do transporte Índia*. 1884. Arquivo central da Marinha, Lisboa.
- SILVA, R. J. C. da S. Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX: capítulo I. *Studia*, n. 32, p. 371-378, 1971a.
- SILVA, R. J. C. da S. Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX: capítulo II. *Studia*, n. 33, p. 341-372, 1971b.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 51-74, jan./jun. 2009

Anexo 1.12.

Genealogia de Maria Índia



Fonte: Maria da Paz Pereira de Figueiredo (neta de Maria Índia). Organigrama de José de Azevedo.

Anexo 2.1.

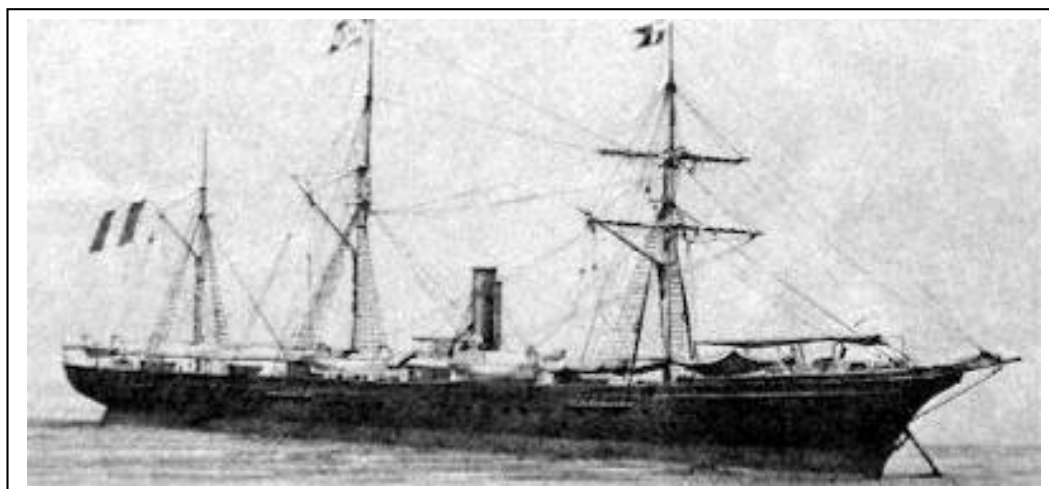
Fotografia da família de Maria Índia (Humpata)



Da direita para a esquerda: de pé, em baixo, colono José Pereira (Madeira); em cima, sentadas: MARIA ÍNDIA, com filho Jaime; Maria Rosário Torrinha; Esmeralda, filha de Índia; Maria, mulher de José Pereira; Júlia, filha de Índia. Em pé: Torrinha, com filho Joaquim ao colo; e José Pereira Júnior, 1º marido de Índia. Sentadas no 1º plano: Ilda; Maria Adelaide (Lola); e Maria José; filhas de Índia.

Fonte: Maria da Paz Pereira de Figueiredo (neta de Maria Índia e de José Pereira Júnior)

Barco a vapor contemporâneo do navio "Índia"



Fonte: *Dupleix: primeiro navio de uma série de três paquetes de propulsão mista.* In Blogue Alernavios [Fotografia. 1 Mai. 2012]. [consult. 9 Jun. 2013]. Disponível na WWW:<[URL:http://alernavios.blogspot.pt/2012_05_01_archive.html](http://alernavios.blogspot.pt/2012_05_01_archive.html)>.

Anexo 2.2.

Memórias da colonização da Humpata e do Lubango



Portela do Bruco (1ª porta de acesso ao Planalto)



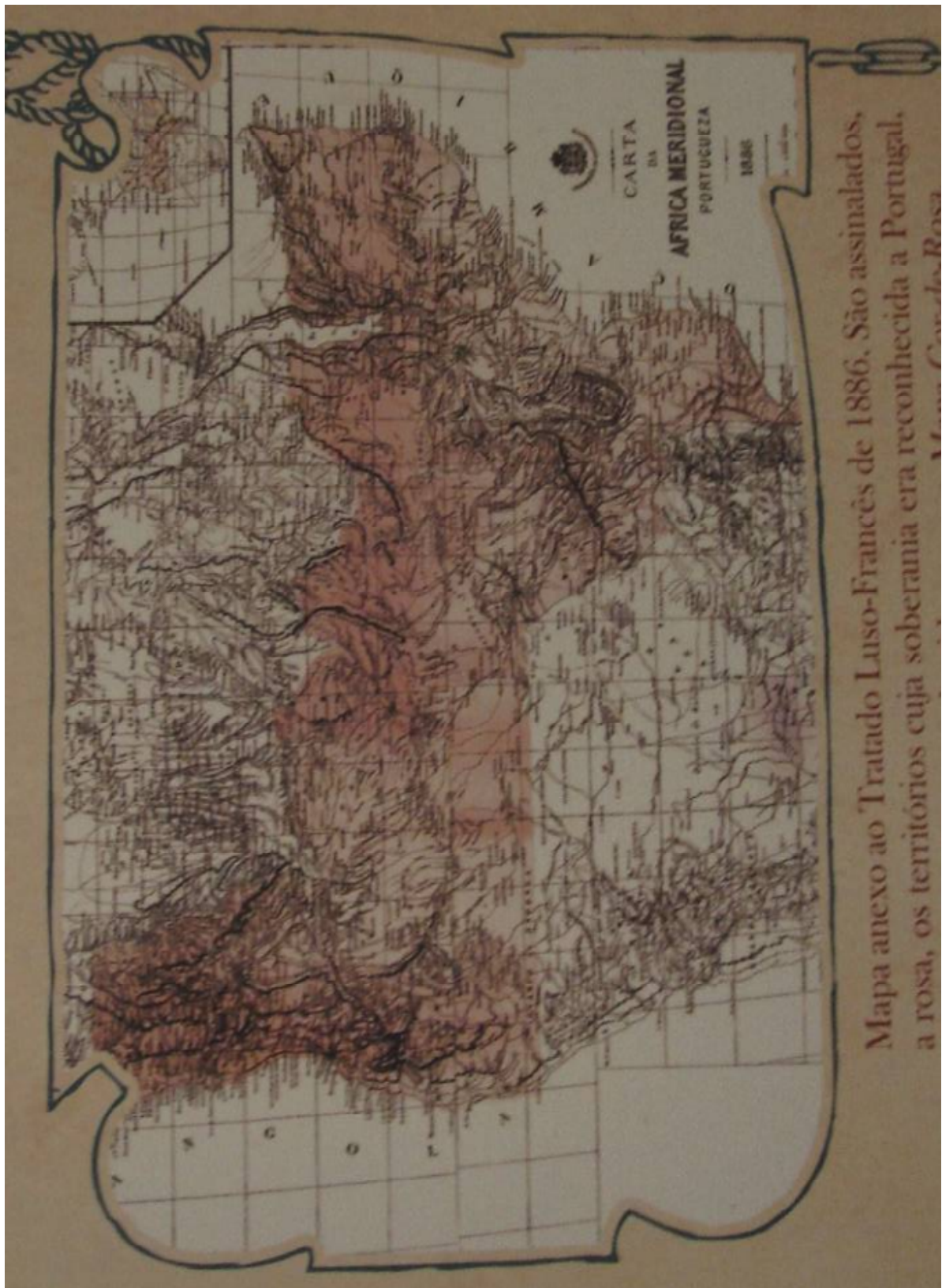
Capela e obelisco no local dos "Barracões"

Colonos madeirenses do Lubango, quando em 1951 (77 anos depois), foram de visita à Madeira



Fonte: ARRIMAR, Jorge Manuel de Abreu – *Os Bettencourt da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Funchal: Edição do Autor, 1997.

Mapa XXII - Mapa cor-de-rosa, anexo ao Tratado Luso-Francês de 1886

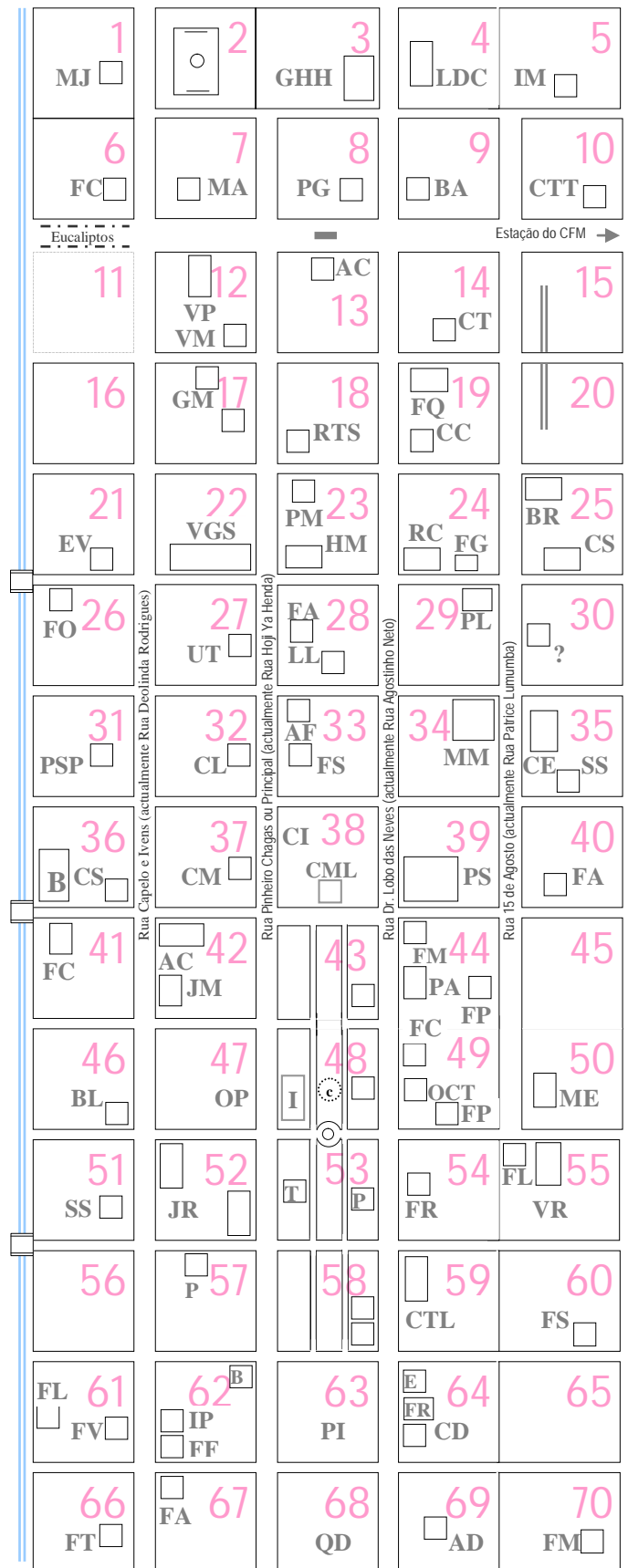


FONTE: *Mapa Cor-de-Rosa – Ultimato Inglês, 1890. Retirado de WWW:<URL: <http://chaodeareia.agcolares.org/2010/10/barra-cronologica-100-anos-de-historia/>>.*

Anexo 3.3.

Figura 13 - Evolução urbana do Lubango durante a primeira metade do Século XX

- 1 – Casa grande, amarela, onde viveu o Maximino da Jamba
- 2 – Terreno murado, onde a malta do Liceu jogava futebol
- 3 – Grande Hotel da Huíla
- 4 – Liceu Diogo Cão
- 5 – Internato Marista
- 6 – Família Coutinho (casa) e terrenos
- 7 – Terreno devoluto c/ moinho idêntico ao dos Barracões
- 8 – Palácio do Governador do Distrito
- 9 – Banco de Angola
- 10 – Correios
- 11 – Terrenos agrícolas de Victória Pereira
- 12 – Victória Pereira (casa) e Valdemar Miranda (loja)
- 13 – Associação Comercial
- 14 – Antiga Escola primária nº 59
- 15 – Mulola do Índia
- 16 – Terrenos devolutos
- 17 – Genito Miranda (loja e casa)
- 18 – Ramiro Teixeira da Silva
- 19 – Família Queiroz, família Gusmão e Costa Cardoso
- 20 – Mulola do Índia
- 21 – Casa de Eva Martins Alves (filha de colonos)
- 22 – Venâncio Guimarães Sobrinho (loja e oficinas)
- 23 – Padre Martins e Hotel Metrópole
- 24 – Família Gerald e Rádio Clube da Huíla
- 25 – Brigada dos Rios, Feliciano e Casa de Saúde
- 26 – Família Ofélia Pedro
- 27 – Urbano Tavares (loja)
- 28 – Família Alves e Livraria Lello
- 29 – Pensão Lubango
- 30 – Casa amarela em terrenos de P. Simões.
- 31 – Polícia de Segurança Pública (antiga)
- 32 – Casa Lusa (loja)
- 33 – Família Soares e Artur Fernandes (loja)
- 34 – Mercado Municipal (novo)
- 35 – Central Eléctrica e Serviços de Saúde
- 36 – Sport Lubango e Benfica e César da Silveira
- 37 – Casa Miranda (loja)
- 38 – Câmara Municipal do Lubango e Comércio e Indústria
- 39 – Pereira Simões (1ª padaria)
- 40 – Família Alves
- 41 – Família Coimbra
- 42 – Família Dias, Acácio Tavares e J. Miranda (loja)
- 43 – Dispensário e Jardim municipal
- 44 – Família Mendes, Família Pinto e Pensão Angola
- 45 – Terrenos agrícolas da Missão
- 46 – Bar Lafões
- 47 – Obras Públicas
- 48 – Sé Catedral, Coreto, Fazenda e Jardim
- 49 – Família Campos e Sap. Costa, Fam. Perestrelo e Odeon
- 50 – Missão do Espírito Santo
- 51 – Futura Serração Sousa
- 52 – João Ricardo (depois Carecas)
- 53 – Famílias João Procópio e Trabulo
- 54 – Família Fragata
- 55 – Casa D. Felícia, Vila Rios e Cerâmica Lourenço
- 56 – Terreno devoluto, mais tarde estação Amâncio da Silva
- 57 – Pensão?
- 58 – Família Serafim e Palmira + Professora Aida Garcez
- 59 – Cine-Teatro do Lubango (cinema antigo)
- 60 – Família Seca
- 61 – Família Lucas e Viegas “Fábrica de Massas Favorita”
- 62 – Família Ferreira, Barateiro da Huíla e prof. Irene Portela
- 63 – Futuro Parque Infantil
- 64 – Cadeia, Fam. S. Roque e prof. Matilde e+ Escola 60
- 65 – ?
- 66 – Família Timóteo
- 67 – Família Amaro
- 68 – Quartel dos Dragões
- 69 – Administração
- 70 – Família Carlos Marques e Benvinda Alves



FONTE: Concepção de José de Azevedo, a partir de informações prestadas por diversas fontes orais.

Índice de Figuras

Figura 1 – Organigrama geral do trabalho (Introdução)	18
Figura 2 – Reconstituição virtual da Baía de Mossamedes, em 1849 (C3)	94
Figura 3 – Esquema topográfico do Namibe (Mossamedes) (C5)	130
Figura 4 – Machila e tipóia tipóia (reconstituição gráfica) (C5)	145
Figura 5 – Principais focos de tensão a sul de Benguela (1866/1867) (C6)	155
Figura 6 – Esquema da implantação cidadela do Lubango em 1885 (C7)	204
Figura 7 – As primeiras habitações dos colonos madeirenses na Chibia (C7).....	206
Figura 8 – Casa dos “Barracões” (7)	207
Figura 9 – Moinho de água construído no local dos “Barracões” (C8)	228
Figura 10 – Fotografia do Lubango no final do século XIX (C8)	244
Figura 11 – Caricatura publicada no <i>Punch</i> em 14 de Dezembro de 1889 (C10)	294
Figura 12 – A partilha de África, caricaturada por Raphael Bordalo Pinheiro (10)	296
Figura 13 – Evolução urbana do Lubango na 1ª metade do Século XIX (Anexo)	370

Índice de Mapas

Mapa I – Principais referências geográficas de Angola até meados do século XIX. (Intr).....	9
Mapa II – Triângulo geopolítico colonial em análise (Intr)	11
Mapa III – Esboço etnográfico (parcial) do sudoeste angolano (C1)	23
Mapa IV – Viagem por terra de Gregório Mendes (1785) (C2)	44
Mapa V – Viagens de Pedro Alexandrino da Cunha e João F. Garcia (1839) (C2)	53
Mapa VI – Progressão litoral/interior até meados do século XIX (C5)	151
Mapa VII – Principais referências geográficas do noroeste de Angola (até 1884) (C6)	185
Mapa VIII – Principais referências do sudoeste angolano (até 1900) (C7)	192
Mapa IX – Itinerário percorrido pelos colonos madeirenses em 1884/1885 (C7)	201
Mapa X – Dispersão da colónia do Lubango: orografia e bacia hidrográfica (C7)	218
Mapa XI – Localização dos colonatos da Chibia, Lubango e Humpata (C8)	237
Mapa XII – Bacia hidrográfica do Cunene, na zona centro/sul: expedições (C9)	250
Mapa XIII – Missões fundadas no sul e centro de Angola até 1894 (C9)	253
Mapa XIV – Viagem de Paiva Couceiro ao Mucusso (C9)	264
Mapa XV – Principais referências sudeste de Angola no final do século XIX (C9)	280
Mapa XVI – Limites das fronteiras sul e leste de Angola (C10)	284
Mapa XVII – Sobreposição de “esferas de influência” no Barotze (C10)	287
Mapa XVIII – Zona do Chire e Niassa (C10)	291
Mapa XIX – Localização das zonas disputadas na África central e meridional (C10)	304
Mapa XX – Pretensão inglesa sobre a fronteira no sudoeste de Angola (C10)	309
Mapa XXI – Principais referências do nordeste no final do século XIX (C10)	313
Mapa XXII – Carta de Angola (reprodução parcial da Folha nº 22) (Anexo)	368
Mapa XXIII – Mapa cor-de-rosa, anexo ao Tratado Luso-Francês de 1886 (Anexo)	369

Índice de tabelas e gráficos

Tabela 1 - Produções agrícolas (1854-1859)	111
Tabela 2 - Produções agrícolas básicas (Mossamedes (1854-1859)	113
Tabela 3 - Embarcações de pesca e de serviço (1854-1859)	115
Tabela 4 - Explorações mineiras registadas em 1857	118
Tabela 5 - Importação de fazendas de algodão e de missangas	120
Tabela 6 - Importação de sal	121
Tabela 7 - Exportação de produções agrícolas	123
Tabela 8 - Exportação de urzela	125
Tabela 9 - Exportação de peixe seco	126
Tabela 10 - Exportação de carne seca e salgada	127
Tabela 11 - Exportação de produtos resultantes de permutas com autóctones	128
Tabela 12 - Existência de habitações particulares em Mossamedes e arredores	133
Tabela 13 - Evolução demográfica da vila de Mossamedes e arrabaldes	134
Tabela 14 - Artífices fixados no Distrito de Mossamedes (1857-1859)	147
Gráfico 1 - Produções agrícolas de Mossamedes (1854-1859)	113
Gráfico 2 - Exportações mais relevantes de produtos agrícolas	123

ÍNDICE GERAL

RESUMO	4
Observações prévias	5

Introdução

a) – Motivação justificativa do estudo	7
b) – Objecto e problema	11
c) – Sobre as fontes e o estado da questão	13
d) – Considerações metodológicas	16
e) – Agradecimentos	19

I PARTE

Colonização do Namibe (Mossamedes)

Capítulo 1 – Antecedentes da colonização do sul de Angola

1.1. – Movimentações iniciais: os Jagas e o tráfico de escravos em Angola	22
1.2. – Primeiros passos pelo interior angolano: influência da Espanha e da Holanda ...	27
1.3. – Reacção dos portugueses em Angola e no Brasil	30
1.4. – Articulação entre Portugal, o Brasil e a Europa	32
1.5. – Escravatura no final do século XVIII: papel da Inglaterra da França e do Brasil ...	35
1.6. – Primeiros povoamentos a sul de Benguela: Alba Nova e o soba da Huíla	39

Capítulo 2 - Consolidação da ocupação do sul de Angola

2.1. – Expedições a sul de Benguela: Gregório Mendes e Pinheiro Furtado	43
2.2. - Mossamedes: as descrições de Luz Soriano e de Baptiste Douville	46
2.3. - Explorações de Pedro Alexandrino e de Francisco Garcia	48
2.3.1. – Reconhecimento da costa, por Pedro Alexandrino da Cunha	50
2.3.2. – Viagem terrestre de João Francisco Garcia e a ocupação militar	54
2.4. - Movimento abolicionista europeu: o Congresso de Viena de 1815	58
2.4.1. – Medidas abolicionistas em Portugal e Brasil: Tratado Anglo-Português ..	62

Capítulo 3 – As primeiras acções concretas

3.1. – Feitorias pioneiras: os primeiros passos	66
3.1.1. - O comércio, a agricultura e a pesca na década de 1840	68
3.2. – A penetração até à Huíla e génese das colónias luso-pernambucanas	73
3.3. – Plano de uma colónia de Pernambuco para Angola: Luz Soriano	78
3.3.1. – Preparação do acolhimento da 1ª colónia: Instruções ministeriais	80
3.4. - A travessia do Atlântico Sul e a controvérsia parlamentar	84
3.4.1. – Discordâncias com o Projecto e as respostas ministeriais	87
3.4.2. – Aprovação do Projecto e reacções na imprensa	91
3.5. - A chegada da primeira colónia e o desembarque	93
3.5.1. – Perdidos no deserto: miséria e desalento	97
3.6. - A segunda colónia pernambucana. Outros colonos do Rio e da Baía	99

Capítulo 4 – Os primeiros resultados práticos

4.1. - Persistência e perseverança dos colonos	102
4.1.1. - A agricultura no triénio de 1849-1852: A cultura de cana sacarina	103
4.1.2. – Outras produções agrícolas	107
4.1.3. – Análise estatística das produções agrícolas (1854-1859)	110
4.1.4. - A Pesca	114
4.1.5. - Pequenas indústrias	116
4.1.6. - O movimento comercial: as importações	119
4.1.7. – As exportações	122

Capítulo 5 – Desenvolvimento do Namibe: uma plataforma irradiante

5.1. - A povoação do Namibe (Mossamedes) a partir de 1849	130
5.1.1. – As construções coloniais particulares	131
5.1.2. – População	133
5.2. – Relacionamento entre colonos, escravos e libertos	137
5.2.1. – Posicionamentos do governo de Mossamedes e do chefe da colónia	139
5.3. – Os transportes em Mossamedes: transporte terrestre e marítimo	143
5.4. - Artífices locais e oficinas	147
5.5. – Balanço geral da acção colonizadora no Distrito de Mossamedes	148

II PARTE

A colonização do Planalto da Huíla

Capítulo 6 - A expansão para o interior: sul e leste

6.1. – Insegurança no sul de Angola: apogeu e queda de Binga	153
6.2. – A problemática ocupação do interior angolano: iniciativas legislativas	156
6.3. – A “Revolta dos Dembos” e as suas repercussões em Angola	159
6.4. – Recuperação do desígnio colonial e regulamentação do trabalho	164
6.5. - Colonização da Humpata pelos bóeres vindos do Transval	168
6.6. – Missões exploratórias: indícios e riscos da retoma colonialista	171
6.6.1. – Progressão para o interior leste de Angola	174
6.6.2. – Iminência da chegada de colonos à Huíla: resistência dos sobas	178
6.7. – A Huíla pronta a receber novas colónias de emigrantes	182

Capítulo 7 – Instalação da Colónia Agrícola Sá da Bandeira

7.1. – Angariação de colonos na Ilha da Madeira	186
7.1.1. - Panorama agrícola da Madeira oitocentista	188
7.2. – Início da ocupação do sudoeste angolano: madeirenses na Humpata	191
7.3. – Formação da primeira grande colónia destinada ao Lubango: a viagem	196
7.4. – O local e os primeiros trabalhos	203
7.5. – A segunda colónia madeirense do Lubango	210
7.6. – O problema da água e introdução do regadio: as levadas	212
7.7. – Desenvolvimento agro-pecuário e silvícola do Lubango	215

Capítulo 8 – Consolidação das colónias do Planalto da Huíla

8.1. – O ciclo do pão: ferramentas e alfaias agrícolas	223
8.1.1. – Moagem de cereais: tipologia dos moinhos	227
8.2. – Os transportes: as carroças	231
8.3. – Uma nova condição dos “otchicolonha”: desencantos e tensões	234
8.4. – O povoamento da Chibia	236
8.5. – Distanciamento das populações: a agricultura autóctone	241
8.6. – Evolução do Lubango e da Chibia: os bóeres	242
8.7. – Legislação interna: políticas de trabalho e de ocupação territorial	247

Capítulo 9 – Resistência das populações locais à colonização

9.1. – Alargamento da presença colonial no sul de Angola: reacções	250
9.1.1. – Revoltas no Humbe: Chaungo derrota os portugueses em Quiloba	254
9.2. – O sul de Angola perante a colonização: tensões, acções e distensões	256
9.2.1. – Agravamento da situação geral no sudoeste angolano	259
9.3. – O temerário Ndunduma: imprevidências e viagens de Paiva Couceiro	261
9.3.1. – O aprisionamento de Ndunduma	265
9.4. – Do “terrorismo” de Padrel à “resistência” dos angolenses	267
9.5. – A colónia penal e agrícola do Moxico	271
9.6. – Os roubos de gado e a peste bovina no final do século XIX	273
9.6.1. – Retirada do Humbe e celeuma sobre a morte do conde de Almoester	275
9.7. – O novo “Código do Trabalho” e o “trabalho voluntário”	277

Capítulo 10 – Envolvimento político e económico internacional

10.1. – A partilha europeia da África meridional: delimitação de fronteiras	281
10.1.1. – Contestação do “Mapa cor-de-rosa”: incapacidade do exército	285
10.2. – Inglaterra, Alemanha e Portugal consolidam posições de ocupação	289
10.3. – Conferência de Bruxelas contra a escravatura: a ocupação do Chire	292
10.3.1. – Disputa do Chire e Ultimato inglês: reacções anglofóbicas	296
10.4. – Sugestão de venda das colónias durante a crise de 1890-1892	299
10.5. – Cecil Rhodes e os ingleses aviltam os portugueses	301
10.6. – Desprotecção do Cuamato e concentração em Moçambique	303
10.7. – Indefinição em Angola e Moçambique no final do século XIX	308

Conclusões	314
-------------------------	-----

Fontes e Bibliografia	319
------------------------------------	-----

Apêndice documental

Anexo 1.1. - Síntese anotada das Instruções provinciais de 30 de Março de 1849	337
Anexo 1.2. - Resposta do Ministro dos Estrangeiros à intervenção de Fontes Pereira de Melo, na Sessão da Câmara dos Deputados de 12 de Junho de 1849	339
Anexo 1.3. - Resposta do Ministro às arguições do Deputado Lopes Lima	340
Anexo 1.4. - Artigo inserto na gazeta Revolução de Setembro de 18-06-1849	341
Anexo 1.5. - Listagem dos colonos da segunda colónia proveniente de Pernambuco	343
Anexo 1.6. - Relação dos Chefes de Família Componentes da Colónia Sá da Bandeira Estabelecida no Vale do Lubango em 1885	345
Anexo 1.7. - Relatório da direcção	346

Anexo 1.8. – Certidões de nascimento de Manuel Martins Alves e de Ludovina	349
Anexo 1.9. – Homenagem ao colono “Camuila”	350
Anexo 1.10. – O Ultimato inglês	352
Anexo 1.11. – Maria Índia ou a fronteira da colonização (Investigação)	353
Anexo 1.12. – Genealogia de Maria Índia (Organigrama)	365
Anexo 2.1. – Fotografia da família de Maria Índia (Humpata)	366
Anexo 2.2. – Memórias da colonização da Humpata e do Lubango	367
Anexo 3.1. – Carta de Angola (reprodução parcial da Folha nº 22)	368
Anexo 3.2. – Mapa cor-de-rosa, anexo ao Tratado Luso-Francês de 1886	369
Anexo 3.3. – Evolução urbana do Lubango durante a 1ª metade do Século XX	370

Índices

Índice de figuras	371
Índice de Mapas	372
Índice de tabelas e gráficos	373
Índice geral	374